Eusébio André Pedro

A Missionação Jesuíta em Moçambique
As Relações Com a Sociedade e com o Poder Político em Tete, 1941-2011

[Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação]

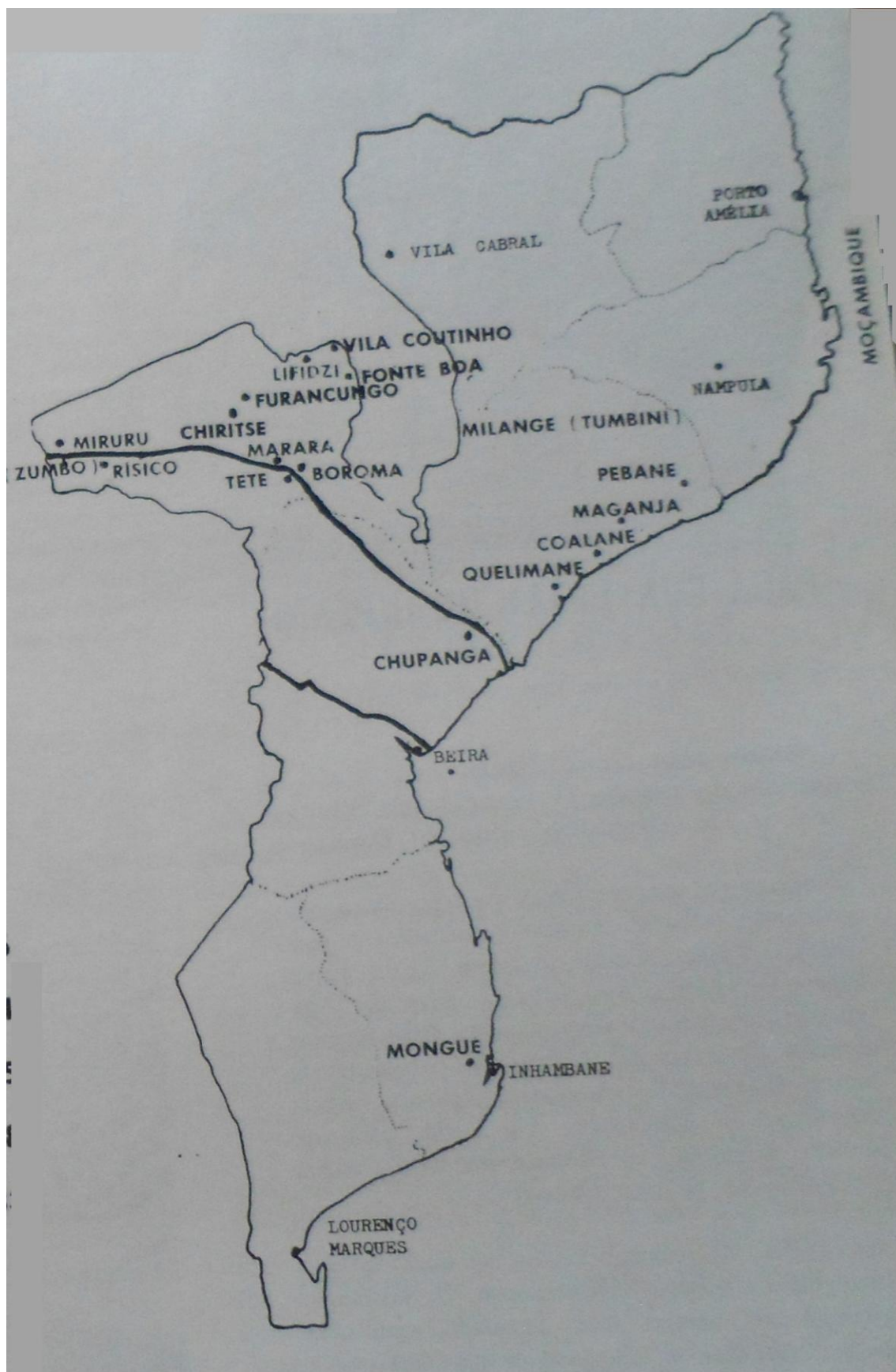
Porto – Junho de 2013

A Missionação Jesuíta em Moçambique

As Relações Com a Sociedade e com o Poder Político em Tete, 1941-2011

Por
Eusébio André Pedro
Nº 110727023

Dissertação submetida para obtenção do Grau Académico de Mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação,
na Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
Supervisor: Prof. Doutor José Maciel Honrado Morais Santos

Porto – Junho de 2013

Mapa 1: Os locais da presença Jesuitica em Moçambique

Índice

Índice de Apendices

Índice de anexos

Índice de Mapas

Índice de Quadros

Índice de Fotos

Índice de Cartas

Índice de gráficos

Declaração de honra

Declaro que esta Dissertação é resultado da minha investigação pessoal e das orientações do meu orientador; o seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia final.

Declaro ainda que este trabalho nunca foi apresentado em nenhuma outra instituição para a obtenção de qualquer grau académico.

Porto, Junho de 2013

____

Eusébio André Pedro

Dedicatória

Ao meu Pai, Aniceto André Pedro Gwembe (†16-02-2013)
Ao avô, João David Kalilamphasa (†17-02-2013)
À mana, Dionísia I. Machuvane (†10.01.2012)
Ao avó, Sebastião Simão (†05.08.2004)
Pela eterna Saudade

Aos missionários tombados, no cumprimento dos seus deveres com tanta abnegação e bom humor!

Agradecimentos

Este mestrado resulta da cooperação entre a Universidade Pedagógica de Moçambique com a Universidade do Porto num projecto financiado pela União Europeia. Ao pensar nas inúmeras pessoas que contribuíram para a minha formação, os primeiros nomes que me aparecem são os da Ana Paiva e Bárbara Costa que, em Representação ao Projecto Erasmus Mundus ACP II, que financiou toda a formação, sempre estiveram a altura de atender as minhas preocupações nos momentos que mais necessitei de amparo e de orientação.

Na figura do Prof. Doutor Jorge Martins Ribeiro gostaria de personalizar os meus agradecimentos a todos os professores que tive ao longo desta formação, particularmente ao orientador, Prof. Doutor José Maciel Honrado Morais Santos, que desde à primeira hora apoiou os esforços na concepção deste trabalho ficando a dever-se-lhe muitos dos mais úteis arranjos. Os agradecimentos se estendem aos professores Jorge Alves, Manuel Loff, Luís Grosso, Amélia Polónia, Helena Vilaça e Isabel Galhano.

Este trabalho acompanha percurso de pessoas reais. Uma delas é o Irmão Albano Agulha, jesuíta abnegado que aportou pela primeira vez nas terras moçambicanas no longínquo ano de 1941, para a restauração da Missão da Zambézia. Tenho orgulho de pertencer ao grupo dos que têm o privilégio de o conhecer e de o ter como amigo, de o ouvir contar os passos do seu caminho. Quantos historiadores gostariam de ouvir a História contada na primeira pessoa! À minha avó, Lúcia David Kalilamphasa, que me ajudou a identificar alguns dos missionários do seu tempo. À minha Família /Eunice, Kellney e Cedrickslov/ que suportaram os longos meses da minha ausência.

Á minha mãe (Maria Celeste) e aos meus irmãos (Rosa, Estevão, Vicente, Madalena, Piasson, André, Stephan, Aniceto e Mãezinha. Aos amigos e amigas que, em determinado momento, marcaram o meu percurso e respectivas famílias: Damião Paulo, Milton Lameck; Felisberto Sebastião, José Fato Sabonete, Jaime Kambanje, Jonas António Francisco, Anastásio Domingos, Nara Rubia Ribeiro, Manuel Tiano, Elves Sozinho. Á Ana Patrícia pelos bons e memoráveis momentos que passamos, por ter-me ajudado a conhecer Portugal. Espero retribuir, em breve. Aos colegas da turma pelo caloroso acolhimento!

Ao Director da Delegação de Nampula, da Universidade Pedagógica de Moçambique (UPN), Prof. Doutor Mário dos Santos Brito, por ter aceite que eu fizesse parte do plano de formação, aos docentes e colegas que os tive no Bacharelato e Licenciatura, Francisco Mataruca e Francisco Daniel Franze que acreditando na minha capacidade limitada incentivaram-me a continuar com os estudos; aos colegas de trabalho e do Departamento cuja menção de respectivos nomes tornaria interminável esta página. De todo o coração e com profundo reconhecimento do papel por eles desempenhado estou-lhes agradecido.

Seria ingrato se, no momento de fechar este agradecimento, não dirigisse aos meus informantes os louvores que merecem: ao Padre João Vicente Cabral, que abriu as portas da Biblioteca de onde recolhi as informações valiosas sobre a missionação; ao Padre Miguel Ferreira, por me ter ajudado na clarificação dos objectivos da pesquisa, aos Padres José Vicente Martins, José Augusto Alves de Sousa, José Belarmino de Araújo, António José Coelho, Hermínio João Vitorino, David Ferreira da Silva, Vítor Manuel Lamosa Pereira, ao Irmão Abílio Nunes, pela informação de que deram tantas provas: homens calmos, reservados, prontos para dar o seu testemunho, valentes sem jactância, como se fosse uma coisa natural.

Zikomo (obrigado).

Lista de Abreviaturas

AAMU	Associação Auxiliar de Missão Ultramarina.
AAVV	Autores Vários
ACAU	Animação Cristã do Ambiente Universitário
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AGC	Agência Geral das Colónias
AGP	Acordo Geral de Paz
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APPCJ	Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus
CCM	Conselho Cristão de Moçambique
CES	Congregação do Espirito Santo
CIO	Central Intelligence Organization
Cfr.	Conferir
CIPM	Centro de Investigação Pastoral de Moçambique
D.	Dom/Dona
EFPEA	Escola de Formação de Professores para o Ensino de Adaptação
ESAM	Ensino Aberto Moçambicano/Ensino Secundário Aberto Moçambicano
FMM	Franciscanas Missionárias de Maria
FMMDP	Franciscanas Missionárias da Mãe do Divino Pastor
FRELIMO/	Frente de Libertação de Moçambique
ICL	Instituto da Cooperação e da Língua
ICP-UP	Instituto de Cultura Portuguesa da Universidade do Porto
Ir.	Irmão
JRS	Jesuit Refugee Service
LOMACO	Lonrho Mozambique Agro-Industry
LONRHO	London-Rhodesia
MAA	Makonde African Association
MANU	Mozambique African National Union
MCP	Malawi Congress Party
MOLU	Mozambique Learning Unit/Mozambique Open Learning Unit
Nª. Sª.	Nossa Senhora
NN	Nossos (Expressão utilizada pelos Jesuítas para se referirem entre si)
ONG	Organização Não Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	Organização das Nações Unidas em Moçambique
P. ou Pe.	Padre
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PMA	Programa Mundial Alimentar
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
RPM	República Popular de Moçambique
SADC	Southern Africa Development Community
SCCIM	Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique
SJ	Societatis Iesu/Sociedade de Jesus
SJC	São José de Cluny
SP	Superior
SPMCU	Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas
UDENAMO	União Democrática dos Naturais (mais tarde Nacional) de Moçambique
UDENAMO	União Democrática dos Naturais de Moçambique
UDI	Unilateral Declaration of Independence
UNAMI	União Nacional de Moçambique Independente
UNICEF	United Nations Children Fund
V. Rev. ou V.R.	Vossa Reverendíssima

Abstract

The present study entitled ' the Jesuit Missions in Mozambique: relations with society and with the political power in Tete, 1941-2011» analyzes the role of the Mozambican nation-building missions. This study was motivated by the fact that some questions about the relationship between the State and the Church in General and between the political power and the missionaries in particular persist. The impact of the Jesuit relations with political power and society in construction of the mozambican citizenship is analysed. The Mozambicans citizenship, in this study is understood to be the set of intrinsic Mozambican values as a result of the union between the colonial past references with post-colonial values. The study focuses on the historical evolution of the Jesuit presence in Mozambique. Documentary and field research show that both entities, i.e., Church and State, complement each other in the performance of their roles to promote social welfare. The question that the study considers criticism concerns the understanding of the sense of cooperation between a secular State and religious congregations. To make the study more restrictive and easy to understand, a particular case was chosen: the Missionaries of the Society of Jesus. From the social point of view, this study seeks to contribute to the solution of the problem of conflict between the secularity of the State and the problems inherent in social development whose answer requires the intervention of both political and religious power. The study reveals that, in certain circumstances, the missionary is on top place than that conferred by common sense because of its objective role in the knowledge of the real problems of the population and recommended solutions.

Keywords: cooperation, Jesuits, State, Church, Missions, Mozambique, Portugal.

Resumo

O presente estudo intitulado «*A Missionação Jesuíta em Moçambique: As Relações Com a Sociedade e com o Poder Político em Tete, 1941-2011*» analisa o papel da missionação na construção da nação moçambicana. Foi motivado pelo facto de persistirem algumas interrogações acerca da relação entre o Estado e a Igreja em geral e entre o poder político e os missionários em particular. Constitui problema analisar o impacto das relações dos Jesuítas com o poder político e com a sociedade na construção da moçambicanidade. A moçambicanidade neste trabalho é entendida como sendo o conjunto de valores intrínsecos dos moçambicanos resultantes da união entre referências do passado colonial com o pós-colonial. Centramos o estudo na evolução histórica da presença jesuítica em Moçambique. A pesquisa documental e de campo mostra que ambas as entidades, isto é, Igreja e Estado, complementam-se no desempenho de seus papéis para a promoção do bem-estar social. A questão que o estudo considera crítica diz respeito à compreensão do sentido da cooperação entre um Estado Laico e as Congregações Religiosas. Para tornar o estudo mais restritivo e de fácil compreensão, escolhemos um caso particular: os missionários da Companhia de Jesus. Do ponto de vista social, este estudo procura contribuir para a solução do problema de conflito entre a laicidade do Estado e os problemas inerentes ao desenvolvimento social cuja resposta requer a intervenção tanto do poder político como do poder religioso. Revela-se que, em certas circunstâncias, o missionário reveste-se de capital importância do que a que lhe é conferida pelo seu papel objectivo no conhecimento dos problemas reais da população e das soluções que preconiza.

Palavras-chave: Cooperação, Jesuítas, Estado, Igreja, Missionação, Moçambique, Portugal.

Introdução

Esta dissertação foi escrita no âmbito de *Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação*. Constitui-lhe objecto de estudo os Missionários da Companhia de Jesus, doravante «Jesuítas», retomando um tema imenso, o da *Missionação Jesuíta em Moçambique*. A extensão espácio-temporal do assunto torna inevitável a explicação da sua delimitação, a qual, naturalmente, é sempre contestável. No caso, 1941 foi ano do seu quarto retorno após serem anterior e sistematicamente expulsos pelo poder político; i) 1560-1572; ii) 1610-1759; e iii) 1881-1910.

O tema surge das questões que nos foram surgindo ao longo do tempo, em parte pela convivência com os Jesuítas após o fim do conflito armado, onde pudemos observar a participação daqueles na reconstrução nacional. Apoiamo-nos numa experiência pessoal que vem dos tempos de escolaridade na Missão de Lifidzi, passando pela vida no Seminário até ao Noviciado, experiência essa feita de contactos com missionários, das observações que fizemos e dos problemas com que deparamos. Além disso, notamos a carência de estudos de caso sobre os Jesuítas e julgamos sem um trabalho de pertinência social. Contou muito o nosso contacto com o Jesuíta que fez parte do primeiro grupo, Irmão Albano Agulha.

A clareza nos objectivos pretendidos exigiu discussões com o orientador que nos transmitiu as suas apreciações e deu a conhecer trabalhos que até então desconhecíamos. Algumas investigações levadas a cabo por pessoas singulares permitiram a identificação de obras de relevo relatando a vida missionária em Moçambique. Soubemos que muitos documentos importantes, produzidos por Jesuítas, cujo teor incide sobre a actividade missionária, foram arquivados. Para ter acesso à informação usamos vários motores de pesquisa (net) e frequentamos bibliotecas e arquivos. Pretendíamos encontrar o subsídio bibliográfico para o suporte teórico de informação.

Á luz das experiências que a historiografia nos fornece, a questão de saber sob que forma se deve abordar o problema das relações entre os Jesuítas, o Estado e o Povo foi, sem dúvida, um dos aspectos que tivemos em conta. Constatamos um vazio historiográfico no referente ao contributo específico de jesuítas na construção de Moçambique. Não se trata de desconstrução do mito do colaboracionismo da Igreja mas um questionamento dos fundamentos por detrás dele. Tendo em consideração a evolução histórica da Igreja Católica em Moçambique, tivemos como problema o da cooperação religiosa e a laicidade do Estado.

Diz-se que a Igreja colaborou com o colonialismo português. Negar esta afirmação não é o objectivo. O que não se diz é que a Igreja colaborou com o colonialismo no que se julgava ser bom e útil para a sua acção. Nem tudo o que o colonialismo fez foi nocivo, conforme mostra a documentação do tempo. Nas correspondências a que tivemos acesso os missionários acusavam o Governo pelo atraso das sociedades sob sua jurisdição. Para esta pesquisa tivemos várias perguntas de partida:

a) Qual era o itinerário de um missionário para Moçambique a partir de Portugal?
b) Como era o processo de integração na sociedade rural moçambicana?
c) Que actividades eram desempenhadas?
d) Como os jesuítas viveram a revolução que conduziu Moçambique à independência?
e) Como foi a missionação pós-independência?
f) A cooperação entre o Estado e os missionários terá sido necessariamente uma colaboração com o colonialismo?
g) Qual é o estado actual da Missão e quais as perspectivas para o futuro?

Batendo-se pela falta de bibliografia, a História de Moçambique enfrenta uma dificuldade de acesso a fontes que propiciem facetas de uma experiência religiosa que serviu de ponte na transição do processo revolucionário o qual não terminou com a independência nacional, em 1975. Nos numerosos trabalhos feitos sobre a Missionação em Moçambique, motivados por interesses individuais ou coletivos, há mais presença de aspectos políticos ignorando-se, por vezes, que aqueles apenas foram as bases de um exercício de actividades sociais com impacto directo na vida das populações.

As congregações religiosas, apesar da sua clarividência social, continuam a ser tratadas apenas na perspectiva política o que faz com que suas obras sejam colocadas fora da linha na construção da nação. Ignora-se a importância dos outros elementos constitutivos da Igreja no apaziguamento dos ânimos, a indiferença do regime em face do fracasso de certos projectos sociais em nome da laicidade do Estado, projectos estes que tal como o foram no passado um motivo de habilitar o individuo ao autossustento poderiam sê-lo hoje.

Nas áreas junto das missões é notória a presença de pessoas que fazem algo de utilidade social e que afirmam terem aprendido nas missões ou paróquias com ajuda dos missionários. Os mais velhos têm desvalorizado o ensino actual culpando-o de não habilitar os jovens com as capacidades de autonomia como era no passado, atitude por vezes vista como sendo saudosismo em relação ao tempo colonial. Há pessoas que, tendo passado pelas missões a fim de aprenderem alguma actividade no âmbito dos projectos sociais promovidos pelos missionários, não são tão vulneráveis à pobreza quanto aqueles que não passaram pela mesma experiência. As que aprenderam nas missões, apesar do seu baixo nível de escolaridade, têm tido sucesso em diferentes frentes como na produção agrícola, criação de animais, carpintaria, mecânica e mesmo no interesse pelo envio dos filhos à escola.

Os Jesuítas têm-se notabilizado na busca de soluções para problemas que afectam directamente as comunidades, fora do âmbito da evangelização: na malnutrição, no ensino e no cuidado e amparo das crianças órfãs. São áreas que o Governo também pode intervir. Todavia, devido ao passado histórico, não tem havido um apoio substancial fazendo com que os projectos não sejam implementados ou sejam tardiamente iniciados e sem garantia da sua continuidade. Este tema tem uma referência social à medida que as pessoas residentes nas partes por onde passaram os missionários Jesuítas sentem que actualmente há dificuldades de aprendizagem dos seus filhos. O tema proposto não foi devidamente explorado, cabendo aos académicos reconstituir factos, pois, à medida que afastamo-nos no tempo, novos elementos e novas questões emergem sobre o passado.

A campanha contra a Igreja feita nos primeiros anos da independência deixou a dúvida entre a comunidade académica havendo uns que encontram mais elementos nocivos a favor do colonialismo e outros com conclusões contrárias. É do conhecimento do passado que se podem encontrar mecanismos tendentes a contribuir para cooperação e até colaboração sem, contudo, perder-se de vista a laicidade do Estado, muitas vezes utilizada como fuga da responsabilidade em promover o bem-estar social. Como construir pontes de desenvolvimento e de promoção do bem-estar através da missionação jesuítica não obstante a acusação/suspeita que recai sobre ela como tendo sido colaboradora do colonialismo? Embora fosse aliada ao Regime Colonial ela desempenhou papel de relevo na consciencialização das massas para autodeterminação.

O problema de fundo é como as relações entre os missionários com o poder político e com a sociedade podem contribuir para as mudanças sociais desejadas? Hipoteticamente julgamos que o incentivo de estudos de casos particulares sobre o passado pode contribuir para

identificação de áreas de intervenção capazes de provocar mudanças positivas na melhoria da vida das populações. Além desta hipótese, a cooperação entre o Estado e os missionários pode influenciar na materialização dos objectivos da promoção socio-cultural em Moçambique. Os actores principais da missionação, conforme os indicadores, são as autoridades civis, os padres, os irmãos coadjutores, os escolásticos, as freiras, os catequistas, os professores, os auxiliares leigos e a própria comunidade. No seu trabalho, os missionários Jesuítas têm como áreas de intervenção a evangelização, a educação, a saúde, a habitação, as vias de comunicação, o controlo político administrativo e trabalho profissional.

O objectivo geral da pesquisa foi o de analisar o processo da missionação dos Jesuítas em Moçambique - (1941-2011). Foram objectivos Específicos i) descrever o processo de ocupação dos espaços de culto em Moçambique, ii) identificar os agentes envolvidos e iii) avaliar o contributo destas relações na melhoria das condições sociais, económicas, políticas e culturais das populações. O trabalho mostra que a cooperação constitui fonte de melhoria das condições de vida social, o que requer boa vontade entre os actores envolvidos. Servimo-nos de fontes documentais, arquivísticas, correspondências e orais, recorrendo à consulta bibliográfica e ao recurso da entrevista, questionário e observação.

As limitações do presente estudo residem no facto de termos trabalhado com documentos de períodos diferentes o que influencia na abundância ou ausência deles. A extensão do tempo fez com que privilegiássemos mais a descrição reservando a análise para os trabalhos ulteriores. Fizemos um esforço de cruzar fontes, sempre que estas estivessem ao dispor. Os dados são tratados em tabelas, quadros e figuras, sempre seguidos de uma minuciosa interpretação. O Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus (APPCJ) foi-nos utilíssimo tendo fornecidos documentos referentes a Missão dos Jesuítas em Moçambique. Nele encontram-se as Cartas Ânuas e Correspondências que relatam a vida das missões, das residências e dos missionários. Também foi-nos valioso o encontro com 70 catálogos, pequenos livrinhos periódicos com informações sobre a colocação de cada jesuíta e a respectiva ocupação bem como relatórios-resumo de actividades desenvolvidas por ano, o que nos permitiu determinar com exactidão, salvo raras excepções, o número de missionários que esteve numa determinada residência por ano.

Estruturalmente, além dos elementos pré-textuais, a dissertação compreende três partes que se subdividem em capítulos. A primeira parte - *A Missiona*ção *Pré-Concordatária em Moçambique* – traça uma retrospectiva do que foi a missionação no passado. Esta, contém quatro capítulos. No primeiro capítulo, *Síntese da História Geral da Companhia de Jesus*, aborda-se a questão da ascensão, decadência e renascimento da Companhia de Jesus, o contexto do seu surgimento e as estratégias comuns de missionação e de evangelização.

O segundo capítulo ocupa-se da *História da Companhia de Jesus em Moçambique*, religando-a à dos Jesuítas em Portugal. Para tornar mais compreensível a leitura, periodizamo-la, o que prepara o leitor para a entrada ao contexto de que o trabalho se ocupa. O terceiro capítulo, *História dos Jesuítas no Quarto período em Moçambique*, apresenta as características gerais do que foi a missionação jesuíta dentro do período delimitado. Na base de factos históricos, o quarto período é subdividido em três subperíodos, cada um com características próprias e razões que o fundamentem.

A segunda parte - *Missões e paróquias moçambicanas dos jesuítas*, possui quatro capítulos. Começamos pela descrição das missões da região de Tete, isto no primeiro capítulo, uma História que corresponde a primeira década da sua presença. No segundo capítulo, apresentamos as paróquias da região de Sofala onde marcaram a sua presença em 1952. No

terceiro capítulo, agrupamos três regiões devido a sua proximidade contextual, nomeadamente, Quelimane, Lichinga e Malawi. O quarto capítulo agrupa regiões de Lourenço Marques e de Salisbúria, devido ao mesmo quadro histórico que lhes deu origem. Por causa disso, o número de missões abordadas parecerá reduzido. A terceira parte debruça sobre *as relações dos jesuítas com a sociedade e com o poder político em Moçambique*,recapitulando o trabalho com elementos de análise, baseados na pesquisa que foi levada a cabo. São analisadas as interações entre missionários e os povos das áreas de missionação. Terminamos falando das dificuldades da missionação e sugerir as vias de superação. Devido à sua importância histórica e para ajudar na compreensão de alguns dos assuntos tratados, colocamos apêndices contendo dados amostrais referentes ao esforço missionário no ensino e na evangelização.

Apresenta-se a lista de missionários que viveram em determinado ano numa mesma residência. Tais dados não devem ser considerados absolutos, uma vez que colocou-se o que foi encontrado porque registado, não pondo de lado a existência de novos dados que possam alterar os actuais. Não pudemos determinar com exactidão, quantos anos cada missionário viveu em Moçambique. Na base do que conseguimos, julgamos não estar longe da realidade. Esperamos que este trabalho sirva de um subsídio para quem deseja conhecer e estudar em profundidade a História dos Jesuítas em Moçambique.

A recolha de dados para o presente estudo foi realizada entre 2011 e 2013. A idade avançada de pessoas entrevistadas, a dispersão de fontes documentais e a difícil acessibilidade das mesmas tornaram aconselháveis visitas sucessivas às áreas em estudo, de preferência a uma estadia temporária. Deslocações de dois dias na maioria dos meses que durou o trabalho foram assim a regra. O tempo não consumido em pesquisa de campo foi utilizado na preparação de questionários para entrevistas, na apreciação das respostas, na consulta bibliográfica de documentação e nas leituras e transcrições de correspondências, citações e documentos originais.

A alternância de trabalho de campo e de pesquisa bibliográfica, um tanto imposta pelas circunstâncias, provou ser benéfica, tendo evitado o cansaço que as dificuldades e incomodidades da investigação de campo podem provocar. A comunicação com pessoas que foram os construtores activos dos acontecimentos aqui relatados sempre forneceu novos estímulos ao investigador e nova dimensão aos dados que a observação ia colhendo. Trabalhou-se normalmente com um entrevistado de cada vez, mas nem sempre, sobretudo nos momentos comunitários de oração e de refeições em que vários membros podiam participar das questões levantadas.

O investigador sempre deslocou-se às residências do entrevistado onde teve um acolhimento caloroso o que facilitou a exposição dos objectivos da pesquisa. Para os missionários, cada entrevista era antecedida de um estudo minucioso sobre as por eles actividades realizadas no terreno. Recorreu-se ao testemunho individual de antigos e actuais missionários, residindo em áreas dispersas de Portugal, nomeadamente: Cernache, Braga, Caldas, Covilhã, Lisboa, Almada e Moçambique. Os dados colectados deste modo foram sujeitos a contraprova sempre que isso foi possível, através de visitas repetitivas às fontes de informação e confrontação delas com outras alternativas. Não sendo o caso, aparecem no trabalho referidos sob maiores reservas.

O acolhimento dispensado pelos entrevistados em Portugal e em Moçambique foi invariavelmente bom. Os missionários mais velhos frequentemente respondiam aos agradecimentos expressos com os seus próprios gestos, pela oportunidade que tinham de

evocar memórias e aclarar dúvidas. Esta disposição em responder calorosamente se deve em parte ao facto de que o estudo ia responder a uma necessidade profundamente sentida. Durante as estadias fora do ambiente universitário contactou-se com os amigos e familiares de pessoas envolvidas em busca de documentos e testemunhos inéditos porventura ali existentes, esforços que algumas vezes foram improfícuos pelo que se alarga o limite de o presente trabalho ser conclusivo.

Nas casas de missionários consultaram-se relatórios anuais amavelmente cedidos. Em horas vagas conversou-se com antigos alunos, seminaristas, catequistas, professores, e cristãos, nos locais onde era possível encontrá-los, algumas vezes com resultados dignos de registo. A pesquisa bibliográfica levada a cabo no Arquivo da Torre do Tombo, sobretudo no respeitante aos mais antigos documentos e aos arquivos da PIDE (relatos, cartas de missionários, crónicas, e ainda obras de governadores e militares serviu de trampolim para confrontar as hipóteses com as versões oficiais e civis e o esclarecimento de certos pontos de penumbra sobre os períodos mais afastados.

Foi também adquirido um número considerável de artigos publicados em jornais e revistas estrangeiras existentes, de missionários que partiam para as colónias ou atravessavam as áreas em estudo. A entrevista destinava-se a recolher as informações necessárias a compilação da pesquisa, e tinha um plano elaborado de carácter exploratório. No final de cada entrevista era feito um relatório. Tratou-se, sobretudo, de confirmar alguns dados sobre os quais pairavam dúvidas. De seguida, pegamos nas correspondências de missionários entre si ou destes com os respectivos superiores.

O outro passo foi a consulta de documentos emanados das estruturas hierárquicas superiores da Igreja e da Ordem dos Jesuítas. Falamos de ordens de serviço, informes e outros. Os diários, revistas periódicas, documentos diplomáticos entre o Estado e a Santa Sé também foram lidos. Ressalve-se o caso em que recorremos às Cartas Ânuas para reconstituir a relação que se estabelecia entre a Companhia de Jesus em Moçambique com a Companhia Universal. Para o período anterior a 1975 recorremos nas memórias de alguns missionários sobre as missões jesuíticas e em matutinos e revistas que se publicavam na época. No concernente às revistas podemos salientar a «Missões», uma excelente obra, redigida por quem viveu e comandou directamente acontecimentos no terreno.

É importante porque nela transparece o ambiente da época, as dificuldades do empreendimento e as relações entre os actores que influenciaram a empresa missionária. Os periódicos, *Ecos da Província de Portugal e Jornais,* também nos foram utilíssimos na reconstituição dos factos. Nas formas de recolha, análise e validação da informação, tivemos em consideração aos seguintes pontos: quem produziu, o contexto da sua produção, as intenções ou a finalidade e suportes da própria informação. Importa sublinhar o facto de termos pedido autorização aos entrevistados de modo a que os pudéssemos citar no trabalho.

Nas fontes secundárias, a preferência foi concedida aos autores recentes para analisar o estado da arte, sob reserva de sua adequação aos conteúdos tratados. Tal procedimento, aparentemente longo e complexo, revelou-se necessário, pois permitiu assegurar o máximo de rigor científico a matéria em discussão. Houve ocasiões nas quais tivemos dúvidas sobre determinados acontecimentos relatados por escrito ou porque o autor já faleceu ou porque a sua localização era difícil. Eventualmente, especialistas de uma questão ou período específico foram consultados para a finalização definitiva do procedimento científico para o caso. Obrigamo-nos a sublinhar a importância desse trabalho para Moçambique uma vez tratar-se de um Estado recente cuja História se encontra dispersa e sobretudo em Portugal.

PRIMEIRA PARTE

A MISSIONAÇÃO PRÉ-CONCORDATÁRIA EM MOÇAMBIQUE, 1560-1940

Para muitos Jesuítas, a autoridade centralizada da Igreja, a estrutura de comando por meio da qual é exercida a sua finalidade são, todas, inaceitáveis hoje em dia. As tradicionais prerrogativas, de qualquer papa, são censuráveis. No lugar do propósito espiritual da Igreja Tradicional, a Sociedade de Jesus colocou a luta, ao presente, pela libertação de uma classe de homens e mulheres da nossa sociedade de hoje: os milhões da injustiça social, económica e política.

Malachi Martin

Na primeira parte desta dissertação, consagrada a *Missiona*ção *pré-concordatária em Moçambique*, distinguimos três capítulos: Síntese da História Geral da Companhia de Jesus, História da Companhia de Jesus em Moçambique e História dos Jesuítas no Quarto período em Moçambique. Trata-se de uma descrição superficial capaz de introduzir o leitor ao essencial que será apresentado nas partes subsequentes. Vários estudos foram feitos e muita coisa se falou sobre o território com resultados que nos fazem chegar ao mesmo ponto: tal como a terra fora colonizada, com ela igualmente estava a História.

Polónia[1] notou que na História Portuguesa sobre a expansão faltou uma perspectiva geoeconómica que integrasse o estudo das realidades civilizacionais com que, os portugueses em particular, e os europeus em geral contactaram. E uma obra ainda não explorada em seu justo valor nem incluída em diversos manuais que se debruçam da História de Moçambique. A obra da autora força a admiração porque constitui uma introdução ao estudo das realidades locais na História global. Moçambique é uma destas realidades civilizacionais, cuja apresentação, na historiografia portuguesa, constitui um apêndice, um caminho para exaltar a pátria na exclusão.

Do outro lado, políticos e escritores de História de Moçambique tentam, a todo o custo, usar a História de forma unilateral, querendo intencionalmente descura-la do seu contexto integracional. Se o desejo de império convivia, nos portugueses, com a tentação de abandonarem Moçambique, que para muitos só dava despesas e desgostos, foi a entrega de seus filhos entre eles os missionários que veio alterar profundamente esta consideração. Temos como motivação individual uma apreciação de que a História tem sido usada mais para exaltar os efeitos do passado exclusivo ao invés de ser inclusivo. É com preocupação que notamos como o passado tem sido evocado para justificar os fracassos do presente.

A imagem construída sobre Portugal continua tendenciosa ao mutilar uma parte importante que determinou o figurino actual do país. Os temas sobre a colonização em geral e sobre a missionação em particular continuam na ordem do dia e segundo as intenções, circunstâncias e auditórios. Em certas ocasiões, a evocação do passado colonial agita corações e move paixões enfatizando-lhe o seu lado negativo. Conquistada a independência, a linguagem dos políticos entrou para a historiografia erguendo ideias que tentavam justificar a pertinência da luta e a sua inevitabilidade.

---

[1] Polónia, Amélia. *Vila do Conde: Um Porto Nortenho na Expansão Ultramarina Quinhentista.* Tese de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto, 1999:22

O que esta historiografia não faz menção é o esforço que cada uma das partes integrantes no regime colonial terá desempenhado para um espaço melhor. Por estas e outras razões julgamos que um estudo referente ao reflexo da missionação na construção de Moçambique pode contribuir para orientar novos estudos que busquem no passado razões de existência actual da nação e forjar perspectivas de cooperação futura. Importa salientar que, no acto da colonização, destacaram-se três grupos: militares, mercadores e missionários.

Mas embora decidindo a utilização deste tema, era preciso escolher o aspecto particular que nos interessaria prioritariamente. Com efeito, a missionação é um assunto tão vasto e complexo que não se poderia tratar a sua totalidade no quadro da nossa análise, tal como lhe definimos a finalidade. Assim, limitar-nos-emos ao problema da missionação Jesuíta e, em particular, das suas missões. Não serão descritas todas elas, apenas as consideradas principais das quais se fragmentaram as demais. Das mais de três dezenas de estações missionárias jesuíticas neste tempo delimitado, falamos de nove missões, fazendo a referência de outras conforme o elo que as uniu.

O tema sobre a missionação em Moçambique não é novo, muito menos o referente aos Jesuítas. Os autores que se debruçaram sobre ele fizeram referência ao trabalho desenvolvido mediante as possibilidades que o tempo impunha. O facto de a pesquisa proposta nos permitir trabalhar com fontes orais poderá esclarecer algumas questões que as pesquisas anteriores não foram capazes de responder ao basearem-se exclusivamente nas fontes documentais, algumas das quais escritas com mestria pelo medo da censura, conforme o tempo de sua produção.

Falar das relações dos missionários com o poder político e a sociedade remete-nos a caracterizar o regime político e a organização da sociedade. Por esta razão, descrevemos alguns aspectos ligados ao Estado Novo e ao Moçambique Independente, aspectos estes que interferiram e condicionaram o trabalho missionário. Numa abordagem cronológica, dêmos enfase aos temas ligados à Concordata Missionária, à Guerra Colonial, à Guerra Civil e à Reconstrução Nacional, o que nos levou a detalhar os agentes envolvidos: a Igreja, os políticos e o povo.

Em determinadas passagens, ao longo do trabalho, evitou-se o uso de expressões «turra, terrorista», «Bandidos Armados» e «guerra de desestabilização», em parte porque não passam de ficções ditadas pela aversão de uns contra atitudes de outros, carregadas de sentido pejorativo, e sobretudo porque a sua utilização constante torna imparcial qualquer trabalho, como acontece nos debates políticos.

Em vez delas, foram empregues os termos guerrilheiros, rebeldes, guerra civil – não obstante a prevalecente discussão historiográfica no panorama moçambicano – praticamente como sinónimos. Por não ter uma ligação directa com os Jesuítas, as notas explicativas, pontos de e em debate ou contendo pormenores das fontes citadas, são numeradas e encontram-se no fim de página.

Um estudo desse género proporcionará um conhecimento mais profundo sobre as facetas em que foi feita a missionação jesuíta após a Concordata Missionária e na sua transição para o Moçambique Independente. O trabalho dos Jesuítas foi cauteloso e todo e qualquer passo teve de ser medido tendo em conta a sua recepção pelas populações locais, algumas delas muito hostis a qualquer domínio estrangeiro. Resultaram estas cautelas numa crescente consolidação do seu expansionismo tendo servido de escudo não apenas contra a missionação protestante, mas também na garantia das fronteiras do território moçambicanos contra os vizinhos ingleses.

CAPÍTULO I

1.1. Síntese da História Geral da Companhia de Jesus

Nestas circunstâncias, a serpente abordou-o e murmurou-lhe suavemente um par de palavras ao ouvido. O Diabo não perdeu nem uma sílaba dos pensamentos imorais dela. Levantou-se de um pulo, o seu peito inchado aliviou-se e os olhos voltaram a brilhar-lhe de prazer e luxúria. Nove meses depois, uma mulher deu à luz um jovem cujo nome era Dom Iñigo de Loyola.

Theodor Griesinger

Neste primeiro capítulo, serão desenvolvidos os temas que vão desde a fundação da Companhia de Jesus, passando pela sua ascensão e expansão pelo mundo, com maior enfoque para Portugal. Faz-se referência ao Oriente e ao Brasil cuja história esteve intimamente ligada à Expansão Portuguesa e sua presença em Moçambique.

Evangelização é termo «específico para exprimir a transmissão da fé cristã em ambientes descrentes[2]». De acordo com autor os termos Cristianização e Missionação vieram como resultado da vergonha que a Igreja Católica sentia em pronunciar um termo que tinha dado origem aos «evangélicos». Resulta que os católicos da época reformista preferiram «missionar» a «evangelizar». Missionação voltou a significar mandato apostólico dado por Jesus aos seus discípulos quando os ordenou a irem ao mundo inteiro.

O termo evangelização é recente, e assinala a nova era do mundo a partir das Descobertas portuguesas nos séculos XV-XVI. No caso português o termo passou a ser sinónimo de aportuguesação. Visava fazer a conversão das mentalidades dos enviados a fim de passarem da ideia de luta para a de persuasão no respeito da pessoa humana. É através da missionação que a Igreja se manifesta ecumenicamente porque Cristo veio ao Mundo com uma Missão.

A Missão envolve conceitos de mudança de local, dinamismo, mandato para dilatação da fé. Ao longo da História, evangelização e missionação tornaram-se como sinónimos, porque o missionário não tem como destino apenas aos infiéis e pagãos. Mas houve outros interesses que a sustentaram, como solidificação das relações comerciais entre a Europa Cristã e outras partes e garantia de locais de fornecimento de matérias-primas imprescindíveis para a indústria em desenvolvimento na Europa.

Por isso, o estabelecimento de relações amistosas com as populações que habitavam já não apenas as zonas marítimas, mas o interior, e fortalecer os elos com todos os nativos. Para Pinto «É óbvio que só pode ser considerada como Missionação a tentativa de evangelização em liberdade e a conversão, in loco, de homens e mulheres na sua própria terra, integrados no seu próprio meio e não de pobre gente, comprada e vendida.

Damo-nos conta desta realidade porque sempre que colocavam um sacerdote num sítio instalava-se uma fortaleza, que servia de sede administrativa, uma feitoria comercial, um fortim militar e uma igreja de culto[3] e alguns missionários, sobretudo franciscanos e dominicanos, que acompanhavam as caravelas iam a título pessoal. Parece mesmo que havia mais preocupação em arranjar benefícios que dilatar a fé. Nos usos e costumes como estratégias de fixação, para os jesuítas, a aprendizagem da língua enquanto veículo

---

[2] Dias, Geraldo J. A. Coelho. *A Evangelização: Portugal e a Política Externa da Igreja no século XV.* Revista da Faculdade de Letras, UP, Porto, 2010:145.
[3] Dias, Geraldo J. A. Coelho. op. cit. p. 152

privilegiado de contacto entre europeus e os povos com quem se encontravam constituiu uma estratégia importante. Era mais proveitosa a sua aprendizagem que o esforço que era empreendido pelas autoridades civis para impor o português. Mesmo no quarto período o superior recomenda divulgação da obra apostólica através das línguas. Assim, a missionação implicava aprática de uma aprendizagem por meio de intérpretes locais. A fundamental contribuição dos Jesuítas ao desenvolvimento verifica-se no ensino.

Graças à eles, a educação musical nas escolas é uma realidade em quase todos os países do mundo. Defendem um ensino baseado em métodos intuitivos que, colocando os alunos em contato com a realidade e ele como centro da aprendizagem. O ensino podia ser dado em simultaneo com a catequese do gentio, pelo que a sua acção sempre foi confundida com a colonização. As suas normas metodológicas referentes à aula são rigorosas, desde as questões e respectiva Ordem, e no próprio ritmo de ensino e de aprendizagem com metodologia alicerçada na tradição didática centrada no aluno. O ensino da Gramática e os actos de Examinações, ditado e escrita foram dos métodos mais usados.

Os conhecimentos que possuímos sobre a evangelização pré-jesuítica em Moçambique são obra dos cronistas régios, de missionários entusiasmados e cronistas das diferentes congregações religiosas, os quais, distanciados no tempo, tudo vêm pela lupa de engrandecimento que a causa da pátria, a fé cristã e o amor à congregação lhes despertavam, tornando os seus escritos demasiado apologistas e nacionalistas. Por essa razão, neste trabalho, cada aspecto mereceu uma atenção especial pois, diz-nos Dias:

> O historiador profissional e honesto não pode esquecer os aspectos negativos dum projecto honroso que não foi totalmente cumprido, não pode ignorar os exageros da exploração e cupidez comercial, nem deve ocultar as manchas da prepotência cruel de muitos administrativos e tão pouco alijar a responsabilidade da escravatura, que até Zurara, de forma realista e dramática, descreve, por mais que o tráfego dos escravos não fosse uma descoberta portuguesa[4].

Em face da documentação existente, mesmo com os estudos mais recentes notamos com preocupação que a continuidade nos estudos académicos é um elemento cuja análise tem sido descurada no estudo da construção da nação moçambicana, ou o mais frequentemente omitido, e isto de modo sistemático. Tais estudos, face às mutações político-sociais havidas são, em geral, divididos em duas partes: colonial e pós-colonial.

Embora reconhecendo a lógica que influência nas decisões dos pesquisadores, particularmente dos partidários da revolução, que têm-se debruçado em particular sobre a incidência dos factores políticos no processo da construção da Identidade Moçambicana, pondo de lado os religiosos, pensamos que o processo da construção nacional engloba elementos coloniais que coexistem com os pós-coloniais. A nossa decisão prende-se ao facto de a independência nacional para os Jesuítas, diferentemente do passado, não os ter forçado a abandonar o território.

Passados setenta anos de trabalhos e estudos com/sobre as populações sob sua jurisdição eclesiástica, os Jesuítas confrontam-se com problemas cada vez mais novos que se juntam aos já existentes, cujas respostas ainda não foram cabalmente dadas. Com efeito, foram muito numerosos os problemas que eles levantaram e com eles as possíveis soluções a curto, médio e longo prazos. Não é seguro que os conhecimentos que hoje possuímos dos referidos problemas tenham verdadeiramente sido difundidos a ponto de evitar repetir-se estudos de problemas já identificados. Alguns dos problemas referem-se à exclusão e submissão da

[4] Dias, Geraldo J. A. Coelho. *A Evangelização: Portugal e a Política Externa da Igreja no século XV.* Revista da Faculdade de Letras, UP, Porto, 2010:148

mulher, ao abandono escolar, à crença nos curandeiros e na feitiçaria, à emigração para os territórios vizinhos, à miséria e à poligamia. As correspondências entre os missionários da primeira geração do quarto período revelam uma luta incessante na identificação, descrição e prescrição pormenorizada de soluções para vários problemas referentes a saúde, política, economia, educação, cultura. A literatura existente mostra que a Companhia de Jesus menos se beneficiou de um estudo sistemático feito por leigos, apesar da sua posição-chave no regime político e da abundante documentação elaborada por seus membros. A nosso ver, isso deriva do facto de os trabalhos feitos a seguir a independência terem incidido mais para justificar a ruptura com o regime colonial e não necessariamente a continuidade de uma sociedade em construção.

1.1.1. Ascensão, decadência e renascimento dos Jesuítas

Quando Inácio de Loyola (31/05/1491 a 31/07/1556) e os companheiros concluíram estudos universitários em Paris (1534) foram a Veneza a caminho para Jerusalém. Lembremos esses companheiros: Simão Rodrigues (Vouzela), Francisco Xavier (Navarra), Padre Pedro Fabro, Alfonso Salmeron, Diego Laynez e Nicolau Bobedilla, espanhóis. As complicações da viagem começaram a manifestar-se pelas guerras turcas. Era mais fácil ir a Roma e pôr-se ao dispor do papa com uma total *disponibilidade para partir e trabalhar em qualquer parte do mundo, entre os fiéis e os infiéis*.

Apresentaram-se ao papa na condição de poderem ser mandados para onde o Sumo Pontífice desejasse e do grupo, apenas Fabro era padre. Esta disponibilidade tão simples e ao mesmo tão profunda comoveu Roma. Tratava-se, antes de mais nada, de mais um braço para fazer frente ao protestantismo, mas do qual não se tinha plena consciência. Escutemos longamente a palavra de um admirador dos Jesuítas, Jaime Balmes:

> É impossível pensar nas instituições religiosas, na história religiosa, política e literária da Europa durante os três últimos séculos sem encontrar os Jesuítas a cada passo: não podemos viajar pelos países distantes, atravessar mares desconhecidos, visitar as terras mais remotas ou penetrar nos mais terríveis desertos sem encontrar por toda a parte, sob os nossos pés, memoriais dos Jesuítas[5].

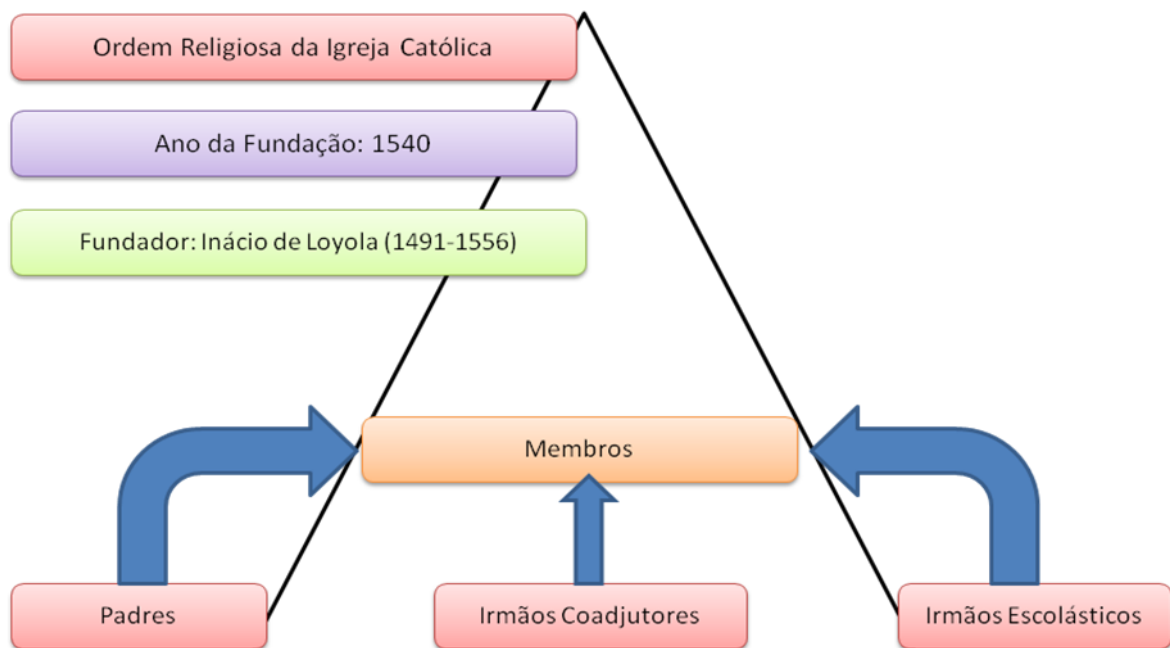
Naquela altura, D. João III precisava de sacerdotes para o ajudar a evangelizar o Ultramar e, por intermédio do seu embaixador em Roma, D. Pedro Mascarenhas, aproveitando-se da informação fornecida pelo bolseiro Diogo de Gouveia, em Paris, fez saber a intenção ao Papa e ao Iñigo que cedeu dois companheiros: Simão Rodrigues e Francisco de Jaso y Azpilicueta ou Francisco Xavier (7/04/1506 a 02/12/1552). Em 1540, os dois chegaram a Portugal, em 17 de Abril e 15 de Março, respectivamente, por mar e por terra. O primeiro ficou a organizar a Primeira Província da Companhia, enquanto Xavier partia para a Índia.

O sucesso dele fascinou gerações de companheiros cujas acções ultrapassaram as fronteiras portuguesas: «o Pe. António de Andrade, viajou até ao Tibete e tornou-se o primeiro europeu a atravessar o Himalaia; e o Ir. Bento de Góis, disfarçado de mercador, foi o primeiro explorador português do caminho terrestre da Índia para a China através da Ásia Central[6]». A dispersão de áreas de evangelização, a diversidade de realidades culturais e a reduzida força humana levaram-nos a adoptar vários métodos de evangelização e de adaptação que implicaram adopção de costumes locais que, associados à sólida formação serviram para fascinar reis e imperadores que em determinados momentos lhes deram

[5] BALMES, Jaime. *Protestantism and Catholicity Compared,* 1849, Cfr. Também em WRIGTH, Jonathan, *Os* Jesuíta*s:* Missões, Mitos e Histórias, Lisboa. Quetzal/Bertrand Editores, 2004:9
[6] Gonçalves, Nuno da Silva. *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente.* Lisboa, Brotéria, 2000:8

proteção e defesa, permitindo a sua continuidade. No momento do seu surgimento, os jesuítas estavam rodeados de uma Igreja decadente e reformadora. Por um lado, a hierarquia da Igreja cada vez mais distante do clero médio e este mais afastado do cristão e, por outro lado, forças motrizes na base da Reforma. Em 1517, Martinho Lutero havia dado o seu pontapé de saída ao fixar as cláusulas das 95 teses na Basílica de São Pedro. Havia muitos factores que manchavam a imagem da Igreja a começar pelo nepotismo papal, encarado como forma de assegurar colaboradores de confiança o que não deixava espaço para avaliação de qualidades necessárias para as funções eclesiásticas de grande responsabilidade.

O mundanismo dominava o clero, com cardeais vivendo de festas carnavalescas, como príncipes seculares, acumulando benefícios. O episcopado europeu não tinha espírito pastoral; mais de oitenta bispos viviam em Roma, recusando ir para as respectivas zonas pastorais. O médio e baixo clero eram titulares de benefícios imorais provenientes de negócios. O baixo clero era ignorante, imoral e secularizado e dependente do trabalho manual para sobreviver. O povo cristão vivia uma «ignorância gritante que levava à superstição, à feitiçaria e à magia, frequentemente associadas a devoções populares como o culto dos santos, veneração de relíquias ou determinadas formas de orações[7]».

Os papas reformistas procuravam soluções políticas para fazer face as instabilidades causadas pela reforma e eram forçados a cortar o estilo mundano que os caracterizava, observando a generosidade e a pastoral, prestando uma certa atenção na forma de admissão e ordenação ao sacerdócio. Para recuperar a figura de Bispo-pastor convocou-se o Concílio de Trento e aprovaram-se, em 1540, as intenções dos Jesuítas, dos somascos e da Companhia de Santa Úrsula, de Ângela Merici. Podemos resumir a origem dos Jesuítas conforme o esquema abaixo.

[7] Cfr. Fois, Mário. *A Igreja Europeia na época da Fundação da Companhia de Jesus.* Lisboa, Brotéria /Fundação Oriente, 2000:16

1.1.1.1. O Fundador da Companhia de Jesus e o contexto

O fundador dos Jesuítas foi Iñigo (Enneco ou Eneko) Lopéz Loiola, do País Basco e membro da família real da qual era militar. Em 1521 foi capturado numa batalha quando defendia Pamplona ao serviço de Carlo V. Recebeu os primeiros socorros dos seus detractores franceses antes de o deixarem no seu solar em Loiola. Aqui, teve as duas dolorosas operações para concertar os ossos da perna quebrada. Na convalescença, para se distrair, pediu um Romance da cavalaria mas porque não os havia foi obrigado a lei *A Vida de Cristo* de Ludolfo da Saxónia. Ao final da leitura sentia-se consolado. Foi o início da operação espiritual e cultural. A peregrinação interior será complementada pela exterior quando sair de Loiola a caminho de Monserrate, parando em Manresa antes de chegar a Barcelona, a caminho de Jerusalém.

Diz Wright que «Em 1523, Loiola visitou os lugares sagrados de Jerusalém mas quando se tornou claro que a cidade era demasiado perigosa para uma estada prolongada, ele optou por regressar à Europa em busca de uma educação universitária. Passados dois anos em Barcelona, a frequentar aulas de Latim com crianças, Loiola avançou para as salas de prelecção de Alcalá, em 1526, e de Salamanca, em 1527[8]». Por motivos de perseguição pela Inquisição, tinha sido forçado a abandonar a universidade de Alcalá para Salamanca. Mas a perseguição continuou e mudou-se para Paris onde chegou a 2 de Fevereiro de 1528. Em 1534, obteve o grau de mestre em artes. A viagem a Paris foi feita de burro e a vida na Faculdade foi difícil de tal sorte que, segundo o autor, durante os seis anos que se seguiram, Loiola estudou, pediu esmola, perdeu dinheiro para compatriotas sem escrúpulos e viveu de modo muito próximo da total indigência.

Defendem os jesuítas, no seu hino, que «Sem sandálias, sem alforje; Sem lugar onde ficar. Deus em tudo recompensa, E n'Ele somente esperar». Ao longo dessa sua mudança espiritual tinha conseguido sensibilizar e reunir em sua volta um grupo de sete companheiros com os quais fez votos, a 15 de Agosto, de «irem a Jerusalém e de lá gastarem suas vidas em favor dos muçulmanos e, se não conseguirem permissão de ficar em Jerusalém, de voltar a Roma e de se porem às Ordens do Papa[9]». No esquema jesuíta de formação há um noviciado de dois anos para provação e instrução espiritual findos os quais são proferidos os três simples e perpétuos votos: castidade, pobreza e obediência[10].

Foi numa capela dedicada ao patrono de Paris, S. Dinis, que se fez o acordo de Montmartre. Fizeram os votos de pobreza e rezou-se uma missa na pessoa do único já ordenado sacerdote do grupo, Pedro Fabro. Em 1539, papa Paulo III – Alessandro Farnese, de seu nome - aprovou o esboço das Constituições do Instituto e a 27 de Setembro de 1540, aprovou-o com o nome de *Companhia* ou *Sociedade de Jesus*, contando, na altura, com dez membros. No mesmo ano, Inácio foi nomeado primeiro superior-geral. A nova Ordem e a sua espiritualidade eram questionadas por alguns círculos de cardeais de Roma. A proposta de ir para as novas terras e delas trazerem mais números de fiéis para engrossar as contabilidades espirituais católicas em queda na Europa era o que consolava, porque a sua influência não representaria perigo no espaço romano. Esta visão negativa sobre o contexto histórico da fundação da Companhia de Jesus é reeditada de tempos a tempos, por católicos e protestantes. Para Theodor Griesinger, um protestante confesso do século XIX, Inácio de Loiola é filho do Diabo, para devolver ao mundo a ordem normal das coisas! Eis o seu estilo irónico mas incisivo.

---

[8] Wrigth, Jonathan, *Os* Jesuítas*:* Missões, Mitos e Histórias, Lisboa. Quetzal Editores/Bertrand, 2004:26
[9] Lopes, António. *História da Província Portuguesa da Companhia de Jesus*, Lisboa, Brotéria, 2000:65
[10] Wrigth, Jonathan, *Os* Jesuítas*:* Missões, Mitos e Histórias, Lisboa. Quetzal Editores/Bertrand, 2004:54

> O diabo estava sentado no inferno e contorcia-se com dores, pois o monge Lutero foi suficientemente corajoso para avançar pelo mundo e perturbar a ordem das coisas. Pela minha avó, ele conquistou uma posição e roubar-me-á o inferno se eu não lhe opuser uma força maior. E quem me apoiará nesta grave exigência quando o mundo se arrisca a sair de rumo? Assim uivava Satã e fustigava de tal modo o seu cérebro que a sua testa negra adquiria a cor do sangue. Nestas circunstâncias, a serpente abordou-o e murmurou-lhe suavemente um par de palavras ao ouvido. O Diabo não perdeu nem uma sílaba dos pensamentos imorais dela. Levantou-se de um pulo, o seu peito inchado aliviou-se e os olhos voltaram a brilhar-lhe de prazer e luxúria. Nove meses depois, uma mulher deu à luz um jovem cujo nome era Dom Iñigo de Loyola[11].

Na altura do surgimento da Companhia, viviam-se os tumultos calvinistas na Europa e sobretudo em França. A Eucaristia era questionada se era apenas memorial ou presença de Cristo. Uma tempestade teológica tinha abalado o edifício corroído do princípio da Transubstanciação, isto é, a transformação do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo. Um fervoroso herege afirmava que perdia a paciência quando um sodomita fedorento ou um perverso frequentador de bordéis, envergando a sua casaca de louco e de pé num altar, embrenhava-se no disparate da transubstanciação, a produzir um Deus a partir daquilo que poucos dias antes não era mais do que milho no celeiro do lavrador[12]».

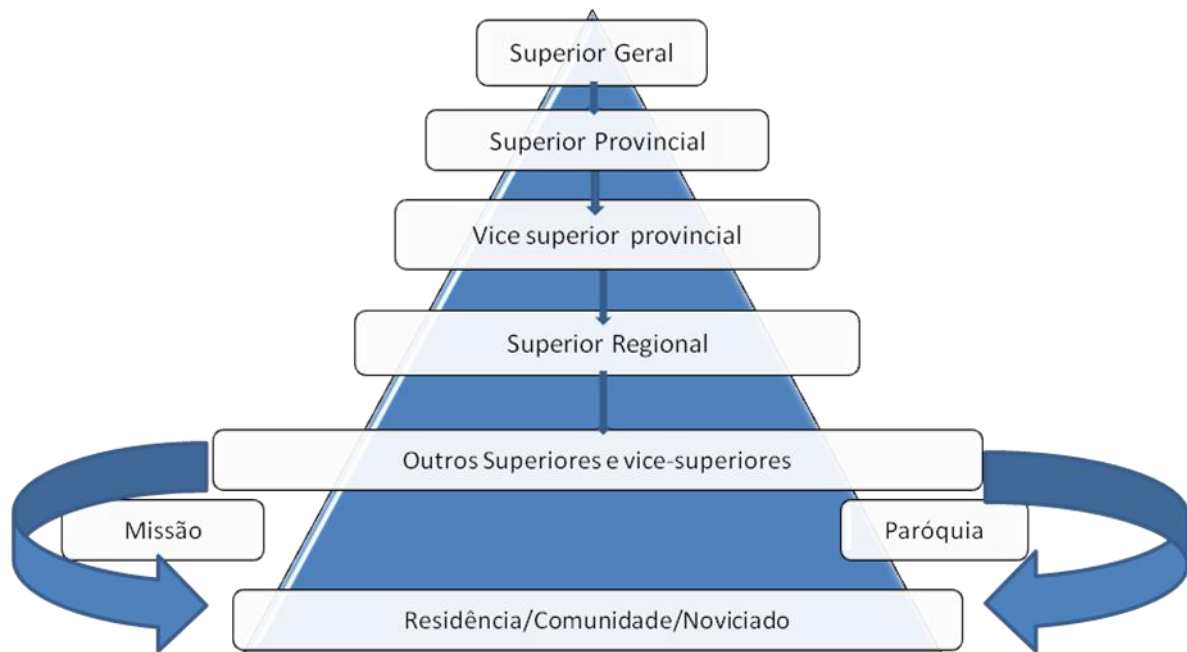
Outros atacavam e profanavam a estátua da Virgem Maria. Assim, os Jesuítas eram uma ajuda para o combate contra os hereges, combate cujos frutos não tardarão a verificar-se. Papa Gregório XIII, em 1581, completa de certa maneira a admiradora Missão cumprida pelos seguidores de Inácio quando diz que «não existe actualmente nenhum outro instrumento particular accionado por Deus contra os heréticos tão grande como a vossa Ordem Sagrada. Veio ao mundo no preciso momento em que os novos erros começaram a disseminar-se lá fora[13]».

1.1.1.2. A Organização e estrutura hierárquica da Companhia de Jesus

A Companhia de Jesus organiza-se em Cúria Geral, Províncias e Regiões. No passado, já teve vice-províncias e Moçambique foi uma delas. Os seus membros são Padres e Irmãos. A formação de um Jesuíta inicia no Noviciado onde, num período de dois anos, o *Noviço* aprende a rezar e a descobrir-se, a descobrir a Companhia e as suas Constituições e a passar pelas provas que a futura vida lhe exigirá. Terminado o Noviciado, faz-se a profissão de três votos perpétuos: castidade, pobreza e obediência e passa-se ao escolasticado. Na maioria dos casos, segue-se à fase da aprendizagem da Filosofia numa Universidade.

Terminada a Filosofia, o irmão escolástico – difere do irmão coadjutor porque este não tem propósito de se ordenar sacerdote – faz o estágio de dois e/ou mais anos[14], numa residência com os outros jesuítas, podendo dedicar a sua missão ao ensino, a catequese e/ou outras actividades do apostolado social. A esta fase de formação designa-se por Magistério. Só depois de feito é que se segue para a Teologia, podendo ser ordenado sacerdote antes do seu término. Quem entra para a Companhia já sacerdote apenas faz o Noviciado[15]. A História dos Jesuítas em Moçambique está intimamente ligada à forma como é organizada a sua estrutura em Portugal e no Mundo. Em geral, a estrutura e organização da Companhia de Jesus obedece a seguinte ordem hierárquica:

---

[11] Idem, p. 32
[12] Wrigth, Jonathan, *Os* Jesuítas*:* Missões, Mitos e Histórias, Lisboa. Quetzal Editores/Bertrand, 2004:28
[13] Idem, p. 29
[14] Os anos de formação de um Jesuíta variam. O facto de dois entrarem ao Noviciado no mesmo ano não significa que serão necessariamente ordenados no mesmo ano.
[15] O Padre Ernesto Domingues entrou para a Companhia já Sacerdote. No tempo de Inácio de Loyola, antes de ser ordenado, Pedro Fabro já era único sacerdote do grupo.

- Prepósito Geral, escolhido numa Congregação Geral que reúne os Provinciais, a partir da Cúria Romana, dirige a Companhia no Mundo, de forma vitalícia – salvo o próprio desejo de renunciar. O primeiro Superior Geral foi o próprio Fundador, Inácio de Loyola.

- Superior Provincial, nomeado pelo Superior Geral, ouvidos os consultores, dirige a Província da Companhia de Jesus para a qual é nomeado por um mandato renovável de 5/6 anos. Uma província conta com um Secretariado Provincial, uma Administração Provincial, um Arquivo da Província, Consultores da Província, uma Comissão Económica da Província, Auxiliares do Provincial, Comissões e Grupos de trabalho. Este esquema não difere muito do esquema geral, quer se trate da Cúria Geral quer da Cúria Regional.

- Vice-Provincial, (cargo extinto) dirigia uma Vice-Província subordinada a Província a qual estava ligada e da qual dependia. Nomeado pelo Superior Geral sob proposta do Provincial exercia o seu mandato renovável de 5/6. A última Vice-Província no Mundo foi a Moçambicana, em 1993, tendo sido o último vice-provincial, o Padre José Augusto Alves de Sousa. Em 2010, Angola deixou de estar ligada à Província Portuguesa e passou para a Província do Congo.

- Superior Regional, dirige uma região vinculada a uma Província. Tem um mandato renovável de 5/6 anos e, tal como era com o vice-provincial, é nomeado pelo Superior Geral sob proposta do Provincial, ouvidos os consultores.

- Superiores e vice-superiores, para uma Residência, uma Missão, um Centro ou uma Comunidade. O Mestre dos Noviços é automaticamente superior do Noviciado e é auxiliado por um sócio.

1.1.1.3. Os períodos da Companhia de Jesus em Portugal

A primeira saída da Sociedade de Jesus para o mundo teve como destino Portugal onde foi fundada, a 25 de Outubro de 1546, a Primeira Província Administrativa. Lopes[16] divide a História da Companhia de Jesus em Portugal, em quatro períodos: 1540-1759; 1829-1834; 1858-1932; desde 1932. O primeiro período caracteriza-se pelo envio de jesuítas, a pedido de autoridades políticas, para várias regiões, a fim de acudir as necessidades urgentes. O espírito missionário é mais notório.

No Oriente, Macau torna-se o Centro do poder. A inculturação «exagerada» na *questão dos ritos chineses* convidou a censura de Roma, que condenou a aceitação pelos Jesuítas dos ritos considerados idolatria e superstição pelos dominicanos e outros, entre 1704 e 1707. Criticados na China, abraçam ao projecto brasileiro. O período tem o seu declínio em 1750, quando os missionários do Maranhão protegem os índios contra a Companhia do Grão-Pará e do Maranhão. Está, é uma das causas que esteve por detrás da sua expulsão e extinção, a pedido de Marquês de Pombal, em 1759.

Os jesuítas tinham notado que as conversões eram mais fáceis onde os Índios não estavam submetidos às múltiplas tentações às quais se entregavam os comerciantes. Por essa accionaram mecanismos de protecção dos ameríndios, a partir de então, o que contribuiu para redução de caça ao homem que ameaçava directamente as sociedades autóctones. Mas os comerciantes reagiram com aversão contra os clérigos.

No segundo período, o Duque de Cadaval, o então primeiro-ministro de D. Miguel fez o pedido aos jesuítas franceses para que fossem restaurar a Província Portuguesa da Companhia de Jesus. Em vez disso, fundou-se a Missão de Portugal da Companhia de Jesus, oficializada a 8 de Setembro de 1832. Os ventos liberais ordenaram a sua expulsão, a 24 de Julho de 1833. Somente um ano depois, isto a 7 de Julho de 1834, conseguiram refugiar-se para Génova. Em termos políticos, vivia-se uma turbulência política, com governos caindo sucessivamente e a escravatura na ordem do dia.

O Aparelho de Estado imperial foi reformulado para adequar as instituições ultramarinas aos princípios do regime liberal vigente. O Conselho Ultramarino, órgão de consulta do soberano, fora abolido em 1833 e voltava-se ao privilégio do artigo 2º da Constituição de 1826 que considerava os domínios ultramarinos como parte do território nacional. Na nova conjuntura o Ministério do Ultramar podia conceder atribuições militares e administrativas aos governadores por si nomeados.

Na mesma altura, a imprensa nacional colocava a questão colonial em suas páginas apresentando-a como forma de supressão da grande perda que fora o Brasil, ideia orgulhosamente assumida pelo Morais Sarmento, para quem as possessões, se olhadas com atenção, poderiam levar a «uma nova grandeza a cidade de Lisboa, que seria assim levantada das cinzas em que a puseram a mudança da sede da Monarquia para o Brasil, a invasão dos franceses, e outras causas posteriores[17]».

Das regiões do ultramar vinham notícias pouco animadoras evocando calamidades e conflitos que punham em causa a autoridade central agravadas pela pouca informação disponível o que fez com que Morais Sarmento apresentasse a proposta ao Parlamento sobre

[16] Lopes, António. *História da Província Portuguesa da Companhia de Jesus*. Lisboa, Brotéria, 2000:65

[17] Diário da Câmara dos Pares, sessão de 8-4-1835, p. 266, ou ainda Alexandre, Valentim. *A Questão Colonial no Parlamento, Vol. I, 1821-1910,* Lisboa, Dom Quixote, 2008:109ss.

a pertinência do envio de Comissários Régios com poderes para alcançarem as mais exactas informações sobre os domínios ultramarinos. Esta proposta não teve acolhimento porque a proposta de Sá da Bandeira, então Ministro da Marinha, já estava em andamento. Segundo ele, era imperiosa a existência de quatro governos gerais, três dos quais em África - Cabo Verde, Moçambique e Angola, e uma em Goa e um governo particular em São Tomé e Príncipe. Aos governadores concediam amplas atribuições civis e militares e junto com eles funcionariam Conselhos de Governo compostos por chefes de repartições judiciais, militares, fiscais e eclesiásticas. O governador devia-lhes consultar.

Os adeptos desta proposta viam-na como verdadeira conducente ao integraccionismo, mas seus oponentes colocavam dois argumentos: a questão cultural e como europeizar porque havia vários factores que concorriam para dificultar, como os costumes que diferenciavam as populações dos territórios ultramarinos com as da metrópole. As garantias que as instituições liberais proporcionavam eram negadas aos indígenas porque a situação dos domínios assim como as outras considerações impediam eles ficassem sujeitos ao mesmo regime. Palmela interpretava este posicionamento nestes termos:

> A massa das povoações, em algumas das nossas colónias, compõem-se de negros e gentios, que não podem reputar-se num pé de igualdade com os Colonos Portugueses; o hábito em que tem estado de ver em uma mesma mão o poder civil e militar, não pode talvez alterar-se sem risco da conservação daquelas Províncias. A massa daspovoações das províncias de que se trata não é toda homogénea, não podem em rigor chamar-se Portugueses; há ali povos de castas e civilização muito diferentes da nossa, aos quais sem algum risco se não pode aplicar a divisão dos poderes na sua administração[18].

Para Xavier Botelho, nas colónias não devia existir órgãos representativos que colocassem descendentes dos conquistadores na dependência dos povos conquistados. Ele concluia «será isto muito liberal, mas é pouco airoso para uma Nação que se fez célebre no Mundo pelas façanhas e gentilezas que ali praticou[19]». Ao fim de tudo, o projecto de Bandeira foi aprovado na Câmara dos Pares. A regulação dos governos ultramarinos acabou por ser um objecto do diploma-ministerial de 7 de Setembro de 1836 com retoques sobre os poderes dos governadores, impedindo-os de prerrogativa de suspenderem qualquer autoridade pública e, dois anos depois, a proibição de despesas não autorizadas por lei ou pelo Governo de Lisboa aos governadores ultramarinos.

O terceiro período dos Jesuítas em Portugal contém dois subperíodos, respectivamente, 1858-1910 e 1910-1932. Iniciou como uma Missão Portuguesa a 27 de Setembro de 1858 – aniversário da aprovação da Companhia. Em 25 de Julho de 1880 foi restaurada a Província Portuguesa da Companhia de Jesus que preparou o retorno dos Jesuítas a Moçambique, no ano seguinte. Entre 1910 e 1932, embora expulsos de Portugal, a Província continuou a funcionar com as casas e os serviços deslocados para outros países, como Holanda, Bélgica, França e Espanha. Transferiram as casas de formação para Murcia, S. Martinde Trevejo e Oya e fundaram a Missão do Brasil com os Colégios da Baía e do Recife. Em Goa, refugiaram-se para o lado Inglês do Padroado[20] do Oriente (Alapé, Belgão, Cochim e no

---

[18] Diário da Câmara dos Pares, Sessão de 15 de Abril de 1835, p. 310, cfr. Alexandre, Valentim. *A Questão Colonial no Parlamento, Vol. I, 1821-1910,* Lisboa, Dom Quixote, 2008:109ss

[19] Diário da Câmara dos Pares, Sessão de 15 de Abril de 1835, p. 310.

[20] O padroado português pode ser definido amplamente como uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal como patrona das missões e instituições eclesiásticas católicas-romanas em vastas regiões da Ásia e do Brasil, isto tendo em conta as cláusulas do Tratado de Tordesilhas de 7 de Junho de 1494. Perante as realidades missionárias, como direitos, Portugal devia ocupar e possuir as terras, fazer guerra justa para subjugar as suas gentes e mete-las na religião de Cristo, nomear e apresentar os titulares dos benefícios eclesiásticos que ali se criassem, dedicar-se ao comércio, construir igrejas

território chinês de Macau - Shiuhing. Em 1931 foram perseguidos na Espanha e voltaram à Portugal depois de 21 anos de exílio. Tiveram que recomeçar a vida com as construções e compra de casas, construção de dois colégios em Lisboa e Caldas da Saúde, casas de provação, de retiro e várias residências. A formação, para servir aos desígnios humanos, tinha que ser longa pois exigia especialização, melhor preparação espiritual e cultural.

Se em Portugal deviam dar o privilégio a juventude universitária, em Moçambique tal não era um sonho, pois nem existia uma universidade sequer. Souberam contornar problema de vocações combatendo o individualismo que consistia em todos quererem ser muito inteligentes e pensar a seu modo, isto é, sem acatarem as directivas que recebiam dos superiores. Na Europa cada um procedia a seu modo; um destruía o que o outro edificava. Era preciso dar aos alunos uma formação séria, viril e sobrenatural e abandonar a educação para divertimentos e passatempos. Eis porque a Zélia diz:

> Os jesuítas, tradicionalmente orientados para o trabalho junto de elites, viram-se em Moçambique, forçados a trabalhar com populações predominantemente rurais, cujo futuro não vislumbrava possibilidades de ascendência social significativa. O trabalho para o qual estavam particularmente preparados não era, por excelência, a missionação entre a grande massa africana[21].

Para isso era preciso combater os pontos fracos, como o de dirigir uma congregação sem eficácia, pregações sem preparação conveniente, aulas dadas sem entusiasmo, prefeituras levadas sem dedicação, publicações e artigos superficiais por falta de investigação. O quarto período iniciado em 1932 favorece a actividade missionária, após os reparos dos decretos de 1926 e de 1929 que davam amplas liberdades religiosas e missionárias. Instala-se a Cúria Provincial em Portugal e, aos poucos, os Jesuítas vão regressando, hospedados em casas de amigos, sob pretexto de fazer pesquisa em Arquivos. É o período em que se reabrem e se desenvolvem as Missões do Brasil Setentrional, da Zambézia, de Goa, da China, desenvolvimento materializado por uma certa autonomização.

1.1.1.4. Estratégias e Métodos de missionação e de evangelização

Os métodos de missionação e de evangelização dos Jesuítas eram variados conforme o contexto cultural e geográfico. No Brasil, Couto encontra três fases: i) a conversão por amor, na qual o Jesuíta difunde a mensagem cristã sem interferir nos padrões de organização económica e social das comunidades indígenas, de forma persuasiva, ii) aplicação do suave jugo de Cristo aos grupos tribais,na qual fazia-se apelo a ida de mais cristãos da metrópole para o Brasil a fim de sujeitarem os Índios ao jugo da servidão eos obrigar a acolher-se à Bandeira de Cristo e iii) criação de aldeiamentos isolados do contacto com os colonos e as autoridades locais e régias, concentrando os missionários os poderes temporal e espiritual[22].

A prática de Antopofagia pelas populações índias e pelos grupos tribais da floresta tropical era intolerável pois, comendo seus semelhantes, os índios excediam em crueza os «brutos animais» que não participam da razão, o que levou alguns a duvidarem da natureza humana destes seres humanos. Gabriel Soares de Souza dá uma ideia desta crueldade:

> Ao cativo é-lhe posta uma corda no pescoço de modo a evitar a fuga e fica ao cuidado de uma moça que o acompanha em todos os movimentos podendo prostituir-se com ele durante 5 ou 6 meses findos

---

e prover à sua sustentação. Cfr. Dias, Geraldo J. A. Coelho. *A Evangelização: Portugal e a Política Externa da Igreja no século XV.* Revista da Faculdade de Letras, UP, Porto, 2010:160

[21] Pereira, Zélia. *Os Jesuítas em Moçambique:* Aspectos da acção missionária portuguesa em contexto colonial (1941-1974), Lusotopie. Lisboa, UCP, Mimeo. 2000:21

[22] Couto, Jorge. *Estratégias e Métodos de Missionação dos Jesuítas no Brasil.* Lisboa, Brotéria, 2000:65

> os quais é morto e a carne consumida. Se a moça estiver grávida, o bebé que nasce é igualmente morto. Havia mulheres castas que vivem como homens e que tem ao seu serviço alguns escravos. Esta gente não tinha ocupação nenhuma senão comer, beber e matar gente[23].

O debate era aceso e a dado ponto, o Provincial da Ordem dos Pregadores na América, frei Domingos Betanzos, fez um pedido ao Sumo Pontífice de modo que reconhecesse solenemente os Índios como homens racionais. Pela Bula Papal *Sublimis Deus* de 2 de Junho de 1537 o reconhecimento veio expresso. Condenou-se a servidão a que estavam submetidos os indígenas e a crueldade com que eram tratados. Para o Papa Paulo III,

> Nós exercemos, ainda que indignamente, o lugar de Deus na terra e procuramos solicitamente juntar no seu aprisco, com todas as outras, aquelas ovelhas, aos nossos cuidados confiadas, que andam fora do seu rebanho. Atendemos que esses Índios, como verdadeiros homens, não só tem capacidade para a fé cristã, mas correm para ela prontissimamente segundo nos informam, desejando, por outro lado, providenciar sobre a matéria com soluções adequadas, determinamos e declaramos, pelas presentes letras, com a autoridade apostólica, e não obstante o que quer que seja em contrário, que os referidos Índios, como todos os povos cuja existência depois de chegar ao conhecimento dos cristãos, ainda que esteja fora da Lei de Cristo, não estão privados, nem devem sê-lo, quer da sua liberdade, quer do domínio sobre as suas coisas[24].

Do outro lado, no Oriente, os Jesuítas tiveram vários métodos para fazer-se presentes. As crónicas sobre esta penetração foram fornecidas por quatro missionários que para lá foram depois da Morte de Francisco Xavier. Foram eles, Alessandro Valignano, Metteo Ricci, Semedo e António de Gouveia. Tudo leva a crer que Francisco tinha encontrado resistência no Japão, pelo que teve que rumar a China para que, uma vez convertida, servisse de guia para forçar os japoneses a abandonarem os seus credos. E escreve: «creyo que esto anno de 52 irey laa, onde estaa El-rey da China, porque he terra domde se pode muyto acrecemtar a ley de Nosso Senhor Jhu Xto; e se ahy a recebessem, seria gramde ajuda pera em Japão descomfiarem das seitas em que crem[25]».

A morte prematura, a 2 de Dezembro de 1552, interrompeu este projecto. Passados vinte e seis anos Alessandro Valignano chegou a China, como visitador das Missões da Companhia no Oriente e teve boa impressão da região. Todavia, levou algum tempo para ter autorização de residência no território chinês. Depois de várias tentativas, a mesma foi conseguida em 1582 pelos italianos Michele Ruggieri e Metteo Ricci. Os padres seguintes tiveram que usar estratégias de mercadores para se juntarem aos seus pares como o caso de António de Almeida, o primeiro português a missionar na China, seguido de Manuel Dias, João da Rocha, Gaspar Ferreira, João Soeiro, Jerónimo Rodrigues e Pedro Ribeiro[26].

A construção do império português do oriente polarizou as atenções militares, comerciais e religiosas. Quando Francisco Xavier chegou a India já lá se encontravam os franciscanos e dominicanos. Boxer afirma que, entre 1550-1750, o mais notável período das missões portuguesas foi obra principalmente dos Jesuítas que, em Goa, desde 1542, tinham introduzido homens de fé com nova mentalidade e novos métodos, para quem as religiões hinduísta e budista, com seus livros, não eram encaradas como obra demoníaca[27]. Era uma sociedade onde a poligamia, contrária aos princípios católicos, estava enraizada. O Budismo, o taoísmo e o Confucionismo eram as manifestações religiosas e morais, sendo

---

[23] Souza, Gabriel Soares de. «*Tratado Descritivo do Brasil em 1587.*
[24] Couto, Jorge. *Estratégias e Métodos de Missionação dos Jesuítas no Brasil.* Lisboa, Brotéria, 2000:65-70
[25] Araújo, Horácio Peixoto de. *Processo de Aculturação e métodos missionários no império da China*, Lisboa, Brotéria/Fundação Oriente, 2000:86
[26] Araújo, Horácio Peixoto de. op. cit. pp. 86-90
[27] Boxer, C. R. *O Imperio Marítimo Português, 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1992:227

este último, mais aderido pelas elites. Já havia produção de livros porque havia divulgação do papel[28]. Não deixa de ser curioso notar como os Jesuítas assumiram valores da sociedade não contrários com o Cristianismo para corromper a sociedade por dentro e evitar um embate cultural. Não desprezaram o que os nativos faziam, pelo contrário, tudo foi aproveitado aos pormenores, a fim de servir de porta de entrada para a evangelização. Estudaram as línguas, observaram atentamente os hábitos religiosos e sociais e contiveram os gestos e as palavras, mudaram os trajes, exploraram a técnica, acompanharam a evolução da ciência e eles próprios brilharam como cientistas. É reconhecido o paleontólogo francês Pierre Teilhard de Chardin, no século XIX, que pegou a teoria evolucionista de Darwin para explicar a evolução do próprio cristianismo, embora as suas conclusões fossem proibidas enquanto esteve vivo. Voltando ao Brasil, a sua construção contou com os Missionários Jesuítas. Acompanharam Tomé de Sousa, em 1548, quando viajou para lá com os seus mil homens. Eis o testemunho de um jesuíta, olhando retrospectivamente:

> Com elle vieram os jesuítas em 49. Aqui acharam alguns pequenos núcleos de povoação na costa, de Pernambuco a São Vicente. Os indígenas comiam uns aos outros; os reinões os matavam e escravizavam; uns e outros viviam na polygamia e na promiscuidade. Os próprios clérigos aqui se corrompiam. A causa, dal-a-ia o padre António de Sá: «a terra era tão larga e a gente tão solta»! Mas vieram os Jesuítas. Veiu com eles a Virtude. Para os colonos, que a esqueciam e a repudiavam, passada a Linha. Para os Índios, canibais, intemperantes, sensuais, que jamais conheceram freio e reserva. Apenas com durarem perto de vinte anos, já vai alto o sol. Não se come mais carne humana; cada um tem sua mulher, a sua família; aprende-se a ler e escrever, aprendem-se officios[29]».

Acompanharam as expedições de descoberta com muito entusiasmo para dilatar a fé nas áreas recém-descobertas, além de introduzirem nelas costumes europeus cristãos que gradualmente compensaram perdas causadas pela Reforma. Na viagem, levavam consigo plantas sementes e animais para cultivar o solo, medicamentos para curar os enfermos e a eles próprios e sobretudo livros para ensinar. Em ambos os casos, China e Brasil, a penetração para o interior e, mais tarde, a formação do clero indígena, mesmo com tentativas de levar para Portugal alguns jovens com a finalidade de se tornarem religiosos ou padres, foi um processo moroso e difícil.

A presença dispersa de tribos hostis resultou num choque cultural; numa maior miscigenação e num novo desempenho económico nas formas de organização social. A imigração massiva de Europeus para o Brasil não pelo facto de os Índios e escravos negros serem uma ameaça a cultura europeia, mas pelo facto do espaço ter recursos por explorar e gente por civilizar. A atenção dos Jesuítas incidiu nas crianças visto que os velhos eram tidos como algo perdido, inférteis à educação e habituados ao canibalismo. Era preciso combater a poligamia através do envio de jovens e mulheres que andavam nas ruas de Lisboa, mesmo que fossem maus, ladrões e perdidos ou as prostitutas.

Os Jesuítas consideravam que o recrutamento de índios para as plantações incentivava as lutas inter-grupais. Em 1570, a Carta Régia regulamentava os cativeiros das guerras justas (libertação ao tráfico de índios). Os colonos instalados no terreno tinham ideia exacta da extensão que pretendiam para as possessões da metrópole e sobre os meios a utilizar para lá chegar. Embora desconfiassem, os responsáveis dos países europeus dependiam deles, concedendo facilmente a sua confiança aos europeus de origem. A intervenção dos jesuítas evitou a competição na busca de escravos e e na promoção de lutas injustas entre os índios, pois havia o resgate, o qual era feito mediante troca de objectos pelos escravos.

---

[28] Cfr Araújo. *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente*. Lisboa, Brotéria/Oriente, 2000:90

[29] Cfr. Carneiro, José (Coord). *Cartas Jesuíticas 1550-1568*: Azpilcueta NAVARRO e outros, USP, 1988:38

CAPÍTULO II

1.2. História da Companhia de Jesus em Moçambique

> *Mesmo os gentios, quando vão oferecer algum sacrifício escolhem para levar a oferenda a filhinha mais nova, a que ainda não sabe pecar, a que agrada aos mizimus (os espíritos). No ritual determinara-se que os cestos fossem levados à cabeça pela filhinha mais nova, se havia, se não pelo irmãozito ainda pequenino; só na falta de filhas ou netas seria oferenda levada pela própria mãe de filha.*
>
> Padre Raúl Sarreira, *A festa das primícias em Boroma*

Este capítulo desenvolve aspectos ligados à periodização da presença Jesuítica em Moçambique e factores circunstanciais que influíram na evangelização. Esperamos que o contribua para dar a conhecer os principais feitos de missionários que, deixando suas terras, foram evangelizar em terras moçambicanas contribuindo para a cristianização da sociedade.

1.2.1. Breve História da ocupação efectiva de Moçambique

Moçambique foi uma ex-colónia de Portugal. Embora a chegada dos portugueses tenha iniciado nos finais do século XV (1498) e a penetração ao interior no século seguinte, a sua ocupação efectiva aconteceu depois do *Ultimatum* Britânico de 1890. A maior parte da História de Moçambique que se conhece não é resultado de forças internas e locais, mas o fortuito das intenções imperialistas. Para Almeida Garrett, era impossível aplicar o sistema liberal às colónias, dado o seu atraso, pois, após a perda do Brasil, não havia povos que estavam no estado de saber e poder gozar de todos os princípios e garantias de liberdade a que tinham chegado.

As discussões sobre a economia colonial prolongaram-se durante muito tempo. Em Moçambique, por exemplo, fora decretada a extinção dos «prazos da coroa» ao mesmo tempo que se concediam diversas vantagens aos sacerdotes que fossem exercer o seu ministério. Os prazos da Coroa eram terrenos cujo domínio útil fora concedido pela Coroa, desde o século XVII. Estavam nas mãos de famílias de afro-portugueses, que neles exerciam um poder de facto independente da administração colonial.

A sua extinção permitiria o desenvolvimento da agricultura no Vale do Zambeze, aproveitando-se dos camponeses que nele habitavam, conjuntamente com os colonos, e outros que poderiam, em tempo oportuno, chegar da metrópole. A aplicação do decreto de extinção dos prazos, de 22 de Dezembro de 1854, não foi efectiva devido a extenção dos territórios nas mãos dos cafres que não reconheciam a soberania portuguesa. Em 1856 discutiram-se a abolição definitiva da escravatura retirando a cláusula de compensação a que o escravo liberto era obrigado pagar em trabalhos, durante 10 anos, ao seu possuidor.

Devia, logo que liberto, «ser livre», nas palavras do deputado Afonso de Castro. Mas foi uma voz isolada porque todos os outros oradores apoiaram o princípio de indemnização bem como a transição para o estado de liberto. Para o deputado Pinto de Magalhães, a existência da escravidão era um estado favorável aos próprios escravos, enquanto a situação em África não fosse alterada pela colonização. Como presidente do Conselho Ultramarino, Sá da Bandeira preocupou-se pelo reforço do controlo português sobre as autoridades

administrativas coloniais. Propôs às Cortes um diploma que restringisse as vastas competências exercidas pelos governadores-gerais. No terreno, os próprios governadores resistiam as medidas tomadas pela metrópole, nomeadamente as que impunham o registo dos escravos, a abolição do serviço forçado de carregadores e a exportação da mão-de-obra para as ilhas francesas do Índico. A via encontrada foi a substituição dos altos funcionários do Ultramar por pessoal da confiança do ministro. Havia falta de pessoas dispostas a servir nas possessões. Mas em 1857, o coronel Tavares de Almeida foi nomeado para governador-geral de Moçambique e estava disposto a fazer cumprir as políticas formuladas em Lisboa. Foi substituir o governador-geral Carvalho e Meneses e provocou um incidente diplomático.

A 29 de Novembro daquele ano Tavares de Almeida capturou, em águas territoriais de Moçambique, a barca francesa *Charles et George*, que se empregava no tráfico de mão-de-obra para as ilhas francesas do Índico. Julgada legítima a captura pelo tribunal local, o navio foi enviado a Lisboa, com o seu comandante e o governo de Paris reagiu exigindo a sua libertação. O conflito se prolongou por vários meses, até Outubro de 1858, quando os franceses começaram ameaçar o bombardeamento de Lisboa pelos navios da marinha.

Levando o país à beira da guerra com a França, a crise ganhou uma dimensão nacional. Apesar da humilhação a que Portugal foi submetido pela França, o país apareceu na arena internacional como defensor e vítima da sua luta pela liberdade, defensor do princípio humanitário da abolição. Mas, estranhamente, a Inglaterra não apoiou a Portugal. Entre 1859-1860, as atenções de Portugal viraram-se para o extremo ocidente de África. Houve, em Angola, uma inssurreição armada, entre Ambriz e Bembe, em que as tropas portuguesas sofreram vários desaires incluindo a morte do seu capitão[30].

Em Março de 1860, uma das periódicas invasões guerreriras conhecidas por «guerras do nano» promovidas por sobas do planalto do Sul de Angola, assolou vários estabelecimentos. As notícias provocaram alarme geral na metrópole. Havia de socorrer a colónia com forças militares e meios financeiros e se possível conceder todas as garantias aos pretos, sem contudo deixa-los ficarem na melhor posição que os brancos. Em 1861, foi criada uma comissão para o fomento de agricultura nas colónias, pelo que a abolição de serviço forçado era impedimento natural da efectivação deste fomento.

Entre 1863-1864, discutiram-se sobre a importância e necessidade de exportar a mão de obra para as Ilhas de São Tomé e Principe e afirmava-se a intenção de promover o transporte dos colonos livres de Angola para aquele território, com as precauções necessárias para evitar o tráfico de escravos. Sob suspeita, o governo de Lisboa tomou todas as cautelas para não dar a entender que estava perante o tráfico de escravos. Para se defender, o deputado Mendes Leal afirmava em forma de recados aos críticos:

> Passemos à questão especial, àquela para que especialmente pedi a palavra. É a questão importante da escravidão nas províncias africanas, e a questão conexa do trabalho regulamentado. O Governo nem descura, nem declina esta grave questão, ainda que de sua natureza. O trabalho é essencial à cultura e civilização da África. É, indubitavelmente. O trabalho é a condição fundamental de todas as sociedades, o tributo necessário da humanidade. O trabalho é o dever; mas o trabalho não é a escravidão. Pode ser obrigatório sem ser escravo; pode ser imposto sem ser infligido. Na escravidão cessa o dever porque cessa a vontade. Fica apenas uma pena e uma vítima. Nenhuma sociedade passou do estado da barbárie ao da civilização, sem ter seguido gradualmente diferentes evoluções e sucessivas preparações. O que está acontecer com a sociedade africana, é justamente o que já aconteceu com a sociedade europeia. Passa-se da escravidão, da servidão sobe-se à emancipação[31]».

---

[30] Pelisiér, René, *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)* Vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1986:184

[31] Pelisiér, René, *História das Campanhas de Angola*, Vol. I, Lisboa, 1986:184,

As dificuldades de transição para o regime de trabalho livre poderiam pôr em causa a situação económica e social das colónias. Em 1869, Sá da Bandeira aboliu a escravidão, por decreto, a 25 de Fevereiro. Ele teve o apoio do Ministro Andrade Corvo. O documento imortal dizia que "fica abolido o estado de escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa desde o dia da publicação do presente Decreto. Todos os indivíduos dos dois sexos, sem excepção alguma, que no mencionado dia se acharem na condição de escravos passarão à de libertos e gozarão de todos os direitos e ficarão sujeitos a todos os deveres concedidos e impostos aos libertos pelo Decreto de 19 de Dezembro de 1854".

Estas palavras pronunciadas pelo D. Luís, e escritas no Diário do Governo em 27 de Fevereiro de 1869, simbolizaram aquilo que era o culminar de uma luta interna e externa dos governos portugueses saídos depois da independência do Brasil. Mas a falta de pessoal e as sucessivas crises económicas tornavam difícil o controlo e fiscalização da nova lei nas colónias. Em nossos dias, deviam ser comuns discussões como aquela presente no Romance *A Ilustre Casa de Ramires,* de Eça de Queirós, entre Gonçalo e Gracinha, de um lado e, João Gouveia, o administrador, do outro, que advogava a alienação[32] das possessões africanas resultantes do esforço de personalidades portuguesas desde a época da expansão, alimentada pelo desejo espiritual de dilatação da fé e do império e pelas duras necessidades económicas e materiais que impeliram o povo português para aventura dos mares e dos sertões. Gonçalo e Gracinha reagiu com indignação, diante da proposta do deputado José Bento Ferreira de Almeida, (1847-1902), de pôr à venda as colónias, à excepção de Angola e de S. Tomé e Príncipe, para pagar a dívida e promover o desenvolvimento do país.

> Até o Sr. Administrador do Concelho devia proibir estas conversas. Mas o Sr. Administrador do Concelho afirmou que as consentia, e rasgadamente... Porque também ele, como Governo, venderia Lourenço Marques, e Moçambique, e toda a Costa oriental! E às talhadas! Em leilão! Ali, toda a África, posta em praça, apregoada no Terreiro do Paço[33]!

No momento da apresentação da proposta às Cortes, em 10 de Junho de 1891, Portugal continuava em estado de choque e a sofrer novas humilhações, a cada encontro diplomático para negociar os limites de Moçambique desde o Ultimato Britânico de 11 de Janeiro de 1890. Questionava-se então se o destino de Portugal dependia das possessões ultramarinas. A postura assumida pelas populações locais dos três pontos de litígios que resultaram no ultimato [Shire, Makololo e Mashonland] é inexistente na historiografia, ou até inexplorada. No Ultimato o Governo Inglês exigia a retirada das forças militares do major Serpa Pinto, que procuravam garantir a soberania em vastas zonas de Moçambique.

> O Governo de Sua Majestade Britânica não pode aceitar, como satisfatórias ou suficientes, as seguranças dadas pelo Governo Português, tais como as interpreta. O Cônsul interino de Sua Majestade em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Katunga e outros lugares mais no território dos Makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos Makololos e Mashonas se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias. Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa, com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à

---

[32] No Romance *A Ilustre Casa de Ramires* era protagonista Gonçalo Mendes Ramires. Outras figuras são: avo, Sr. Damião Ramires, D. Pedro, amigo em Coimbra, Gonçalo (que é comparado ao próprio Portugal), Sanches Lucena, André Cavaleiro, governador civil, irmã de André – ex-esposa, Barrolo, novo rival, viúva rica, o novo amor, amigo Titó, criado Bento, Rosinha, o padre Loureiro.

[33] Berrini, Beatriz. *Eça de Queirós e A Ilustre Casa de Ramires.* História e Crítica, SP, EDUC, 2000:14-15

> precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade, Enchantress, está em Vigo esperando as suas ordens[34].

A nota era contundente no seu conteúdo e crê-se que ao ceder, a monarquia ajudou alicerçar o seu descrédito ante uma crescente afirmação do movimento republicano. Como compreender as consequências político-administrativas do Ultimato Britânico, à luz do desinteresse que caracterizava o regime colonial pelo território que constitui Moçambique? Não é possível considerar que «a província de Moçambique no final do século XIX, ainda condensava a homogeneidade própria[35]». Ela apresentava, e ainda representa, povos falando línguas diferentes, com tradições religiosas e noções de propriedades distintas, valores diversos e vários modos de hierarquização das suas sociedades, articulando-se e rearticulando-se de acordo com seus interesses e foi graças aos portugueses que tal foi minimamente alterado, não obstante a lacuna que acompanhava a expansão portuguesa.

Polónia afirma que a lacuna adveio da falta de estudos sobre instituições de expansão e políticas imperiais portuguesas pelo que a expansão continua sendo área subexplorada. A autora enuncia um postulado metodológico muito importante, dizendo que o traçado nacional português estrutura-se de acordo com as tipologias de intervenções e protagonismos locais. Mais notáveis ainda, no sentido do carácter percursor das ideias dela em relação à lacunosidade histórica e importância de integração, são as reflexões em que argumenta que «um puzzle constrói-se pelo encaixe sucessivo de várias peças que, na sua individualidade, contribuem para a definição da imagem final[36].

Esta constatação é sintomática de provocação ao chamar atenção ao facto de haver necessidade e imperiosa missão para os que se dedicam ao estudo da realidade social quando olham para o processo histórico em que o todo resulta das partes. Aliás, mais sintomática ainda é o facto de a autora criticar o modelo expansionismo português em face das realidades locais o que raramente acontece entre os historiadores portugueses que se dedicam ao estudo da expansão. Esta lacuna não diminui a importância de esforços colectivos de cientistas portugueses na apresentação e explicação do que foi a ocupação efectiva de Moçambique a seguir ao conturbado período anterior e posterior ao 11 de Janeiro de 1890.

Eça de Queirós publicou um artigo sob nome disfarçado de João Gomes, sobre o ultimato posicionando-se contra as virtudes do colonialismo. Manifestava-se adversário do imperialismo e não se conformava com o tratamento vexatório que Portugal recebia de seu aliado histórico, cujos líderes pareciam comprazer-se em rebaixa-lo. Vender as colónias era dar-lhes razão autodenegrindo-se. Queirós não hesita na *Nota do Mez*:

> Durante o desagradavel mez de janeiro, Portugal atravessou uma crise que é incontestavelmente a mais severa, talvez a mais decisiva, que esta geração tem afrontado. Através dos últimos dez anos, a Inglaterra, por uma sequência de factos, alguns imprevistos (ocupação do Egypto, pacificação temporária do Sudão, marcha d'un exercito até Karthoum, reorganização das missões do Nyassa, descoberta dos jazigos auríferos na terra de Lobengula. Começou a entrever, como sonho realizável, a fundação d'um grande Imperio Africano. E, com aquella viva clareza de propósito e segura tenacidade de execução, que constituem a sua força, encetou uma série de actos, que, terminando há tempos pela creação da East-African Company, auctorisam os seus Estadistas e os seus Publicistas a considerar esse Imperio como uma realidade esplendida, de que gozarão os filhos dos homens sem

[34] Marques, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores 1986

[35] Hernandez, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África em sala de aula:* vista à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005:15

[36] Polónia, Amélia. *Vila do Conde: Um Porto Nortenho na Expansão Ultramarina Quinhentista.* Tese de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto, 1999:22

> justiça e sem escrúpulo que lhe lançaram as primeiras bases. Esse imperio, segundo o traçou nos seus largos contornos as publicações inglesas, estender-se-há de Alexandria ao Cabo. O Nilo, desobstruídas as cataractas, será a grande estrada d'agua até aos Lagos Centraes: dos lagos um systema de caminhos-de-ferro abrirá comunicações para Zanzibar e para embocadura do Zambeze: duas Vice-Realezas[37].

As companhias foram um instrumento usado, pela incapacidade económica de administrar e ocupar efectivamente o território. Havia três companhias majestáticas/monopolistas e inúmeras arrendatárias. As três principais foram: Companhia do Niassa, (1890), Companhia de Moçambique, (1891) e Companhia da Zambézia, (1892). A Companhia de Moçambique foi a última a entregar o seu território à administração directa do Governo.

> Terminaram em 18 de Julho de 1942 os poderes de Administração que pelo Governo Português haviam sido conferidos à Companhia de Moçambique sobre o território de Manica e Sofala. Atendendo à natureza dos poderes em que tinha sido investida ao momento da sua constituição a Companhia de Moçambique foi a última companhia soberana portuguesa. Nem sempre as companhias coloniais portuguesas tiveram uma organização e atribuições uniformes. Das modernas companhias constituídas, apenas se devem agrupar numa similitude de poderes e de prerrogativas, a Companhia do Niassa e a Companhia da Zambézia[38].

As companhias monopolistas tinham privilégios políticos e económicos. As que não tinham poderes de soberania perderam os poucos poderes a favor daquelas. Foi o caso, por ordem cronológica, da Companhia de Inhambane, da Companhia da Pesca das Pérolas do Bazaruto, da Companhia da Gorongoza, da Companhia Colonial do Búzi, da Companhia do Boror. O período da entrega dos direitos da Companhia de Moçambique ao Governo Português coincide com a nova dinâmica da actividade missionária, a seguir à Concordata Missionária, ao Acordo Missionário e ao Estatuto Missionário.

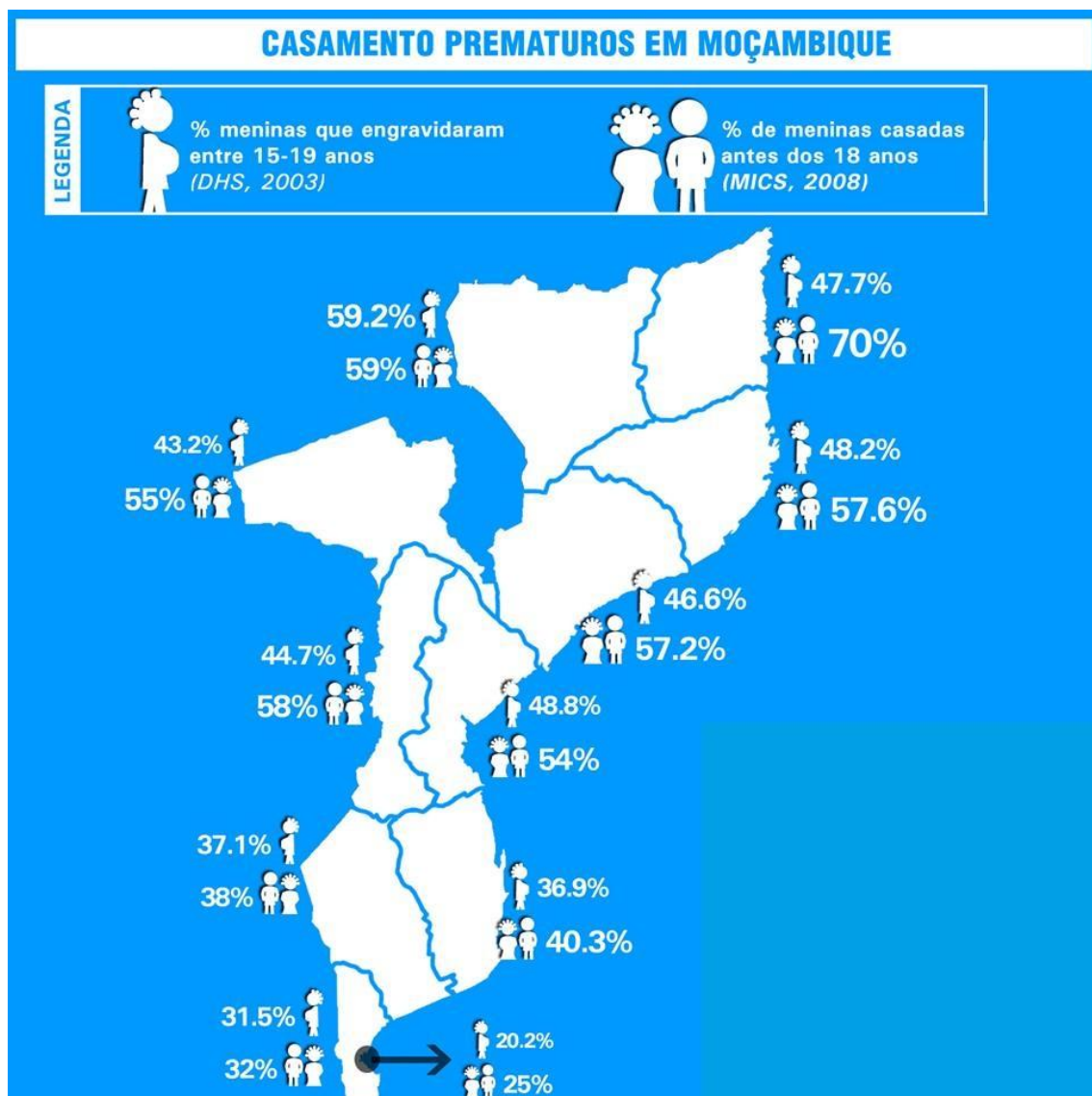
Entre 1940 a 1950 verifica-se uma tentativa de povoamento do território. Em 1945 é criado o subsídio de estudo na metrópole como auxilio aos alunos da colónia com classificação não inferior a 14 valores; em 1947 é promulgada a reforma do ensino liceal. Politicamente procura-se mobilizar a juventude estudantil por meio da Mocidade Portuguesa instituída, para os rapazes, em 1939 e, para meninas em 1960. Implementam-se os planos de fomento desde 1953. A partir de 1964 inicia a Guerra Colonial que só terminará uma década depois. Em todo este percurso, os Jesuítas estiveram presentes exercendo o seu trabalho.

1.2.1.1. Organização Administrativa e social de Moçambique

Administrativamente possui dez províncias, com Maputo (Lourenço Marques), a capital, a gozar de um estatuto próprio, com um Governador próprio. A segmentação administrativa sai da província para o distrito que por sua vez vai à localidade ou posto administrativo terminando na aldeia/povoação[39]. A população concentra-se nas grandes cidades, em parte devido a guerra que, entre 1976-1992, criara instabilidade nas zonas rurais. O país enfrenta problemas que dificultam a aprendizagem como casamentos prematuros e gravidez precoce que obrigam grande parte de rapazes e raparigas em idade escolar a abandonarem os estudos para cuidar das famílias. Estes problemas já tinham sido reportados pelos missionários Jesuítas na década de 1940. Observemos a magnitude do problema no mapa abaixo:

---

[37] Queirós, Eça de, «*Notas do mês*» in *Revista de Portugal*, vol. 1, Porto, 1889:259.
[38] Lima, Artur de Barros. *Moçambique, Documentário Trimestral Nº 31* – Julho a Outubro de 1942, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, 1942:5
[39] Araújo, Manuel, *Noções elementares da Geografia de Moçambique*, Maputo, 1979

Mapa 2: Índice de casamentos e gravidez precoce em Moçambique

Fonte: UNICEF, Moçambique, 2008

Contudo, mais de 60% da população é rural estando dispersa pelo imenso território, vivendo uma vida muitas vezes dependente da natureza, podendo sofrer com as cheias e com as secas. As províncias mais populosas são as da Zambézia e de Nampula. «Nampula é uma das províncias mais populosas do país, com 19,1% de moçambicanos, menos 0,2% em relação a Zambézia. As duas províncias, Zambézia e Nampula concentravam, em 1997, 38,4% da população total e o analfabetismo continuava sendo um dos principais problemas, afectando sobretudo a mulher[40]. Esta elevada densidade populacional justifica-se pela massiva promoção das culturas obrigatórias que eram responsáveis para a contratação de mão de obra forçada e existência de trabalho assalariado.

Segundo Mangrasse existe uma «incapacidade do governo não só em dar educação a todos, como também em manter os que lá estão. O analfabetismo incide mais nas mulheres do que

[40] Mangrasse, Lucas, *A Ideologização do Processo de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos na Província de Nampula, Moçambique, no período de 1972 a 2003*: tensão entre factores políticos e culturais, São Paulo, PUC, 2004:21

nos homens sobretudo entre os indivíduos dos 30 a 39 anos, uma exclusão tida como uma injustiça social. No passado, houve uma «satisfação incontrolável pela conquista da independência» que «acelerou a aderência ao ensino pelos moçambicanos para substituir o velho com o novo. Mas, apareceram elementos desmotivadores contra a alfabetização o primeiro dos quais foi a não remuneração dos alfabetizadores[41]».

Na altura, 60% dos habitantes tinha idade inferior a 25 anos; entre estes, as crianças em idade escolar ou pré-escolar eram os mais numerosos. A população activa estava inserida sobretudo na agricultura (74,13%), na indústria (12,67%, transportes com 7,85% e comércio com 5,3%[42]. A mortalidade infantil era elevada devida à malnutrição, falta de higiene e de assistência médica sanitária adequada. Havia muitas doenças de caracter viral, bactérico e parasitório, não obstante esforços das autoridades para seu controle.

Os actuais habitantes de Moçambique são resultado de várias migrações que cruzaram o espaço enquanto o território que hoje se conhece foi resultado de conquistas e unificações iniciadas nos primeiros anos da era cristã, quando ainda era habitado pelos Khoisan e pelos Otentotes, criadores de gado que, andando de um lado ao outro, a procura de pastos, também contribuíram para preencher o espaço. A migração banta forçou-os a deslocarem-se mais para o sul de tal sorte os bantu meridionais acabaram por dominar todo o território[43].

Depois dos bantu vieram os comerciantes e navegadores asiáticos com objectivo de prática do comércio de ouro e marfim, madeiras aromáticas e escravos tendo-se fixado na costa oriental. Depois chegaram os portugueses. Mas as mais recentes migrações foram o m´fecane e dos zimba. As pessoas vivem em famílias alargadas quer na cidade quer no campo, isto porque os que vivem na cidade, normalmente tem algum familiar no meio rural que envia seus filhos a fim de terem educação e outras condições de vida.

A população do Sul rege-se numa linhagem patrilinear enquanto no Norte a linhagem é matrilinear, explicadas respectivamente pelo predomínio da criação do gado que deu mais poder ao homem no Sul e pela agricultura que deu mais predomínio da mulher no Norte. Estes sistemas fazem com que no norte encontremos certas mulheres com poder maior em relação ao sul. Se encontrar um homem pobre no sul a primeira impressão é a de que a sua mulher, regra geral, é mais pobre que ele. Em termos estruturais, a sociedade divide-se em clãs, tribos e famílias com tradições e características próprias.

Etnólogos e históricos não chegaram ainda a conclusões definitivas a este respeito; não temos ainda obras exaustivas e de síntese porque muitos sectores não foram ainda estudados e os estudos etnográficos até agora foram só parciais e limitados a alguns argumentos. A independência veio trazer um novo interesse pela cultura moçambicana, e, depois de uma primeira fase de pesquisa e de redescoberta da própria alma certamente se chegará a resultados mais completos e significativos. O país possui uma variedade de línguas conforme as etnias. A primeira etnia a ter um código de leis próprias foi a Khokha-Bitonga. Trata-se da primeira povoação de Moçambique com direito consuetudinário codificado; o célebre «código de Milandos» traz a data de 1852. Sobre quantos grupos étnicos ou tribais constituem o mosaico nacional os autores são divergentes[44]. Silva Rego oferece-nos uma

---

[41] Cfr. Mangrasse, 2004:23-24

[42] Araújo, Manuel, *Noções elementares da Geografia de Moçambique,* Maputo, 1979:29

[43] Frelimo, *História de Moçambique,* Porto, 1971:3-4.

[44] Cfr. Ubaldo. Madela Maggiorino. *La Chiessa Cattolica in Mozambico:* Dellévangelizzazione dal 1940 ad oggi, Roma, Giugno 1980:14, Araújo, Manuel, *Noções elementares da Geografia de Moçambique,* Maputo, 1979, Filesi, Teobaldo, *Esordi del Colonialismo e Azione della Chiesa,* ASA Review of Books Vol. 3, Naples-Rome, African Studies Association, 1968:38-43, e 101.

classificação em dez grupos principais: Angone, chona e Chope, grupo do Zambeze e Maraves, Macua-Lomwe e Ajaua, Maconde e Suahili. Aos numerosos grupos e subgrupos étnicos corresponde uma pluralidade de línguas. Oliveira Boléo, citando estudos de Peixe e J. Santos e de A. Rita-Ferreira fala de quinze agrupamentos linguísticos, que compreendem uma série de subgrupos e dialectos[45]. Podemos ilustrar no quadro e no mapa os grupos étnicos de Moçambique.

Quadro 1: Grupos étnicos de Moçambique

Povos de Moçambique Segundo			**Características**
Rita Ferreira	Rego e Eduardo	Boléo	
Tsonga	Angone	Tongas	patrilineares organizados em clãs exogâmicos
Chope	Chona e Chope		praticantes do levirato e o sorolato
Khokha-Bitonga		Carangas	influência asiática e portuguesa, economia marítima e comercial
Mutapa-rozwi			destruídos pelos invasores Nguni
Baixo Zambeze	Zambeze e Maraves	Nhanjas	influência dos senhores prazeiros
Marave			descendência matrilinear-exogâmica
Makwa-lomwe	Macua-Lomwe e Ajaua	Macua	grupo mais numeroso, arabizado,
Makonde	Maconde e Suahili		sem unidade tribal, caçadores e agricultores, descendência matrilinear e escultores da madeira
Ajaua (Yao),			descendência matrilinear, agricultores, artesãos e mercadores ambulantes; islamizados
Vangune			oriundos do Natal, como guerreiros organizados e conquistadores com economia caracterizada pela criação de gado e a agricultura

Fonte: Adaptado pelo autor, através de dados encontrados em Atlas Missionário Português, Lisboa, 1964:101.

1.2.1.2. A Evangelização pré-jesuítica e o governo da Igreja

No século XV chegaram os portugueses apoiados em três pilares: o soldado, e com ele o comerciante e, entre estes dois, o missionário, elemento conciliador e moderador da aspereza de um contra a ganância do outro.

> Portugal do século XV é um país pobre e pouco povoado, situado no contacto com dois mundos marítimos. A arte de navegar desenvolveu-se precocemente no mar interior, mas a proximidade das margens e a brevidade dos percursos travaram o progresso da navegação de longo curso. Portugal é pobre, mas a casa real é rica. Descobrir a rota marítima para as índias, tendo, por fim, descoberto, sem a procurar, uma América que lhe cabia por situar a Este da linha de demarcação entre áreas de expansão atribuídas aos portugueses e espanhóis. Esta demarcação fora fixada em 1493, pelo Papa Alexandre VI, renegociada depois entre Portugal e Espanha no Tratado de Tordesilhas, a 7 de Junho do ano seguinte, veio a ser confirmado pelo Papa Júlio II em 1516[46].

A arte de navegar que teve como pioneiros primeiro Portugal e, depois, a Espanha provocou a competição entre ambos os reinos e suas actuações eram determinadas em função dos interesses dos respectivos reis. O papado estava presente no que acontecia assim como os missionários. Portugal desempenhou um papel eminente na síntese e desenvolvimento dos saberes marítimos dos países do Mediterrâneo e do Atlântico, tendo ocupado o lugar-chave

---

[45] Cfr. Atlas Missionário Português, Lisboa, 1964, p. 101.

[46] Claval, Paul. *A Construção do Brasil:* Uma grande Potência em Emergência. Instituto Piaget, Lisboa, 2010:15-16

o que lhe permitiu explorar desde cedo as costas africanas. Sevilha, Lisboa e Génova permitiram a acumulação de saberes marítimos. As dinastias de Portugal e Espanha tinham uma preocupação comum: a conversão das almas, mas não retiravam das suas possessões o mesmo tipo de recursos. Para os portugueses, os metais precisos ficaram muito atrás do comércio e o rei ficou como um negociante de especiarias. A Espanha vivia cada vez mais dos metais das minas de prata do México e Potosí, por isso privilegiou a instalação territorial profunda. Embora obra pioneira de dois países, não tardou que todos os outros se sentissem parte integrante do processo pois,

> Os príncipes sonham assentar o seu poder sobre as novas bases, a Igreja Católica pretende surpreender os infiéis e procura converter os selvagens descobertos. As perspectivas comerciais são imensas: ouro e escravos das costas de África, especiarias e tecidos do Extremo Oriente, pescas e peles nas costas da América do Norte, trocas ao longo de todos os litorais[47].

Todas as potências que se sentem capazes, se apaixonam pelo Novo Mundo recusando a partilha a que Portugal e Espanha procederam sob autoridade da Igreja Católica: desenvolvem objectivos geopolíticos reunindo meios para os pôr em prática que incluem saberes geográficos, técnicas de produção ou de transporte, técnicas de organização das relações sociais, porque não é possível conceber uma geopolítica atlântica sem dominar a arte da navegação. O processo de dominação está interligado a concepção de ocupação dos espaços geográficos por meio de acção directa do Estado, de homens singulares e dos missionários. Os portugueses tiveram que fazer face ao poderio marítimo árabe que comercializavam com o litoral índico.

A massiva presença árabe na costa oriental moçambicana deu origem aos sheicados e sultanatos com vários centros de poder e de cultura cujo influxo durou por muito tempo a ponto de reduzir, nos séculos XVII e XVIII, o domínio português aos centros do litoral frequentemente atacados por piratas e por forças holandesas e inglesas. Os primeiros sacerdotes confinavam-se nas guarnições colocadas nos vários pontos, na qualidade de responsáveis pela assistência religiosa aos portugueses aí residentes[48]. Por isso não conseguiam evangelizar as populações nativas dispersas. Será preciso o avanço dos militares para preparar terreno.

Eles conservaram poucas fortalezas cujo poder não ultrapassava o espaço controlado pelo tiro dos canhões colocados geralmente em pequenas ilhas fortificadas. A construção imperial ficou confinada ao litoral para diminuir as despesas de transporte para uma penetração ao interior. Era preciso povoar os territórios por questão de sobrevivência. Esta ideia, iniciada nas Ilhas da Madeira e Açores, e depois Cabo Verde, conforme foram descobertas, devia ser empregue nas terras orientais e contou com apoio material do rei. o Infante D. Henrique dava passagens e vantagens aos que quisessem emigrar.

Quando Afonso de Albuquerque tomou o governo da Índia, foi-lhe recomendado por D. Manuel que promovesse os casamentos de portugueses com as mulheres índias, o rei disse que «parece cousa de Deus desejarem os portugueses tamto de cassar e viver em Goa. E assy me ssalve Deus que a mim me parece que Nosso Senhor ordena jsto e jmcrina os coraçoees dos homens por algua coussa de mujto sseu serviço escomdida a nós; e estas coussas am mester muyto afavorecjdas de Vosa Alteza e vejiadas com muito cuidado e

[47] Idem, p. 17
[48] Cfr. Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840, v. IV, 1515-1516:567; fala-se de Lourenço Dias Vygayro e de Bras Fernandes Capellam, pagos por sete mil e quynentos reais cada um por um serviço de três meses; o documento é datado em Sofala a 31 de Dezembro de 1516.

amparo de vosso governador e capitam jerall que tiverdes[49]». A promoção de casamentos mistos foi uma política desenvolvida desde o início da expansão, para fortificar os laços de amizade. Aliás, os reis africanos também usaram os casamentos para promover períodos de paz. Em 2 de Dezembro de 1509 era concedido o primeiro subsídio de casamento, de vinte cruzados de ouro em ouro. Era uma medida com propósitos colonizadores e políticos. A colonização portuguesa foi feita em quatro categorias: i) penal, ii) militar, iii) por meio de empresas e iv) pelo Estado. Mas todas as medidas redundaram no fracasso pela falta de preparação intelectual dos próprios colonos.

> Eram pessoas atiradas para África sem a mínima noção do que iam fazer, sem a mínima ideia do meio em que tinham de passar a viver, dos contratempos que tinham de vencer, as quais, uma vez colocadas perante as realidades africanas, não podiam deixar de sucumbir. A ideia de transformar criminosos sem qualquer espécie de selecção em colonos denota bem como se atendeu pouco ao aspecto moral do problema, que era fundamental. As próprias tentativas de colonização militar enfermaram parcialmente, pelo menos, do mesmo defeito, mas, porque os seus elementos eram fisicamente robustos e sem taras psicológicos e ainda porque alguns deles tinham conhecimentos da prática agrícola metropolitana, o resultado não foi totalmente negativo[50].

A penetração para o interior iniciou em 1505, tendo chegado a Sena. Em 1507 chegaram a Tete e em 1544 a Quelimane. Enquanto os portugueses estiveram nas fortalezas, os reinos locais procuravam fortificar-se ante um intruso cujas intenções eram mister. Impunham taxas aos portugueses das fortificações em caso de tocarem a terra firme. As crises do século XIX entre as tribos locais numa série de migrações permitiram aos portugueses colocarem-se a favor de umas contra outras. A conquista definitiva dos territórios será no século seguinte, terminadas as tensões entre os portugueses e os ingleses. Com quase cinco séculos de presença, a colonização efectiva levou menos de um século (1895-1975). A coroa portuguesa escolheu certos senhores que deviam administrar os territórios em seu nome.

Eram os Prazos, cujo senhorio chamava-se prazeiro, mas estes, por sua vez, enfrentando a distância e o isolamento tornaram-se pessoas sem escrúpulos e verdadeiros senhores feudais, livres de estreitos ligames com a coroa cujos interesses, muitas vezes chegaram a contrariar. A maior parte deles, de origem indo-goesa, se tornará bem cedo afro-asiática mercê dos matrimónios com as mulheres africanas a cuja descendência era concedido transmitir os direitos sobre o «prazo». Uma experiência importante na história da Cristandade em Moçambique deu-se a 11 de Março de 1498, na Ilha de São Jorge, quando foi celebrada a primeira missa.

> E hum sábado que foram a dez dias do mês de Março partimos e viemos pousar huua legoa em maar junto com huua ilha pera que ao domingo dissessem missa e se comfesasem e comungassem os que quisessem. E ao domingo disemos nossa missa em a ilha debaixo de huum arvoredo muito alto, e depois de dita a missa nos viemos pera as naos e loguo nos fisemos a vella e começamos de seguir nossa via com muitas galinhas e muitas cabras e pombas que aqui resgatamos por huuas comtinhas amarelas de vidro[51].

Foi esta a primeira missa, testemunho de que havia na expedição algum missionário para anunciar o Evangelho, que nas palavras de João Paulo II, «era a bagagem dos missionários e a cruz seu distintivo[52]». Em Goa, que será a capital administrativa dos territórios de Moçambique, conquistada por Albuquerque em 1510, formou-se uma comunidade cristã

---

[49] *Boletim Geral das Colónias,* Nº 178, II Série, Lisboa, AGC, Ateliers Gráficos Bertrand Lda. Abril. 1940:10
[50] *Idem, p.* 27
[51] Marques, José. *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia.* Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras (Colecção Gâmica; 2), 1999:51-52
[52] Mensagem do Papa João Paulo II na sua Visita a Moçambique, 1988, veja também no Anuário Católico De Moçambique, 2008, Secretariado Geral da CEM, Maputo, Paulinas Livraria e Audiovisuais, 02-04-2009:30.

dinâmica e a resistência muçulmana foi resolvida por extermínio enquanto os hinduístas eram tratados benignamente, favorecendo-se os matrimónios entre portugueses e mulheres locais. A diocese de Goa foi criada pelo Papa Clemente VII, em 31 de Janeiro de 1533.

Embora o método contribuísse para cristianizar a região, o Cristianismo era desacreditado aos olhos dos indianos de alta Casta; visto como sinónimo de aportuguesar, pois, aos neófitos era exigido o abandono da casta e a adopção dos costumes, dos hábitos, da língua e dos nomes dos novos senhores. A penetração para o interior foi morosa e difícil devido a presença dispersa de tribos hostis e de muçulmanos cuja resistência e agressões respondia-se com a edificação de fortalezas - Sofala (1505) e Ilha de Moçambique (1507) e o pessoal militar vivia com vigários e capelães para o ministério espiritual aos moradores enquanto estudavam formas de cristianizar os nativos.

Habituados aos árabes, eram hostis à convivência com os portugueses ali estabelecidos e os sacerdotes, pela dificuldade linguística, tiveram dificuldade em apresentar a sua experiência como um empreendimento benéfico recorrendo aos meios inadequados por se antecederem dos militares. Os primeiros baptismos eram feitos de forma propagandística, sem devida preparação. Até 1520, só tinham baptizado cerca de 20 nativos de Mossuril – Nampula. Os métodos usados foram, muitas vezes, fortes e mal adivinhados porque, se usava o *compelle intrare*[53] e não o princípio de S. Tomás: *inducendus est infidelis ad fidem non coactione sed persuasione*[54]. Com as instituições saídas da Reforma de 1517, o papel da igreja fortificara-se e o papado tinha deixado a cargo de Portugal e da Espanha a iniciativa de abrirem às terras descobertas a verdadeira fé. Seriam precisas mais duas décadas para que a contra-reforma tomasse forma com a entrada dos Jesuítas.

A vontade missionária era sensível a todos os cristãos, católicos e protestantes. Em 1530 o Rei de Portugal ordenava aos missionários expedicionários a continuidade dos baptismos iniciados em Mossuril. Moçambique que tinha servido quase unicamente como base de apoio, como paragem segura e, muitas vezes, necessário a caminho do Oriente, começou a ganhar importância e a colocação de guarnições de soldados e fortalezas para garantia das frotas de passagem foi notória[55].

> As costas de Moçambique eram hostis aos portugueses, porque sujeitas a chefes árabes, interessados na exclusividade de próprio comércio. Ocupar e consolidar a presença em Moçambique tinha em vista dois objectivos, ambos eles comerciais e políticos: «criar para os comerciantes das índias um ancoradouro seguro e favorecer as trocas com as povoações do interior, as quais gravitam em torno do prestigioso do Monomutapa, que, diz-se, possuir as fabulosas minas de Ofir do rei Salomão»[56].

A Bula Papal de Paulo III, *Aequum Reputamus, de 3 de Novembro de 1534*, criou a diocese de Goa, com um território que ia desde a diocese de S. Tome até à China incluindo todos os territórios da África Oriental[57]. Em 1538, o Franciscano, João de Albuquerque, foi encarregado de organizar o arcebispado de Goa aonde chega a 25 de Março do ano seguinte, proveniente do país de brandos costumes. Pela imensidão da sua diocese nomeia visitadores apostólicos que permanecem como seus vigários gerais. Os futuros missionários virão da Índia enquanto a falta de uma hierarquia eclesiástica presente e atenta impede uma

[53] Obriga-os a entrar. Expressão de Cristo (São Lucas, XIV, 23) referindo-se aos convidados para o festim. Aplica-se à insistência de alguém em procurar fazer outrem aceitar algo cujo valor desconhece.
[54] Cfr. Doctoris, Angelici. S. Thomae Aquinatis. *Summa Theologica, Ordinis Praedicatorum*, Tomus Decimus, Quol. II, Art. VII, Romae, 1773:17
[55] Cfr. Rolo, Raul de Almeida, O.P. *Província da Ordem de S. Domingos*, Fátima-Porto-Queruz, 1962:73.
[56] Cfr, Rolo, Raul de Almeida, O.P. *Província da Ordem de S. Domingos*, Fátima-Porto-Queruz, 1962:75-77
[57] Bula de Paulo III, *Aequum Reputamus*, de 3 de Novembro de 1534; in Brásio, Portugal em África, 1944.

coordenada obra de evangelização. Francisco Xavier, presente na Ilha de Moçambique desde Agosto de 1541 até Março do ano seguinte[58] parece não ter desenvolvido aí uma acção relevante, até a chegado dos dominicanos, em Junho de 1548 que deram início a um trabalho notável entre os indígenas[59]. Superando os franciscanos e dominicanos os Jesuítas levaram a peito a difusão da palavra de Deus entre os povos longe do centro da Igreja.

Muitas vezes sinais de choque cultural e miscigenação entraram em confronto. Na Europa vivia-se as manifestações diversas e a Igreja via na Expansão uma possibilidade de compensar fora da Europa as perdas que a Reforma lhe provocara. Os territórios ao longo da costa africana eram administrativa e religiosamente dependentes do governo do vice-rei da Índia, até 1752 quando teve um governo colonial próprio. Os primeiros missionários em Moçambique, inexperientes e desprevenidos enfrentaram as zonas costeiras insalubres e maláricas, com o clima quente, húmido debilitante para qualquer europeu. Por isso o clima colheu numerosas vítimas entre eles.

1.2.2. Periodização da Missionação Jesuítica em Moçambique

Nascida no meio de contradições reformistas do século XVI, a Sociedade de Jesus seguiu uma empresa ambiciosa bem concebida. O que, à partida, havia de nobre nas intenções foi o progressivo sentimento de que a disciplina era a mãe das virtudes e que não era necessário o medo com os políticos e suas ambições. Fundada em 1534 pelo oficial do exército basco, Inácio de Loyola, a Sociedade foi aprovada pelo Paulo VI a 27 de Setembro de 1540, tendo sido Portuguesa a primeira província de onde partiu Francisco Xavier rumo a Índia, em 1541, enquanto Francisco Rodrigues organizava a província.

> Membros da Companhia de Jesus foram acusados de conspirar contra os reis e presidentes, viajaram como missionários para todos os cantos do mundo, desbravaram florestas, […] exploraram rios e estiveram na corte de imperadores. Os jesuítas foram mais idolatrados e odiados do que quaisquer outros membros de outra Ordem Religiosa, sofreram as mortes mais horríveis e realizaram os mais espantosos feitos. Amada e detestada, a Companhia de Jesus causou tão grande impacte dramático e exerceu tão vasta influência que é impossível ignorar o seu papel na História. Perturbou certeza e hierarquias da Igreja Católica Romana, transformou a paisagem intelectual, cultural e espiritual[60].

A experiência consistia essencialmente no esforço empreendido por homens corajosos para pôr em marcha e estimular o engajamento civilizacional dos povos com que o poder temporal comunicava nas suas aventuras a que deram o nome de «descobrimentos». Com esta finalidade, ofereceram aos líderes, uma parte dos conhecimentos obtidos em academias europeias e pelos rigorosos exercícios espirituais inacianos. Foram impulsionados por diversas motivações, de igual modo, políticas, economicas, culturais e religiosas.

Quando em 1554 há uma decisão de se penetrar para o interior, formou-se o trio Militares, Mercadores e Missionários representados, estes últimos, por vigários e capelães, todos de mãos dadas mas perseguindo objectivos específicos. Todos agiram na suposição de que os povos encontrados poderiam ser admitidos na civilização. Em 1560 Gonçalo da Silveira e dois irmãos Jesuítas chegaram a Tongue (Inhambane) e iniciou a mística evangelização rumo ao corte de Mutapa. Iniciava-se o verdadeiro período jesuítico.

---

[58] Ecclesia Catholica. Congregatio de Propaganda Fide. *Guida delle Missioni Catoliche, 1934*, Roma: Unione missionaria del clero in Italia, impr. 1934:229.

[59] Cfr. Ecclesia Catholica. Congregatio de Propaganda Fide. *Guida delle Missioni Catoliche, 1934*, Roma: Unione missionaria del clero in Italia, impr. 1934:229; Lesourd, Paul, *Histoire des missions catholiques*, Paris, Librairie de l'Arc, 1937:345.

[60] WRIGTH, Jonathan, *Os* Jesuíta*s:* Missões, Mitos e Histórias, Lisboa. Quetzal/Bertrand Editores, 2004

1.2.2.1. Primeiro Período - 1560-1572: A Tentativa Missionária

A primeira presença permanente dos Jesuítas durou cerca de doze anos, um período caracterizado pelo lançamento das bases da cristandade às elites locais. O pequeno número de missionários difunde a fé ao mesmo tempo que garante a penetração para o interior. Quando chega a Goa a notícia de que um rei negro destes territórios deseja converter-se e que a África Oriental parece abrir-se ao Cristianismo, os Jesuítas deixam-se tentar pela empresa e enviam três missionários. O padre Gonçalo da Silveira chefiou a Missão que partira da metrópole para Goa em 1556, o ano da morte do fundador, Inácio de Loyola.

Em 1557 D. Gonçalo da Silveira tinha mostrado ao Superior-Geral dos Jesuítas o desejo de ter mais gente para trabalhar, na qualidade de superior da Província do Oriente. Entre 1559 e 1560 deixou Chaul, Índia, e dirigiu-se a Ilha de Moçambique, onde chegou a 5 de Fevereiro de 1560, tendo, no mesmo mês rumado a Inhambane, para iniciar a propagação da fé. Chegou à Missão de Cafraria tendo sido recebido pelo rei Gamba em Tongue. Estava acompanhado por dois companheiros: Pe. André Fernandes e Irmão André Costa. Abriu a primeira Missão da Companhia de Jesus em Moçambique e na África Oriental no território dos Tonga onde tinha conseguido baptizar o soberano e a Corte. Uma vez consolidada a cristandade, decidiu avançar para o poderoso imperador da África - o Monomutapa - dono da terra onde *«o diabo tem grandes gadanhos*[61]*»*.

Mas fez a penetração ao interior sozinho enquanto os companheiros tomavam conta do resto do trabalho. Seguiu para Sena onde mandou saudar o rei, pedindo licença para o visitar. Enquanto isso, baptizava. A pé, carregou o altar rumo ao palácio e o seu trajecto seguiu por Tete, Mabate, Bemba, Quituguim, nesta última onde celebrou as três missas do Natal de 1560. Penetrou corajosamente no sertão, mesmo ao Muenemutapa, baptizando mais de quinhentas pessoas no primeiro ano. Chegado à presença do rei a 1º de Janeiro de 1561 escrevia estar muito decidido a concluir o resto da minha apagada vida nesta negociação da conversão da Etiópia e peregrinação por ela, não apenas me encontro consolado e em paz, mas rico, aleluia[62]. Foi acolhido amigavelmente pelo rei que pediu o baptismo.

Tinha 500 km percorridos, em quinze dias, desde Tete. Na corte baptizou o imperador e seus conselheiros porque nas suas palavras ao Irmão Luís Fróis «a gente nobre e plebeia toda se queria fazer cristão». Tudo parecia estar bem e prometedor com um inesperado sucesso, mas tudo acabou de forma catastroficamente fulminante quando os muçulmanos há muito presentes na corte conseguiram inverter a situação, acusando junto do rei o superior dos Jesuítas de ser um espião pelo que foi assassinado durante o sono a 15 de Março de 1561. Portugal procurará vingar-se dessa morte. António Caiado, o porteiro e intérprete do missionário diz-nos que;

> Por induzimento a malícia dos mouros que eram os maiores feiticeiros da terra a intriga convenceu. E na noite silenciosa de 15 de Março de 1561 uma corda traiçoeira realiza o sacrifício último do Jesuíta que ainda na véspera baptizara 50 neófitos. Fez outras muitas obras tão santas como foi a sua vida, e depois de martyrisado muitos milagres; pelo que o não estar já canonizado he por pouca vetura nssa e grande descuido dos seus Padres que muito se poderão honrar com ter por Irmão tão ilustre martyr, e muito mayor das ilustres Cazas de Portugal que o tem por parente tão propínquo[63]»

Atrás, entre os Tonga, o Irmão André Costa morreu de febres. No ano de 1572, o sobrevivente, Pe. André Fernandes em companhia de outros dois Jesuítas que haviam

---

[61] «Gadanhos são unhas compridas. Tirado da Carta que ele escreveu para Goa a 9 de Agosto de 1560

[62] Carta ao Padre Geral da SJ

[63] D. Manuel de Meneses na «Chronica de D. Sebastião, Cap. 39:1

chegado para dar continuidade da Missão foram convocados a regressar a Portugal, porque o Rei, desejoso de vingança pela morte do missionário julgava que «não é conveniente acharem-se padres na sua corte, no tempo que vamos castigar e conquistar». Outros padres que fizeram parte do primeiro período foram Francisco Sales, Diogo Rodrigues e Paulo Rodrigues enviados pelo Rei Rui Lourenço de Távora para fundar, em Moçambique, «a casa que ali se há-de fazer, para benefício dos casados e naturais da terra, das armadas do reino e da Índia e doentes delas que ali vêm ter e para dali governarem e proverem a Missão de Monomutapa pela terra dentro[64]». Na altura do prometido castigo, 1571, acompanharam o exército de vingança os padres Francisco Gonçalves e Paulo Aleixo e a Missão fica suspensa por vários anos[65], até 1610.

Esta efémera presença dos Jesuítas não deixa muitos vestígios, sobretudo no que se refere a qualquer forma de adaptação cultural. A ausência de Jesuítas na área de Mutapa foi preenchida pelos dominicanos, a partir de 1567 – ano em que teve lugar o primeiro Concílio em Goa – saídos de Tete, onde tinham fundado uma paróquia de São Tiago Maior de Tete, recebida do Rei, em 1563[66]. A sua dedicação junto da corte converteu a muitos, recorrendo, por vezes, a métodos coercivos. «O jovem filho de um rei pagão é capturado e enviado para Goa, onde se converte e entra nos dominicanos, alcançando reputação de pregador e teólogo, tanto que o Mestre Geral da Ordem, Frei Tomás Rocaberti lhe concede, em 1670, o título de mestre em Teologia[67]».

Em 24 de Maio de 1569 baptizaram o próprio Monomutapa e aos filhos dos régulos das áreas satélites, em 1570, trabalho reforçado pelos missionários dos Irmãos de São João de Deus, 10 anos mais tarde. Em 1579 foi erguido um convento na Ilha de Moçambique e em 1586, outro em Sofala, por um grupo liderado pelo Frei João dos Santos. Aqui conseguiram baptizar, em três anos, 1700 almas[68], enquanto os territórios de Moçambique (Nampula), Cuama (Zambézia), sena e Tete eram percorridos. O isolamento fez com que alguns missionários entrassem em negócios de escravos, do ouro e do marfim. O desorientamento geral atinge alguns missionários envolvidos em questões de grandes propriedades e de comércio de escravos. Destes negócios resulta um conflito entre Jesuítas e Dominicanos, pela possessão de prazos e de escravos.

Frei Nicolau do Rosário estabeleceu-se em Tete, sobre o Zambeze, mas acompanhando uma expedição portuguesa em qualidade de esmoler foi feito prisioneiro e morreu às frechadas. Apesar das dificuldades, as missões do Monomutapa fazem notáveis progressos, embora, entre pagãos e cristãos sustentados pelos portugueses, haja uma contínua luta pelo poder. O trabalho foi intenso e até 1591 haviam sido baptizados cerca de 20.000 negros, sem preparação adequada. Em 1628 parece que trabalhassem na Zambézia sessenta missionários. Mas as guerras dos portugueses contra os reis do lugar criaram dificuldades à evangelização e o pessoal diminuiu. Os dominicanos estiveram presentes, embora em progressiva redução até serem atingidos pela lei de supressão das ordens religiosas, em 1834.

---

[64] Guerreiro, Fernão, SJ, Morais, Júlio, SJ e Viegas, Artur. *Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões e do processo da conversão e christandade daquelas partes, 1600 a 1609.* Volume III, 2ª edição, *Scriptores Rerum Lusitanar*, Lisboa, 1942.
[65] Delacroix, Simon; Costantini, Celso; Barthe, Gilles. *Histoire Universelle des missions catholiques. / 2, Les Missions modernes (XVIIe et XVIIIe s),* Paris: Grund, 1957:235.
[66] Brásio, António; Almeida, Manuel Lopes de. *Política do espírito no ultramar português,* Monografia, Coimbra [s.n.], 1949:32.
[67] Rolo, Raul de Almeida, O.P. *Província da Ordem de S. Domingos*, Fátima-Porto-Queruz, 1962:24.
[68] Santos, Victor, O Missionário Quinhentista Fr. João dos Santos e o seu Livro Etiópia Oriental, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca, AGC, 1951:31

1.2.2.2. Segundo Período - 1610-1759: Desenvolvimento da Cristandade

Este é o maior período até ao momento, com 149 anos. Teve como grandes centros a Ilha de Moçambique para cobrir toda a macuana e as ilhas de Quelimane, para evangelizar todo o litoral, Sena para a região intermediária, Tete para o interior mais a Oeste do Zambeze acima. Com eles havia dominicanos a trabalhar no centro. Em Zambézia contam-se dezasseis missões com nove dominicanos, seis Jesuítas e um sacerdote secular. Os jesuítas fundam também colégio-seminário mas tudo fica comprometido com a supressão da ordem, decretada pelo Marquês de Pombal, em 1759.

Em 1610 instalaram-se definitivamente na Ilha de Moçambique de onde se estenderam até ao Zimbabwe. Abriram um colégio, outro em Sena por volta de 1626 e do Espírito Santo em Tete que era a residência permanente donde podiam planificar outras missões. Construíram escolas, residências e igrejas em Cabeceira, Caia, Luabo, Quelimane, Chemba, Maringue, Marávia e só nos rios Cuama havia-seis igrejas em 1667. À Bula *Aequum Reputamus*, de 3 de Novembro de 1534, substituiu-se-lhe com a «*in superiminenti militantes eclesiae*, de 21 de Janeiro de 1612, com a qual Pio V separou da Igreja de Goa o Distrito da Ilha de Moçambique que, a partir de então, constituiu-se numa administração espiritual independente à frente da qual estava «um vigário graduado em ciências eclesiásticas, com poderes de plena jurisdição espiritual e eclesiástica», mas nomeado pelo rei de Portugal, sem posterior confirmação da Santa Sé.

Em 1563, Pio IV em *Dispositione* de 12 de Fevereiro, criará as administrações eclesiásticas de Moçambique e Sofala. Foi o êxito conquistado pelos missionários jesuítas ao lado dos dominicanos que fez com que o Sumo Pontífice separasse o território de Moçambique da Arquidiocese de Goa. Nesta data é nomeado, Manuel Sousa Coutinho. Em seguida, nos últimos decénios do século XVI, são nomeados visitadores vários padres dominicanos: Fr. Jerónimo de Santo Agostinho, Fr. Diogo Correia, Fr. Estevão da Assunção.

Iniciou-se, então, um trabalho de adaptação, por meio de traduções de línguas locais para o Português. Este esforço só será posto em causa mais de um século e meio depois, quando alguns políticos no governo de 1775-1777, entre os quais Sebastião José de Carvalho e Melo e Marquês de Pombal, o consideram um perigo para a língua portuguesa[69]. Embora a dependência de Goa possa ter contribuído para a escassez de informações sobre o decurso da missionação neste período, um trabalho de referência «Etiópia Oriental» foi desenvolvido pelo dominicano Frei João dos Santos. Também possuímos uma gramática da língua Sena (1680) e o *Itinerarium* do padre Júlio César.

> A maior parte dos trabalhos que permitem reconstituir a História da missionação neste período foram feitos pelos Jesuítas. Por meio deles é possível seguir os lugares e as orientações do trabalho apostólico, bem como as orientações histórico-culturais em que se vieram a encontrar; contém várias observações acerca da sociedade moçambicana do tempo e as suas manifestações religiosas; lembra os modos de presença muçulmana, as formas de escravidão e as tentativas de escolarização[70].

Pressionado pelo aumento do paganismo, Goa, pela Santa Inquisição, publica em 1771 um édito contra as práticas pagãs dos cristãos de Moçambique, porque muitos cafres eram levados pela feitiçaria e deixavam seus valores no Cristianismo o que favorecia o Islamismo. O território caracterizava-se pela maior penúria económica e pelo mais baixo e

[69] Cfr. Brásio, António; Almeida, Manuel Lopes de. Política do espírito no ultramar português, Monografia, Coimbra [s.n.], 1949:30

[70] Cfr. SILVA, A. da. *Mentalidade Missiológica dos Jesuítas em Moçambique antes de 1759*, Lisboa, 1967-

degradante nível moral porque «a índia ou Macau exportavam para Moçambique o que de pior possuíam, a escória indesejável da sociedade, a ralé dos canalhas[71]».

Na segunda década do século XVII assiste-se, em Moçambique, muitas revoltas, destacando-se a do Mutapa-Changamire. Estas revoltas tiveram um reflexo na evangelização. Na segunda metade do século, a situação normaliza-se o que cria bases para se repensar no projecto evangélico. A nomeação do Frei António da Conceição, como administrador apostólico, foi uma ajuda preciosíssima ao trabalho apostólico. Propôs ao rei, em 1695, a fundação de seminários em Sena para formar 200 sacerdotes párocos no território e necessitava de 20 missionários catequistas.

A resposta positiva mas inesperada. Em vez de serem os Agostinhos «os jesuítas seriam os mais indicados para esta tarefa[72]». O frei ficou desapontado e o projecto não avançou por alguns anos, até a sua retoma pelo padre João Nogueira da Cruz, em 1776 e pelo Frei Amaro, dez anos mais tarde, e a ideia de autonomia foi ganhando forma. Aliás, em 1696, o Frei António da Conceição escrevia no seu «*Tratado dos rios de Cuama*»*:* «para aumento desta cristandade em primeiro lugar parece-me necessário um Bispo tão zeloso do serviço de Deus como todos o devem ser principalmente o das novas cristandades como esta, e com tal talento que possa dispor desta nova planta de forma melhor do que a tida até agora, pondo em prática o que foi ordenado em cinco concílios que se celebraram em Goa.

Em 1759 foi expulso de Sena, o Jesuíta Maurício Thoman que veio a publicar as memórias em 1788 relatando o sentimento dos Jesuítas na época final. Até à expulsão, houve um florescimento da cristandade jesuítica em Moçambique. Expulsos os Jesuítas o Frei Victoriano de S. José Machado, O padre transferiu a residência dos administradores para a capital, a Ilha de Moçambique, abandonando a Sena[73] e a Igreja sentiu um grande golpe com ausência do pessoal. Mesmo assim, foi no meio destas dificuldades que cresceu o sentimento de autonomia. Em 1783 o vicariato apostólico torna-se *prelatura nullius*.

A 23 de Junho de 1800 o Senado da câmara de Moçambique fez sua a aspiração a um episcopado local. A 25 de Julho o Governador da província, Francisco Guedes de Carvalho e Meneses, escreveu ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho pedindo a elevação da prelazia a episcopado. Era o retomar de ideias antigas quando em 1616 era desejo do rei e de vários missionários[74]. A Prelazia passou a ser controlada directamente de Goa.

> A Rainha D. Maria I em 1782 nomeia administrador efectivo Frei Amaro de S. Tomás, O.P., confirmado pela Santa Sé a 16 de Julho de 1783 e consagrado Bispo de Goa a 25 de Outubro de 1785[75]. Morto em Tete em 1801, sucede-lhe o seu confrade Frei José Nicolau de Jesus Maria Pegado e em 1804 é eleito prelado ordinário D. Vasco José de Nossa Senhora da Boarte Lobo que encontra grandes dificuldades por causa de uma série de contrastes com o Capitão Geral da Província. De 1811 a 1819, Frei José Nicoalu Pegado administra de novo a prelazia. A cronica dos prelados que se sucedem entre 1819 e 1882 regista dois bispos e seis administradores por sede vacante[76].

---

[71] Cfr. Gonçalves, José Júlio, *O Mundo Árabo-Islâmico e o Ultramar Português:* édito contra as práticas pagãs dos cristãos de Moçambique, por portugueses, canarins e cafres, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Estudos de Ciências Políticas e Sociais 10, Vila Nova de Famalicão, 1958:211-212.
[72] Sousa, José Augusto Alves de. *Os Jesuítas em Moçambique*, 1541-1991: no cinquentenário do 4º. período da nossa missão, Livraria A.I., 1991:32
[73] Brásio, A. *A Igreja em Moçambique*, in Portugal em África, I, 1944, II Série, 1944:293
[74] Frei Francisco de Avelar, Pe. Manuel Barreto, S.J. (1667), Frei António da Conceição (1696), Frei Simão de S. Tomás (1734) e vice-rei, Conde de Linhares (1635).
[75] Brásio, A. *A Igreja em Moçambique*, in Portugal em África, I, 1944, II Série:293
[76] Brásio, A. A op. cit. p. 294

O golpe final chegou com as leis de Aguiar, de 1834, o mata-frades, que suprimiu as Ordens e as Congregações Religiosas confiscando-lhes os bens em todo o território nacional pelo que foram afectados, em Moçambique, os dominicanos presentes no Baixo Zambeze. Durante duas décadas, o território contava apenas com menos de cinco sacerdotes. Quando a 24 de Outubro de 1858, o padre Faver, então vigário-geral do bispo da Ilha de Bourbon desembarca nas costas orientais da África Portuguesa encontra cinco sacerdotes talvez os únicos que ficaram.

Estes padres não olhavam os africanos como gente merecedora de evangelho e nenhum considerava como seu dever trabalhar junto dos africanos. O vazio foi preenchido pelo Mons. Allard, Responsavel do Natal (África do Sul) que, a pedido da Sagrada Congregação de Propaganda Fide, devia ocupar-se também dos católicos de Lourenço Marques, mas o governador de Moçambique opôs-se dizendo que «o território depende do patriarcado de Goa e que as instruções da Congregação da Propaganda Fide não dizem respeito aos territórios sujeitos ao padroado». O governo de Lisboa, apressa-se em construir uma capela e enviar um sacerdote de sua escolha[77].

1.2.2.3. Terceiro Período - 1881-1911: No contexto da ocupação efectiva

Para ganhar a alma do preto é preciso anima-lo com algumas ofertas. As irmãs ficariam muito reconhecidas se os que se interessam pelas missões lhes mandassem os objectos mencionados.

Irmãs de São José de Cluny, Mponda

Foi um período caracterizado pela presença de missionários das várias províncias Jesuíticas. Em três décadas floresceram as missões, dividiu-se a Zambézia pela Inglaterra e Portugal enquanto províncias da Companhia de Jesus com sedes na Zambézia e Salizbury. De facto, de 1881 a 1910, fundaram oito missões e três paróquias, além dos seis colégios em Quelimane, Milange, Inhambane, Chupanga, Coloane e Lifidzi, e de dois internatos, um em Boroma e outro em Zumbo e quinze escolas[78]. Eles tinham uma acção circunscrita dentro dos limites da Companhia de Moçambique, com cujo proprietário mantinham relações.

A escassez de jesuítas em Portugal fez com que a cooperação ganhasse forma e gerou o interesse pela vocação missionária. Em 1871 havia apenas oito sacerdotes na Província Portuguesa da Companhia de Jesus. A partir de 1880, vários prelados que se sucediam, auxiliados por sacerdotes diocesanos, asseguravam a presença sacerdotal em Moçambique[79]. O Mons. Barroso, que, a sua chegada encontrara apenas três missionários Jesuítas, reorganizou a vida missionária da prelazia. Primeiro, fez visitas às vastas terras do seu

---

[77] Cfr. Delacroix, Simon; Costantini, Celso; Barthe, Gilles. *Histoire Universelle des missions catholiques. / 2, Les Missions modernes (XVIIe et XVIIIe s)*, Paris: Grund, 1957:44ss.

[78] Lopes, António. *História da Província Portuguesa da Companhia de Jesus*, Lisboa, Brotéria/Fundação Oriente, 2000:41-43

[79] D. António Tomás da Silva Leitão e Castro (1883-84); D. Henrique José Red da Silva (1884-86); D. António Dias Ferreira (1887-91); D. António José de Sousa Barroso (1891-97), D. Sebastião José Pereira (1897-1900), D. António José Gomes Cardoso (1900-01), D. António Montinho (1901-05), D. Francisco Ferreira da Silva (1905-20), D. Rafael Maria de Assunção (1920-36), D. Teodósio Clemente de Gouveia (1936-40). Cfr. P. 54 em o Colégio das Missões em Cernache do Bom Jardim, de Cândido da Silva Teixeira, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, pp. 5-185, cfr. Também pp. 83, 88 3 89.

apostolado apreciando a fauna, a flora, a hidrografia e a fertilidade dos solos. Depois, tratou de reorganizar o ensino e a educação da mulher moçambicana.

Fundou um colégio para jovens africanos em Cabaceira-Grande, junto a Ilha de Moçambique e pensava em fundar um seminário para a formação do clero. Lutou contra o isolamento dos missionários, porque «a razão e a experiência têm mostrado várias vezes que o missionário assim abandonado, no meio da barbárie que o circunda por todos os lados, não modifica, civilizando, mas é por ela absorvido, a não ser que a providência não faça milagres que, embora possíveis, não são a regra, nem são de esperar[80]». O seu trabalho só começa a dar o seu fruto a partir de 1889 quando foram submetidos os belicosos matabeles.

O empresário Paiva de Andrade, proprietário da Companhia de Moçambique, fez um pedido ao rei a 20 de Abril de 1881, para a reentrada dos Jesuítas no seu domínio. Dois anos antes, o Zambeze Superior, actual Zimbabwe, fora tomado pela Província da Inglaterra da Companhia de Jesus e Andrade considerava ser uma ameaça que só poderia ser combatida por outra ameaça. Aqui, embora os padres ingleses trabalhassem com sucesso no meio de uma forte propaganda protestante, a liberdade de apostolado só lhes foi concedida em 1887. Foram enviados de Lisboa, o padre Francisco Antunes e Irmão António Ferreira. Estes beneficiam-se dos jesuítas expulsos da Argélia que a eles se juntaram além dos padres e irmãos das províncias de Áustria e da Inglaterra.

Multiplicaram-se os centros de evangelização tendo-se estendido para Quelimane, Coalane, Milange ou Tumbini, onde havia boas escolas. Subindo o Zambeze estava Chupanga com um internato, o primeiro, e uma tipografia. Tete foi substituído por Boroma por iniciativa do padre Vitor Courtois, em 1885. Em 1890 já eram 17 Jesuítas ao mesmo tempo que 11 missionários tinham falecido em Sena, Mopeia e Tete. Vitor Courtois teve que criar amizade com o sanguinário Cipriano Pereira, de modo a poder ter passagem para o Norte e em 1892 fundou-se a estação missionária de São Pedro Claver de Miruru no Zumbo, junto da Zâmbia, então Rodésia do Norte.

> O jesuíta francês Victor José Courtois, ao serviço da Prelazia de Moçambique, desde 17.10.1882, foi durante anos missionário no Zambeze, no prazo Boroma, de cuja paróquia era responsável em 1885, devendo-se-lhe, para além de notável trabalho pastoral, valiosos estudos de filologia africana, haver salvo o resto documental do arquivo eclesiástico da freguesia da vila que publicou. Faleceu em Inhambane a 18 de Janeiro de 1894. D. António Barroso, que o conheceu e tinha um grande apreço considerando-o «um missionário modelo», dirigiu, a 9 de Dezembro de 1895, um ofício ao Ministro de Ultramar a dar conhecimento que o padre Victor Courtois havia deixado preparados, à data da sua morte, importantes trabalhos sobre línguas cafres, como um bom missionário, uma tradução dos Evangelhos e alguns outros livros, todos muito meritórios debaixo do ponto de vista da cristianização dos portos da África Oriental Portuguesa[81].

No terceiro período, Boroma e Miruru foram centros de grande desenvolvimento, além de possuírem igrejas grandiosas. A mentalidade católica espalhou-se entre as famílias e comunidades inteiras em três décadas de trabalho. Ao todo, foram 118 missionários e 41 deles foram dizimados pelo clima ou pela acção do veneno ministrado pelos nativos. E os internatos desempenharam um papel preponderante devido a presença permanente e contacto dos jovens com os missionários. A obra de Júlio Torrend compreendendo 24 línguas da família banta ficou registada. Outros padres que deixaram nomes registados são Vitor Courtois, Czimmermann, Alexandre Moreira Aranha, Rivière. No período da perseguição contra os missionários católicos, em Moçambique há toda a liberdade para os

---

[80] Sobrinho Neves, *D. António Barroso, o bispo dos três continentes*, em Além-mar, nr. 7/8, 1968.
[81] Marques, João Francisco, *O Dominicano bracarense D. Fr. Amaro José de Santo Thomaz*, primeiro bispo residente de Moçambique, Porto, FLUP, 2009:352, ou em http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4863.pdf.

enviados de outras igrejas que, sob a protecção dos acordos de Berlim (1885) e de Bruxelas (1890), se empenham seriamente no proselitismo.

Todos os estrangeiros são vistos com suspeita e considerados um perigo para a soberania. Mas será que a Igreja tinha a ver com o medo que pairava sobre a nação portuguesa? Para D. Francisco Ferreira da Silva, protestando contra o governo por causa das injustiças e arbítrios infligidos à Prelazia, entre os anos 1912 e 1913, «não foi a Prelazia que pediu os missionários do Verbo Divino, alemães e austríacos e nem foi da minha iniciativa chamar os missionários protestantes estrangeiros, ingleses e suecos, americanos e turcos ao abrigo das convenções de Berlim e Bruxelas e do artigo 10º do tratado Luso-Britânico[82]».

Desde então inicia-se com a gradual delimitação do campo de acção; o empenho apostólico-cultural e o interesse científico. Limitam-se ao Vale do Zambeze, porque a Messe é grande para os poucos operários. Os poucos missionários disponíveis, não podem evangelizar todas as povoações, da Ilha de Moçambique até Tete e Inhambane, como tinha sido feito no passado! Os numerosos missionários tombados pelo clima em Tete, Sena e Mopeia deram motivo do abandono destes centros.

> A Missão de Milange é deixada depois da sua total destruição pelos ajauas de Matipwiri, em Outubro de 1894 e a de Inhambane, em 1898, com a chegada dos franciscanos. Os centros missionários de Quelimane e Coalane, de Chupanga e Boroma tornam-se pontos de evangelização e de instrução jesuítica; este último articula-se em instrução elementar e iniciação ao trabalho artesanal e agrícola[83].

Cientificamente, a filologia, a linguística, a meteorologia e as ciências naturais conheceram os seus primeiros passos. Na Linguística, o francês, Júlio Torrend compôs a gramática comparada de 24 línguas da família bantu; na meteorologia foram erguidos dois observatórios em Boroma e em Milange (este destruído em 1894) cujos dados suscitaram admiração e interesse na Europa. No campo das ciências foram feitos vários trabalhos de classificação de plantas, insectos e animais exóticos.

A educação da juventude de Milange não foi fácil. Não são claras as razões desta dificuldade. Talvez fosse pela ameaça que pairava sobre a religiosidade naquelas terras. Não poucas foram as vezes que os jesuítas foram obrigados a tomar atitudes militares para alguns centros e as suas missões, patriotismo que será utilizado para fazer frente ao forte anticlericalismo português. As armas utilizadas nessas defesas eram as mesmas utilizadas para a caça, ou para afugentar os animais ferozes quando abriam estradas pela floresta numa zona onde se continuava a utilizar o rio Zambeze.

Com a abertura de estradas foi possível a introdução de carros de bois, vulgarmente conhecidos por *Ngolo*. Os missionários tiveram que contar com apoio das irmãs, sobretudo para a sensibilização da camada feminina. Os Padres Brancos chegaram em 1889, ano em que fundaram a Missão de Mponda, mais para os Niassalandenses que para moçambicanos, rivalizando com os Jesuítas. Esta Missão foi afectada por uma peste. Em 1890 chegaram as irmãs de São José de Cluny, como primeira congregação feminina. Ao lado dos Jesuítas fez um trabalho relevante. Eis o seu testemunho:

> A Missão passou por uma grande provação por causa da peste bovina; sucumbiram ao flagelo quasi todos os bois; as cabras e as galinhas também não escaparam. Pela falta dos bois os transportes tornaram-se muito difíceis; por isso as irmãs teem de esperar anos inteiros, para que os seus

---

[82] Silva, Ferreira da. *A Prelazia de Moçambique*, Lisboa, 1913:16.

[83] Em Bormoa havia, entre outras coisas, uma tipografia e dois motores a vapor para accionar uma serra mecânica e para tirar agua do Zambeze necessária ao uso doméstico e à irrigação do pomar.

> fornecimentos e provisões lhes cheguem de Portugal. Os gafanhotos também fizeram a sua apparição e devastaram campos inteiros de milho. As irmãs viram-se a mandar parte das creanças para as suas terras por falta de víveres. Somos cinco irmãs, 80 pretinhas resgatadas e sessenta pretinhas livres[84].

As dificuldades sentidas em Mponda também foram notadas em Milange e em Boroma. Nesta última Missão, a irmã Natividade, superiora, morreu antes de completar um ano. Segundo relataram as companheiras «tinha feito um passeio ao sol acompanhando as pretinhas na segunda-feira de paschoa e queimou o bílis com o sol. Na altura, eram sete Irmãs, 145 Pretinhas e 36 pretinhas adultas. A morte desta irmã afectou grandemente o tratamento dos 1048 doentes e 20 órfãos, presentes a volta da Missão. No seu relatório de contas, em 1893, as três irmãs que cuidavam de 44 raparigas em Milange reconheciam a resistência e preguiça das pretinhas à conversão e ao estudo.

> As irmãs têm muito que sofrer com a falta d´agua. Na estação seca vem se a ir buscal-la a três quartos de hora de distância. As pretinhas teem grande repugnância para frequentarem a escola. O único meio de lhes atrair seria dar-lhes presentes, taes como: terços, medalhas, missanga, espelho. Para ganhar a alma do preto é preciso anima-lo com algumas ofertas. As irmãs ficariam muito reconhecidas se os que se interessam pelas missões lhes mandassem os objectos mencionados[85].

Com vista a recolha de donativos e ofertas, organizavam várias actividades culturais em Portugal. Os bens entregues eram geridos com toda a transparência possível, desde o local da recolha ao destino final. Esta luta pela transparência promovida pelas irmãs de São José de Cluny visava dar garantia aos benfeitores de que o seu donativo tinha valido a pena. Em menos de três anos de Missão tinham conseguido 154.000$00 conforme o relatório de 15 de Maio de 1893 sobre as despesas feitas e contas pagas. Havia duas associações que promoviam espectáculos para donativos: Auxiliar *da Missão Ultramarina* e *Associa*ção *das Meninas Pobres* com 5 homens e 15 mulheres.

Em 1901, o Major Marqueza de Rio escrevia que «o movimento anti-religioso que tão lamentável incremento tomou nos meses do anno passado, também prejudicou bastante a nossa associação, inhibindo-nos de realizarmos a nossa festa no teatro de D. Maria, na noute de 11 de Março d´aquele anno, e privando-nos dos recursos com que contávamos e que estamos habituados a encontrar nos espectáculos públicos[86]».

A recolha de donativos conheceu um revés quando o anticlericalismo cresceu em Portugal, no início do século. Em 1897 chegaram a Moçambique as irmãs Franciscanas Missionárias de Maria (FMM) seguidas dos Padres Franciscanos, no ano seguinte, o que permitiu estender a obra de evangelização e escolarização no centro-sul. Por ser pessoal português não suscitou muita reacção por parte da autoridade política, sempre anticlerical.

Os irmãos maristas franceses, por exemplo, por causa das restrições que lhes foram impostas, em 1908 recusaram-se a trabalhar na Zambézia. À medida que aumentava o número de missionários, novas áreas eram abertas e restauradas algumas, pelo D. António Barroso. A Missão da Zambézia será reaberta, pela quarta vez, em 1941. Foi-o pela primeira vez em 1560, pela segunda em 1610 e pela terceira em 1881[87], não obstante as terríveis dificuldades climáticas que valeram a esta Missão o nome de Tumba dos Jesuítas[88]».

[84] AAMU. *Relatório e contas da gerência dos annos 1898 a 1901*, Lisboa, Typographia Catholica, 1901, in Arquivo das Congregações, Ac, mç. 13, mct. 1, Lisboa, Torre do Tombo.
[85] Idem, ibd.
[86] AAMU. *Relatório e contas da gerência dos annos 1898 a 1901*, Lisboa, Typographia Catholica, 1901, in Arquivo das Congregações, Ac, mç. 13, mct. 1, Lisboa, Torre do Tombo.
[87] Cfr.Cortesão, *II Série do Boletim Geral das Colónias*, Nº 188, Lisboa, Ateliers Gráficos, Fev. 1941:153.
[88] Cfr. *Missione affidate alla Compagnia de Gesú tragli Infideli, cenni storici e statistici*, Roma, 1925:25.

1.2.2.4. Alguns Missionários que organizaram a Missão da Zambézia

Em 1871, o Mons. Ricards, vigário, fez um pedido ao Superior-Geral da Companhia de Jesus o qual, uma vez analisado o pedido, encarregou o padre Alfred Weldz para organizar a Missão. Entrou para o interior para verificar se era viável. Em 1878, já estavam criadas as mínimas condições e o processo passou para o padre Henry Depelpechim. Em 2 de Julho de 1879, a Missão da Zambézia foi erigida. O primeiro esforço do padre Henry Depelpechim foi o de buscar quem estaria interessado para ir a nova Missão e Júlio foi o primeiro, na Escola Apostólica de Avinhão. A Missão do Zambeze foi repartida entre jesuítas portugueses e jesuítas ingleses. Os Ingleses ficaram com o Norte enquanto os primeiros ficaram com o Zambeze inferior englobando a totalidade da província da Zambézia, uma parte de Manica, Sofala e Tete.

Para facilitar a comunicação, tinham ao seu dispor alguns portadores, como se de escravos se tratasse. «Os portadores, gente de Tete, que estão ao nosso serviço aqui, estavam agora mesmo para partirem de cá para Quelimane, quando chegou um preto com a carta de V. Rev. de 18 de Maio, que muito agradeço» escreve de Chuanga Torrend a 5 de Junho de 1897, ao Superior, João José de Moura. Os carregadores eram encarregues de irem buscar cartas a Mopeia, nos dias 4, 14 e 24 de cada mês, uma espécie de correio. O padre Courtois dá notas que apontavam a existência de escravos nas casas dos padres antigos. Para ele, existiam cerca de 34 famílias que possuíam mais 50 ou 60 escravos cristãos.

Nesta época tinham uma residência em Caia. Na mesma altura criavam estações em Inhangombe e Gunda no Sul do Rio, margem esquerda e Caia e Inhanguingui na parte Norte (direita do rio). Fizeram trabalho de línguas, confrontando-se com as diferenças dialécticas encomendadas pelo padre Superior. Em Chupanga havia uma tipografia, a que serviu para publicar e editar o dicionário Línguas da Zambézia, *Nyimbo*, catecismos sena-português. Na criação de animais, em Chupanga, havia «muitas galinhas que davam 25 ovos por dia, muitas patas que davam muitos patinhos e as porcas com muitos suínos à mesa. A horta estava cheia de hortaliças e iniciaram com a produção de batatas que tinham chegado de Lisboa com dez caixas podres», escreve o Pe. Etterlé.

Em 1897, devido a praga de gafanhotos que estragaram toda a mapira, a fome acentuou-se. Devido a esta situação, tiveram que contar com muitas provisões de Portugal. Para facilitar a vida dos missionários, a Companhia de Moçambique reconheceu, a 4 de Junho de 1897 o privilégio dos Jesuítas de importarem sumos da Missão sem pagarem direitos de entrada porque «as guerras serviram para alguma coisa». O bispo, António José de Sousa Barroso, tinha ficado chocado com essa atitude da Companhia de Moçambique pelo facto de «esta questão não se tratar por intermédio dêle».

Porém, os Jesuítas não queriam a interferência do Bispo preferindo tratar-se apenas com governo civil. A estação missionária de Caia esmoreceu com a morte do padre Etterlé, dada a conhecer a 11 de Abril de 1897 pelo padre Féliz Desmaroux, numa carta que escreve ao padre Torrend. As zonas dos Jesuítas tornam-se atractivas, com muitos pretos a refugiarem-se nelas «porque aqui acham-se bem tratados e protegidos» e também podiam começar a estudar, mas a falta de escolásticos impedia-o aceitar todos os pedidos, apenas queria os necessários para fazer deles catequistas e mestres de escola «que poderão ser um dia repartidos em muitas estações[89]». Os pretos eram guardados até o fim das perseguições. Fechada a Caia, as atenções dirigiram-se a Boroma onde havia dois orfanatos, um para rapazes e outro para raparigas, orientados com ajuda das irmãs de Lourde. Elias Delmas que

[89] APPCJ, Cx 11, Doc. 11662, 1963, Porto, 2003, fls 107-108

esteve aí de 1898 até falecer a 5 de Março de 1902, deu grande ajuda aos orfanatos. Assim reconhecia o padre Hiller ou João Nepomuceno (1848-1915) que trabalhou 30 anos na Zambézia e era superior. O padre José Marques (1846-1927) que entre 1891 a 1900 esteve na Zambézia também fez trabalho memorável na missionação do sertão. O sertão tinha condições desumanas e era necessária a aproximação dos sacerdotes aos rebanhos. O francês, Pe. Emílio André (1859-1897) falecido em Quelimane depois de três anos de Missão na Zambézia soube interpretar a realidade local. Aceitando dormir no chão, na pele ou nas folhas de bananeiras, chamava admiração dos indígenas. A crer nas fontes orais, muitos padres daquele tempo souberam viver os problemas do povo.

Para a execução de muitos trabalhos úteis a vida da Missão, os padres contavam com irmãos coadjutores temporais, como foi o caso de Manuel Faria, que entre 1894 e 1897 ajudou na administração dos serviços internos da casa enquanto Miguel Ramos, entre 1891-1899, entregava o seu ofício de pedreiro para a construção da Igreja. Para reforço, chegou a Boroma o padre Carlos Friedrich (1846-1917), da província Austro-húngara, em maio 21 de 1890 e permaneceu nela até 1899 tendo regressado à província de origem.

O isolamento entre os Jesuítas fazia com que as notícias do que sucedia numa Missão fossem desconhecidas por algum tempo. A viagem de Chupanga a Boroma levava 16 dias. Quando o irmão José Jorge (chegado em 1895) faleceu em Chupanga a 4 de Julho de 1897, só no meio do mês é que os outros tomaram conhecimento quando o Ir. Luís Gonzaga escreve ao superior de Boroma, o padre Moura. Os sinais da Revolução Republicana em Portugal remontam aos últimos vinte anos do século XIX. Um periódico português de 18 de Agosto de 1881 não deixava dúvidas que o clima de instabilidade política era tremendo. A sua visão sobre o processo histórico de então justifica a citação *in extensus*:

> Os leitores imaginam que a República há-de vir em resultado dos trabalhos que o nosso partido emprega? Pois estão redondamente enganados. A Republica tem de vir porque a monarchia a chama, com as suas provocações. O throno está pôdre e corrupto, e por isso hade cair como caem da arvore os fructos que apodrecem. A agonia da realeza não póde já durar muito porque ella, velha e pôdre, não tem já força para resistir á corrente democrática, cuja impetuosidade ella augmenta, tentando pôr-lhe diques! A monarchia portuguesa, n'um, talvez no último paroxismo da agonia, ergueu-se em dictadura, e atirou-se ferozmente á democracia, julgando estràngulal-a com a perseguição á imprensa republicana, e com a prisão dos apóstolos da soberania popular! Coitada! Julgando salvar-se, abysmou-se ainda mais![90]

Em 8 de Outubro de 1910, como ficou dito, são presos os Jesuítas em Portugal e nascem os sinais que vieram pôr termo a evangelização porque eles foram expulsos e substituídos por outros. As missões da Zambézia foram entregues aos Padres do Verbo Divino[91], alemães e austríacos, que com o início da grande guerra tiveram que abandonar dada a hostilidade que opunha Portugal à Alemanha. A entrega dos bens foi progressiva e o último jesuíta saiu entre 1913/14.

> Quando os maus ventos da Pátria obrigaram os jesuítas a abandonar aquêle enorme campo de actividade, o progresso contínuo e profundo realizado tinha constituído um verdadeiro avanço vitorioso. A substitui-los, vieram sacerdotes estrangeiros – alemães – para salvar êsse gigantesco trabalho de gerações missionárias. A Grande Guerra obrigou-os também a debandar[92].

[90] Jornal Republicano, República, 1881:6
[91] Foram enviados pelo imperador da Alemanha, autorizados pela Santa Sé, e de acordo com o governo da República Portuguesa.
[92] SERRAS, Alípio, *Missão Jesuítica da Zambézia*, Boletim Geral das Colónias, Nº 197, Lisboa, AGC, Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos) Lda. Nov. 1941:100-103.

Expulsos os padres alemães de Moçambique a Igreja só e, por iniciativa governamental, aparecem as missões civilizadoras compostas por leigos, para sufocar as missões religiosas com absoluta exclusão de qualquer ensino ou propaganda de carácter religioso[93]. Esta situação voltara a acontecer com a Independência nacional. A Missão permanece quase inexistente até 1926.

A intolerância do regime também atingiu os salesianos (chegados em 1907) e as irmãs de São José de Cluny que foram para o exílio. Só o prelado é que consegue ficar, no Sul com alguns Franciscanos que cuidavam das terras, mas não todas elas. Em 1914, alguns governadores coloniais suspenderam a aplicação de certas disposições do decreto 233 de 22 de Novembro de 1913 e decidem conceder de novo os habituais subsídios às missões religiosas.

Em 1918 mudam as orientações do próprio Governo Central. O decreto 6.322 de 24 de Dezembro de 1919, põe fim a um triste período das missões portuguesas, que podem, finalmente olhar para o futuro com maior confiança. Aos Franciscanos, em 1922, juntaram-se os padres da Sociedade de Maria (Monfortinos) destinados a Porto Amélia, as Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas, as Irmãs do Preciosíssimo Sangue, em 1924 e em 1925 os da Consolata com destino para Niassa, seguidos das Irmãs da Consolata, em 1928. As relações Igreja-Estado reatam o caminho da melhora que culmina com o «Estatuto Orgânico das Missões Católicas de África e de Timor, em 13 de Outubro de 1926, pelo decreto 12.485, proposto por João Belo.

A seguir a tomada do poder pelo Salazar, há um retorno de congregações religiosas. A liberdade de culto é garantida nas colónias, e aceita-se a colaboração das missões católicas para desenvolverem a acção social e civilizadora. Empenha-se também em manter as obras de formação dos missionários e auxiliares, concedendo-lhes subsídios e inscrevendo-os no balanço anual da Metrópole. As igrejas, os edifícios e os bens missionários ficam isentos dos impostos e contribuições. Em 1930 os seminários das missões para sacerdotes seculares transformam-se radicalmente, assumindo até um nome novo, o de Sociedade Portuguesa das Missões Católicas (SPMC).

Esta empenha-se nas missões do Ultramar, em 1937 já tinha quatro dos seus sacerdotes ao lado dos religiosos que os tinham precedido. O Prelado desse tempo era o Franciscano, D. Rafael Maria da Assunção (1920-1936). São numerosas as iniciativas e obras que trazem o seu nome em relação à autoridade como em relação aos missionários. Ao superior de uma Missão que lhe manifestou a intenção de atender mais aos cristãos do que a construção da igreja respondeu «não compreendo uma Missão católica sem igreja, gosto de conhecer a opinião dos missionários, mas quem manda sou eu, portanto, faça a igreja».

É conhecida por todos a sua intransigência com os padres da Consolata que se estabeleceram no Niassa sem prévio entendimento com as autoridades. Escreve Azevedo: logo que teve conhecimento do facto, castigou os missionários intrusos ilegalmente com a pena de suspensão, que levantou somente quando eles exprimiram à autoridade eclesiástica e civil a intenção de aceitar a nossa soberania[94]. Nacionalista confesso, D. Rafael sempre se opôs à entrada de pessoal missionário que não fosse português. Em 1929 Roma manda como visitador apostólico Mons. Hinsley e em 1936 transfere-o para Cabo Verde na qualidade de Bispo Residencial. Na sua carta de despedida, datada de 15 de Agosto de 1936, D. Rafael escreve que:

[93] Decreto-Lei 233, no seu artigo 13º, de 1913. Veja também em Delecroix, S. op. cit. p. 326
[94] Cfr. Azevedo, C. de., D. Rafael Maria da Assunção, Lisboa, 1961:16.

> Em 1921, no princípio do meu governo, encontrei nesta vasta colónia somente dez irmãs que dirigiam os Instituto Pio X da Beira, agora ao deixa-la, em Agosto de 1936, tenho a consolação de ver que o seu número atinge a centena… a educação da mulher indígena ou não indígena foi uma das maiores preocupações do meu governo nesta prelazia. A civilização cristã na África prepara-se nas escolas e completa-se nas igrejas. Infelizmente, como há 38 anos, o número de missionários é muito reduzido e é com dor que se pode ainda repetir que há missões sem missionários[95].

Quando D. Teodósio Clemente de Gouveia sucedeu D. Rafael, encontrou uma situação confortável em termos de aumento do pessoal missionário. Já em 1933 e 1938 havia os seguintes dados estatísticos:

Quadro 2: Dados estatísticos de missionários e obras missionárias em 1933 e em 1938

1933				1938	
Membros	**Nr**	**Obras**	**Nr**	**Clero secular**	
Sacerdotes portugueses	13	Total de Escolas de Missão	111	Sacerdotes europeus	14
Sacerdotes indígenas	5	Profissionais	37	Sacerdotes indianos	7
Sacerdotes indianos	7	Institutos de caridade	29	**Clero regular**	
Franciscanos	17	Seminários católicos	2	Franciscanos	27
Monfortinos	8			Monfortinos	12
Missionários da Consolata	4			Padres da Sociedade Missionária Portuguesa	4
Irmãos Franciscanos	9			**Auxiliares**	
Irmãs Tereceiras Franciscanas	12			Professores missionaries	37
Franciscanas Missionárias de Maria	20			Professores europeus	32
Alunos	11.510			Professores indígenas	170
				Religiosas	
				Hospitaleiras Franciscanas Portuguesas	18
				Missionárias Franciscanas de Maria	32
				Irmãs do Precioso Sangue	10
				Irmãs da Consolata	15
				Missões	28
				Escolas Missionárias	
				Masculinas	119
				Femininas	52
				Mistas	70
				Escolas de artes e ofícios	79
				Alunos inscritos	20.471
				Alunas inscritas	6.512
				Baptismos	2.582
				Matrimónios	291

Fontes: Guida delle missioni cattoliche, op. cit. p. 229; Comi Pe. Ventesimo anniversario della nostra missione en Mozambico (1947-1967), in II Regno del Sacro Cuore, Bologna, 1967:29

[95] Cfr. Azevedo, C., op. cit. p. 30

CAPÍTULO III

1.3. História dos Jesuítas no Quarto período em Moçambique, 1941-2011

Não vão à procura do ouro ou de prata, de riquezas ou bens da terra, mas a chamar as almas à fé no único Deus verdadeiro, e além disso a melhorar a situação material desses nossos irmãos, ainda tão atrasados no caminho da civilização; e, quanto mais perfeitamente o realizar, melhor obreiro será também do engrandecimento e prestígio do nosso império.

Bispo de Gurza

Quase a terminar com a primeira parte da presente dissertação, o terceiro capítulo caracteriza a presença jesuíta no quarto período, isto é, desde 1941 até 2011. Ao longo do seu desenvolvimento nota-se que o mesmo período é subdividido em três subperíodos, contendo, cada um deles, características específicas. Os acontecimentos político-sociais, próprios da época, são enaltecidos devido ao impacto que tiveram na actuação missionária.

Entramos no centro do nosso estudo para percorrer os 70 anos. Em 1940 assina-se a Concordata Missionária entre a Santa Sé e o Governo Português, seguida do Acordo Missionário e do Estatuto Missionário, documentos firmados pelo Governo Português para regular a actividade missionária. Os primeiros 35 anos da Companhia serão determinados por eles. Os preparativos do regresso são anteriores a eles. Em 1939, os jesuítas haviam sido autorizados a prepararem-se para o regresso, no ano seguinte.

Houve atraso, em virtude do início da Segunda Guerra Mundial que impediu a viagem de alguns congressistas à Congregação Geral de eleição do novo Superior Geral, pela morte do padre Wlodimiro Ledóchowski. Depois veio a dificuldade legal da parte do Governo em reconhecer a Companhia, como Corporação Missionária. Em 28 de Maio de 1941, o Secretário de Estado do Vaticano, L. Card. Maglione, escrevia ao padre Wlodimiro Ledóchowski

> Tenho o prazer de levar ao conhecimento de Vossa Reverendíssima que, segundo uma comunicação que agora me chegou da parte do Núncio Apostólico em Lisboa, o *Ministério* das Colónias concedeu o reconhecimento de «corporação missionária» à Companhia de Jesus. Assim desapareceu o obstáculo que, como Vossa Paternidade fazia na sua prezada carta de 20 de Novembro de 1940, se opunha à partida dos missionários para Moçambique. Nutro por isso a esperança de que eles possam zarpar quanto antes e chegar ao campo que lhes foi assinalado no distrito de Tete, já outrora evangelizado pelos beneméritos Padres Jesuítas[96].

A Companhia de Jesus foi reconhecida oficialmente, como corporação missionária, juntamente com os padres seculares da Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas; da Província Portuguesa da Ordem Franciscana; da Província Portuguesa da Ordem Beneditina; da Província Portuguesa da Congregação do Espirito Santo.

Após o reconhecimento, decidiu-se que a mesma devia estar numa área directamente administrada pelo Estado e estabelecer a primeira Missão no prazo de doze meses[97]. Roma agradecia, por meio de uma carta enviada ao superior: «Vossa Reverendíssima não deixe de

---

[96] APPCJ, Cx 11, Doc. 11662, 1963, Porto, 2003, fls 325

[97] II Série do Boletim Geral das Colónias, Nº 193, Lisboa, Ateliers Gráficos Bertrand Lda. Jul. 1941:144

apresentar agradecimentos ao Govêrno pelo reconhecimento da Companhia como Corporação Missionária[98]. A 30 do mesmo mês, escrevia o padre Wlodimiro Ledóchowski ao Provincial no *Sôbre a restauração da Missão da Zambézia*:

> Foi para mim notícia agradável a que me trouxe a carta de V. R. de 15 de Maio. Poderei enfim ver de novo encomendada aos cuidados da Província Portuguesa aquela Missão da Zambézia, que eu outrora com grande dor de alma, por encargo do M. R. Pe. Wernz, tive de entregar a outros religiosos. Os novos missionários procurem guardar as gloriosas tradições da Província na propaganda da fé entre infiéis, imitem esse varão assinalado, o Venerável Gonçalo da Silveira, que inflamado no amor de Deus e das almas trabalhou nessas mesmas regiões de África e com seu sangue as tornou fecundas. Sejam homens verdadeiramente espirituais, sem o que todo o trabalho exterior é «como tilintar de bronze ou retenir de címbalo». Procurem também com particular diligência, aprender bem a língua da terra. Desta maneira Deus encher-lhes-á de bênçãos celestes os trabalhos, e eles mesmos trarão a Cristo muitas almas dos indígenas e serão também uteis à nação[99].

Uma vez concedida a licença, os Jesuítas preparavam-se para enviar os primeiros missionários deste período pois já era a quarta vez que isso acontecia, desde que Francisco Xavier pisou o solo moçambicano, em 1541 e, sobretudo quando Gonçalo da Silveira penetrou no Mwenemutapa, em 1560 de onde não saiu vivo, assassinado no ano seguinte. A 11 de Julho os Jesuítas desembarcaram a Moçambique e, depois de percorrer um trajecto sinuoso, chegaram a Lifidzi, a 20 de Agosto.

Esta expansão mostra o papel que os Jesuítas exerceram sobre o território ultramarino português, nestas sete décadas. Os que evangelizaram Moçambique são, na sua maioria, portugueses, mas também brasileiros, espanhóis, americanos e congoleses. À medida que a consolidação das estruturas e o número de missionários o permitiam, foram-se criando novas estações missionárias. Desde a primeira hora, os jesuítas viram-se confrontados com as situações mais díspares que os obrigaram a adoptar uma grande variedade de métodos de missionação, mas com enorme capacidade adaptativa.

Um olhar sobre o percurso dos Jesuítas nos 70 anos delimitados revela-nos que: i) aos Jesuítas coube a responsabilidade de nacionalizar (aportuguesar) os indígenas; ii) a eles coube a substituição de outros missionários expulsos, acusados de apoiarem os rebeldes durante a guerra colonial; iii) devido a nacionalização no pós-independência ficaram despojados de tudo; iv) durante a guerra civil estenderam seus esforços até aos campos de refugiados do Malawi e v) desempenharam um papel de relevo na reconstrução nacional. As recomendações de Roma aos novos missionários eram claras. Em 10 de Junho de 1941, L. Card. Maglione dizia, na nota Nº 4090/41:

> Possa o seu apostolado ser fecundo e, pelas suas fadigas, converter-se de novo em um Jardim espiritual o distrito que lhes foi confiado, no qual já outras vezes se desenvolveram florentes e viçosas missões. Peço a Vossa Paternidade queira fazer saber ao Superior dos Missionários Jesuítas que se deseja receber dêle cada ano, por todo o mês de Julho, uma relação do trabalho levado a cabo. Ao redigi-la, deverá ater-se ao «*Propectus*» adjunto e envia-la depois a esta Sagrada Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários. Será muito bom se puder acompanha-la com um pequeno mapa, no qual se indiquem as estações e as residências[100].

D. Teodósio Clemente de Gouveia, substituto de D. Rafael fez um pedido a Companhia de Jesus para que ocupasse, simultaneamente Boroma e Lifidzi, dois centros prometedores, mas a escassez de pessoal e a dificuldade da empresa fez com que os Jesuítas optassem por

---

[98] APPCJ, Cx 11, Doc. 11662, 1963, Porto, 2003, fls 324

[99] Cardeal Maglione, *Sobre a Nova Missão da Zambézia*, 28 de Maio de 1941, in APPCJ. Cx. 11, Doc. 6., Vol. I, nº 3, Setembro de 1942, p. 325

[100] APPCJ, Cx 11, Doc. 11662, 1963, Porto, 2003, fls 326

um lugar, primeiro. Pereira acha que os padres não eram os melhor preparados porque, na visão dela, só poderiam estar em Lisboa a organizar a região.

> A instalação dos Jesuítas em Moçambique coincidiu com a reorganização da Companhia em Portugal. Com as atenções voltadas para os estabelecimentos dos Jesuítas em Portugal, o pessoal disponível, sobretudo o de maior qualidade, era considerado imprescindível. Esta situação influenciava os critérios de escolha dos missionários, sendo os melhores elementos orientados para actividades consideradas mais importantes, como a organização das casas de formação. O envio de elementos com qualidades excepcionais para missões isoladas no interior do continente africano era impensável, o que afectou o funcionamento das missões e conduziu a alguma decepção por parte dos missionários perante o pouco apoio prestado pela província portuguesa. O próprio recrutamento, feito sem se asseverar as necessidades e potencialidades de cada um, motivou dificuldades de adaptação[101].

Contudo a prática mostrou que estes missionários estavam mais que preparados. Além disso, a autora desconhece, talvez propositadamente, os critérios seguidos, nos quais, cabia ao missionário escolher onde ir, desde o Noviciado. Seus testemunhos tirados do interior das aldeias são o sinal claro desta preparação. Embora a mesma autora considere que o objectivo era para encontrar onde os crentes já eram em número elevado, a resposta é bem diferente. Visava garantir o espaço e os limites portugueses. A voz autorizada de José Bernardo Gonçalves, quando perguntado por Alípio Pires, não deixa margem para dúvidas.

> O Senhor Arcebispo de Lourenço Marques queria que tomássemos ao mesmo tempo os dois centros, Boroma e Lifidzi. Custa, na verdade, ter de continuar a permitir o quási abandono daquilo que tantos sacrifícios e tantas vidas custou. Mas que quere? Nós não temos gente. A termos de renunciar a alguma das partes, preferimos a Angónia. -Isto, como vê, é um pequeno mundo. Seis missionários, aqui neste desvão – e sabemos lá quando aumentará o seu número – não chegam a nada. E infelizmente, o que se verifica connôsco e nesta porção a nós confiada, se verifica, afinal, em toda a província de Moçambique, ou, se prefere, em toda a colónia[102].

Em 1941, Portugal tinha 101 padres, 87 escolásticos e 85 Irmãos Coadjutores totalizando 273 Jesuítas. Também tinha 6 professores auxiliares, pois havia 413 alunos por serem atendidos. José Bernardo Gonçalves, foi nomeado Superior da Missão da Zambézia a 11 de Julho de 1941[103], havia sido sugerido para ir a China, mas opôs-se. Em 21 de Novembro de 1934, escreve ao provincial expondo as razões: língua, saúde e idade. Em 31 de Março de 1951, será novamente nomeado para superior da Missão.

> O ir agora para essa Missão, com os 40 anos já feitos, e sem saber nada de chinês, nem entender o inglês, nem poder sustentar uma missa senão em português, ou castelhano que para nada servem ali, confesso que me sinto bastante acobardado, muito acobardado até, e nem sei se chegaria a fazer coisa de proveito; se houvesse porém alguma possibilidade, ou conveniência, de abrirmos ainda Missão, ou casa, em Angola, a para isso, sempre poderia se a V. R. se lembrasse da gente. E nada mais, por hoje[104].

Usando o princípio de *ager contra*, foi nomeado para a nova Missão, a da Zambézia, não a Angola como era seu desejo. A acção deste primeiro grupo foi continuada por levas sucessivas de missionários que diversificaram as regiões ocupadas conforme o mapa abaixo:

---

[101] PEREIRA, Zélia. *Os Jesuítas em Moçambique:* Aspectos da acção missionária portuguesa em contexto colonial (1941-1974), Lusotopie. Lisboa, UCP, Mimeo. 2000:21

[102] Serras, Alípio, *Missão Jesuítica da Zambézia*, op. cit. Nov. 1941, pp. 100-103.

[103] APPCJ. Cx. 11, Doc. 1. Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMXLI, Tipis Privatis, 1940:29 e APPCJ. Cx. 11, Doc. 1. Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMXLI, Tipis Privatis, 1941:52

[104] Carta do Padre José Bernardo Gonçalves (Primeiro Superior da Missão da Zambézia no Quarto Período, ao Padre Provincial dos Jesuítas, Cfr. APPCJ, Pasta: José Bernardo Gonçalves. Vide em anexo.

Mapa 3: A ocupação Jesuíta no quarto período em Moçambique

Missão/Paróquia/Estação Missionária	Ano da ocupação
1. Missão de Lifidzi	(1941)
2. Missão de Boroma	(1943)
3. Missão de Marara	(1944)
4. Missão da Fonte Boa	(1945)
5. Missão de Fátima-Beira	(1952)
6. Missão de Chiritse	(1957)
7. Missãode Mpenha	(1963)
8. Missão de Matacuane-Beira	(1963)
9. Missão de Quelimane	(1963)
10. Missão de Msaladzi	(1965)
11. Paróquia de Ulónguè	(1965)
12. Missão de Zóbuè	(1966)
13. Missão de Tete-Catedral	(1970)
14. Missão da Manga-Beira	(1971)
15. Missão do Domue	(1973)
16. Missão de Lichinga	(1972)
17. Paróquia de Matundo	(1973)
18. Paróquia de Moatize	(1974)
19. Paróquia de Amparo-Matola	(1978)
20. Paróquia da Gorongosa	(1979)
21. Paróquia do Fomento-Matola	(1982)
22. Paróquia de S. Gabriel-Matola	(1982)
23. Paróquia de Nhamatanda-Beira	(1988)
24. Paróquia de Ganya-Malawi	(1989)
25. Paróquia de Chabualo	(1973)
26. Estação Missionária da Banga	(1963)

Fonte: Adaptado pelo autor: Cfr. Sousa. José Augusto Alves de., *Os Jesuítas em Moçambique 1541-1991*. No cinquentenário do quarto período da nossa missão, Braga, Livraria A. I., 1991:89

Ao longo de sete décadas o seu trabalho incidirá em várias áreas sociais. Estabeleceram relações com os Jesuítas de Angola onde, ao longo de muitos anos estiveram a trabalhar em Luanda, na Paróquia de São Francisco Xavier, orientando os Exercícios Espirituais bem

como no acompanhamento espiritual e no ensino. Em tempo da guerra, o *Jesuit Reffugee Service* - JRS - esteve em Luanda, Cazombo, Luena e Uíge. Aqui tinham projectos em áreas de alfabetização, Luanda, reinserção de populações deslocadas na província de Uíge, programa de inserção social de vítimas das minas em Lwena, educação-aprendizagem dos amputados, incapacitados ou mutilados de guerra em Lwena, promoção das mulheres, no seio das populações deslocadas em Lwena e trabalho no campo pastoral, de saúde e alfabetização em Cazombo. Em Moçambique, conheceram a sua expansão variando de trabalhos conforme o local. Até 2011, encontravam-se em Tete, nas Paróquias da Catedral, de Matundo, no ensino na Universidade Católica, e outrora estiveram na Escola Secundária de Tete. Na Angónia estavam na Missão da Fonte Boa com áreas de Msaladzi, no ensino e na casa de Exercícios Espirituais de Satemwa. Da Missão de Lifidzi coordenavam as Paróquias de Domwe, de Chabualo e de Chiritse. A partir da Vila de Ulónguè assistiam Mpenha e Centro de Formação e Promoção local. Também tinham uma carpintaria.

Em Maputo trabalhavam na Paróquia de Fomento (Matola), no seminário diocesano e orientavam exercícios espirituais. Na Beira estavam na Paróquia de Matacuane, na residência de estudantes, noviciado da Manga Mascarenhas; ensinavam na universidade católica além do acompanhamento espiritual, e no seminário arquidiocesano. Também contavam com um centro multifuncional para estudos, o Centro Cirilo em Matacuane e uma casa para os aspirantes (candidatos a jesuíta) no Alto da Manga. Já não estavam em Lichinga, desde 2004, quando abandonaram a casa episcopal e a Missão de Massangulo. O primeiro grupo partiu de Lisboa em 1941, no final de Setembro. Segundo o Irmão Albano Agulha, que fez parte desta expedição, chegaram na Beira no dia 18 de Outubro, tendo seguido, por meio do comboio, a Limbe (Niassalândia) de onde seguiram para Balaka onde encontraram o padre Rebelo, um diocesano goês, pároco de Lifidzi, que estava a espera deles, tendo-os levado de carro para Lifidzi. Aqui chegaram no dia 20 de Outubro e organizaram guia de catecismo que orientasse e harmonizasse a evangelização.

Construíram uma residência, com material que saía de Boroma. Tinha oito quartos e era enorme, feita de pedras. «Construímo-la de madeiras, de paus, de pedras e de matope. Tudo carregado a cabeça. Éramos um grupo composto de seis missionários, três padres e três irmãos, nomeadamente: Pe. José Bernardo Gonçalves, Pe. Manuel Lopes, Pe. José João Gonçalves, Ir. Manuel Alves Lopes, eu (Ir. Albano Agulha) e Ir. Francisco Lopes[105]». Em 1942, foi enviada para Moçambique a segunda leva de cinco missionários, entre eles, dois padres e três irmãos: Pe. Luís Gonzaga Carneiro, Pe. José da Cruz, Ir. Abel Agulha, Ir. Francisco Loureiro e Ir. Manuel Rodrigues. Antes da partida, rezou-se uma missa. O Bispo de Gurza, na cerimónia de despedida, transmitida na Antena Nacional, terá dito:

> Sentem-se todos êstes novos missionários animados de espirito de sacrifício bastante para deixar o continente, a casa, a família, os amigos, as comodidades que a vida na metrópole licitamente lhes poderia oferecer, e seguem para terras longínquas, ao encontro de sofrimentos de tôda a ordem, provenientes, uns dos homens e do clima, outros das febres e das doenças, que lhes hão-de abreviar os dias da vida; vão êstes missionários trabalhar para o Ultramar, e hão-de viver muitas vezes mal instalados, mal compreendidos, e até pouco ajudados por muitos dos seus compatriotas, que tinham o dever de os auxiliar mais, e colaborar mais com êles, na dilatação da Fé e na valorização do Império. Não vão à procura do ouro ou de prata, de riquezas ou bens da terra, mas a chamar as almas à fé no único Deus verdadeiro, e além disso a melhorar a situação material desses nossos irmãos, ainda tão atrasados no caminho da civilização; e, quanto mais perfeitamente o realizar, melhor obreiro será também do engrandecimento e prestígio do nosso império[106].

[105] Irmão Albano Agulha, entrevista ao autor, Braga, 2 de Março de 2013
[106] Cortesão, Armando Zuzarte (Coord.). II Série do BGC, Nº 178, Lisboa, AGCs, Ateliers Lda. Abril. 1940

De facto, nada procuravam. Quando o autor entrou no quarto do Ir. Albano encarou-se com um quarto simples. Uma cama e duas carrinhas de que se servia para se locomover e algumas agendas e alguns catálogos. Foi de mãos vazias e voltou de mãos vazias, mas com muitas lembranças e com um coração de Missão cumprida. Os cinco estavam em companhia de dois padres (SPMC); quinze (CES) e cinco irmãs (SJC). Apresentamos, seguidamente, o quadro-resumo do que foi o Governo da Companhia neste período, cujo desenvolvimento será apresentado na terceira parte.

Quadro 3: Governos da Companhia (1941-2011)

Governos da Companhia					
Speriores Gerais	**Mandato**	**Superiores Provinciais**	**Mandato**	**Superiores Regionais**	**Mandato**
Wlodimir (Włodzimierz) Ledóchowski	(1915-1942)	1. Júlio Marinho	10-04-1940 à 11-01-1947	1. José Bernardo Gonçalves	11-07-1941 à 05-01-1948
Alessio Magni	1942-1944	Vigário geral			
Norbert de Boynes*vg	1944-1946	Vigário geral			
Jean-Baptiste Janssens (22-12-1889/05-10-1964)	(1946-1964)	2. Tobias Ferraz	12-01-1947 à 30-05-1950	2. Raúl Sarreira	06-01-1948 à 30-03-1951
		3. Júlio Marinho	31-05-1950 à 10-10-1954	3. José Bernardo Gonçalves	31-03-1951-23 à 10-1958
		4. José Craveiro da Silva	11-10-1954/23-05-1960	4. Joaquim Ferreira Leão	03-12-1958 à 29-11-1962
Pedro de Arrupe y Gondra	(1965-1981)	5. Lucio Craveiro da Silva	24-05-1960 à 14-12-1966	5. Joaquim Abranches	30-11-1962 à 24-12-1966, 25-12-66 toma pasta como vice-provincial
		6. José Carvalhais	15-12-1966 à 07-12-1971	6. Joaquim Ferreira Leão	08-11-1967 à 29-03-1975
		7. Júlio Fragata	08-12-1971 à 26-09-1977	7. José Augusto Alves de Sousa	30-03-1975 à 30-10-1981
Paolo Dezza e Giuseppe Pittau	1981-1983	8. Luís Rocha e Melo	27-09-1977 a 28-06-1981	8. Luís Abílio Gonçalves	31-10-1981 à 07-09-1987
		9. Manuel Vaz Pato	29-06-1981 à 25-06-1987	9. Cirilo Moisés Mateus	08-09-1987 à 07-09-1993 É o 1º Moçambicano a exercer o cargo
Peter-Hans Kolvenbach	(1983-2008)	10. Manuel Morujão	26-06-1987 à 02-07-1993	10. José Augusto Alves de Sousa	08-09-1993 à 20-09-1999 É 1º Regional depois do fim da Vice Província
		11. José Carlos Belchior	03-07-1993 à 06-07-1999	11. Cirilo Moisés Mateus	21-09-1999 à 11-11-2001 Vitima de acidente de viação
		12. Amadeu Pinto	07-07-1999 à 17-07-2005	12. Giovanni Salomão	24-01-2002 à 23-05-2008
Adolfo Nicolás Pachón	(2008	13. Nuno da Silva Gonçalves	18-07-2005	13. Virgílio de Arimateia Domingos	24-05-2008 É o segundo moçambicano a exercer o cargo

Fonte: compilação do autor, a partir dos catálogos da Companhia de Jesus (1940-2012)

1.3.1. Primeiro Subperíodo, 1941-1966 - A Missão da Zambézia

Neste período os Jesuítas estiveram em doze locais entre Tete, Sofala e Zambézia. O período retoma o nome anterior dado no terceiro período: Missão da Zambézia, embora as actividades iniciais e de grande relevo tenham tido lugar em Tete. Acontecimentos marcantes foram a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Colonial e o Concílio Vaticano II.

O período termina com o abandono da Missão de Boroma para tomar a do Zóbue, conforme os desejos políticos, para conter o avanço da guerrilha e substituir os padres brancos. Anos antes, em 1960, por ocasião do centenário ouvimos palavras percursoras do que devia ser a postura dos Jesuítas no futuro, porque «não sabemos o que é que a Providência, nos próximos anos, nos prepara e quais são os sacrifícios que nos vai pedir; seja o que for, tudo aceitamos como prova do seu amor».

1.3.1.1. A Missionação Jesuítica no Contexto da Igreja Concordatária

A 7 de Maio de 1940 é assinada a *Concordata Missionária* através da qual e «Em nome da Santíssima Trindade» Sua Santidade o Sumo Pontífice Pio XII e Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, dispostos a regular por mútuo acordo e de modo estável a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal, para a paz e maior bem da Igreja e do Estado, resolveram concluir entre si uma solene Convenção que reconhecia e garantia a liberdade e salvaguarda dos legítimos interesses da Nação Portuguesa, inclusivamente no que respeitava às missões católicas e ao Padroado do Oriente.

Os Jesuítas, como todas as associações com personalidade jurídica, beneficiaram-se do Acordo Missionário à medida que podiam «adquirir bens e dispôr dêles nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente», segundo o artigo 3º. Foi à luz destes instrumentos que podiam fazer pedidos de donativos para a construção das igrejas, porque ela «pode livremente cobrar dos fiéis colectas e quaisquer importâncias destinadas à realização dos seus fins, designadamente no interior e à porta dos templos, assim como dos edifícios e lugares que lhe pertençam». Para a importação de bens de Portugal para as colónias, o artigo 8º isentava a Igreja de impostos. Os benefícios para Portugal advinham do facto de poder ser capaz de influenciar na nomeação de pessoas-chave para o funcionamento da hierarquia da Igreja.

> A Santa Sé, antes de proceder à nomeação de um Arcebispo ou Bispo residencial ou de um coadjutor cum *iure successionis*, salvo o que está, disposto a respeito do Padroado e do Semi-Padroado, comunicará o nome da pessoa escolhida ao Govêrno Português a fim de saber se contra ela há objecções de caracter político geral. O silêncio do Govêrno, decorridos trinta dias sôbre a referida comunicação, será interpretado no sentido de que não há objecções. Tôdas as diligências previstas nêste artigo ficarão secretas[107].

A Educação beneficiou-se muito dos preceitos do Acordo Missionário «as associações e organizações da Igreja podem livremente estabelecer e manter escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas, nos termos do direito comum, à fiscalização dêste e podendo, nos mesmos termos, ser subsidiadas e oficializadas». Uma forma de evitar conflitos com a Igreja residia no casamento. No artigo 22º «o Estado Português reconhecia efeitos civis aos casamentos celebrados em conformidade com as leis canónicas, desde que a acta do casamento fosse transcrita nos competentes registos do estado civil. Com a Bula Papal «Solemnibus Conventionibus» de 4 Setembro de 1940, Pio, *Bispo Servo dos Servos de Deus para Perpétua Memória,* suprimia a Prelatura «Nullius» e pretendia-se satisfazer os artigos 26º a 28º em que estavam enunciadas as normas fundamentais relativas à actividade missionária. Este documento visava regular, especificamente, a vida missionária no Ultramar. Pelo artigo 26º do Acordo Missionário:

> A divisão eclesiástica do Ultramar Português será feita em dioceses e circunscrições missionárias autónomas. Dentro de umas e de outras podem ser erectas direcções missionárias pelos respectivos prelados, de acôrdo com o Govêrno. Os limites das dioceses e circunscrições missionárias serão fixados de maneira a corresponderem, na medida do possível, à divisão administrativa. Os padres vivendo em determinadas paróquias são pessoas influentes e sua saída é sempre motivo de preocupação pelo que justificam aos fiéis.

O Acordo Missionário e o Estatuto Missionário são documentos que vieram aperfeiçoar o estabelecido nos acordos de 1928 e 1929, incorporados, depois, no Acto Colonial. A Igreja Católica tinha uma consideração especial o que era aceite pela maioria do povo português. De forma unilateral, o governo português régulou a vida missionária nas suas colónias e era

[107] Artigo 8º do Acordo Missionário (Vide Apêndices)

chegado o tempo de incluir uma dimensão bilateral com a Santa Sé. Pela força da Concordata, a hierarquia sofreu profundas modificações criando-se dioceses - sob égide de um bispo auxiliado pelo clero secular - e circunscrições missionárias autónomas, confiadas às congregações missionárias reconhecidas pelo Governo como corporações missionárias. Para garantir o aportuguesamento da população foi preciso dar primazia aos sacerdotes de nacionalidade portuguesa, abrindo, contudo, espaço para os de outras nacionalidades, desde que aceitassem estar sob alçada das leis e dos tribunais de Lisboa. Os bispos, os vigários e prefeitos apostólicos seriam todos portugueses porque deles dependeriam todos os missionários seculares e regulares em tudo o que dissesse respeito à missionação. Qualquer actuação da Santa Sé em termos de alargamento do espaço por evangelizar tinha que observar-se os limites do território português. No artigo 28º;

> Os ordinários das dioceses e circunscrições missionárias, quando não haja Missionários em número suficiente, podem, de acôrdo com a Santa Sé e com o Govêrno, chamar missionários estrangeiros, os quais serão admitidos nas missões da organização missionária Portuguesa, desde que declarem submeter-se às leis e tribunais Portugueses. Esta submissão será a que convém a eclesiásticos[108].

A Concordata também afectou nas nomeações de Arcebispos ou Bispos residenciais ou ainda de um coadjutor com direito de sucessão, porque tinha que cair sobre os portugueses. Embora feitas pelo Papa, devia-se consultar o Governo para possíveis objecções de caracter político geral, sucedendo o mesmo no caso de prefeitos e vigários apostólicos estrangeiros. No espírito do Acordo Missionário houve consideráveis facilitações económicas que iam desde a isenção de impostos à concessão de subsídios às congregações missionárias, atribuindo-lhes terrenos e, até a assistência médica e a pensão concedida aos Bispos como chefes de Missão, aos vigários e prefeitos apostólicos, a reforma aos missionários anciãos, despesas de viagem entre a metrópole e a colónia.

A Igreja tinha a liberdade de fundar escolas para os indígenas e europeus, seminários, catecumenados, postos de saúde e hospitais, mesmo até fora da colónia, onde houvesse compatriotas em número significativos. Será por isso que encontraremos o padre José Vicente Martins em Salisbury, lá mais adiante. A obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa não afectava o ensino religioso no qual podia usar-se a língua indígena. Como se pode ver, aparentemente o trabalho missionário, à luz dos documentos emanados, teve grandes vantagens. Mas nem sempre! As complicações advieram de falsas interpretações e abusos a que deram azo. Maritain nota que:

> A Concordata de 1940 não privilegiou a igreja católica portuguesa e não foi uma discriminação social e política da igreja e a concessão de privilégios temporais aos seus ministros e aos seus fiéis ou a uma política de clericalismo, e também não foi um tipo de corrupção da religião pelo interior, para a qual trabalham os ditadores de caris totalitário-clerical e que é pior do que a revolução[109].

O Estado tentava, por meio de reversões indirectas, devolver o que havia sido confiscado à Igreja, com a Revolução de 1910, agora que as missões católicas eram tidas como instituições de utilidade imperial e de um valor eminentemente civilizador, conforme o Estatuto Missionário que foi da autoria do Estado, numa linguagem jurídica acomodada aos seus gestos e interesses. A atribuição de subsídios aos bispos deu, até onde pôde, ocasião para o Governo poder exercer controlos e pressões conforme os seus interesses. Todavia, tratavam-se de benefícios produzidos na própria colónia. Pelo artigo 9º

[108] Cortesão, Armando Zuzarte (Coord.). *Cronica Colonial, Missões e Patriotismo*, II Série do Boletim Geral das Colónias, Nº 211, Lisboa, AGC, Ateliers Bertrand (Irmãos) Lda. Jan. 1943:92.
[109] Cfr. Maritain, Jacques, *I diritti dell´uomo e la lege natural, vita e pensiero,* Milão, 1977:25.

> As corporações missionárias reconhecidas, masculinas e femininas, serão, independentemente dos auxílios que receberem da Santa Sé, subsidiadas segundo a necessidade pelo Governo da metrópole e pelo Governo da respectiva colónia. Na distribuição dos ditos subsídios, ter-se-ão em conta não somente o número de alunos das casas de formação e dos missionários nas colónias, mas também as obras missionárias, compreendendo nelas os seminários e as outras obras para o clero indígena. Na distribuição dos subsídios a cargo das colónias, as dioceses serão consideradas em paridade de condições com as circunscrições missionárias[110].

Foi na base desta bula que se criaram, pelo Art. 6º, as três dioceses em Moçambique, com sede em Lourenço Marques, Beira e Nampula. Aqui também renovava-se o desejo de que «os limites das dioceses e circunscrições missionárias serão fixados pela Santa Sé de maneira a corresponderem, na medida do possível, à divisão administrativa e sempre dentro dos limites do território português[111]». Reafirmava-se, no Artigo 1º, que:

> A divisão eclesiástica das colónias Portuguesas será feita em dioceses e circunscrições missionárias autónomas. Aos bispos das dioceses cabe organizar, por intermédio do clero secular e regular, a vida religiosa e o apostolado da própria diocese. Nas circunscrições missionárias a vida religiosa e o apostolado serão assegurados por corporações missionárias reconhecidas pelo Governo, sem prejuízo de, com autorização deste, se estabelecerem, nos ditos territórios, missionários doutras corporações do clero secular[112].

Antes desta Bula, o outro documento foi o Estatuto Missionário. O diário do Govêrno de 5 de Abril de 1941 publicou-o, regulamentando os princípios da Concordata e do Acordo Missionário. O Art. 46º obrigava cada corporação reconhecida a comunicar «ao Ministro das Colónias, dentro dos primeiros noventa dias de cada ano:

a) O número e a localização das suas casas de formação;
b) O número e a localização das suas casas de repouso;
c) O número de professores das casas de formação;
d) O número de alunos de cada casa de formação;
e) O número e a localização das escolas de enfermagem;
f) O número de alunas das escolas de enfermagem;
g) O número de alunos que durante o ano escolar anterior desistiram do curso;
h) O número de alunos que findaram o curso no ano escolar anterior, discriminando o número dos que partiram para as Colónias e o número dos que ficam, com a indicação dos motivos;
i) O número dos missionários que estão a repousar, com a discriminação dos que não podem voltar às colónias.

Em 1940 foram criadas em Moçambique mais quatro missões católicas: em Guijá – Missão Sucursal de Santa Joana de Aveiro, Princesa do Guijá, Missão do Infante Santo do Ile, Missão de Nossa Senhora de Fátima de Macutamala-Mogovolas e Missão de Santa Teresinha de Imbunho-Maconde[113]. No mesmo ano foi nomeado Dr. Moreira de Almeida para Director dos Serviços de Instrução. Essa escolha era motivada pelo seu caracter nacionalista como sustentara Alfaro Cardoso, num artigo publicado no *A União «Pedagogo dos mais distintos e espírito profundamente nacionalista, a sua escolha demonstra a aten*ção *especial que o ilustre Ministro das Colónias, Sr. Dr. Vieira Machado, dedica à*

---

[110] Cortesão, Armando Zuzarte. *Boletim Geral das Colónias,* Nº 180, Lisboa, AGC, Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos) Lda. Jun. 1940:24-25
[111] CORTESÃO, Armando Zuzarte. *op.cit.*. Jun. 1940:23.
[112] CORTESÃO, Armando Zuzarte. *op.cit.* Jun. 1940:22-23.
[113] *Boletim Geral das Colónias,* Nº 178, II Série, Lisboa, AGC, Ateliers Gráficos Lda. Abril. 1940:599-600

preparação das futuras gerações[114]». Tinham sido seus antecessores, Carlos Moreira e Braga Paixão. O cuidado direcionava-se para os jovens porque «é na mocidade que está o futuro da nacionalidade» para combater as ideias desnacionalizadoras, internacionalistas e derrotistas que prevaleciam antes ao 28-05-1926.

1.3.1.2. O Desenvolvimento Missionário na Missão da Zambézia

Dissemos que a missionação dos Jesuítas foi condicionada pela Segunda Guerra Mundial. Importa incluirmos a neutralidade de Lisboa. Pio XII, reconhecendo que «as dioceses da África Portuguesa sofrem de uma grande falta de apóstolos e vastas circunscrições missionárias estão confiadas a poucos operários evangélicos», pediu para a igreja organizar dias especiais das vocações missionárias e difundir por todos os meios, para recrutar e preparar santos e hábeis missionários[115]. A guerra mundial ofereceu à burguesia portuguesa uma ocasião para afrouxar os laços com a Grã-Bretanha.

O comércio com os vários países beligerantes constituiu a base para a arrancada industrial do pós-guerra. Os produtos agrícolas industriais, gozando o favor do mercado, alcançaram o dobro da produção nos anos 1939-52. Neste campo o algodão cuja cultura era praticada e intensificada também em Moçambique, desempenhou um papel preponderante. Protegeram-se os capitais portugueses e privilegiaram-se as companhias, quer assumissem directamente a mão-de-obra assalariada quer obtivessem do Governo o monopólio da compra do produto. A introdução das culturas de rendimento esteve ligada a necessidade de introdução da moeda para o pagamento de imposto. Com a medida, o governo pretendia introduzir o circuito monetário na colónia.

Para do circuito monetário remete-nos a falar do trabalho o que significa indicar exactamente a relação existente entre patrões e trabalhadores, e as intervenções do Estado na evolução progressiva destas relações. Em 1878 e em 1880 deu-se um regulamento dos contratos para os trabalhadores domésticos. Em 1899 foi publicado um regulamento do trabalho indígena; em 1813 e em 1914 passou-se a regular o trabalho na província de Moçambique. O Governo pôde intervir como garante e defensor de direito, obrigando a um contrato e estabelecendo as condições e a duração do mesmo. Também fiscalizava as normas de recrutamento dos trabalhadores, determinando as condições do trabalho obrigatório e do trabalho correcional. No papel precisava os deveres dos patrões em relação ao respeito, ao salário e à assistência médica aos trabalhadores, mas na prática não era verificável, embora existisse toda uma série de decretos para a Sociedade de Emigração. Já em 1897 indígenas moçambicanos à procura de trabalho iam à África do Sul e, em 1913, à Rodésia onde eram utilizados como mineiros.

O Estado e as sociedades de emigração lucravam com esta mão-de-obra, além de outras entradas provenientes de contributos e taxas, cobradas directamente e de várias maneiras às povoações da colónia. O imposto de família (a palhota), criado em 1884 e transformado mais tarde em contributo pessoal (per capita) pagável, a partir de 1900, também em selos ou em algodão onde existisse este cultivo (1915), era um dos exemplos. Em alguns distritos de Tete o imposto per capita abrangia também, desde 1934, e tornou-se obrigatório para os dois sexos a começar dos dezasseis anos em Lourenço Marques, em 1938 (150$00 para os

---

[114] Cardoso, Alfaro. O Ensino em Moçambique (art. de opinião) Jornal A União, Lourenço Marques, 20 de Julho de 1940. Vide *Boletim Geral das Colónias,* Nº 182-183, II Série, Lisboa, AGC, Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos) Lda. Ago-Set. 1940:170-171

[115] *Enciclica Saeculo Exeunte Octavo* de 13 de Maio de 1940

homens e 100$00 para as mulheres). A 20 de Julho de 1957 suprimiu-se o imposto individual e cria-se a taxa pessoal anual. Parece certo que o governo queria suprir a raridade do dinheiro e combater as transações comerciais feitas por meio de tecidos, pólvoras ou armas. Segundo Santos,

> Durante as décadas de 1920-1940, o volume da força de trabalho nas plantações da região Centro, mesmo descontando as crescentes práticas de trabalho forçado, aumentou o suficiente para introduzir um importante circuito monetário. Só nas plantações de chá, uma actividade instalada já na década de 1920, trabalhavam 25000 africanos. Calcula-se que em 1938 o conjunto das plantações da Zambézia ocupasse mais de 28% da população masculina adulta. Isto significa que do ponto de vista fiscal, esta região fosse, em geral, problemática apenas nas circunscrições sem plantações116.

O crescimento fiscal do Norte de Moçambique - diferentemente do sul que contou com a mão de obra emigrante – foi feita na base da promoção de cultivo do algodão. Santos avançadas hipóteses sobre as políticas algodoeiras africanas do Estado Novo. i) O algodão tinha um valor comum às indústrias europeias e às manufacturas pré-capitalistas de muitas sociedades subsaarianas; ii) a utilidade dos mercados de algodão serviam para monetarizar o que seriam as futuras receitas fiscais. O autor sustenta que «as prioridades orçamentais colocavam a cobrança do imposto antes do êxito de qualquer política agrícola ou comercial; para os poderes públicos o único valor de uso do algodão consistia imediatamente no seu valor de troca, isto é, na sua capacidade de assegurar as receitas fiscais[117]».

A fixação dos preços obrigava sociedades a exportar para a metrópole, com preços de favor o que lhes possibilitava obter lucros consideráveis. As companhias, por sua vez, pediam ao Governo grandes concessões de terras e a obrigação para os trabalhadores indígenas produzirem algodão nas suas machambas para depois lho entregarem. Anos climaticamente desfavoráveis convertiam-se num verdadeiro flagelo para os indígenas, constrangidos muitas vezes a comprar a quantidade de algodão estabelecida para a entrega a fim de escapar à repressão. A política colonial portuguesa continuava o seu caminho fora do novo quadro internacional que se estava a criar, especialmente com a formação da Carta Atlântica de 1941. Porém, estamos também longe do desejo da reestruturação radical.

Portugal chega a considerar-se uma potência afro-europeia, como se depreende da nova constituição de 1951, na qual Angola e Moçambique já não são colónias, nem protectorados nem possessões ultramarinas, mas partes integrantes e orgânicas de Portugal com a categoria de províncias[118]. O objectivo recôndito de perpetuar o domínio colonial irá aparecendo, cada vez mais evidente ao longo dos anos sessenta. Enquanto uma grande parte de África atinge a independência, Portugal inicia uma campanha de censura da imprensa, servindo-se da polícia política para manter o nacionalismo português e o processo de assimilação com que se quer fazer do indígena um dócil súbdito português.

É no isolamento que Portugal de Salazar amadurece e consolida a sua política colonial, seguindo uma visão particular e usando muitas vezes o método forte. É neste contexto socio-político que a Companhia deve exercer o seu mandato. A sua obra orienta-se em dias direcções complementares: por um lado procura-se esclarecer as relações com o Estado a fim de garantir a sua própria liberdade de acção no respeito das recíprocas competências, por outro, dedica-se à própria responsabilidade, e Missão evangelizadora. Além da

---

[116] Santos, Maciel, *Imposto e Algodão: o caso de Moçambique (1926-1945)* in AAVV, *Trabalho forçado africano:* Articulações com o poder político, CEAUP, Porto, 2007:204
[117] Santos, Maciel, *Imposto e Algodão: o caso de Moçambique (1926-1945)* in AAVV, *Trabalho forçado africano:* Articulações com o poder político, CEAUP, Porto, 2007:209
[118] Cfr. Argus, *Le Mirage Africain*, Textes allemands er italiens reunis par. pp 7-9.

preocupação em aumentar o pessoal missionário, recorrendo até Lisboa, os primeiros seis missionários ocupam-se em:

- Organizar guia para evangelização
- Formar nativos e distribuir melhor o pessoal existente
- Determinar os sectores de trabalho para cada um
- Introduzir uma metodologia missionária adequada a realidade local
- Fornecer uma formação mínima ao pessoal auxiliar
- Estudar a cultura local com estadas prolongadas nas comunidades
- Visitas pastorais

Os missionários tinham enfrentado uma situação concreta: conciliar a evangelização com a civilização. A evangelização implicou a criação de uma rede de acções sociais merecedoras de elogios como aquele de Andrade Corvo: «deve-se reconhecer que os Jesuítas compreendiam bem a maneira prática de civilizar os selvagens combinando o ensino religioso com o industrial e agrícola». Saldanha sintetizava que «os indígenas do Norte falam a língua portuguesa mais do que no sul do Save. Os missionários que no passado vieram para a África pensaram bem em pregar a religião e o arado. A instrução foi colocada ao cimo da agenda, com destaque para as escolas artesanais e à formação da mulher indígena, porque, como diria D. Rafael: «a civilização cristã, na África, prepara-se nas escolas e completa-se nas igrejas[119]».

Entretanto, os padres tomaram a evangelização como meio para proteger os indígenas contra as arbitrariedades das autoridades e não para fomentar o nacionalismo, conforme o desejo do regime. Pe. José de Sousa dirá, mais adiante: «quando fui pela primeira vez tinha esse pensamento, mas após regressar a Europa para completar a Teologia conclui que Moçambique era Moçambique e portanto, com nacionalismo próprio[120]. A evangelização como forma de defender o povo cujos direitos eram espezinhados e destruídos incitou as autoridades a intervir com cautela. Já em 1926, afirmava-se: «o concílio tributa os maiores elogios aos missionários, tanto religiosos como seculares, que nas províncias do ultramar e na diocese do padroado português bem os mereceram da parte da igreja e da pátria, trabalhando com zelo na pregação do Evangelho[121]». A difusão de valores portugueses ao nível ideológico, cultural e religiosos devia impedir nascer, entre africanos, a consciência da própria identidade cultural ligando-lhes, por meio da assimilação, à pátria-mãe. Ao mesmo tempo, os jesuítas foram colocados na Angónia para fazer face ao protestantismo proveniente do território vizinho controlado pelos ingleses.

Afonsina, confirma que até 1946, toda a zona da Fonte Boa era evangelizada pelos padres vindos do território inglês: «a primeira igreja estaria da outra margem do riacho, mas para facilitar aos ingleses, construímo-la aqui, deste lado[122]». Esta questão será ultrapassada por intermédio de D. Sebastião Soares de Resende[123]. O prelado buscou melhorar as condições dos Indígenas, ou seja: «indivíduos de raça negra ou seus descendentes que não satisfaçam simultaneamente às seguintes condições: falar português, não praticar usos e costumes

[119] Cfr. Saldanha, Eduardo d'Almeida, *Colónias, missões e acto colonial*, Lisboa, Minerva de G. Pinto de Sousa & Irmão, 1931:64
[120] Sousa, José Augusto Alves de. Covilhã, entrevista com o autor, 3 de Janeiro de 2013
[121] Cfr. Concilio Plenário Português, Lisboa, 1926:423.
[122] Gwembe, Afonsina Pedro. Makodzakodza, entrevista com o autor, 28 de Fevereiro de 2013
[123] D. Sebastião de Resende foi nomeado seu primeiro bispo em 21 de Abril de 1943, Cfr. Resende, S. S., De Coloniza*ção* Portuguesa, Lourenço Marques, 1946.

característicos do ambiente indígena, exercer uma profissão, comércio ou indústria ou possuir bens com que viver, as mulheres e os filhos dos não-indígenas, os filhos de um indígena e de um não-indígena, se reconhecidos Juridicamente por este último[124]». Aceitou o envio de missões antropológicas e etnológicas para o estudo das respectivas populações sob o ponto de vista bio-étnico, porque isto contribuiria para dar garantia científica a algumas escolhas de política colonial, visando uma melhoria da acção baseada em dados e valores bio-culturais. Na saudação pastoral de 1943 recorda o sentido da presença da Igreja na África Oriental e os empenhos assumidos com o Acordo Missionário.

Em 1945, numa carta que é uma análise pastoral e social dos problemas da fé, da vida e da colonização, sublinha que a função colonizadora tem um caracter profundamente social e colectivo: colonizar é educar, educar é civilizar e civilizar é cristianizar. Os outros argumentos tratados até 1967, ano da sua morte, são os mais variados e numerosos; o problema da educação em África, a responsabilidade cristã, a dinâmica cristã do trabalho, o significado do Natal e da Quaresma, os temas do Concílio e as responsabilidades do pós-concílio, etc. Segundo Adriano Moreira:

> Ao conceito oficial de que à Igreja africana só era lícito intervir no seu próprio governo, dogma, moral e disciplina, o Concílio, D. Sebastião de Resende, opunha a insistência na necessidade e urgência da acção social. Pelo menos desde 1945 que combatia o trabalho forçado e a arbitrariedade nas relações de trabalho; defendia desde 1951 a criação dos estudos universitários na África Portuguesa; sustenta em 1961 a necessidade da "integração plena e total de pretos e brancos de Moçambique", defendendo, em 1966, contra os factos teimosos, que se acabe "de uma vez para sempre com o ultrapassado Estatuto do Indigenato"[125].

As suas viagens pastorais se tornam uma análise concreta da situação das pessoas, o comportamento das autoridades, a repressão policial, as injustiças, o trabalho das mulheres e dos velhos encontrados ao longo das estradas, os problemas das escolas, a pobreza do povo, é tudo anotado nos seus apontamentos e recordado e discutido no momento oportuno. Para os missionários ele é um pai e um mestre, um amigo que os quer a todos empenhados, disponíveis e livres de qualquer vínculo com os colonizadores. Com a Igreja, criava-se um ambiente favorável para a introdução do código penal, cujo projecto inicial data de 1944, seguido de um projecto definitivo, dois anos depois, relacionando-o com direito criminal indígena[126]. Incapaz de construir prisões adequadas aos delinquentes indígenas perigosos o governo recorria à sua deportação para Angola, conforme o decreto do 1º de Agosto de 1902 e, mais tarde, de 26 de Agosto de 1911.

Este exílio foi abolido, pela Carta Orgânica de 15 de Novembro de 1933, depois pela Carta Orgânica de 5 de Maio de 1937, o desterro para Angola foi substituído com a deportação dentro da colónia. O exílio passou a significar afastamento forçado para outro distrito e a pena anexa ao exílio foi abolida e substituída com o trabalho público. As condições de trabalho eram indigentes e o chamado contrato de trabalho parecia funcionar sobre a carta, mas na realidade era pura escravidão. O trabalhador, depois de seis meses de serviço vem a receber apenas o dinheiro suficiente para pagar o imposto indígena. Saldanha critica a ingenuidade do Governo que se propõe pagar os seus trabalhadores indígenas até melhor do que outros contribuintes, ironiza sobre o trabalho agrícola limitado a nove horas diárias,

[124] Ubaldo. Madela Maggiorino. *La Chiessa Cattolica in Mozambico:* Dellévangelizzazione dal 1940 ad oggi, Roma, Giugno 1980:283

[125] http://bibliotecaadrianomoreira.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=27807

[126] Cota, José Gonçalves, *Projecto definitivo do Estatuto do Direito Privado dos Indígenas da colónia de Moçambique*: precedido de um estudo sumário do direito gentílico. Lourenço Marques, Impr. Nacional de Moçambique, 1946:97

sobre o direito do trabalhador à alimentação e à casa, vestuário e assistência médica: «elogiamos o facto de que seja concedido aos nossos trabalhadores indígenas um tratamento melhor do que aos próprios agricultores brancos da Europa. Somos sempre muito astutos. É o caso de ou tudo ou nada. E este tudo ou nada será bem ponderado pelos colonizadores que escolherão tranquilamente a segunda parte[127]».

1.3.1.3. Expansão de Estações Missionárias e Acções Sociais

Os recém-chegados tomam logo conta das zonas mais abandonadas, com o encargo de ocuparem, em tempo relativamente breve, todo o território. Segundo a mentalidade típica do tempo, solicita-se a presença dos missionários católicos para impedir o proselitismo dos vários grupos protestantes e para bloquear a presença muçulmana. Ocupar uma zona significa estar activamente presente e principiar com todas aquelas obras sociais e de promoção típicas da igreja e favorecidas pelo governo concordatário, escolas, orfanatos, dispensários, maternidades, pequenos hospitais.

Estas obras assumem o significado de um verdadeiro serviço de promoção humana, tornando-se factores de testemunho cristão e de pré evangelização. Os missionários, embora trabalhem num território geograficamente limitado e quase exclusivo, estão inseridos numa diocese e recebem orientações pastorais do próprio Bispo. Isto não impede que cada um aja conforme a sua sensibilidade, o que determina nas diversas zonas iniciativas bastante diferentes na acção missionária. As dioceses aumentaram gradualmente, conforme o quadro:

[127] Cfr. Saldanha, Eduardo d'Almeida, *Colónias, missões e acto colonial*, Lisboa, Minerva de G. Pinto de Sousa & Irmão, 1931:64

Quadro 4: A erecção de dioceses moçambicanas e respectivos prelados (1940-2012)

Nr-	Diocese	Criação	Bispos	Mandato	Obs.
1	Maputo	04.09.1940	Teodósio Clemente de Gouveia	18-05-1936-06-02-1962	Faleceu a 06-02-1962
			Custódio Alvim Pereira	03-08-1962-26-08-1974	Faleceu a 06-11-2006
			Ernesto Gonçalves Costa	27-08-1974-09-03-1975	Administrador apostólico
			Alexandre José Maria dos Santos O.F.M.	23-12-1974-22-02-2003	Cardeal –arcebispo
			Francisco Chimoio, O.F.M.	22-02-2003....	
2	Beira	04.09.1940	Sebastião Soares de Resende	15-08-1943-25-01-1967	Faleceu a 25-01-1967
			Manuel Ferreira Cabral	03-07-1967-01-07-1971	
			Manuel Vieira Pinto	1971-1972	Administrador Apostólico
			Altino Ribeiro Santana	19-02-1972-27-02-1973	Faleceu a 27-02-1973
			Francisco Nunes Teixeira	1973-1975	Administrador Apostólico
			Ernesto Gonçalves Costa	23-12-1974-03-12-1976	
			Jaime Pedro Gonçalves	03-12-1976-14-01-2012	
			Claudio Dalla Zuanna, S.C.I	07-10-2012	
3	Nampula	04.09.1940	Teófilo José Pereira de Andrade, O.F.M.	10-11-1941-17-02-1951	Faleceu em 25-10-1954
			Manuel de Medeiros Guerreiro	02-03-1951-30-11-1966	Faleceu em 10-04-1978
			Manuel Vieira Pinto	29-06-1967-16-11- 2000	
			Tomé Makhweliha, S.C.I.	16-11-2000	
4	Inhambane	03-08-1962	Ernesto Gonçalves Costa, O-F-M.	27-10-1962-23-12-1974	Faleceu a 07-02-2002
			Alberto Setele	08-02-1976-07-09-2006	Faleceu em 07-09-2006
			Adriano Langa, O.F.M.	07-09-2006	
5	João Belo Xai Xai	24-06-1970	Félix Niza Ribeiro	19-02-1972-31-05-1976	Faleceu em 19-01-1989
			Júlio Duarte Langa	31-05-1976-12-07-2004	
			Lucio Andrice Muandula	24-10-2004	
6	Quelimane	10-10-1954	Francisco Nunes Teixeira	13-05-.1955-23-12-1975	Faleceu em 02-03-1999
			Filipe Bernardo Governo, O.F.M.	10-10-1976-10-03-2007	
			Hilário da Cruz Massinga, O.F.M.	30-03-2008	
7	Tete	06-05-1962	Félix Niza Ribeiro	24-03-1963-19-02-1972	Paróquias e Missões: 27
			Augusto Cesar Ferreira da Silva	21-05-1972-31-05-1976	
			Paulo Mandlate (S.S.S.) Sacramentinos	26-09-1976-18-04-2009	
			Inácio Saure, I.M.C. (consolata)	22-05-2011	
8	Porto Amélia – Pemba	05-04-1957	José dos Santos Garcia, S.M.P. (Boa Nova)	16-06-1957-15-01-1975	Faleceu em 11-12-2010
			Januário Machaze Nhangumbe	09-03-1975-08-11-1993	
			Tomé Makhweliha, S.C.I.	18-01-1998-16-11-2000	
			Ernesto Maguengue	24-10-2004-27-10-2012	
9	Vila Cabral – Lichinga	21-07-1963	Eurico Dias Nogueira	06-12-1964-19-02-1972	
			Luís Gonzaga Ferreira da Silva, S.J	17-12-1972-25-01-2003	
			Hilário da Cruz Massinga, O.F.M.	15-06-2003-30-03-2008	
			Elio Giovanni Greselin, S.C.I	22-03-2009	
10	Chimoio	19-11-1990	Francisco João Silota	19-11-1990	
11	Nacala	11-10-1991	Germano Grachane, C.M.	11-10-1991	

Fonte: Organizado pelo autor através de dados recolhidos em *Anuários Católicos, 1940-2012*

Depois da Concordata Missionária de 1940 e do Acordo Missionário de 1941, a Igreja Católica em Moçambique viu-se no caminho da modernização. Fundaram-se três dioceses nomeadamente Lourenço Marques, Beira e Nampula, em 1940, pela bula papal *solemnibus*

conventionibus de 4 de Setembro[128]. Em Janeiro do ano seguinte, Maputo passou a ser Arquidiocese. Depois, foi desmembrado, tendo dado origem as dioceses de Inhambane (1962) e de Xai Xai (1970), sucedendo o mesmo para a Beira que deu origem a Tete (1962) e Quelimane (1954) e Nampula dava origem a Pemba (1957) e Lichinga (1963).

Os principais sectores que empenham os missionários nas diferentes dioceses são: paróquias e missões, educação e ensino, saúde, promoção e assistência. Estas iniciativas crescem rapidamente: de umas cinquenta obras em 1940 passa-se à 250 de 1965. Daqui por diante continuam a crescer mas com mais lentidão. As obras da igreja missionária, sobretudo em algumas cidades, assumem proporções de uma importância considerável. Basta, para tanto, recordar alguns hospitais e clínicas, colégios, residências para estudantes, escolas de formação, a imprensa (dois quotidianos e um seminários) algumas pequenas tipografias e livrarias e a emissora *Rádio Pax*.

Em Novembro de 1957, reúnem-se pela primeira vez as conferências episcopais de Moçambique e de Angola. No encontro de Lourenço Marques são examinados os temas mais candentes para o momento: clero missionário e o recrutamento do clero indígena; as escolas e o ensino; o trabalho dos indígenas e a situação do indigenato; as corporações missionárias; os movimentos anticatólicos e antinacionais (protestantismo, islamismo e comunismo) e o apostolado missionário.

A 16 de Outubro do mesmo ano Mons. Tardini escreve numa das suas cartas: «as missões de Moçambique, consideradas no passado as menos florescentes da África, estão agora em franco progresso». Os pequenos centros missionários vão crescendo gradualmente, e até na savana assumem proporções consideráveis. Nos vários distritos de Moçambique surgem, além dos centros comerciais e administrativos, as missões católicas com características inicialmente muito semelhantes às outras.

Depois das residências dos missionários e das irmãs, vêm as escolas-capelas, os internatos masculino e feminino, pequenos ambulatórios, oficinas-mecânicas. Erguem-se também grandes igrejas em alvenaria, rodeadas pelas habitações dos missionários e pelas escolas primárias. Começa também a desenvolver-se a agricultura, a criação de gado e o pequeno comércio para angariar os fundos necessários para continuar a ampliar a rede de construção e prover à alimentação e às despesas com os internatos, sempre mais numerosos, ou para pagar os cursos prolongados de preparação ao batismo e ao matrimónio.

Durante estes cursos os participantes contribuem com o seu trabalho para pagar as despesas. Até aos anos sessenta pode-se falar de um contínuo aumento das construções e de grandes iniciativas ligadas ao trabalho manual. São muitos os missionários que passaram grande parte do seu tempo e da sua vida na actuação destas iniciativas ensinando a muitas pessoas um trabalho profissional, preparando marceneiros, pedreiros, alfaiates e mecânicos, agricultores e empregados.

No princípio é necessário concentrar tudo em volta da casa dos missionários porque eles devem seguir cada iniciativa religiosa, educativa e artesanal. Surgem assim, notáveis construções no centro da Missão ao passo que nas zonas periféricas continuam a surgir mais

[128] D. Teodósio Clemente de Gouveia (Maputo), prelado de Moçambique desde 1936 passa a ser arcebispo em 18 de Janeiro de 1941 e cardeal consistório de 18 de Fevereiro de 1946, D. Sebastião Soares de Resende tomou posse em 1943, D. Frei Teófilo de Andrade (franciscano) (Nampula) toma posse a 10 de Novembro de 1941. Cfr. Sousa, José Augusto Alves de; e Correia, Francisco Augusto da Cruz. *500 Anos de Evangelização em Moçambique:* 11 de Março de 1498 – 11 de Março de 1998, A.I., Braga, 1998:77

modestas e de menor dimensões. Tenhamos ainda presente a grande diferença entre as construções da cidade e as da savana, entre edifícios religiosos e os destinados às obras sociais, e a distância entre as habitações e o estilo de vida do povo e as casas e o nível de vida dos missionários, semelhante ao dos colonizadores.

1.3.1.4. O Crescimento de Acções Missionárias

Na década de 1960 os Jesuítas trabalhavam com as irmãs de São José de Cluny em Lifidzi, na Beira e em Boroma e das Franciscanas Missionárias do Divino Pastor na Fonte Boa. Na mesma década eram 27 irmãs a trabalharem nas missões jesuítas, 123 professores e 97 catequistas, com uma população estudantil de 14229. Também cooperavam com os seminários diocesanos enviando seminaristas e nessa altura havia cinco jesuítas moçambicanos dos quais João de Deus Kamtedza foi o primeiro sacerdote em 1964. Os irmãos coadjutores entre eles dois moçambicanos, (Guirione e Araújo) ajudavam com tijolos na construção e na queima dos mesmos para a construção, na machamba, na serração, no plantio de árvores.

Em vésperas do início da Luta Armada de Libertação Nacional a síntese era a seguinte na Missão da Zambézia: o pessoal missionário era composto de sacerdotes, escolásticos, irmãos coadjutores, irmãs auxiliares, auxiliares leigos, catequistas e professores. Assim, em toda jurisdição existiam 22 sacerdotes, 6 escolásticos, 14 irmãos coadjutores, 27 irmãs auxiliares (freiras) 4 auxiliares leigos, 97 catequistas e 123 professores. Isto fora favorecido, em parte, pela evolução missionária de todo o continente.

Em 1963, o movimento religioso e catequístico tinha registado avanços. A região já contava naquele ano com 63.586 cristãos. Também havia muita gente a querer casar pela igreja, com 488 pares. Em relação ao movimento escolar, havia 116 escolas de adaptação com 9385 alunos matriculados com cinco internatos para rapazes e três para raparigas com 578 rapazes internos e 228 raparigas internas. Tinham uma escola normal de professores com 172 alunos matriculados e já tinham 20 professores diplomados naquele ano. O número de alunos nas missões jesuíticas correspondia 34% da população estudantil.

Se em 1923 só existia um bispo negro e asiático, sem nenhum africano, em 1963 já eram 152 bispos asiáticos e africanos com cada bispo a dispor de si, na Ásia, uns 72 sacerdotes, enquanto em África eram apenas 32. Por isso, em face do clima das independências, houve preocupação da Propaganda FIDE[129] para ver com atenção a questão dos seminários e dos Seminaristas, como foi o caso da Assembleia Plenária dos Bispos dos camarões que se ocupou de modo especial a este tema. Dados de então indicam que existiam em Africa 56 milhões de cristãos dos quais 30 milhões eram católicos.

Em 1950 havia 4 países independentes em África. Onze anos depois já eram 29 e dois anos mais tarde, 35. Neste ano, Angola pode conhecer mais uma diocese, a do Luso para onde fora nomeado prelado D. Francisco Esteves Dias enquanto em Moçambique surgia a oitava

[129] A Congregação "Propaganda Fide" - hoje Congregação para a Evangelização dos Povos - é um dos mais antigos dicastérios da Cúria Romana. Foi instituída pelo Papa Pio V em 1599 para as missões nas Índias Orientais, para os ítalo-grecos e para os assuntos eclesiásticos em novos territórios protestantes na Europa. Hoje a sua atividade compreende algumas regiões das Américas, quase toda a África, o Oriente Médio e partes da Oceania. Cfr. em http://www.arautos.org/noticias/21828/Congregação--ldquo-Propaganda-Fide-rdquo--abre-museu-missionario-em-Roma.html

diocese, de Vila Cabral (mas sem pastor). A civilização não tinha penetrado nas estruturas e atitudes sociais em profundidade, apesar do esforço desenvolvido em mais de quinze anos.

Os missionários reconheciam que o sistema de valores portugueses fora imposto a experiências culturais completamente diferentes estando apenas uma minoria integrada neles. Além disso, notava-se que esta minoria tinha adoptado a maneira de viver e de pensar dos europeia enquanto as massas das aldeias fora da Missão permaneciam à margem. Isto causava uma resistência silenciosa manifesta na não cooperação, na apatia e na passividade.

1.3.2. Segundo Subperíodo, 1966-1993 – A Vice-Província de Moçambique

Para os Jesuítas, o abandono de Boroma e a ocupação de Zóbue são marcos essenciais na sua evangelização em Moçambique. Para adequar a região da nova realidade pós concílio Vaticano Segundo a designação Missão da Zambézia foi abandonada e substituída com a de Vice-Província de Moçambique. (Ver mais pormenores em Boroma e Zóbue). Em termos de acontecimentos políticos que pesaram na evangelização, este período é marcado pela guerra colonial e, depois, pela guerra civil. Neste item falaremos mais de acontecimentos políticos e sua influência na Religião e na Missionação.

Seis meses a seguir à euforia da independência iniciaram actividades subversivas que resultaram numa guerra prolongada. A sua designação ainda não encontrou consenso entre políticos e académicos. Três são os nomes que se lhe atribuem: guerra de desestabilização, guerra civil ou pela democracia e guerra dos 16 anos.

A primeira designação enfatiza o carácter económico tomado pelo movimento rebelde no seu começo ao sabotar as infraestruturas sociais e os programas concebidos pelo Estado no quadro do que julgava ser a linha de desenvolvimento socialista, como as aldeias comunais, levantadas nos escombros dos aldeamentos coloniais. A segunda designação enfatiza aspectos ideológicos materializados pelo uso da força que incitou o povo a rebelar-se, dando protecção aos rebeldes. O terceiro grupo que podemos chamar de conciliadores, têm em vista ao tempo em que o conflito durou.

Em resumo o pensamento era o de que num primeiro momento a Renamo foi uma criação das forças armadas da Rodésia do Sul, que contou com o apoio de colonos portugueses fugidos de Moçambique, de elementos moçambicanos das forças especiais do exército português e de elementos dissidentes da Frelimo; após a independência do Zimbabwe, foi a África do Sul quem garantiu o apoio logístico e político à Renamo, tendo sido por intermédio desse apoio que este movimento armado conseguiu alastrar as suas acções à totalidade do território moçambicano[130]. Os seguimentos de descontentes, refugiados em países vizinhos conspiraram para derrube do regime, tendo encontrado na MNR, em 1976, a expressão máxima.

Para o regime, que primeiro subestimou os primeiros sinais preferido aprisionamentos ao diálogo, a desestabilização era motivada por razões externas alimentadas pela vontade dos colonos portugueses em permanecer e reaver as suas propriedades no país. Segundo esta linha, os líderes dos até então Bandidos Armados (BA) André Matadi Matsangaisse (morto em 17 de Outubro de 1979) e Afonso Macacho Marceta Dhlakama não passavam de simples traidores da causa nacional, dispostos a lutarem sem nenhuma causa. Ncomo refuta esta consideração e numa linguagem clara descreve o homem e os factos:

---

[130] Cfr. Hanlon, Joséph, *Mozambique: the Revolution Under Fire*, 1984.

> André Mathadi Matsangaíce Dyuwayo, de seu nome completo, poderá ter sido dos poucos homens que, apostado em combater um sistema político então vigente no seu país, pretendeu (re)iniciar uma verdadeira guerra de armas completamente sozinho, contando apenas com a sua coragem e uma pistola do género daquelas que os assaltantes de carros usam para amedrontarem as suas vítimas. A estratégia, inicialmente concebida na sequência de uma mágoa pessoal, consistia em libertar os prisioneiros do Centro de Reeducação de Sacuze na Gorongosa; treiná-los, por forma a que se constituísse, assim, o primeiro embrião de um novo exército guerrilheiro que fizesse frente ao totalitarismo político então instalado no país. De início, embora o plano não tenha logrado sucessos naquele Dezembro de 1976, a sua ousadia não deixou de ilustrar a sua bravura. Estava (re)instalada nele a semente de luta. Seus actos subsequentes demonstrariam a dimensão de homem que ele era. É que, embora funcionando em regime de prisão aberta, tal como outros Centros prisionais em Moçambique, jamais Sacuze deixou de ter condições logísticas precárias e de absoluto desprezo pela legalidade e pelos direitos humanos, mesmo segundo o crivo do governo do dia. Daí a intenção de Matsangaice de pôr fim a tal estado de coisas, libertando-se a si e aos seus companheiros de infortúnio[131].

Para Ncomo, esta forma de interpretar a guerra afasta as causas internas do conflito. O povo moçambicano, perseguido e sem opções, sentiu-se impelido a defender-se e rejeitou a linha ideológica do regime que incluía o ateísmo do Estado. Geffray e Mogens Pedersen foram os primeiros a interrogarem-se sobre a validade deste modelo de análise (Geffray, 1991). Para estes autores, a questão de partida, amplamente escamoteada pelos partidários da teoria da agressão externa, era a de procurarem entender por que motivo uma parte da população rural aderia ao movimento.

Sem negar nem desprezar a importância do apoio da Rodésia e da África do Sul no nascimento e na manutenção da máquina de guerra da Renamo, os autores de factores internos vincam os factores ideológicos. Enquanto a Frelimo era agredida do exterior pela Rodésia do Sul e República da África do Sul, ela agredia internamente os líderes tradicionais e religiosos, numa autêntica reprodução da agressão, em busca do culpado imaginário. Como disse Dom Jaime Pedro Gonçalves, Arcebispo emérito da Beira;

> Foi a Frelimo quem agrediu o povo e depois foi agredida. O povo moçambicano foi agredido. Ela chegou e instituiu guias de marcha, lojas do povo, aldeias comunais, a *operação produção* que destruiu famílias, nacionalizaram igrejas e tornaram-nas armazéns, fuzilou pessoas com ideias contrárias, instituiu os centros de reeducação onde as pessoas entravam e nunca mais saíam. Foi a Frelimo, marxista, quem, primeiro, agrediu o povo. Havia uma reacção interna, agora, personificou-se esse grupo de descontentes que tiveram apoio da Rodésia e de outros[132]**.**

A colectivização dos meios de produção e o aglomerar das populações rurais em aldeias comunais também foram causas que agudizaram o conflito. Enquanto a Renamo era manipulada de fora continuava a manipular as populações internas, aproveitando-se dos conflitos sociais existentes nas comunidades e entre as comunidades e o Estado. Christian Geffray vê a guerra civil como um conflito entre dois mundos antagónicos, o rural e o urbano, sendo que o projecto modernizante do Estado-Frelimo se identificava e tinha a sua base de apoio com/no mundo urbano, marginalizando ostensivamente o mundo rural camponês. Adicionalmente, o governo proclamou-se laico a tal ponto que era normal professar o ateísmo publicamente, levando a certas pessoas a destruição e profanação de objectos de culto. Quando a guerra inicia em Fevereiro de 1976, a imoralidade generalizada e oficializada e todos os elementos de revolta estavam criados. Todos viam uma vantagem na guerra. O fecho da fronteira para sufocar a Rodésia era apenas um pretexto da Frelimo,

---

[131] Ncomo, Bernabé Lucas. *André Matsangaíce*: Da realidade histórica; do mito, até a morte de um homem, Maputo, 2006:5

[132] D. Jaime Pedro Gonçalves. *Foi a Frelimo quem agrediu o povo e depois foi agredida*, in Savana - 28.10.2005.

desejosa de encontrar uma via para eliminar os opositores políticos presentes nas prisões do Niassa. Para Ian Smith, a guerra era uma forma legítima de eliminar a guerrilha da ZANU–FP que encontrava retaguarda em Moçambique e para os descontentes, a guerra seria a única forma de forçar a Frelimo a reconhecer o pensar diferente e encontraram o apoio nos sectores zimbabweanos com os quais partilhavam não os ideais comuns, mas um inimigo comum. A confiscação dos bens da Igreja criou seguimentos mais descontentes, incluindo o prelado e a postura da Renamo, a partir de 1981, de apoiar a causa da Igreja serviu para capitalizar-lhe o apoio. A abolição da autoridade tradicional e sua substituição por grupos dinamizadores, criou um campo seguro de apoio da guerrilha em mantimentos e abrigos.

Para O'Laughlin, Geffray deixa de lado na sua análise, precisamente a importância das dinâmicas externas do conflito armado entre a Renamo e a Frelimo, que constituem, para a autora, as principais razões da sua existência, pois como defende, «the war in Mozambique is one of a recent series of conflicts in which internal forces have been promoted, financed, trained and logistically supported by the United States. US backed regimes like South Africa, and various other capitalist states, to undermine socialist governments through low intensity rural guerrilla warfare[133]». Christian Geffray já tinha criticado estes intelectuais ocidentais que se deslocaram para Moçambique após a independência e que, na perspectiva do autor, eram os responsáveis "ideológicos" pelo desconhecimento científico da Frelimo em relação às sociedades rurais[134]. A Renamo manipulou as dissidências para se "auto-alimentar" pois na verdade não possuía nenhum projecto político-económico próprio.

É este aspecto que leva o autor a definir a Renamo como um corpo social, isto é "une institution sans outre fin que sa propre reproduction[135]" com uma única motivação política: destruir o Estado e perpetuar o estado de guerra, condição única para a sua reprodução. As dissidências de partes da sociedade rural relativamente ao Estado-Frelimo não são causas (como pretende Christian Geffray) mas sim consequências da guerra de agressão capitalista ao Estado Socialista da Frelimo. Há relações dualistas onde os camponeses (submersos e submetidos ao modo de reprodução tradicional, linhageiro, que pretendem perpetuar a todo o custo) e os não camponeses (que pretendem libertar-se deste modelo tradicional e adoptar modos de reprodução mais "modernos", e urbanos, como os comerciantes, professores, artesãos, etc.).

No nosso ponto de vista e colaborando com outros autores que contrariam a Geffray, julgamos que este modelo não só reduz as dinâmicas sociais do universo rural, como apresenta uma desconfortável contradição: se as populações que aderiam à Renamo têm como motivação principal perpetuarem o seu modo tradicional de vida, então não se percebe muito bem como encaixar nesta análise o caso dos jovens que aderem ao movimento, uma vez que estes, procuram desconectar-se deste mesmo modo tradicional.

No caso específico do povo Ndau, há também que ter em conta que a identificação do Estado, e da Frelimo, com as populações do sul do país, com quem os vandau têm relações conflituosas desde a época pré-colonial, conduziu a um forte sentimento de rejeição do Estado-Frelimo por parte da maioria da população. Este processo ajudou a sedimentar uma identidade étnica ndau, por oposição à Frelimo e aos grupos étnicos do sul. Para os

---

[133] O'Laughlin, Briget. *Proletarianisation, Agency and changing Rural Livelhoods: Forced Labour and Resistence in Mozambique*. Journal of Southern African Studes. Vol. 28, Nr. 3, September, 1992:25

[134] Geffray, Christian. *A causa das armas*: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique, Porto, Afrontamento, 1991:166

[135] Geffray, Christian. *A causa das armas*: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique, Porto, Afrontamento,1991:166

revisionistas a Renamo é uma criação interna e da própria Frelimo. A introdução de políticas alheias às populações que limitaram as liberdades cívicas ao invés de alargá-las foi um terreno fácil para a eclosão interna do conflito. O desconhecido marxismo e a existência de grupos de vigilância, a marginalização da elite tradicional bem como a perseguição religiosa exacerbaram as hostilidades. A Renamo, interna e inteligentemente, capitalizou o descontentamento civil que resultou numa guerra civil. Na cidade, segundo eles, a Frelimo foi capaz de criar simpatizantes oferecendo-lhes residências abandonadas pelos colonos, o que não aconteceu no campo, onde o povo continuou sem ver os benefícios da independência, senão a limitação de suas liberdades.

Falando sobre as origens da Renamo, Andre Thomashausen diz que ela é anterior à Independência e resultou de cisão da própria Frelimo uma vez que os nacionalistas contrários aos desígnios marxistas «acabaram por ser expulsos ou sair da organização unitária, acabando por criar sucessivamente outras organizações verdadeiramente nacionalistas que acabaram sempre por ser vencidas por maquinações dos marxistas apoiados pelos soviéticos e pela neutralidade traiçoeira do Ocidente. Escutemo-lo:

> Os nacionalistas, sempre descontentes, continuaram o seu combate tendo no pós-independência ganho um novo ímpeto. Os insatisfeitos com o regime, os iludidos, acabaram por ganhar consciência da natureza da Frelimo e juntaram todas as forças verdadeiramente nacionalistas tendo encontrado na RENAMO a sua verdadeira expressão organizacional. A Renamo uniu todos os resistentes ao expansionismo soviético e à gang corrupta dona do poder. O seu objectivo é o mesmo de sempre de todos os nacionalistas: Moçambique verdadeiramente independente, democrático, pluripartidário, sem bases soviéticas, nem socialismo[136].

Adam critica Andre Thomashausen que tenta legitimar o banditismo por meio de análises distorcidas sobre a Frelimo, instrumentalizando, dessa forma, a História. Para ele, as dinâmicas ocorridas ao longo da guerra colonial devem ser analisadas à luz das alas da Frelimo. Daqui resulta que o autor cria o modelo das três alas: nacionalista composta por negros, militares, trabalhadores, migrantes e é pró-ocidental; moderada, composta de negros intelectuais e dirigentes estatais, igualmente pro-ocidental e ala revolucionária, constituída por mulatos, mestiços, indianos e brancos, comunistas, pequenos burgueses, chefes linhageiros e intelectuais radicais, sendo pró-soviética[137].

Assim, a Renamo, colocando-se do lado dos que haviam sido marginalizados pelo regime, teve apoio necessário daí que, aos poucos, os seus líderes criaram a sua retaguarda nas próprias populações e não nos países vizinhos. Estes não negam que o movimento tenha nascido da CIO Rodesiana, mas dizem que rapidamente, os mentores recusaram ser manipulados, preferindo que o fenómeno fosse moçambicano para resistir a impopular autoridade. Foram a Rodésia para adquirir armas e quando começaram a obtê-las localmente no campo da batalha, tornaram o fenómeno mais independente.

A eclosão da guerra foi responsável pelo endurecimento do regime em relação à evangelização católica. Todavia, a forma de actuação não foi uniforme em todas as regiões tendo sido as zonas rurais as que mais sentiram os efeitos. Na cidade de Quelimane, a vida corria normalmente. Segundo o Padre António José Coelho «nos anos mais críticos -78-80 – do marxismo, nós não fomos tão humilhados quanto acontecia no interior[138]». A Reunião de

[136] José, Alexandre Francisco e Menezes, Maria Paula G. *Moçambique. 16 Anos de Historiografia:* Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90. Maputo, CEGRAF. 1991:56
[137] José, Alexandre Francisco e Menezes, Maria Paula G. *Moçambique. 16 Anos de Historiografia:* Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90. Maputo, CEGRAF. 1991:56
[138] José Antonio Coelho, entrevista ao autor, Braga, 2013

6 de Dezembro de 1978 entre os Bispos e os quadros do Partido e do Governo fora responsável pela nova situação e determinou a restrição à actividade editorial e à importação de livros, aos direitos de associação, à entrada e saída dos religioso do país. A recusa dos bispos de palavras verbais, sem nada escrito gerou tensões e terminou com a criação do Gabinete de Culto chamado SAAR (Serviços de Actividades Associativas e Religiosas) a nível nacional, provincial e local. Em muitos lugares os responsáveis do culto eram escolhidos entre pessoas do corpo da polícia. As orientações eram as mesmas para todos mas as actuações eram diferentes nos vários distritos, por táctica e também por dificuldades de interpretações das ordens dadas. Quando Samora elogiava artigos sobre o papel da Igreja Católica em Moçambique chamou os missionários de «macacos, ou nós ou vós». O cúmulo do desentendimento entre a Igreja e o Governo verifica-se quando o presidente, de visita à Itália, disse que não iria ao Vaticano, aquando da oitava sessão da Assembleia Popular, de 6 a 9 de Outubro de 1981:

> Sabe, Dom Jaime, eu vou à Itália. Saio daqui no dia 13 e estou lá no dia 14. Vou visitar o povo e o governo italianos. Mas não vou visitar o Papa. Não vou ao Vaticano. Tenho o escritório cheio de cartas que me aconselham a ir falar com o Papa. Falar o quê? Alguns italianos estão aqui, foram enviados para me convencer a ir ter com o Papa. Dizem que seria bom ir ter com o Papa, dada a compreensão e a aproximação da Igreja e do Estado em Moçambique. Se eu for ao Vaticano, como e onde me vai receber o Papa? Na Igreja? Na Biblioteca? Vou beijar o anel? Como vai ser isto? Não vou falar com o Papa[139].

Esta recusa visava garantir o diálogo interno não internacionalizar o conflito porque «eu não estou a aproximar-me do Papa, mas sim dos bispos moçambicanos. Os nossos problemas devem ser resolvidos aqui». Só a 17 de Dezembro de 1982, em Maputo, o Estado reconhece a importância da Igreja na sociedade moçambicana e na aproximação das partes em conflito. Dom Jaime recorda: «Não tínhamos aceitação no Ocidente. Samora conseguiu uma viagem aos Estados Unidos, encontrou-se com Reagan, foi ao Canadá, foi à Itália. É preciso sublinhar que Samora Machel foi à Itália, mas não foi ao Vaticano. Quem visita oficialmente a Itália tem que ir ao Vaticano, mas Samora recusou-se a ir ver o Papa no Vaticano. Ele foi ateu até à sua morte, em 1986[140]!». No ano seguinte autorizou os Bispos moçambicanos a efectuarem a sua primeira visita *"ad sacra limina apostolorum"* e a convidarem o Papa a visitar Moçambique, visita que efectuou em 1988.

1.3.2.1. Estratégias, nuances e o desenrolar do conflito armado

Na sua estratégia, a Renamo procurou diversificar as etnias nas suas forças, colocando para cargos de relevo, pessoas que representavam o maior número possível de tribos. Durante esta fase, a sua estrutura central teve a seguinte estrutura central [entre parêntesis etnia].

> Comandante em chefe: Afonso Dhlakama (Ndau), Vice-comandante em chefe e comandante do 1° Batalhão: João Macia Fombe (Manica), Comandante do 2° Batalhão: Vareia Manje Languane (Sena), Secretário no Departamento Nacional de Defesa: José Domingos Cuanai (Manica), Comandante do 9° Batalhão: José Luís João (Sena), Secretário no Departamento Nacional de Defesa: Raúl Manuel Domingos (Sena), Chede do Departamento de Formação: José Marques Francisco (Sena), Comandante do Batalhão de Telecomunicações: José Manuel Alfinete (Lomwe), Comandante do 3° Batalhão: Mário Franque (Manica), Vice-comandante de batalhão: Joaquim Rui de Figueiredo Paulo (Shangane), Vice-comandante de batalhão: Henriques Ernesto Samuel (Chope), Vice-comandante de batalhão: Ossufo Momade (Makwa), Chefe do Departamento de Telecomunicações: Olímpio Osório Cambona (Yao), Chefe do Departamento de Saúde: Albino Chavago (Ronga)[141].

---

[139] Marime, Benedito, Samora Nega ir ao Vaticano, in Jornal SAVANA - 25.11.2005
[140] Dom Jaime Pedro Gonçalves. SAVANA – 28.10.2005
[141] http=6a00d83451e35069e201675f7e8b12970b#comment-6a00d83451e35069e201675f7e8b12970b

Esta estrutura visava garantir a rápida expansão do movimento de guerrilha pelo país. Entretanto, no comando das operações manteve o maior número de comandantes do centro do país. Entre 1979 e 1984, abriu várias frentes de combate que, em muito, superaram às abertas pela Frelimo durante a guerra colonial, a ponto de chegar às portas da Capital.

> Em 1979, André Matsangaice (Manica) e Paulo Tobias (Ndau) tinham aberto a Frente de Sofala enquanto João Macia Fombe (Manica), Lucas Mulhanga (Ndau), Mário Franque (Manica), Vareia Manje (Sena) e Magurende John (Manica) abriam a Frente de Manica. Coube a este último a abertura da Frente da Zambézia, em 1981, no mesmo ano que Vareia Manje abria a Frente de Inhambane e Mário Franque a de Gaza. Em 1982, Pedro Muchanga (Ndau) abriu a Frente de Maputo e Calisto Meque (Ndau) abriu a Frente de Tete e no ano seguinte, Ossufo Momade (Makwa) fez chegar a guerrilha em Nampula, na mesma altura em que Rocha Paulino (Sena) levava a guerra para Niassa. Também coube a Rocha Paulino a abertura, em 1984, da Frente de cabo Delgado[142].

Negligenciando os factores internos, o regime foi fazer um tratado de não-agressão com a República da África do Sul (RAS), suspeita de ser arquitecto de todo o projecto da Renamo, após que esta foi expulsa do Zimbabwe, quando este país se tornou independente em 1980, nos acordos de Inkomati. Todavia, os ataques não pararam. Foi então que as Forças Populares de Libertação de Moçambique organizaram o seu *nó Górdio*, para destruir a Renamo. Para isso contaram com o apoio de Robert Mugabe, um católico fervoroso, e de especialistas cubanos e soviéticos. Numa operação relâmpago, a Renamo foi apanhada de surpresa na Base de Citatonga. Esta retirou-se estrategicamente.

> A Renamo reorganizou-se, sob comando do próprio Dhlakama, encontrou-nos com uma intensidade nunca antes vista e tivemos que fugir. Os nossos amigos também fugiram e morreu-se muito. Nós não conhecíamos bem a região. Foi então que Samora começou a acusar o Malawi de apoiar a Renamo e disse aquela famosa frase: se o apoio do Malawi não parar nós bombardearemos o país, pois já temos mísseis, o que não temos são alvos[143].

Tinha faltado o apoio popular às FPLM o que impossibilitou a aquisição da informação sobre a localização e quantidade do inimigo além do tipo de armamento. Foi o início da queda de Machel e da sua popularidade bem como dos esforços que vinha protagonizando nos Países da Linha da Frente. Para chamar atenção internacional, a Renamo optou por raptar estrangeiros. O primeiro grupo foi o de seis búlgaros que, em 1982, reparavam estradas em Lugela, libertos pelas FLPM em Tacuane e Muabanana. Mais tarde, foi a vez de quatro portugueses e um russo, em 1983, nas minas de Murrua (Ile).

Na Zambézia, muitos régulos filiaram-se à Renamo. O régulo Muango, comandante e hospedeiro de guerrilheiros provenientes da base de Nantuto (Maquiringa) actuava na localidade de Márea e Mualiua onde foram mortos acima de 45 pessoas, cujos corpos foram queimados numas casas previamente escolhidas. Semeou horror até que foi morto em 1987. Em entrevistas que levamos a cabo, os informantes que passaram os horrores da guerra e que não a desejam de regresso falam sem pestanejar.

> O régulo Naphere, homem da logística foi guia de Muango nas suas incursões, vingativo e assassino do comerciante Napade, esposa, filha e dois netos na zona de Muala, além do professor Pedro. Não há dúvidas que foi ele quem rasgou a barriga de uma mãe coitada e tendo introduzido pedaços de duas criancinhas, acção esta que criou um descontentamento na zona que pediram aos milicianos que o assassinassem em 1985 quando ia colher arroz. Foi das poucas mortes festejadas pela população, que

---

[142] Do diário de Francisco [Ndagwira] Franque, ex-combatente e comandante da Renamo, entrevista com o autor, Tsangano, 6 de Fevereiro de 2013/Transcrito. Ndagwira, é nome com que era conhecido em virtude de em cada assalto sempre sair com um prisioneiro governamental vivo, a fim de explorar os futuros planos.
[143] Mifolo Phiri, ex-combatente das FPLM na batalha de Citatonga, entrevista ao autor, Tsangano, 6/2/13

> espectaram sua cabeça no bambu correndo pelas ruas em procissão enquanto o seu corpo era queimado[144].

Para ganhar simpatia popular e enfraquecer o poder central, a guerrilha começou a promover as autoridades tradicionais. Nantuto, cuja povoação acolhera a primeira base da região norte da Zambézia antes de ser transferida para Maquiringa, fora designado chefe geral dos anciãos, tendo-se evidenciado como conselheiro da Renamo nas práticas mágico-religiosas. As suas acções custaram-lhe a vida pela 7ª Brigada do Gurue. Na altura um missionário afirmava

> É uma guerra que opõe moçambicano a moçambicano, uma guerra de desgaste que destrói casas, machambas, pontes, fábricas, postes de transporte de energia, aldeias inteiras, que ceifa cruelmente vidas humanas sem conta, sem excluir crianças, que deixa sem-abrigo e meios de subsistência milhares de pessoas, umas conservadas cativas nas zonas ocupadas, outras fugidas para os países vizinhos, Zimbabwe, Suazilândia, Zâmbia e Malawi (só aqui há 700.000 refugiados moçambicanos), outras ainda procurando segurança à volta dos centros urbanos (onde não encontram emprego, terrenos para cultivar, lenha ou comida. É uma guerra sem sentido, de tipo terrorista. Actualmente só 20% do território está sob controle governamental: trata-se das cidades e sedes de distrito. Só se pode viajar, com segurança, entre cidades, de avião. De resto, há as colunas militares, os ataques frequentes… Algumas vilas e cidades são autênticas ilhas, só por ar se podem alcançar, no terreno não se pode viajar para além dum raio de 10 km de algumas cidades[145].

O régulo Ndalawe, igualmente conselheiro, encarregado da logística tirava especialidade na colocação de minas anti-carro na estrada entre Ile e Namarrói. O régulo Wede, o recrutador de jovens e recolector de víveres para serem enviados à base Sugula (Lugela) tinha ligação directa com a base de Alfazema (Morrumbala). Munhagula, comandante e agente do reconhecimento e tal como Wede, este fora amnistiado e reintegrado mas a fuga de ambos valeu-lhes à execução, o primeiro na Sede de Namarroi e o último na base de Erurune (Lugela). Inlugo também foi conotado como colaborador.

No distrito de Mocuba, a grande base era Muaquiwa cujo régulo permaneceu com a Renamo durante muito tempo antes de ir viver em Mocuba. Em muitas áreas: dos régulos Rosa, Nigula, Muha, Mariha, Namaquita, Mulo, a Renamo abriu escolas e procurou subtrair a população da influência governamental. Ela nunca explicava as populações os motivos da guerra, mas exigia-lhes mantimentos, carregadores e guias e colocava-as nas zonas de primeira entrada das forças governamentais para servirem de escudo humano, numa espécie de postos avançados. Foi o milho da Zambézia que reforçou a guerrilha em Manica e Sofala. A população descontente com esta exploração recorreu ao cultivo de produtos em zonas inacessíveis; caso fosse descoberta era punida pelo corte de órgãos.

A 25 de Setembro de 1986, pelo 22º Aniversário das FPLM e um mês antes de morrer, Machel fala da necessidade do sangue novo nas forças armadas «a participação das Forças Armadas passa essencialmente pela elevação sempre maior de níveis de organização, disciplina, eficiência, rapidez e prontidão combativa, o que exige a presença nas fileiras militares de jovens, quadros política, técnica e cientificamente preparados que deverão substituir os combatentes veteranos, cuja experiência tem de ser aproveitada na formação das novas gerações.

No mesmo ano Gimo Phiri rompe-se da Renamo com seus 500 homens a unirem-se em torno da União Nacional de Moçambique (UNAMO) que trava combates contra a Renamo e

---

[144] Lobiness Mário Phiri, entrevista ao autor, Namanjavila, 10 de Fevereiro de 2013/Gravado

[145] Gomes, Francisco Sampaio, *Moçambique, Uma Jovem Missão com 330 anos de existência, in* Anuário da Companhia de Jesus em Portugal, 1990, PPCJ, Lisboa, 1990:38

contra a Frelimo, simultaneamente gozando do apoio étnico em Milange e montes Namuli. O seu adversário no Gurue foi o comandante Calisto Meque de etnia Ndau cujas acções exacerbaram os conflitos étnicos entre Ndau, Chuabo e Maconde. A separação de Gimo Phiri foi uma contestação desta actuação e o desejo de formar um país independente quer da Frelimo quer da Renamo. Calisto tinha optado por eliminar todos os oficiais que não eram da sua etnia que lhe criou dificuldade de travessia dos territórios pois tinha que mudar de guias e carregadores em função do território que pretendia atravessar.

1.3.2.2. Os Caminhos do Acordo Geral de Paz (AGP)

Em 19 de Outubro de 1986, morre o primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, num acidente de aviação em território sul-africano. As causas do acidente ainda são matéria de discussão, havendo duas hipóteses: atentado/assassinato ou acidente. Sucedeu-lhe Joaquim Alberto Chissano, em 6 de Novembro de 1986, numa altura em que a guerra se alastrava cada vez mais. Distanciando-se da linha do seu predecessor, diante do drama da guerra, defendeu a paz por via do diálogo, contrariando o desejo de alguns generais que pretendiam alcança-la por uma solução militar. Entretanto, os generais mostravam-se confiantes que com mais dinheiro no orçamento para a Defesa e Segurança poderiam recuperar as áreas perdidas. Como prova, em Dezembro de 1986, iniciaram com o processo de recuperação das vilas tomadas pela Renamo na Zambézia: Chinde caiu no mesmo mês, Luabo, em Janeiro de 1987, Morrumbala em 26 de Abril e Gilé em 16 de Junho de 1988, o que forçou a Renamo a optar pelas emboscadas contra as colunas militares.

As emboscadas criaram uma insegurança na movimentação de pessoas e bens. A crescente certeza de que o país ficaria dividido levou as FPLM a criarem o Posto de Comando Avançado do Estado-Maior-General em Quelimane, chefiado pelos generais Hama Thai e Lagos Lidimo, com as funções de comunicações e contrainsurreição. Mesmo assim, as chefias da Renamo intensificaram os combates que forçaram o regime a ir para a mesa de negociações. 80% do território estava ocupado pela guerrilha, e nas cidades havia grande número de infiltrados, incluindo na capital. Inúmeros generais do exército reconhecem que a derrota era iminente.

Recentemente, Alcido Chivite, uma destacada figura militar afirmou que "Há uma particularidade muito esquisita, porque muita gente não entende como Chissano apareceu à frente. Para mim ele foi enviado por Deus para vir salvar a Frelimo da derrota e o Povo moçambicano da Guerra. Ele conseguiu converter a derrota em vitória porque em termos práticos, a Frelimo militarmente tinha Perdido a Guerra com a Renamo[146]". Embora tenha forçado o regime a mudar de posição a guerra teve consequências dramáticas. Mais de um milhão de moçambicanos morreram, mais de 4 milhões ficaram refugiados no próprio país e duas milhares em países vizinhos.

Vines[147], filho de um diplomata que representa sua majestade em Maputo faz uma análise, controversa, mas actual pelos elementos que coloca sobre o AGP. Para ele, o processo de paz moçambicano foi feito com incentivos financeiros que tornaram possível o seu desfecho final. O herói do AGP é, segundo ele, Tiny Rowlands, o chefe executivo da multinacional britânica LONRHO que pagava a Renamo de modo a não atacar os seus investimentos

---

[146] Towo, Serôdio. 28 anos depois, Alcido Chivite, fala da traição à Pátria, Jornal Dossiers & Factos, Maputo, 29.04.2013. p. 5.

[147] Vines, Alex. *The business of peace*: Tiny Rowland, financial Incentives Mozambican Settlement, Mozambican Peace Process in Perspective, UK, Conciliation Resources, Jan, 1998.

agrícolas e industriais. Segundo as fontes orais consultadas, Tiny era simultaneamente amigo de Afonso Dhlakama – líder da Renamo – e de muitos altos dirigentes da Frelimo, incluindo Armando Guebuza – um dos negociadores do processo de paz.

A sua multinacional formou com a Frelimo, uma empresa de segurança privada conhecida por LOMACO - Lonrho Mozambique Agro-Industry. Dispunha de uma milícia que operava nas regiões de Chókwè (Sul), Metuchira (Centro) e Montepuez (Norte) sendo comandada por oficiais britânicos e do antigo exército do regime de Ian Smith, e incluía ainda os chamados Gurkhas, mercenários originários do Nepal. Harper-Ronald, antigo membro da segurança zimbabueana, CIO, e que em 1989 foi recrutado pelo MI6 para treinar a milícia privada ao serviço da Lomaco, revelou que «os serviços de espionagem externa da Inglaterra, MI6, estiveram por detrás da criação desta milícia privada no âmbito de esforços desenvolvidos pelo regime da Frelimo para combater a guerrilha da Renamo[148].

Quando o método de incentivos fiscais falhou, o próprio Rowlands tornou-se numa pedra chave para criar bases de confiança que levassem a Renamo a negociar, mas sempre acompanhado com incentivos financeiros. Para sustentar o seu conhecimento na matéria, apoia-se no facto de Rowlands já ter estado em Moçambique nos anos 1960 aquando da construção do oleoduto Beira-Rodésia do Sul. Quando o oleoduto ficou ameaçado em 1980, a Lonhro interessou-se em novos contactos, porque tinha seus interesses na África Austral.

Em Junho de 1982, subsidiou a Renamo com 500,000 USD para que esta não atacasse a linha na promessa de que tal seria feito até Agosto. O pagamento seria feito através de contas estrangeiras movimentadas pelos seniores da Renamo. Exibe, para o efeito, os documentos dos montantes. O acordo de protecção com Renamo foi complicado porque os seus protectores considerava a destruição do oleoduto como prioritária. Quando a Renamo ameaçou atacar as linhas de transmissão eléctrica da Hidro-eléctrica de Cahora Bassa (HCB), o intermediário Jorge Jardim foi a Paris a fim de conseguir novos incentivos. Mas tal não chegou a acontecer.

Na sua tese do negócio da paz, Vines diz que com o conhecimento do governo moçambicano, a Renamo assinou vários acordos com o Malawi para não atacar a linha férrea de Nacala em troca da liberdade de movimento naquele país, bem como no comércio de batatas, marfim, madeira e pedras preciosas. O pagamento era feito em dinheiro Malawiano para que os beneficiários pudessem consumir produtos malawianos. Em 1989 envolveram o Quénia por meio da Igreja e Rowlands teve contacto directo com o presidente daquele país, Daniel Toroitich Arap Moi, o qual ordenou ao secretário permanente do ministério dos negócios estrangeiros, Bethuel Abdu Kiplagat, para discutir com Renamo sobre os interesses de Rowlands, como mediador. Rawland enviou seu representante em Maputo, Alves Gomes, para Lisboa para lobby.

Em 22 de Setembro, ele próprio viajou a Lisboa e encontrou-se com o então primeiro-ministro português, Cavaco Silva. Em Outubro, Kiplagat viajou a Pretória com Rawland, onde se encontrou com Pik Botha e Rusty Evans. Arranjou-se a viagem secreta para que estes dois homens viajassem ao Quénia. Na mesma altura, o assistente dos assuntos africanos do Departamento de Estado (US) afirmava apoiar as iniciativas de Rowlands. Combina-se o encontro de 1990, na altura em que Friedrick W. De Klerk visitaria o Quénia. Ele encontrou-se com Dhlakama a 8 de Junho e pede para que fosse sério. Encetaram esforços no sentido de persuadir Dhlakama a viajar a Malawi.

---

[148] Harper-Ronald, Jake, "*Sunday Bloody Sunday*: A Soldier's War in Northern Ireland, Rhodesia, Mozambique and Iraq". Galago Books, August 1, 2009.

Primeiro negou, depois pediram o seu número dois, Raúl Domingos. Mais tarde, Dhlakama foi a Blantyre, conduzido por oficiais malawianos. Em Dezembro de 1990, Dhkalama é enviado a Lusaka para se encontrar com o presidente Zambiano, Kenneth David Kaunda. Depois de tentativas fracassadas, impôs condições e pré-requisitos para o diálogo com Chissano: deixarem de ser chamados bandidos armados e a imprensa oficial deixar de ridicularizar a Renamo. Informado, Chissano disse que a pré-condição da parte do governo era o cessar-fogo. Mas em 1991, Kaunda perde as eleições e sai da linha e entra o Zimbabwe de Robert Gabriel Mugabe no processo com mais interesses em Moçambique.

Em 1990, Andre Thomashaussen, voou para Blantyre a fim de assinar o acordo formal sobre linha de Nacala. O ataque da linha em 24 de Fevereiro de 1991, é interpretado como sendo sinal de que o prometido não tinha sido pago na totalidade e Malawi devia pagar ou sofrer as consequências. Outro acordo de não-agressão foi firmado com o Malawi sobre o corredor Tete-Zimbabwe após a saída das tropas zimbabweanas. Outras pessoas metidas no processo de paz foram o cônsul italiano no Malawi e o Vice-presidente do Kamuzu Banda, John Tembo, que fizeram contactos com a Renamo. Um encontro entre Mugabe e Dhlakama, a pedido de Chissano, era esperado ter lugar entre 9 e 10 de Janeiro de 1992, mas foi sabotado a última hora porque, segundo Vicente Ululu, havia plano para que Dhlakama fosse sequestrado. Em linhas gerais, esta é a visão de Vines. Falando dos problemas havidos dentro da Renamo e que levaram a morte de Orlando Cristina, em 1983, o autor fala de que tal estaria relacionada com o suposto desvio de fundos destinados a uma propriedade sua na Austrália. "One reason behind the killing of Secretary-General Orlando Cristina in mid-1983 was his secret diversion of Renamo funds for investment in a farm in Australia[149]."

Parece que tal propriedade nunca existiu. Esta hipótese foi levantada em 1978, quando a esposa de Cristina se separou dele, para ir viver junto de uma filha na Austrália. No seu todo, Alex Vines apresenta os Gurkhas como uma milícia privada da Lonrho quando era uma operação oficial e secreta do Reino Unido em Moçambique, com oficiais destacados vindos da Academia de Sandhurst[150] e reduz as conversações de Roma a meras diligências de uma multinacional, ignorando os actores principais que incluíram laços tribais e consanguíneos para convencer a Renamo e cimentar confiança. Deixa de lado a contraparte do processo, que por várias vezes sabotou sistematicamente todo o processo negocia através dos meios de comunicação oficiais. Vines, tem o mérito de trazer esses elementos para reconstituir a história recente do país. Mas não consegue explicar a presença de outras figuras, sobretudo da igreja, presentes nas negociações.

Olhando atentamente, somos levados a concluir que ele seguiu a corrente positivista segundo a qual, o historiador é um colecionador de factos cuja interpretação deve ser deixada para o sociólogo. Como historiador, faltou-lhe a atenção necessária antes de tirar conclusões. Deixou-se apaixonar pela fonte sem colocar-lhe muitos questionamentos. Reduziu os actores moçambicanos e até africanos a meros seguidores da vontade do dinheiro. Em toda a história, o super-herói acaba sendo Tiny Rowlands cuja aparição é tardia em comparação com a preocupação dos bispos para o alcance da paz, como testemunham as cartas pastorais:

Viver a fé no Moçambique de Hoje - 1976; Caminho da paz 1979; Um apelo à paz - 1983; A urgência da paz - 1984; - A paz é possível - 1985; Novo apelo à paz 1985; Cessem a

[149] Vines, Alex. *The business of peace*: Tiny Rowland, financial Incentives Mozambican Settlement, Mozambican Peace Process in Perspective, UK, Conciliation Resources, Jan, 1998:66

[150] Harper-Ronald, Jake, "*Sunday Bloody Sunday*: A Soldier's War in Northern Ireland, Rhodesia, Mozambique and Iraq". Galago Books, August 1, 2009.

guerra – 1985; Construamos a paz - 1986; A paz que o povo quer - 1987 e Urgir o diálogo da paz -1990[151]. Todos estes documentos escaparam da análise de Vines. Concluindo, apesar de possuir dados reveladores de muita coisa, o problema reside na interpretação que deles faz e consequentemente a conclusão a que se chega, a qual retira as causas, colocando o dinheiro acima de tudo.

No processo foram envolvidas várias individualidades ligadas à Igreja Católica e ao Conselho Cristão de Moçambique, (CCM) este último afastado depois. O mediador principal foi a Comunidade Italiana de Sant´Egídio. Também houve pessoas singulares que se envolveram no encetar das negociações, como foi caso de Francisco Nota Moisés, pela sua proximidade com a Renamo e com o governo Quéniano. Ei-lo na primeira pessoa;

> Fui ao Malawi com Bethuel Abdu Kiplagat, então secretário permanente no Ministério dos Negócios Estrangeiros Quénianos, e entrei com ele em Moçambique para servir de intérprete, pois ele não falava Português e os homens da Renamo não falavam inglês. De acordo com ele, tudo começou quando Chissano falou com Moi numa reunião internacional que lhe ajudasse para liga-lo à Renamo com quem desejava negociar. Moi não prestou atenção ao pedido e não agiu numa cautela para não ser ligada à África do Sul que apoiava a Renamo. Numa outra reunião onde Chissano e Moi estiveram, o primeiro aproximou-se ao segundo e mais uma vez repetiu o pedido. Foi então que Moi começou a tomar o pedido a sério para acabar com o sofrimento dos moçambicanos. O Quénia utilizou milhões do seu próprio dinheiro sem ajuda do Chissano, que lhe tinha rogado para lhe ajudar a estabelecer o contacto com a Renamo. Ingratos por natureza, nem a Frelimo nem a Renamo vieram depois agradecer o governo do Quénia pelo papel que jogou e que permitiu o contacto que conduziu às negociações e à paz. Ingratos dos ingratos por natureza, nem a Frelimo nem a Renamo me agradeceram pelos sacrifícios que consenti em andar nas matas belicisadas com todos os seus perigos inerentes tais como minas, o perigo de bombardeamento aéreo, cobras com que me deparei muitas vezes, depois de ter estado destreinado para fazer aquilo por mais de 20 anos de vida urbana e confortável. Mas tudo está bom visto que contribui no que pude para o processo da paz[152].

Segundo D. Jaime Pedro Gonçalves, quem teve a iniciativa da paz foram todos, uma vez que quando recebeu pedido do Presidente para intermediar o conflito e após ter chegado à base da Renamo, via África do Sul, Dhlakama foi o primeiro a dizer que queria paz e queria dialogar, pelo que ficou aliviado, porque não sabia como havia de iniciar com a conversa. Enquanto o Governo enfatizava os factores externos para o conflito, D. Jaime colocou-se claramente na posição contrária, defendendo que o interlocutor válido devia ser a Renamo por meio de seus dirigentes.

De forma breve, ele desempenhou o papel de mediador entre a Renamo e a Comunidade Sant´Egídio que, por sua vez, mediou o conflito entre aquela e o Governo moçambicano. A primeira vez que falou sobre a necessidade de diálogo e reconciliação foi aquando do encontro de 14 a 17 de Dezembro de 1982. Levou a cabo esforços tendentes a agilizar o processo da paz promovendo encontros entre os líderes religiosos com o Presidente da República e com o líder da Renamo. Era acompanhado por D. Alexandre dos Santos, D. Vieira Pinto e D. Paulo Mandlate[153].

A 3 de Junho viajou secretamente a Canxixe, um sítio dentro do quartel general na Gorongosa a fim de saber sobre o pensamento de Afonso Dhlakama. Desta viagem, os outros bispos não foram informados até que aproximou-se do Presidente da República tendo-lhe dado a conhecer os resultados do encontro pelo que Chissano o encorajou a

---

[151] Cfr. Sousa, José Augusto Alves de. *Os Jesuítas em Moçambique*, 1541-1991: no cinquentenário do 4º. período da nossa missão, Livraria A.I., 1991

[152] Francisco Nota Moisés correspondência com o autor em http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/

[153] Almeida, Fernando Augusto de. *A Relação Estado-Igreja Católica:* da Independência aos acordos de Roma, 1975-1992, Maputo, UEM, 1998:88

prosseguir com os contactos, em 9 de Junho de 1988. Os encontros seguintes permitiram que em Fevereiro de 1989 houvesse um encontro no Quénia, entre Raul Domingos que chefiava uma delegação da Renamo e quatro bispos, dois católicos e outros dois do CCM.

Em Agosto do mesmo ano, o encontro repetiu, desta vez com o próprio Afonso Dhlakama. Ao que tudo indica, do encontro saiu-se com a ideia de que os bispos entrariam em contacto com as autoridades italianas e o Vaticano. De facto, em Outubro, D. Jaime Gonçalves viaja a Roma[154] de onde regressa com a promessa de voltar em Fevereiro seguinte. Foi então que Dhlakama viajou à Itália onde manteve conversações com políticos italianos, autoridades do Vaticano e da Comunidade Santo Egídio. De 8-10 de Julho iniciaram as conversações que levaram dois anos a concluir. Do lado do Governo, a delegação era chefiada por Armando Emílio Guebuza enquanto do lado da Renamo era conduzida por Raúl Domingos. Pelo número de actores envolvidos no processo de negociações, é de supor que houve outros encontros secretos em países como Malawi, Botswana, Zimbabwe, Zambia, Tanzania, Portugal entre outros, os quais conduziram à Assinatura do Acordo Geral de Paz, a 4 de Outubro de 1992, abrindo ao país o multipartidarismo, a paz e a reconciliação Nacional. No seu longo preâmbulo que abre com as duas personalidades que o assinaram, o AGP apresenta uma lista longa de participantes e das linhas gerais das discussões havidas.

> Joaquim Alberto Chissano, Presidente da República de Moçambique, e Afonso Macacho Marceta Dhlakama, Presidente da RENAMO, encontrando-se em Roma, sob a presidência do Governo italiano, na presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Italiana, Emílio Colombo, (…) nos termos do processo negocial de Roma, para o estabelecimento de uma paz duradoira e duma sólida democracia em Moçambique, aceitam como obrigatórios os seguintes documentos, que constituem o Acordo Geral de Paz: protocolo I (Dos principios Fundamentais); Protocolo II (Dos Critérios e Modalidades para a Formação e Reconhecimento dos Partidos Políticos; Protocolo III (Dos Princípios da Lei Eleitoral); Protocolo IV (Das questões Militares); Protocolo V Das Garantias); Protocolo VI (Do Cessar-Fogo); e Protocolo VII (Da Conferência de Doadores)[155].

A luz do AGP, ambas as partes comprometiam-se a «tudo fazerem para alcançar uma efectiva reconciliação nacional sob o olhar dos participantes e dos mediadores Mario Raffaelli, D. Jaime Pedro Gonçalves, Professor Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi. O AGP, publicado no Boletim Oficial de 14 de Outubro de 1992, previa a realização de eleições dentro de dois anos e a desmobilização geral e criação de uma força conjunta de 30 mil homens para a qual cada uma das partes devia entregar metade. Para monitorar o processo, a ONU enviou capacetes azuis formando ONUMOZ.

Durante o tempo em que duraram as negociações, a definição do local para o encontro foi um ponto de discórdia. No primeiro momento, a Renamo escolhera Quénia, local recusado pelo Governo por o país ser mais próximo à Renamo. Enquanto isso, o Governo propunha o Zimbabwe, rejeitado pela Renamo por ser um país que tinha um contingente militar em Moçambique a combater as suas forças, por isso, não neutro. No segundo momento, o Governo propôs Malawi e a Renamo propôs Portugal. A Itália veio como uma única opção verdadeiramente neutra, proposta pela Comunidade Santo Egídio.

---

[154] Rocca, Roberto Marrozo della. *Moçambique da guerra a paz:* História de uma mediação insólita, Maputo, Livraria Universitária, 1998:86

[155] AGP, Boletim Oficial da Republica de Moçambique, 14 de Outubro de 1992, I Série, Número 42, Suplemento, pp. 1-24.

1.3.3. Terceiro Subperíodo – 1993 - Região Moçambicana da Companhia de Jesus

Para muitos Jesuítas, a autoridade centralizada da Igreja, a estrutura de comando por meio da qual foi exercida a sua finalidade são, todas, inaceitáveis hoje em dia. As tradicionais prerrogativas, de qualquer papa, são censuráveis. No lugar do propósito espiritual da Igreja Tradicional, a Sociedade de Jesus colocou a luta, ao presente, pela libertação de uma classe de homens e mulheres da nossa sociedade de hoje: os milhões da injustiça social, económica e política[156].

Malachi Martin

Até 1993 Moçambique era única parte da estrutura orgânica da Companhia de Jesus que ainda se chamava de Vice-Província. Em Dezembro o estatuto de vice província foi extinto e passou a chamar-se Região Moçambicana da Companhia de Jesus. O até então vice-provincial, o Pe. José Augusto Alves de Sousa passou a ser o seu primeiro regional. Com ajuda de outras províncias da Companhia de Jesus, desenhou projecto para mobilização de fundos de apoio para a reconstrução das missões. Entre 27, 28 e 29 de Outubro de 1994 tiveram lugar as primeiras eleições multipartidárias e as missões, ainda em ruina e em reabilitação, serviram de postos de votação indicando claramente que seriam espaços de referência no novo quadro político-social que se desenhava no horizonte. O Governo, como forma de reconhecer o papel da Igreja na diminuição de tensões desnacionalizou algumas de suas infraestruturas, sobretudo as rurais e distantes dos centros urbanos e vilas.

A partir do Malawi, conseguiram coordenar a reabilitação das missões de Angónia contando com um apoio das Nações Unidas. Também estavam, desde o Malawi, a colaborar com os leigos para o desenvolvimento, com o Serviço dos Jesuítas para os Refugiados e com outros missionários. A presença dos Leigos para o Desenvolvimento nas missões jesuítas teve inicio nos campos de refugiados instalados no Mankhokwe (Malawi) tendo-se estendido para outros campos. Ali atendiam os refugiados provenientes das províncias de Tete, Zambézia e Niassa.

Nos campos havia falta de ensino formal e os pais, conhecendo o valor do ensino matriculavam seus filhos nas escolas malawianas. Segundo Wostern Phiri, um professor reformado que trabalhou na Escola Primária Completa de Chipula, o governo malawiano não se opunha por considerar que aquele povo «era nosso irmão e não havia razões para impedimento. Entre 1987-1993 a nossa escola tinha mais alunos moçambicanos que malawianos e o retorno deles ao país de origem criou um vazio enorme em nós. Se por um lado tínhamos alegria de ver terminada a guerra, por outro sentíamos parte de nós a partir. Aquele tempo cimentou as nossas relações como povo irmão[157]».

Phiri recorda-se do MOLU – modelo de ensino secundário implementado pelos Jesuítas para atender aqueles que tinham terminado o ensino primário completo. O MOLU, mais tarde ESAM, resultou de um acordo entre os Jesuítas e os governos do Malawi e de Moçambique de modo a que, no futuro, houvesse equivalência académica. Com o fim da guerra, os leigos acompanharam os Jesuítas e os retornados. Em 1993 estavam em Lichinga, no ano seguinte em Lifidzi (até 1999) e em 1995 na Fonte Boa. Em Cuamba só chegaram em 1997. O seu enfoque foi sobretudo o ensino, desde o pré-escolar ao pré-universitário, passando pelas áreas da Saúde, promoção social, actividades lúdicas, fotografias, desporto, conforme a realidade e necessidade local. Em Lichinga, os leigos para o desenvolvimento

---

[156]Martin, Malachi. Os Jesuítas: A Companhia de Jesus e a Traição à Igreja Católica, Editora Record, Rio de Janeiro, 1989:12
[157] Phiri, Wostern, entrevista ao autor, Chipula, Fevereiro de 2013.

colaboraram na criação de uma Escola Diocesana Pré-Universitária, que não existia antes de 1993 porque a maior escola local, a Escola Secundária Paulo Samuel Kankhomba terminava no 10º ano. A actuação da Diocese forçou o Governo a introduzir o nível pré-universitário pelo que o apoio dos leigos foi desviado para esta escola leccionando as disciplinas de Português, Matemática, História e Geografia[158]. A partir de Lichinga apoiavam o ESAM na sua missão de promover o nível de escolaridade de funcionários e outros interessados sem os desvincular do posto de emprego. Para melhorar o ambiente de aprendizagem, criaram a biblioteca AfricAmiga, com uma colecção de 3000 livros o que contribuiu na promoção da língua Portuguesa e no incentivo à leitura.

Em geral, de 1993 a 2000, os missionários Jesuítas e os leigos para o desenvolvimento estiveram no processo de reconstrução ensaiando diversos projectos e implementando uns com mais sucesso que outros. Dirigiram escolinhas comunitárias e criaram melhores bibliotecas, como foi o caso da Biblioteca da Missão da Fonte Boa, considerada a melhor de toda a província de Tete. Abriram, pela primeira vez, o Curso de Informática, na Missão de Lifidzi e mais tarde na Infoteca da Fonte Boa. Numa primeira fase trataram de formar formadores. Entre outras realizações, merecem destaque a ludoteca, leccionação, papelaria, pastoral e apoio a 100 alunos por ano com bolsas de estudo. A ajuda traduz-se no pagamento de propinas escolares, internato e material didáctico.

O padre Luís Abílio Gonçalves empenhou-se bastante na reconstrução das missões devastadas pela guerra e a cooperação com os Leigos para o Desenvolvimento foi um facto que permitiu a rápida restauração das Missões em matéria do ensino e a rápida adaptação dos alunos à Língua Portuguesa. Mas sempre se pautou por uma cautelosa cooperação com o Governo. Este período vai conhecer um dos pontos máximos com o assassinato de um Padre brasileiro e de uma leiga portuguesa. Em frente da Residência dos Jesuítas na Fonte Boa, onde se deu o assassinato, encontramos uma lápide com os seguintes dizeres: «Em memória da Leiga Idalina Gomes e do P. Waldyr dos Santos, SJ. 06-11-2006».

Para a polícia «o padre foi morto a tiro e, de seguida, picado com uma faca e a missionária foi morta por asfixia e 'picada' na bexiga, mas não roubaram nada, pelo que achamos que devem ter vindo para vingar o morto do outro assalto[159]». Devido a curiosidade de recolher pedrinhas, as quais eram colocadas nas janelas e pela simplicidade com que os missionários metiam as pessoas em suas casas facilitou a infiltração de malfeitores. Foi possível que as pedrinhas sobre as janelas tenham sido confundidas com pedras preciosas. O assassinato seria uma tentativa de obtê-las, na realidade eram simplesmente pedras. Segundo a fonte que tivemos acesso, a outra confusão deveu-se ao facto de falta de compreensão local entre o Ouro e o Euro. Quando se recebesse dinheiros para as bolsas de estudo, as leigas normalmente diziam aos bolseiros que estavam a espera de trocar o EURO, e os alunos, deduziam tratar-se de ouro.

O padre Vítor Manuel Lamosa Pereira, também foi de mesma opinião e no seu sorriso de sempre diz «confundiram ouro com Euro». O julgamento do caso contou com mais de trinta testemunhas e seis arguidos foram condenados a penas de 20 anos. Outra característica deste período foi a formação de Jesuítas moçambicanos. Para promover as vocações, fundou-se a casa do estudante onde era acompanhado antes da sua entrada para o Noviciado. Mas verificaram-se muitas saídas sobre as quais os Jesuítas lamentaram o investimento feito embora tenham sempre afirmado que o importante é «serem úteis à sociedade, se não o forem para a Companhia».

---

[158] Melo, Helena Pinheiro de, *Voluntários ao Sul do Equador*. Lisboa, LD,2006:55
[159] http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=878183&page=-1

SEGUNDA PARTE

MISSÕES E PARÓQUIAS MOÇAMBICANAS DOS JESUÍTAS, 1941-2011

O ordenado, que é bastante baixo vai subindo gradualmente à medida que aumentam os anos de ensino. Podemos considerar estes rapazes como autênticos missionários leigos, pois são-no de facto.

Paulo Eufrásio

Um olhar rápido sobre o quarto período da missionação jesuítica em Moçambique permite concluir que o Governo da Companhia teve cinco Superiores Gerais, três Vigários, treze Mandatos para doze Superiores Provinciais e treze Mandatos para 9 Superiores Regionais. De 1941 a 1966, a Companhia de Jesus em Moçambique estava circunscrita na chamada Missão da Zambézia. A partir de então passou a vice província para terminar na região.

Pelo decreto de 3 de Dezembro, exarado pelo Prepósito Geral, Pe. Pedro Arrupe y Gondra-1907-1991[160], passou-se para Vice-Província de Moçambique, designação que entrou em vigor a partir do natal, tendo como primeiro superior o padre Joaquim de Abranches. A mudança de nome visava enquadrar a Companhia no contexto que se avizinhava. Zambézia era uma realidade deslocada, e o Concílio Vaticano Segundo tinha incentivado, entre as suas deliberações, o papel da Igreja Local.

> Quando eram passados 25 anos da restauração Padre Geral, Pedro Arrupe elevou a Missão da Zambézia a Vice-Província dependente de Portugal. Nesta altura havia 69 Jesuítas (32 padres, 19 irmãos e 18 escolásticos. Tinham como colaboradores 119 professores leigos formados na Missão de Boroma e 132 catequistas. Possuíram uma Escola de Formação de Professores em Bormoa, uma residência universitária em Lourenço Marques, várias paróquias e residências, estações missionárias e internatos onde recebiam educação cerca de 12 mil alunos e alunas. A igreja em Moçambique havia crescido pois contava com 190 paróquias e missões, 4343 escolas e postos, 28 colégios, 530 sacerdotes, 178 irmãos e 1158 religiosas[161].

Em 1993, um novo decreto, dessa vez pelo padre Peter Hans-Kolvenbach[162], punha termo a Vice Província de Moçambique para inaugurar a Região Moçambicana da Companhia de Jesus, com o padre José Augusto Alves de Sousa como seu primeiro regional. Nesta altura, Moçambique era a única área, dentro do Governo da Companhia, com denominação de Vice-Província. Segundo Sousa (2013) «a mudança destinava-se à normalização do que acontecera pelo mundo[163]». Apresentemos, de seguida, o quadro geral dos locais por onde passaram os jesuítas, nestes três subperíodos do quarto Período, em Moçambique. A informação cronológica poderá ser conferida, pormenorizadamente, nos apêndices.

1. Missão de S. Francisco Xavier – Lifidzi
2. Paróquia de Chabualo
3. Missão de São José de Boroma
4. Missão de Nª Sª da Conceição de Marara

---

[160] Sobre Arrupe, cfr. em http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Arrupe.
[161] Gomes, Francisco Sampaio, *Moçambique, Uma Jovem Missão com 330 anos de existência, in* Anuário da Companhia de Jesus em Portugal, 1990, PPCJ, Lisboa, 1990:40
[162] Nasceu nos Países Baixos, a 30 de Novembro de 1928. Foi eleito Superior Geral da Companhia em 1983 e renunciou ao cargo em 2008.
[163] Pe. José Augusto Alves de Sousa, Covilhã, 6 de Janeiro de 2013, entrevista com o autor.

5. Missão do Imaculado Coração de Maria da Fonte Boa
6. Missão de São Miguel do Chiritse, Macanga
7. Estação Missionária de Furancungo
8. Missão de Cristo Rei da Mpenha
9. A Estação Missionária Cristo Rei (Bela Vista)
10. Missão de Santo Inácio de Msaladzi
11. Paróquia de Nª Sª das Graças de Vila Coutinho –Ulónguè
12. A Estação Missionária da Banga
13. Missão de Nª Sª da Conceição do Zóbue
14. Paróquia de S. Tiago Maior da Catedral de Tete
15. Missão de São Pedro Claver do Domue
16. Paróquia dos Santos Mártires do Uganda – Matundo
17. Paróquia de São João Baptista do Moatize
18. Paróquia de Nª Sª de Fátima- Beira
19. Paróquia de São João Baptista de Matacuane,
20. Missão de São Benedito da Manga, Beira
21. Paróquia de Cristo Rei da Gorongosa
22. Mafambisse e 1988 Paróquia de Nª Sª da Conceição de Nhamatanda
23. Missão da Diocese de Vila Cabral (Lichinga)
24. Paróquia do Nª Sª Lavramento Quelimane
25. A Presença Jesuíta em Lourenço Marque (Maputo)
26. Residência Stº. Inácio
27. Paróquia de Nossa Senhora do Amparo da Matola
28. Paróquia de São Baptista do Fomento – Matola
29. Paróquia de São Gabriel da Matola
30. Paróquia Santa Ana – Ganya – Malawi, 1989-1993
31. Presença de Jesuítas em Salisbury (Harare) Zimbabwe.

Nem todas as missões seguirão o mesmo esquema de descrição. Tal se deve a limitação do material disponível para o efeito conjugando com o tempo. Das 16 missões identificadas, serão descritas apenas nove e destas, poucas terão uma descrição mais detalhada conforme as suas especificidades. Trata-se das Missões de Lifidzi, Boroma, Marara e Fonte Boa. Pelo papel desempenhado na disseminação da cristandade e por fazerem parte do núcleo central da missionação neste quarto período, estas Missões tiveram a particularidade de conservar a documentação que permite o seu estudo.

No levantamento dos nomes de missionários residentes em diferentes missões, conforme reportamos nos apêndices, não incluímos os de certas comunidades, como Tete, Beira (concretamente do Noviciado e Centro Kamtedza). Tal deveu-se ao escasso tempo que tivemos para o fazer e a falta de fontes. Requeria a nossa deslocação ao local, coisa que não pudemos fazer durante o período do levantamento de dados porque não se afigurava pertinente e era dispendioso em termos de custos. Tratando-se de um estudo inacabado, pensamos em prosseguir com o levantamento sempre que o material para o efeito se revelar.

Quadro 5. Cronologia da fundação de Missões e Paróquias Jesuíticas no 4º Período

0	Nr de Missões	Nr. Estações Missionárias	Nr de Paróquias	TT	*Nome de Missão ou Paróquia*	Ano da ocupação	Até	Duração em anos
1					*As Missões e Paróquias Jesuítas em Tete*			
				1	*Missão de S. Francisco Xavier – Lifidzi*	1941	2011	70
				2	*Paróquia de Chabualo*			0
				3	*Missão de São José de Boroma*	1943	1966	23
				4	*Missão de Nª Sª da Conceição de Marara*	1947	1964	17
				5	*Missão do Imaculado Coração de Maria da Fonte Boa*	1945	2011	66
				6	*A Estação Missionária da Banga*	1966	1971	5
				7	*Missão de São Miguel do Chiritse, Macanga*	1957	1975	18
				8	*Estação Missionária de Furancungo*	1957		0
	9	4	5	9	*Missão de Cristo Rei da Mpenha*	1963	2011	48
				10	*A Estação Missionária Cristo Rei (Bela Vista)*	1963	1973	10
				11	*Missão de Santo Inácio de Msaladzi*	1965	2011	46
				12	*Paróquia de Nª Sª das Graças de Vila Coutinho – Ulongue*	1965	2011	46
				13	*Missão de Nª Sª da Conceição do Zóbue*	1966	1976	10
				14	*Paróquia de S. Tiago Maior da Catedral de Tete*	1970	2011	41
				15	*Missão de São Pedro Claver do Domue, Angónia*	1973	2011	38
				16	*Paróquia dos Santos Mártires do Uganda – Matundo*	1973	2011	38
				17	*Paróquia de São João Baptista do Moatize*	1974		-1974
2					*As Missões e Paróquias de Sofala*			
				1	*Paróquia de Nª Sª de Fátima- Beira*	1952	1963	11
				2	*Paróquia de São João Baptista de Matacuane, Beira*	1963	2011	48
	1		4	3	*Missão de São Benedito da Manga, Beira*	1972	1979	7
				4	*Paróquia de Cristo Rei da Gorongosa*	1979		-1979
				5	*Paróquia de Nª Sª da Conceição de Nhamatanda*	1988		-1988
3					*A Presença dos Jesuítas na Vila Cabral (Niassa)*			
				1	*Missão da Diocese de Vila Cabral (Lichinga)*	1972	2004	32
4					*As Presença Jesuíta na Zambézia*			
			1	1	*Paróquia do Nª Sª Lavramento Quelimane*	1963	1978	15
5					*A Presença Jesuíta em Lourenço Marque (Maputo)*			
				1	*Paróquia de Nossa Senhora do Amparo da Matola*	1979		
			3	2	*Paróquia de São Baptista do Fomento – Matola*	1982	2011	29
				3	*Paróquia de São Gabriel da Matola*	1982		
6					*Presença de Jesuítas no Malawi*			
			1	1	*Paróquia Santa Ana – Ganya – Malawi, 1989-1993*	1989	1993	4
7					*Presença de Jesuítas em Salisbury (Harare) Zimbabwe)*			
			1	1		1963	1965	2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos catálogos e Anuários da Igreja Católica em Moçambique.

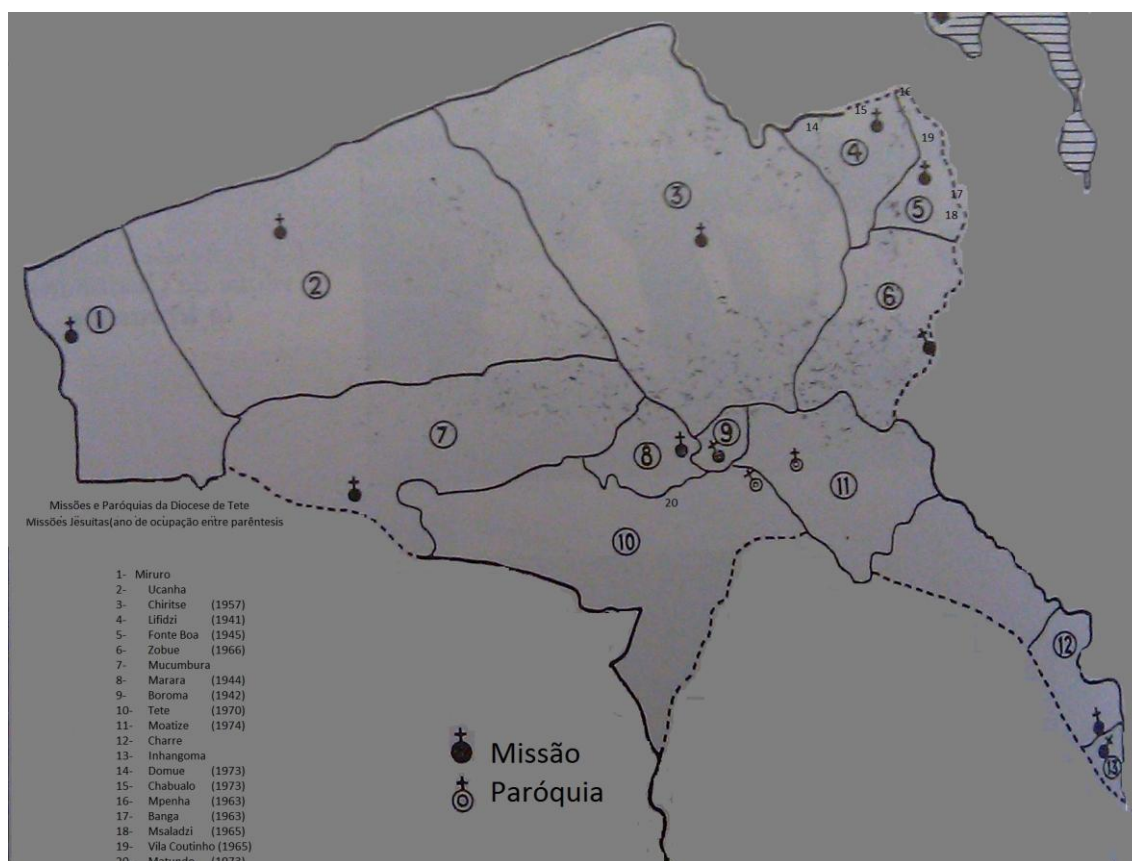
CAPÍTULO I

2.1. As Missões e Paróquias da Região de Tete

Precisamos de formar bem a mulher indígena, se queremos ter cristandades sólidas com vida de família verdadeiramente cristã.

José Manuel Teixeira, SJ.

Durante a vigência da Missão da Zambézia (1941-1966), a Diocese de Tete tinha escassos meios de comunicação, numa área de 100.714 km^2 com vias de acesso quase intransitáveis no tempo chuvoso. Duas décadas depois da Concordata Missionária, o distrito tinha cerca de 474.024 habitantes e o catolicismo era ministrado por três corporações missionárias masculinas: Padres de Burgos com uma paróquia, uma paróquia-Missão e quatro missões; Padres Brancos com três missões e o Seminário Interdiocesano e os Jesuítas com cinco missões. Havia quatro congregações femininas: S. José de Cluny, Filhas do Calvário, Mercedárias e Divina Pastora. O total dos padres era de quarenta e seis, com 19 irmãos religiosos, 48 irmãs religiosas e 7 escolásticos[164].

Mapa 3: A diocese de Tete, durante a vigência da Concordata Missionária

(Fonte: Adaptado pelo autor, cfr. Revista *Missões*, 1956, p. 10)

[164] Borges, José, S.J. (coord.). *Primeiro Relatório da Diocese de Tete*. *Missões*, Lisboa, 1963:36

Em 1963, o *Relatório da Diocese de Tete* mostra que na instrução, o Seminário Interdiocesano tinha 63 alunos do ensino primário e 86 do secundário; o Colégio de Tete com 128 alunos do ensino primário e 117 do secundário; 204 escolas de adaptação onde trabalhavam professores nativos formados em Boroma e Dondo leccionando um total 19.148 alunos que deviam transitar para o ensino primário ou para escolas de artes e ofícios; 665 alunos frequentavam o ensino primário; 808 aprendiam a carpintaria, agricultura, costura, lavouras; 1.043 rapazes e raparigas frequentavam 17 internatos e na Escola de Boroma estava em monta uma rádio escolar. Os 10 dispensários e as 6 maternidades tinham atendido 48132 doentes.

Apesar de a instrução ter sido boa, ela trouxe problemas próprios das implicações da massa formada. Reportado em todas as missões o enquadramento das raparigas e dos rapazes que concluíam a limitada formação nelas exigia soluções imediatas, uma vez que o regresso deles a casa e sem trabalho ou sem dar continuidade aos estudos eravisto como perda de tempo, para os pais que julgavam possível viver sem habilidades escolares. Os padres sempre reportaram os problemas com frequência apontando que,

> Aqui neste distrito, o problema é agudíssimo e pede uma solução imediata por estar entre os territórios em caminho rápido de independência, e para mais extraordinariamente atrasado e sem actividade alguma, onde estes jovens que frequentam o ensino primário, e que já são algumas centenas. Quantos dos nossos rapazes, logo após os exames, vão procurar emprego além-fronteiras, precisamente quando mais precisam de formação e assistência, nem preciso de lembrar o perigo que isto representa[165].

Este problema também era notório para os indivíduos que eram formados, desde os professores passando para aqueles formados nas escolas de artes e ofícios. A própria formação criou uma dificuldade, devido ao aumento de gente formada e com pouco salário e a presença de melhores empregadores nos territórios vizinhos, um problema que merecia uma maior atenção e que era constantemente reportado.

2.1.1. Missão de São Francisco Xavier – Lifidzi

> *Considero indispensável a formação de um clero indígena que resistirá mais facilmente àquele clima mortífero.*
>
> Henri Hiller, SJ.

Tem uma superfície de 2.800 Km e uma população de 157.000, os católicos representavam 47,7%, em 2009, isto é, 75.000, assistidos por dois sacerdotes e 450 catequistas, com a Legião de Maria como o principal movimento laico. Embora a Missão de Lifidzi apareça como fundada a 2 de Janeiro de 1909, o projecto remonta a 1889. A 8 de Agosto daquele ano, o Governo de Tete, confrontado com a vasta área por se implantar, concedera um subsídio à Missão de Boroma no sentido de se expandir para lá ao Norte. Conforme o compromisso, devia haver duas missões, uma em Kafuque e outra na Macanga[2].

Cipriano Caetano Pereira, influente de Macanga já tinha dado um terreno ao padre Victor Courtois, em 1885. Depois que o padre Juliano Marleau foi ver, deve não ter gostado pelo que foi subindo acima, tendo gostado de Angónia, mas sem nunca se decidir. Os motivos deste repúdio parecem estar relacionados com o tipo de homem cruel que era o Cipriano que vivia uma como gentio. Lobato traça-nos a linhagem dos Pereiras nestes termos:

[165] Anuário Católico de Moçambique, 2008.

> Na década de 1820, Pedro Caetano Pereira era capitão de ordenanças encarregado das relações entre a coroa portuguesa e o Muata Cazembe. Nessa época, a dinastia dos Pereiras compreendia um Pedro Caetano Pereira, «o Vitorioso», regente da Macanga, irmão do capitão-mor dos sertões, Manuel Caetano Pereira, o Chissaca, que habitava mais para leste, em território dos Cheuas, isto é entre a serra da Maxinga e o Luângua, vivendo, segundo opinava Cirne e Castro em 1830, como um cafre. Em 1876 o clã era chefiado por Cipriano Caetano Pereira, o *Kankhuni* ou *Sakasaka*, conhecido por ter multiplicado os sacrifícios humanos nos seus estados. Em 1891, o explorador e aventureiro alemão Carl Wiese traça o percurso da dinastia à frente do reino da Macanga, na margem norte do Zambeze, que tinha o seu santuário na Macanga-a-Velha, onde estava situado o jazigo da família. Devido aos cargos de capitães-mores de que estavam investidos desde fins do século XVIII, as suas acções predadoras haviam gerado inimizades e trazido perdas à coroa e aos moradores portugueses. Em 1885, o missionário francês Victor Courtois, conhecido fundador da Missão de Boroma, deslocou-se pessoalmente à Macanga para baptizar dezassete filhos de *Kankhuni*, visita que repetiu em 1891 aquando do nascimento de um novo membro da família[166].

Em 3 de Dezembro de 1887, no dia de Xavier, o padre Henri Hiller retomou o lugar escolhido pelo padre Marleau. Formulou o pedido ao Governador Bettencourt. Dez dias depois, o Governador de Tete respondia, carinhosamente: «pode V. Rev. implicitamente contar com a melhor boa vontade da parte deste Governo em auxiliar o desenvolvimento da Missão e que, desde já, lhe asseguro todas as possíveis facilidades para o terreno necessário na Angónia[167]». Justifica-se o porquê de a Missão ter Francisco Xavier por padroeiro. Em 25 de Fevereiro de 1901 votou a escrever ao Governo de sua majestade:

> Considero indispensável a formação de um clero indígena que resistirá mais facilmente àquele clima mortífero. Alguns governadores da província de Moçambique tem feito já tentativas desde 1859 de abrir em Moçambique um seminário para missionários e auxiliares indígenas mas estes não deram resultado por falta de fundos e de pessoal competente. Penso que seja mais conveniente por enquanto forma-los aqui (em Portugal). O governo não gastará muito com essa formação, só a despesa da viagem, ida e volta em terceira classe[168].

A 14 de Outubro de 1908, o padre João Baptista Gonçalves notara ter concluído com a oficialização da Missão, pelo que podiam ir residir os primeiros padres: Henry Simon e Bernardino da Costa Araújo. A Missão consta do detalhado mapa do Governador (1908-1909), Fernando Augusto da Silva Pimenta[169]. Nele, são apresentados detalhes sobre abastecimento de água, bancos, mineração, agricultura, pecuária, construção de estradas, linhas de telégrafo, recrutamento militar, dados meteorológicos, fontes de renda, missões, publicações, importações e exportações, transporte, fabricação, prisões, hospitais e população, estradas existentes, em construção, planificadas, linhas de telégrafos.

Isto era em obediência a lei em harmonia com a portaria provincial n.º 326, de 21 de Maio de 1907 que exigia administradores coloniais ao relatório detalhadamente sobre a situação económica e social do seu território e sugerir melhorias na administração, infra-estrutura e obras públicas. São informações valiosas sobre o estado das colônias portuguesas após a partilha de África[170].

---

[166] Lobato, Manuel. *Reis vassalos, reis conversos e homens de poder. Formas de construção de uma identidade nobiliárquica no império português (séculos XV-XIX)*, in M. J. Rodrigues (ed.), Actas do Cong. Int. Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Edição digital, Lisboa, IICT, 2011:11-12.

[167] Francisco Augusto da Cruz Correia, S.J. *O método missionário dos Jesuítas em Moçambique de 1881 a 1910*: um contributo para a história da missão da Zambézia, Livraria A.I., 1992:308

[168] Lima, Joaquim da Costa. *A acção missionária dos jesuítas portugueses:* conferência, com projecções, realizada no I Congresso missionário nacional de Barcelos, Porto, 1931:86

[169] Pimenta, Fernando Augusto da Silva. Relatório do Governador 1908-1909: Districto de Tete / Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1909.

[170]http://porbase.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=136F56591M890.136357&menu#focus

2.1.1.1. Interações entre os missionários e as populações locais

Avaliada a realidade local de Lifidzi, definiram-se as partes essenciais por atacar a começar pela elaboração do catecismo, apresentado, no ano seguinte, ao Ministro das Colónias em visita à Missão. Havia três tipos de catecúmenos: de urgência, simples e aprovados. Os de urgência eram aqueles que não podiam ter demora devido a idade, doença matrimónio (no caso de já haver gravidez) e por outros motivos especiais, como a partida do homem ao estrangeiro. Os catecúmenos simples eram, regra geral, crianças a frequentarem a escola com a obrigação de, no mínimo, completarem um ano de preparação; os catecúmenos aprovados eram todos aqueles que, saindo dos catecúmenos simples, aprovavam ao exame de orações orientado pelo missionário. Tinham o direito de receber uma *medalha de catecúmenos* sobre à qual recaía o dever de seu uso em momentos principais do dia: ao acordar, ao deitar-se, ao tomar refeições, ao viajar.

Razões políticas e sociais, económicas e culturais pesaram na decisão da escolha de Lifidzi como ponto de Partida no quarto período. Diz-nos José Bernardo Gonçalves: «os angónis são um povo sequioso de verdade, de ciência. Cheios de recursos e desejosos de se valorizarem. Depois, com a sede de Deus. Dóceis. Veja que – e isso representa uma lacuna, com que é preciso acabar – emigram para território inglês à busca de instrução. Nós esperamos neles[171]». É mais claro que entre os principais objectivos que nortearam os jesuítas a iniciarem o seu trabalho em Lifidzi figurava os seguintes:

- Fazer face a infiltração dos protestantes que ameaçavam, à luz dos Acordos de Berlim, os interesses de Portugal na Niassalândia.
- Garantir os limites do território português que eram evangelizados pelos missionários católicos vindos da Niassalândia
- Impedir a migração da juventude para a Niassalândia em busca de emprego
- Alfabetizar a população indígena de modo a impedi-la de ir-se alfabetizar no território Inglês.
- Aportuguesar a população local por meio do ensino, da religião e da instrução
- Combater as práticas locais substituindo-lhes com os valores cristãs.

Ao pessoal exíguo se juntaram os catequistas, *gurupas* e professores, recrutados entre a população e submetidos à instrução intensiva. Deste recrutamento de colaboradores surgiu o problema. Se no começo bastavam as refeições oferecidas aos colaboradores na residência dos missionários para servirem de incentivo no trabalho pastoral, o aumento de colaboradores e a redução de convites criou uma consciência de revolta e sentimento de exploração. O padre Serreira pergunta ao padre Mata: «Sozinhos, os brancos, não podemos, precisamos da colaboração deles; de graça? Com salários de miséria? Bem prega Frei Tomás…mas eles não entendem.. e eu também não entendo… cala-te boca»[172].

Os catequistas, professores e *gurupas*, embora com funções similares, diferiam. Os últimos eram escolhidos pelos próprios cristãos entre aqueles mais exemplares e serviam de intermediário entre o missionário e a comunidade, dirigindo as liturgias dominicais na ausência deste e podendo receber ordens do catequista. Os catequistas recebiam instruções mais directas do missionário e visitavam várias comunidades sob os *gurupas* transmitindo orientações. Os professores, que também podiam ser catequistas, leccionavam nas escolas.

[171] SERRAS, Alípio, *Missão Jesuítica da Zambézia*, in AAVV. *CORTESÃO, Armando Zuzarte.* BGC. Nº 197, Lisboa, AGC, Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos) Lda. Nov. 1941:100-103.
[172] Serreira, Raúl, Carta ao Padre Fernando B. da Mata, Boroma, 28 de Maio de 1958, in APPCJ:515

O contacto entre os missionários com as mulheres foi feito de forma indirecta, isto é, por meio de irmãs. Para o efeito, o padre José Bernardo Gonçalves fez um pedido às Irmãs de São José de Cluny que enviassem freiras. Chegaram no dia 6 de Janeiro de 1943: «Madre Catarina do Bom Pastor Barroso, Irmã Vitória, Irmã Rosa do Coração de Maria Ormonde, Irmã Maria Betânia Vieira, Irmã Maria do Bom Conselho Peixoto. Depois outras se lhes seguiram: Irmã Jacinta Manuel Bwanga, Irmã Estanislau Faria, Irmã Inês Ornelas…[173]».

O número de cristãos foi aumentando e com ele o dos alunos. Até 1958, havia 22.000 cristãos, assistidos por 40 catequistas. Estes faziam um retiro anual com os alunos, que durava 3 dias (tríduo) onde lhes era exigido o recolhimento e silêncio. A seguir a este retiro, havia outro para os professores que se juntavam dos das missões mais próximas. Os Padres passavam cinco dias fora da Missão, pelas comunidades, baptizando, evangelizando e confortando os enfermos. Aos sábados voltavam à Missão para as missas de Domingo.

2.1.1.2. Presença e intervenção das acções missionárias

A grande obra realizada foi a construção da Igreja «*Akufa Adzauka*» que na língua local significa «os mortos ressuscitarão» inaugurada a 7 de Dezembro de 1959, por D. Sebastião Soares de Resende. Entretanto, a Igreja já estava em uso, como atestam as palavras do padre José Manuel Teixeira, no ano anterior: «tivemos três missas: uma à meia-noite, que de todas foi a menos concorrida, talvez por causa da chuva. Mas às outras duas, - tanto à das 7 horas, como sobretudo à das 10 horas, - acudiu tanta gente que a nova igreja, - verdadeira catedral, - por mais extensa que pareça tornou-se ainda bem pequena[174]». Importa referir que o lançamento da primeira pedra foi feito a 24 de Junho de 1952 e contou com a presença de D. Sebastião que benzeu solenemente o terreno[175].

Foto 1: Igreja de Lifidzi em construção, 1956

[173] Sousa, José Augusto Alves de. *Os Jesuítas em Moçambique*, 1541-1991: no cinquentenário do 4º. período da nossa missão, Livraria A.I., 1991:127

[174] José Manuel Teixeira, Carta de 9-03-1958, in APPCJ:512

[175] Cfr. Ecos da Província de Portugal, Agosto/1952:66

Nesta altura, já se encontrava pronta a residência (inaugurada em 24 de Maio de 1953) que contou com apoio do mestre auxiliar, Sr. José Alho que tinha levado para la toda a família: mulher e três filhos. A escolha do ano, isto é, 1952 foi motivada pelo quarto centenário do padroeiro, Francisco Xavier. Também pelo mesmo motivo, procedeu-se a inauguração da maternidade local, construída de raiz, sob orientação do mesmo mestre.

Além disso, a construção contemplou uma residência para os padres, outra para as irmãs, dois internatos, uma maternidade, um campo de eucaliptos e uma grande herdade agrícola, um moinho e uma serralharia mecânica. Por iniciativa do padre Manuel Lopes, foi desenhado o projecto para construção de um internato para as raparigas porque já eram assediadas ao longo do caminho, conforme as queixas das comunidades. Um dos casos que ficou mais famoso foi o de uma moça chamada Nasibeko, que ao se defender do violador foi morta e devorados pelas feras. Coube ao padre Faustino Rodrigues erguer o internato que, além de aliviar as meninas das perseguições a que eram vítimas, as acomodava livrando-lhes do peso dos trabalhos domésticos a que eram subjugadas em casa e incutir nela os princípios cristãos.

Para fazer face a vários pedidos de vagas feitos pelas comunidades circunvizinhas à Missão as irmãs tinham adoptado um esquema inédito de internamento das raparigas. 90 raparigas das comunidades mais distantes viviam no internato, saindo para as suas comunidades uma vez a outra enquanto 300 raparigas passaram a dormir na Missão. Pelas manhãs rezavam e, estudavam até às 10 horas e voltavam para as comunidades onde passavam as refeições. Isto ajudou a diminuir os encargos e a reduzir os conflitos nas comunidades pela aquisição de vagas ao mesmo tempo que incentivou as famílias reticentes a enviarem a rapariga à escola, visto que o seu trabalho era sempre presente. Como notou Teixeira:

> Precisamos de formar bem a mulher indígena, se queremos ter cristandades sólidas com vida de família verdadeiramente cristã». É que os homens, nestas terras, mal param em casa. Boa parte deles anda quase sempre por fora, quer em contratos de trabalho, quer em vadiagem pelas Rodésias e África do Sul. Encontramos povoações por aqui onde o número desses vadios deverá chegar a um terço, ou mais. E por vezes nem se lembram de ajudar a mulher, nem os filhos, se os têm!... É uma pena, e é um grande obstáculo para a formação cristã das famílias[176].

A primeira dificuldade foi a falta de pessoal. O falecimento do padre José Manuel Teixeira, em 1959, criou um vazio, até a chegada de mais reforços. O padre Fernando Bernardo da Mata fala da chegada do padre Luís Ferreira da Silva que «ajudou a dizer-se mais uma missa fora aos domingos, como Kalio, Nseula, Chabualo». Como se disse, a falta do pessoal combatia-se com a colaboração dos catequistas, *gurupas* e professores, além das irmãs. A falta de meios de transporte para visitar as comunidades era outra dificuldade com que se deparavam. A falta de estradas nos primeiros anos impedia a circulação de viaturas pelo que o uso de moto tornou-se usual.

Com a abertura de vias de acesso vieram os carros e por serem poucos, os sacerdotes usavam o mesmo carro, deixando um ao caminho e outro indo para o local mais distante para, ao fim do dia, fazer a recolha. Por exemplo, do mesmo carro seguiam para Chabualo, depois para Calio. Além de uma preocupação dos próprios missionários, esta falta de meio de transporte os impedia de levar os doentes, fazer visitas e mesmo prestar atenção aquelas pessoas que apareciam à última hora. Já em vésperas da Guerra Colonial, a Missão contava com 30 mil cristãos, seis missionários e sete irmãs. Havia dois internatos, algumas Associações da Acção Católicas (AAC), 90 escolas com 53 professores e 5 mil alunos, um Hospital e uma maternidade. Em 1958, a Missão foi sacudida por uma seca. Quando se

[176] José Manuel Teixeira, Carta de 9-03-1958, in APPCJ:513

esperava que a colheita fosse abundante, a chuva não caiu em todo o mês de Março pelo que «perdeu-se boa parte da safra de milho que é toda a riqueza desta gente. Salvaram-se as baixas, por serem mais frescas[177]». Enquanto isto Boroma enfrentava por cheias. Em matéria de ensino, Lifidzi apresentava problemas diversos. Eis o relato do Padre Mata:

> O problema escolar continua a ser agudo nestas terras: falta de interesse dos pais, falta de professores capazes, falta de edifícios aptos. Muito se tem trabalhado pelas escolas, mas os frutos não têm correspondido cabalmente aos esforços despendidos. As autoridades até aqui muito pouco, ou nada mesmo, se importavam com o problema escolar; agora começam a interessar-se mas para falsear o aspecto da questão, acusando as Missões de ineptas para o ensino e de que não puseram esta gente a falar português[178].

A Missão de Lifidzi conheceu o seu abandono em 1979, a mando do Partido Governante. Até a esta data os padres já não residiam na Missão desde Julho do ano anterior e os últimos foram Domingos Isaac Mlauzi e Manuel Gama. O padre José Belarmino de Araújo reconhece quão era difícil a vida nos últimos dois anos. Refere-se à introdução de meninas na residência dos padres, como forma de força-los a sairem. Fala de reuniões marcadas para três horas de madrugada e, o mesmo acontecimento que se deu em Macuti, na Beira e que serviu para incriminar os Padres Fernando Mendes e Joaquim Teles Sampaio, tem lugar aqui.

Em Novembro de 1971 Fernando e Joaquim souberam, por dois missionários espanhóis, do massacre de Mucumbura, na província de Tete. As tropas portuguesas incendiaram e metralharam as casas (palhotas) dos negros e mataram dezenas de crianças, mulheres e idosos. Sabendo disso, os dois sacerdotes fizeram uma denúncia numa homilia – na Paróquia do Coração de Jesus do Macúti, na Beira". Era o continuar dos massacres havidos em Wiriamo, em 1972, cujo relato foi feito pelos padres Tete nestes termos:

> Uma mulher chamada Vaina foi convidada a pôr-se de pé. Ela levantou-se com o seu filhinho Xanu ao colo, uma criança de 9 meses. A mulher caiu varada por uma bala. A criança desenvencilhou-se e sentou-se ao lado da morta. Chorava desesperadamente sem que ninguém lhe pudesse valer. Um soldado avançou para a fazer calar. – Que desilusão! – Sob o olhar atonico do povo reunido, o soldado agrediu a criança com um forte pontapé, esfacelando-lhe a cabeça. «Cala-te, cão!» - concluiu ele. A criança prostrada já não chorou mais. Estava morta. Voltou o soldado com a bota ensanguentada. Os companheiros acolheram o efeito com uma salva de palmas. «Muito bem!» - gritaram-lhe eles.- «És um valentão!». Foi o início de um futebol macabro. Os companheiros seguiram-lhe o exemplo. Assim como esta, morreram várias outras crianças cruelmente agredidas a pontapé pela soldadesca. Acompanhavam os soldados alguns agentes da DGS, que também estavam a actuar na matança. Um deles, de nome Chico Kachavi, que parecia ser o chefe do grupo, antes de matar, às vezes, começava por agredir as suas vítimas a murros até prostrá-las, exaustas. Então é que disparava o «tiro de misericórdia» sobre os desgraçados.

Oito dias depois da missa havia uma cerimónia de escuteiros, uma promessa dos lobitos, mas a maior solenidade centrava-se na magna reunião de todos os movimentos católicos da paróquia. O padre Fernando, então assistente religioso dos escuteiros, impediu que a bandeira nacional entrasse no templo, porque para muitos a bandeira era símbolo de ocupação. Foi este episódio que veio a desenrolar todo o processo, montado para difamar e condenar os padres. Estavam longe, em Vila Perry, a mais de uma centena de quilómetros da Beira, num encontro religioso. Foi lá que foram presos pela PIDE[179].

---

[177] José Manuel Teixeira, Carta de 9-03-1958, in APPCJ:513
[178] Padre Fernando Baptista da Mata, Ecos da Província, Fevereiro de 1964:16
[179] A justiça dos padres Correio da Manhã, 16 de Outubro de 2011

Em 22 de Março de 1972 teve lugar uma reunião da CEM na qual estiveram presentes todos os bispos, o Núncio Apostólico e Mons. Justo Mullor. Falou-se da delicadeza das relações entre a Igreja e o Estado, da guerra colonial, dos missionários que se encontravam detidos, um encontro tumultuoso mas em que todos tiveram ocasião de expressar livremente o que pensavam[180]. Em Lifidzi, o Padre Domingos Isaac, em plena Missa, foi obrigado interrompe-la, para dar lugar as cerimónias do hastear da Bandeira.

O padre não resistiu e disse que não havia problema, mandou os cristão para atenderem ao pedido e ele meteu-se no carro para a paróquia de Chabualo. Segundo informações facultadas pelo Padre Sousa e confirmadas pelo Padre José Belarmiro, na altura companheiro de residência, o Padre Domingos Isaac Mlauzi foi acusado de recusar astear a bandeira em Lifidzi. Queriam o carro, mas ele fugiu para Chabualo de onde foi intimado a apresentar-se as autoridades porque «havia uma pequena questão por tratar». Chegado a Tete foi conduzido à prisão juntamente com o Padre David Ferreira.

O padre David Ferreira da Silva recebeu ordens de expulsão enquanto o primeiro fui encaminhado para os campos de reeducação, no Niassa. Chegou a Majune e o guarda prisional que conhecia o padre disse-lhe que aquela prisão era para presos políticos pelo que não devia estar ali. Para o Ir. Albano Agulha, «a Igreja tinha sido transformada em Centro Cultural até que a Graça Machel veio». O desmembramento de Lifidzi deu origem a Domwe e Chabualo como pontos de referência e a nacionalização, em vez de fazer com que os padres desistissem, fê-los espandirem-se cada vez mais, cobrindo áreas longinquas como Chide e Jale e tendo nova residência em Chapotera, construída a 1 km de distância da Missão.

2.1.1.3. Os Assassinos de Chapotera

Chapotera e Chabualo responderiam pelas comunidades do norte, junto à fronteira com o Malawi enquanto Domwe, para onde tinham seguido o padre José Belarmino de Araújo e Irmãos António Pérez Costa e Silvério Guirione, estaria para as comunidades do interior até a zona da Macanga. Importa salientar quea construção da residência de Chapotera foi orientada pelo Ir. Silvério Guirione, tendo sido residentes: Pe. Joaquim Barata e Ir. José Lima; Pe. Sílvio Moreira e Pe. João de Deus Kamtedza, estes dois últimos ali sucumbiram assassinados.

O padre Belarmino justifica a sua recusa e não deixa de recordar que havia consehado ao Kamtedza: «era muito isolado, muito perigoso para viver e sempre chamei atenção aos companheiros[181]». Quando a Missão de Lifidzi foi tornada propriedade estatal os padres procuraram viver dispersos. Esta estratégia poupou muitos deles dos assassinatos. Foi no centenário da Missão de Boroma que os padres João de Deus Kamtedza, primeiro africano como sacerdote jesuíta e primeiro sacerdote religioso da sua diocese e Sílvio Moreira morreram assassinados[182]. Acompanhemos longamente o desenrolar dos acontecimentos:

> Na noite do dia 4 do corrente mês de Novembro (1985), fomos sobressaltados por um telefonema do Malawi, comunicando que os Padres João de Deus e Sílvio Morreira haviam sido assassinados em Chapotera, actual sede da Missão de Lifidzi. Na manhã seguinte, a notícia era confirmada por telex,

---

[180] Costa, Ernesto Gonçalves, *A obra missionária em Moçambique e o poder político*: Maputo, Editorial Franciscana, 1996:99-101
[181] Entrevista com o autor, Lisboa, 4 de Janeiro de 2011
[182] Cfr. César Cavaleiro, in Anuário da Companhia de Jesus em Portugal, PPCJ, Lisboa, 1987:13

enviado do Maputo pelo padre Abílio Gonçalves. Segundo os elementos de que dispomos neste momento, os trágicos acontecimentos ter-se-iam desenrolado da seguinte forma: 30 de Outubro: os cristãos notam a ausência dos dois padres durante todo o dia. 31 de Outubro: continuam a assinalar a sua ausência. 1 de Novembro: apreensivos com o que lhes poderia ter acontecido, dada a comunidade a noticia em toda a zona de Angónia, avisam o sucedido os Padres António Reis e Joaquim Barata que vivem a 30 km na Vila Ulónguè. Convencem-se que teriam sido raptados como os outros ocorridos em Junho. 4 de Novembro: ao verem o mínimo de segurança os dois padres e o Irmão Simeão Santos vão a Chapotera, a fim de recolherem os corpos dos padres desaparecidos e o principal da casa.

Só então tomaram conhecimento do bárbaro assassinato dos Padres, com requintes de crueldade. Os corpos, já em estado de decomposição, haviam sido pouco antes descobertos a duzentos metros da casa, no meio de um tufo de árvores que constitui o cemitério da aldeia. Mais tarde: envolveram os corpos em lençóis e meteram-nos nos caixões. Estavam os dois de bruços e perto um do outro. Foram ambos chacinados a baioneta e à facada. O Padre João de Deus mostrava, além disso, sinais evidentes de duas balas que lhe entraram pelas costas e saíra pelo peito. Nessa mesma tarde, foram enterrados no cemitério da Vila Ulónguè, em talhão da Companhia de Jesus, junto dos padres Peixoto e Sarreira.

Perante esta realidade pode concluir-se que não chegou a haver rapto. Devem ter sido barbaramente assassinados perto de casa, na noite de 30 de Outubro. Quem os terá matado? Talvez nunca o possamos saber ao certo, apesar de prosseguirem as investigações. Viviam totalmente dedicados ao bem do povo sendo muito estimados por cristãos e pagãos. Através das suas últimas cartas vê-se claramente que eram conscientes do perigo que estavam a correr. Voluntariamente, tinha feito diante de Deus a opção de partilhar do sofrimento e da sorte daquele sacrificado povo[183].

Uma carta encomendada por um padre de Zomba (supomos ser o padre Domingos Isaac, pelo facto de o mesmo, na altura estar a trabalhar na Universidade Local) a um outro padre norte-americano, liga o assassinato dos dois padres a problemas políticos. E este último fizera-se acompanhar por um mecânico que fora para zona de Ntengo wa Mbalame com objectivo de conseguir motores da camiões ou tractores abandonados. A carta foi escrita a partir de Kabwazi a 1 de Novembro de 1989.

Consumaram-se, ontem, 4 anos inteiros desde que Kamtedza e Sílvio, estão ausentes do mundo dos vivos. No domingo passado, 29, tive a ocasião de ver lágrimas de pessoas adultas, numa das capelas, quando o gurupa pronunciou os referidos irmãos e recordei-me do nosso compromisso. Eu estou bem, o motorista mecânico também está bem e conseguimos algumas peças que certamente servirão. Quanto ao nosso compromisso, temos que volver agora os olhos para a Missão da Fonte Boa, que, apesar de ser recente possessão dos Jesuítas, tem uma elevada importância oferecendo condições para um maior questionamento sobre porquê e quem matou ou mandou matar os padres de Chapotera. Sobre quem matou ou mandou matar, o padre não terá a minha resposta mas tentarei dizer um pouco sobre o porquê. Em Lifidzi alguns apontaram dedo aos bandidos armados, dizendo que quiseram com isso incitar ódio das pessoas contra o governo e força-las a fugir. No passado mês de Julho, aproveitando do frio, fui até Chisoka, terra natal de Kamtedza e de lá não tive grande coisa, só há ruinas e as pessoas que aí trabalham as *mundas* [herdades agrícolas] recusam prestar informação aos brancos sobre este estranho mister, mas um homem de idade, com ar de chefe veio ao nosso encontro e após ouvir-nos apontou-nos o caminho da Fonte Boa, para irmos às aldeias onde era possível encontrar catequistas. Um pouco acima, a 7 Kms vemos Lidowo, uma aldeia comunal modelo que João de Deus Kamtedza parece ter condenado publicamente nas homilias.

As palavras de fiéis evidenciam uma relação causa efeito entre o silêncio das autoridades e a morte praticada em Chapotera. Dizem que quando a Missão da Fonte Boa foi nacionalizada, Kamtedza foi construir o Centro de Satemwa, outros 7 km abaixo, para quem vai a Vila Coutinho e aquilo era, a vista do regime, grande afronta, procura-se saber onde arranjaram tanto dinheiro, uma vez que outro fora congelado aquando das nacionalizações. Quando foi transferido para Lifidzi, onde igualmente a Missão fora nacionalizada, mandou construir outra residência, a de Chapotera, onde veio a ser barbaramente assassinado.

---

[183] Anuário da Companhia de Jesus em Portugal, PPCJ, Lisboa, 1987:57

> Percorri mais de 10 aldeias, entre elas Kachenya, Kalipale, Kaloga (Malawi), Chisoka, Manyanga, Banga, etc. o nome do sacerdote é simplesmente conhecido. O Padre sabia-se perseguido e já fora interpelado numa capela. Dias antes de morrer dissera, na missa, «recebi aviso para me calar, na pior hipótese ou exilar-me na melhor, mas o pastor não deve abandonar as suas ovelhas. Como não há diálogo entre o pastor e as ovelhas, as ovelhas não poderão saber nunca o quanto o pastor sofre por estar aqui a sentir os efeitos desta guerra sobre todo o pasto, embora o pastor consiga perceber as necessidades pertinentes das suas ovelhas. E a vossa necessidade é única, por enquanto – a paz»[184].

O conteúdo da carta lança luz para se saber as motivações do assassinato. Contudo, conforme a informação recebida no terreno, o Padre João de Deus Kamtedza condenava as violações a que as mulheres eram sujeitas pelos homens em luta. O problema era mais local do que nacional. Segundo a versão de algumas pessoas que chegaram primeiro ao local, havia fotografias do líder dos rebeldes para dar a entender que era obra deles. Todavia, as investigações levadas a cabo pela secreta, embora não reveladas, encontraram o mesmo tipo de imagens no carro do administrador. Poderiamos ser tentado que tal tratasse duma armação do próprio administrador.

Fomos até ao local de uma das pessoas apontadas como arquitecto da morte dos padres. Para as testemunhas dos factos, pesava uma acusação contra o motorista do Administrador Zacarias, residente na Madeya, de ter violado algumas mulheres, assassinando outras. Para uma das fontes que disse ter trabalhado para os padres como cozinheiro, o referido motorista, apercebendo-se que o assunto da violação havia chegado ao Padre, fez tudo para o eliminar. Infelizmente que pouco tempo depois, o motorista assassino acabou queimado numa emboscada. Segundo Cecilia[185], residente na Vila de Ulongué «o assassinato dos padres de Chapotera foi planificado na Madeia. Eu, pessoalmente encarreguei-me de ir avisar aos padres, quando soube, mas faltou-me guia de marcha. Quando fui aqui na paróquia para avisar o Padre Reis, ele não estava».

Domue e Chabualo foram assistidas a partir de Lifidzi, mas em determinado momento conheceram um protagonismo independente. A paróquia de São Paulo Apóstolo de Chabualo foi fundada em 1970. Entre 1979-83, teve único padre residente e substituiu a Missão de Lifidzi já nacionalizada. Em 2011 tinha uma população estimada em 55.000. 17.000 eram católicos, assistidos por 138 catequistas. Tinha como Movimentos Laicais a Legião de Maria e Infância Missionária. A Missão de S. Pedro Claver – Domwe foi fundada a 22 de Abril de 1973.

A sua superfície é de 6.500 Km^2 com uma população de 73.000, da qual 28.000 eram, em 2011, católicos assistidos por 325. Aqui estavam em execução obras de promoção por meio do Centro infantil e pelos Movimentos Laicais: Legião de Maria e Infância Missionária. Igualmente fazia-se o Apostolado Bíblico com alguns Cursos, retomando um sonho antigo. Em 1983 era intenção do então Bispo de Tete, D. Paulo Mandlate de fundar um Centro Catequético para três dioceses: Tete, Beira e Quelimane e colocou-se Pe. José Sousa à frente.

---

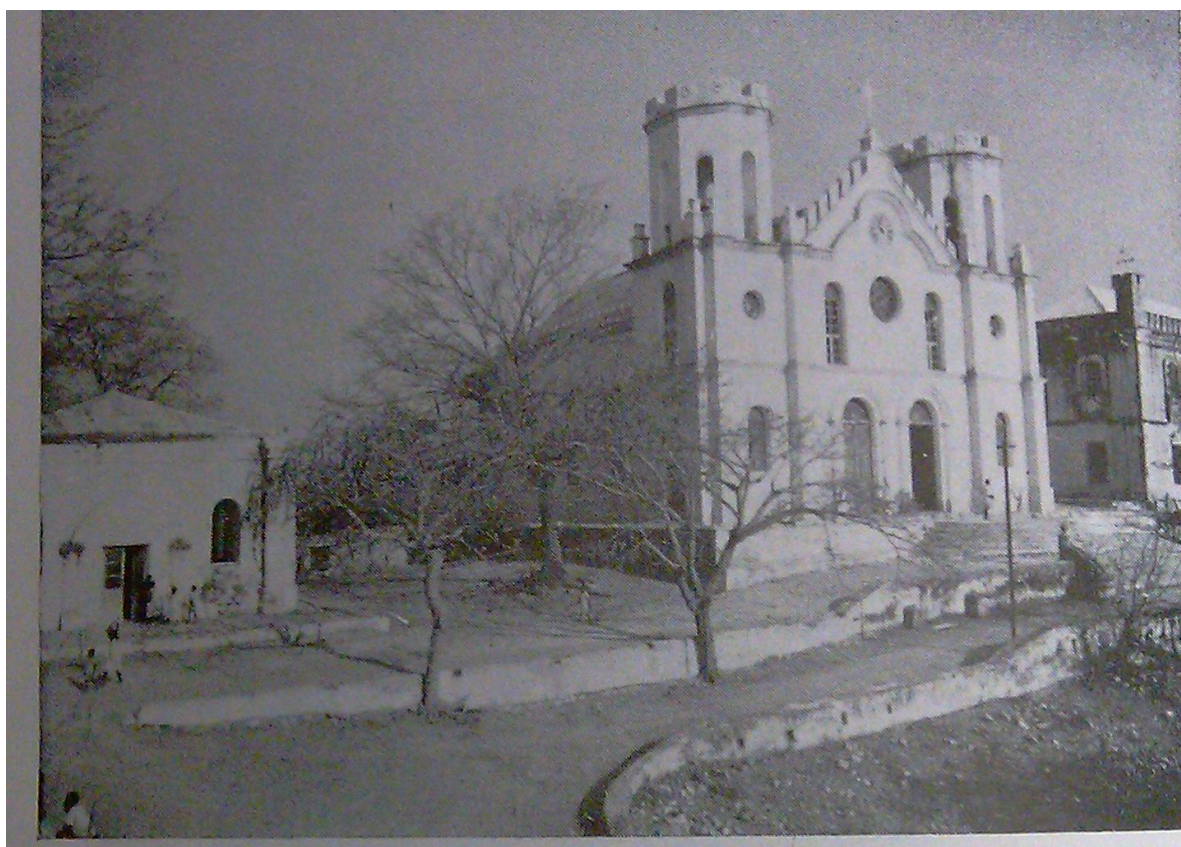
[184] Bambo Makoyo, Kabwazi a 1 de Novembro de 1989

[185] Cecilia Phiri, antiga funcionária da administração distrital de Angónia. Na altura dos factos encontrava-se a trabalhar e era prima do motorista acusado. Na administração distrital de Ulónguè não conseguimos encontrar este nome na lista dos funcionários para comprovar se a Senhora Cecília trabalhou naquele local. Todavia, consideramos que o depoimento dela lança luz sobre o que terá acontecido naquele tempo, pois, suas declarações coincidem em muito com o dos demais. Por exemplo, Francico Ketulo, também falou do motorista do administrador como quem andava a defamar os padres. Segundo ele, era preciso que as pessoas abandonassem as aldeias de modo a que os rebeldes não tivessem abrigo e apoio em víveres. Uma das formas mais eficientes era eliminar os padres que davam esperança e coragem ao povo. [Entrevistas, 25/01/2013].

2.1.2. Missão de São José de Boroma

> *Muitos* cristãos *antigos, que viviam mal, estão a regularizar a sua situação e outros gentios vêm procurar o baptismo. As crianças estão a afluir com relativa frequência à escola aqui da Missão. Basta dizer que dos vinte alunos de princípio do ano passado, já temos presentemente 60. É uma dor de alguns de nós ainda não podermos atender estes pobres* cristãos, *cujo único sofrimento era a dúvida de não serem atendidos.*
>
> José Augusto da Lacerda

Em 2009, esta Missão, estava a cargo dos missionários Filhos do Sagrado Coração de Jesus, mais conhecidos por Combonianos que atendiam a sua superfície paroquial de 1.050 Km^2 com uma população de 29.800 dentro da qual 12.340 era constituída por católicos, assistidos por 157 catequistas. Havia obras de promoção: moageira, Internato, cooperativa de pesca e o Movimento Laical Legião de Maria. A vigência desta Missão nas mãos dos Jesuítas foi de 25 anos, isto é, de 1943-1966. Os primeiros nomes ligados à ela são os de: Victor José Courtois, João Hiller, Estevão Czimmermann, Francisco Bick e Francisco Prhioda.

Foto 2: Vista da Igreja de Boroma, 1964.

Esta Missão foi criada a 30 de Julho de 1885 por D. António Barroso e entregue aos missionários jesuítas, Victor José Courtois e João Hiller. Depois da Revolução de 1910, em Portugal, e da expulsão dos Jesuítas nos territórios ultramarinos, foi abandonada. Em 1942, os padres de Lifidzi foram visitar a Missão, enquanto preparavam a chegada da segunda leva de missionários. Tudo ao abandono: escolas, nos campos agrícolas, nas oficinas e

cristãos caídos o que leva SERRAS a afirmar que «da obra antiga restam hoje, além de alguns edifícios que resistiram ao tempo, o resultado da antiga fé e civilização, aqui e além[186]». Para abrir a nova época da missionação, foram enviados cinco Jesuítas que a 26 de Fevereiro de 1943 viram o estado degradável em que se encontrava, com 3000 cristãos velhos dos quais somente 15 iam às missas dominicais.

Em face disso, lançaram um olhar de esperança nas crianças e até ao final do ano 200 frequentavam a catequese. Fundaram-lhes uma escola e, no ano seguinte, a 13 de Dezembro, chegaram as irmãs de São José de Cluny. A abertura de Boroma era uma resposta ao pedido anteriormente formulado pelo D. Teodósio, para atender às populações da região mais habituadas aos ofícios o que lhes diferia das de Angónia, habituadas à agricultura e à caça. Iniciou-se com a formação intensiva dos alunos, os quais, uma vez minimamente formados eram enviados para as escolas sob égide da Missão ou ainda podiam servir de perfeitos dos alunos internos da Missão, professores ou outras actividades para as quais os padres os destinassem.

2.1.2.1. As interações entre missionários e as populações locais

A dispersão da população dificultava a assistência necessária. Os padres empreenderam o esforço no sentido de perseguir as pessoas onde quer que estivessem, sobretudo nas suas casas. Foi feita a evangelização porta a porta. Para atrair mais gente construíram-se uma escola e um hospital. A colocação de professores mais novos nas escolas das aldeias não incentivou os mais velhos aos estudos e como forma de colmatar foram sendo enviados os alunos mais crescidos para tomarem conta. Havia falta de respeito de ambas as partes e discussões e trocas de palavras entre aluno e professor eram frequentes.

Na primeira década a aderência da população ao catolicismo foi menos atraente até que factores naturais inverteram a situação. Em 1951 houve seca, situação que irá repetir-se em 1963, e muitas culturas perderam-se. A agravar a situação, o gado da Missão fora atacado pelas feras, em 16 de Dezembro, quando uma cobra grande «que costuma subir aos arbustos à margem dos caminhos[187]» mordeu doze vacas que morreram uma hora depois.

Os animais ferozes aterrorizavam as populações, possivelmente porque a comida também escasseava para eles. Algumas vezes, os populares corriam para a Missão em busca de socorro porque «um bom caçador aqui não caça só por prazer, mas é considerado como um benfeitor desta pobre gente[188]». Assim, as relações que os missionários mantinham com a população iam desde as questões espirituais à alimentares. Quase sempre as populações da região recorriam à eles para poderem obtê-la. A 27 de Março, o então escolástico *Arnaldo Augusto de Lacerda* afirmava, numa carta ao Irmão Sá:

> Aqui secaram-se as fontes do céu. Mais um ano de fome para toda esta região de Tete, mas sobretudo para Boroma. As culturas perderam-se todas porque faltou a água quando já começavam a deitar espiga. Da nossa machamba nem um grão de milho colhemos. O amendoim e o feijão estão tisnados. Da pouca gente que temos à volta da Missão fugirão para outras terras os que puderem! E dizer que antigamente as almas se contavam aos milhares[189]!

---

[186]SERRAS, Alípio. *Missão Jesuítica da Zambézia.* Lisboa, Diário da Manhã: --- /Agosto de 1941
[187] Cfr. Ir. José da Lomba, Informações de Boroma, Ecos da Província de Portugal, Fev/1951:20
[188] Cfr. Ir. José da Lomba, Informações de Boroma, Ecos da Província de Portugal, Fev/1951:20
[189] *Arnaldo Augusto de Lacerda*, Carta ao Ir. Sá, Boroma, 27 de Março de 1951, in APPCJ, Ecos da Província de Portugal, 1951-1953:38-39

A consequência da fome resultou no abandono de muitas palhotas pelos homens. Ir. Lomba escreve que «como o ano passado foi de fome, a população ficou reduzida a mulheres, crianças e velhos, a quem as forças não chegam para ir buscar dinheiro e pão para a boca ao território inglês[190]». Em 1952 a região foi sacudida por cheias com enormes prejuízos nas plantações com o rio a levar «tudo, papaeiras, bananeiras e umas duzentas laranjeiras e tangerineiras plantados em Agosto[191].

Na evangelização destacaram-se os Padres Manuel Agostinho e Augusto Pinto que tinham uma tarefa árdua de procurar pelos doentes e velhos já caídos no paganismo nos povoados e fazer-lhes voltar ao cristianismo. A evangelização era feita de diversas formas. Adaptaram o Cristianismo aos costumes locais o que cativou os nativos. Numa espécie de adaptação feita na igreja, na festa da acção de graças bem como a bênção das sementes procedia-se a oferta das primícias.

Houve impacto na vida das populações razão pela qual «estas cerimónias foram acolhidas pelos cristãos com imenso regozijo e alegria». Era uma forma inteligente de fazer acabar cultos malvistos pelo regime sem recorrer à violência cultural. Missas campais, bênção de instrumentos de trabalho nas oficinas, de enxadas e das sementes eram o corolário da evangelização. Mesmo que tenhamos feito referência de pouca população cristã em Boroma o número pode ser considerado satisfatório e a seca só serviu para incentivar o espirito de partilha nos missionários e chamar para o reino muitos cristãos, interesseiros, como foram o caso da Noémia:

> A minha conversão iniciou no tempo de fome, quando fui a Missão pedir comida. O padre deu-nos muita comida e toda a nossa família começou a ir a missa. No ano seguinte, já não podíamos abandonar mais, ganhamos hábito e graças a Deus, já tive uma filha que trabalha para Deus como freira. Muita gente converteu-se como forma de aproximação aos padres[192].

Mas o retorno à igreja não pode ser visto apenas como oportunismo. Por vezes, as crises servem para as pessoas puderem repensar a vida, através de perguntas e respostas. Não é de excluir que algumas pessoas tenham visto a crise como maldição e que, portanto, a igreja tenha sido vista como via de redenção. Parece ter havido uma relação entre o aumento de cristãos e de alunos que frequentavam a escola. Esta constatação é reforçada pelo testemunho de Lacerda. Segundo ele:

> O movimento religioso, dentro da escassez da população, parece aumentar. Muitos cristãos antigos, que viviam mal, estão a regularizar a sua situação e outros gentios vêm procurar o baptismo. As crianças estão a afluir com relativa frequência à escola da Missão. Basta dizer que dos vinte alunos de princípio do ano passado, já temos presentemente 60. A afluência à comunhão pascal foi bastante superior à do ano passado. O padre Pinto que aguentou com o peso das confissões, que o diga![193]».

Na seca de 1963, por exemplo, a população de Degue, a maior aldeia da Missão, foram ter com os feiticeiros especialistas em chuva, mas estes não conseguiram. Desiludidos, foram ter com o régulo «que lhes aconselhou o recurso ao missionário. Lá foi o padre Agostinho a 5 de Janeiro, com uma imagem de Nª. Sª. de Fátima. Não sabendo rezar, os habitantes da aldeia, na maioria pagãos, fizeram devotamente as suas danças em volta da imagem, e no fim assistiram à missa. Deus agradou-se da simplicidade daquela gente e mandou chuvas

---

[190] Ecos da Província de Portugal, Fev/1952:16-17
[191] Ecos da Província de Portugal, Junho de 1952:53
[192] Noemia Jasten, natural de Boroma, HPT, Entrevistada pelo autor em 26 de Fevereiro de 2013.
[193] *Arnaldo Augusto de Lacerda*, Carta ao Ir. Sá, Boroma, 27 de Março de 1951, in APPCJ, Ecos da Província de Portugal, 1951-1953:39

torrenciais, logo naquela noite[194]». Aqui também houve problema de transporte acrescido ao clima quente. Havia uma rede invejável de escolas espalhadas pelas aldeias dispersas e pouco habitadas e uma oficina de artes e ofícios estava instalada na Missão, com uma carpintaria que, dada a procura da sua mobília em Tete, teve que contar com um mestre leigo europeu, a partir dos anos 1950. Para as comunidades iam com frequência os catequistas. Houve oposição das populações locais que viam na igreja uma ameaça às suas práticas. «Desde o princípio surgiram oposições de alguns gentios que dados ao alcoolismo e danças pagãs não queriam tal vizinhança»[195].

Algumas das pessoas que se destacaram no ensino, na Missão de Lifidzi, já em finais do regime colonial foram: o Pe. Fernando Baptista da Mata, coadjuvado pelos padres Estêvão Jardim, Domingos Isaac Mlauzi e Manuel Lopes e auxiliados pelos Irmãos Albano Agulha, José Alves da Lomba, Manuel Costas e Adelino Rodrigues. Enquanto isso, para o lado feminino estavam a superiora – Madre Estanislau dos Santos Anjos, auxiliadas pelas Irmãs Cândida, Laura, Gabriela, Lurdes e Manuela.

2.1.2.2. A intervenção das acções missionárias em Boroma

Boroma formou muitos professores para o país. Não é por acaso que Augusto de Sousa dirá, mais tarde que «a ideia era construir-se um colégio como o de Boroma, para todos os filhos de refugiados que retornavam ao país, depois do Acordo Geral de Paz (AGP). Pedro Gwembe, um dos antigos estudantes diz que: «para o aperfeiçoamento da leitura e da escrita, o perfeito da escola exigia de nós a apresentação das cartas que escrevíamos aos familiares para correções necessárias. Talvez fosse mero sistema de controlo sobre as principais preocupações apresentadas pelos alunos aos pais[196]». Mais tarde, passou-se a exigir que os seminaristas e alunos habilitados escrevessem para as revistas *Eco da Minha Terra* – fundada em 1954, e Coimbra; *Fátima Missionária* de 1955 em Cova da Iria e *Além-mar* de 1956 em Viseu. Eis os exemplos de duas cartas publicadas nas referidas revistas: a primeira apresenta-se em bom Português e a segunda ilustra a dificuldade de transferência da língua materna para o Português:

Carta 1. Um aluno escreve ao Padre Prefeito da Missão de Boroma

«Ex.mo e Rev.mo Sr. Padre:

Coube a mim, o mais humilde aluno da Escola Normal de Boroma, a tarefa bem fácil de ser mui respeitosamente apresentar a V. Ex.a, sr. Padre, os meus cumprimentos de bom estado. Sou pequenino e pobre, flor ainda em botão, pequenina e acanhada é ainda a minha inteligência. Mas não podia deixar ficar a S. Ex.a a quem, eu, indígena, devo tanto a protecção, a felicidade e bem-estar, sem aproveitar a ocasião para lhe manifestar o meu alto apresso *(sic)*, o meu sincero afecto e a minha eterna gratidão que me tem dispensado.

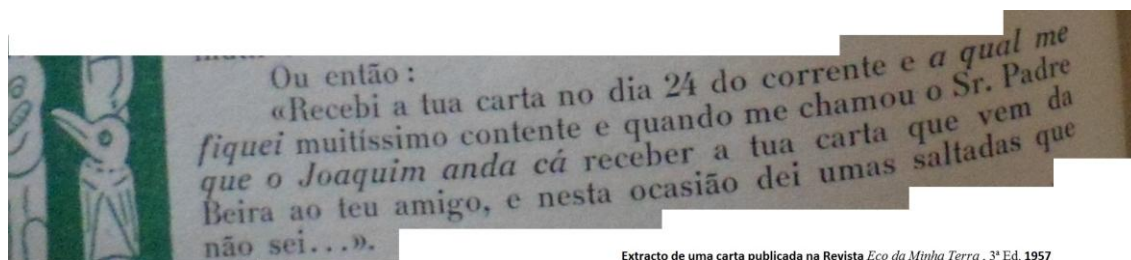
A V. Ex.a peço que me dê gramática (J. M. Relvas), porque, além de Romeu Pimenta, queria a segunda, que é esta.

Por tudo seja bem satisfeito, Sr. Padre. Sou eu C. C.»

---

[194] Boroma, Relatório das Actividades, 1963, in APPCJ, 1964-1965:40
[195] Ecos da Província de Portugal, Outubro/1952:82
[196] André Pedro Gwembe, entrevista com o autor, Mangombo, 06 de Fevereiro de 2013

Carta 2: Um aluno de Boroma responde a carta de um amigo

Ou então:
«Recebi a tua carta no dia 24 do corrente e *a qual me fiquei* muitíssimo contente e quando me chamou o Sr. Padre *que o Joaquim anda cá* receber a tua carta que vem da Beira ao teu amigo, e nesta ocasião dei umas saltadas que não sei...».

Extracto de uma carta publicada na Revista *Eco da Minha Terra*, 3ª Ed. 1957

O facto de os alunos escreverem cartas aos pais ou familiares não significa que tivessem pais letrados. Normalmente, em quase todas as aldeias, existia uma ou mais pessoas que sabiam ler e escrever e que socorriam as pessoas analfabetas na leitura e na escrita das respostas de cartas. A camada mais privilegiada tinha tido contacto com o território inglês ou com a África do Sul, ou simplesmente «Jone».

Em Dezembro de 1963 foi escrito, policopiado e expedido o primeiro número do Boletim *Escola e Missão* que tinha como objectivo prestar Assistência aos professores das escolas missionárias. A primeira tiragem era de 700 exemplares de 48 páginas cada. Devia ser pago para cobrir as despesas de publicação. Este projecto teve apoio do Bispo de Tete, que escreveu o Editorial para o segundo número, em Fevereiro de 1964[197]. À formação de catequistas seguiu-se a dos catequistas-professores para confortar e aliviar os velhos que eram o único garante da abandonada cristandade.

Destacaram-se leigos como Gaspar Cardoso, Miguel Nepomuceno e Pedro Canísio. À edificação de residências seguiu-se-lhe do internato masculino e outro feminino em simultâneo com a escola. Para fazer face a carência alimentar, montaram uma motobomba para a irrigação da herdade e comercializavam cal. Mais tarde, o padre José Vicente Martins fundou Centro Cultural *Chimambe* para onde se dirigiam os escolásticos provenientes de diferentes estações missionárias. Um finalista do liceu diz-nos que em Boroma:

> Havia um hospital e uma creche orientados por madres enfermeiras, algumas de cor. Os padres tinham que conquistar as almas para depois ocupar, uma posição estratégica donde se possa irradiar uma acção efectiva. Com esta ocupação surge a Igreja da Missão e a residência dos missionários. Erguem-se depois a escola, o hospital, o internato e as oficinas que são os elementos úteis na formação de um espírito novo. Aliada à assistência religiosa impõe-se uma assistência social[198].

As escolas instaladas nas aldeias funcionavam como igrejas e os catequistas podiam ser os professores. Alguns edifícios antigos foram adaptados para escola de formação de professores e foi lançada uma Rádio Escolar que, devido ao início da guerra colonial, não teve muito sucesso. A Rádio Escolar Boroma-Tete tinha conseguido a licença oficial pelo esforço dos padres Raúl Sarreira e António dos Reis.

Cobriria área de 1050km^2 com 13.000; previa-se a sua extensão a todo o distrito de Tete a fim de beneficiar as 240 escolas com os seus mais de 12 mil alunos. Em 1963 Boroma tinha 173 alunos na Escola de Formação de Professores para o Ensino de Adaptação (EFPEA) onde se leccionavam, além da matéria do primeiro ciclo, a enfermagem, Pedagogia Geral e Especial, Catequética. Todavia, as condições salariais não eram boas. Estas palavras encontram suporte com as de Raúl Serreira quando, em 1958, dizia:

[197] Boroma, Relatório das Actividades, 1963, in APPCJ, 1964-1965:40
[198] João da Silva Marques, Finalista do Liceu de Braga,

> Nós bem formamos os professores, mas uns atrás dos outros roem-nos a corda. Ao fim de meia dúzia de anos (se fosse meia dúzia dos 6 anos já não era mau), fogem-nos. A tentação do esterco do diabo para uns, a de outras esterqueiras para outros, a miséria do vencimento para todos, põem-nos num estado de consciência muito próxima daquele complexo de inferioridade que os põe nas mãos de qualquer avatar que lhes oferece aumento de salário. Um pedreirito, que Vª. Revª. aqui conheceu, que mal sabia pegar na trolha, veio de Lusaka, onde ganhava 17 libras por mês. O Sr. Bispo diz que não pode pagar mais, e quem pode chamar-lhe seu. É um problema terrível para a evangelização[199].

Como solução propunha-se a criação de lares em Tete e na Vila Coutinho, para os alunos dos liceus; criação de escolas práticas e oficinas de artesanato; substituição de palhotas por casas com instalações próprias para a vida humana, a começar pelas habitações que pertenciam aos professores, catequistas, *gurupas*. A língua portuguesa era auxiliada pela gramática, epistolografia, declamação, dicção e redacção. Boroma também tinha sobre os seus ombros o encargo de velar pela leprosaria de Tete. Dedicaram o seu esforço na construção e modernização do edifício os padres Luís Ferreira da Silva e José de Sousa.

No seu auge, Boroma teve 9 missionários com 2 mil cristãos, uma escola de formação de professores, Rádio-Boroma-Tete, internato, Jovens da Acção Católica, Apostolado da Oração, Cruzada, Escuteiros, Revista «Escola e Missão», escolas com 27 professores e 1269 alunos, 9 irmãs que dirigiam o Hospital e a Maternidade. Os irmãos escolásticos Rui Meireles e Manuel Ferreira ensinavam a música à luz de grandes fogueiras e dentro da igreja. Para a evangelização, fazia-se uma via-sacra visitando aldeias previamente selecionadas até completar as estações da Paixão de Cristo. O padre Sarreira, poucos dias após tomar o lugar de Vigário Geral da Diocese de Tete escreve e descreve:

> Às 6 da manhã reuniu-se na igreja o pessoal da Missão e começamos a descer a colina rezando e cantando cantos da Paixão levando os alunos a cruz às costas. As sirenes foram-se revezando, tomando também o Rev. Pe. Superior e todos os outros a sua vez. Parámos na aldeia, diante da primitiva Missão, onde já nos esperavam algum povo. Agora também eles quiseram levar a cruz e seguimos para a segunda aldeia, que engrossou o cortejo, e assim para a terceira. Pedreiros, carpinteiros, quiseram também tomar a cruz no regresso à Missão. À tarde, seis grupos de congregados e congregadas acompanhados por um dos Nossos ou das irmãs, foram às aldeias próximas da Missão rezar o terço com o povo, fazendo no fim uma pequena prática cafre[200].

As cerimónias de renovação das juras matrimoniais nas quais irmãs ofereciam comida aos conjurados eram outro instrumento de evangelização e de renovação da fé. As visitas de estudo também serviam para o mesmo fim. Em 1964 o padre Honório Santos, como perfeito da Missão, em vista a promoção social da juventude, enviou os escudeiros, entre 13 e 14 de foram, a Dondo para aprender questões ligadas ao namoro, noivado e matrimónio. Em Outubro de 1967 Boroma e seus haveres passaram para os padres combonianos quando aos Jesuítas foi entregue a Missão de Zóbue, em substituição momentânea aos Padres Brancos.

2.1.3. Missão de Nª Sª da Conceição de Marara

> *Os indígenas, nesta região, não vivem, salvo poucas excepções, agrupados em aldeias grandes, mas sim disseminados pelo mato ou em pequenos grupos de 3 a 4 famílias. Devido a esta circunstância e à repugnância inata que as crianças pretas têm à escola, a frequência ainda não atingiu o número desejado.*
>
> Pe. Augusto Pinto, SJ.

---

[199] Serreira, Raúl, Carta ao Padre Fernando B. da Mata, Boroma, 28 de Maio de 1958, in APPCJ:515
[200] Raul Sarreira, Boroma, carta escrita em 12/IV/1964. In Cx 11, Doc. 11662, 1964, Porto, 2003, fls 42-66

A Missão de Nossa Senhora da Conceição de Marara foi oficialmente fundada no 6º Aniversário da restauração da Missão da Zambézia, 20 de Agosto de 1947. Com uma superfície 950 Km^2, em 2009 tinha uma população estimada em 31.500 da qual 12.000 equivalente a 38% era composta por católicos assistidos por 134 catequistas.

Mas, desde 1944 que Marara era uma Estação Missionária para onde se dirigiam o padre Luís Gonzaga Carneiro com o ir. Loureiro, assistida a partir de Boroma. Nesta altura havia uma casa deixada pelo padre Witz. Uma vez oficialmente refundada, houve mudanças. Os missionários levantaram uma nova casa, uma igreja, um internato com dormitórios e refeitório, quatro escolas masculinas e duas escolas femininas, isto no primeiro momento. A Missão durou 18 anos em mãos de Jesuítas. Distante da Missão estavam 16 escolas e uma bela machamba com árvores de fruta e boas condições de rega graças à uma represa sobre o Rio Marara construída pelo padre José Vicente Martins. São dele aas palavras que se seguem: «Não me esqueço o quanto trabalhei para levantar o pomar em Marara. Requisitei mil mudas de Portugal, de diversas frutas. Orientei o trabalho, acompanhei os cuidados e daquelas mil, apenas três tinham morrido[201]».

Gwembe, conforma a dedicação do padre Vicente nestes termos: «conheci Vicente, em Boroma. Foi o grande plantador das doces laranjas de Marara. A primeira vez veio como escolástico, só mais tarde, lá para 1957, como padre[202]». Voltemos ao que nos diz o padre Vicente do que se lembra acerca do funcionamento do Internato. «O internato dos rapazes acomodava 80 alunos. Nas escolas do mato «*pagis*» era ministrado o ensino das primeiras letras e catecismo a 500 alunos e 250 alunas. Lá para os anos de 1963, na sede estava em construção um internato feminino em experiência, mas a nossa saída deve ter concorrido para a paragem daquele projecto. Como está, aquilo? Nós fazíamos o censo da população residente dentro dos limites da paróquia[203].

O Internato albergava 60 alunos que estudavam de manhã, e à tarde trabalhavam na agricultura. Também havia uma escola feminina frequentada por 100 raparigas das povoações vizinhas que não iam às muitas escolas disseminadas pelo mato. Situa-se na estrada de Tete à Chicoa, margem direita do Rio que lhe deu nome, a 50 km de Tete, entre as Missões do Zumbo e de Boroma, delimitada destas respectivamente pelo rio Chirodzi ao Norte e Mkomadzi ao Sul. De clima mais quente era região de menor pluviosidade. «Os caminhos de Tete desde Setembro a Fevereiro são autênticos caminhos do inferno[204]».

Possuía uma pequena igreja em função ao número de cristãos que aumentava. Em 1953, a residência dos padres era uma palhota, depois, levantaram uma casa de tijolos, coberta de lusalite e a casa primitiva fora transformada em duas escolas, com a farmácia ao centro. Foram recrutados professores formados em Boroma alguns dos quais eram catequistas porque «um bom catequista vale tanto como um missionário». Mas só o seria caso lhe fosse dada uma sólida formação. Até 1963, há uma ligeira diminuição de escolas, pois, das 16 anteriormente existentes 13 estavam em plena actividade e previa-se abrir quatro.

Não são claros os motivos do fecho das restantes. Três escolas estavam na sede da Missão enquanto as restantes estavam espalhadas pelo mato, mas mesmo estas, somente duas eram operacionais para rapazes e uma para raparigas, externos assim como internos. Algumas das

---

[201] Pe. José Vicente Martins. Entrevista com o autor, Almada, 08 de Janeiro de 2013. /Gravado
[202] André Pedro Gwembe, Ntengo wa Mbalame, 06 de Fevereiro de 2013, Entrevista com o autor/Transcrito
[203] Pe. José Vicente Martins, entrevista /Gravada
[204] Pe. Augusto Pinto, Missões, 1956:36

escolas aí existentes eram as de Mxamba, com cerca de 95 alunos, Nhacamba, com 70, Cataxa, com 105, Nhaburepure, com 20, Cachambe, com 50 alunos, Chipondre, com 65, Chissua, com 45 e Ukromadzi, com 50. A existência de adultos desejosos de estudar motivou a implementação da Educação de Adultos. Para tal, uma professora ia para as aldeias mais próximas, a fim de os preparar para o baptismo e para a instrução básica.

> A densidade da população da Missão de Marara não é grande, ao todo 10.387 almas. Mas tiveram de fundar-se estas escolas para satisfazer aos pedidos das autoridades indígenas, que se queixavam – e justamente, das grandes distâncias que muitas crianças, para assistir às aulas, tinham de percorrer por caminhos maus e infestados de animais ferozes. Também na sua fundação se teve de atender ao facto de os indígenas, nesta região, não viverem, salvo poucas excepções, agrupados em aldeias grandes, mas sim disseminados pelo mato ou em pequenos grupos de 3 a 4 famílias. Devido a esta circunstância e à repugnância inata que as crianças pretas têm à escola, a frequência ainda não atingiu o número desejado. Quando as topa pelo mato, o Missionário convida-as sempre a ir à escola que fica mais perto, mas a resposta é sempre a mesma: «ainda assim, fica muito longe, eu tenho medo dos leões e das hienas, nem tenho companheiro[205].

Mas o medo não era apenas para o missionário; os novos cristãos também enfrentavam dificuldades para ir à igreja. Na tentativa de atravessar riachos eram tacados pelos jacarés ou crocodilos. O Padre Ernesto Domingues conta um episódio. Acompanhemos, para perceber do perigo de jacarés no Zambeze:

> Não havia maneira de aquele povo ribeirinho se resolver a ir lá acima – tão perto! – assistir à Missa dominical!. Já não sabia o Missionário o que havia de fazer ou dizer à gente desmazelada: «Ai, meus irmãos, queira Deus que não venha por aí algum castigo do Céu, da Terra ou até do Rio. Talvez o próprio jacaré se encarregue disso e ainda dê cabo da vossa aldeia!»…Regalado, lá no lodo do seu fundão, o bicho ouviu atentamente o desabafo e parece que teria mesmo pensado: deixa estar que a não deixaste em saco roto! No Domingo seguinte, ainda ninguém foi à Missa. E logo, dentro dessa semana, o Jacaré apanhou no rio qualquer cristão dali e descaradamente comeu-o! Por então, ninguém se lembrou da palavra terrível. Mas, dias depois, lá foi parar à goela do jacaré outra cristã descuidada! Nesta altura, alguém recordou a profecia e propôs: - E se nós fossemos à Missa, a ver?... Nesse Domingo não faltou um! E contaram tudo. O Missionário, porém, ficou aterrado, porque muito bem sabe que a conversão da aldeia só se poderá manter se o jacaré, para o futuro, tiver juízo ou deixar de ser quem é: comilão e traiçoeiro. Por isso, muito tem rezado o Padre! Reza, antes de mais nada, pela conversão do animal – para que ele lhe não coma mais ninguém! E rezará certamente mais pelo jacaré do que pelo povo, agora tão assíduo e devoto. Que nem a gente sabe, afinal, quando o bruto é mais perigoso: se quando está contra nós ou quando se alia connosco[206].

A Missão foi entregue aos combonianos a 13 de Janeiro de 1964, passados 18 anos que produziram: 1 igreja, 1 residência, 1 internato para 80 rapazes, 4 escolas masculinas, 2 escolas femininas, 16 escolas rurais com 750 alunos. Os últimos jesuítas foram os padres Manuel Lopes e Correia Pinto. Na entrega de Marara aos combonianos o bispo disse: «Esperamos confiadamente que tenhais dignos substitutos capazes de continuar o vosso trabalho missionário».

Em geral trabalhavam três ou dois missionários com dois mil cristãos que correspondiam a 16% da população. Aí havia um internato, escolas com 23 professores e 761 alunos, Apostolado da Oração, Cruzada, e outros. Uma vez entregue, uma nova geração de trabalhadores tomou conta continuando com o trabalho iniciado. Alguns dos nomes sonantes foram os do novo superior – Padre Jorge Ferrero, coadjuvado pelo Padre Severino Peano, e pelos Irmãos – Matias Martins dos Santos e Manuel Borges Navais, além das Irmãs Regina Bonollo, Lina Toffolon e Luigia Cujupoloni.

---

[205] Pe. Augusto Pinto, *Missões*, Lisboa, 1965:36-37
[206] Ernesto Domingues, Revista Missões, 1963:13

2.1.4. Missão do Imaculado Coração de Maria da Fonte Boa

As missões protestantes têm a força do dólar e da libra; por isso ao contrário dos missionários católicos, a actividade protestante não conhece dificuldades materiais.

Rui da Silva Ganhão Pereira

Fundada a 1 de Setembro de 1945, a Missão da Fonte Boa foi das mais gloriosas missões jesuíticas em Moçambique, a avaliar pelo resultado das suas acções. A 16 de Outubro de 1945 foi baptizada com nome de Imaculado Coração de Maria. Em 1953 chegaram as primeiras missionárias freiras da Congregação Franciscanas Missionárias do Divino Pastor. Após a chegada tinham que aprender a língua local o que levava muito tempo.

As irmãs dedicavam-se aos cuidados na Saúde, no internato feminino e no Hospital enquanto os Padres à evangelização, visitas as comunidades e os Irmãos ficavam a cuidar da residência e das hortas enquanto os escolásticos se dedicavam ao ensino e ao cuidado dos alunos internos. Aqui saíram os primeiros padres jesuítas moçambicanos, João de Deus Kamtedza e Ezequiel Pedro Gwembe, o primeiro ordenado em 1964 e o segundo em 1975.

Até 2009, numa superfície de 1.335 Km^2 com 85.000 habitantes dos quais 37,6% são católicos, isto é, 32.000, havia cerca de 300 catequistas a garantir o normal funcionamento da evangelização. As principais obras de promoção eram a Promoção da mulher, biblioteca, promoção agro-pecuária, moinho, orfanatos, maternidade, apostolado bíblico. Os movimentos laicais eram Leigos para o Desenvolvimento e Legião de Maria.

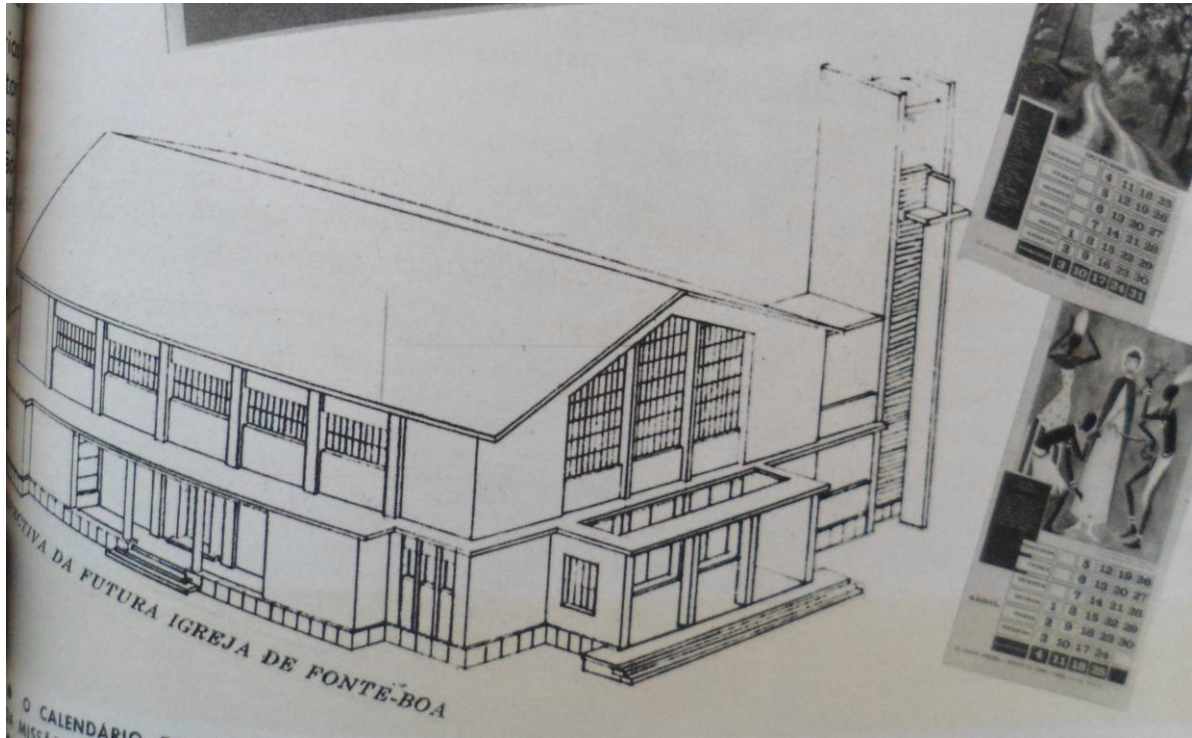
- Esta Missão foi fundada para, entre outros objectivos: travar a influência católica promovida pelos padres provenientes da Missão de Nzama (Niassalândia)
- Fazer face à infiltração dos protestantes que ameaçavam, à luz dos Acordos de Berlim, os interesses de Portugal
- Combater a propagação do Nyau que impedia a progressão dos planos governamentais no ensino.
- Assegurar os limites do território português junto da fronteira, aportuguesando e cristianizar a região.

O primeiro padre servia da sua cama como altar para a celebração das missas. O primeiro nome era *Chigwirizano* e Fonte Boa provém de uma fonte de água um pouco abaixo, água que serve para o consumo na Missão que se chamava masambiriro (local de banhos). Ali se reuniam os mais influentes e falavam sobre os problemas da comunidade e as vias de estanca-los. Convidavam-se as autoridades tradicionais para se inteirarem dos mesmos e grande número de pagãos recorriam a elas. Diz-nos Raúl Sarreira: «Estas reuniões têm profunda ressonância na manutenção e renovação da vida cristã e na organização do apostolado entre aqueles que ainda não receberam o dom da fé[207]».

Em 1963 estava em construção o Internato Masculino, previsto a ter três pisos com ajuda dos padres Teodoro Rebelo e Francisco Sousa Monteiro. O engenheiro da Construção foi António de Sousa Lobo. Em 1952, o Ir. Manuel Gaspar se lançara para o acabamento da residência, transportando água, areia e saibro[208]. Nas herdades novos instrumentos de trabalho mais modernos substituíam os rudimentares dos nativos e a tecnologia era passada.

[207] Raul Sarreira. 1941, De regresso mais uma vez
[208] Cfr. Ecos da Província de Portugal, Junho/1952:53

Os sacrifícios a que os Jesuítas estavam submetidos eram motivados pela falta de um apoio mais eficaz para a realização da grande obra a que Deus os destinara. Desde os anos de 1950 houve plano de se construir uma Igreja de raiz capaz de dar visibilidade a Missão da Fonte Boa. Até ao momento, ainda não foi possível a concretização desse sonho. Nos Arquivos da Companhia existe o esboço da Planta daquilo que seria nova Igreja, como ilustrado na foto.

Foto 3: Esboço da Planta da Igreja da Fonte Boa

Nesta missão, a actividade missionária contribuiu para reduzir o número de pagãos. Em matéria do ensino e de instrução conseguiu-se formar um número significativo de indivíduos qualificados. Os escolásticos, além de ensinar, ajudavam a ensaiar os rapazes e as raparigas do internato, representação de peças teatrais de Gil Vicente, Todo o Mundo e Ninguém, Arca da Barca do Inferno, a Vida é um Sonho. Era mais notório o elevado número da mulher no ensino que, como veremos no terceiro capítulo, ultrapassava o dos rapazes. É possível que tal se deva ao elevado número das raparigas em relação aos rapazes ou da influência do Nyau que mais era apoiada pelos rapazes do que pelas raparigas. De qualquer modo, a conclusão parece duvidosa por causa de outros elementos, como a emigração ao território inglês. Um aluno liceal do sétimo ano fazia notar que o catolicismo tinha adversários no protestantismo e animismo, além do islamismo.

> Em Nyapanzi no distrito de Tete e Ching´amba na Angónia gozam ainda de grande preponderância, que só a instrução continuada conseguirá neutralizar. O Nyau, dança africana, está generalizada por toda a Zambézia e por toda a Angónia. Os missionários com quem contactamos foram unanimes em afirmar a imoralidade desta dança que apaixona os autóctones pagãos. Os seus adeptos não procuram só a satisfação de um prazer mais ou menos carnal; mas congregam-se em espíritos sectário contrário a tudo o que seja civilizado, moralidade e religião. Por detrás de toda esta animosidade não anda longe o ódio ao branco[209]»

O avanço do protestantismo deveu-se muito ao apoio em dinheiro o que incentivava a população para a sua aderência. Por isso Rui concluirá que «as missões protestantes têm a

---

[209] Rui da Silva Ganhão Pereira, 7º ano do Liceu de Leiria, in Revista Missão

força do dólar e da libra; por isso ao contrário dos missionários católicos, a actividade protestante não conhece dificuldades materiais. Pudessem os nossos missionários ter as mesmas possibilidades económicas, e a nossa cristianização seria muito mais eficiente»[210]. Nas áreas fronteiriças criaram centros de promoção de encontros e de convívio com as missões do interior a fim de consolidar a unidade nacional. Fonte Boa tinha como áreas de influência: Banga, Mpenha, Msaladzi e Satemwa que, em determinado momento, assumiram um papel independente com um padre residente. Contudo, dadas as circunstâncias históricas, neste primeiro momento juntaremos estas áreas e, na terceira parte, falaremos de episódios em separado. São muitas as áreas de intervenção missionária dos Jesuítas nesta Missão.

Em 1964, havia 9 missionários com 5 irmãs auxiliares, 2500 católicos, um internato, associação católica *Chigwirizano* e outras associações, 40 escolas e 21 professores, 845 alunos, hospital e maternidade. Estenderam a sua dimensão social do apostolado privilegiando as áreas de entrada das seitas proféticas. Para fazer face à melhoria da dieta alimentar, vários projectos foram ensaiados, como cultura alimentares nutritivas (soja e girassol) e a transformação em óleo alimentar.

Desde sempre, colocaram as suas viaturas ao dispor das comunidades locais em caso de doença grave e que requeresse uma intervenção médica especial num hospital rural ou provincial. Com ajuda dos benfeitores, os missionários oferecem bolsas de estudos aos estudantes dedicados e pobres. Para dar azo a esta iniciativa, os Leigos para o Desenvolvimento também contribuíram na oferta de bolsas de estudo. É reconhecida a dedicação da Leiga Isabel que em 2011 trabalhava em Moçambique pela terceira vez como voluntária, após ter trabalho no Timor Leste. Ela concedeu bolsas de estudo a alguns alunos.

2.1.4.1. Os Orfanatos e as Famílias Artificiais

Em 2006 o padre Vitor Pereira inaugura em Ching´amba, o orfanato *Sementes de Amanha* financiado pela Fundação Gonçalo da Silveira. Estavam presentes os líderes tradicionais e as autoridades administrativas que deram seus discursos. O projecto visava responder as necessidades da população ligados a orfandade, um dos primeiros projectos que a fundação levou a cabo em Moçambique. Era tempo de festa.

> «Los festejos comenzaron com la santa misa, presidida por el pároco padre Vítor Lamosa. La comunidade llenó la capilla de Ching´amba, una de las más antíguas de la parroquia, com una construcción característica del Pe. João de Deus [Kamtedza], en forma de T. Também estuvieron presentes los líderes tradicionalistas y el jefe de la localidade. Fue una celebración muy animada, muy al estilo africano, em la que las danzas, cantos, palmadas y saltos, em la acción de gracias, casi echaban abajo la capilla[211].

Os orfanatos são visitados pelos familiares mais próximos das crianças além de jovens voluntários portugueses ligados aos Leigos para o Desenvolvimento, à Fundação Gonçalo da Silveira e ao CREU. A fundação Gonçalo da Silveira tem em vista a coordenar os apoios nas missões sob administração dos Jesuítas, desde 2004. Luta para combater a pobreza e melhorar as condições de vida das comunidades desfavorecidas, em particular nos países de língua portuguesa, assim como promover o conhecimento dos problemas do desenvolvimento com vista a uma cidadania activa e solidária. A criação de orfanatos

[210] Rui da Silva Ganhão Pereira, 7º ano do Liceu de Leiria
[211] Anuário da Companhia de Jesus, 2012

deveu-se a constatação de que havia pouco cuidado dos órfãos pelos parentes mais próximos. A questão do abandono motivou a este projecto que é deixado a cargo de umas senhoras preparadas para fazer o acompanhamento de uma família de crianças órfãs que, da parte da Igreja, recebem o apoio paterno para estudo, saúde, habitação e vestuário. Todavia, o elevado número delas faz com que a assistência não seja a desejada. Voltaremos a este ponto lá mais adiante.

Os orfanatos foram construídos em aldeias distantes da Missão: Makodzakodza, Lidowo (10Km) Mbidzi, Ching´amba, Nkhawo e Magwai e Bintoi. A capacidade de resposta é limitada com 6 casas que colhem 80 crianças em situação de abandono. Algumas vezes os padres vão dar uma visita e convivem com os meninos, como era hábito do padre Francisco Almenar. As casas têm capacidade para 12, mas vivem 15 pessoas num ambiente familiar, estrategicamente localizada junto de escolas da aldeia em que se situam e devido a necessidade de assistência médica também não estão muito distantes de vias de acesso de modo a que as viaturas tenham acesso mesmo em tempo chuvoso.

Foto 4: Uma tia com os 14 órfãos acolhidos no Orfanato Jerónimo Senzani(06-03-2013)

As casas foram feitas de modo a não estarem distantes das comuns, uma casa principal, algumas redondas nos lados, casa de meninos e de meninas. Mas estão mobiladas. Isto pode ajudar a proporcionar um crescimento saudável as crianças não distante do comum dos habitantes da aldeia. Mas faz diferença num meio em que as casas são palhotas. Em cada casa vive uma senhora que esta a cuidar entre 12 a 15 meninos de ambos os sexos com idades compreendidas entre 2 a 15 anos.

Também há uma figura principal que desempenha papel de tia. Depois dela, segue-se outra com idade superior a 15 anos e a Missão custeia-lhe seus estudos garantindo que tenha mais tempo para estar com os meninos. Entretanto, nem todas as casas gozam desta característica. A necessidade da figura paterna satisfaz-se com as visitas frequentes dos parentes da zona

da proveniência dos meninos e são coordenadas pelo *gurupa*. Existem as mães sociais escolhidas em representação a cada zona em número de duas. Estas recebem uma formação de dois dias para se inteirarem dos deveres a ter para com os meninos na organização da casa, na saúde e nos estudos. Depois há formações contínuas. O processo de seleção dos meninos é moroso devido a sua quantidade. Líderes comunitários e civis participam da definição do plano de trabalho. Para garantir a continuidade do projecto usa-se o dinheiro proveniente da moagem presente junto de cada orfanato.

Mas não cobre de tal sorte que os padres têm que fazer um esforço acrescido. Diz-nos o padre Vítor «o moinho de Makodzakodza só consegue a despesa do diesel». Os ofertórios em alimentos que os padres recebem durante as missas são canalisadas para esse fim. A colaboração governamental é mais moral que material pois «quando iniciamos o projecto comunicamos à Acção Social em Tete, isto em 2006. Na altura tínhamos três orfanatos e prometeram vir. Só chegaram neste ano de 2013, com ajuda para as três casas quando já temos seis[212]».

A moagem presta serviço à comunidade que vive fundamentalmente do milho e seus derivados como comida principal. A 14 de Dezembro de 2007 entrou em funcionamento o moinho de Ching´amba e em 22 de Fevereiro de 2008 o moinho de Bintoni. Em 2010 foi inaugurada a última das seis casas previstas e em 2011 era visível a motivação das áreas circunvizinhas ao projecto de modo a imita-lo, com as comunidades locais apostadas a construir por conta própria casas similares.

Quanto às áreas pastorais da Fonte Boa, entre 1965-1971 esteve em funcionamento a estação missionária de Banga com o padre David Ferreira da Silva como principal assistente, antes de passar para João de Deus Kamtedza. O padre David recorda-se de como se mudou o nome, de Cristo Rei para S. João de Brito. «O primeiro nome era Missão de Cristo Rei da Banga. Por algum descuido, o padre Rebelo achou que o nome devia ser para Mpenha, e assim foi, passando Banga a designar-se Missão de São João de Brito[213]».

Em Maio de 1965 foram criadas as missões-paróquias de Ulónguè, desmembrada de Lifidzi sob Pe. José Neto; Banga sob David Ferreira e Mpenha sob o padre Theodoro Rebelo, estas duas desmembradas da Fonte Boa. A partir de Banga assistia-se Msaladzi, na altura Cristo Rei da Bela Vista. Quando o padre Rebelo foi transferido para Mpenha, levou consigo o nome do padroeiro, Cristo Rei, e o padre João de Deus Gonçalves Kamtedza deu à Missão de Msaladzi o nome do Fundador da Ordem, Santo Inácio. Esteve livre o padre Rebelo para baptizar a Missão de Cristo Rei de Mpenha que perdeu a terminologia de Bela-Vista.

Na sua evolução, Fonte Boa possuiu: duas residências, dois internatos, uma maternidade, uma herdade agrícola com horta, uma oficina de serralharia e carpintaria, um colégio, um centro de promoção cultural/pastoral, um moinho, seis orfanatos[214]. Os primeiros padres jesuítas moçambicanos são desta Missão: João de Deus Kamtedza (ordenado em 1964) e Ezequiel Pedro Gwembe Mlauzi (ordenado em 1975). Tal como aconteceu em Lifidzi com Chapotera, aqui Satemwa foi edificada depois das nacionalizações. Levantaram-se duas residências uma para os padres e outra para as irmãs. Trabalharam incansavelmente os

---

[212] Vítor Manuel Lamosa Pereira, Fonte Boa, 6 Março de 2013, entrevista com autor.
[213] Pe. David Ferreira da Silva, Entrevista com autor, Fonte Boa, 06 de Março de 2013
[214] Sousa, José Augusto Alves de. *Os Jesuítas em Moçambique*, 1541-1991: no cinquentenário do 4º. período da nossa missão, Livraria A.I., 1991:137

padres João de Deus Kamtedza, Joaquim Barata, Honório Santos e Irmão Casimiro de Lima, Irmãs Joséfa Rodrigues, Isabel Iglesias, Carmelina e Paulino, FMMDP.

2.1.5. A Missão de São Miguel do Chiritse

De há bastante tempo que se avolumavam, neste governo, fundas suspeitas de infiltração de indígenas da Niassalândia na região fronteiriça da circunscrição da Macanga, especialmente na área do Posto Administrativo de Vila Gamito

António Carlos Craveiro Lopes

A acção missionária foi para *Macanga*, junto do rio Chiritse onde fundaram a Missão de S. Miguel, a 40 Km de Furancungo, a sede administrativa. O local era distante da vila sede, uma estratégia que os Jesuítas apostaram para fugir do controlo administrativo. Poucos anos depois de fundada teve seis missionários para 712 cristãos, tinha internato, posto de enfermagem, Apostolado da oração, escolas com 37 professores e 1727 alunos.

A Missão de São Miguel Arcanjo do Chiritse foi fundada a 29 de Setembro de 1957, e ocupa uma superfície de 18.300 Km^2 com uma população estimada em 45.500, 20,8% da qual (13.000) é católica assistida por 235 catequistas. Actualmente é assistida a partir de Lifidzi e tem como obras de promoção o Desenvolvimento agrícola. O Movimento laical expressivo é a Legião de Maria. No ano seguinte, deixou de ser uma mera estação missionária dependente de Lifidzi para se tornar uma Missão independente.

Sousa (1991), descreve que o contacto das populações de Chiritse com os Jesuítas não é recente. Já em 1939, um grupo de três jovens[215] que foi para a Rodésia trabalhar, teve contacto com os Jesuítas ingleses os quais disseram-lhes que havia, na zona deles, Jesuítas em Lifidzi a quem poderiam contactar pois eles já tinham sido baptizados. Voltados iniciaram com a pregação de forma isolada, e preparam grande número de almas para o baptismo. Caminharam cerca de 150 km a pé, ao encontro dos padres de Lifidzi, em 1942, tendo sido orientados a irem para Boroma, 100 km dali, o que fizeram.

No começo, a administração local deu emprestado uma casa aos primeiros missionários ali residentes, a partir de 1958, com o padre Luciano, seu primeiro habitante, seguido de Arnaldo Augusto de Lacerda. A casa Penedo, como era conhecida, acolhia todos os missionários que para Furancungo iam. O padre Luciano Ribeiro dedicou-se a procurar um local apropriado para a Missão, a partir dos conhecimentos que tinha do padre José João Gonçalves. De Boroma teve apoio dos padres Raúl Sarreira, Augusto Pinto e Manuel Agostinho. Os padres ali residentes dedicaram-se também a orientação das escolas confiadas pela administração às missões.

No campo da evangelização, em 1959 já havia 61 baptismos, 16 confirmações, 439 cristãos e 890 catecúmenos. Na escolarização, no mesmo ano havia 16 escolas, sendo duas em Bene, 3 na Vila Gamito, 4 em Casula, 7 em Chiuta[216]. Ao longo do seu progresso, Chiritse teve o um internato masculino, salas de aula, capela, residência para os missionários, herdade agrícola, horta e uma barragem sobre o rio Chiritse. Em 1964, possuía 1000 católicos, 34 professores, 1373 alunos, 90 alunos internos, 3997 doentes.

---

[215] São eles: João Chiutano, Miguel Chiutano e Pedro Maquia, este último pai do futuro jesuíta, Pe. Alberto Pedro Maquia. Miguel era pai da futura irmã Beatriz Miguel (FMMDP)

[216] Sousa, José Augusto Alves de. *Os Jesuítas em Moçambique*, 1541-1991: no cinquentenário do 4º. período da nossa missão, Livraria A.I., 1991:142

Aqui o padre Miguel Ferreira da Silva morreu quando uma árvore caiu-lhe em cima. Eram colaboradores, após o abandono dos missionários, os catequistas: Maros Chalera e Marcelino Nelson. Os ventos da guerra colonial vieram tornar cada vez mais imperativa a presença missionária naquele território. Os nativos, cansados da exploração e com base no que acontecia nos territórios ingleses iniciaram com acções de sabotagem. O reconhecimento de alvos militares contou com o fingimento de maluquice ou qualquer outra doença, que não levantasse suspeita junto das autoridades e mesmo dos missionários.

Por exemplo, Afonso I. Ferraz de Freitas, fala de Petane Chatiola, um suposto doente mental que é apanhado nas mediações do quartel. Depois de ameaçado diz que ia para incendiar o quartel e que os colegas viriam a noite. Houve reforço e nada aconteceu, o homem foi mandado regressar. O mesmo homem tinha incendiado o celeiro do milho da mãe, Ecineia; ela queria levá-lo ao hospital mas o médico declarou-o normal.

O doente fora detido pelo furriel de serviço que pediu reforço de sargento Simões que «anteriormente tinha estado a comandar a secção de infantaria aqui; retirou-se no dia 12, depois de ter pernoitado uma noite no Fumo Cassepa, fronteira com a Rodésia do Norte. Foram estes factos que, segundo consta, provocaram o alarme injustificado que se deu em Tete[217]». Um telegrama em poder da Torre do Tombo sobre este acontecimento é muito claro. Citemos o telegrama de José Nogueira Valente Pires:

> Relatório acontecimentos Zambue dia 6 atravessaram fronteira 4 indígenas Missão incendiar 3 fugiram 1 prisioneiro interrogado apurou-se que noite 7/8 viria mais gente atacar quartel e que há naquela região indígenas com ordem da Rodésia para expulsar brancos. Um dos chefes deste grupo é o antigo interprete posto, já conhecido pelas suas actividades subversivas. Situação actual calma. Secção reforço regressa Fingoe por não necessitar segundo indicações cmdt destacamento sargento Simões fica mais dois dias naquela região fim obter informações. Prisioneiro foi para autoridade civil Zumbo por iniciativa cmdt destacamento Zambue. A bem da nação[218].

Para os políticos, a cedência do terreno na Macanga tinha em vista assegurar o domínio, ameaçado com as independências dos territórios ingleses. Para os padres «nesta região só se fará alguma coisa ou com uma Missão local, ou com boa vigilância da parte do chefe do posto, para acabar com a dança do nyau[219]». Informações confidenciais indicavam a infiltração dos indígenas, desde 1961, na Macanga. De Lourenço Marques, 11 de Agosto de 1961, António Carlos Craveiro Lopes, no ofício Nr424/GDT descreve os acontecimentos, sem contudo, propor medidas missionárias, as quais serão encontradas localmente, na base das constatações no terreno. Eis o que nos diz:

> 1º «de há bastante tempo que se avolumavam, neste governo, fundas suspeitas de infiltração de indígenas da Niassalândia na região fronteiriça da circunscrição da Macanga, especialmente na área do Posto Administrativo de Vila Gamito, o que levou a uma intensificação de colheita de informações, tendentes a concretamente conhecer de que se estava passando.
>
> 2º Em resultado das diligências levadas a efeito, foi agora possível conhecer, com exactidão, que na regedoria de Cussarara tal estava sucedendo, tendo sido detidos e processados doze indígenas portugueses que, interrogados, confirmaram estar trabalhando a favor do Malawi Congress Party.

---

[217] SCCIM, cx 159, nº 1094. Na Rfa. Nota 42.432/B-2.935, de 24 de Setembro de 1962 e Assinado em 21 de Novembro de 1962, António Carlos Craveiro Lopes, Insp Admvo, em 31 de Outubro de 1962. Veja também Afonso Ivens Ferraz de Freitas, no Oficio 661/sdi, acontecimentos de 7 de Setembro de 1962 no posto de Zambue, Zumbo, TT

[218] Nota telegrama 441/0i-C de 11/9/62. B. Art. 162-Tete

[219] Pe. Augusto Pinto, carta de 9 de Junho de 1953, Ecos da Província de Portugal, Junho/1953:60

3º No decorrer dos interrogatórios, confessaram que, na última reunião efectuada, tinha ficado deliberado qual o tratamento a dar aos europeus, logo que o Dr. Banda tomasse conta das terras situadas entre a actual fronteira e o rio Zambeze.

3.1. Entre os assuntos versados nessa reunião figuram as da violação de todas as mulheres europeias, de que se serviriam todos os homens da povoação, e de destino a dar aos filhos dos europeus que, ficou resolvido, seriam queimados.

3.1. As armas para a acção que pretendiam vir a empreender seriam fornecidas pelo Dr. Banda, que lhes daria grandes regalias, como a posse de geleiras, carros, casas grandes e dinheiro.

4º. Os indígenas detidos estão a ser removidos para esta cidade, encontrando-se, já, neste Governo do Distrito, os respectivos processos, parecendo-me que seria de grande conveniência que a PIDE promovesse a vinda urgente de elementos para tomarem conta do caso, procedendo a ulteriores diligências que se tornam convenientes e promovendo sobre o destino mais conveniente a dar aos presos.

5º Seria aconselhável que da Companhia de Cavalaria Aquartelado na Macanga fosse destacado temporariamente para o Posto da Vila Gamito, uma secção, que ali ficaria enquanto fosse julgado conveniente, a fim de proceder a repetidos reconhecimentos e, pela simples acção de presença, apoiar o Chefe do Posto mais diligências que está efectuando com vista à identificação de mais núcleos de propaganda que possa existir, tanto mais que no próximo dia 15 se espera perturbação da Ordem na Niassalândia, em virtude das eleições que nessa data ali se realizarão.

5.1. Da conveniência desta medida vou dar conhecimento ao Comandante Militar de Tete.

6º Muito conviria, ainda, que para a regedoria Murunguja, da circunscrição de Zumbo, fosse, igualmente, destacada uma secção, pois se trata de região muito distanciada e isolada, que de há muito vem preocupando este Governo[220].

Na interacção com as populações locais foi enfrentada a árdua tarefa de combater a prática do Nyau, de modo a evitar a fuga da escola e a baixa frequência dos alunos, a ausência de raparigas no ensino, a resistência dos chefes indígenas que viam na escola uma ameaça alienadora da cultura, a falta de colaboração da parte das autoridades, o factor língua e o não retorno dos alunos à escola. Mesmo assim, debaixo destas dificuldades, houve melhoras, iniciadas em 1949. Estatísticas de 1957, precisa a frequência das meninas nas escolas pré-elementares. No primeiro caso a média é de 36% sobre o total das frequências ao passo que no segundo atinge os 42%, sendo 26% só de meninas de raça africana (negras ou mistas)[221].

A preocuação em melhorar a qualidade das construções de salas de aula com qualidade fez parte do rolo das preocupações. Os edifícios escolares das missões, espalhados pela savana obrigam um observador atento escrever que: «grande parte destas escolas fazem pensar em estábulos para animais: paus e lama, cobertas de palha, sem bancos nem carteiras com uma tabua pintada de preto à guisa de quadro. As crianças sentadas no pó da terra ou sobre troncos mais ou menos adelgaçados. Mas o que mais me assusta é como, com tao pouco, os professores indígenas possa obter tanto. Como podem tais escolas dar o rendimento que injustamente se lhes pede)[222]. A Estação Missionária maior nesta Missão era a de Furancungo, onde trabalhavam as pessoas memoráveis como, Amélia do Rosário Frazão de Almeida, Maria Adelaide Martins Dias, Padre David Ferreira da Silva, Padre José João Gonçalves, Irmãos Amadeu Inácio, Cirão Justino e Araújo Andrade.

---

[220] ANTT, SCCIM, cx 159, nº 1094. Na Rfa. Nota 42.432/B-2.935, de 24 de Setembro de 1962 e Assinado em 21 de Novembro de 1962, Pelo Chefe interno dos serviços, A. Ivens Ferraz de Freitas, no Oficio 661/sdi
[221] Cfr. Silva, Maria da Conceição Tavares Lourenço da. *As Missões Católicas Femininas* Edição 37, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboas, 1960:79.
[222] Domingues, Ernesto. *Escolas e Missões*, Lisboa, 1960:16.

2.1.6. Missão de Cristo Rei da Mpenha, 1963-2011

Não me dizem porque me prenderam em 1955, apenas dizem que eu fazia política, contudo nunca fui julgado. Somos muitos presos aqui e muitos são velhos que nem sabem o que significa política. Infelizmente muitos de nós já morreram. Um dos regedores de Milange, outro de Kionga, Porto Amélia, os dois morreram aqui na prisão. Foram deitados como cães e os seus não tem conhecimento sobre esta morte.

Regedor Marcos Dama Rinze Zimtambira Chikuse

A Missão de Cristo Rei - Mpenha foi fundada a 17 de Junho de 1965 para aliviar a Missão da Fonte Boa. A primeira missa foi celebrada pelo Bispo D. Sebastião Soares de Resende, debaixo de uma árvore. Politicamente, os acontecimentos de Macanga, de 1961, estiveram na oriegem da sua fundação. A partir de 1965, o padre Teodoro Gomes Rebelo deslocava-se a partir da Fonte Boa.

A Congregação Mariana do Internato fazia catecismos regulares nas aldeias. Em 2009 havia 45000 habitantes, sendo 19400 católicos, isto é, 43%. Apesar de estar mais perto de Lifidzi, pertence à Fonte Boa. A sua superfície é reduzida face ao número de habitantes, 850km^2 e colaboram nela, além dos Jesuítas e 230 catequistas, as Irmãs Doroteias· Possui um Centro de promoção da mulher e Apostolado Bíblico.

Mpenha situava-se na terra do grande régulo Rinze, temido pelos portugueses e que tinha denunciado as actividades destes. Desde 1955 o território era dificilmente gerido pelos portugueses porque, o regedor Marcos Dama Rinze Zintambira, fora preso e desterrado, para a Cadeia de Lourenço Marques, numa conspiração que envolveu os mais influentes de toda a Angónia, os administradores, António Augusto Veloso (Vila Coutinho), Alfredo Baptista Ferreira (Domwe) e Luís Fernandes Gil de Ntengo wa mbalame. A sua inimizade e posterior conspiração resultou da denúncia que aquele regedor tinha feito sobre como as autoridades coloniais maltratavam as pessoas e do envolvimento daqueles em esquemas de exploração da mão-de-obra e roubos. Não parou por aí. Mesmo na cadeia continuou a fazer denúncias dos maltratos a que os prisioneiros eram sujeitos. Uma carta escrita a 12 de Setembro de 1960 dizia o seguinte:

> Quis escrever esta carta na língua portuguesa para que todo o mundo saiba as mazelas dos portugueses contra os negros. Não me dizem porque me prenderam em 1955, apenas dizem que eu fazia política, contudo nunca fui julgado. Somos muitos presos aqui e muitos são velhos que nem sabem o que significa política. Infelizmente muitos de nós já morreram. Um dos regedores de Milange, outro de Kionga, Porto Amélia, os dois morreram aqui na prisão. Foram deitados como cães e os seus não tem conhecimento sobre esta morte. Ao preso não se permite a recepção de qualquer visita, salvo a esposa que não deve levar nem lápis nem papel. Enviei duas cartas aos portugueses de Lisboa, a sua terra de proveniência. Não tenho a certeza se as referidas cartas chegaram ao destino. Os portugueses dizem que não têm pena de morte, mas é mentira. Matam e oprimem nas prisões. Aqui na prisão há presos portugueses que estão a sofrer porque não concordam com a forma como seus conterrâneos têm conduzido os destinos políticos. Por favor reescrevam esta carta para que todo o mundo saiba a verdade[223]».

As cartas que saíam da Cadeia criavam situações embaraçosas ao regime e tinha impacto directo na evangelização daquela terra uma vez que a população estabelecia um paralelismo entre o silêncio dos missionários e as barbaridades do regime. Não está claro o papel desempenhado pelos missionários neste caso. Informações locais apontam ter havido uma

[223] Marcos Dama Rinzi Zimtambira Chikuse Torre do Tombo.

tentativa negociada de trazer de volta o regedor, mas estas tentativas não surtiram efeito. Abel Jassi diz ter presenciado um encontro entre o administrador e o padre Rebelo no qual tratavam da pertinência de trazer o regedor. Naquele encontro, diz o intérprete, o padre saiu fraco porque lhe foi-lhe comunicado que o regedor Zimtambira havia morrido[224]. «Entretanto», continua, «soube-se que era uma mentira, forma de fazer com que os padres não se envolvessem na libertação do regedor».

Em 9 de Agosto de 1961, saiu uma nota a desmentir a notícia de que o chefe Zintambira fora assassinado pelos portugueses na cadeia de Lourenço Marques. Manuel Gomes de Araújo, chefe de estado maior das forças armadas, avisa que «em reuniões secretas efectuadas em vários pontos de Moçambique e na Angónia, africanos juraram vingar a referida morte e estão a preparar medidas secretas para iniciar guerra de guerrilha semelhante a Angola.

Tudo leva a crer que havia o plano de assassinar o regedor Marcos Dama, mas o caso saiu antes para a imprensa. O major João Mário Bento, em 25 de Setembro de 1961 tranquiliza Manuel Gomes de Araújo dizendo que o régulo Marcos Dama Zintambira está vivo[225]. De facto, o Goan Tribune de 9 de Julho de 1961 escrevera: *Zimtambira killed in Prison*.

> Chief Zimtambira, who was arrested in 1955 at Vila Coutinho (Northern Part of Mozambique) was killed in the Lourenço Marques Prison recently for influencing other prisoners. He was arrested for refusing to offer his people for forced labour. After serving a prison sentence of six months the chief was released. Prevented from going back to his village, he was employed by the Negocios Indígenas (Native Affairs Department). While working here Chief Zimtambira wrote many letters to the Minister for the overseas Province demanding that his case be taken to Court. His letter to the Governor General of Mozambique last year had earned him another prison sentence. The letter started: you bar may going back to my home village, to rule a small number of people, but bear in mind, Your Excellency, that my son tomorrow is not going to rule Vila Coutinho Alone, but the whole of Mozambique[226]».

O Jornal *Malawi News* de 4 de Maio de 1961 publica a carta de Dama, aliás é publicada na primeira página a 27 de Abril de 1961. Os motivos da demora da execução do regedor prendiam-se ao facto de os missionários não terem dado garantia se cuidariam os filhos daquele. Os filhos deviam ser entregues aos missionários e arquitectava-se a morte da mulher porque, segundo Afonso I. Ferraz de Freitas,

> A situação quanto a mulher, filhos e sobrinho pode tornar-se embaraçosa, não me restando dúvidas de que se os partidários do ex-régulo ou se os elementos subversivos residentes no estrangeiro lhes pudessem deitar a mão, saberiam, com mestria, explorar profundamente a situação e, certamente, os entregariam a quem os soubesse educar no ódio contra nós. O destino a dar à mulher, filhos e sobrinho do ex-régulo deve ser cuidadosamente estudado, não nos devemos esquecer da história da cobra enregelada. Não sei se a mulher vive sem controle e se os filhos e sobrinho estão sendo educados da forma mais própria e aconselhável. Duvido que os missionários a quem estão entregues estejam bem conscientes das necessidades impostas pela situação[227].

A 7 de Novembro de 1962 numa carta, Afonso Ivens Ferraz de Freitas, sugere fazer se uma pesquisa na Angónia de modo a tornar esta região no ponto de entrada para o Malawi, incluindo o papel da Igreja. Através da Igreja era mais fácil penetrar no Malawi porque os Malawianos infiltravam-se para Moçambique mediante a compra de cadernetas portuguesas.

[224] Abel Jassi, entrevista com o autor, Lizulo, 7 de Fevereiro de 2013/ Transcrito
[225] Rfr 5.644/B/1/3. De 28 de Dezembro de 1962, Torre do Tombo, Folha 132
[226] Rfr 5.644/B/1/3. De 28 de Dezembro de 1962, Torre do Tombo, Folha 136
[227] Rfr 5.644/B/1/3. De 28 de Dezembro de 1962, assinado a 9 de Março de 1963, por António Augusto Veloso, o administrador de Ntengo wa Mbalame.

Os jesuítas consideram que Dama seria um bom colaborador para mobilizar as pessoas a ficarem «do lado de cá». Mas, António Carlos Craveiro Lopes adverte:

> No dia em que o Marcos regressar à Angónia ou fugir para Niassalândia será um leader perigoso e implacável para Portugal e para os Europeus e o Governo, com toda a certeza, terá grandes apreensões e, possivelmente, de fazer face a distúrbios. Por isso, o Marcos precisa ser vigiado cuidadosamente e bem assim a sua correspondência, o que só se torna possível nas estações de Lourenço Marques, onde reside[228].

Desde 1958 havia tentativas de pedidos para a libertação do regedor. O Padre José João Gonçalves formulara um pedido no sentido de se libertar Dama porque «a nossa Missão em vastas áreas desta Angónia carece de apoio mobilizador o que o Sr. Onésimo, o substituto, não consegue».

A 16 de Janeiro de 1959, Afonso Calçada Bastos escreve desfavoravelmente o regresso de Marco porque «o regedor Marcos Dama Rinze é um indígena astuto e muito orgulhoso conhecendo bem as qualidades e defeitos dos europeus e sabendo tirar o melhor partido disso para alcançar os seus objectivos. Conheço o Marcos Dama Rinze desde 1948. Em minha opinião, Marcos Dama Rinze nunca mais deve ser autorizado a voltar a Angónia porque a sua presença, nesta terra, pode representar, em menos de meio ano, graves perturbações ao nosso território e grandes apreensões a Niassalândia, onde a raça indígena é angoni – parte da tribo angoni esta na Niassalândia e outra parte nesta circunscrição».

Numa carta extensa, Dama descreve o comportamento dos administradores de Angónia. «O sr. administrador Mário Ferreira, quando estava neste tempo na Angónia acusou-me que sou um dos negros contra brancos, que eu frequentava reuniões com os indígenas de Niassalândia. Mas tudo isto é pura mentira acusou-me estas coisas porque o Sr. Administrador fazia grandes negócios, vendia os indígenas aos recrutadores, obrigava os régulos a apanhar os indígenas para vender aos recrutadores, obrigava os indígenas a vender gado bovino, pagava o que não agradava aos donos. Eu próprio fiz tijolos para ele fazer a nova administração nem o meu salario de 1955 tudo isto não foi pago[229].

Não é claro sobre quando e como morreu Marcos Dama. A PIDE, incapaz de desmistificar o ponto de saída das cartas da prisão, tratou de forjar provas para incriminar um Seminarista que tinha recebido formação nas missões jesuíticas, António Disse Zengazenga. Localizei-o na Alemanha de onde escreveu-me:

> 7 de Fevereiro de 2013, Caro Amigo Eusébio.
>
> Que esteja bem. Continuemos a decifrar juntos o seu trabalho: "Nas notas da PIDE de 5 de Junho de 1961, nr, 265A/4» e de 17 de Maio de 1961 (Tete) indicam haver correspondência entre Marcos Dama e um tal António." A correspondência que existiu naquele ano era com o tio dele António Nzeru Rinzi Zintambila Chikuse, pois eu estava na Namaacha de 1960/62. Visitava-o 5 vezes por ano e não havia necessidade de correspondermos. Conheci esse António. Era um dos tios de Marcos e tinha uma filha no Internato das Meninas na Missão de Lifidzi no meu tempo de 1947/50. A prisão de Marcos de 1955 não é a de 1958. A de 1955 era porque recusava fornecer trabalhadores para os campos de cana-de-açúcar em Inhaminga e Sena, serrações de Dondo e desflorestação de Chimoio para a fundação desta cidade, enquanto a de 1958 foi política como esclareço no meu livro, a sair em breve. Na primeira ficou seis meses e no exílio, enquanto a de 1958 durou até à vinda de Spínola em

---

[228] António Carlos Craveiro Lopes, Nota de 5 de Junho de 1961, nr. 265/A/4, de 17 de Maio de 1961 (Tete)

[229] Nota oficio confidencial 764/C, de 7-12-1960 Assina o António Carlos Craveiro Lopes, o Governador Interino, entrada em 18 de 1 de 1961 e assinado a 10 de Janeiro de 1961, cfr. também a carta presente no Jornal *Malawi News* de 4 de Maio de 1961

> Portugal. A carta de 12 de Setembro de 1960 foi escrita antes de eu começar a visitá-lo. Na verdade, foi nas minhas férias de Julho/Agosto que, separadamente, ouvi dizer da minha mãe e do Sr. Pe. José João Gonçalves, que Marcos Dama estava preso em Lourenço Marques. Ambos perguntaram-me, se eu estava em contacto com ele. Respondi-lhes que não. Perguntei-lhes porquê? Disseram que foi preso porque queria que Moçambique fosse independente. O padre disse: "Esta terra é nossa, os nossos pais a descobriram e deixaram-nos como património, E não a entregaremos a ninguém,". Duas semanas depois vieram os seus irmãos, Rafael e Bonifácio Dama, com os quais estive na Missão de Lifidzi de 1947/50 entregar-me a direcção de Marcos no Bairro Indígena, em Lourenço Marques. Marcos contou-me que tinha escrito para Salazar, Caetano e Alves, Ministro do Ultramar. Mas que, infelizmente, não lhe tinham respondido. Disse também que correspondia com os seus amigos, membros da UNAMI em Blantyre. A linguagem descrita na sua carta é dele. O homem não tinha papas na língua nem complexos de inferioridade. Como as cartas saíam da prisão? Certamente as duas filhas memorizavam o que o pai lhes ditava. Uma vez decorado, recitavam diante dele para o controlo. Assinava a página vazia e uma das filhas levava para casa e aí escrevia. Como a porta estava aberta sem guarda e não se vistoriava a massa, era possível introduzir um lápis para assinar na prisão. A direcção era certamente dum simpatizante na cidade e todas as cartas eram postadas em Moçambique. Por hoje ê tudo, aguardando a seguinte surpresa. Com os meus melhores cumprimentos com um forte abraço,António Disse Zengazenga[230]

Por vias indirectas quis-se usar professores da Missão para se infiltrarem no Malawi a fim de descobrirem o que era tratado, porque os missionários mostravam-se cada vez mais distantes em colaborar politicamente. Em 1963, há um professor de Lifidzi nas reuniões do MCP, de nome Luís Gonzaga quando Henry Masauko Chipembere organizou uma reunião em Dedza na qual faz parte o enfermeiro português José Baltazar da Costa, o Changonga. A reunião debruçara-se sobre a inclusão da região de Angónia ao Malawi e Chipembere disse que estava contente por ver indianos naquela reunião[231].

Nota-se que a criação desta Missão teve em vista a responder as pretenções do Hastangs Kamuzu Banda, o futuro líder da Niassalândia, para quem Angónia devia estar incorporada ao Malawi. Com a independência temia-se o pior, porque a população de Lizulo já tinha sinais de inclinação ao futuro jovem país. O administrador do posto administrativo Boa alertava que «devido aos tumultos que possam surgir no dia da independência da Niassalândia, suponho que seria bom guarnecer, discretamente, aquela povoação» Lizulo «com alguma pequena força militar ou policial, naquela data «8 de Julho[232]».

Acontecimentos de índole político sobrepuseram-se a que a administração local visse na Igreja um aliado. O novo governo de Banda tinha ministros hostis aos portugueses, como foi o caso de Mwalo e Chakwamba, este último acusado de ter espalhado ideia de que os portugueses eram maus e quando alguém tentou desmenti-lo, viu a sua casa incendiada. Chakwamba era hostil aos portugueses devido ao facto de ter sogros naturais de Charre, área fronteiriça, que a queria malawiana. Promoveu tumultos nas zonas fronteiriças como Chiromo e Sandama em Milange o que leva ao administrador local afirmar que

> Sandama, até agora, é a única área onde a autoridade administrativa foi ferida. Os elementos do Governo do Malawi e os dirigentes do MCP que estão, encobertamente, contra o Dr. Banda, não concordam com as relações que mantém com os portugueses. O régulo angoni do Malawi, Gomani, está a modificar a sua conhecida hostilidade aos portugueses mas sofre forte pressão do Presidente do MCP de Ntcheu, de nome Watford Makwangwala que é hostil aos portugueses. O Gomani mostra um certo receio quanto às possibilidades políticas de Watford. Até os comerciantes portugueses como Maciel e seu genro, Vasconcelos, são hostilizados no Malawi[233].

[230] Correspondência com António Disse Zengazenga.
[231] Nota 16/63 de Abril
[232] Jorge Gomes Martins, administrador do Posto de Ntengo wa Mbalame a 31 de Maio de 1964
[233] César Maria Serpa Rosa, secretário-geral do governador, rf 1561 de 30 de Maio de 1964.

Como que confirmar o continuar dos tumultos, a 19 de Junho de 1964, António Carlos Craveiro Lopes, escreve que «na passada segunda-feira entraram 50 africanos Malawianos na loja de Amaro Lopes em Lizulo e o seu empregado Carlos Marcelo Moreira ficou sem reagir o que desmotivou-os de criar o pior e se foram. Em Lizulo, a UDENAMO monta um escritório, dirigido por um africano de nome Milton Chacudza Bobo, funcionando na casa do régulo Gomane[234]». Daqui resulta que estando na Fonte, os missionários tinham que ter olhos postos nas zonas fronteiriças.

Um relatório de 1964 diz-nos o seguinte: «Depois da cerimónia de Ramos aqui na Missão, fomos à Mpenha, futura Missão, para as mesmas cerimónias. É uma terra próspera de cristãos, já esta quase concluída a terceira sala de aula de alvenaria, pois as duas que lá existem não chegam para tantos rapazes e raparigas[235]». Para os Jesuítas, a ocupação de Mpenha representava uma necessidade missionária para fazer face a influência dos protestantes encabeçados pelo missionário Michael Scott a quem as autoridades oficiais diziam ser o propalador das mentiras contra Portugal na imprensa internacional. É preciso afastar o verme protestante naquelas partes porque Scott tem-nos guerreado por toda a imprensa estrangeira[236]».

Um dos aspectos com os quais os missionários não estavam de acordo era o afastamento de pessoas formadas que pudessem levar avante projectos de desenvolvimento. Como escreve o Governador José Franco Rodrigues «em referência aos indígenas Gefete e Dogala a que mencionada terceira comunicação faz alusão, dei instruções ao Sr. administrador da Angónia, para que este e outros em idênticas circunstancias, fossem incluídos num dos próximos contingentes de mão de obra a fornecer aos Serviços dos Portos e Caminhos de Ferro da Beira, com o fim de os afastar, pelo menos durante o ano dos respectivos contratos, daquela referida Circunscrição.

Outros indivíduos são Dom Carlosde Lizulo, Andressone Kadzakomanja ou Cangnaga de Njolomole, Mlangueni enquanto Gafete ou Efete é natural de Thomo e Dogala é de Ntengo wa mbalame. Para os missionários, evacuar pessoas assim era fornecer via fácil de os inserir em meio onde pudessem lançar suas ideias subversivas e afasta-los de suas zonas de convívio habitual seria interpretado como castigo. Era preciso criarem-se condições de trabalho no local onde as pessoas residiam. Ao longo do seu desenvolvimento chegou a possuir um internato construido com ajuda do apoio da irmã Manuela Ferreira de Brito, uma escola, Sala de promoção, Moinho e a Machamba. Quando a Missão foi nacionalizada, o padre Rebelo foi construir uma igreja, distante dali.

A nacionalização não teve efeitos desejados, de fechar as missões e obrigar o povo a abandonar a religião e forçar o ateísmo. Pelo contrário, «esforços envidaram a entrega desta Missão aos leigos, como o exemplo, João Sandramos, Francisco Maudene. A popuação de Mpenha sempre mostrou-se fiél ao lado português numa área que era pretendida pelos Malawianos. Com a perseguição de 1977, optaram por diminuir as comunidades, dando responsabilidade aos leigos, por meio de comuniddes, como foram os casos de Maonekera, Zamadula, Bachone, Majawa, Mlangeni, Mphulo e Kachere». Um dos afectados confirma que «não foi possivel parar a palavra de Deus com discursos políticos e intimidações, por vezes, até com perseguições. Tínhamos homens corajosos como o catequista Senzani[237]».

---

[234] António Carlos Craveiro Lopes, o governador de Tete, 17.06.1964 rf 26/1964
[235] Relatório da Fonte Boa, Junho de 1964, Ecos da Província de Portugal, Junho de 1964:71
[236] José Franco Rodrigues, Nota de 18 de Junho de 1960
[237] Amélia, Fonte Boa, entrevista com autor, 6 de Fevereiro de 2013 /transcrito.

2.1.7. Missão de Inácio de Loyola – Msaladzi

A Missão de Santo Inácio de Loyola de Msaladzi foi fundada em 13 de Janeiro de 1965. Até 2011 era assistida a partir da Fonte Boa. Com uma superfície paroquial de 6.500 Km^2 tinha uma população estimada em 45.300 habitantes dos quais, quase 30%, ou seja, 13.350, eram católicos[238], assistidos por 98 catequistas. Entre as obras de promoção encontrava-se uma Moageira e fazia-se um desenvolvimento agrícola. A Legião de Maria era o grande movimento laical e fazia-se o Apostolado Bíblico com a ministração de Cursos bíblicos.

A História desta Missão esteve ligada à da Estação Missionária da Banga onde foi instalado um moinho pelo padre Faustino Rodrigues. Entretanto, a maioria das senhoras que para lá se dirigia provinha da zona de Msaladzi o que despertou atenção nos Padres para irem ver o local. Eis que o padre Faustino segue as pegadas das senhoras e decide criar lá um sítio de oração. Ao padre Faustino seguiu-se-lhe o padre Arnaldo Augusto de Lacerda e Pe. Teodoro Rebelo. Concordaram que aquele local devia ser e estar separado da Banga, entretanto, continuava com o mesmo nome Cristo Rei da Bela Vista de Banga, mas Banga ficou São Brito e Msaladzi ficou Santo Inácio como padroeiros.

Foi o padre Kamtedza quem as baptizou. Uma das potencialidades que os padres queriam era a água do rio Msaladzi pelo que fizeram uma barragem para a irrigação. A horta teve um grande impacto nas comunidades circunvizinhas, empregando parte de pessoal e dando lições de cultivo e cuidado do solo. Em matéria de evangelização, Fonte Boa continuou a ser o centro de preparação moral dos catequistas, através de retiros e pequenos cursos.

Os catequistas Augusto Timo, Modesto Jimu e Raúl Pedro elevaram a cristandade nas famílias locais. Para os políticos, a ocupação de Msaladzi tinha vantagem de marcar a presença dos portugueses, uma vez que a zona tinha muitos adeptos da independência do Malawi. Havia moçambicanos partidários do MCP como foi o caso de Gidieli Chadzera, de Ntengo wa Mbalame, Izake Njolomole, de Mlangeni. Numa reunião, Willard Gomani, régulo Malawiano, em 1961 avisava que não enviaria nenhuma pessoa suspeita pelos portugueses a Moçambique porque «passei a ter poder sobre o povo de Moçambique para o libertar, logo que a Niassalândia se torne independente[239]».

Muitos comerciantes europeus eram alvos de ataques pelos Malawianos. Exemplo foi José Manuel Martins, atingido por um tiro pelo comprador que havia fingido trocar o dinheiro em Biri-Biri, a 29-07-1963. A 4 de Junho de 1963, o nativo Bartolomeu Dias é preso por dizer que no dia da raça defenderia a sua raça negra até ao fim, em frente dos militares. O Malawi tinha infiltrado muitos espiões em Moçambique.

Um individuo de nome Rodrick John, de Kachenya, N. A. Gumabela, Ntengo wa mbalame, fora fixar-se no Malawi onde foi nomeado chefe e conseguia convencer muita gente a apoiar o MCP, e sair de Moçambique. A nota 326/SDI de Abril de 1963 mostra que há venda de cartões da Frelimo no Lilongue, por Malawianos e alguns portugueses ali residentes.

Em Dedza, os cabecilhas eram António Alane, um alfaiate, moçambicano de Angónia e Ncuto, nacional Malawiano. A pedido de António Carlos Craveiro Lopes, António foi preso e conduzido para Moçambique, entregue numa noite. Nas palavras do próprio Carlos «Declarou que tinha em sua casa 100 cartões da Frelimo que tinham vindo da Tanganhica,

---

[238] Anuário Católico de Moçambique, 2008:127
[239] Willard Gomani, TT, fls 61-62

por intermédio de um seminarista da Namaacha, António Disse[240], que presentemente faz política no tanganica e Niassalândia. Não foi possível apanhar os cartões». Mas António Alane conseguiu escapar-se. O polícia que colaborara no Malawi na prisão do alfaiate, foi transferido porque os utentes do alfaiate metiam queixas.

Até 1950, o próprio administrador do lado Malawiano do Ntcheu vinha pagar imposto na Vila Coutinho, em Libras. Lizulo, Ncutu, Mlangeni, Kambilonjo, Daviko são zonas fronteiriças que mereciam ser ocupados pelos missionários moçambicanos, porque caso contrário, seriam ocupados como deixou claro o futuro ministro Malawiano, Orton Chirwa, para quem «todos querem a independência do Malawi e logo que lhe fosse dada entrariam em território português e que a fronteira seria o rio Zambeze, ficando tudo a pertencer à Niassalândia. Que ão queria que os portugueses tornassem a bater nas mãos dos irmãos dele. Que queria apanhar a terra que era deles e que os brancos se fossem embora para onde tinham nascido. O secretário do Banda, Kanyama Chiume falou a mesma coisa. Por isso, Banda escrevera ao governo português a pedir para Angónia ser incorporada na Niassalândia em virtude da tribo angone estar dividida em duas partes[241].

Depois das nacionalizações, o padre Honório foi proibido de celebrar as missas. Em face dessa proibição, ele não sentou em casa. Infiltrava-se no meio dos cristãos para acompanhar a pregação de catequistas. Não devia baptizar nem celebrar os matrimónios, muito menos estar no confessinário. Ele levava a hóstia e a entregava aos leigos. Estava em construção uma Escola de raíz naquela Missão. A obra deve-se ao a recolha de donativos por vários meios. Como afirma o padre Vitor «A escola está sendo construída. A primeira parte está quase, mas faltam mais duas partes e internatos para os alunos e alunas dormirem e comerem, casas dos padres e das irmãs, casas para os professores. Ainda está tudo muito atrasado. Em Portugal, os meus amigos estão a fazer alguns eventos para angariar fundos[242]».

2.1.8. Paróquia de Nª Sª das Graças de Vila Coutinho - Ulónguè

> Queremos independência nós todos. Se vocês forem teimosos hão de ir a pé. Vão para a vossa terra. Não compliquem. Nós queremos o chefe da povoação Marcos Gonzaga e todos os que foram presos por causa da independência. Soltai-os todos. No caso de não soltarem ficam sabendo: Agora vão se embora porque são ordinários e são chanfrados.

A paróquia de Nossa Senhora das Graças - Vila Ulongue (Antiga Vila Coutinho ou Mouzinho) foi fundada a 31 de Maio de 1965 e ocupa uma superfície de 950 Km^2 com 42.000 habitantes, 55% dos quais são católicos, isto é, 23.000. 235 catequistas colaboram na evangelização destes católicos. Existe um centro de Promoção da mulher e biblioteca e um forte movimento laical, Legião de Maria[243]. Desde a década de 1990 que os Leigos Para o Desenvolvimento têm colaborado. Esta paróquia desmembrou-se de Lifidzi. Os primeiros missionários residentes foram os padres José Luís Gonzaga Neto e Manuel Joaquim Pereira.

No começo viveram em péssimas condições antes de construirem uma residência própria. A Missão-paróquia foi garantida pelos *gurupas*, catequistas-professores e irmãs, quando o

---

[240] Segundo o próprio António Disse, essa informação não corresponde a verdade, pois ele nunca distribuiu cartões da Frelimo. Para ele, isto mostra o quanto a PIDE fabricava provas para incriminar os suspeitos.
[241] Nota 235/b/8 de 2 de Fevereiro de 1959 à Salazar
[242] Vítor Manuel Lamosa Pereira
[243] Anuário Católico de Moçambique, 2008, 2009:125

número de missionários foi diminuindo, durante a guerra «civil». O irmão Albano, colaborou com o governo no cuidado da horta por dez anos. Entre as actividades desenvovidas contam: uma Horta pertença da actual Escola Secundária de Ulónguè, outrora Escola Normal, residência, Carpintaria, Internatos, salas de Aula, Internato em Nseula, com capacidade para 80 alunos, depois nacionalizado.

No Colégio Azevedo Coutinho destacaram-se o Director, Pe. José Ribeiro, Vice-Director, Pe. José Araújo, prefeito dos estudos, Pe. Sílvio Moreira e professores, como Padres Theodoro Rebelo, João de Deus Gonçalves Kamtedza, Irmãs Maria dos Prazeres, Maria do Rosário, Maria da Cunha, Professores Elias Mateus e José Maria Francisco, entre outros. Entre os factores políticos que pesaram na criação desta paróquia figuram as ameaças que as autoridades recebiam vindas de pessoas desconhecidas. Em 25 de Dezembro de 1962, Bizueque Guinar, numa reunião diz que «os pretos de Tete andavam a sofrer o que não sucedia na Angónia visto que ali recebiam ordens do Dr. Banda». A transcrição da informação recebida do Comando da Circunscrição Fiscal de Tete, Feita na língua local era mais clara no tipo de ameaças a que eram vítimas as instituições locais. Era preciso apaziguar as pessoas por meio da cristandade. Atentemo-nos a estas linhas:

> Chefes das povoações dos portugueses, fiquem espertos se estão a dormir. Hoje amanheceu. Muitos portugueses estão a ser contados. Que vão para Lisboa com estas raízes Yakapilikonokonda Zuwa Cisaka. Estas raízes é que vão atravessar o Zambeze. Vocês os portugueses donde são? Não são de Lisboa? Olhem os portugueses vão para a vossa terra. Cumprir a palavra: queremos independência nós todos. Se vocês forem teimosos hão de ir a pé. Vão para a vossa terra. Não compliquem. Nós queremos o chefe da povoação Marcos Gonzaga e todos os que foram presos por causa da independência. Soltai-os todos. No caso de não soltarem ficam sabendo: Agora vão se embora porque são ordinários e são chanfrados. Abram os olhos vocês pessoas de Moçambique, fiquem preparados, amanheceu agora. E todos os portugueses combinem sobre o chefe da povoação Marco, onde foram pôr este Marcos chefe da terra dele. No caso de não pensarem bem, vocês os portugueses dos postos hão-de ir a pé para Lisboa. Quem ler esta carta mandar para o posto deles, não esquecer há-de ter questão porque a terra é nossa. Os Portugueses arrumem a bagagem e vão para a vossa terra, porque agora amanheceu. Nomes: Onezimo Kapiliconi, Luwizi Kapiliconi, Fulaki Kapiliconi, Litasasi Kapiliconi. Terra está virada. Amanheceu mesmo agora. FILIDOWU[244].

Os nomes aqui assinados: Onésimo, Luís, Fulaki e Litasasi, são de pessoas que se simpatizavam com o regime colonial, tidos de traidores (Kapilikoni) pelos autores da carta. O problema referente ao ensino era gritante na região em volta de Ulónguè, como reflexo do que era em todas as dioceses portuguesas[245] o que influenciou na definição das frentes de combate, nomeadamente evangelização, promoção da juventude por meio de internatos e construção de escolas.

Os missionários alí residentes eram ao mesmo tempo organizadores, educadores, inspectores escolares, animadores dos professores e directores responsáveis pelo pleno funcionamento das escolas, pelos programas, pelo material escolar, pela documentação e pelo arquivo. Não poucas foram as vezes que tiveram que servir-se de pessoal com preparação deficiente que actuava como catequistas. Serão estes catequistas professores os fundadores de capelas-escola, uma vez que durante a semana a construção serve de sala de aula e aos domingos passa a servir de igreja.

O ensino religioso era ministrado nas escolas e internatos com um peso determinante sobre o resultado geral. A vontade de os alunos para estudar não foi correspondida pelos deficientes professores, mal preparados e com atitudes autoritárias na ausência do

[244] Torre do Tombo, SCCIM cx 158 nr 1090, Circunscrição de Angónia, L/10/2/T/1
[245] Silva, Maria da. *As Missões e o Ensino*, in Missão para o Estudo de Missiologia Africana, Beira, 1960.

missionário. Tais atitudes não ajudaram a agregar as pessoas através do ensino e foram responsáveis da desadaptação social, de vagabundagem pois, aprendidas as primeiras noções, os aprendizes não eram capazes de encontrar trabalho útil. As missões, em comparação com as escolas do Estado, tinham poucos meios enquanto lhes era exigido maior trabalho. A abertura da Escola Normal e do Colégio da Fonte Boa parecem não ter surtido os efeitos desejados.

Desde cedo, encheram-se de filhos de colonos, o que criava descontentamento das massas maioritárias negras. Os motivos desta elitização podem estar relacionados com o fraco poder económico dos negros mas também deve haver uma dose de verdade que parte do problema tenha a ver com o racismo. Como disse Anabela: «era normal uma família inteira ser levada para ir limpar a escola porque um dos filhos foi pisar lá[246]». A falta de perspectivas dos alunos fez com que se pensasse no incremento de escolas profissionais de artes e ofícios as quais deram resposta aos problemas recorrentes. A 8 de Novembro de 1986 os missionários são raptados e fecha-se a paróquia, passando a ser assistida pelos catequistas. A Missão paróquia de Ulongue foi entregue a Diocese, em 2011.

2.1.9. Missão de Nª Sª da Conceição do Zóbue, 1966-1978

> Os jesuítas vieram com um programa quase militarizado e aboliram as nossas liberdades e tínhamos muito pouco tempo para descanso até mesmo para comer. Este comportamento não foi bem-vindo e muitos estudantes começavam a sair para além de muita manifestação de desgosto dos jesuítas.
>
> Francisco Nota Moisés

A Missão de Nossa Senhora da Conceição encontrava-se nas mãos dos Salesianos e das irmãs Salesianas, em 2009. Nesta altura, numa superfície de 4.500 Km^2 viviam cerca de 19.500 das quais 4.600, isto é 23,5%, eram católicos, assistidos por 70 catequistas. Tinha como obras de promoção: centro para crianças (Jardim Infantil) e dois centros de promoção da mulher. O Movimento Laical expressivo era a Legião de Maria. A Missão foi fundada a 13 de Janeiro de 1950, pelo D. Sebastião Soares de Resende e confiada à Sociedade Missionária dos Padres de África (Padres brancos[247]).

Expulsos estes, D. Felix Niza Ribeiro, Bispo de Tete, a entregou aos Jesuítas em 1966. Tiveram que abandonar Boroma, entregue aos padres combonianos. A 28 de Março de 1964, o Bispo deslocou-se ao Seminário Interdiocesano do Zóbue, a fim de conferir o subdiaconato ao primeiro subdiácono natural da Diocese, Pe. Domingos Gonçalo Ferrão. Recebeu a ordem de diácono na Missão de Boroma, no dia de Pentecostes, onde celebrou a missa na língua local, o que comoveu muita gente, pois fora aluno daquela Missão e da Escola Normal. Aqui, o padre Augusto Pinto fundou escolas-capelas, em Chinyanje e Madzimaere. Depois da nacionalização o seminário foi transformado num centro de formação de professores. Tendo sido obrigados dois irmãos, José Lima e José Coelho, pelo governo, a trabalharem ali, na herdade agrícola mas tiveram que sair devido a doenças,

---

[246] Anabela Chisale, Maphiri (V. Ulónguè), entrevista com autor, 7 de Fevereiro de 2013 / Transcrito.
[247] Sousa, José Augusto Alves de. *Os Jesuítas em Moçambique*, 1541-1991: no cinquentenário do 4º. período da nossa missão, Livraria A.I., 1991:156

ainda que haja indícios de que algo de mal sucedia, o que veio a materializar-se com a proibição reentrada do então superior da Missão, o padre Augusto Pinto.

Aproveitando-se das férias do superior, o governo deu ponta de saida, ao impedi-lo de descer do avisão que o trazia de Lisboa. Assim estava fechada a Missão de Zóbue pelas ordens governamentais, em 1978. Desde então, as Irmãs de São José de Cluny permaneceram até 1987 fazendo vários trabalhos. Forçadas pela situação da guerra, chegaram a assistir à Missão a partir de Tete e iam em colunas militares, como foi com a incansãvel irmã Felicidade Lazaro.

Entre as irmãs que se dedicaram aqui contam-se Jacinta Pereira, Paula Mulatinho, Gabriela Juliano, Inês Ornelas, Lúcia Baptista (raptada pela renamo). Na ausência das irmãs, ficavam os catequistas e animadores de comunidades, como Francisco Jairosse, Romão Maquece e Lucio Mafio[248]. O objectivo principal de ocupar a Missão de Zóbue pelos Jesuítas era para impedir o avanço da guerrilha, prevenindo a saída de muitos seminaristas que fugiam para o território vizinho do Malawi, filiando-se a Frelimo.

Devido ao desentendimento verificado entre as autoridades de Lisboa com os padres Brancos que resultou na expulsão destes, os jesuítas tomaram conta, com a promessa de devolução. O que se viu é que, os alunos de Zóbue não resistiram a pressão exercida pelos Jesuítas. Existia uma diferença comparável entre o conteúdo que era requerido pelo regime e aquele ministrado pelos Jesuítas nos seus domínios. A 1 de Agosto de 1967 chegaram os padres Alfredo Peixoto (morto por um acidente de aviação em 1968), Manuel Gama, Abel Paulo Guerra e Manuel Marques, e escolásticos Sílvio Moreira (assassinado em 1985), Manuel Duarte Ribeiro e Francisco Correia (chegado a 26 de Setembro), além do Rui da Costa Pinto (chegado em Outubro). De 203 alunos que eram na entrega em 1967 sobrava 101, até ao natal.

Parece ter havido um desentendimento entre a equipa formadora e os alunos. Segundo Francisco Correia, tal deveu-se à rapidez do processo, mas há outro Jesuíta que me disse ter havido tempo em que os padres brancos iam comunicando sua experiência, pelo que foram saindo um de cada vez. No ano seguinte houve a transferência dos alunos do segundo ano para Tete, em 31 de Janeiro de 1968. O espanhol, padre José Latore que sucedeu o alemão padre Prein, anunciou antes das férias de Junho de 1967 que tinha sido decidido que os padres brancos deixariam de leccionar no Seminário de Zóbue e que os jesuítas da Escola Normal de Boroma tomariam o seu lugar. Os estudantes, sem conhecerem as causas, ficaram furiosos. Segundo Francisco Nota Moisés, um dos estudantes no Seminário:

> Os padres brancos (espanhóis, belgas, alemães, até houve um suíço), não se preocupava com a questão de inculcar o nacionalismo português. A PIDE sabia muito bem que o padre André de Bels, belga, ajudava ex-estudantes a transitar para o Malawi e lhes arranjava bolsas de estudo e os enviava para América a partir do Malawi. Os padres Jesuítas aceitaram sem murmurar a decisão de os mandar para as missões dos padres brancos em Tete, Manica e Sofala. Antes mesmo da sua saída antes de todos os estudantes irem de férias em Junho de 1967, os jesuítas, que era o corpo docente da Escola Normal de Boroma, vinham se familiarizar-se com o seminário e com os seminaristas. Até então tudo estava bem[249].

Foi somente quando os estudantes regressaram em Setembro que houve confrontação com a equipa formadora porque os estudantes consideravam os Jesuítas, todos portugueses «a face

[248] Sousa, José Augusto Alves de. *Os Jesuítas em Moçambique*, 1541-1991: no cinquentenário do 4º. período da nossa missão, Livraria A.I., 1991:157
[249] Correspondência com o autor via blog http://macua.blogs.com/ em 05/06/2012 at 08:10

do colonialismo português». O seminário contava com seis níveis e os Jesuítas aboliram o sexto ano para os estudantes irem só até o quinto ano dos liceus. O não retorno dos seminaristas depois das férias de 1967 ao seminário do Zóbue explica-se pelo facto de temerem ser recrutados para o serviço militar. Havia rumores segundo as quais os alunos da Missão de Boroma sob gestão dos Jesuítas eram vulneráveis a irem para o serviço militar enquanto os do Zóbue gozavam privilégio de isenção. De novo o Francisco Moisés:

> Os jesuítas vieram com um programa quase militarizado e aboliram as nossas liberdades e tínhamos muito pouco tempo para descanso até mesmo para comer. Este comportamento não foi bem-vindo e muitos estudantes começavam a sair para além de muita manifestação de desgosto dos jesuítas. Quando a PIDE se apercebeu que alguns dos estudantes tinham atravessado a fronteira para o Malawi para se aderirem a Frelimo, a fronteira de Zóbue ficou muito tensa com patrulhas até dentro do Malawi. Os estudantes que saíam mais tarde eram acompanhados do seminário pela PIDE até as suas aldeias que fosse na Zambézia, em Tete, Manica ou Sofala. Os que em anos anteriores passavam por Malawi foram forçados a tomar outras vias dentro de Moçambique. Apesar da tensão, eu consegui passar por Zóbue numa travessia épica da fronteira, tendo entrado no Malawi por volta de 3 horas na madruga do dia 18 de Novembro de 1967 e andando da fronteira a Mwanza que estava muito longe dentro do Malawi. Estive sozinho numa noite escura numa região onde hienas (quizumbas) viajam entres os dois países. Mas não me deparei com nenhumas graça a proteção dos espíritos dos meus antepassados que sempre me protegeram[250].

Os padres brancos cooperaram com os jesuítas, mas não ficaram no seminário quando o ano lectivo começou. Eles saíram durante as férias quando os estudantes estiveram já nas suas missões depois de entregarem o seminário. Dantes os estudantes faziam exames de quarta classe no seminário, mas a quarta classe foi abolida em 1965 quando se introduziu a quinta classe antes do primeiro ano. Para os exames do segundo ano ou seja o primeiro ciclo, os estudantes iam a cidade de Tete e a partir de 1966, os exames do tal ciclo eram escritos no seminário com supervisores que iam da Beira.

São memoráveis os nomes dos padres Augusto Pinto, Luciano Sérgio Lopes Pereira Ribeiro, Irmão Manuel Rodrigues, entre outros. Dos primeiros missionários que chegaram, o padre Alfredo Peixoto era o reitor do seminário e ensinava Inglês. O Pe. Raúl Sarreira, amigo de Salazar, não se mantinha no seminário onde devia estar. Ia a Boroma para assegurar o funcionamento da Escola Normal de Boroma. Manuel Gama ensinava o português e excelente professor, Abel Paulo Guerra ensinava o Latin e também era um excelente professor do Latin, Manuel Marques ensinava o francês.

Os escolásticos Sílvio Morreira e Francisco Correia parece que ensinavam matemáticas e Manuel Duarte Pinto ensinava o português no terceiro ano. O Rui da Costa Pinto ensinava ciências. Não se limitavam simplesmente a formar instrumentos úteis para o sustento próprio e obedientes aos interesses de Lisboa. Pode-se fazer a objecção de que ao menos nas missões jesuíticas onde havia um regulamento mais rígido já forneceu uma base industrial, o volume dos indivíduos formados foi até modesto e que uma mudança na equipe formadora (Boroma) só poderia ter efeitos marginais. Prova disso, é o abandono dos seminaristas de Zóbue que não suportaram o rigor da disciplina introduzida.

2.1.10. Paróquia de S. Tiago Maior da Catedral de Tete

Foi fundada no contexto da disputa entre Jesuítas e Dominicanos, em 1562, recebida do Rei, em 1563, como já o dissemos. Os jesuítas estiveram nesta Missão em todos os períodos da sua existência. No quarto período a receberam em 1970, das mãos dos padres burgos, os

---

[250] Idem, ibid.

quais a tinham recebido dos diocesanos. Foi o padre António de Jesus Pereira dos Reis, o primeiro a tomar a Missão naquele ano. Entretanto, já em 1955, os Jesuítas de Boroma tomavam conta da paróquia, quando o padre João dos Burgos foi para Miruru. A propósito disso, escreve o então escolástico José Marques «estamos nós a fazer o serviço de pároco de Tete. Quem vai lá mais vezes é o Rev. P. superior. Começamos a uma semana, porque nessa ocasião partiu o R. P. João, dos padres de Burgos, para o Miruru[251].

Em 2009, a Paróquia de São Tiago Maior de Tete tinha como missionários Jesuítas, Irmãs de S. José de Cluny, Irmãs do Precioso Sangue, Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, Franciscanas Missionárias da Mãe do Divino Pastor e Missionárias Filhas do Calvário. Numa superfície de 12 Km^2 viviam 45.000 habitantes dos quais 34%, isto é, 15.300, eram católicos, assistidos por 320 catequistas. Havia um centro para crianças de rua e movimentos: Legião de Maria, Conferência Vicentina, S. Egídio e Infância Missionária.

A Paróquia dos Santos Mártires do Uganda – Matundo herdou o nome pelo qual são conhecidos os 22 beatos mártires do Uganda, martilizados em 1885-1886, canonizados durante o Concílio Vaticano II. Foi fundada em 7 de Outubro de 1970, em 2009 estava nas mãos dos Combonianos, das Filhas da Caridade, das Irmãs de S. José de Cluny e dos Salesianos na escola profissional S. João Bosco. A sua superfície é de 350 Km^2 com 92.000 habitantes dos quais 38% (35.000) eram católicos assistidos por 280 catequistas.

Receberam-na em 1974 e até 16 de Abril de 1989 esteve dependente da paróquia da Catedral. Neste ano, o Padre Nuno (Urbano Rodolfo Mueller) tornou-se seu pároco. Foi campo de actividades de jesuítas que viviam em Tete, quando a situação de segurança na Angónia os obrigou a fechar a Missão. Dedica-se sobretudo às obras de caridade, pois nela estão presentes muitas irmãs. Foi a partir daqui que se projectaram casas para idosos e aldeia SOS com apoio da Caritas Diocesana. O padre Nuno desenvolveu actividades de formação da mulher na costura e dos Jovens da dactilografia

Possuía uma escola profissional D. Bosco e tinha um Centro de dia para crianças necessitadas e pessoas idosas, assistência alimentar a famílias carentes, promoção da mulher, corte e costura (Filhas da Caridade), Lar S. José para órfãos e crianças em risco (Irmãs de S. José de Cluny). Como movimentos existiam a Legião de Maria, a Conferência Vicentina, Acção Internacional da Caridade (AIC), Infância Missionária e Apostolado Bíblico. Além desta, os Jesuítas ocuparam a Paróquia de São João Baptista do Moatize em 1974. Fundada a 24 de Junho de 1958, era dirigida pelos Salesianos e Salesianas. A sua superfície é de 14.400 Km^2 com uma população de 92.000 da qual apenas 11,9% (11.000) eram católicos, assistidos por 235 catequistas.

Desde a sua fundação esteve com os padres burgos. Quando os Jesuítas deslocaram os estudantes do 3º, 4º e 5º anos do Seminário de Zóbue para o Lar de Moatize, a Missão passou a estar nas mãos destes, lá para 1968. O objectivo da retirada dos rapazes era preveni-los dos ataques da guerrilha e evitar a sua filiação aquele movimento. Saiam de Moatize para frequentarem as aulas em Tete. Depois, a paróquia foi entregue aos salesianos. A Paróquia tinha cinco escolas comunitárias, Legião de Maria e Apostolado Bíblico.

[251] Carta de José Marques em 30 de Novembro de 1955, in, Ecos da Província de Portugal, Jan/1956:17

CAPÍTULO II

2.2. As Missões e Paróquias de Sofala

A área geográfica em que decorreu a missionação em Sofala corresponde a uma grande área da cidade da Beira, nas paróquias de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista de Matacuane. Com o passar do tempo a expansão foi para além do centro urbano tendo-se expandido para Macuti, Alto da Manga e Manga Mascarenhas. Depois, fora da cidade, os Jesuítas fizeram-se presente em Nhamatanda e Gorongosa, numa altura em que um Jesuíta ocupava o cargo de vigário geral da Diocese.

Neste capítulo apresentamos as linhas gerais da missionação jesuíta em Sofala. Em primeiro lugar falaremos do contexto geral que norteou a ida dos Jesuítas para Sofala. Ainda que alguns dos elementos não tenham uma ligação directa com esta mudança, pesquisas aprofundadas sugerem que o contexto da época influenciou muito a tomada das decisões. De seguida, iremos desenvolver o que foi sendo feito em cada uma das paróquias ocupadas e isto, de forma cronológica.

2.2.1. Paróquia de Nª Sª de Fátima- Beira

> *Fundam-se escolas oficiais com o ordenado de 2.500 escudos e mais para os professores e com todos os apetrechos didácticos. E nas nossas o mais que professores com diploma podem obter são 800 escudos.*

Em Maio de 1952, o Geral da Companhia aceita que tomem a Paróquia de Nª Sª de Fátima. O pedido fora feito pelo Bispo D. Sebastião Soares de Resende. Desde logo esteve destinado o Padre Ernesto Domingues (1910-1987)[252]. Sob o ponto de vista social e político, a Beira apresentava características muito distintas das de Tete, onde já trabalhavam há 10 anos. Aqui, havia uma comunidade branca muito significativa e o uso da língua portuguesa era frequente. Entretanto, a sociedade não estava muito cristianizada e a ameaça protestante era uma constante, mas o poder efectivo das autoridades civis era sempre presente.

Esta ocupação acompanhava a preocupação principal do regime que era na nacionalizar os indígenas, para contrariar as vozes discordantes, quando os ventos das mudanças políticas globais, conducentes à independência eram notórios. Sob o ponto de vista económico, vivia-se o tempo dos planos de fomento que incluíam a emigração de muitos portugueses para as colónias e muitos projectos de desenvolvimento estavam em andamento, não apenas em Sofala e Manica, mas também ao nível de toda a colónia. Na acção colonizadora do Estado Novo, este assumia a «função de promover, orientar e disciplinar o povoamento das

---

[252] Ernesto Domingues, 1910-1987, foi ordenado sacerdote em 1932. Capelão militar em Timor e missionário em Moçambique, superior nas missões de Angónia e da Beira, fora Director da Revista Missões, em Lisboa, superior da residência da Póvoa do Varzim e vice-procurador da Causa de Canonização do Beato Inácio de Azevedo e Companheiros Mártires do Brasil. Antes de entrar para a Companhia, em 1938, tinha sido já pároco e professor de Liceu, na diocese do Porto, onde fora ordenado sacerdote em 1932. Era natural de Canelas – Estareja, onde nascera a 8 de Outubro de 1910. Era arquivista da Cúria Provincial, cargo que exerceu desde 1974 devido ao seu interesse pela História. Sobre o seu falecimento leia-se o *Anuário da Companhia de Jesus em Portugal*, PPCJ, Oficinas Gráficas, Braga, 1989:57, como pároco da na Beira Cfr. *Ecos da Província de Portugal*, Junho/1952:53;

colónias susceptíveis de fixação de população branca, por núcleos de colonos portugueses de origem metropolitana a-fim-de, em larga escala, assegurar a perfeita realização da nacionalização da gente, dos capitais e das actividades que se dediquem à exploração do solo das colónias[253]». Na década anterior, como órgão executor do plano de povoamento fora criada uma Junta de Colonização dotada de uma personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, subordinada à fiscalização do governador-geral. Embora a preocupação fosse para com o povoamento de Angola, também foram preparados estratégias com o olho virado para Moçambique, dentro do Instituto de Colonização, dependente do Ministério das Colónias, com duas secções: a primeira na metrópole e a segunda na Colónia. Para promover a chamada colonização livre, o Estado fornecia passagens gratuitas em 3ª classe da metrópole para as colónias a famílias que se iam dedicar à agricultura por conta própria.

O Estado era encarregado de erguer aldeias. Segundo o artigo 95º da Junta de Colonização, cada aldeia devia ter «uma escola, uma igreja, um chafariz ou fontanário de água, um lavadouro, dois talhões para construção de estabelecimentos comerciais[254]». A preocupação de povoamento remonta aos princípios da expansão. Revisitados os documentos das descobertas, em 1950 eram evidentes as falhas que tinham sido cometidas e era preciso emendar quanto antes. Os estudos antropológicos iniciados no quinquénio anterior tinham dado bons frutos tendo sido detectadas as falhas que conduziram o fracasso do povoamento em muitas partes. A educação tinha que ser estritamente patriótica inculcando na criança o espírito de ser português e de bem servir à pátria. Era necessário tornar eficiente o ensino, evitando o natural êxodo dos estudantes para as escolas metropolitanas ou da União da África do Sul. E porque os Jesuítas já tinham tido boas relações com os seus congéneres da Rodésia, eram um bom tampão contra esta tendência. O mesmo trabalho tinha sido bem feito nas missões de Tete. Em 1963, o superior da Missão, a 31 de Maio, escrevia:

> Uma das crises agudas que estamos atravessando é a das escolas. Praticamente está-se a ver que se pretende arrancar a escola à influência das missões. Fundam-se escolas oficiais com o ordenado de 2.500 escudos e mais para os professores e com todos os apetrechos didácticos. E nas nossas o mais que professores com diploma podem obter são 800 escudos. As professoras das outras escolas são as mulheres de qualquer comerciante metropolitano, que tem apenas a 4ª classe. O problema é gravíssimo. Nós não temos meios para montar escolas com todos os requisitos[255].

Nessa altura o prelado pressionou o governo de modo a ter um ordenado melhor para os seus professores, aqueles propostos por eles para Boroma. Esta paróquia foi criada a 13 de Maio de 1952 e entregue aos Jesuítas pelo D. Sebastião Soares de Resende. Para o Bispo, o objectivo era atender a comunidade trabalhadora no Porto e nos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM). Também desejava o bispo que os Jesuítas se dedicassem ao ensino ao Liceu. Em Agosto daquele ano chegou o único Jesuíta, Pe. Ernesto Domingues que residia numa casa oferecida pelos irmãos maristas. Depois procuraram uma outra residência em Maquinino junto da fábrica de refeições que acabou nacionalizada depois da independência. Os Jesuítas, pretendiam, entre outros objectivos.

- Possuir um local para férias sem necessitar de deslocarem-se a Portugal (Beira tinha um ambiente europeizado);
- Recolher e albergar missionários do interior que iam para a Beira a fim de tratarem da saúde
- Servir de ponto de recepção aos missionários e produtos vindos da europa;

[253] Art. 1º.2, *Boletim Geral das Colónias*, Nº 178, II Série, Lisboa, AGC, Ateliers Gráficos Lda. Abril. 1940:32
[254] *Boletim Geral das Colónias*, Nº 178, II Série, Lisboa, AGC, Ateliers Gráficos Bertrand Lda. Abril. 1940:58
[255] Ecos da Província de Portugal, 1964:15

- Ponto de espera e preparação de documentos para viagens para diversas partes, com destaque para Portugal, Angola, África do Sul
- Receber visitas.

Quando a antiga igreja começou a apresentar problemas, os Jesuítas trataram de demolir e recolher dinheiro para a construção da nova.

Foto 5: A Igreja (demolida) da Paróquia de Nossa Senhra de Fátima, na Beira

Havia escuteiros, Movimento da Acção Católica e Cursos de Cristandande[256]. A chegada do Padre Luís Gonzaga, deu novo impulso ao trabalho de evangelização tendo iniciado com a construção de salas de aulas na Munhava para mais de mil alunos leccionados por 18 professores, e de um Centro de Saúde. Em 1963, altura em que tomam nova paróquia, a Nossa Senhora de Fátima contava com dez mil católicos entregues a três sacerdotes, um irmão e seis irmãs auxiliares. Outros movimentos laicais que se notabilizaram foram os do Apostolado da Oração, Cruzada Eucarística. Para fazer face as consequências da independência que levaram muitos brancos a emigrarem, criaram-se pequenos grupos de oração.

2.2.2. Paróquia de São João Baptista de Matacuane, Beira

Uma década separa a primeira da segunda paróquia ocupada pelos Jesuítas na Beira. A segunda é criada no contexto do Concílio Vaticano II e na consolidação do Movimento pela Independência. Fundada e inaugurada pelo Bispo D. Sebastião Soares de Resende a 1 de Setembro de 1963, foi entregue aos Jesuítas. Tinha um Secretariado da ajuda cristã para prestar assistência aos necessitados, num universo de 59 familias por mês. É uma paróquia onde colaboraram várias congregações: Mercedárias, Franciscanas Missionárias da Mãe do Divino Pastor, Franciscanas *Missionária*s de Maria, Irmãs Combonianas e Irmãs Servas do Espírito Santo e padres dos Sagrados Corações. Fizeram pedidos para conseguir contribuições para a construção da Igreja. Os pedidos foram ouvidos de tal sorte que uma

[256] Sousa, José Augusto Alves de. *Os Jesuítas em Moçambique*, 1541-1991: no cinquentenário do 4º. período da nossa missão, Livraria A.I., 1991:140

família maometana ofereceu o terreno onde se levantou a Igreja enquanto outros ofereciam dinheiro. Por outro lado, arquitectos e soldados também se ofereceram em nome de Deus, com conhecimento e dinheiro. Grande parte da obra contou com a contribuição dos próprios beirenses. Muitas obras em volta da paróquia também foram resultado de ofertas em resposta aos pedidos feitos. Uns ofereciam cimento, outros areia, outros ainda pagavam os trabalhadores e a paróquia ia tomando forma.

Criou-se, desde cedo grupos de oração, um para indígenas e outro para europeus adultos, a Cruzada Eucarística para as crianças, Centro de Assistência aos Pobres e Centro de Promoção da Mulher Africana e Escutismo. A chegada do padre Manuel Marques foi um alívio ao encargo do primeiro pároco de Matacuane, Arnaldo Augusto de Lacerda, para quem, cinco meses depois, Matacuane era «uma freguesia bastante heterogénea com características próprias de bairro periférico[257]».

Organizou o ficheiro paroquial contando com ajuda dos elementos da Acção Católica os quais não mostraram vontade em cooperar. Para fazer avançar o projecto o padre Lacerda andou de porta em porta «de fichas na mão perguntando sobre idade, naturalidade, datas e dados biográficos. Já são para cima de 300 casas que já visitei e só uma se me fechou: a de um taxista cuja mulher se converteu há pouco ao protestantismo». Era quase um ambiente difícil ao catolicismo quando se iniciou com a Paróquia de Matacuane onde as pessoas eram dadas a «três interesses básicos: dinheiro, prazer e desporto[258]».

Os evangélicos, baptistas e metodistas, adversários dos católicos, eram fortes porque seus membros recebiam formação na Europa. Como forma de travar a sua acção era preciso, sugere Lacerda, conseguir um movimento juvenil que contrabalançasse esta propaganda. Para atrair a juventude hostil às questões religiosas, ele pensou em fazer um campo de basquete e de hóquei, junto à Igreja. Para melhor administração, a paróquia de Matacuane foi repartida em pequenas comunidades: Massamba, Muchatazina, Mesquita, Nhamudima Um, Nhamudima Dois, Esturro, Goto, Chupangara, Palmeiras, Bambú, Matacuane Um, Matacuane Dois[259]. A guerra fez aumentar o número de cristãos.

A formação de sacerdotes locais mais ligados a África, mas com abertura ao mundo exterior, foi privilegiada. Após o noviciado, na Beira, os escolásticos são enviados ao Brasil, Zimbabwe, Congo e Quénia, EUA, Portugal, para se formarem em Filosofia e Teologia. Promovem a vocação virada para o engrandecimento da Companhia, criam a casa para candidatos à companhia, onde são acompanhados, durante três anos, os aspirantes a Jesuítas antes de serem selecionados a entrarem para o Noviciado.

A residência está em Matacuane, e mais tarde é transferida para Alto da Manga devido a problemas de vária ordem. Os jovens vivendo na mesma residência com os jesuítas perturbavam o ambiente. Há uma carta anónima que vai sair no meio de tudo, focando o ambiente hostil que se vive entre os candidatos que namoram fora, engravidam e depois são protegidos pelos padres. Em 1999, um caso envolve um candidato de Manica. Os pais da menina o acusam de estupro e obrigam o padre Giovanni Salomão a pagar em cabeça de boi, conforme ritos e costumes da tribo. Estes comportamentos da juventude alertam aos jesuítas a necessidade de precaver o reorientar o sentido da formação. Vivendo na mesma residência com os padres dava a imagem de que os aspirantes, localmente conhecidos como

---

[257] Pe. Arnaldo A. da Lacerda, Paróquia de Matacuane, Carta escrita a 26-II-1964, in APPCJ, 1964-1965:37
[258] Pe. Arnaldo A. da Lacerda, Paróquia de Matacuane, Carta escrita a 26-II-1964, in APPCJ, 1964-1965:38.
[259] Cfr. Sousa, José Augusto Alves de. *Os Jesuítas em Moçambique*, 1541-1991: no cinquentenário do 4º. período da nossa missão, Livraria A.I., 1991:147

«candidatos» eram Jesuítas. Há uma colaboração com a região de Angola, de onde vem noviços, mas poucos conseguem adaptar-se, não apenas à companhia, mas a integração para com os jovens moçambicanos, o que termina na criação de grupos, em dias de descanso colectivo.

2.2.3. Missão de São Benedito da Manga, Beira

Esta Missão foi criada em 22 de Agosto de 1947 pelo D. Sebastião Soares de Resende e entregue aos padres diocesanos antes de passar para a Sociedade Missionária dos Padres de África (Padres Brancos). Quando estes foram expulsos, em 1971, um Jesuíta tomou conta: José Augusto Alves de Sousa. Na altura, ele desempenhava as funções de Vigário Geral e vendo-se incapaz de encontrar gente, foi assistindo a Missão até que em 1972, o bispo da Beira, D. Altino Ribeiro de Santana fez um pedido formal.

Para lá seguiu o Padre Arnaldo Augusto de Lacerda, até então pároco de Matacuane. Na altura em que os Jesuítas foram para São Benedito estavam as irmãs Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora no ensino e na enfermaria, na pastoral e na promoção da mulher[260]. Os jesuítas colocaram o seu primeiro noviciado nesta Missão, em 1974, entretanto interrompido após a nacionalização de 1975. Os padres foram expulsos para uma das casas do bairro de arrendamento enquanto colaboravam com o governo nas actividades do ensino. Em 1979, a Missão voltou para os padres brancos.

Tinha sido edificada com infraestruturas invejáveis: Campo de futebol, centro cultural e recreativo, um bar, uma sala de cinema, um centro hospitalar, uma sala para promoção cultural, um bairro com cerca de 30 casas para arrendar, várias escolas primárias para mil alunos, dois internatos, um colégio para 500 alunos, oficinas e residências de padres e de irmãs. Além destas três missões que fizemos referência, os Jesuítas ocuparam paróquias fora da cidade da Beira, num contexto de guerra civil. A primeira foi a Paróquia de Cristo Rei da Gorongosa. Fundada em 6 de Abril de 1947, esteve confiada aos padres Brancos. Com a expulsão destes, em 1971, a paróquia foi sendo assistida pelos Franciscanos.

Em 1979, D. Jaime Pedro Gonçalves contactou com o padre Sousa, na altura, superior da Vice-Província, para que a sua Ordem tomasse conta. Ficou acordado que os padres da comunidade de Matacuane passariam a assistir Gorongosa a partir da Beira. Não seria possível um padre residente. Como o Padre Sousa conhecia bem Gorongosa, pois havia trabalhado como vigário-geral da Diocese, foi proposto pelo bispo para ser seu pároco. Aceitou e pode desempenhar este cargo até 1982.

A outra Paróquia foi a de Nª Sª da Conceição de Nhamatanda, entregue aos Jesuítas em 1988. Situada entre duas dioceses: Beira e Chimoio, era assistida pelo vigário da Arquidiocese da Beira. Quando o Pe. José A. Alves de Sousa era vigário ficou pároco desta paróquia entre 1987 e 1989. O desenvolvimento desta paróquia está ligado aos funcionários dos caminhos-de-ferro, mas conheceu o aumento populacional devido a guerra. A paróquia teve apoio dos catequistas e de leigos que levaram a palavra de Deus para as famílias.

---

[260] Sousa, José Augusto Alves de. *Os Jesuítas em Moçambique*, 1541-1991: no cinquentenário do 4º. período da nossa missão, Livraria A.I., 1991:162

CAPÍTULO III

2.3. Missões Jesuítas em Quelimane, no Niassa e no Malawi

A escassez do pessoal missionário não impediu os jesuítas de se expandirem além dos dois locais até aqui descritos. Em 1963 estenderam suas actividades para Quelimane, região onde estiveram nos primórdios da sua presença. A partir de 1972, devido a sagração de um elemento seu para Bispo, estiveram em Niassa e por causa da existência de refugiados moçambicanos no Malawi, sobretudo provenientes da região de Angónia, ocuparam uma paróquia neste país. Neste capítulo tentamos abordar estes acontecimentos e sua relevância no esforço empreendido pelos missionários da Companhia de Jesus ao serviço do Homem.

2.3.1. Paróquia do Nª Sª Lavramento Quelimane

D. Francisco Nunes Teixeira fez um pedido aos Jesuítas, respondido em 1962, para materializar no ano seguinte. Entre 1963 a 1978 os seguidores de Loyola estiveram na paróquia da Catedral de Quelimane. Na altura em que foi entregue, em Fevereiro, havia cinco mil católicos com os quais os dois sacerdotes tinham que trabalhar. A cidade possuía o prestigiado Liceu João de Azevedo Coutinho onde trabalharam nomes sonante como os do Reitor, Dr. Jorge de Freitas Mesquita, Vice-Reitor, Dr. Manuel Costa Soares, da Secretária, Dr.ª Maria Natália Dias Andrade Folgado, Dr.ª Almira Celeste Pinto Fernandes Mesquita; Dr. Mário Augusto Dias, Dr.ª Vanda de Sousa Neves Rodrigues; Maria Ester Gonçalves Alves Machado Ribeiro; Ilda Pereira Ibarra Martins.

No Colégio Nun´Álvares Pereira a Superiora era a Madre Maria Inês Teixeira. Outros nomes que ficaram na memória dos habitantes de Quelimane são os das professoras Madres Maria Madalena de Pazzi, Maria Verónica, Maria de Aquino, Maria Regina, Sacré Coeur, Maria Estanislau, Catarina de Jesus, Maria da Ascensão, Maria Benigna, Maria do Loreto, Maria Ângela, Maria Teresinha, Maria do Crucifixo e Maria do Coração Eucarístico.

Do Instituto de Nossa Senhora do Livramento, ficam os nomes da Superiora, Irmã Maria do Divino Coração e das professoras, Irmãs Maria da Graça da Assunção, Maria Enselmina de S. José, Feliciana do Coração de Maria, Paulina do P. Sangue, Maria Inocência da Conceição e Francelina de Assis. Em suma, havia estas três escolas e oito instituições de formação religiosa. O padre José dos Santos escreve em 29 de Maio de 1964 que a Missão tinha muita gente a ponto de uma missa não ser suficiente. «Tenho estado a binar todos os dias, e aos domingos a trinar. Tem-me vindo ajudar Mons. Pinho e nos domingos tem vindo um padre do seminário a celebrar duas missas[261]».

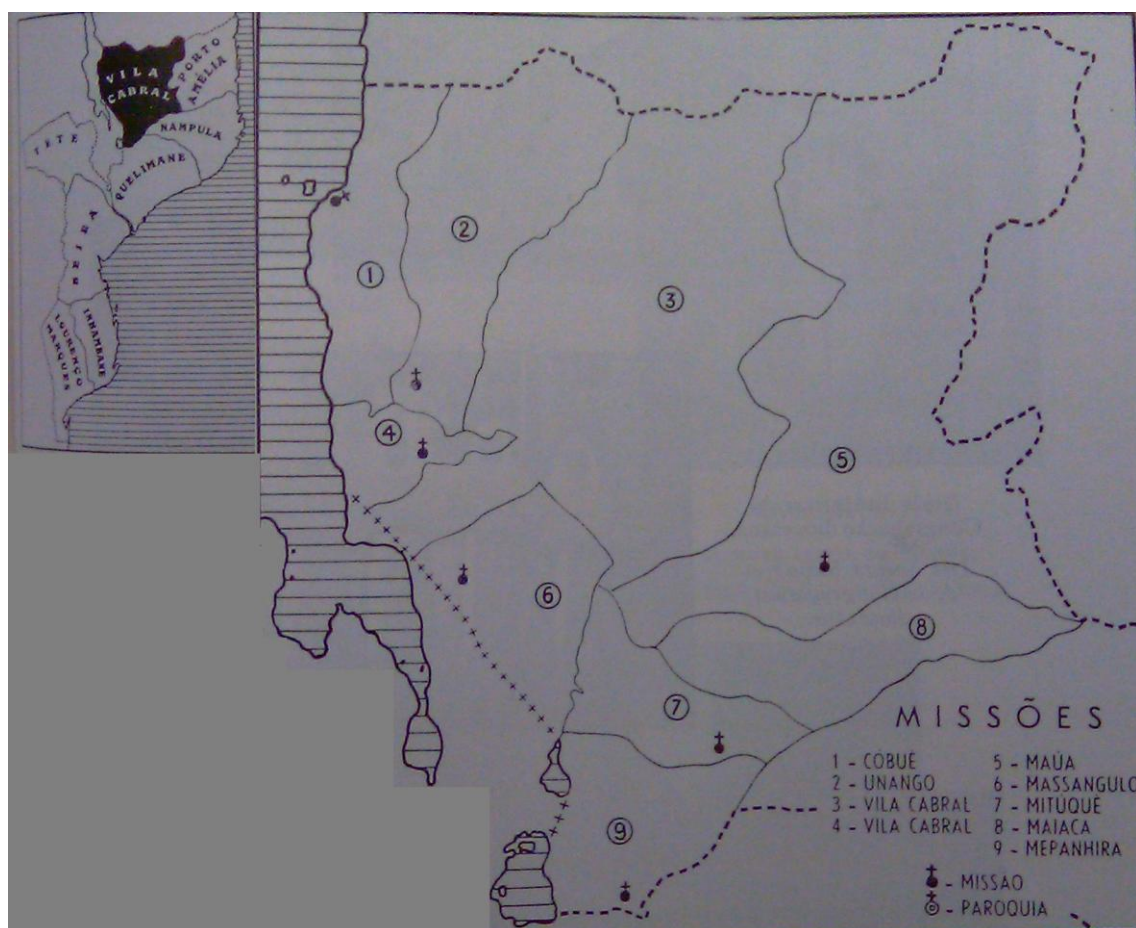
A primeira dificuldade encarada foi a falta de aparelhagem de rádio para a procissão. A ajuda era prestada pelas Irmãs do Coração de Maria. O Apostolado da Oração era o único movimento laico que se fazia sentir e em 10 de Maio de 1964, o padre José dos Santos reuniu 50 crianças e fundou a Cruzada Eucaristica. Também empenhou-se na formação dos Escuteiros enquanto grupo de formação moral para a juventude. Em 1967, o padre Pascoal António de Frias cria uma obra de caridade denominada «Leite dos Pobres». A construção da Catedral foi um outro ponto de dificuldades numa altura em que a guerra colonial estava em andamento e era dificil conseguir fundos. Mesmo assim, foi-se fazendo o que se pôde até que o último pároco, o padre António Coelho terminou com a obra e rodeou-a de um jardim. Houve mobilização de viaturas governamentais. A criação do jardim visava

[261] José do Santos, Quelimane, 29 de Maio de 1964, Carta, Relatorio da Fonte Boa, Junho de 1964, Ecos da Província de Portugal, Junho de 1964:72

combater os mosquitos, porque era pantanoso. A comunidade também colaborou imenso. O Conselho Consultivo, as Obras Públicas mobilizaram camiões para aterragem. Enquanto isso, a D. Maria da Glória Ribeiro dava a refeição gratis aos padres, na Pensão Martinho e era a grande benfeitora da paroquia. Em 1978, foi entregue aos capuchinhos de Bari.

2.3.2. Missão da Diocese de Vila Cabral (Lichinga), 1972-2004

A indicação de D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva, em 1972, e sua sagração episcopal em 17 de Dezembro marcou o início da presença dos Jesuítas na Vila Cabral. Ele foi indigitado pelo papa Paulo VI e sagrado na Vila Coutinho, em mão de jesuítas. A sua vida na nova diocese contou sempre com a companhia de outros Jesuítas que o acompanhavam no cuidado da residência e nas actividades pastorais na paróquia da catedral. Durante 10 anos foi acompanhado pelo irmão Ormonde, já que o Padre Estevão Luís Jardim ficou por poucos meses com ele, até ao seu novo retorno em 1975.

Mapa 4: Mapa da Diocese de Vila Cabral (Lichinga), 1972.

Desde 1983, o Ir. Abílio Nunes tomou o cuidado da casa até a sua saída para Portugal em 2004. Aqui, os escolásticos realizavam trabalho no lar dos estudantes, de 1973 a 1976. Ajudavam as actividades na escola oficial e nas paróquias de Unango, Metangula. O Irmão Abílio Nunes recorda duas coisas: a senhora que comia verduras cruas para ter leite nos mamilos e poder amamentar a criança e o rapaz que apareceu sujo pedindo sabão. Passado muito tempo depois encontrou-se novamente com o rapaz, limpo e irreconhecível. Foi ele que tomou a iniciativa agradecendo o gesto que o irmão tinha prestado.

2.3.3. Paróquia Santa Ana – Ganya – Malawi, 1989-1993

A paróquia de Santa Ana de Ganya no Malawi foi o resultado do aumento de refugiados moçambicanos naquele país. Foi criada a 13 de Novembro de 1989. A ideia era possuir uma paróquia perto da fronteira com Moçambique mas o bispo do Malawi achou que aquele era o local ideal para desenvolverem o trabalho. Na mesma altura, os padres Agide Galli, então assistente regional de África e Michael Schultheis, encarregado do trabalho com os refugiados da África Oriental desenhavam o projecto sobre o ensino dos Jovens moçambicanos que se entregavam aos vícios de todo o tipo. Para um trabalho harmonioso o ensino devia ser acompanhado pela pastoral jesuítica. Era preciso criar-se uma comunidade. Nessa altura, o Padre Domingos Isaac Mlauzi, preso em 1978 e enviado para o campo de reeducação no Niassa, encontrava-se a trabalhar na Universidade de Zomba e já era muito influente no Malawi, pelo que a criação de uma comunidade não seria muito difícil.

Enviaram o padre António Pereira dos Reis para ver as possibilidades da fundação de uma comunidade. Corria o ano de 1987. Quando o Padre Cirilo Mateus Moisés, natural de Angónia e com boa influência nas lides Malawiana, assumiu o cargo de Vice-Provincial, continuou a encetar esforços no sentido da concretização do sonho que se materializou em 1989. Os bispos do Malawi concordaram ceder uma paróquia aos Jesuítas.

2.3.4. As Paróquias da Matola (Lourenço Marques)

A necessidade imposta pelas circunstâncias fez com que os Jesuítas fossem para Lourenço Marques, em 1964. Além de servirem de travão para os jovens que emigravam para a África do Sul, deviam preparar a juventude para a necessidade de resistir as mudanças que os ventos da guerra colonial traziam. A *Paróquia de Nossa Senhora do Amparo da Matola* foi criada em 25 de Janeiro de 1971 e confiada aos padres Vicentinos que trabalhavam com as Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente. Em 1978, o bispo D. Alexandre Dos Santos pediu-lhes que a assumissem. Seguiu para lá o Padre João Vicente Cabral como pároco ajudado pelo Pe. Cirilo Moisés Mateus que trabalha no Secretariado Geral da CEM.

Desenvolveram-se os retiros e cursos bíblicos, para a consolidação das comunidades laicas. Quando o Padre Sílvio Moreira tomou conta da Paróquia, proveniente de Matundo, trabalhou na construção da igreja local. Também dava aulas no Seminário Maior quando em 1982 chegou o Padre Francisco Correia. Em 1984 a paróquia foi entregue aos padres brancos. A presença de muitos portugueses na Rodésia do Sul e a preparação da Udenamo estão por detrás da presença dos Jesuítas naquele território. Em Salisbúria estava o padre José Marques, para atender os «muitos portugueses por lá estabelecidos».

A paróquia de São João Baptista do Fomento foi criada a 24 de Junho de 1968 e confiada à Sociedade Missionária Portuguesa e os Jesuítas a receberam em 1982 e compreendia três bairros: Cial, Lopes e Fomento. Nestes bairros ergueram vários núcleos e formaram-se catequistas que desempenharam o papel de relevo na evangelização. A paróquia de São Gabriel de Matola cidade foi criada em 2 de Junho de 1951 e entregue aos padres do Instituto da Consolata. Os Jesuítas tomaram conta dela, 30 anos depois, isto é, em 1982. Quando o Padre Sílvio Moreia foi para Angónia, o padre António José Coelho tomou conta da paróquia, auxiliando pelo Padre Francisco Correia. A estadia dos Jesuítas nesta paróquia foi de dois anos e 1984 foi entregue aos padres brancos os quais, no final do mesmo ano, a entregaram aos padres da Ordem dos Servitas[262].

---

[262] Sousa, José Augusto Alves de. *Os Jesuítas em Moçambique,* 1541-1991: op. cit. 1991:173

TERCEIRA PARTE

AS RELAÇÕES DOS JESUÍTAS COM A SOCIEDADE E COM O PODER POLÍTICO, 1941-2011

As relações dos Jesuítas com o poder político devem ser consideradas em dois sentidos. Por um lado, tratou-se da inserção dos jesuítas nas comunidades locais onde o poder era detido pelas autoridades tradicionais. Por outro lado, tratou-se da sua relação com o poder colonial. Nesta dualidade de relações tiveram os jesuítas que contar com a sua capacidade, muitas vezes dificultada pela divergência dos objectivos. Entre as autoridades tradicionais havia uma necessidade de tê-las por colaboradores indispensáveis na obra missionária, em todos os sentidos, desde a mobilização da população para os objectivos traçados passando pela sua colaboração. Mas havia um problema de fundo.

As próprias autoridades tradicionais viviam no que era considerado de imoralidade pelos jesuítas. Tal era a prática da poligamia, a captura e venda dos jovens locais para os trabalhos forçados. A condenação da poligamia dos régulos podia ser encarada como uma afronta a estes assim como às autoridades administrativas desejosas de ter mais mão-de-obra para as plantações da Zambézia. Para evitar entrar em confronto aberto, os missionários optaram por baptizar os régulos na condição de que escolheriam, entre as várias mulheres, uma principal com quem poderiam contrair matrimónio canónico.

O combate pela justiça social acarretou para os missionários um sofrimento que, embora já longe os tempos de escravatura, do contrato obrigatório e do trabalho nas estradas de pés amarrados com cadeias, viam continuamente graves formas de opressão e de exploração, sem distinguir entre homens e mulheres, velhos e crianças. Segundo Ubaldo, não obstante as proibições legais, em princípios dos anos setenta continua-se a construir ou a concertar as estradas servindo-se de mulheres (até grávidas ou com bebés às costas) e velhos, a fazer rusgas sistemáticas e periódicas a procura de trabalhadores para as companhias, a pagar aos trabalhadores um salario inferior ao mínimo estabelecido pela lei, a cobrar o imposto anual com métodos repressivos que não poupam nem sequer os familiares e em particular as esposas.

Esta situação de injustiça é aceite pelos quadros colonialistas e agravada pelo comportamento dos respectivos colaboradores indígenas. Uma documentação colhida em Maio de 1973 entre os trabalhadores do Gilé (Zambézia) dependentes da companhia «Chá Moçambique» fornece um quadro muito significativo desta situação:

> «Há ainda recrutados que apanham rapazes e velhos para os mandar trabalhar nas companhias do Chá. Os chefes das povoações, em cada reunião mensal na administração devem apresentar-se com um ou dois jovens que depois são mandados para as companhias. Todos os que foram presos passam antes três ou quatro semanas a trabalhar para a administração. São transportados de camião, sempre cheio de mulheres e crianças. Para evitar controlos ou multas, nos centros habitados os homens são obrigados a esconderem-se. Uma paga muito baixa, 150 ou 200 escudos é o que recebem cada mês. A alimentação, casa e roupa são miseráveis. Há trabalhadores que foram presos para serem enviados ao serviço militar e recusaram-se a obedecer. Muitos dos que trabalham actualmente na companhia deixaram pessoas doentes, em casa ou tiveram de abandonar o trabalho agrícola. É suficiente que algum responsável da companhia passe dinheiro ao administrador para receber dezenas de pessoas capturadas para trabalharem com ele. Ninguém fica em casa seguro de trabalhar para si ou para a sua família[263]».

[263] Cfr. Manuscrito de G. Vassele, Gurue (Zambézia) 27.05.1973

O autor avança que, às vezes, os próprios missionários pediam para poder usufruir do trabalho dos presos da administração na construção de escolas, internatos e igrejas, sem indagar sobre os motivos da detenção de tantas pessoas e contentando-se em passar uma alimentação melhor do que a da cadeia e oferecer alguma peça de vestuário. Para os Jesuítas era intolerável que tal continuasse a acontecer e viam com maus olhares a questão de injustiça e de conflito que se seguiam, optando por fazer escolhas diferentes denunciando-as junto dos superiores.

Mas estes, vivendo em Lisboa, nem sempre compreendiam a dimensão do problema poucas foram as vezes que intervieram, salvo quando o Superior se desloca a Missão da Zambézia em 1962, e decide defender directamente os indígenas, ou denunciando procedimentos opressivos, conscientes do risco de poderem ser expulsos ou declarados indesejáveis e portanto transferidos.

Autoriza os internatos a servirem de refúgio daqueles jovens perseguidos. Assim, as relações que os Jesuítas mantêm com as autoridades coloniais assentam-se na colaboração ao mesmo tempo que lutam para proteger os direitos dos indígenas. Acreditam que não é pelo confronto, atitude também assumida depois da independência, que se obtêm melhores resultados mas na formação das elites capazes de pensarem e desenharem as melhores políticas para os seus governados.

CAPÍTULO I

3.1. Síntese geral da Missionária no quarto período de presença jesuítica

Tendo como ponto de partida o objectivo geral que visava analisar o processo da missionação dos Jesuítas no quarto período em Moçambique (1941-2011). Notamos que a missionação Jesuíta no período em referência nasce num contexto de indefinição internacional relacionada com a Segunda Grande Guerra e pela morte do superior geral, seguida da morte do respectivo vigário, antes que se convocasse a Congregação Geral para a escolha de outro *Prepósito Generalis*. Caminhava-se para uma incerteza generalizada com os padres-delegados impedidos de viajarem a Roma.

O envio de missionários para terras longínquas era uma decisão catastrófica para a Companhia de Jesus. Todavia, a Província portuguesa, liderada por um geral imbuído de um sentimento nacionalista (vide apêndices, Governo da Companhia) e contando com a obediência e espirito voluntarioso de seus membros, decidiu criar um pacto com o regime, após um compasso de espera de vinte e cinco anos, durante o qual os Jesuítas se viram privados de missionar em territórios portugueses na sequência da Revolução Republicana de 1910, que teve efeitos nos territórios ultramarinos.

A aliança ao regime foi uma forma encontrada para afastar, para sempre, as ameaças havidas no passado. A colaboração jesuítica com o regime no ensino, longe de fortalecer o espirito nacionalista, feriu-o, profundamente. Com o início da Luta armada na colónia (1964) e as mudanças provocadas pelo Concílio Vaticano Segundo (1962-1965), eles adoptaram um critério ambíguo no seu relacionamento com o regime. Aparentemente, pareciam estar a acatar as orientações de aportuguesar os indígenas.

As suas cartas e acções mostram que tinham lido os sinais dos tempos, pelo que era apoio interno adoptar uma nova forma de agir em vista a uma realidade futura que, embora imprevisível, era inevitável. A sua acção interna ficou alicerçada no disfarce. Colaboraram nas bases militares, convidaram os chefes militares para suas residências e até aprenderam dar os tiros para a autodefesa. No meio de suas conversas, buscaram criar bases de formação do moçambicano autónomo que fosse responsável pelo seu futuro. À primeira vista, a postura viria ao encontro das espectativas do regime.

Cedo, se constatou que os Padres Brancos eram uma ameaça à soberania portuguesa pelo que receberam a ordem de expulsão. Eles geriam a Missão e Seminário de Zóbue, uma região montanhosa limítrofe com o Malawi para onde fugiam os seminaristas e de onde entravam os *turas* «terroristas». Expulsos os missionários de África, foram apontados os Jesuítas para os substituir. A recusa não tardou pois queixavam-se de falta de pessoal. Mas por força da intervenção do padre Geral acabaram cedendo para não serem riscados do mapa. Para isso tinham que abandonar o seu paraíso, Boroma.

Constatou-se que o problema nunca mais acabava e que os seminaristas continuavam a desertar. De um universo relativamente grande de seminaristas, em 1966, no ano seguinte reduziram-se para menos de metade e, a solução encontrada pelo padre reitor foi levar os que estavam no segundo ano para a cidade de Tete a fim de poder controla-los melhor. Foi este o perigo explorado habilmente pelos jesuítas como forma de escapar a expulsão, dada a instabilidade que se vivia. O sentimento de vulnerabilidade constante fê-los serem cada vez

mais obedientes, num contexto nacional novamente perigoso para a Igreja. Acusados de colaboracionismo para com o regime, após o 25 de Junho de 1975, permaneceram em Moçambique porque a independência não lhes era um virar de página definitivo na vida religiosa. Não deixaram de ter uma vida agitada. As tensões sociais resultantes das nacionalizações quase deixavam por terra o seu projecto em Moçambique e quase desapareceriam de um momento para outro.

Privados de meios de transporte e de dinheiro, experimentaram a mendicidade e, por vezes, pessoas de boa vontade ofereciam-lhes mantimentos. O que se torna claro nas correspondências que acompanham o seu trabalho é que a cooperação com o regime político foi confundida com o aprovar das políticas coloniais. Aquando da independência, o país tinha cerca de 12 milhões de habitantes.

Em temos económicos, era o primeiro produtor mundial de castanha de caju, o quarto produtor africano de algodão e o grande exportador do açúcar e tinha, em seu território, a quarta maior barragem hidroeléctrica do mundo. Os seus recursos minerais iam desde o ouro, carvão, ferro, cobre e outros metais raros[264]. Actualmente é um dos maiores produtores do gás natural.

Até 1992, o povo moçambicano era um povo martirizado pela guerra – desde 1964. Primeiro foi a guerra colonial. Pouco depois da independência, quando o futuro se abria risonho, em 1976, a então Rodésia do Sul moveu-lhe uma guerra inesperada que pouco tempo depois, tornou-se civil e com independência daquele país, em 1980 passou a contar com apoio do regime do apartheid já fratricida, violenta e cruel, liderada pela Renamo (Resistência Nacional Moçambicana). A igreja no seu todo sofria os efeitos da guerra: desde 1975 até 31 de Março de 1989 haviam sido mortos 15 missionários (dois dos quais Jesuítas) e tinham sido raptados 35 (6 Jesuítas).

A nível Jesuítico Moçambique era uma Vice província (a única em toda a Companhia de Jesus; como ainda não tem condições para uma autonomia em pessoal, financiamento, etc. encontra-se dependente da Província Portuguesa: é dirigida por um Provincial, tem uma Consulta, etc. Conta com 26 membros, 7 Moçambicanos, 15 portugueses, 3 brasileiros e um zairense. Na altura da independência, pertenciam à Vice-província 62 membros que cuidavam sete paróquias e 8 missões, um noviciado (sem noviços por falta de vocações) e sete membros que trabalhavam no ensino.

Com a independência foram nacionalizadas todas as missões assim como todos os hospitais, escolas e seminários orientados pela igreja. Todos os bens dos Jesuítas foram confiscados, as contas bancárias congeladas, 16 viaturas, as residências, as escolas e os hospitais. Com isto, muitos membros por tensão, doença ou idade, alguns tiveram que sair.

Se no início do ano de 1975 estavam no território 47 jesuítas, no fim do ano, eram 37, espalhados por 11 casas (4 na Angónia, 3 no resto da diocese de Tete, 2 na Beira, 1 em Quelimane e 1 em Lichinga. As relações entre os Jesuítas e o Estado agravam-se até 1978. Em Julho deste ano é expulso o primeiro, Jesuíta o Pe. David Ferreira, acusado de ter retirado os bancos nacionalizados em Chiritse.

> Depois que recebemos as ordens para entregar tudo, levei alguns bancos que usávamos para sentar. É ai que vieram prender-me. Fui conduzido a cadeira de Tete onde fiquei três ou quatros dias. Aquilo

[264] Gomes, Francisco Sampaio, *Moçambique, Uma Jovem Missão com 330 anos de existência, in* Anuário da Companhia de Jesus em Portugal, 1990, PPCJ, Lisboa, 1990:37

> aconteceu num domingo e só sai da Cadeia na quarta-feira seguinte, com obrigatoriedade de me apresentar com regularidade. Pouco tempo depois recebi a ordem de expulsão enquanto o Domingos Isaac era conduzido para os campos de reeducação[265].

Seguiram-se mais expulsões, prisões e um jesuíta (Domingos Isaac Mlauzi) foi enviado para o campo de reeducação no Niassa onde existiam dois tipos de campos: um para presos políticos e outro para presos comuns. O Padre Isaac, numa primeira fase foi conduzido para a prisão dos presos políticos mas lá, um dos guardas e que tinha poder de influência acabou dizendo-lhe que aquele não era o lugar para padres, todavia tanto aqui como lá não havia diferença quanto aos castigos corporais, humilhações colectivas e assassínios.

No começo do ano de 1979 o número de Jesuítas reduz-se a 25. Em 1985 (3 de Julho) foram raptados pela Renamo três (um padre e um irmão) e no dia 19 mais um padre. O dia 30 de Outubro foi marcado pelo assassinato de dois padres perto da Missão de Lifidzi: o Padre Sílvio Moreira, 44 anos, português e Padre João de Deus Kamtedza, 55 anos, moçambicano. Os raptos continuam em 1986 (2 padres e um irmão). Em 1987, o número de Jesuítas atingiu um ponto baixo: 16, contando com 2 noviços.

Quando as missões do interior ficaram abandonadas por falta de segurança os jesuítas adoptaram nova atitude porque com a guerra, todos os jesuítas - tal como outros missionários, - tiveram que concentrar-se nas cidades, Maputo, Beira, Tete e Lichinga. Aqui desenvolviam o apostolado paroquial que era a única actividade permitida para a Igreja até 1989. Nestas quatro cidades, a Companhia estava encarregue de cinco paróquias onde colaboravam com vários missionários de outras congregações religiosas. Davam a liturgia e a catequese, preparavam centenas de crianças e jovens dando-lhes até a assistência material, através duma rede montada pela Caritas Moçambique.

A seguir ao apostolado paroquial estava o apoio à igreja local, nacional ou diocesana, no qual os Jesuítas ocuparam o secretariado da Conferencia Episcopal de Moçambique além de prestação de serviço nas dioceses aos secretariados diocesanos. Foi neste horizonte que os Jesuítas estiveram na preparação da visita do papa João Paulo II a Moçambique, em Setembro de 1988.

Ignorando a sua própria Ordem, deram início à formação do clero diocesano de modo a consolidar a igreja local porque só assim seria possível a consolidação da sua presença com novas vocações. Em 1990, três Jesuítas davam aulas no Seminário Maior do Maputo e 2 no Seminário Médio da Beira e dedicavam-se na assistência às religiosas através dos retiros, conferencias e direcção espiritual.

O trabalho com a juventude também fora relevante, via através da qual a Companhia podia renovar-se, promovendo vocações. A formação dos jovens para a Companhia levava 3 anos, 1 na comunidade dos candidatos e 2 no noviciado. Depois passou a ser de cinco, 3 na residência dos candidatos e 2 no noviciado. A diferença consistia no facto de na primeira modalidade permitirem os candidatos com o nível médio feito enquanto na segunda modalidade, entrava-se com o 10º ano e completava-se o nível médio no Seminário (feito em três anos pois um ano era propedêutico).

Com a chegada de escolásticos, os primeiros dos quais em 1987, a pastoral juvenil alargou os horizontes nas paróquias. As circunstâncias exteriores à Companhia, a falta de meios e do pessoal contribuíram para o repensar do tipo de missionação a levar a cabo a partir dos anos

---

[265] Pe. David Ferreira, entrevista com o autor, Fonte Boa, 06 de Março de 2013

de 1990. O AGP assinado a 4 de Outubro de 1990 abriu a possibilidade de aproximação entre os missionários e o Estado. Mas ainda o país estava marcado pelo processo da independência, porque «após uma fase de auto-afirmação e recusa do passado colonial, ao ponto de ele não ser considerado digno de figurar na história, o país procurava a sua identidade nacional[266]». Desde então, os governantes tornavam-se mais pragmáticos, abrindo-se às relações internacionais, acabando com a exclusividade do bloco socialista. O confronto com a Igreja cedia lugar ao diálogo.

Depois da visita do papa começou a devolução de bens à Igreja (em especial das igrejas nacionalizadas, mas também de edifícios de alguns colégios e seminários). Em 1992, com a lei 6/92 terminava o exclusivo do Estado no ensino, permitindo as escolas privadas. Havia boas perspectivas de abertura do sector do ensino e da saúde à igreja, a que era difícil dar resposta por causa da falta de pessoal missionário. O governo já não punha dificuldades à entrada de novos missionários, ao contrário do passado em que tinham que ir só como formadores de quadro[267].

Todas estas mudanças traziam consigo uma necessidade de discernimento que visava o abandono da missionação clássica para uma missionação moderna. A missionação clássica era aquela que consistia em penetrar no interior, construir uma igreja e começar a celebrar missa e fazer catequese, construir uma escola ou outras infraestruturas sociais, promovendo uma concentração da população à volta da Missão.

A segunda não se regia por considerações de ordem geográfica, mas de ordem sociológica, isto é, os sectores da sociedade que precisavam duma nova evangelização. Neste sentido foi preciso desenhar estratégias que fizessem chegar a mensagem cristã aos pontos nevrálgicos da sociedade: as classes dirigentes e ligadas à cultura, os meios de comunicação social, os universitários, os jovens. É esta a encruzilhada na qual estão empenhados os seguidores de Inácio, embora estejam a abandonar gradualmente os meios rurais[268].

A nível social o dado mais importante é o da guerra, com o seu rol de sofrimentos, mas também de transformações sociológicas. Os missionários eram confrontados com essa massa enorme de deslocados e refugiados que necessitavam de assistência. Eram eles os pobres dos nossos dias. Não foi por acaso que a Vice Província abriu uma Missão no Malawi, encarregando-se duma paróquia, em 1989. Como consequência da guerra havia uma fuga para as cidades, a saída da terra dos antepassados, o encontro com outras línguas.

A perda dos valores tradicionais, em especial o da família, a atracção do consumismo e do estilo de vida ocidental, eram perigos, em especial para a juventude. Muitos jovens ainda ligados à igreja, estavam prestes a cair numa certa desmobilização após o fim da guerra. Por outro lado os missionários vindos do interior, tiveram de se adaptar a uma evangelização de tipo urbano, e as soluções nem sempre estavam à vista.

A nível eclesial também houve transformações. Também a igreja que era europeia teve que aprender a ser moçambicana, não se esquecendo a sua universalidade. A grande maioria do pessoal missionário era ainda estrangeiro. Dos 10 bispos de Moçambique dois eram portugueses em 1990, e destes dois um deles era Jesuíta, D. Luís Ferreira da Silva. O clero

---

[266] Gomes, Francisco Sampaio, *Moçambique, Uma Jovem Missão com 330 anos de existência, in* Anuário da Companhia de Jesus em Portugal, 1990, PPCJ, Lisboa, 1990:43

[267] Padre António José Coelho, entrevista com o autor, Braga, 23 de Fevereiro de 2013/Gravado

[268] Gomes, Francisco Sampaio, *Moçambique, Uma Jovem Missão com 330 anos de existência, in* Anuário da Companhia de Jesus em Portugal, 1990, PPCJ, Lisboa, 1990:42

nativo era escasso mas com um bom número de seminaristas, mas só depois de algum tempo poderia se esperar pelo fruto. A adaptação mental e institucional à nova situação não era fácil e para além dum espirito de fé, era também preciso uma dose de boa disposição para enfrentar todas as dificuldades. Iniciou-se a internacionalização através de apelos às outras províncias no sentido de ajudarem a região. Assim, os Jesuítas sul-africanos ajudaram em mantimentos, a Califórnia em Dinheiro e a Inglaterra também ajudava em dinheiro e outros bens. O Brasil, o Congo e a Espanha ajudavam com o pessoal.

3.1.1. As relações entre os Jesuítas com a Sociedade e os Métodos de evangelização

Quando aos métodos de evangelização notamos que estes foram variados conforme os locais. É evidente que a pretensão aqui apresentada não era nova, pois, inúmeros autores já estudaram o método missionário dos Jesuítas em Moçambique como foram os casos de Sousa (1991) Correia e Sousa (1998), Pereira (1998), de que falamos anteriormente. São excelentes obras, redigidas com atenção sobre a missionação jesuíta em Moçambique. Nelas transparece o ambiente da época, as dificuldades do empreendimento e as relações entre os actores que influenciaram directamente os acontecimentos, apesar do exagero e omissão na interpretação, quando assuntos fossem de carácter político.

A Concordata Missionária criou um ambiente propício para o retorno de congregações religiosas expulsas em Moçambique; em 1961 já existiam 422 sacerdotes, 152 irmãos e 708 irmãs. De facto, os três primeiros bispos preocuparam-se não apenas em fazer a redistribuição do pessoal existente, mas em aumentar o pessoal missionário recorrendo até Roma[269]. Dentro deste período, os jesuítas empenharam-se a trabalhar nas paróquias e missões, instituições de ensino, de saúde, de promoção e assistência e outras obras sociais. Para além dos padres, irmãos e irmãs, contavam com apoio de professores e catequistas e auxiliares e leigos.

No contexto da guerra colonial pretendia-se desenvolver o trabalho em três sectores: no meio intelectual, factor principal e responsável do desenvolvimento, no meio operário, pretexto para a agitação e exploração devido ao seu estado miserável; no meio militar, instrumento da defesa. Entretanto, somente Angola mereceu um tratamento especial, com envio de capelães militares. Em Moçambique houve desentendimentos com o arcebispo de Lourenço Marques o que levou os Jesuítas a fecharem a sua residência universitária. Desdobraram-se me criar a metodologia missionária, com destaque para a formação mínima de auxiliares e estudo da cultura local além da aprendizagem da língua no Malawi de modo a evangelizar com facilidade. O meio de transporte era a mota, de modo a conseguirem percorrer os trilhos das aldeias locais, e algumas vezes usaram bicicletas e mesmo a pé.

No âmbito da preparação para os sacramentos, os catecúmenos tinham sido divididos em três grupos: de urgência, simples e aprovados. Os primeiros eram os de difícil conversão como velhos e aqueles em dificuldades matrimoniais. Deviam ser aprovados e urgentemente receberem o baptismo. Os segundos eram os que frequentando escolas deviam aprender bem as orações. Podiam ficar um, dois ou mais anos. Mas normalmente ficavam um ano. Faziam exame na Missão orientado pelo missionário ou um delegado.

---

[269] Ubaldo. Madela Maggiorino. *La Chiessa Cattolica in Mozambico:* Dellévangelizzazione dal 1940 ad oggi, Roma, Giugno 1980:62

Estes passavam para a terceira categoria, isto é, eram catecúmenos aprovados. Recebiam medalha de catecúmenos, eram inscritos no livro de catecúmenos. Os baptismos eram momentos de festa, e normalmente celebravam-se durante a Pascoa, assunção de Nossa Senhora e no dia do padroeiro da Missão. Em matéria de disciplina religiosa, havia interdições para os filhos de gentios com menos de 11 anos. Até 1948 tinham sido baptizados 1703 cristãos, dos quais 904 eram crianças[270]. A colaboração com os bispos diocesanos foi notória com a ocupação pelos seguidores de Inácio de Loyola de lugares de relevo dentro da hierarquia da Igreja. Em 1966, Pe. Raúl Serreira já era vigário em Tete, onde o tinham sido também Luís Gonzaga Ferreira da Silva (futuro Bispo de Lichinga) e Luís Abílio Gonçalves. Na Beira era o padre José Augusto Alves de Sousa e em Nampula, o padre João Valente Cabral.

Promoveram as vocações diocesanas através de Zóbue e para a Companhia, fundando o Noviciado em 1974, em S. Benedito- Beira. Formaram grupo de Animação Cristã do Ambiente Universitário – ACAU. A colaboração com os bispos foi constante. Em 1969, colaboram no lançamento do Centro de Investigação Pastoral de Moçambique – CIPM. Um ano antes, haviam-se engajado no Centro Catequético de Nazaré, em Sofala.

Em 1972 quatro missionários, dois de Tete e dois da Beira foram postos na prisão e a imprensa retoma uma campanha difamatória contra os missionários não portugueses e apoiada até por eclesiásticos[271]. Entre 20 a 25 de Novembro a igreja reuniu-se na Matola para reflectir os últimos acontecimentos e decidir o rumo a seguir exprimindo o seu desacordo com as escolhas ideológicas e operativas do governo colonial e apresentando propostas concretas para um futuro imediato[272]. Alguns missionários apontam uma serie de argumentos:

- O pensamento da jerarquia perante o problema da guerra, com as violências perpetradas pelas duas partes;
- Perante a divisão entre os bispos na orientação da Igreja, divisão esta que se considera um dos males maiores, pede-se uma análise deste facto e a procura de uma solução;
- Pede-se a elaboração de um documento base que indique claramente a atitude a tomar na defesa dos direitos da pessoa humana na actual conjuntura moçambicana;
- Pede-se um exame sobre a oportunidade de a Igreja continuar no seu vasto empenho no campo do ensino elementar[273].

No dia da tomada de posse do Bispo Jesuíta, a 16 de Dezembro de 1972 há massacres de Wiriamu, no regulado de Gandali documentado em duas redacções dos missionários[274]. A reacção do Governo foi a intensificação do controlo aos missionários decretando algumas expulsões, não renovando as autorizações de residência e fechando as portas aos que queriam entrar em Moçambique pela primeira vez[275].

---

[270] Sousa, José Augusto Alves de; e Correia, Francisco Augusto da Cruz. *500 Anos de Evangelização em Moçambique:* 11 de Março de 1498 – 11 de Março de 1998, A.I., Braga, 1998:102
[271] Noticias de 27/09/1972 publica um artigo do Padre Brásio contra os missionários de Burgos.
[272] Cfr. Renovação das estruturas pastorais, in Zambézia, SCJ, documentação nº 12, 1973
[273] Cfr. Risposta all´inquista, Vila Junqueiro, 15/05/1972 (Policopiado).
[274] A primeira de 19/12/1972, e segunda de 06/01/1973
[275] A proibição será levantada em Março de 1974

Em Março de 1973 os bispos protestam junto do Governador-geral por causa dos massacres de Wiriamu e das manifestações de praça postas em causa na Beira contra dois padres de Macuti, processados e absolvidos depois de um ano de prisão e contra D. Altino Santana, Bispo da Beira, que faleceu a 27 de Fevereiro de 1973. O seu campo da pastoral ficou assegurado pelo Padre Sousa. Ubaldo (1983) explica que em Fevereiro de 1973 as autoridades administrativas, por mandato do Ministro dos Estrangeiros e servindo-se às vezes também da polícia política, pedem aos missionários por meio de uma nota explicativa em sete pontos, um juízo sobre a politica portuguesa em Moçambique, esperando uma adesão explícita. A armadilha é evidente; como também a possibilidade de manipular e difundir as respostas. Os missionários que respondem individualmente são pouquíssimos, e a coisa cai por si mesma.

> Os padres do Sagrado Coração de Jesus (SCJ) tomam posição em grupo e redigem um documento (Tópicos) que dirigem ao Bispo da Diocese, nele vem expressas algumas opções consideradas urgentes: reconhecem os direitos da pessoa humana, defender a igualdade das raças, proclamar o direito de todos os povos à liberdade dos territórios nacionais, defender a aspiração fundamental do povo à justiça; condenar a guerra. Poucos dias mais tarde o Conselho Presbiteral da Diocese de Quelimane faz seu o documento e pede que seja apresentado à Conferencia Episcopal, de que é presidente D. Francisco Nunes Teixeira. No mês de Julho o artigo do Padre Hastings provoca o escândalo de Wiriamu. Às reacções histéricas do Governo, acrescente-se o desmentido dos factos por parte de um e outro Bispo. O desacordo entre os Bispos torna-se tensão e o caso é levado a Roma[276].

Enquanto a tensão aumentava os missionários da Zambézia exprimiram o seu parecer dizendo: «pensamos que a diocese tenha de declinar qualquer responsabilidade em tudo o que possa favorecer uma interpretação de colaboracionismo com as mais recentes iniciativas estatais no sector escolar, principalmente depois que vieram à luz certas informações que confirmariam estar em acto uma manipulação e instrumentalização do concurso para fins que julgamos mais políticos do que didácticos, e uma hábil mentalização ofensiva dadas as circunstâncias, da liberdade e dignidade da pessoa humana, sobretudo se em prejuízo de humildes profissionais do ensino, como o são os professores interessados[277]».

E alguns Jesuítas partilhavam desta posição mas não o diziam abertamente. Em 1973, assistindo espiritualmente aos trabalhadores da açucareira de Mafambisse, no Dondo, os jesuítas deixaram a impressão de que eram contra qualquer tipo de instrumentalização do moçambicano e que a autodeterminação era inevitável. Na reunião havida na Vila Coutinho (Ulónguè) havia-se debatido a questão do trabalho em conjunto e com outros missionários com vista ao alcance de vocações e abertura do noviciado local, além do reforço na colaboração no ensino.

No meio intelectual cada Jesuíta fazia o trabalho por sua conta e risco. Para este triunfo concorreu, principalmente, o padre João Cabral considerado por muitos como o fundador da primeira associação cívica em Moçambique, que foi capaz de influenciar o julgamento dos padres de Macuti, por meio de vigílias e de outras manifestações, sendo o seu trabalho apreciado pelos protestantes.

---

[276] Cfr. Carta do Bispo de Nampula ao Papa de 6 de Agosto de 1973, a 13 de setembro de 1973 o papa encontra-se com o Conselho Permanente da CEM e a 16 de setembro de 1973, o Observatore Romano publica uma declaração do Presidente da CEM

[277] Carta ao Vigário da Diocese de Quelimane, 6 de Agosto de 1973

CAPÍTULO II

3.2. O Impacto da Acção Missionária dos Jesuítas em Moçambique

A recruta dos homens aos trabalhos forçados fazia com que os indígenas estivessem desconfiados o que levou Lacerda a afirmar «Não notei progresso nos indígenas como sociedade organizada, enquanto contraposta à dos brancos. A mesma independência, o mesmo isolamento, o mesmo medo e desconfiança dos próprios irmãos de raça. Apenas se unem para se queixar do branco e de suas exorbitâncias

Em 20 de Janeiro de 1945, o Irmão Abel Agulha a partir de Lifidzi, faz uma carta na qual fala dos baptismos, casamentos, usos e costumes das populações de Angónia, incluindo os procedimentos da passagem do ano, da conversa entre pais e filhos, cônjuges e revela quais os costumes que supõe serem difíceis de acabar, como o caso da distância entre homem e mulher, ou entre pais e filhos.

3.2.1. O Impacto dos Missionários Jesuítas no Ensino

Nos usos e costumes como estratégias de fixação, para os jesuítas, a aprendizagem da língua enquanto veículo privilegiado de contacto entre europeus e os povos com quem se encontravam constituiu uma estratégia importante. Era mais proveitosa a sua aprendizagem que o esforço que era empreendido pelas autoridades civis para impor o português. Mesmo no quarto período o superior recomenda divulgação da obra apostólica através das línguas. Assim, a missionação implicava aprática de uma aprendizagem por meio de intérpretes locais. A fundamental contribuição dos Jesuítas ao desenvolvimento verifica-se no ensino.

Graças à eles, a educação musical nas escolas é uma realidade em quase todos os países do mundo. Defendem um ensino baseado em métodos intuitivos que, colocando os alunos em contato com a realidade e ele como centro da aprendizagem. O ensino podia ser dado em simultaneo com a catequese do gentio, pelo que a sua acção sempre foi confundida com a colonização. As suas normas metodológicas referentes à aula são rigorosas, desde as questões e respectiva Ordem, e no próprio ritmo de ensino e de aprendizagem com metodologia alicerçada na tradição didática centrada no aluno. O ensino da Gramática e os actos de Examinações, ditado e escrita foram dos métodos mais usados.

A 9 de Novembro 1944, o Padre Manuel Teixeira escreve ao Padre António da Cruz, a partir de Boroma, fala do combate ao Islamismo e das crianças que pela pobreza ainda usam Tangas e como isso cria-lhes vergonha de não irem a escola pelo que apela a necessidade de procurar-se incentiva-los por meio de uniforme e brinquedos de qualquer espécie. Acredita que o material didáctivo será instrumento de evangelização e de incentivo.

O esforço dos Jesuítas no ensino pode ser notado nas tabelas que colocamos nos apêndices, por Missão. Não nos foi possível colher todos os dados, mas os que até aqui conseguimos são ilustrativos. Através delas podemos notar como áreas diversas entregaram os seus filhos para o ensino. Mostra-se uma evolução gradual da forma de ensino a começar com o ensino dos professores em Boroma, desde cedo, passando para os catequistas e alunos internos. A formação dada pelos Jesuítas visava não apenas formar um individuo útil para a nação portuguesa, mas para si próprio por isso privilegiaram os trabalhos manuais.

Este privilégio das actividades manuais não era para corroborar com o governo na sua política de formar o homem capaz de ficar preso à terra, mas dar-lhes formas de ter opções alternativas para enfrentar a vida e evitar a emigração que era um dos entraves da evangelização. A Missão da Fonte Boa é mais notória nesse aspecto. Em quase todos os anos em que durou o Acordo Missionário, isto é, desde a fundação da Missão em 1945 até a sua nacionalização, em 1975, as raparigas sempre estavam em maior número no ensino em relação aos rapazes.

Tal diferença se deve aos trabalhos forçados para os quais eram recrutados os jovens da região e o regime chegou ao nível insuportável a tal ponto que «ter um rapaz em casa era uma situação preocupante». Frequentemente eram capturados os rapazes da região pelos próprios régulos que era suposto serem seus defensores. Nisto, protegeram aqueles que iam para a escola de tal forma que se no passado ir a escola era uma questão de apenas ir aprender, desta vez, a partir de 1954, passou a ser também como via de se proteger contra os recrutadores. Era preciso e necessário libertar o preto porque:

> Respeito e admiro o passado missionário na Colónia. Mas quero construir o futuro. Queremos mais missionários, mais irmãzinhas, seminários, hospitais, escolas profissionais e agrícolas e uma acção missionária de maior penetração indígena e com mais eficácia. Queremos também uma nova organização hierárquica, pois um Prelado em Lourenço Marques a impulsionar uma máquina tam grande e tam pesada… nunca a fará andar com o ritmo acelerado que ambiciono e as necessidades religiosas e nacionais exigem. Não podemos defender que o preto deva ficar eternamente animal de carga do branco, condenado eternamente à sua sorte de povo de raça inferior[278]!

Depois da independência o ensino foi nacionalizado. Entretanto, alguns jesuítas continuaram a colaborar com o governo como foi o caso do Ir. Albano agulha que trabalhou 10 anos na Vila de Ulónguè, do Irmão Andrade que passou maior parte de sua vida ensinando na Escola Secundária de Tete, do Irmão José de Lima que trabalhou por alguns anos em Zóbue. Nos centros urbanos, Beira, Maputo e Tete, eles lançaram as suas acções nas Universidades e nos seminários interdiocesanos, onde leccionam.

Na década de 1990, ainda sob as limitações impostas pela guerra e pelo reajustamento estrutural, o sistema educacional moçambicano encontrava-se estagnado, desestruturado e fragmentado. Perto de 50% de escolas primárias haviam sido destruídas, com maior incidência nas zonas rurais do Centro e do Norte. Neste quadro, a Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) 4/83 de 23 de Março foi reformulada pela Lei 6/92 de 6 de Maio que estabelece uma política de educação para todos e colaboração do ensino privado[279].

Nos primeiros anos, permanecia, no ensino primário (EP_1 e EP_2), a tendência decrescente das taxas de escolarização. Na primeira metade da década de 90, as taxas de escolarização ainda eram insatisfatórias. Às limitações de cobertura, acrescentava-se a extrema precariedade de recursos didácticos que a maioria das escolas enfrentava. As escolas, sem livros para alunos e professores, cadernos, giz, quadros pretos, dificilmente podiam garantir as condições para um ambiente adequado de aprendizagem. Era este o ambiente que os Jesuítas encontraram e que tinham que fazer face.

Com o fim da guerra e enquanto se reabilitavam as escolas das missões, destruídas pela guerra, restaura-se a Missão de Lifidzi com 340 alunos, saídos de diferentes partes do Malawi como retornados e chegados na Vila de Ulónguè as autoridades educacionais locais

---

[278] D. Teodósio Clemente de Gouveia, *Entrevista ao Notícias*, Lourenço Marques, Jan 1940

[279] SARDC-WIDSAA. *Para Além das Desigualdades 2005:* A mulher em Moçambique. Maputo e Harare, Fórum Mulher/SARD, 2006:62)

não quiseram que se juntassem com os alunos aí presentes alegando que os retornados eram incapazes de se enquadrarem na língua portuguesa pois o seu ensino feito no Malawi era de pouca qualidade. Estava em montagem um centro de tendas para os acomodar e discutia-se sobre a pertinência de redução de um ano, isto é, como a maioria ia para iniciar o sétimo ano, devia voltar para o sexto ano. O padre Luís Abílio Gonçalves não concordou com a proposta e tentou negociar com o então director distrital da educação, de nome Mabonzo, que se mostrou reticente. Um dos integrantes daquele grupo de alunos recorda, com mágoa:

> Nós não falávamos com o Sr. António Mabonzo. Ouvíamos tudo por meio do Sr. Veloso Zaqueu (Zikuvutani). Chamaram-nos nomes, ficamos cidadãos de segunda categoria só porque tínhamos fugido da guerra. Diziam que não eramos moçambicanos genuínos porque tínhamos fugido. Até porque entre nós havia nascidos no Malawi, mas nada justificava aquela atitude[280].

Os jesuítas que até aí tinham acompanhado os refugiados no Malawi e seus filhos e lá tinham criado o Ensino Secundário Aberto (ESAM) para os filhos de refugiados acharam por bem tomarem a responsabilidade. Não foi pacífico. Determinados a sabotarem a aprendizagem dos retornados, os funcionários da direcção distrital de educação encontraram uma resposta pronta na pessoa do Padre Abílio Gonçalves. Com autorização do então regional, Padre José Augusto Alves de Sousa, a 16 de Março de 1994, foi levado o primeiro grupo de alunos para Lifidzi. Viveriam em cabanas por si feitos e em grupos de 4 a 10 membros conforme as conveniências. O grupo tinha vontade e as aulas iniciaram com apoio de professores estrangeiros, chamados pelos Jesuítas de Portugal por meio da ONG Leigos para o Desenvolvimento.

O primeiro grupo a chegar a Lifidzi era composto de 4 jovens: Paulo Froz, Marta, Francisco e Irene? O antigo padre José da Cunha e Silva ficou como director da Escola. Vendo-se atrás e motivados por interesses eleitoralistas, porque naquele ano ocorreriam as primeiras eleições multipartidárias, o governo tomou cautela na forma de colaborar com os padres. Enviou professores recém-formados em alguns institutos: Joaquim Henriques Alfaiate, António Manuel Tesoura, Manuel de Magalhães, Manuel Bacachesa, Nunes, Denja, Basílio Rinze, João John Kanthunkunva, entre e outros.

Naquele ano o aproveitamento pedagógico foi satisfatório e Lifidzi tornou-se, em um ano, uma escola capaz de confrontar a maior escola do distrito (ESU) não apenas em termos de conhecimentos como também no desporto e outras actividades. Cercados de áreas minadas, nos primeiros anos a vida dos alunos da escola era muito difícil. Por inúmeras vezes alunos foram surpreendidos com engenhos explosivos na mão. «um colega nosso trouxe um explosivo para a cabana e aquilo explodiu. Sorte que não feriu ninguém mas por um pouco todos íamos embora. Só se levantou a cinza da lareira[281]» diz um antigo aluno de Lifidzi.

O problema com as autoridades persistiu por algum tempo. Em 1994, o grupo de alunos que para Lifidzi se dirigiu era do sétimo e do oitavo anos, sendo o oitavo ano uma espécie de ensino privado já contestado pelo regime desde 1989 quando o projecto foi proposto no Malawi. Tratava-se do MOLU (Mozambique Learning Unit) mais tarde convertido em ESAM (Ensino Aberto Moçambicano) ainda em funcionamento na província do Niassa. Quando o Padre Michael Schultheis propôs que era preciso dar educação aos filhos dos refugiados, sobretudo aqueles que viviam no Zimbabwe e no Malawi, o governo opôs-se.

As razões da oposição eram mais políticas do que estratégicas. Para o governo, abrir uma escola secundária para os refugiados no exílio daria a impressão de que ele estava

---

[280] Jorge Rafael, antigo aluno de Lifidzi, na altura da reabertura
[281] Hassuelo, entrevista com autor, Ulónguè, 7 de Fevereiro de 2013

consciente de que a guerra não ia terminar para breve. Além disso, desde a independência que o ensino era trabalho exclusivo do governo, até que em 1992, já com o projecto proposto pelos Jesuítas em andamento, o governo viu-se obrigado a abrir as portas a outras entidades privadas. Portanto, esse conflito não tinha passado.

Em 1997, o primeiro grupo que fora a Lifidzi em 1994 já estava no décimo ano e quando chegou a altura de exames, propôs-se que os mesmos fossem feitos com a nota zero, como se de externos se tratassem. Reprovaram muitos, somente 4 alunos conseguiram fazer, num universo de meia centena. «Até hoje convenço-me que aquilo foi uma vingança cujas razões desconheço. Tive a sorte de ser dos quatro que passaram[282]».

De facto, nos arquivos das pautas dos alunos na Escola Secundária de Ulongué são notórias as irregularidades que foram feitas em relação as correcções (Consulte-se as Pautas de 1997, 10ª Classe - Lifidzi). Enquanto isto, o MOLU ia entrando em crise na província de Tete, porque o Padre Manuel Ferreira que tinha a responsabilidade do seu funcionamento discordava de muitos aspectos que estavam acontecer em volta do projecto. D. Luís Gonzaga, desde cedo acabou abraçando o projecto para a sua diocese e foi transformado radicalmente para ESAM, a fim de enquadra-lo na nova realidade. Contou com a colaboração de pessoas empenhadas como Ir. Delvina Pascali, primeira directora geral, depois Mathews Francis Magagula. As escolas do ESAM foram boia de salvamento para muitas famílias dispersas no imenso território nortenho de Moçambique.

Aos poucos, o Governo foi tomando conta. Apesar das instalações serem da Missão estão sob o seu controlo. Pagam aos professores, nomeiam os directores. No caso de Lifidzi, o primeiro director que para lá foi nomeado era Pedro Notice Jambo Chiotha a ponto de se ter criado uma confusão de existência de dois directores, ao lado de Cunha que teve como pedagógico João Marcelino enquanto o primeiro teve como seu adjunto Joaquim Henrique Alfaiate. Em 1995, a Escola da Missão da Fonte Boa foi reaberta, a cargo dos leigos para o desenvolvimento e os sacerdotes, irmão e escolásticos só chegaram em 1997.

Entre 2011 verificou-se um grande aumento da massa estudantil na Angónia e em Tsangano, regiões cuja missionação está a cargo dos Jesuítas. Neste âmbito, para fazer face, iniciaram a construção de uma escola de raiz, com a aprovação do governo provincial, que terá capacidade para mais de 1000 alunos, com internatos masculino e feminino e provavelmente um posto de saúde. O local escolhido foi Msaladzi.

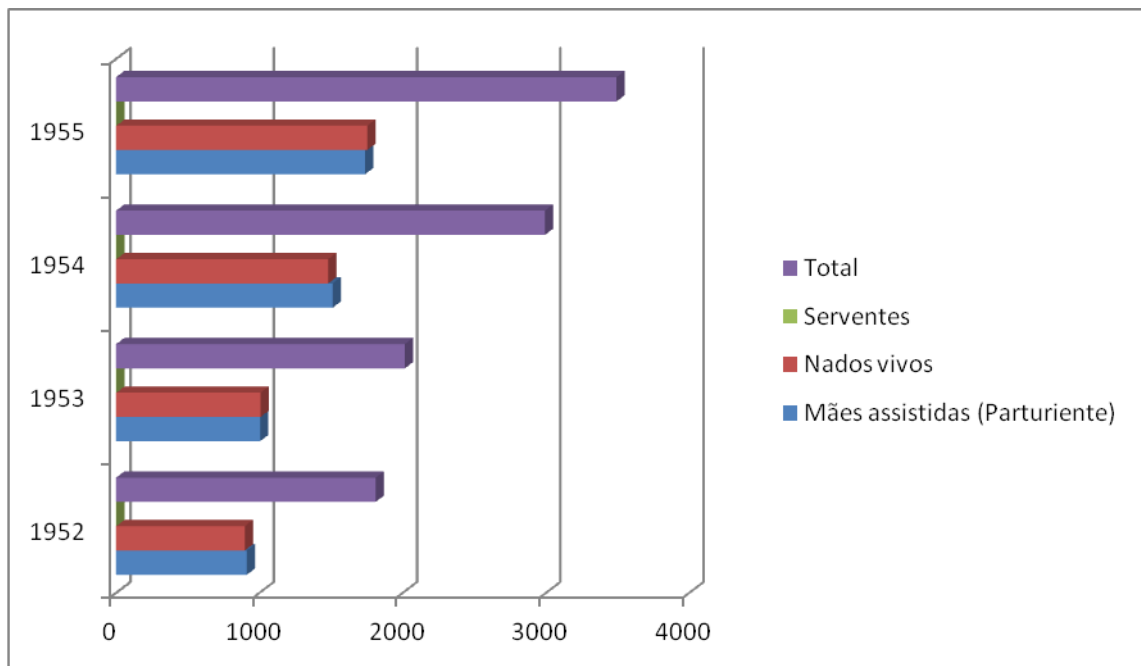
3.2.2. A acção Missionária dos Jesuítas na Saúde

Na saúde os missionários jesuítas trabalharam com as irmãs, em quase todas as paróquias onde eles estiveram presentes. O trabalho consistia em orientar o levantamento dos postos de saúde, numa primeira fase para atender os alunos presentes no internato e aqueles que vinham das zonas mais distantes. Nesta primeira fase, os centros de saúde serviam para as populações mais próximas da Missão.

A opção de postos de saúde como técnicas para a evangelização foi motivada entre outras coisas na forma eficaz de combater as crenças tradicionais na feitiçaria e nos curandeiros. À medida que as pessoas iam recebendo os cuidados de saúde nos centros da missão diminuía a sua afluência aos curandeiros que ao lado do Nyau eram tidos como ameaça para os

[282] Jonas António Francisco, entrevista com autor, Nampula, 12 de Fevereiro de 2013

valores cristãos. O desempenho das irmãs na Maternidade local era visivelmente quantitativo e qualitativo, conforme o quadro abaixo.

Gráfico 1: Mães assistidas e crianças vivas, 1952-1955, na Missão de Lifidzi

Fonte: Revista Missões, Nov/Dez, 1956:27

Em 1952 tinham sido atendidas 913 das quais nasceram 893 crianças vivas. No ano seguinte, das 1005 parturientes haviam nascido 1008 bebés enquanto em 1954, das 1511 grávidas nasceram 1480 nados vivos. Em 1955, das 1738 mulheres grávidas tinham nascido 1753 nados vivos. Vemos uma alternância por ano, no número de nados mortos e de nados vivos e até de gêmeos. As diferenças de números se devem a abundância de gémeos. Acontecia, porém, que as populações nativas não queriam gémeos, e acabavam sacrificando uma das crianças. Todas as 5139 crianças foram atendidas por única parteira branca «tão extraordinário sacrifício torna a humilde missionária credora de admiração e reconhecimento de pretos e brancos[283]».

O combate sério foi dado aos curandeiros que viam na abertura de centros de saúde uma ameaça para a sua actividade. Com a independência os hospitais e centros de saúde passaram para o controlo governamental pelo que os missionários ficaram desligados dos serviços sanitários. Com o fim do conflito armado, o governo viu-se incapaz de reabilitar todos os centros de saúde destruídos pela guerra e os Jesuítas fizeram um esforço no sentido de reabilitá-los.

Tinham recebido um fundo das Nações Unidas para o efeito e contaram com apoio das outras províncias Jesuíticas. O fundo dado pela ONU, tinha que ser usado para reabilitar as escolas e os hospitais e depois para as residências dos missionários. E conseguiram fazer esse trabalho com sucesso, a partir de 1993. Saindo de Dedza, Malawi, para onde se tinha deslocado a comunidade de Ganya, os missionários foram reabilitando de forma impressionante as missões de Angónia: Lifidzi, Domwe, Fonte Boa, Vila de Ulónguè.

[283] Ernesto Domingues. *Nota do administrador de Angónia*, Envio dos dados, *Missões*, Nov/Dez, 1956:27

Aqui, no primeiro momento, as irmãs assumiram o controlo total do Hospital e aos poucos o governo foi oferecendo enfermeiros. Existe uma colaboração permanente entre os centros ou postos de saúde das missões com o Ministério da Saúde (MISAU). É uma cooperação nem sempre satisfatória porque repleta de conflitos. No caso do Hospital da Fonte Boa, uma vez, as irmãs conseguiram apoio de medicamento e outro material hospitalar que foi impedido de dar entrada ao país. Não foram clareados os motivos da oposição e provavelmente tenha sido por questões de busca de protagonismo.

3.2.3. A Acção Missionária dos Jesuítas na Habitação e na Alimentação

Uma das lutas que os Jesuítas travaram foi a tentativa de mudar a mentalidade das pessoas no sentido de melhorarem as suas habitações. Para o efeito, começaram por levantar casas melhoradas para os catequistas e os professores, junto das igrejas-capelas que iam sendo levantadas nas diferentes comunidades. Na altura, as pessoas estavam a viver em palhotas, redondas e sem nenhuma janela, com portas de palha. O uso de tijolos queimados foi sendo espalhado para que as pessoas aprendessem, e todas as vezes eram os cristãos que fabricavam os tijolos. O Padre Lacerda é atencioso na vida individual e diz ter notado algum progresso na;

a) habitação – uso bastante frequente de portas à europeia, uso menos frequente de janelas sem vidro, aumento do número de casas rectangulares, presença de cadeiras e mesas em muitas casas;

b) vestuário – cai em desuso o simples pano das mulheres, para dar lugar a blusas e saias, vestidos à europeia, soutiens, uso do lenço na cabeça, uso de calças, casaco e camisa da parte dos homens, aumento de uso de calçado nos homens, uso do sabonete e do perfume;

c) alimentação – maior uso do açúcar mas sem sair do menu habitual da massa e do caril; aumento de cantinas junto das estradas onde se vendiam bolachas, chá, melhoria das técnicas agrícolas; iv) aumento do uso de bicicletas[284].

Contudo, «este progresso material não parece acompanhado pelo progresso moral e religioso. Os milandu (questões) aumentam cada dia e cada vez temos menos meios para os reduzir ao bom caminho. Antigamente os cristãos ou pagãos implicados em questões morais com cristãos reconheciam e acatavam a autoridade do missionário em tudo o que se referia à solução e castigo dos ditos milandu[285].

O inimigo dos missionários era o próprio governo porque à medida em que estes tentavam criar uma imagem da vida humana decente, aqueles vinham impor a sua força com os recrutamentos da rapaziada. Era muito difícil deixar criança crescer, quando fosse homem. Por causa da fuga de muitos jovens para a Niassalândia vemos que as estatísticas dos alunos no ensino, na Missão da Fonte Boa, a maioria é composta de raparigas. «A caça ao homem pelos Fumos e Nhakwawas às ordens dos recrutadores, dos agricultores e das autoridades, tudo isto tem atirado para fora da circunscrição e das fronteiras a uma grande percentagem de homens». Referindo-se à prisão do régulo Dama, o padre Lacerda diz

---

[284] Pe. Arnaldo Augusto de Lacerda, Fonte Boa, 20 de Março de 1958, in APPCJ, 1943-1962:508
[285] Pe. Arnaldo Augusto de Lacerda, Idem, p. 509

> As questões de há dois anos, que Vª. Revª. conhece muito bem, criaram um descontentamento geral que é difícil de tirar. O Administrador está cheio de boa vontade mas o restaurar é sempre moroso. O movimento emigratório voluntário para fugir ao movimento emigratório forçado aumentou muito. Creio que os recrutadores das diversas companhias nacionais ou estrangeiras (oh vergonha!) continuam a peitar as autoridades indígenas, que andam de palhota em palhota a amarrar os que encontram. Entram altas horas da noite e assim mesmo como os encontram os levam[286].

A partir dos anos cinquenta, nas missões de Tete já havia sinais de pessoas imitando a forma de construir as casas de blocos queimados ou não e de forma rectangular. Esta foi a primeira mudança e a maior conquista. A substituição de palhotas por casas com instalações próprias para a vida humana, a começar pelas habitações que pertenciam aos professores, catequistas, *gurupas* foi um processo moroso mas criou um orgulho da parte dos beneficiários. A introdução de chapas de zinco foi mais demorada e nem sempre uniforme. As igrejas foram as primeiras obras a beneficiarem destas e as ventanias algumas vezes destruíam telhados inteiros deitando abaixo os esforços de então.

Na aprendizagem da construção, os irmãos coadjutores apoiavam os cristãos interessados na construção e assim aprendiam um trabalho útil para suas vidas, habilidade que foi sendo aperfeiçoada com o passar do tempo, chegando a ser transmitida de pai para filhos de tal sorte que na Angónia «para casar deve ser campones e pedreiro. Aqui todo o rapaz sabe colocar o bloco na linha graças aos antigos missionários. O que nos falta são os níveis de construção e outros instrumentos de trabalho[287]».

3.2.3.1. A contribuição dos Jesuítas na Reconstrução Nacional

Terminada a guerra, assinado o AGP, em 1992, os Jesuítas viviam um dilema: voltar ao país de forma a forçar que os refugiados voltassem ou permanecer no Malawi até que o último homem saisse. A primeira coisa que fizeram foi transferir as escolas do MOLU para algumas zonas de Angónia e de Moatize, bem como para Milange na Zambézia. Importa fazer referência que aquando do conflito do Padre Manuel Ferreira que levou ao fecho do MOLU em Tete e na Zambézia, as escolas e o projecto foram entregues ao Ministério da Educação destas províncias, alegando a falta de fundo.

A reconstrução nacional contou com a construção e reabilitação das infraestruturas que tinham sido destruídas pela guerra. A assistência às pessoas que tinham o peso da consciência pelo seu papel na guerra que terminava era outro ponto crucial. As mensagens de perdão foram cruciais para que as pessoas não se vingassem umas contra as outras. No Malinde, uma aldeia 7 km da Missão da Fonte Boa existia uma nítida divisão: uma parte tinha apoiado ao regime durante o conflito e a outra tinha apoiados aos rebeldes. Vivia-se um clima de total desconfiança e desejo de vingança.

A mesnsagem de perdão difundida pelos missionários ajudou a resolver os conflitos, embora não na sua totalidade, uma vez que as pessoas se conheciam e reconheciam-se nos crimes cometidos. A ocupação dos espaços, a concessão de emprego e criação de parcerias foram algumas das acções levadas acabo pelos missionários para apaziguar os animos. Assim, as pessoas encontravam-se mais ocupadas. Levram para si a responsabilidade de educar os retornados que não tinham meios de subsistencia. A ONU através do PMA dava generos alimenticios: soja, sardinha, açucar, sal, farinha, feijao e óleos.

---

[286] Pe. Arnaldo Augusto de Lacerda, Idem, p. 510
[287] Francisco Ketulo, Chissoka, entrevista com o autor.

Mas isso durou até 1996, data aprtir da qual o PMA começou a trabalhar directamente com o Governo e toda ajuda passava pela supervisão deste. Era preciso criarem-se condições para o sustento dos internatos com o inicoo de abertura das machambas. Adquiriram um trator que lavrou as terras, e assim puderam minimizar os efeitos da falta de alimentos tanto para sos alunos como para os proprios missionários. Nas machambas dos missionários encontravam-se pessoas a fazerem trabalhos «party time[288]» denominadas Ganho-ganho. A construção de novas capelas e escolas faz parte do processo de reconstrução nacional iniciado há duas décasas. A existência de pessoas mutiladas em consequência da guerra, dementes, órfãos e pobres contribuiu para que os Jesuítas pensasem na nova forma de encarar a realidade. Acima disso, as pessoas foram vitimas de doenças sexualmente transmissiveis que deixaram muitos ófaos.

Além do trabalho evangélico, os Jesuítas lançaram um olhar na busca de soluções para alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde, vias de comunicação e controlo político administrativo, algumas vezes de forma indirecta. Perguntado sobre o que pensava sobre o papel do Estado nestas iniciativas, um padre dirá, como veremos mais adiante, «é verdade que o Estado não dá apoio ao mesmo tempo que não proíbe fazer».

Na segunda metade da década de noventa já tinham sido concebidas as intenções, aspirações e reacções recíprocas entre o Estado e os missionários a favor do bem-estar social. O Estado comprometia-se apoiar as iniciativas missionárias. Todavia, este compromisso foi imprevisível porque adoptou uma política laica acentuada. Para o Pedre Hermínio João Vitorino, «o Estado não proibia fazer como também não apoiava».

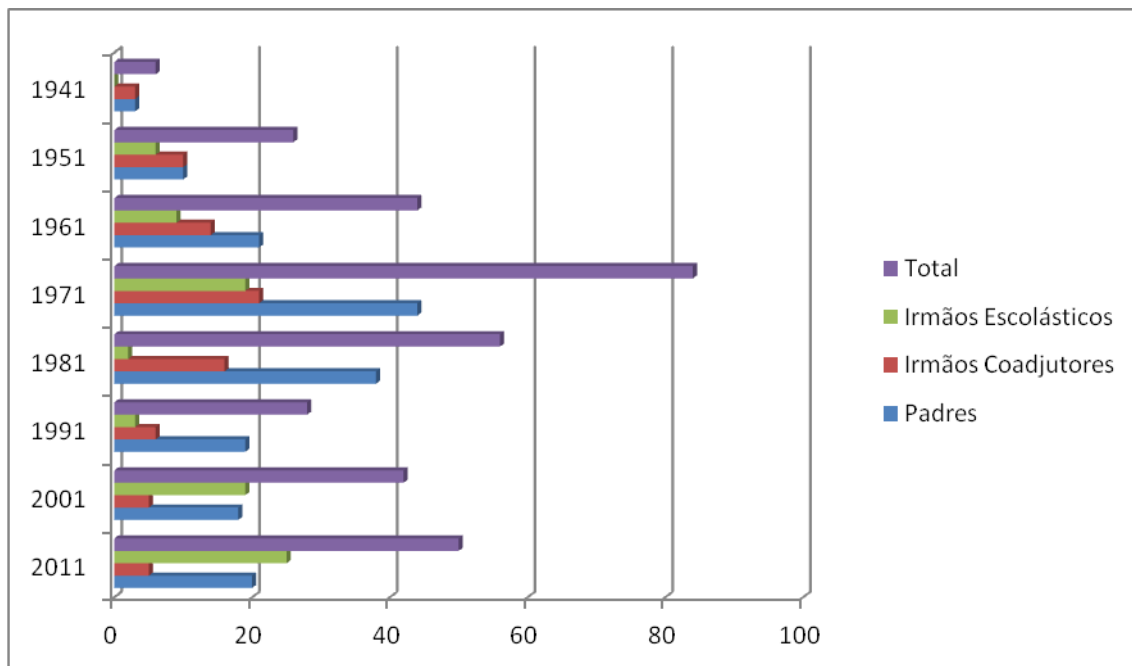
Em consequência, no início do século, já era visível como efeito indirecto o encorajamento de um isolamento mental dos missionários tendo-se confinado cada vez mais na actividade da evangelização o que contrastava com o desejo de uma missionação cada vez mais virada para a criação do reino de Deus na terra. Com uma população cada vez mais sofredora era impossível evitar a sua entrega às seitas messiânicas que, em nome de Deus, exploram o povo já sofredor com doenças, fome, nudez e analfabetismo, sob promessa de milagres. Era preciso diminuir a distância que separava o missionário da Missão e alargar a acção até às dimensões de novos desafios, orientada para o bem-estar social.

O sentimento de isolamento mental teve uma materialização em 2006 quando a residência dos missionários da Fonte Boa foi invadida por bandidos que assassinaram um padre e uma leiga. Em 2006, já era previsível o esforço na luta contra SIDA, levado a cabo pelo padre Vitor Lamosa que, ao lado de líderes tradicionais e as autoridades administrativas lançaram bases para criação de casas de órfãos em Ching´amba. A fundação Gonçalo da Silveira desempenhou este papel de relevo.

3.2.4. Impacto da Evangelização Jesuítica em Moçambique

Os agentes da missionação jesuítica foram os padres, irmãos coadjutores e irmãos escolásticos. Nas sete décadas da missionação, o pico do maior número de missionários coincidiu com o período da sua maior expansão pelo país e ao mesmo do início da guerra colonial. De facto, é a década de 1960 que conhece um número considerável de missionários, tendo atingido a cifra de 84 no seu auge, conforme o gráfico a seguir.

[288] Na Angónia, um trabalho part-time é aquele que é pago no próprio dia em que é feito. O pagamento pode ser em dinheiro ou em outros géneros. Também se chama de ganho-ganho.

Gráfico 2: A presença de missionários nas sete décadas de presença em Moçambique

Fonte: Catálogos da Companhia de Jesus, 1941-2012

A formação de mais catequistas foi em parte para reforçar o diminuído *número* dos missionários e ter intérpretes nas homilias e no contacto com as populações. Também servia para diminuir as distâncias a percorrer a partir da Missão e garantir protecção nas aldeias por visitar porque, no dizer de Pio XII, «as missões sem escolas, foram missões sem futuro, e que um missionário com seis colaboradores pode fazer mais que sete missionários estrangeiros[289]».

A abertura de abrir escolas de habilitação de professores e catequistas deveu-se em parte a falta de pessoal qualificado para responder as necessidades imediatas e impedir o êxodo para os territórios vizinhos. Entre 1966 e 1975 havia problemas essenciais que preocupavam os jesuítas. Por um lado o analfabetismo como causa e consequência do subdesenvolvimento e o subdesenvolvimento como causa e consequência do analfabetismo e a guerra colonial.

Assim, os missionários percorriam grandes extensões de terra a fim de evangelizar e monitorar o ensino que era dado pelos catequistas e alguns professores por eles preparados em Boroma e depois na Vila Coutinho. Usavam a imagem de Nª Sª para cativar, numa casa por dia e outros vão para lá, Também usavam altifalantes para convidar muita gente, os protestantes entregavam livros de volta, os casais em problema reconciliavam-se, projecção de filmes de catecismo. A expansão da cristandade não se deve apenas ao empenho dos missionários, mas também dos leigos que prepararam gerações de mais leigos. Na formação, professores, missionários, irmãs e irmãos coadjutores davam uma formação pedagógica humanístico-cristão aos alunos o que favorecia a abertura de mais escolas de terceira e quarta primarias nos centros afastados da Missão, tornando possível a muitos jovens uma frequência escolar regular, permanecendo junto da família sem ter de recorrer ao internato.

---

[289] Cfr. Evangelii Praecones, in A.A.S. XXXIII, 1951:487-520

Os catequistas foram os primeiros colaboradores da evangelização. Foram eles que multiplicaram e potenciaram as forças dos missionários. Sempre presentes nos postos avançados onde era preciso começar do zero, disponíveis como intérpretes, professores e tradutores, nos dias litúrgicos à frente do pequeno grupo de catecúmenos e cristãos; sempre presentes nos lugares aonde o missionário passa poucas vezes por ano. A sua formação realizava-se através do contacto directo com os missionários e encontros periódicos que tinham lugar na Missão ou por ocasião das visitas às escolas-capelas.

A formação dos catequistas visava inseri-los bem no seu meio e aprofundar os temas de iniciação cristã. Todavia, o catequista como substituto do missionário trouxe problemas em várias partes por ser acusado de passividade perante o missionário, autoritarismo e arbitrariedades para com a comunidade cristã e de negligenciar as reais necessidades da comunidade. Além disso, a sua dependência fê-lo um funcionário da Missão com um contrato de trabalho, suscitando uma reacção de desinteresse de não colaboração nos outros cristãos. Os jesuítas não privilegiaram a formação de seus catequistas em locais distantes e pertencentes a outros missionários porque lá, como se viu, os formandos eram uma casta distanciada da comunidade. Em 1971, houve crítica na forma como os catequistas eram formados, segundo o esquema clerical através do qual um jovem ia à escola e mais tarde era mandado para a sua aldeia.

> Parece que este método não tenha futuro, e com certeza não dará os verdadeiros líderes de que se precisa. Enquanto não se começar pela comunidade e não se fizer surgir os catequistas a partir de uma animação da mesma comunidade, o catequista será sempre um homem que vem de fora. Também nos programas, nada de antropologia. É necessário que estes catequistas tomem consciência da sua própria mentalidade, das crenças supersticiosas e dos valores da sua própria tradição. Falar de uma ruptura com tais crenças é um discurso teórico, eles devem poder conservar o que tem de valor nestas tradições, integrando-o na sua própria vida cristã. De toda a documentação resulta que a revelação é apresentada como cá na Europa, sem levar em conta o sujeito que a recebe. Seria necessário sensibilizar as comunidades, de tal modo que constituam uma comissão que depois envie os seus animadores ao curso dos catequistas da região[290].

Conscientes de que o catequista era visto como o homem da Missão, imposto pelo missionário, e não fruto do trabalho de animação da mesma comunidade, os jesuítas instituíram a figura do *gurupa*, normalmente mais experiente e produto da própria convivência comunitária. Com a instalação do catequista em determinados centros, os problemas tendem a agudizar-se, pois a visita do missionário é encarada como método de controlo. A falta de sugestões da parte dos catequistas criou limitação no desenvolvimento do trabalho, pois a maioria das vezes eles só esperam receber ideias do padre de forma vertical. A ausência de tratamento horizontal dos problemas, isto é, trato em que ambas as partes têm o que dar, dificulta a missionação e pode ser que o problema tenha continuidade nos próximos anos.

O uso de métodos diversificados contribuiu para a missionação das regiões em volta das missões jesuítas. Usaram-se as imagens, as cerimónias tradicionais aproximadas ao catolicismo, aquelas menos ofensivas, ridicularizaram algumas práticas enquanto deram relevo a outras, usaram-se as imagens de uma aldeia para outra e fizeram-se as vias-sacras de uma aldeia para outra, em vez de circunscrever-se apenas na Missão. As missas campais, fora da igreja e por vezes nos cemitérios dos missionários, ou em casa de pessoas caídas, velhas e doentes, também ajudaram na missionação rápida entre os habitantes incrédulos.

---

[290] Crf. Carta do Pe. A. Ruttens ao Pe. M. Madella, Roma, 24/06/1971

O uso da escola e do internato como forma de dar nova imagem contribuiu para formar nos jovens o espirito de oração e sua aproximação ao cristianismo. Além disso, os Jesuítas sempre deixaram que os jovens fossem acompanhados pelos pais, ainda pagãos, desde que aqueles aceitassem o baptismo dos filhos. Acima disso, a protecção que os missionários mostraram no tempo da opressão colonial pelos trabalhos forçados trouxe-lhes grandes simpatias da parte da população.

Com o eclodir da guerra colonial os Jesuítas foram encarregues pelo regime de nacionalizar e aportuguesar os indígenas através do ensino. Todavia, como deixamos notar anteriormente, os Jesuítas sempre mostraram que a independência era um direito dos povos. Queriam independência mas, seria uma independência em que os luso-moçambicanos seriam os governantes e não aquela dos negros. Acreditavam na possibilidade duma independência em que o domínio branco seria visível a exemplo do que sucederam na Rodésia com Ian Smith.

A guerra civil que se seguiu a independência não desmotivou os Jesuítas de continuarem a crer no povo moçambicano e não quiseram abandonar o trabalho por eles iniciado. Encetaram vários esforços no sentido de denunciar as injustiças que estavam a ser cometidas contra o povo por parte não apenas dos rebeldes como também das autoridades locais. A viragem da Frelimo, em 1977, quando abraçou o marxismo-leninismo, chamou atenção sobre os problemas discutidos em 1947, quando se falava de o comunismo como a verdadeira ameaça a que os Jesuítas deviam estar cientes.

Sabia-se das perseguições que dai podiam advir. Como forma de contornar a situação, evitaram ficar acumulados num mesmo espaço, optando por viverem dispersos. Proibidos de rezarem, continuaram a delegar as homilias aos catequistas locais enquanto eles iam apenas abençoando as hóstias. Assim, a cristandade pode continuar viva. A colaboração com os missionários malawianos conferia-lhes abrigo seguro na aprendizagem da língua e na estadia.

A Poligamia e emigração eram causas da caída de cristãos. Para levanta-los, fazia-se procissão de casa em casa dos caídos, porque o maior sacrifício que se pode exigir a um indígena é ser monógamo[291]. Fazia-se campanhas do rosário pelas aldeias; campanha dos azibambo: baptismos de última hora e campanha dos caídos que viviam um pagão com uma cristã e vice-versa, baptizavam-se a todos que aceitassem. Mas também a missionação foi acompanhada pelas constantes visitas dos padres às comunidades de longe e os cristãos de longe vinham a Missão. Esta troca de visitas visava a não cansar os cristãos mas também a não deixa-los por muito tempo porque voltavam a sua vida antiga de pagãos.

As irmãs trabalhavam na saúde em condições difíceis por causa do isolamento, da insuficiência ou falta de remédios, das estruturas primitivas e dos meios inadequados. Além do sector sanitário, trabalhavam com as crianças presentes em asilos, orfanatos, creches e jardim-de-infância e com os leprosos e doentes mentais. Em caso de uma doença grave, os padres usavam as viaturas da Missão para transporte. Foram sendo promovidas campanhas de vacinação. O que se nota é que a aproximação dos missionários aos residentes fez-se na base da promoção de acções sociais como abertura de abertura de escolas onde se dá catequese e a celebração das missas. Para facilitar a comunicação, usam intérpretes enquanto aprendem e estudam às traduções. É dentro desta dificuldade que surgem várias

[291] Ecos da Província de Portugal, 1965:80

gramáticas das línguas locais para o uso dos missionários[292], traduções dos textos bíblicos e dos catecismos tradicionais europeus adaptados, recolha de cantos litúrgicos.

A interacção entre os missionários e as populações locais contou com as visitas periódicas, levantamento dos caídos e privilégio na catequese da juventude, celebração de matrimónios e manutenção dos jovens nos internatos de modo a terem uma vida diferente da dos seus parentes, incorporação dos ritos tradicionais aos valores cristãos de modo a evitar atritos que durante muito tempo foram um impeditivo do avanço da cristandade, colaboração com as autoridades tradicionais e aliança com os grandes líderes entre os líderes e oferta de emprego aos formados nas missões.

Nem sempre houve um aprofundamento da mensagem cristã, por duas razões: a língua e a pressa. Numa primeira fase, o baptismo era dado como se fosse propaganda. À medida em que a cristandade ia crescendo, a formação começou a ser mais rígida. Por outro lado, a dificuldade residia no caracter autoritário que o catequista-professor tomava, algumas vezes como meio de defesa por ser jovem demais outras vezes por não ter compreendido bem a mensagem cristã. Os meios de transporte foram de todo o tipo: moto, bicicleta, carro e até a pé. Para as zonas recônditas levavam consigo um altar portátil, utensílios, comida e cobertores, mas aos poucos começaram a deixar a comida confiando no que haviam de encontrar lá, seguindo o mandamento de cristo.

O *gurupa* escolhia a melhor palhota e por vezes punha-se um guarda fora. Tinham contacto com ratos ao dormir e depois das missas resolviam os milando (problemas que afectavam a comunidade, alguns dos quais referentes a acusações de feitiçaria. Para aumentar a presença de pessoas na missa e garantir a continuação do fervor cristão o padre Faustino Rodrigues chegou a fazer o levantamento de cristãos por família e fazia chamada no fim da missa, na Missão da Fonte Boa.

Numa de suas cartas informa que «Para ir visitar a escola da Manyanga, sai de bicicleta. Na primeira descida, porém, verifiquei que os travões eram incapazes de segurar o veículo que começava a embalar algo desenfreadamente. A fim de evitar possível catástrofe, desmontei com agilidade e preferi seguir a pé. Como era bastante longe e sobretudo por levar pela primeira vez umas botas de canudo, os pés pagaram-nas a custa de algumas bolhas».

3.2.5. Os domínios eclesiásticos e o controlo Político Administrativo

No âmbito de controlo administrativo os missionários fazem o levantamento de número de habitantes através de casamentos, baptismos, confissões e comunhões, óbitos. Depois disso, fazem o levantamento indirecto dos não católicos num processo que envolve os gurupas, responsáveis das pequenas comunidades. A contagem das confissões faz-se por meio de pauzitos. Todo aquele que vai confessar-se ao domingo leva um pedaço de pau (palito) entrega-o ao *gurupa* e este, coloca-o num lugar preparado enquanto a pessoa vai na fila das confissões. Pelo número de paus contabilizado, calcula-se o *número* das confissões enquanto para as comunhões, conta-se a própria hóstia comungada. Os baptismos, o censo, os matrimónios, as confissões faziam parte dos sistemas de controlo das populações sob jurisdição dos missionários. Assim, era possível saber quantos habitantes viviam nos seus

[292] Lembramos algumas gramáticas das línguas faladas na Zambézia: em Chisena, Alves, A. (1938, com dicionário bilingue, 1939); em chuabo, Reichmuth, M. (1947), Zeni, L. (1968); em Lomwe, Bawman (1943); Bonalumi, G. (1965), Leali, N. (1972), Venturini, O. (1973).

domínios, mediante trabalho de levantamento de cristãos e não cristãos. Este trabalho, muitas vezes foi levado em conta pelos próprios missionários. Outras vezes também foi levado a cabo pelos catequistas e professores. Uma das vias que se utilizava para saber quantas pessoas tinham tido contacto com o catolicismo era perguntar aos alunos o número de membros de suas famílias e destes quantos eram católicos.

Em 31 de Julho de 1944, a partir de Boroma o Padre Raúl Sarreira escreve ao provincial e faz muitas revelações não somente religiosas, como também politicas. Fala da intenção do Bispo D. Teodósio Clemente de Gouveia em entregar uma vasta área aos Jesuítas para servirem de tampão a expansão protestante e muçulmana. Diz ser uma área vazia de gente, por isso difícil de evangelizar, exceptuando Angónia. Aborda a questão de como a missionação impediu a infiltração de protestantes ingleses que poderiam num breve futuro reivindicar aquela área a favor da coroa britânica. Revela que há um lugar que o Governo pretende abandonar «Vila Coutinho» e que fica em a Companhia tomar conta.

Os bens eclesiásticos são diversos. Vão desde o terreno às igrejas e imagens e as construções em volta da mesma. A igreja em Moçambique possui terrenos cuja titularidade reivindica, mesmo que, pela Lei, a terra seja propriedade do Estado. Quando os Jesuítas receberam os terrenos sobre os quais ergueram as infraestruturas missionárias, a primeira coisa que fizeram foi delimitar os limites territoriais. Nos anos de 1941 e nas duas décadas seguintes, a pouca densidade populacional permitiu a expansão da Igreja sem muitos problemas. Estima-se que a altura da independência, o país tinha pouco mais de 6 milhões de pessoas, como fizemos referência na primeira parte do presente trabalho.

Depois da nacionalização dos bens da igreja, que iam desde as construções civis aos bens moveis e ao capital, algumas pessoas pretenderam ocupar os terrenos. A guerra, momentaneamente as impediu de entrarem, porque, tiveram que abandonar a região. Após o fim do conflito armado, o retorno das pessoas, já multiplicadas, trouxe novos desafios à Companhia, na forma de assegurar os seus domínios. Estes domínios se estendiam para longe da região em torno da Missão, englobando todas as áreas onde fora levantada alguma igreja que era, acompanhada, quase sempre, de uma pequena residência onde podia residir o catequista e que, de vez em quando, servia para acolher o missionário aquando das visitas às comunidades. O aumento das populações trouxe consigo as reivindicações de certos espaços e a posterior invasão.

A restituição de alguns dos bens nacionalizados, foi encarada como uma volta do regime em querer reatar os laços que tinham sido cortados. Como disse o Irmão Albano, era impensável que aqueles bens voltassem a ser revistos, depois de nacionalizados. Mas o gesto não conseguiu afastar as pessoas que se apoderaram dos terrenos dos missionários uma vez que as autoridades locais não intervinham nem os missionários, estes por falta de fundos não puderam reavivar os terrenos. Também contribuiu a falta de pessoal capaz de os controlar. Em outras missões, as pessoas continuaram a respeitar.

Durante a nacionalização, várias imagens foram sendo destruídas e profanadas. Na Igreja *Akufa Adzauka*, de Lifidzi, com ajuda da Graça Machel, foi possível conservarem-se. No retorno, em 1994, as imagens foram encontradas, com a igreja apresentando uma abertura de pelo menos 100 chapas roubadas, durante a última fase do conflito. Fala-se de que os ladrões das chapas, após terem desmontado, foram surpreendidos pelos milicianos que retiram-lhes as escadas que tinham utilizado para subir. Os malfeitores acabaram caindo um por um e nunca chegaram a fazer uso do que tinham conseguido desmontar. Segundo Bissuasi «eram três homens, estavam lá ao cimo. Ao menos os vi durante dois dias ainda

pendurados. Devem ter caído de fome ou por uma tentativa. Não havia escada alguma para poderem ser salvos e a gente nem prestava atenção para os salvar[293]. O primeiro grupo de estudantes enfrentou problemas de vária ordem como o de falta de água. Bebiam a água do posso que tinha estado na Missão durante mais de 10 anos sem ser cuidado. Para a água tinham colocado algum produto para desinfectá-la.

Enquanto se buscavam a água, através de uma lata, notou-se estar a tocar sobre algo lá do fundo do poço. Era um fardamento militar o que sugeriu aos alunos estarem diante de algum sítio onde poderiam ter sido deitados corpos de soldados. A notícia espalhou-se no internato, aliás, entre as cabanas de capim que tinham sido construídas pelos próprios alunos. Como diz uma testemunha ocular, «a campanha que fizemos foi a de ver o que haveria lá ao fundo: crânios, etc. etc. Penso que naquele poço de Lifidzi foram jogados muitos corpos durante o conflito armado[294]».

Estes depoimentos mostram que durante o conflito armado, o poço de Lifidzi foi utilizado como abrigo, provavelmente, porque ele possui, no seu interior, após umas escadarias, algum espaço onde é possível parar. Todavia, não é claro se as tais pessoas terão sido postas pela mão inimiga ou se terão entrado lá como abrigo e depois descobertas e aí mortas. Segundo as fontes contactadas, a provável hipótese pode ser a de pessoas abatidas fora e aí lancadas, porque caso contrário, haveria marcas de balas ou granadas, se elas fossem mortas do interior.

Na base dessas informações, mostramos que durante o conflito armado, os domínios eclesiásticos serviram de quartéis onde foram travadas batalhas. As residências dos padres e das irmãs, depois de terem servido como residência para professores e para professoras após a nacionalização, transformaram-se em vivendas dos soldados governamentais, muitas vezes desalojadas pelos rebeldes, onde residiam os oficiais enquanto os internatos serviam para os soldados comuns. As oficinas serviam de espaços para prisioneiros.

A ineficácia das estruturas governamentais em manter o controlo sobre estes territórios tornou-os improdutivos. Tentativas foram asseguradas naqueles sítios onde tinham sido mantidos os missionários para darem continuidade no trabalho. Todavia, o abandono dos primeiros irmãos em Zóbue fez com que a produção caísse. A corrupção e pouca preparação dos novos dirigentes deitou tudo abaixo e os terrenos, incluindo as várias plantas que aí existiam, já não serviam para alimentar os alunos e as populações locais o que desmotivou a vigília por parte destas mesmas populações uma vez que não viam nenhuma vantagem.

Os pomares que até então davam fruta suficiente, capaz de ser vendida a grandes distâncias, tornaram-se improdutivos. As machambas foram tomadas pelo capim e a produção baixou. As videiras e muitas outras plantas de fruta raras, como nespereiras, abacates e goiabeira desapareceram.

[293] Luís Marcos Bissuasi, entrevista com o autor, Ulóngué, 3 de Março de 2013
[294] Mabvuto Gwetsani, entrevista com o autor, Ulónguè, 3 de Março de 2013

Conclusão

A pesquisa tinha como problema fundamental o contributo da missionação jesuítica para a construção de valores sociais que constituem a moçambicanidade. Na base do estudo feito, nota-se que a presença portuguesa em Moçambique foi acompanhada pelos missionários jesuítas que tinham a vantagem, diferentemente dos militares e dos comerciantes, de terem uma localização fixa de onde podiam dilatar a fé. No quarto período a que o tema se ocupa, a maior vantagem da presença jesuítica em moçambique traduziu-se na formação de sacerdotes nativos, o primeiro ordenado em 1964 e o segundo em 1975. A abertura do Noviciado local em 1974, fechado e reaberto nos anos 1990 é um sinal importante de que uma massa local incorporava os valores jesuíticos.

É sobretudo junto as missões que se encontram os valores cristãs defendidos pelos Jesuítas como a monogamia e aversão às práticas tradicionais, algumas das quais hostis ao ensino e toda a forma de civilização. Igualmente foram notáveis os avanços conseguidos no ensino, sobretudo a partir dos anos 1950 quando escolas foram sendo inauguradas para áreas distantes da Missão a fim de aproximar-se cada vez mais da população. Podemos afirmar que a evangelização jesuítica foi feita com maior dose do ensino uma vez que os catecúmenos eram na maioria das vezes alunos, à excepção dos idosos.

Nas missões de Tete, os Jesuítas conseguiram combater o Islamismo e conseguiram fazer o levantamento de necessidades locais que impediam o acesso das crianças à escola, com destaque para a pobreza. Era preciso incentivar as crianças através da roupa de modo a combater a vergonha causada pelas *tangas*. Três factores contribuíram para a expansão dos Jesuítas no quarto período: a política de povoamento adoptada por Portugal nos anos de 1950; as guerras colonial e civil e a reconstrução nacional. Estes factores estiveram fortemente ligados ao interesse político das autoridades administrativas.

No primeiro factor, os Jesuítas deviam, através do ensino, contribuir para a formação do espírito nacionalista. Eis a razão por que vão até à Salisbúria, depois de instalados na Beira. No segundo caso, continuam os objectivos anteriores mas com uma dose cada vez maior para fazer face às ambições do Malawi de integrar dentro do seu território grandes extensões de áreas em Tete. Durante a guerra civil, os Jesuítas dispersam-se em grupos pequenos, saindo das habituais missões para residências improvisadas, e até em cabanas entre as comunidades. O resultado foi a não extinção da Ordem, como era o medo durante a perseguição.

Finalmente, o processo da reconstrução nacional a um país dilacerado pela guerra exige o esforço de todos devido a incapacidade do governo em tomar conta de tudo. É aqui que as missões começam a ser devolvidas de forma faseada, a começar pelas residências e igrejas. As escolas e os centros de saúde ainda não foram totalmente devolvidas. Para uma actividade cada vez mais virada para a realidade local, os Jesuítas colaboram com Organizações Não Governamentais que actuam nas missões. O mais emblemático é o grupo dos Leigos para o Desenvolvimento que desde 1991 tem servido de braço direito dos Jesuítas nas suas missões.

É importante notar que a postura dos Jesuítas, conforme revelam as cartas, não era a favor da opressão dos indígenas. Denunciaram e serviram de protectores dos que eram perseguidos para o trabalho forçado. Em certas partes, os Jesuítas foram a única entidade capaz de preservar a soberania portuguesa. A necessidade de interacção com a população foi crucial para a aprendizagem da língua. Neste processo surgem as gramáticas e os catecismos

nas línguas locais o que facilita na leitura. Mas este avanço regista-se no pós-concílio Vaticano II, altura em que o latim deixa de ser língua obrigatória de culto. Os jesuítas moçambicanos começam a escrever assuntos ligados à sua visão no seu próprio contexto. Por exemplo, Ezequiel Gwembe trata assuntos ligados a iniciação feminina e adapta os ritos de iniciação tradicionais ao cristianismo, na Beira.

No que foi possível constatar, não existe nenhum incentivo para estudo de casos particulares sobre a missionação jesuítica em Moçambique. O Padre Vasconcelos chegou mesmo a dizer que os missionários actuais não escrevem enquanto o Padre Sousa disse existir um total desconhecimento da parte dos Jesuítas em Portugal sobre o que «os jesuítas do outro lado» fizeram. Neste contexto mantemos a hipótese segundo a qual o incentivo de estudos de casos particulares sobre o passado pode contribuir para identificação de áreas de intervenção capazes de provocar mudanças positivas na melhoria da vida das populações.

Quanto aos actores principais da missionação encontramos autoridades civis, padres, irmãos coadjutores, escolásticos, freiras, catequistas, professores e auxiliares leigos. A acção dos Jesuítas incidiu sobre a evangelização, educação, saúde, alimentação, vestuário, habitação, vias de comunicação, controlo político administrativo e trabalho profissional.

Em relação ao objectivo geral importa dizer que o processo da missionação dos Jesuítas no quarto período em Moçambique acompanhou as mudanças que o tempo exigia. Contou com a colaboração de outros missionários, dos chefes governamentais e dos leigos, mas sobretudo das comunidades locais. É inegável o contributo dos jesuítas no ensino, na saúde, na agricultura. Os elementos verificáveis são os próprios edifícios escolares e hospitalares bem como as herdades agrícolas que acolhem um número significativo de pessoas que ocasionalmente encontram trabalho.

Nos últimos momentos, há uma tendência de autonomização da região e seu desligamento de Portugal. É difícil analisar em que medida a autonomia será benéfica para a região, todavia pensamos que por esta via, uma Companhia cada vez mais moçambicana estará a altura de responder aos problemas presentes e merecerá cada vez mais atenção da parte das estruturas governamentais uma vez que a fala será de moçambicano para moçambicano.

FONTES

1. Fontes Arquivísticas

ANTT, SCCIM 49/10/5/2, Cx, 156: *Informações confidenciais e secretas recebidas do Governo Geral de Moçambique, governos distritais e Comando Militar de Moçambique, sobre incidentes ocorridos, subversão de vários indivíduos,*

ANTT, SCCIM- Cx 161, 2710/4/cd cabo delgado, doc. 2, folhas 5-7: *atitudes individuais subversivas suspeitas ou susceptíveis de subversidade do distrito de Porto Amélia,*

ANTT, SCCIM, Cod. 1066, Atitudes individuais subversivas suspeitas ou susceptíveis de subversidade do distrito do Niassa, 20-11-1968, Extraído de nota nº 293 de 14Nov68 do governo distrital do Niassa.

ANTT, SCCIM, Cód. 1104, TT/2710/4/cd cabo delgado, folhas 5-7: Rodrigues, Manuel Maria Sarmento. *Documentos em poder da presidência do governo-geral de Moçambique em Lourenço Marques aos 12 de Dezembro de 1963*

ANTT, SCCIM, Código de referência PT/TT/SCCIM-A/19/10; Cx 156. Chefe interno dos serviços; Distrito do Tete: Circunscrição de Angónia

ANTT, SCCIM, cx 158, Cód. 1090, L/10/2/T/1: Circunscrição de Angónia;

ANTT, SCCIM, cx 159, Cód.nº 1094, Carta ao ministro do ultramar, Rfª. Nota 42.432/B-2.935, de 24 de Setembro de 1962,

APPCJ, Cx 10, Cód. 11661, Sobre o nosso Regresso à Missão da Zambézia, Porto, 2003

APPCJ, Cx 11, Cód. 11662, Ecos da Província de Portugal, 1964; Porto, 2003

APPCJ, Cx 11, Cód. 11662, Ecos da Província de Portugal, 1965; Porto, 2003

APPCJ, Cx 11, Cód. 11662, Ecos da Província de Portugal, Agosto/1952; Porto, 2003

APPCJ, Cx 11, Cód. 11662, Ecos da Província de Portugal, Fev/1952; Porto, 2003

APPCJ, Cx 11, Cód. 11662, Ecos da Província de Portugal, Fev/1951. Porto, 2003

APPCJ, Cx 11, Cód. 11662, Ecos da Província de Portugal, Junho de 1952; Porto, 2003

APPCJ, Cx 11, Cód. 11662, Ecos da Província de Portugal, Outubro/1952, Porto, 2003

1.1. Cartas Episcopais

APPCJ, Cx. 3, Cód. ce/tt/moz- Viver a fé no Moçambique de Hoje (1976)

APPCJ, Cx. 3, Cód. ce/tt/moz- Caminho da paz 1979,

APPCJ, Cx. 3, Cód. ce/tt/moz- Um apelo à paz 1983;

APPCJ, Cx. 3, Cód. ce/tt/moz- A urgência da paz, 1984;

APPCJ, Cx. 3, Cód. ce/tt/moz- A paz é possível 1985;

APPCJ, Cx. 3, Cód. ce/tt/moz- Novo apelo à paz 1985;

APPCJ, Cx. 3, Cód. ce/tt/moz- Cessem a guerra, 1985

APPCJ, Cx. 3, Cód. ce/tt/moz- Construamos a paz 1986;

A paz que o povo quer 1987 - (Arq. Particular de um catequista)

Urgir o diálogo da paz 1990. (Arq. Particular de um catequista)

Solidários para um Moçambique melhor, 1994 (Arq. Particular de um catequista)

Repensar a educação em Moçambique, 2011 (net)

Construir a democracia para preservar a paz, 2012 ((net)

Não à violência, não à guerra, 2012 (net)

2. Bibliografia

2.1. Bibliografia Geral

AAMU. *Relatório e contas da gerência dos annos 1898 a 1901*, Lisboa, Typographia Catholica, 1901, in Arquivo das Congregações, Ac, mç. 13, mct. 1, Lisboa, Torre do Tombo.

AAVV, *Missione affidate alla Compagnia de Gesú tragli Infideli, cenni storici e statistici*, Roma, 1925.

AAVV. *A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos Sécs. XVI e XVII:* Espiritualidade e Cultura, Actas do Colóquio Internacional, Vol. I. Porto, ICP-UP, Maio de 2004.

AAVV. *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Vol. 10,* Série C/Ciências Humanas, Lourenço Marques, 1973

AAVV. *Para Além das Desigualdades 2005:* A mulher em Moçambique. Maputo e Harare, Fórum Mulher/SARD, 2006:62)

Alexandre, Valentim. *A Questão Colonial no Parlamento, Vol. I, 1821-1910,* Lisboa, Dom Quixote, 2008.

Almeida, Fernando Augusto de. *A Relação Estado-Igreja Católica:* da Independência aos acordos de Roma, 1975-1992, Maputo, UEM, 1998:88

Araújo, Horácio Peixoto de. *Processo de Aculturação e métodos missionários no império da China,* Lisboa, Brotéria/Fundação Oriente, 2000:86

Araújo, Manuel, *Noções elementares da Geografia de Moçambique,* Maputo, 1979

Balmes, Jaime. *European civilization: Protestantism and Catholicity compared in their effects on the civilization of Europe,* Toronto, kellylibrary; 1849.

Belucci, Giusepadres, *Anuário de la Compañia de Jesús*, Curia Generalicia, Roma, 2012

Berrini, Beatriz. *Eça de Queirós e A Ilustre Casa de Ramires.* História e Crítica, SP, EDUC, 2000:14-15

Boahen, Albert Adu. *História Geral da África – Vol. VII – África sob dominação colonial*, 1880-1935, São Paulo, UNESCO, 2010:80

Bóleo, J. de Oliveira. *Moçambique Pequena Monografia,* Lisboa, Atlas Missionário Português, 1964, Lisboa, 1968.

Boletim Geral das Colónias, Nº 175, II Série, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos) Lda. Jan. 1940

Boletim Geral das Colónias, Nº 178, II Série, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos) Lda. Abril. 1940

Boletim Geral das Colónias, Nº 180, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos) Lda. Jun. 1940.

Boletim Geral das Colónias, Nº 188, Lisboa, Ateliers Gráficos, Fev. 1941.

Boletim Geral das Colónias, Nº 193, Lisboa, Ateliers Gráficos Bertrand Lda. Jul. 1941

Borges, José, S.J. (coord.). *Primeiro Relatório da Diocese de Tete*. Missões, Lisboa, 1963.

Boxer, C. R. *O Imperio Marítimo Português, 1415-1825,* Lisboa, Edições 70, 1992.

Brásio, António; Almeida, Manuel Lopes de. Política do espírito no ultramar português, Monografia, Coimbra [s.n.], 1949.

Cabrita, João M. *MOZAMBIQUE - The Tortuous Road to Democracy”* (Macmillan, Londres e Nova Iorque, 2000.

Cardoso, Alfaro. *O Ensino em Moçambique*, Boletim Geral das Colónias, Nº 182-183, II Série, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos) Lda. Ago-Set. 1940.

CEM, *Anuário Católico De Moçambique, 2008,* Maputo, Paulinas Livraria e Audiovisuais, 02-04-2009.

Claval, Paul. *A Construção do Brasil:* Uma grande Potência em Emergência. Instituto Lisboa, Piaget, 2010

Cortesão, Armando Zuzarte (Coord.). *Cronica Colonial, Missões e Patriotismo*, II Série do Boletim Geral das Colónias, Nº 211, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Ateliers Bertrand (Irmãos) Lda. Jan. 1943.

Costa, Ernesto Gonçalves, *A obra missionária em Moçambique e o poder político*: Maputo, Editorial Franciscana, 1996

Cota, José Gonçalves, *Projecto definitivo do Estatuto do Direito Privado dos Indígenas da colónia de Moçambique*: precedido de um estudo sumário do direito gentílico. Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1946.

Couto, Jorge. *Estratégias e Métodos de Missionação dos Jesuítas no Brasil.* Lisboa, Brotéria, 2000.

Delacroix, Simon; Costantini, Celso; Barthe, Gilles. *Histoire Universelle des missions catholiques. / 2, Les Missions modernes (XVIIe et XVIIIe s),* Paris: Grund, 1957.

Dias, Geraldo J. A. Coelho. *A Evangelização: Portugal e a Política Externa da Igreja no século XV.* Revista da Faculdade de Letras, UP, Porto, 2010.

Doctoris, Angelici. S. Thomae Aquinatis. *Summa Theologica*, *Ordinis Praedicatorum*, Tomus Decimus, Quol. II, Art. VII, Romae, (MDCCLXXIII) 1773:17

Ecclesia Catholica. Congregatio de Propaganda Fide. *Guida delle Missioni Catoliche, 1934*, Roma: Unione missionaria del clero in Italia, impr. 1934:229.

Filesi, Teobaldo, *Esordi del Colonialismo e Azione della Chiesa*, ASA Review of Books Vol. 3, Naples-Rome, African Studies Association, 1968.

Fois, Mário. *A Igreja Europeia na época da Fundação da Companhia de Jesus.* Lisboa, Brotéria /Fundação Oriente, 2000:16

Francisco Augusto da Cruz Correia, S.J. *O método missionário dos Jesuítas em Moçambique de 1881 a 1910:* um contributo para a história da Missão da Zambézia, Livraria A.I., 1992

Frelimo, *História de Moçambique*, Porto, 1971.

Geffray, Christian. *A causa das armas*: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique, Porto, Afrontamento, 1991.

Gomes, Francisco Sampaio, *Moçambique, Uma Jovem Missão com 330 anos de existência, in* Anuário da Companhia de Jesus em Portugal, 1990, PPCJ, Lisboa, 1990.

Gonçalves, José Júlio, *O Mundo Árabo-Islâmico e o Ultramar Português:* édito contra as práticas pagãs dos cristãos de Moçambique, por portugueses, canarins e cafres, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Estudos de Ciências Políticas e Sociais 10, Vila Nova de Famalicão, 1958:

Gonçalves, Nuno da Silva. *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente.* Lisboa, Brotéria, 2000

Gouveia, D. Teodósio Clemente de, *Entrevista ao Notícias*, Lourenço Marques, Jan 1940

Guerreiro, Fernão, SJ, Morais, Júlio, SJ e Viegas, Artur. *Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões e do processo da conversão e christandade daquelas partes, 1600 a 1609.* Volume III, 2ª edição, *Scriptores Rerum Lusitanar*, Lisboa, 1942.

Hanlon, Joseph, *Mozambique: the Revolution Under Fire*, 1984.

Harper-Ronald, Jake, "*Sunday Bloody Sunday*: A Soldier's War in Northern Ireland, Rhodesia, Mozambique and Iraq". Galago Books, August 1, 2009.

Hastings, A Wiriamu, Porto, 1974:12.

Hernandez, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África em sala de aula:* vista à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005

José Augusto Alves de Sousa, S.J., Francisco Augusto da Cruz Correia, S.J. *500 anos de evangelização em Moçambique* (11 de Março de 1498-11 de Março de 1998), Livraria A.I., 1998.

Lesourd, Paul, *Histoire des missions catholiques*, Paris, Librairie de l'Arc, 1937:345.

Lima, Artur de Barros. *Moçambique, Documentário Trimestral Nº 31* – Julho a Outubro de 1942, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, 1942:5

Lima, Joaquim da Costa. *A acção missionária dos jesuítas portugueses:* conferência, com projecções, realizada no I Congresso missionário nacional de Barcelos, Porto, 1931.

Lobato, Manuel. *Reis vassalos, reis conversos e homens de poder. Formas de construção de uma identidade nobiliárquica no império português (séculos XV-XIX)*, in M. J. Rodrigues (ed.), Actas do Cong. Int. Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Edição digital, Lisboa, IICT, 2011:11-12

Lopes, António. *História da Província Portuguesa da Companhia de Jesus*, Lisboa, Brotéria, 2000:65

Mangrasse, Lucas, *A Ideologização do Processo de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos na Província de Nampula, Moçambique, no período de 1972 a 2003*: tensão entre factores políticos e culturais, São Paulo, PUC, 2004

Maritain, Jacques, *I diritti dell´uomo e la lege natural, vita e pensiero,* Milão, 1977:25.

Marques, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, 1986:

Marques, João Francisco, *O Dominicano bracarense D. Fr. Amaro José de Santo Thomaz*, primeiro bispo residente de Moçambique, Porto, FLUP, 2009

Marques, José. *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia.* Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras (Colecção Gâmica; 2)

Martin, Malachi. Os Jesuítas: A Companhia de Jesus e a Traição à Igreja Católica, Editora Record, Rio de Janeiro, 1989:12

Mello, Joaquim Lopes Carreira de. *Compêndio da História de Portugal, Desde os Primeiros Povoadores até aos nossos dias.* Lisboa, Typ. Castro & Irmãos, 1853:360

Ncomo, Bernabé Lucas. *André Matsangaíce*: Da realidade histórica; do mito, até a morte de um homem, Maputo, 2006.

Neves, Sobrinho, *D. António Barroso, o bispo dos três continentes*, em Além-mar, nr. 7/8, 1968.

O'Laughlin, Briget. *Proletarianisation, Agency and changing Rural Livelhoods: Forced Labour and Resistence in Mozambique*. Journal of Southern African Studes. Vol. 28, Nr. 3, September, 1992

Osswald. Maria Cristina, *The Society of Jesus and the diffusion of the cult and iconography of Saint Ursula and the Eleven Thousand Virgins in the Portuguese Empire during the second half of the 16th century* – Porto, ICP-UP, Maio de 2004.

Pelisiér, René, *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)* Vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1986

Pereira, Zélia. *Os Jesuítas em Moçambique:* Aspectos da acção missionária portuguesa em contexto colonial (1941-1974), Lusotopie. Lisboa, UCP, Mimeo. 2000:21

Pimenta, Fernando Augusto da Silva. Relatório do Governador 1908-1909: Districto de Tete / Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1909.

Polónia, Amélia. *Vila do Conde: Um Porto Nortenho na Expansão Ultramarina Quinhentista.* Tese de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto, 1999:22

Queirós, Eça de, «*Notas do mês*» in *Revista de Portugal*, vol. 1, Porto, 1889:259.

Rainero, Romain, *Storia dell'Africa dall'epoca coloniale ed oggi*, Edizioni Radiotelevisione Italiana, Torino, 1966.

Relatório da Fonte Boa, Junho de 1964, Ecos da Província de Portugal, Junho de 1964.
Rocca, Roberto Marrozo della. *Moçambique da guerra a paz:* História de uma mediação insólita, Maputo, Livraria Universitária, 1998

Rolo, Raul de Almeida, O.P. *Província da Ordem de S. Domingos*, Fátima-Porto-Queruz, 1962

Rui da Silva Ganhão Pereira, 7º ano do Liceu de Leiria, in Revista Missão

SÁ, Sebastião José Ribeiro de. Revista Universal Lisbonense. *Segunda Série, Tomo III*, Décimo Anno, 1850-1851, Lisboa, Typographia da RUL, 1851:6

Saldanha, Eduardo d'Almeida, *Colónias, missões e acto colonial*, Lisboa, Minerva de G. Pinto de Sousa & Irmão, 1931:64

Santos, Maciel, *Imposto e Algodão: o caso de Moçambique (1926-1945)* in AAVV, *Trabalho forçado africano:* Articulações com o poder político, CEAUP, Porto, 2007

Santos, Victor, *O Missionário Quinhentista Fr. João dos Santos e o seu Livro Etiópia Oriental*, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1951:31

SERRAS, Alípio, *Missão Jesuítica da Zambézia*, Boletim Geral das Colónias, Nº 197, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos) Lda. Nov. 1941:100-103.

Silva, António da - *Mentalidade missiológica dos jesuítas em Moçambique antes de 1759.* Junta de Investigações do Ultramar - Lisboa, 1967.

Silva, Ferreira da. *A Prelazia de Moçambique*: protestando respeitosamente pela verdade e pela justiça : apresentado a Sua Ex.a o Ministro das Colonias, em 5 de Novembro do anno de 1913, Typ. do Annuario Commercial, Lisboa, 1913:16.

Silva, Maria da Conceição Tavares Lourenço da. *As Missões Católicas Femininas* Edição 37, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboas, 1960:79.

Sousa, José Augusto Alves de. *Os Jesuítas em Moçambique*, 1541-1991: no cinquentenário do 4º. período da nossa Missão, Livraria A.I., 1991

Souza, Gabriel Soares de. «*Tratado Descritivo do Brasil em 1587.*

Teixeira, Cândido da Silva, *O Colégio das Missões em Cernache do Bom Jardim*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905

Ubaldo. Madela Maggiorino. *La Chiessa Cattolica in Mozambico:* Dellévangelizzazione dal 1940 ad oggi, Roma, Giugno 1980

US Department of State. Memorandum of Conversation. *Call of Eduardo Mondlane of Mozambique on the Acting Secretary. WDC.* 16-05-1961

Vines, Alex. *The business of peace*: Tiny Rowlands, financial Incentives Mozambican Settlement, Mozambican Peace Process in Perspective, UK, Conciliation Resources, Jan, 1998.

William L. Wight, Jr., Deputy Director. US Department of State. *Condition in Mozambique*. Memorandum of Conversation with *Eduardo Mondlane of Mozambique. WDC.* 16-05-1961

Wrigth, Jonathan, *Os* Jesuíta*s:* Missões, Mitos e Histórias, Lisboa. Quetzal/Bertrand Editores, 2004:9

Zengazenga, António Disse, *Memórias de um rebelde*, Uma vida pela Independência e Democracia em Moçambique, Bona, Createspace, 2013

2.1.1. Boletins Oficiais e Legislacão

Bula Papal de Paulo III, *Aequum Reputamus*, de 3 de Novembro de 1534; in Brásio, Portugal em África, 1944.

Bula Papal de Paulo III, *Enciclica Saeculo Exeunte Octavo* de 13 de Maio de 1940

Portugal, Ministério da Justiça, Lei nº 8/74 de 9 de Setembro NÚMERO: Diário do Governo, 210/74 SÉRIE I 2º SUPLEMENTO, Lisboa.

2.2. Periódicos Jesuítas

AAVV. *Anuário da Companhia de Jesus em Portugal*, PPCJ, Lisboa, 1987:57

AAVV. *Anuário da Companhia de Jesus em Portugal*, PPCJ, Oficinas Gráficas, Braga, 1989.

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1996,* Lisboa, Tipografia Privada da Província, 1995:32-41

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1997,* Lisboa, Tipografia Privada da Província, 1996:32-41

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1998,* Lisboa, Tipografia Privada da Província, 1997:32-41

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999,* Lisboa, Tipografia Privada da Província, 1998:32-41

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 2000,* Lisboa, Tipografia Privada da Província, 1999:34-43

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 2001,* Lisboa, Tipografia Privada da Província, 2000:34-43

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 2002,* Lisboa, Tipografia Privada da Província, 2001:34-43

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 2003,* Lisboa, Tipografia Privada da Província, 2002:34-43

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 2004*, Lisboa, Tipografia Privada da Província, 2003:34-43

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 2005*, Lisboa, Tipografia Privada da Província, 2004:35-47

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 2006*, Lisboa, Tipografia Privada da Província, 2005:37-49

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 2007*, Lisboa, Tipografia Privada da Província, 2006:37-49

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 2008*, Lisboa, Tipografia Privada da Província, 2007:40-52

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 2009*, Lisboa, Tipografia Privada da Província, 2008:40-52

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 2010*, Lisboa, Tipografia Privada da Província, 2009:46-57

APPCJ, *Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 2011*, Lisboa, Tipografia Privada da Província, 2010:46-57

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, 1970, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1970:41-58

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, 1971, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1971:41-58

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, 1972, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1972:40-57

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, 1973, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1973:40-56

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, 1974, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1974:40-55

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, 1975, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1975:38-53

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, 1976, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1976:39-52

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, 1977, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1977:22-29

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, 1978, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1978:22-29

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, 1979, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1979:23-29

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, 1980, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1980:23-28

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, *Ineunte Anno MCMXLI*, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1940:29

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, *Ineunte Anno MCMXLII*, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1941:46

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, *Ineunte Anno MCMXLIII*, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1942:47-48

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMXLIV, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1943:48-50

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMXLV, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1944:47-49

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMXLVI, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1945:49-51

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMXLVII, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1946:46-49

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMXLVIII, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1947:53-56

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMXLIX, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1948:53-57

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCML, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1949:56-61

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLI, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1950:57-61

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLII, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1951:54-59

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLIII, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1952:55-61

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLIV, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1953:51-58

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLV, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1954:44-51

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLVI, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1955:43-53

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLVII, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1956:44-51

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLVIII, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1957:44-51

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLVIX, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1958:43-51

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLX, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1959:44-52

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLXI, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1960:50-61

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLXII, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1961:52-59

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLXIII, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1962:53-64

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLXIV, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1963:40-52

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLXV, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1964:41-53

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLXVI, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1965:42-54

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno MCMLXVII, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1967:42-55

APPCJ, Catalogus *Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*, Ineunte Anno 1968, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1968:41-59

APPCJ, Catalogus Provinciae Lusitanae Societatis, 1968, Lisboa, Typis Privatis Provinciae, 1969:41-58

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1981,* Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1980:23-28

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1982,* Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1981:23-28

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1983,* Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1982:23-28

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1984,* Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1983:23-30

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1985,* Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1984:23-29

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1986,* Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1985:23-29

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1987,* Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1986:23-30

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1988,* Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1987:23-29

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1989,* Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1988:23-29

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1990,* Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1989:23-29

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1991*, Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1990:23-29

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1992*, Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1991:23-29

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1993,* Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1992:29-35

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1994,* Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1993:31-37

APPCJ, *Catalogus Provinciae Lusitanae: Societatis Iesu, 1995,* Lisboa, *Typis Privatis Provinciae*, 1994:31-37.

2.2.1. Outros Periódicos

Jornal *Malawi News* de 4 de Maio de 1961

Jornal *Notícias* de 23 de Fevereiro de 1961

Jornal *Notícias* de 17 de Outubro de 1975, pp 2,5.

Jornal *República*, 1881, p. 6

Jornal *Daily News* – 22.10.1972. No Gordio

Jornal SAVANA - 20.10.2000: "*A mentira não faz História de uma Nação" por Fanuel Guidion Mahluza, o homem que deu o nome "FRELIMO" ao movimento de libertação de Moçambique*.

Jornal SAVANA - 05.09.2003: *Revelações de Jaime Khamba ensombram história da FRELIMO e Mondlane.*

Jornal *O ZAMBEZE* - 9/8/2005: 7 de Setembro de 1974 - Acordo(s?) de Lusaka.

Jornal SAVANA - 28.10.2005: *«Foi a FRELIMO quem agrediu o povo e depois foi agredida*, por D. Jaime Pedro Gonçalves

Jornal SAVANA - 25.11.2005: *Samora Nega ir ao Vaticano*, por Benedito Marime.

Jornal *Canal de Moçambique* – 11.10.2006: Filipe Samuel Magaia: Samora ficou-lhe com o cargo e a namorada, por Luís Nhachote.

Jornal *O País*, 19 Junho 2012: Simpósio da Frelimo, *Suplemento Especial- 50 anos-Frelimo "do «Jornal O País»*

Jornal Canal de Moçambique – 15.08.2012: *Combater as igrejas para erradicar a religião*, por João Cabrita**.**

Jornal Canal de Moçambique – 17.08.2012: *O Caso da Igreja Católica em Moçambique*, pelo *Prof. Dr. Luís Benjamim Serapião*

Jornal Canal de Moçambique – 30.08.2012: *Igrejas e Estado em Moçambique após a independência*, por *Por Eric Morier-Genoud.*

Jornal Canal de Moçambique - 12.09.2012 e 21.09.2012. *As relações entre a igreja e o Estado depois da independência: nuances, discórdias e perspectivas*, por Eric Morier-Genoud.

2.3. Fontes Informáticas

http://macua.blogs.com/ em 05/06/2012 at 08:10

http://macua.blogs.com/13/05/carta-aberta-para-alcino-chivite-arrependimento-ou-manobra-de-divers%C3%A3o.html#more

http://macua.blogs.com/files/declara%C3%A7ao-da-forma%C3%A7ao-da-frelimo.pdf.

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2010/02/situa%C3%A7%C3%A3o-sombria-na-frelimo-por-uria-t-simango.html.

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/11/sobre-a-funda%C3%A7%C3%A3o-da-frelimo-em-accra-ghana3.html?cid=6a00d83451e35069e20153937c5763970b#comment-6a00d83451e35069e20153937c5763970b

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/02/como-o-presidente-kenneth-kaunda-da-zambia-despachou-coremo-para-o-seu-fim.html

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/02/zeca-caliate-responde-quase-30-anos-depois-a-jos%C3%A9-moiane.html.

http://porbase.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=136F56591M890.136357&menu#focus

http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Arrupe.

http://www.arautos.org/noticias/21828/Congregação--ldquo-Propaganda-Fide-rdquo--abre-museu-missionario-em-Roma.html

http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=878183&page=-1

http=6a00d83451e35069e201675f7e8b12970b#comment-6a00d83451e35069e201675f7e8b12970b

3. Fontes Orais

Ordem	Nome	Local da Entrevista	Data da Entrevista
1	Abel Jassi, Lizulo		05-03-2013
2	Afonsina Pedro Gwembe	Makodzakodza	06-02-2013
3	Amélia Senzani	Fonte Boa	06-02-2013
4	Anabela Chisale	V. Ulónguè	08-03-2013
5	André Pedro Gwembe	Mangombo	06-03-2013
6	Cecilia Phiri	Tsangano	28-01-2013
7	Francisco Franque	Tsangano,	26-01-2013
8	Francisco Ketulo, Chissoka	Ulóngue	04-03-2013
9	Gwetsani Mabvuto	Ulóngue	03-03-2013
10	Hassuelo	Ulónguè	05-03-2013
11	Hermínio João Vitorino	Covilhã,	03-01-2013
12	Irmã Delvina Pascali	Mandimba,	2008
13	Irmão Abílio Nunes	Braga	12-01-2013
14	IrmãoAlbano Agulha	Braga	20/08/2011, 27/12/2012 e 23/03/2013
15	Jonas António Francisco	Nampula	12-03-2013
16	Jorge Rafael	Lifidzi	01-03-2013
17	Lobiness Mário Phiri,,	Namanjavila,	27-02-2013
18 19	Luís Marcos Bissuasi, Noemia Jasten,	Ulóngué, Tete-Cidade	03-03-2013 26-02-2013
20	Pe. António José Coelho,	Braga,	12-01-2013
21	Pe. David Ferreira da Silva	Fonte Boa,	06-03-2013
22	Pe. José Augusto Alves de Sousa	Covilhã	03-01-2013
23	P. José Belarmino de Araújo	Lisboa	07-01-2013
24	Pe. José Vicente Martins.	Almada	07-01-2013
25	Vítor Manuel Lamosa Pereira	Fonte Boa	06-03-2013

4. Outras correspondências

1897 – Carta ao padre Henrique Simon; Carta ao Padre João José de Moura; Carta do Escolástico Luís Gonzaga e Cartas de António Vaz sobre Júlio Torrend escrita a partir de Chupanga a 11 de Abril, falando sobre os trabalhos com as línguas africanas.

1941 – 30 de Maio – Carta sobre a restauração da Zambézia (APPCJ, p. 327), Situação Jurídica entre os jesuítas e a Constituição Portuguesa de 1933 (APPCJ, pp. 84-114)

1942 – 4 de Agosto – Relatório da Missão de Lifidzi 1941-42: parte espiritual, ensino, agricultura, igreja, oficinas, residência, gado, professores; Regulamento do Catecumenado na base da realidade local

1943 – 15 de Dezembro – Carta do Padre Raúl Sarreira ao Padre António da Cruz, descreve os diferentes lugares por onde anda em Boroma

1943 – 15 de Junho – Carta do Cardeal Secretário do Estado ao Superior da Missão da Zambézia, Pe. José Bernardo Gonçalves.

1944 – 28 de Agosto – A Carta do Padre Raúl Sarreira aos teólogos portugueses de Granada – fala dos missionários do mato e sua diferença com os missionários teóricos. Descreve as condições da mulher preta escravizada pelo próprio marido, obrigada a carregar coisas pesadas, quando o homem apenas assegura azagaia. Fala dos pressupostos para o casamento, usos e costumes das populações locais, culinária e do medo que se tem dos animais e a forma como este medo interfere na vida das pessoas, sobretudo das mulheres.

1944 – 31 de Julho, de Boroma o Padre Raúl Sarreira escreve ao provincial e faz muitas revelações não somente religiosas, como também politicas. Por exemplo, fala da intenção do Bispo D. Teodósio Clemente de Gouveia em entregar uma vasta área aos Jesuítas para servirem de tampão a expansão protestante e muçulmana. É uma área vazia de gente, por isso difícil de evangelizar, exceptuando Angónia onde há densidade populacional. Aborda a questão de como a missionação impediu a infiltração de protestantes ingleses que poderiam num breve futuro reivindicar aquela área a favor da coroa. Revela que há um lugar que o Governo pretende abandonar «Vila Coutinho» e que fica em a Companhia tomar conta. Também fala dos companheiros que pereceram em Boroma.

1944 – 9 de Novembro – Carta do Padre Manuel Teixeira ao Padre António da Cruz, a partir de Boroma, fala do combate ao Islamismo e das crianças que pela pobreza ainda usam Tangas e como isso cria-lhes vergonha de não irem a escola pelo que apela a necessidade de procurar-se incentiva-los por meio de uniforme e brinquedos de qualquer espécie. Acredita que o material didáctivo será instrumento de evangelização e de incentivo.

1945 – 20 de Janeiro – Carta do Irmão Abel Agulha a partir de Lifidzi na qual fala dos baptismos, casamentos, usos e costumes das populações de Angónia, incluindo os procedimentos da passagem do ano, da conversa entre pais e filhos, cônjuges e revela quais os costumes que supõe serem difíceis de acabar, como o caso da distância entre homem e mulher, ou entre pais e filhos.

1945 – Visita do Ministro das Colonias a Missão de Lifidzi

1947 – 22 de Abril – Carta do Superior Geral apelando a Luta contra o Comunismo

1947 – 29 de Julho – Orações pelos bons resultados da Missão da Zambézia, por Julio Morinho

1947 – 5 de Junho – Agradecimento de duas obras «No País do Monomutapa» feito pelo Padre Geral

1958 – 20 de Março – Arnaldo Augusto de Lacerda, escreve da Fonte Boa descrevendo as comunidades locais

1958 – 28 de Maio – Padre Raul Sarreira escreve ao Padre Fernando Mata relatando a situação da seca, fome, doenças, conflito homem animal

1958 – 9 de Abril - José Manuel Teixeira, escreve de Lifidzi cuja tónica é a catequese

1958 – Carta de Raul Sarreira – fala das primícias em Boroma

1958 – Padre Raul Sarreira explica ao Padre Casimiro quão é a projecção da Companhia e a cooperação com outros missionários.

1961 – Carta de apelo sobre a necessidade de missionários leigos em Angola, em decorrência da guerra

1961 – Comunicação do Bispo D. Sebastião Resende sobre o centenário de Gonçalo da Silveira

1963 – 31 de Dezembro – O Superior da Beira escreve uma carta informando sobre a crise das escolas. Acusa o Governo de arrancar a escola à influência das Missões; denuncia o nepotismo que leva à mulher de qualquer comerciante metropolitano, com apenas 4ª classe, a ser professor. Igualmente denuncia o baixo salário dos professores das Missões e ataca aos bispos que só negoceiam bons salários para os professores por si propostos.

1964 – Fevereiro – Padre Fernando Baptista da Mata escreve de Lifidzi. Comunica à Cúria Provincial a necessidade de mais um Jope para atender ao crescimento das comunidades. Na carta, mostra que os Jesuítas, apesar de viverem distantes, promovem almoços de confraternização. Fala da imprevisibilidade da Independência da Niassalândia e duma paz aparente. Nesta carta, deixa transparecer o desentendimento com as autoridades civis que acusam as Missões de nada fazerem para ensinar o Português.

1965 – 19 de Junho carta de erecção da Paroquia de Ulongue

1965 – 21 de Junho promulgação da criação da Missão de Mpenya e de Banga

Apêndice 1. Listas de Padres, Irmãos e Escolásticos, por ano, que viveram em determinada Missão/residência, 1941-2011

Apêndice 1/A. Padres, Irmãos e Escolásticos, residentes na Missão de Lifidzi (1941-2011)

Missão de S. Francisco Xavier - Lifidzi (1941-2011)															
Nr de anos	Áreas da Pastoral	Lifidzi						Domue		Chabualo		Chiritse			
	Ano	Superior	Mandato	PP	Coadj	Esc	Total	Nomes de Padres (PP)				Nomes de Irmãos (Coadj.) e Escolásticos (Esc)			
0	1941	P. José Bernardo Gonçalves	11-07-1941 até 07-12-1954	3	3	-	**6**	P. Manuel Lopes	P. José Bernardo Gonçalves	P. José João Gonçalves		Ir. Manuel Lopes	Ir. Albano Agulha	Ir. Francisco Lopes	
1	1942			3	3		**6**	P. Manuel Lopes	P. José Bernardo Gonçalves	P. José João Gonçalves		Ir. Manuel Alves Lopes	Ir. Albano Agulha	Ir. Francisco Lopes	
2	1943			5	6		**11**	P. Manuel Lopes	P. José Bernardo Gonçalves P. Luís Gonzaga Carneiro**	P. José João Gonçalves P. José da Cruz*		Ir. Manuel Alves Lopes	Ir. Albano Agulha	Ir. Francisco Lopes Ir. Manuel Rodrigues*	Ir. Abel Agulha* Ir. Francisco Loureiro*
3	1944			3	3		**6**		P. José Bernardo Gonçalves	P. José João Gonçalves	P. Luís Gonzaga Carneiro	Ir. Manuel Alves Lopes	Ir. Albano Agulha		Ir. Abel Agulha
4	1945			3	3		**6**	P. Manuel Lopes	P. José Bernardo Gonçalves	P. José João Gonçalves		Ir. Manuel Alves Lopes	Ir. Albano Agulha		Ir. Abel Agulha
5	1946			3	3		**6**	P. Manuel Lopes	P. José Bernardo Gonçalves	P. José João Gonçalves		Ir. Manuel Alves Lopes	Ir. Albano Agulha		Ir. Abel Agulha
6	1947			2	3	1	**6**		P. José Bernardo Gonçalves	P. José João Gonçalves		Ir. Manuel Alves Lopes	Ir. Albano Agulha	Esc. José Amantinos Ferreira	Ir. Abel Agulha
7	1948			2	3	1	**6**		P. José Bernardo Gonçalves	P. José João Gonçalves		Ir. Manuel Alves Lopes	Ir. Albano Agulha	Esc. Manuel Joaquim Pereira	Ir. Abel Agulha
8	1949			4	3	1	**8**	P. Ernesto Domingues	P. José Bernardo Gonçalves	P. José João Gonçalves	P. Albino Silva Pereira	Ir. Manuel Alves Lopes	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pereira	Esc. Manuel Joaquim Pereira
9	1950			4	4		**8**	P. Ernesto Domingues	P. José Bernardo Gonçalves	P. José João Gonçalves	P. José Manuel Teixeira	Ir. Manuel Alves Lopes	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pereira	Ir. Abel Aguha
10	1951			3	6		**9**	P. Luciano Ribeiro	P. José Bernardo Gonçalves	P. José João Gonçalves		Ir. José Barbosa	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pereira Ir. Ferreira da Silva?	Ir. Abel Aguha Ir. Inácio Amadeu*
11	1952			3	4	1	**8**		P. José Bernardo Gonçalves	P. José João Gonçalves	P. José Manuel Teixeira	Ir. José Barbosa	Ir. Albano Agulha	Ir. Manuel Rodrigues	Ir. Abel Agulha Esc. Miguel Ferreira da Silva
12	1953			3	5		**8**		P. José Bernardo Gonçalves	P. José João Gonçalves	P. José Manuel Teixeira	Ir. José Barbosa	Ir. Albano Agulha	Ir. Manuel Rodrigues	Ir. Abel Agulha Ir. António Pereira
13	1954			4	5		**9**	P. José dos Santos	P. José Bernardo Gonçalves	P. José João Gonçalves	P. José Manuel Teixeira	Ir. José Barbosa	Ir. Albano Agulha	Ir. Manuel Rodrigues	Ir. Francisco Nunes Pires Ir. António Pereira
14	1955	P. Manuel Lopes	08-12-1954-07-12-1960	4	5		**9**	P. Manuel Lopes	P. José Maria Marques	P. José João Gonçalves	P. José Manuel Teixeira	Ir. José Barbosa	Ir. Albano Agulha	Ir. Manuel Rodrigues	Ir. Francisco Nunes Pires Ir. António Pereira
15	1956			3	5		**8**	P. Manuel Lopes		P. José João Gonçalves	P. José Manuel Teixeira	Ir. José Barbosa	Ir. Albano Agulha	Ir. Manuel Rodrigues	
16	1957			3	5		**8**	P. Manuel Lopes		P. José João Gonçalves	P. José Manuel Teixeira	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. Manuel Rodrigues	Ir. Adelino Rodrigues Esc. David Ferreira da Silva
17	1958			4	4		**8**	P. Manuel Lopes	P. Luciano Ribeiro	P. José João Gonçalves	P. José Manuel Teixeira	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Borges	Ir. Manuel Rodrigues

18	1959			4	3		**7**	P. Manuel Lopes	P. Luciano Ribeiro	P. José João Gonçalves	P. José Manuel Teixeira	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. Manuel Rodrigues	
19	1960			5	3	1	**9**	P. Manuel Lopes	P. Luciano Ribeiro	P. José João Gonçalves	P. José Manuel Teixeira	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. Manuel Rodrigues	
											P. Guardamino M. Sanchez			Esc. Domingos Isaac	
20	1961	P. Faustino Rodrigues	08-12-1960-02-12-1963	4	4	1	**9**	P. Manuel Joaquim Pereira	P. Fernando B. da Mata	P. José João Gonçalves	P. Faustino Rodrigues	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	Ir. Manuel Rodrigues
															Esc. Luís Estevao Joaquim
21	1962			3	4		**7**		P. Fernando B. da Mata	P. José João Gonçalves	P. Faustino Rodrigues	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	Ir. Manuel Rodrigues
22	1963			4	4		**8**	P. Manuel Joaquim Pereira	P. Fernando B. da Mata	P. José João Gonçalves	P. Faustino Rodrigues	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	Ir. Adelino Rodrigues
23	1964	P. Luís G. Ferreira da Silva	03-12-1963-05-08-1967	4	3		**7**	P. Manuel Joaquim Pereira	P. Fernando B. da Mata	P. Luciano Ribeiro	P. Luís G. Ferreira da Silva	Ir. José Alves da Lomba		Ir. António Pérez Costas	Ir. Adelino Rodrigues
24	1965			4	5	2	**11**	P. Manuel Joaquim Pereira	P. José Luís Gonzaga Neto	P. Luciano Ribeiro	P. Luís G. Ferreira da Silva	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	Ir. Adelino Rodrigues
														Esc. Luís Abílio Gonçalves	Ir. Justino Cruz
25	1966			3	4	1	**8**	P. Pedro Maria Viscarri		P. Luciano Ribeiro	P. Luís G. Ferreira da Silva	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	Ir. Adelino Rodrigues
															Esc. Rogerio Teixeira
26	1967			4	5		**9**	P. Pedro Maria Viscarri	P. Estevão Luís Jardim	P. Domingos Isaac	P. Luís G. Ferreira da Silva	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	Ir. Adelino Rodrigues
															Ir. José Coelho
27	1968	P. Fernando Mata	06-08-1967-27-10-1970	4	4		**8**	P. Manuel Lopes	P. Fernando B. da Mata	P. Domingos Isaac	P. Estevao Luís Joaquim	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	Ir. Adelino Rodrigues
28	1969			4	3		**7**	P. Manuel Lopes	P. Fernando B. da Mata	P. Domingos Isaac	P. Estevao Luís Joaquim	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	
29	1970			5	3		**8**	P. Manuel Lopes	P. Fernando B. da Mata	P. Domingos José da Silva	P. Estevao Luís Joaquim	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	
											P. Domingos Isaac				
30	1971	J. Neto	28-10-1970 a	5	4		**9**	P. Manuel Lopes	P. José Luís Gonzaga Neto	P. Domingos José da Silva	P. Estevao Luís Joaquim	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	Ir. Julio Silvério Guirione
			02-11-1971								P. Domingos Isaac				
31	1972	P. Teodoro Rebelo	03-11-1971 a	5	4	1	**10**	P. Manuel Lopes	P. Teodoro Rebelo	P. Domingos José da Silva	P. Estevao Luís Joaquim	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	Ir. Julio Silvério Guirione
			04-03-1973								P. Domingos Isaac				Esc. Francisco Massora
32	1973			4	4		**8**	P. Manuel Lopes	P. Teodoro Rebelo	P. Domingos José da Silva	P. Domingos Isaac	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	Ir. Julio Silvério Guirione
33	1974	P. Dias Pereira Vital	03-03-1973 a	5	4		**9**	P. Manuel Lopes	P. Dias Pereira Vital	P. José João Gonçalves	P. Estevao Luís Joaquim	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	Ir. Julio Silvério Guirione
											P. Domingos Isaac				
34	1975		04-06-1975	5	4		**9**	P. Manuel Lopes	P. Dias Pereira Vital	P. José João Gonçalves	P. Estevao Luís Joaquim	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Albano Agulha	Ir. António Pérez Costas	Ir. Julio Silvério Guirione
											P. Domingos Isaac				
35	1976	P. Domingos Isaac	05-06-1975-07-09-1983	4	4		**8**	P. Manuel Lopes	P. José Belarmino de Araújo	P. José João Gonçalves	P. Domingos Isaac	Ir. José Alves da Lomba	Ir. João Diaz Gutiérrez	Ir. António Pérez Costas	Ir. Julio Silvério Guirione
36	1977			4	3		**7**	P. Manuel Gama	P. José Belarmino de Araújo	P. Domingos José da Silva	P. Domingos Isaac		Ir. João Diaz Gutiérrez	Ir. António Pérez Costas	Ir. Julio Silvério Guirione
37	1978			4	3		**7**	P. Manuel Gama	P. José Belarmino de Araújo*	P. Domingos José da Silva	P. Domingos Isaac		Ir. João Diaz Gutiérrez	Ir. António Pérez Costas	Ir. Julio Silvério Guirione
38	1979			4	3		**7**	P. Manuel Gama	P. José Belarmino de Araújo	P. Domingos José da Silva	P. Domingos Isaac		Ir. João Diaz Gutiérrez	Ir. António Pérez Costas	Ir. Julio Silvério Guirione
39	1980			3	1		**4**	P. Manuel Gama		P. Domingos José da Silva	P. Domingos Isaac*				Ir. Julio Silvério Guirione
40	1981			3	1		**4**	P. Manuel Gama		P. Domingos José da Silva	P. Domingos Isaac*				Ir. Julio Silvério Guirione
41	1982			3	1		**4**	P. Manuel Gama		P. Domingos José da Silva	P. Domingos Isaac*				Ir. Julio Silvério Guirione

42	1983															
43	1984	Kamtedza	08-09-1983	2	1		**3**	P. Joaquim Barata	P. João de D. G. Kamtedza			Ir. José de Carvalho Lima				
44	1985			2	1		**3**	P. Joaquim Barata	P. João de D. G. Kamtedza			Ir. José de Carvalho Lima				
45	1986	Assistido a partir de, Ulóngue, Tete e Dedza	Abandonado					P. Joaquim Barata								
46	1987							P. Honório Santos								
47	1988							7 Anos de total abandono devido a guerra								
48	1989															
49	1990															
50	1991															
51	1992															
52	1993															
53	1994															
54	1995	P. Domingos José da Silva	18-10-1995				**0**	P. Domingos José da Silva								
55	1996			3	1		**4**	P. Domingos José da Silva	P. Vitor Manuel Lamosa Pereira	P. Mfinyi Gaston Kitoko		Ir. José de Carvalho Lima				
56	1997		25-10-1996	3	1		**4**	P. Domingos José da Silva	P. Vitor Manuel Lamosa Pereira	P. Mfinyi Gaston Kitoko		Ir. José de Carvalho Lima				
57	1998			2	1		**3**	P. Domingos José da Silva		P. Mfinyi Gaston Kitoko		Ir. José de Carvalho Lima				
58	1999	L.A. Gonalves	01-10-1998	3	1		**4**	P. Domingos José da Silva	P. Luís Abílio Gonalves	P. Mfinyi Gaston Kitoko		Ir. José de Carvalho Lima				
59	2000		a	2	1		**3**	P. Domingos José da Silva	P. Luís Abílio Gonalves			Ir. José de Carvalho Lima				
60	2001		30-09-2001	2	1		**3**	P. Domingos José da Silva	P. Luís Abílio Gonalves			Ir. José de Carvalho Lima				
61	2002	P. Domingos José da Silva	01-10-2001-19-03-2006	1	1		**2**	P. Domingos José da Silva				Ir. José de Carvalho Lima				
62	2003			1			**1**	P. Domingos José da Silva								
63	2004			4	1		**5**	P. Domingos José da Silva	P. Virgílio Domingos	P. Richard Guerrera	D. Luís G. Ferreira da Silva	Esc. José Júlio				
64	2005			3	2		**5**	P. Domingos José da Silva		P. Richard Guerrera	D. Luís G. Ferreira da Silva	Esc. Armando Tomas		Esc. Tomé Francisco Gravata		
65	2006			4	1	1	**6**	P. Domingos José da Silva	P. Armando Tomás	P. Richard Guerrera	D. Luís G. Ferreira da Silva	Ir. Carlos Joaquim Mário Sivano		Esc. Armando Tomas		
66	2007	M.A. Matyja	20-03-2006 a 24-09-2007	5	1		**6**	P. Domingos José da Silva	P. Armando Tomás	P. Richard Guerrera	D. Luís G. Ferreira da Silva P. Miroslaw Andrzej Matyja	Ir. Carlos Joaquim Mário Sivano				
67	2008	P. Domingos José da Silva	25-09-2007	4	1		**5**	P. Domingos José da Silva	P. Armando Tomás	P. Richard Guerrera	D. Luís G. Ferreira da Silva	Ir. Carlos Joaquim Mário Sivano				
68	2009			4	1		**5**	P. Domingos José da Silva	P. Armando Tomás	P. Richard Guerrera	D. Luís G. Ferreira da Silva	Ir. Carlos Joaquim Mário Sivano				
69	2010			4		1	**5**	P. Domingos José da Silva	P. Armando Tomás	P. Richard Guerrera	D. Luís G. Ferreira da Silva	Esc. Adérito Alexandre Mucaquiua				
70	2011			4			**4**	P. Domingos José da Silva	P. Bernardo Tipeliua	P. Richard Guerrera	D. Luís G. Ferreira da Silva					

Quadro 7

Fonte: Catálogos da Companhia de Jesus (1940-2012)

Por Eusébio A. Pedro (MHRIC-UP-Porto, 2013)

Apêndice 1/B. Padres, Irmãos e Escolásticos, residentes na Missão de Boroma de 1943-1967

Missão de S. José de Boroma (1943-1967)															
Boroma	Ano	Superior	Mandato	PP	Coadj	Esc	Total	Nomes de Padres (PP)				Nomes de Irmãos (Coadj.) e de Escolásticos (Esc)			
	1942														
1	1943	P. Raúl Sarreira	03-08-1943-12-11-1951	3	3		**6**	P. Raúl Sarreira	P. Manuel Lopes	P. José Manuel Teixeira		Ir. Fancisco Lopes	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Manuel Rodrigues	
2	1944			3	3		**6**	P. Raúl Sarreira	P. Manuel Lopes	P. José Manuel Teixeira		Ir. Fancisco Lopes	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Manuel Rodrigues	
3	1945			3	3		**6**	P. Raúl Sarreira	Luís Gonzaga Carneiro	P. José Manuel Teixeira		Ir. Fancisco Lopes	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Manuel Rodrigues	
4	1946			3	3		**6**	P. Raúl Sarreira	Luís Gonzaga Carneiro	P. José Manuel Teixeira		Ir. Fancisco Lopes	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Manuel Rodrigues	
5	1947			3	2	1	**6**	P. Raúl Sarreira	Luís Gonzaga Carneiro	P. José Manuel Teixeira		Ir. Fancisco Lopes	Ir. Francisco Loureiro	Esc. Faustino Rodrigues	Esc. Martins José Vicente
6	1948			3	2	2	**7**	P. Raúl Sarreira	Luís Gonzaga Carneiro	P. José Manuel Teixeira		Ir. José Barbosa	Ir. Francisco Loureiro	Esc. Faustino Rodrigues	Esc. Amandio José Ferreira
7	1949			3	2	1	**6**	P. Raúl Sarreira	Luís Gonzaga Carneiro	P. José Manuel Teixeira			Ir. José Barbosa	Ir. Francisco Loureiro	Esc. Martins José Vicente
8	1950			4	3	3	**10**	P. Raúl Sarreira	Luís Gonzaga Carneiro	P. Pereira Albano Silva	P. Augusto Pinto	Ir. José Barbosa	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Manuel Gaspar Esc. Arnaldo A. de Lacerda	Esc. Martins José Vicente Esc. Joaquim Barata
9	1951	P. Manuel Lopes	13-11-1951 até 02-12-1954	4	2	2	**8**	P. Raúl Sarreira	Luís Gonzaga Carneiro	P. Manuel Agostinho	P. Augusto Pinto	Ir. Francisco Loureiro	Ir. José Alves da Lomba	Esc. Joaquim Barata	Esc. Arnaldo A. de Lacerda
10	1952			5	2	4	**11**	P. Raúl Sarreira	Luís Gonzaga Carneiro	P. Manuel Lopes	P. Manuel Agostinho P. Augusto Pinto	Ir. Francisco Loureiro	Ir. José Alves da Lomba	Ir. Manuel Gaspar Esc. Miguel Ferreira da Silva	Esc. Joaquim Barata Esc. Arnaldo A. de Lacerda
11	1953			5	3	2	**10**	P. Raúl Sarreira	P. Ernesto Domingues	P. Manuel Lopes	P. Manuel Agostinho P. Augusto Pinto	Ir. Francisco Loureiro Esc. Joaquim António Marques da Silva	Ir. Amadeu Inácio	Ir. José de Matos	Esc. Miguel Ferreira da Silva
12	1954			2	4	2	**8**	P. Raúl Sarreira	P. Manuel Lopes			Ir. Casimiro José de Lima Esc. Joaquim António Marques da Silva	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Amadeu Inácio Esc. Miguel Ferreira da Silva	Ir. José de Matos
13	1955	P. José Vicente Martins	03-12-1954	2	3	2	**7**	P. Raúl Sarreira	P. Luciano Ribeiro			Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Amadeu Inácio	Esc. David Ferreira da Silva Esc. Fernando B. da Mata
14	1956		14-09-1956	2	3	2	**7**	P. Raúl Sarreira	P. Luciano Ribeiro			Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Amadeu Inácio	Esc. David Ferreira da Silva Esc. José Maria Marques
15	1957		15-09-1956	3	4	2	**9**	P. Raúl Sarreira	P. Luciano Ribeiro	P. José Vicente Martins		Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Amadeu Inácio Esc. Alfredo João Peixoto	Ir. Augusto Gregório Esc. José Maria Marques
16	1958	P. Luís G. Ferreira da Silva	22-08-1957	3	3	2	**8**	P. Raúl Sarreira	P. Joaquim Barata	P. José Vicente Martins		Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Amadeu Inácio	Esc. Alfredo João Peixoto Esc. José Luís Gonzaga Neto
17	1959			3	3	2	**8**	P. Raúl Sarreira	Teodoro Rebelo	P. José Vicente Martins		Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Amadeu Inácio	Esc. João de Deus G. Kamtedza Esc. José Luís Gonzaga Neto
18	1960			3	3	3	**9**	P. Raúl Sarreira	P. José Vicente Martins	P. Manuel Agostinho		Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Amadeu Inácio Esc. Estevao Luís Jardim	Esc. José Ribeiro Esc. João de Deus G. Kamtedza
19	1961			4	2	2	**8**	P. Raúl Sarreira	P. Joaquim António M. da Silva	P. José Vicente Martins	P. Manuel Agostinho	Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Amadeu Inácio	Esc. José Ribeiro Esc. Domingos Isaac
20	1962			4	3	2	**9**	P. Raúl Sarreira	P. Joaquim António M. da Silva	P. Luís G. Ferreira da Silva	P. Manuel Agostinho	Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Amadeu Inácio	Esc. José de Sousa

															Esc. António dos Reis
21	1963			4	3	2	**9**	P. Raúl Sarreira	P. Joaquim António M. da Silva	P. Luís G. Ferreira da Silva	P. Manuel Agostinho	Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Amadeu Inácio	Esc. José de Sousa Esc. António dos Reis
22	1964	P. Alfredo João Peixoto		5	3	4	**12**	P. Raúl Sarreira	P. Joaquim António M. da Silva	P. Alfredo João Peixoto	P. Manuel Agostinho José Maria Marques	Ir. Justino Cruz Esc. Rogério Teixeira	Ir. Francisco Loureiro Esc. José Rui de Meireles	Ir. Manuel Rodrigues Esc. Domingos da Silva	Esc. João Eduardo Lupi Esc. Luís Abílio Gonçalves
23	1965			5	4	4	**13**	P. Raúl Sarreira	P. Manuel Sequeira	P. Alfredo João Peixoto	P. Manuel Agostinho P. Augusto Pinto	Ir. José Carvalho de Lima Esc. António Rogrigues Pereira	Ir. Amadeu Inácio Esc. Eufrasio Paulo	Ir. Manuel Rodrigues Esc. Honório dos Santos	Ir. Augusto Gregório Esc. José Rui de Meireles
24	1966			5	4	4	**13**	P. Raúl Sarreira	P. Manuel Sequeira	P. Alfredo João Peixoto	P. Manuel Agostinho P. Augusto Pinto	Ir. Casimiro José de Lima Esc. Sílvio Moreira	Ir. José Carvalho de Lima Esc. Honório dos Santos	Ir. Augusto Gregório Esc. Manuel Ferreira	Ir. José Manuel Dias Esc. Eufrasio Paulo
25	1967			3	3	4	**10**	P. Raúl Sarreira	P. Manuel Sequeira	P. Alfredo João Peixoto		Ir. Casimiro José de Lima	Ir. José Carvalho de Lima Esc. Manuel Duarte Ribeiro	Ir. José Manuel Dias Esc. Miguel Novais	Esc. Sílvio Moreira Esc. Manuel Amaro Pereira

Quadro 8: Fonte: Catálogos da Companhia de Jesus (1940-2012) Por Eusébio A. Pedro (MHRIC-UP-Porto, 2013)

Apêndice 1/C. Padres, Irmãos e Escolásticos, residentes na Missão da Marara 1947-1964

Missão da Nossa Senhora da Conceição de Marara (1944-1964)										
Nr de anos	**Áreas da Pastoral** Ano	Superior	Mandato	PP	Coadj	Esc	Total	Nomes de Padres (PP) e de Irmãos Coadjutores (Coadj.)		
1	1944									
2	1945									
3	1946									
4	1947	P. Luís Gonzaga Carneiros		1			**1**	P. Luís Gonzaga Carneiros		
5	1948			1			**1**	P. Luís Gonzaga Carneiros		
6	1949			1			**1**	P. Luís Gonzaga Carneiros		
7	1950			2			**2**	P. Luís Gonzaga Carneiros	P. Augusto Pinto	
8	1951			1			**1**	P. Augusto Pinto		
9	1952	P. Augusto Pinto		2			**2**	P. Augusto Pinto	P. Manuel Agostinho	
10	1953			3			**3**	P. Augusto Pinto	P. Manuel Agostinho	P. Ernesto Domingues
11	1954			2			**2**	P. Augusto Pinto	P. Manuel Agostinho	
12	1955			2			**2**	P. Augusto Pinto	P. Manuel Agostinho	
13	1956			2			**2**	P. Augusto Pinto	P. Manuel Agostinho	
14	1957			2			**2**	P. Augusto Pinto	P. Manuel Agostinho	

15	1958			2	1		**3**	P. Augusto Pinto	P. Manuel Agostinho	Ir. Adelino Rodrigues
16	1959	P. Joaquim Barata	08-12-1958	2	1		**3**	P. Joaquim Barata	P. Manuel Agostinho	Ir. Adelino Rodrigues
17	1960			2	1		**3**	P. Augusto Pinto	P. Joaquim Barata	Ir. José de Carvalho Lima
18	1961			2	1		**3**	P. Augusto Pinto	P. Joaquim Barata	Ir. José de Carvalho Lima
19	1962			2	1		**3**	P. Augusto Pinto	P. Joaquim Barata	Ir. José de Carvalho Lima
20	1963	P. Manuel Lopes	24-04-1962	2	1		**3**	P. Augusto Pinto	P. Manuel Lopes	Ir. José de Carvalho Lima
21	1964			2	2		**4**	P. Augusto Pinto	P. Manuel Lopes	Ir. José de Carvalho Lima
										Ir. Amadeu Inácio

Quadro 9: Fonte: Catálogos da Companhia de Jesus (1946-1965) Elaborado por Eusébio A. Pedro (MHRIC-UP-Porto, 2013)

Apêndice 1/D. Padres, Irmãos e Escolásticos, residentes na Missão da Fonte Boa (1945-2011)

Missão de Imaculado Coração de Maria da Fonte Boa (1945-2011)

Nr. de anos	Áreas da Pastoral / Ano	Banga: Superior	Mandato	PP	Coadj	Esc	Total	Mpenha: Nomes de Padres (PP)				Msaladzi: Nomes de Irmãos (Coadj.)			
0	1945	P. Manuel Lopes	15-09-1945				**0**	P. Manuel Lopes							
1	1946						**0**	P. Manuel Lopes							
2	1947			2	1		**3**	P. Manuel Lopes	P. Luciano Ribeiro			Ir. Manuel Rodrigues			
3	1948			2	2		**4**	P. Manuel Lopes	P. Luciano Ribeiro			Ir. Manuel Rodrigues	Ir. António Pereira		
4	1949			2	3		**5**	P. Manuel Lopes	P. Luciano Ribeiro			Ir. Manuel Rodrigues	Ir. Manuel Gaspar	Ir. Abel Agulha	
5	1950			2	2		**4**	P. Manuel Lopes	P. Luciano Ribeiro			Ir. Manuel Rodrigues		Ir. Abel Agulha	
6	1951			3	2		**5**	P. Manuel Lopes		José Manuel Teixeira	P. Ernesto Domingues	Ir. Manuel Rodrigues			Ir. Lopes Manuel Alves
7	1952	ED	13-11-1951	2	3		**5**		P. Luciano Ribeiro		P. Ernesto Domingues (SP)	Ir. António Pereira	Ir. Amadeus Inácio	Ir. Manuel Gaspar	Ir. Lopes Manuel Alves
8	1953	P. Luciano Ribeiro	15-08-1952	2	3	1	**6**	José dos Santos	P. Luciano Ribeiro			Ir. Manuel Gaspar	Ir. José da Lomba	Esc. Fernando B. da Mata	Ir. Lopes Manuel Alves
9	1954			2	3	1	**6**	P. Faustino Rodrigues	P. Luciano Ribeiro			Ir. Manuel Gaspar	Ir. Abel Agulha	Esc. Fernando B. da Mata	Ir. Lopes Manuel Alves
10	1955	P. Faustino Rodrigues	24-09-1954	2	3	1	**6**	P. Faustino Rodrigues		P. Manuel Joaquim Pereira		Ir. Manuel Gaspar	Ir. Abel Agulha	Esc. Joaquim António Marques da Silva	Ir. Lopes Manuel Alves
11	1956			2	3		**5**	P. Faustino Rodrigues		P. Manuel Joaquim Pereira		Ir. Manuel Gaspar	Ir. Francisco Pires Nunes		Ir. Lopes Manuel Alves
12	1957			2	4		**6**	P. Faustino Rodrigues		P. Manuel Joaquim Pereira		Ir. Manuel Gaspar	Ir. Francisco Pires Nunes	Ir. António Pereira	Ir. Lopes Manuel Alves
13	1958			4	3		**7**	P. Faustino Rodrigues	P. Teodoro Rebelo	P. Manuel Joaquim Pereira	P. Arnaldo A. de Lacerda		Ir. Francisco Pires Nunes	Ir. António Pereira	Ir. Lopes Manuel Alves
14	1959			2	3	1	**6**	P. Faustino Rodrigues		P. Manuel Joaquim Pereira		Ir. António Borges	Ir. Francisco Pires Nunes	Esc. Luís Estevão Jardim	Ir. Lopes Manuel Alves
15	1960			3	3		**6**	P. Faustino Rodrigues	P. Teodoro Rebelo	P. Manuel Joaquim Pereira	Esc. António dos Reis	Ir. António Borges	Ir. Francisco Pires Nunes	Esc. José Augusto Alves de Sousa	Ir. Lopes Manuel Alves

16	1961	P. Arnaldo A. de Lacerda	03-12-1960	3	3	3	**9**	P. Arnaldo A. de Lacerda	P. Teodoro Rebelo	P. Luciano Ribeiro		Esc. João de Deus G. Kamtedza	Ir. Francisco Pires Nunes	Ir. Adelino Rodrigues	Ir. Lopes Manuel Alves
														Esc. António dos Reis	Esc. José Augusto Alves de Sousa
17	1962			3	4	2	**9**	P. Arnaldo A. de Lacerda	P. Teodoro Rebelo	P. Luciano Ribeiro		Ir. José Coelho	Ir. Francisco Pires Nunes	Ir. Adelino Rodrigues	Ir. Lopes Manuel Alves
												Esc. Domingos Isaac Mlauzi		Esc. Francisco de Sousa Monteiro	
18	1963			4	3	4	**11**	P. David Ferreira da Silva	P. Teodoro Rebelo	P. Luciano Ribeiro	P. Arnaldo A. de Lacerda	Ir. Manuel Rodrigues	Ir. Francisco Pires Nunes	Ir. José Coelho	Ir. Lopes Manuel Alves
												Esc. P. Luís Abílio Gonçalves	Esc. Francisco de Sousa Monteiro	Esc. Domingos da Silva	Esc. João Eduardo Lupi
19	1964	Teodoro Rebelo	PNN	3	3	2	**8**	P. David Ferreira da Silva	P. Teodoro Rebelo	Manuel Sequeira		Ir. José Coelho	Ir. Albano Agulha	Ir. Lopes Manuel Alves	Esc. Honório dos Santos
															Esc. Rodrigues Teixeira
20	1965	P. Fernando Baptista da Mata	22-06-1964	3	3	1	**7**	P. David Ferreira da Silva	P. Teodoro Rebelo	P. Fernando Baptista da Mata		Ir. José Coelho	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Lopes Manuel Alves	Esc. Rodrigues Teixeira
21	1966			3	4	2	**9**	P. David Ferreira da Silva	P. Teodoro Rebelo	P. Fernando Baptista da Mata		Ir. Manuel Rodrigues	Ir. Gonçalves Manuel de Brito	Ir. Francisco Loureiro	Ir. Lopes Manuel Alves
														Esc. Miguel Novais	Esc. António Rodrigues Pereira
22	1967			3	3	2	**8**	P. João de Deus Kamtedza	P. Teodoro Rebelo	P. Fernando Baptista da Mata		Ir. Gonçalves Manuel de Brito	Ir. Gregorio Augusto	Ir. Lopes Manuel Alves	Esc. Eufrasio Paulo
															Esc. António Rodrigues Pereira
23	1968	P. José Ribeiro	08-12-1967	3	3	1	**7**	P. José Ribeiro	P. Teodoro Rebelo	P. João de Deus Kamtedza		Ir. Fernando de Oliveira	Ir. Gonçalves Manuel de Brito	Esc. José Belarmino de Araújo	Ir. Lopes Manuel Alves
24	1969			5	3	2	**10**	P. José Ribeiro	P. Teodoro Rebelo	P. João de Deus Kamtedza	José Augusto Alves de Sousa	Ir. Fernando de Oliveira	Ir. Gonçalves Manuel de Brito	Esc. José Belarmino de Araújo	Ir. Lopes Manuel Alves
											Dias Pereira Vital				Esc. Henriques Nestor Rios dos Santos
25	1970			5	2	2	**9**	P. José Ribeiro	P. Teodoro Rebelo	P. João de Deus Kamtedza	José Augusto Alves de Sousa	Ir. Fernando de Oliveira	Ir. Gonçalves Manuel de Brito	Ir. Lopes Manuel Alves	Esc. José Belarmino de Araújo
											Dias Pereira Vital				
26	1971	P. David Ferreira da Silva	08-12-1971	5	2	2	**9**	P. José Ribeiro	P. Teodoro Rebelo	P. João de Deus Kamtedza	José Augusto Alves de Sousa	Ir. Gonçalves Manuel de Brito	Ir. Lopes Manuel Alves	Esc. Lucilio Ribeiro da Silva	Esc. João Luís Eufrasio
											Rodrigues Teixeira				
27	1972			3	3	2	**8**	P. David Ferreira da Silva	P. João Barata?	P. João de Deus Kamtedza		Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Gonçalves Manuel de Brito	Esc. João Luís Eufrasio	Ir. Lopes Manuel Alves
															Esc. Lucilio Ribeiro da Silva
28	1973			4	3	2	**9**	P. David Ferreira da Silva	P. João Barata?	P. João de Deus Kamtedza	Estevao Luís Jardim	Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Gonçalves Manuel de Brito	Esc. João Luís Eufrasio	Ir. Lopes Manuel Alves
															Esc. Lucilio Ribeiro da Silva
29	1974	P. João de Deus Kamtedza	13-05-1973	3	4	1	**8**		P. João Barata?	P. João de Deus Kamtedza	Honório dos Santos	Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Gonçalves Manuel de Brito	Ir. Filipe de Carvalho	Ir. Lopes Manuel Alves
															Esc. Lucilio Ribeiro da Silva
30	1975			3	4	1	**8**		P. João Barata?	P. João de Deus Kamtedza	Honório dos Santos	Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Gonçalves Manuel de Brito	Ir. Filipe de Carvalho	Ir. Lopes Manuel Alves
															Esc. Lucilio Ribeiro da Silva
31	1976			3	4	1	**8**		P. João Barata?	P. João de Deus Kamtedza	Honório dos Santos	Ir. Casimiro José de Lima	Ir. Gonçalves Manuel de Brito	Ir. Filipe de Carvalho	Ir. Lopes Manuel Alves
															Esc. Lucilio Ribeiro da Silva
32	1977			3	1		**4**		P. João Barata?	P. João de Deus Kamtedza	Honório dos Santos	Ir. Casimiro José de Lima			
33	1978			3	1		**4**		P. João Barata?	P. João de Deus Kamtedza	Honório dos Santos	Ir. Casimiro José de Lima			
34	1979			2	1		**3**			P. João de Deus Kamtedza	Honório dos Santos	Ir. Casimiro José de Lima			
35	1980			2			**2**			P. João de Deus Kamtedza	Honório dos Santos				
36	1981			2			**2**			P. João de Deus Kamtedza	Honório dos Santos				
37	1982			2			**2**			P. João de Deus Kamtedza	Honório dos Santos				
38	1983			2			**2**			P. João de Deus Kamtedza	Honório dos Santos				

39	1984	Honório dos Santos	08-09-1983	1	1		**2**				Honório dos Santos	Ir. Simeão dos Santos			
40	1985			2	1		**3**			Silvio Moreira	Honório dos Santos	Ir. Simeão dos Santos			
41	1986			1	2		**3**				Honório dos Santos	Ir. Simeão dos Santos	Ir. José Carvalho Lima		
42	1987	Guerra					**0**								
43	1988						**0**								
44	1989						**0**								
45	1990						**0**								
46	1991						**0**								
47	1992						**0**								
48	1993						**0**								
49	1994						**0**								
50	1995	Assistido de Lifidzi					**0**								
51	1996						**0**								
52	1997	DF		2	2		**4**	P. David Ferreira da Silva (SP)	Katimbo Tshishambo			Esc. Alberto Pedro Maquia	Esc. Hermínio João Vitorino		
53	1998	P. Vitor Manuel Lamosa Pereira	11-02-1997-14-08-2002	2	2		**4**	P. Vitor Manuel Lamosa Pereira	Katimbo Tshishambo			Esc. Alberto Pedro Maquia	Esc. Hermínio João Vitorino		
54	1999			2	1	2	**5**	P. Vitor Manuel Lamosa Pereira	Katimbo Tshishambo			Esc.Mario José de Almeida	Esc. João Miguel	Esc. Armando Tomás	
55	2000			2		2	**4**	P. Vitor Manuel Lamosa Pereira	Katimbo Tshishambo			Esc. Afonso Inácio Mucane	Esc. Armando Tomás		
56	2001			2		2	**4**	P. Vitor Manuel Lamosa Pereira	Manuel Sequeira			Esc. Rogério Mário Nascimento	Esc. Joaquim Nhamire Huó		
57	2002			2	1	2	**5**	P. Vitor Manuel Lamosa Pereira	Manuel Sequeira			Ir. Albano Agulha	Esc. António Cipriano Gonçalves	Esc. Joaquim Nhamire Huó	
58	2003		28.02.2008	2	1	2	**5**	P. Ezequiel Pedro Gwembe	**Manuel Sequeira (SP)**			Ir. Isaba Aramendia Pedro	Esc. António Cipriano Gonçalves	Esc. Maurício Abel Rabissone	
59	2004		03-09-2003	2	1	1	**4**	P. Ezequiel Pedro Gwembe	**Emilio Magro Moreira (SP)**			Ir. Isaba Aramendia Pedro	Esc. Evaristo Luciano	Esc. Maurício Abel Rabissone	
60	2005	P. Miroslaw Andrzej Matyja	01-01-2005	2	1	2	**5**	P. Miroslaw Andrzej Matyja	José Afonso Marques Pinto			Ir. Isaba Aramendia Pedro	Ir. José Araújo de Andrade	Esc. Paulo César Gaspar	
61	2006			2	2		**4**	P. Miroslaw Andrzej Matyja	José Afonso Marques Pinto			Ir. Isaba Aramendia Pedro	Ir. José Araújo de Andrade		
62	2007		27-03-2006	2	1		**3**	**Mario José de Almeida (SP)**	José Afonso Marques Pinto			Ir. José Araújo de Andrade			
63	2008	Assassinato do p. Emilio?					**0**								
64	2009						**0**								
65	2010	P. Vitor Manuel Lamosa Pereira	06-11-2009	2	2	1	**5**	P. Vitor Manuel Lamosa Pereira	Francisco Almenar (BAM)			Ir. José Araújo de Andrade	Ir. Castro João Luís	Esc. Bernardo Tipeliua	
66	2011			2	2		**4**	P. Vitor Manuel Lamosa Pereira	Francisco Almenar (BAM)			Ir. José Araújo de Andrade	Ir. Castro João Luís		

Quadro 10:

Fonte: Catálogos da Companhia de Jesus (1940-2012)

Por Eusébio A. Pedro (MHRIC-UP-Porto, 2013)

Apêndice 1/E. Padres, Irmãos e Escolásticos, residentes na Missão de Chiritse 1957-1978

Missão de S. Miguel Arcanjo - Chiritse Furancungo (29.9.1957-1978)													
Nr. de anos	Áreas da Pastoral / Ano	Superior	Mandato	PP	Coadj	Esc	Total	Nomes de Padres (PP)			Nomes de Irmãos Coadjutores (Coadj.)		
0	1957			1			**1**	P. Luciano Ribeiro					
1	1958			2			**2**	P. Augusto Pinto	P. Arnaldo Augusto de Lacerda	P. Luciano Ribeiro			
2	1959	P. Arnaldo Augusto de Lacerda	08-12-1958	2			**2**	P. Augusto Pinto	P. Arnaldo Augusto de Lacerda				
3	1960			2	1		**3**		P. Arnaldo Augusto de Lacerda	P. Miguel Ferreira da Silva	Ir. Adelino Rodrigues		
4	1961			2		1	**3**	P. Miguel Ferreira da Silva	P. Manuel Lopes		Ir. Antonio Borges		
5	1962	P. Miguel Ferreira da Silva	03-12-1960	3		2	**5**	P. Miguel Ferreira da Silva	P. Manuel Lopes	P. Manuel Joaquim Pereira	Ir. Antonio Borges	Ir. Manuel Brito	
6	1963			2	1		**3**	P. Miguel Ferreira da Silva	P. Joaquim Barata		Ir. José de Andrade	Ir. Manuel Brito	
7	1964			2	3		**5**	P. José João Gonçalves	P. Joaquim Barata		Ir. José de Andrade	Ir. Manuel Brito	Ir. Casimiro José de Lima
8	1965	P. Joaquim Barata	18-02-1963	3	3		**6**	P. José João Gonçalves	P. Joaquim Barata	P. Manuel Lopes	Ir. José de Andrade	Ir. Manuel Brito	Ir. Casimiro José de Lima
9	1966			3	3		**6**	P. José João Gonçalves	P. Joaquim Barata	P. Manuel Lopes	Ir. José de Andrade	Ir. José Coelho	Ir. Inacio Amadeu
10	1967	P. Augusto Pinto	19-09-1966	3	3		**6**	P. José João Gonçalves	P. Augusto Pinto	P. Manuel Lopes	Ir. José de Andrade	Ir. Carlos Justino	Ir. Inacio Amadeu
11	1968			3	3		**6**	P. José João Gonçalves	P. David Ferreira da Silva	P. Dias Pereira Vidal	Ir. José de Andrade	Ir. Carlos Justino	Ir. Inacio Amadeu
12	1969	P. David Ferreiras da Silva	12-09-1967	3	3		**6**	P. José João Gonçalves	P. David Ferreira da Silva	P. Luciano Ribeiro	Ir. José de Andrade	Ir. Carlos Justino	Ir. Inacio Amadeu
13	1970			3	3		**6**	P. José João Gonçalves	P. David Ferreira da Silva	P. Luciano Ribeiro	Ir. José de Andrade	Ir. Carlos Justino	Ir. Inacio Amadeu
14	1971			3	3		**6**	P. José João Gonçalves	P. David Ferreira da Silva	P. Luciano Ribeiro	Ir. José de Andrade	Ir. Carlos Justino	Ir. Inacio Amadeu
15	1972	P. Rogério Teixeira		3	2		**5**	P. José João Gonçalves	P. Rogério Teixeira	P. Pinto José Marques	Ir. José de Andrade		Ir. Inacio Amadeu
16	1973			3	2		**5**	P. José João Gonçalves	P. Rogério Teixeira	P. Pinto José Marques	Ir. José de Andrade		Ir. Inacio Amadeu
17	1974			2	2		**4**		P. David Ferreira da Silva	P. Pinto José Marques	Ir. José de Andrade		Ir. Inacio Amadeu
18	1975			2	2		**4**		P. David Ferreira da Silva	P. José Belarmino de Araújo	Ir. José de Andrade		Ir. Inacio Amadeu
19	1976	P. David Ferreiras da Silva	08-12-1973	2	2		**4**		P. David Ferreira da Silva	P. José Belarmino de Araújo	Ir. José de Andrade		Ir. Inacio Amadeu
20	1977			1	1		**2**		P. David Ferreira da Silva		Ir. José de Andrade		
21	1978			1			**1**		P. David Ferreira da Silva				

Quadro 12:

Fonte: Catálogos da Companhia de Jesus (1956-1976)

Elaborado por Eusébio A. Pedro (MHRIC-UP-Porto, 2013)

Apêndice 1/F. Lista de Padres, Irmãos e Escolásticos, por ano, que viveram em Lourenço Marques (1963-2011)

Residência Universitária de Lourenço Marques (1965-2011)												
Nr de anos	Áreas da Pastoral	Universidades						Conferência Episcopal de Moçambique				Paróquias da Matola
	Ano	Superior	Mandato	PP	Coadj	Esc	Total	Nomes de Padres (PP)				Irmãos (Coadj. e Esc.)
0	1963						0					
1	1964			3		1	4	P. Joaquim Abranches	P. José Maria Marques	P. Pedro Maria Viscarri		Esc. Manuel Ferreira
2	1965	P. Joaquim Abranches	01-11-1964	3		1	4	P. Joaquim Abranches	P. José Maria Marques	P. Pedro Maria Viscarri		Esc. Manuel Ferreira
3	1966			3	1		4	P. Joaquim Abranches	P. José Maria Marques	P. Fernando José de Magalhães		Ir. José Ribeiro
4	1967			3			3	P. Joaquim Abranches	P. José Maria Marques	P. Fernando José de Magalhães		
5	1968			2			2	P. João Valente Cabral	P. José Maria Marques			
6	1969	P. João Valente Cabral	08-09-1967	3			3	P. João Valente Cabral	P. José Maria Marques	P. José Marques Pinto		
7	1970			2	1		3	P. João Valente Cabral	P. José Maria Marques			Ir. Albano Coelho
8	1971			3			3	P. João Valente Cabral	P. José Maria Marques	P. Domingos Madeiro		
9	1972			2	1		3	P. João Valente Cabral		P. Domingos Madeiro		Ir. Fernando de Oliveira
10	1973		15-11-1972	2	1		3	P. João Valente Cabral	P. Miguel Novais			Ir. Fernando de Oliveira
11	1974	P. Miguel Novais					0					
12	1975						0					
13	1976			1			1	P. Ezequiel Pedro Gwembe				
14	1977			1			1	P. Ezequiel Pedro Gwembe				
15	1978			1			1	P. Ezequiel Pedro Gwembe				
16	1979			2			2	P. João Valente Cabral	P. Cirilo Moisés Mateus			
17	1980			2			2	P. João Valente Cabral	P. Cirilo Moisés Mateus			
18	1981			2			2	P. Sílvio Moreira	P. Cirilo Moisés Mateus			
19	1982			2			2	P. Sílvio Moreira	P. Cirilo Moisés Mateus			
20	1983		18-12-1983	2	1		3	P. Sílvio Moreira	P. Francisco Augusto da Cruz Correia			Ir. Júlio Silvério Guidione
21	1984			3	1		4	P. Sílvio Moreira	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	P. António José Coelho		Ir. Júlio Silvério Guidione
22	1985	P. António José Coelho		2	1		3	P. António José Coelho	P. Ezequiel Pedro Gwembe			Ir. Júlio Silvério Guidione
23	1986			3	1		4	P. António José Coelho	P. Ezequiel Pedro Gwembe	P. Cirilo Moisés Mateus		Ir. Albano Agulha
24	1987			4	1		5	P. António José Coelho	P. Ezequiel Pedro Gwembe	P. Cirilo Moisés Mateus	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	Ir. Albano Agulha

25	1988			5			5	P. António José Coelho	P. Ezequiel Pedro Gwembe	P. Cirilo Moisés Mateus	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	
											P. Joaquim Barata	
26	1989			4			4	P. António José Coelho	P. José dos Santos	P. Cirilo Moisés Mateus	P. Joaquim Barata	
27	1990			6			6	P. António José Coelho	P. José dos Santos	P. Cirilo Moisés Mateus	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	
										P. Joaquim Barata	P. Carlos Giovanni Salomão	
28	1991	P. Ezequiel Pedro Gwembe	09-06-1991	7			7	P. António José Coelho	P. José dos Santos	P. Cirilo Moisés Mateus	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	
									P. Joaquim Barata	P. Carlos Giovanni Salomão	P. Ezequiel Pedro Gwembe	
29	1992			7			7	P. Manuel Ferreira	P. José dos Santos	P. Cirilo Moisés Mateus	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	
									P. Joaquim Barata	P. Carlos Giovanni Salomão	P. Ezequiel Pedro Gwembe	
30	1993	P. António José Coelho	09-10-1993	4	1		5	P. Manuel Ferreira	P. Ezequiel Pedro Gwembe	P. Cirilo Moisés Mateus	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	Ir. Joaquim Camilo Neto
31	1994			4	1		5	P. Manuel Ferreira	P. António José Coelho	P. José Augusto Alves de Sousa	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	Ir. Joaquim Camilo Neto
32	1995			6			6	P. Manuel Ferreira	P. António José Coelho	P. José Augusto Alves de Sousa	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	
										P. Richard Guerrera	P. Ezequiel Pedro Gwembe	
33	1996			4	1		5	P. Manuel Ferreira	P. António José Coelho	P. José Augusto Alves de Sousa	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	Ir. João Domingos Soares
34	1997			5			5	P. Hugo Inacio Bersch	P. António José Coelho	P. José Augusto Alves de Sousa	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	
											P. Michael Schultheis	
35	1998			5			5	P. Manuel Ferreira	P. António José Coelho*SP	P. José Augusto Alves de Sousa	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	
											P. Luís Ferdinando Costa e Silva	
36	1999			4			4	P. Manuel Ferreira	P. Luís Ferdinando Costa e Silva	P. José Augusto Alves de Sousa	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	
37	2000			4			4	P. Manuel Ferreira	P. Luís Ferdinando Costa e Silva	P. Cirilo Moisés Mateus	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	
38	2001	P. Carlos Giovanni Salomão	02-02-2001	3			3	P. Manuel Ferreira		P. Cirilo Moisés Mateus	P. Carlos Giovanni Salomão	
39	2002			3	1		4	P. Manuel Ferreira		P. Carlos Giovanni Salomão	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	Ir. Isaba Pedro
40	2003	P. José Augusto Alves de Sousa	01-01-2003	3	1		4	P. Carlos Giovanni Salomão		P. José Augusto Alves de Sousa	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	Ir. Júlio Silvério Guidione
41	2004			4	1		5	P. Carlos Giovanni Salomão	P. Alberto Pedro Maquia	P. José Augusto Alves de Sousa	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	Ir. Júlio Silvério Guidione
42	2005	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	15-06-2005	3	1		4	P. Carlos Giovanni Salomão		P. Mário José de Almeida	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	Ir. Júlio Silvério Guidione
43	2006			3	1		4	P. Carlos Giovanni Salomão		P. Mário José de Almeida	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	Ir. Júlio Silvério Guidione
44	2007			2	1	1	4	P. Carlos Giovanni Salomão			P. Francisco Augusto da Cruz Correia	Ir. Júlio Silvério Guidione
												Esc. McDade Pedro
45	2008			3	1		4	P. Carlos Giovanni Salomão		P. Miroslaw Andrzej Matyja	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	Ir. Júlio Silvério Guidione
46	2009			3	1		4	P. Virgílio de Arimateia Domingos		P. Miroslaw Andrzej Matyja	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	Ir. Júlio Silvério Guidione
47	2010	Roberto Augusto Albuquerque	31-05-2010	3	1		4	P. Virgílio de Arimateia Domingos	P. Piazza Clodoveo	P. Chanterie Frans	P. Francisco Augusto da Cruz Correia	Ir. Júlio Silvério Guidione
48	2011			3	1	1	5	P. Virgílio de Arimateia Domingos	P. Roberto Augusto Albuquerque	P. Chanterie Frans		Ir. Júlio Silvério Guidione
												Esc. Augusto Cesar Pedro Jó

Quadro 13: **Fonte: Catálogos da Companhia de Jesus (1964-2011)** **Elaborado por Eusébio A.Pedro (MHRIC-UP-Porto-2013)**

Apêndice 1/G e H. Padres, Irmãos e Escolásticos, residentes na Missão de Cristo Rei - Mpenha (1963-2011) e Banga (1966-1971)

Missão de Cristo Rei - Mpenha (1963-2011) e Banga (1966-1971)											
Nr de anos	Área Pastoral										
		Superior	Mandato	PP	Coadj	Esc	Total	Nomes de Padres (PP)			
	Ano										
0	1963	P. David Ferreira da Silva		1			1	P. David Ferreira da Silva			
1	1964	P. David Ferreira da Silva		1			1	P. David Ferreira da Silva			
2	1965	P. David Ferreira da Silva		1			1	P. David Ferreira da Silva			
3	1966	P. Teodoro Gome Rebelo		1			1	P. Teodoro Gome Rebelo			
4	1967	P. Teodoro Gome Rebelo		1			1	P. Teodoro Gome Rebelo			
5	1968	P. Teodoro Gome Rebelo		1			1	P. Teodoro Gome Rebelo			
6	1969	P. Teodoro Gome Rebelo		1			1	P. Teodoro Gome Rebelo			
7	1970	P. Teodoro Gome Rebelo		1			1	P. Teodoro Gome Rebelo			
8	1971	P. Teodoro Gome Rebelo		1			1	P. Teodoro Gome Rebelo			
9	1972	P. Estevão Luís Jardim		1			1	P. Estevão Luís Jardim			
10	1973	P. Estevão Luís Jardim		1				P. Estevão Luís Jardim			
11	1974	P. Teodoro Gome Rebelo		1				P. Teodoro Gome Rebelo			
12	1975	P. Teodoro Gome Rebelo		1				P. Teodoro Gome Rebelo			
13	1976	P. Teodoro Gome Rebelo		1				P. Teodoro Gome Rebelo			
14	1977	P. Teodoro Gome Rebelo		1				P. Teodoro Gome Rebelo			
15	1978	P. Teodoro Gome Rebelo		1				P. Teodoro Gome Rebelo			
16	1979	P. Teodoro Gome Rebelo		1				P. Teodoro Gome Rebelo			
17	1980	P. Teodoro Gome Rebelo		1				P. Teodoro Gome Rebelo			
18	1981	P. Teodoro Gome Rebelo		1				P. Teodoro Gome Rebelo			
19	1982	P. Teodoro Gome Rebelo		1				P. Teodoro Gome Rebelo			
20	1983	P. Teodoro Gome Rebelo		1				P. Teodoro Gome Rebelo			
21	1984	P. Teodoro Gome Rebelo		1				P. Teodoro Gome Rebelo			
22	1985	P. Teodoro Gome Rebelo		1				P. Teodoro Gome Rebelo			

Quadro 14: Fonte: Catálogos da Companhia de Jesus (1964-2011) Elaborado por Eusébio A. Pedro (MHRIC-UP-Porto, 2013)

Estação Missionária João de Brito - Banga – 1966											
3	1966	P. David Ferreira da Silva		1			1	P. David Ferreira da Silva			
4	1967	P. David Ferreira da Silva		1			1	P. David Ferreira da Silva			
5	1968	P. João De Deus G. Kamtedza		1			1	P. João De Deus G. Kamtedza			
6	1969	P. João De Deus G. Kamtedza		1			1	P. João De Deus G. Kamtedza			
7	1970	P. João De Deus G. Kamtedza		1			1	P. João De Deus G. Kamtedza			
8	1971	P. João De Deus G. Kamtedza		1			1	P. João De Deus G. Kamtedza			

Quadro 15: Fonte: Catálogos da Companhia de Jesus (1964-2011) Elaborado por Eusébio A. Pedro (MHRIC-UP-Porto, 2013)

Apêndice 1/I. Padres, Irmãos e Escolásticos, residentes na Missão de Zóbue e Ganya (1966-1993)

Missão de Nº Sª da Conceição do Zóbue (1966-1976)														
Nr de anos	Área Pastoral / Ano	Superior	Mandato	PP	Coadj	Esc	Total	Nomes de Padres (PP)				Nomes de Irmãos (Coadj.)		
1	1966	P. David Ferreira da Silva		1			1	P. David Ferreira da Silva						
2	1967	P. David Ferreira da Silva		2	1		3	P. David Ferreira da Silva	P. Manuel Agostinho			Ir. Manuel Rodrigues		
3	1968	P. Alfredo João Peixoto	01-08-1967	8	2	4	14	P. Alfredo João Peixoto	P. Manuel Gama	P. Abel Paulo Guerra	P. Augusto Pinto	Ir. José Carvalho de Lima	Ir. Manuel Rodrigues	Esc. José Rodrigues Costa Pinto
								P. Luciano Ribeiro	P. Manuel Marques	P. Raúl Sarreira	P. Manuel Agostinho	Esc. Francisco Augusto Correia	Manuel Duarte Ribeiro	P. Sílvio Moreira
4	1969	P. Luís Gonçalves F. da Silva	29-09-1968	6	4	2	12	P. Luís Gonçalves F. da Silva	P. Manuel Gama	P. Abel Paulo Guerra	P. Manuel Marques	Ir. Manuel Rodrigues	Ir. Gregório Augusto	Ir. José Coelho
										P. Manuel Agostinho	P. Augusto Pinto	Ir. José Lima	Esc. José Rodrigues Costa Pinto	Esc. Francisco Augusto Correia
5	1970			5	4	2	11	P. Luís Gonçalves F. da Silva	P. Manuel Agostinho	P. Abel Paulo Guerra	P. Manuel Marques	Ir. Manuel Rodrigues	Ir. Julio Silvério Guirione	Ir. José Coelho
											P. Augusto Pinto	Ir. José Carvalho de Lima	Esc. José Rodrigues Costa Pinto	Esc. Francisco Augusto Correia
6	1971			6	4	2	12	P. Luís Gonçalves F. da Silva	P. Manuel Gama	P. Abel Paulo Guerra	P. José Marques Pinto	Ir. Manuel Rodrigues	Ir. José Coelho	Ir. José Lima
										P. Manuel Marques	P. Manuel Agostinho	Ir. José Ribeiro	Esc. Casimiro Gaspar	Esc. Americo Mendes
7	1972			6	3	2	11	P. Luís Gonçalves F. da Silva	P. Manuel Gama	P. Antonio Garcia	P. Manuel Marques	Ir. José Coelho	Ir. José Lima	Ir. José Ribeiro
										P. Agostinho Manuel	P. Augusto Pinto		Esc. Casimiro Gaspar	Esc. Americo Mendes
8	1973	P. Manuel Marques	01-01-1973	7	3	1	11	P. Sílvio Moreira	P. Manuel Gama	P. Antonio Garcia	P. Manuel Gama de Oliveira	Ir. José Coelho	Ir. José Carvalho de Lima	Ir. José Ribeiro
									P. Augusto Pinto	P. Agostinho Manuel	P. Manuel Marques			Esc. Americo Mendes
9	1974			7	3		10	P. Sílvio Moreira	P. Manuel Gama de Oliveira	P. Antonio Garcia	P. Manuel Marques	Ir. José Coelho	Ir. José Carvalho de Lima	Ir. José Ribeiro

										P. Rogério Teixeira	P. César Cavaleiro	P. Agostinho Manuel				
10	1975			6	3		**9**		P. Sílvio Moreira	P. Manuel Gama	P. Rogério Teixeira P. César Cavaleiro	P. Manuel Marques P. Agostinho Manuel		Ir. José Coelho	Ir. José Carvalho de Lima	Ir. José Ribeiro
11	1976			5	2		**7**		P. Sílvio Moreira	P. Manuel Gama	P. Rogério Teixeira	P. César Cavaleiro P. Manuel Agostinho		Ir. José Coelho	Ir. José Carvalho de Lima	
Paróquia Santa Ana – Ganya- Ntcheu e Dedza - Malawi (1989-1993)																
Nr de anos		Paróquia								Ensino e Pastoral aos Refugiados (JRS)						
	Ano	Superior	Mandato	PP	Coadj	Esc	Total	Obs.		Padres						
0	1989	Domingos Isaac Mlauzi	13-11-1989	3			**3**		Domingos Isaac Mlauzi	Vicente M. Salvador Ferrão	Luís Abílio Gonçalves					
1	1990			3			**3**		Domingos Isaac Mlauzi	Vicente M. Salvador Ferrão	Luís Abílio Gonçalves					
2	1991			3			**3**		Domingos Isaac Mlauzi	Vicente M. Salvador Ferrão	Luís Abílio Gonçalves					
3	1992	Luís Abílio Gonçalves	13-11-1990?	3			**3**		Domingos Isaac Mlauzi	Vicente M. Salvador Ferrão	Luís Abílio Gonçalves					
4	1993	Luís Abílio Gonçalves	13-11-1990?	5		1	**6**		Domingos Isaac Mlauzi	Vicente M. Salvador Ferrão	Luís Abílio Gonçalves	Michael Schulteis		P. Richard Guerrera	Esc. José Ignacio Garcia Jimenez	

Quadro 16: Fonte: Catálogos da Companhia de Jesus (1964-2011) Eusébio A. Pedro (MHRIC-UP-Porto, 2013)

Apêndice 1/J e K. Padres, Irmãos e Escolásticos, residentes nas Missões de São Benedito e Lichinga (1972-2004)

Missão de S. Benedito - Beira (1972-)															
Anos	Ano	Superior	Mandato	PP	Coadj	Esc	Total	Obs.		Nomes de Padres e Irmãos					
0	1971	P. Arnaldo Gomes de Lacerda					**0**		P. Arnaldo Gomes de Lacerda						
1	1972						**0**		P. Arnaldo Gomes de Lacerda						
2	1973		01-12-1971	2	2		**4**		P. Arnaldo Gomes de Lacerda		P. Abel Paulo Guerra			Ir. Neves dos Santos Simeão	Esc. Francisco Massora
3	1974			3	1	1	**5**		P. Arnaldo Gomes de Lacerda		P. Abel Paulo Guerra	P. Manuel Ferreira			Esc. Francisco Massora
4	1975			2	1	3	**6**		P. Arnaldo Gomes de Lacerda	João da Silva Ataíde	P. Manuel Serra Ferreira	Ir. Neves dos Santos Simeão		Nov. Antonio Rafael	Ir. Chico Caetano José Madeira
5	1976			3	1		**4**		P. Arnaldo Gomes de Lacerda		P. Manuel Serra Ferreira	Cabral João Valente		Ir. Neves dos Santos Simeão	
6	1977			1	1		**2**		P. Manuel Ferreira					Ir. Neves dos Santos Simeão	
7	1978			1	1		**2**		P. Manuel Ferreira					Ir. Neves dos Santos Simeão	

8	1979			1	1		**2**		P. Manuel Ferreira					Ir. Neves dos Santos Simeão	
Missão de S. José de Lichinga (1972-2004)															
0	1972	D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva	17-12-1972							D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva					
1	1973			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva					
2	1974			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva					
3	1975			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva					
4	1976			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva					
5	1977			3			**3**		P. Cesar Cavaleiro	D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva	P. Estevao Jardim	Ir. José Ormonde			
6	1978			3			**3**		P. Cesar Cavaleiro	D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva	P. Estevao Jardim	Ir. José Ormonde			
7	1979			3			**3**		P. Cesar Cavaleiro	D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. José Ormonde			
8	1980			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. José Ormonde			
9	1981			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. José Ormonde			
10	1982			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. José Ormonde			
11	1983			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. José Ormonde			
12	1984			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
13	1985			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
14	1986			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
15	1987			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
16	1988			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
17	1989			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
18	1990			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
19	1991			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
20	1992			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
21	1993			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
22	1994			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
23	1995			2			**2**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes		Ir. Breilh Fernando	
24	1996			4			**4**		P. Richard Guerrera	D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes		Ir. Breilh Fernando	
25	1997			4			**4**		P. Richard Guerrera	D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes		Ir. Breilh Fernando	
26	1998			3			**3**		P. Richard Guerrera	D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
27	1999			3			**3**		P. Richard Guerrera	D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
28	2000			3			**3**		P. Richard Guerrera	D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
29	2001			3			**3**		P. Richard Guerrera	D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		Ir. Abílio Nunes			
30	2002			2			**2**		P. Richard Guerrera	D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva					
31	2003			1			**1**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva					
32	2004			1			**1**			D. Luís Gonzaga Ferreira da Silva					
Quadro 17:									Fonte: Catálogos da Companhia de Jesus (1964-2011)			Elaborado por Eusébio A. Pedro (MHRIC-UP-Porto, 2013)			

Apêndice 1/L. Padres, Irmãos e Escolásticos, residentes na Nª Sª de Fátima (1965-2011)

Paróquia de Nª Sª de Fátima- Beira (1952-1989)															
Áreas	Residência /Matacuane/							Munhava						Macuti	
Ano	Superior		Padres	Coadj	Esc	Total	Obs.	Membro	Membros						
1952	P. Ernesto Domingos			1		**1**			P. Ernesto Domingos						
1953		11-02-1953		1		**1**			P. Ernesto Domingos	P. José dos Santos		Ir. José da Lomba			
1954			2	1		**3**			P. José Amantino Ferreira	P. Ernesto Domingos (SP)		Ir. José da Lomba			
1955	P. José Bernardo Gonçalves	08-12-1954	3	1		**4**			P. José Amantino Ferreira	P. José dos Santos	P. José Bernardo Gonçalves	Ir. José da Lomba			
1956			3			**3**			P. José Amantino Ferreira	P. José dos Santos	P. José Bernardo Gonçalves				
1957			3			**3**			P. José Amantino Ferreira	P. José dos Santos	P. José Bernardo Gonçalves				
1958			3			**3**			P. Luís Gonzaga Ferreira da Silva		P. José Bernardo Gonçalves	P. José dos Santos			
1959	P. Joaquim Leão	03-12-1958	4			**4**			P. Luís Gonzaga Ferreira da Silva	P. Joaquim Leão	P. José Bernardo Gonçalves	P. José dos Santos			
1960			4			**4**			P. Luís Gonzaga Ferreira da Silva	P. Joaquim Leão	P. José Bernardo Gonçalves	P. José dos Santos			
1961			4			**4**			P. Luís Gonzaga Ferreira da Silva	P. Joaquim Leão	P. José Bernardo Gonçalves	P. José dos Santos			
1962			5	1		**6**			P. José Vicente Martins	P. Joaquim Leão	P. José Bernardo Gonçalves	P. Manuel Gama		Esc. José Ribeiro	P. José dos Santos
1963	P. Joaquim Abranches	07-10-1963	5			**5**			P. José Marques	P. Joaquim Abranches	P. José Bernardo Gonçalves	P. Manuel Gama			P. José dos Santos
1964			5			**5**			P. Manuel Marques	P. Joaquim Abranches	P. José Bernardo Gonçalves	P. Manuel Gama		Ir. José Manuel Dias	P. Arnaldo Augusto de Lacerda
1965		01-10-1964	3	1		**4**					P. José Bernardo Gonçalves	P. Manuel Gama		Ir. José Manuel Dias	P. Pascais Antonio de Frias
1966			3	1		**4**					P. José Bernardo Gonçalves	P. Manuel Gama		Ir. Cirus Justino	P. Pascais Antonio de Frias
1967	P. Fernando Vasco	08-12-1967	3	1		**4**			P. Fernando Vasco			P. Manuel Gama		Ir. José Ribeiro	P. Joaquim Barata
1968			3	1		**4**			P. Fernando Vasco		P. Joaquim Barata	P. Joaquim Leão		Ir. José Ribeiro	Nov. Alexandre Faite
1969			4			**4**			P. Fernando Vasco		P. Joaquim Barata	P. Joaquim Leão		Ir. José Ribeiro	
1970			3	2		**5**			P. Fernando Vasco		P. Joaquim Barata	P. Joaquim Leão		Ir. José Ribeiro	Ir. Fernando de Oliveira
1971			4	1		**5**			P. Fernando Vasco	P. João Francisco Caldentey	P. Joaquim Barata	P. Joaquim Leão		Ir. José Manuel Dias	
1972	P. Joaquim Leão		5	1		**6**			P. Fernando Vasco	P. João Francisco Caldentey	P. Paulo Eufrasio	P. Joaquim Leão		Ir. José Manuel Dias	P. José Augusto A. de Sousa
1973			5	1		**6**			P. Fernando Vasco	P. João Francisco Caldentey	P. Paulo Eufrasio	P. Joaquim Leão		Ir. José Manuel Dias	P. José Augusto A. de Sousa
1974			5	1		**6**			P. José Ribeiro	P. João Francisco Caldentey	P. Paulo Eufrasio	P. Joaquim Leão		Ir. José Manuel Dias	Ir. Ormonde José LCN
									P. Miguel Novais Nzré	P. Cirilo Moises Mateus (LCN)	P. José Augusto A. de Sousa Nzré	P. João Valente Cabral NPL			
1975			5	1		**6**			P. José Ribeiro	P. João Francisco Caldentey	P. Paulo Eufrasio	P. João Valente Cabral		Ir. José Manuel Dias	Ir. Ormonde José LCN
									P. Miguel Novais Nzré	P. Cirilo Moises Mateus (LCN)	P. José Augusto A. de Sousa	P. Joaquim Leão			

1976	P. Vital Dias Pereira								P. Marino Areias					
1977	P. Luís Abílio Gonçalves													
1978	P. Luís Abílio Gonçalves													
1979	P. José dos Santos								P. José dos Santos					
1980									P. José dos Santos					
1981									P. José dos Santos					
1982									P. José dos Santos					
1983									P. José dos Santos					
1984									P. José dos Santos					
1985									P. José dos Santos					
1986									P. José dos Santos					
1987									P. José dos Santos					
1988									P. José dos Santos					
1989	Domingos José da Silva								P. Domingos José da Silva					
Quadro 18:											Fonte: Catálogos da Companhia de Jesus (1964-2011)		Elaborado por Eusébio A. Pedro (MHRIC-UP-Porto, 2013)	

Apêndice 1/M e N. Lista de Padres, Irmãos e Escolásticos, por ano, que viveram em Matacuane e em Quelimane (1963-2011)

	Paróquia de São Baptista de Matacuane (1963-2011)														
Nr de anos	**Áreas de Intervenção**														
	Ano	Superior	Mandato	PP	Coadj	Esc	Total	Obs.		Nomes de Padres (PP) e de Irmãos (Coadj.)					
0	1963			1			**1**		P. José dos Santos						
1	1964			2			**2**		P. Arnaldo Augusto de Lacerda	P. Manuel Marques					
2	1965			2			**2**		P. Arnaldo Augusto de Lacerda	P. Manuel Marques					
3	1966			2			**2**		P. Arnaldo Augusto de Lacerda	P. Manuel Marques					
4	1967			2			**2**		P. Arnaldo Augusto de Lacerda	P. Manuel Marques					
5	1968			3			**3**		P. Arnaldo Augusto de Lacerda	P. Antonio Garcia	P. Manuel Fidalgo				
6	1969			2			**2**		P. Arnaldo Augusto de Lacerda	P. Manuel Marques					
7	1970			2	1		**3**		P. Arnaldo Augusto de Lacerda	P. Antonio Garcia	Ir. José Manuel Malvar				
8	1971			2	1		**3**		P. Arnaldo Augusto de Lacerda	P. Fernando Baptista da Maia	Ir. Fernando de Oliveira				
9	1972			2			**2**		P. Arnaldo Augusto de Lacerda	P. Fernando Baptista da Maia	P. José Maria Marques				
10	1973			2			**2**			P. Fernando Baptista da Maia	P. José Maria Marques				

11	1974			2			2			P. Fernando Baptista da Maia	P. José Maria Marques				
12	1975			2			2			P. José Afonso Marques Pinto	P. José Maria Marques				
13	1976			2			2			P. Arnaldo Gomes de Lacerda	P. Pinto José Afonso Marques				
Paróquia do Nª Sª do Lavramento de Quelimane (1963-1978)															
Area da Pastoral	Ano	Superior	Mandato	PP	Coadj	Esc	Total	Obs.		Nomes de Padres (PP)					
0	1963	P. Faustino Rodrigues		3			3		P. José dos Santos	P. Manuel Gama	P. José Vicente Martins				
1	1964			2			2		P. José dos Santos		P. Faustino Rodrigues				
2	1965			2			2		P. José dos Santos		P. Faustino Rodrigues				
3	1966			2			2		P. José dos Santos		P. Abel Paulo Guerra				
4	1967			3			3		P. José dos Santos	P. Pascoal António de Frias	P. Abel Paulo Guerra				
5	1968	P. José dos Santos	08-09-1968	3			3		P. José dos Santos	P. Pascoal António de Frias	P. Albino Esteves				
6	1969			3			3		P. José dos Santos	P. Pascoal António de Frias	P. Albino Esteves				
7	1970			3			3		P. José dos Santos	P. Pascoal António de Frias	P. Albino Esteves				
8	1971	P. Teixeira Duarte	01-11-1971	5			5		P. Antonio José Coelho	P. José dos Santos	P. Pascoal António de Frias	P. Albino Esteves		P. Teixeira Duarte	
9	1972			3			3		P. Antonio José Coelho	P. Pascoal António de Frias	P. Teixeira Duarte				
10	1973			3			3		P. Norberto José Lino	P. Pascoal António de Frias	P. Teixeira Duarte				
11	1974			2			2		P. Norberto José Lino		P. Teixeira Duarte				
12	1975	P. Antonio José Coelho		5			5		P. Antonio José Coelho	P. José Luís G. Neto	P. P. Fernando Baptista da Mata	P. Norberto José Lino		P. Teixeira Duarte	
13	1976			2			2		P. Antonio José Coelho	P. José Luís G. Neto					
14	1977			1			1		P. Antonio José Coelho						
15	1978			1			1		P. Antonio José Coelho						
Quadro 19:										**Fonte: Catálogos da Companhia de Jesus (1964-2011)**				**Elaborado por**	Eusébio A. Pedro (MHRIC-UP-Porto, 2013)

Apêndice 2: Tabelas de dados com número de professores, alunos, catequistas, catecúmentos e freiras nas missões Jesuíticas em Moçambique

Apêndice 2/A. Tabela 1: A evangelização e o Ensino na Missão de Lifidzi (1941-1975)

Tabela 10: A evangelização e o Ensino na Missão de Lifidzi (1941-1975)																					
Lifidzi		Professores			Alunos						Evangelização							Ensino		
					Internos			Externos			Catecúmenos			Catequistas			Freiras	Resumo		
Nr de anos	Ano	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM		Alunos	Professores	Rácio Prof/aluno
0	1941			0			0			0			0			0		0	0	###
1	1942			0			0			0			0			0		0	0	###
2	1943	5		5	20		20			0	213	319	532	2		2		554	7	79
3	1944	7		7	31		31			0	200	328	528	27	9	36		595	43	14
4	1945	10	1	11	56	12	68			0	235	673	908	27	9	36		1012	47	22
5	1946	10	1	11	56	14	70			0	1098	1439	2537	27	9	36		2643	47	56
6	1947	11	2	13	67	14	81			0	1099	1453	2552	20	8	28		2661	41	65
7	1948	12	2	14	80	16	96			0	980	1397	2377	24	9	33		2506	47	53
8	1949	11	2	13	90	16	106			0	508	759	1267	24	9	33		1406	46	31
9	1950	11	1	12	80	13	93			0	2315	2674	4989	25	9	34		5116	46	111
10	1951	12	4	16	80	12	92			0	2764	402	3166	25	9	34		3292	50	66
11	1952	13	2	15	85	25	110			0	1438	1540	2978	30	9	39	6	3127	54	58
12	1953	13	2	15	98	26	124			0	1285	1415	2700	40	9	49	6	2873	64	45
13	1954	13	3	16	98	27	125			0	1439	1812	3251	40	9	49	7	3425	65	53
14	1955	13	1	14	108	22	130			0	1892	874	2766	40	9	49	6	2945	63	47
15	1956	15	6	21	108	90	198			0	2843	3878	6721	40	9	49	6	6968	70	100
16	1957	15	9	24	108	29	137			0	2836	1283	4119	40	9	49	7	4305	73	59
17	1958	15	9	24	108	13	121			0	3948	2315	6263	40	9	49	6	6433	73	88
18	1959	16	9	25	80	15	95			0	1384	2017	3401	40	9	49	6	3545	74	48
19	1960	15	9	24	63	20	83	30	15	45	2946	2204	5150	40	9	49	6	5327	73	73
20	1961	19	9	28	80	25	105	30	12	42	7093	1044	8137	40	8	48	6	8332	76	110
21	1962	12	7	19	120	55	175	32	10	42	2570	3144	5714	40		40	8	5971	59	101
22	1963	7	5	12	138	51	189	37	17	54	868	1115	1983	35	3	38	9	2264	50	45
23	1964	12	4	16	142	72	214	90	24	114	684	802	1486	35	6	41	8	1855	57	33
24	1965	49	4	53	93	82	175	125	14	139	612	721	1333	20	8	28	9	1675	81	21
25	1966	49	4	53	112	110	222	220	107	327	1037	1723	2760	21		21	9	3330	74	45
26	1967	37	7	44	107	108	215	238	123	361	2100	1285	3385	15		15	7	3976	59	67
27	1968	18	6	24	100	90	190	231	43	274	494	519	1013	2		2	6	1479	26	57
28	1969	20	3	23	118	92	210	195	97	292	501	420	921	2		2	6	1425	25	57
29	1970	15	5	20	135	105	240	89	82	171	530	442	972	2		2	7	1385	22	63
30	1971	16	5	21	151	94	245	98	80	178	586	435	1021	2		2	6	1446	23	63
31	1972	12	6	18	12	11	23	91	88	179	264	66	330	3		3	10	535	21	25
32	1973	11	8	19	35	10	45	125	88	213	364	156	520	3		3	10	781	22	36
33	1974	30	9	39	43	12	55	146	91	237	763	338	1101	7		7	9	1400	46	30
34	1975	26	12	38	49	16	65	160	96	256	1280	430	1710	7		7	7	2038	45	45
35	1976			0			0			0			0	7		7	3			

Fontes: Catálogos da Companhia de Jesus 1941-1976, Correspondências entre os Missionários da Zambézia (Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1942-1967; Ecos da Província de Portugal, Revista Missões 1956-1965, Arquivos Pessoais de antigos Catequistas-Professores das Missões de Lifidzi, Fonte Boa e Boroma.

Apêndice 2/B. Tabela 2: A evangelização e o Ensino na Missão de Boroma (1943-1966)

Tabela 2: A evangelização e o Ensino na Missão de Boroma (1943-1966)

Boroma		Professores			Alunos									Evangelização							Ensino		
					Internos			Externos			EHPIH			Catecúmenos			Catequistas			Religiosas	Resumo		
Nr de anos	Ano	O	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM		Alunos	Professores	Rác o Prof/aluno
0	1941			0			0			0			0			0			0		0	0	####
1	1942			0			0			0			0			0			0		0	0	####
2	1943			0			0			0			0			0			0		0	0	####
3	1944			0			0			0			0			0			0		0	0	####
4	1945	1		1	20		20			0			0			0			0		20	1	20,0
5	1946	1		1	20		20			0			0			0			0		20	1	20,0
6	1947	1		1	20		20			0			0			0			0		20	1	20,0
7	1948	1		1	21		21			0			0			0			0		21	1	21,0
8	1949	7	2	9	30		30			0			0			0			0		30	9	3,3
9	1950	1		1	48		48			0			0			0			0		48	1	48,0
10	1951	1		1	55		55			0			0			0			0		55	1	55,0
11	1952	1		1	58		58			0			0			0			0		58	1	58,0
12	1953	1		1	54		54			0			0			0			0		54	1	54,0
13	1954	1		1	21		21	95		95	105		105			0			0		221	1	221,0
14	1955	1		1	21		21	95		95	93		93			0			0		209	1	209,0
15	1956	1		1	21		21	95		95	93		93			0			0		209	1	209,0
16	1957	1		1	21		21	110		110	85		85			0			0		216	1	216,0
17	1958	8		8	64		64	299	226	525	98		98			0	8	3	11		687	19	36,2
18	1959	2		2	63		63	587	320	907	117		117			0	8	2	10		1087	12	90,3
19	1960	10		10	65	102	167	658	387	1045	85		85			0			0		1297	10	129,7
20	1961	10		10	107	110	217	658	250	908	80		80			0	6	4	10	8	1205	20	60,3
21	1962	17		17	118	110	228	1225	127	1352	111		111			0	5	5	10	7	1691	27	62,3
22	1963	16		16	139	108	247	1432	97	1529	157		157			0	5	3	8	9	1933	24	80,5
23	1964	17		17	150	73	223	988	281	1269	172		172			0	7	3	10	9	1664	27	61,6
24	1965	23	1	24	106	70	176	823	218	1041	171	EMEA	171			0	4	2	6	7	1388	30	46,3
25	1966	23	1	24	92		92	823	218	1041	150	85	235			0	4	1	5	7	1368	29	47,2
26	1967	22	3	25	130	94	224	972	215	1187	149	4	153			0	4	1	5	7	1564	30	52,1

Fontes: Catálogos da Companhia de Jesus 1941-1976, Correspondências entre os Missionários da Zambézia (Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1942 -1967; Ecos da Província de Portugal, Revista Missões 1956-1965, Arquivos Pessoais de antigos Catequistas-Professores das Missões de Lifidzi, Fonte Boa e Boroma.

Apêndice 2/C. Tabela 3: A evangelização e o Ensino na Missão da Fonte Boa (1945-1975)

Tabela 3: A evangelização e o Ensino na Missão da Fonte Boa (1945-1975)																							
Fonte Boa		Professores			Alunos									Evangelização							Ensino		
					Internos			Externos			Seminaristas			Catecúmenos			Catequistas			Religiosas	Resumo		
Nr de anos	Ano	0	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM		Alunos	Professores	Rácio Prof/aluno
1	1945			0			0			0			0			0			0		0	0	####
2	1946			0			0			0			0			0			0		0	0	####
3	1947	3		3			0			0			0			0	15		15		0	18	0,0
4	1948	4		4			0			0			0			0	20		20		0	24	0,0
5	1949	4		4			0			0			0			0	20		20		0	24	0,0
6	1950	4		4			0			0			0			0	20		20		0	24	0,0
7	1951	4		4			0			0			0			0	20		20		0	24	0,0
8	1952	4		4	13		13			0			0			0	26	2	28		13	32	0,4
9	1953	4		4	19		19			0			0			0	26	2	28		19	32	0,6
10	1954	4		4	35		35			0			0			0	26	2	28		35	32	1,1
11	1955	4		4	35		35			0			0			0	26	2	28		35	32	1,1
12	1956	4		4	35		35			0			0			0	26	2	28		35	32	1,1
13	1957	9		9	60		60			0			0			0	30	1	31		60	40	1,5
14	1958	9		9	60		60			0			0			0	30	1	31		60	40	1,5
15	1959	13		13			0			0			0			0	28	1	29		0	42	0,0
16	1960			0	60	40	100			0			0			0	28	1	29	4	100	29	3,4
17	1961	16		16	75	40	115	219	403	622			0	2946		2946	26	1	27	4	3683	43	85,7
18	1962	17		17	80	53	133	559	485	1044			0	2079		2079	28	3	31	5	3256	48	67,8
19	1963	10		10	100	65	165	683	1001	1684			0			0	14		14	4	1849	24	77,0
20	1964	12		12	449	506	955	815	1217	2032			0			0	16	3	19	5	2987	31	96,4
21	1965	30		30	551	641	1192	792	1152	1944			0			0	18	1	19	5	3136	49	64,0
22	1966	30	3	33	56	171	227	1185	1302	2487			0			0	24		24	4	2714	57	47,6
23	1967	37	4	41	198	94	292	1079	1246	2325	16	Sem	16			0	24		24	5	2633	65	40,5
24	1968	22	7	29	208	118	326	1090	1227	2317	17	Sem	17			0	24		24	5	2660	53	50,2
25	1969	29	7	36	515	400	915	768	706	1474			0			0	24		24	4	2389	60	39,8
26	1970	37	6	43	170	63	233	1284	807	2091			0			0	22		22	4	2324	65	35,8
27	1971	28	13	41	157	41	198	1196	867	2063			0			0	24		24	3	2261	65	34,8
28	1972	36	6	42	128	48	176	1153	772	1925			0			0	22		22	4	2101	64	32,8
29	1973	32	10	42	618	293	911	685	443	1128			0			0	23		23	4	2039	65	31,4
30	1974	33	11	44	1037	353	1390	620	340	960			0			0	17		17	4	2350	61	38,5
31	1975	41	16	57	956	588	1544	537	349	886			0			0	16		16	4	2430	73	33,3
32	1976															0	8		8	4	0	8	0,0

Fontes: Catálogos da Companhia de Jesus 1941-1976, Correspondências entre os Missionários da Zambézia (Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1942-1967; Ecos da Província de Portugal, Revista Missões 1956-1965, Arquivos Pessoais de antigos Catequistas-Professores das Missões de Lifidzi, Fonte Boa e Boroma.

Apêndice 2/D. Tabela 4: A evangelização e o Ensino na Missão de Marara (1947-1964)

Tabela 4: A evangelização e o Ensino na Missão de Marara (1947-1964)																								
Marara		Professores			Alunos									Evangelização							Ensino		
					Internos			Externos			EHPIH			Catecúmenos			Catequistas			Religiosas	Resumo		
Nr de anos	Ano	D	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM		Alunos	Professores	Rácio Prof/aluno
1	1947			0			0			0			0			0			0		0	0	####
2	1948			0			0			0			0			0			0		0	0	####
3	1949			0			0			0			0			0			0		0	0	####
4	1950			0			0			0			0			0			0		0	0	####
5	1951			0			0			0			0			0			0		0	0	####
6	1952			0			0			0			0			0			0		0	0	####
7	1953			0			0			0			0			0			0		0	0	####
8	1954			0			0			0			0			0			0		0	0	####
9	1955			0			0			0			0			0			0		0	0	####
10	1956			0			0			0			0			0			0		0	0	####
11	1957	3		3	60		60	120	38	158			0	152	56	208	3	1	4		426	7	60,9
12	1958	4	1	5	60		60	120	97	217			0	160	56	216	3	1	4		493	9	54,8
13	1959	3	1	4	60		60	119	209	328			0	187	303	490	11	8	19		878	23	38,2
14	1960	9	2	11	63		63	578	218	796			0	591	269	860	11	3	14		1719	25	68,8
15	1961	9	2	11	80		80	488	337	825			0	376	390	766	9	3	12		1671	23	72,7
16	1962	10	1	11	77		77	506	271	777			0	418	290	708	9	3	12		1562	23	67,9
17	1963	10	1	11	80		80	516	245	761			0	487	265	752	9	3	12		1593	23	69,3
18	1964	10	2	12	80		80	516	245	761			0	490	289	779	9	4	13		1620	25	64,8

Fontes: Catálogos da Companhia de Jesus 1941-1976, Correspondências entre os Missionários da Zambézia (Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1942 - 1967; Ecos da Província de Portugal, Revista Missões 1956-1965, Arquivos Pessoais de antigos Catequistas-Professores das Missões de Lifidzi, Fonte Boa e Boroma.

Apêndice 2/E. A evangelização e o Ensino na Missão de Chiritse (1957-1975)

Tabela 5: A evangelização e o Ensino na Missão de Chiritse (1957-1975)																							
Chiritse		Professores			Alunos									Evangelização							Ensino		
					Internos			Externos			EHPIH			Catecúmenos			Catequistas			Religiosas	Resumo		
Nr de anos	Ano	0	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM		Alunos	Professores	Rácio Prof/aluno
0	1957			0			0			0			0			0			0		0	0	####
1	1958	14		14			0	1038		1038			0	1049		1049			0		2087	14	149,1
2	1959	14		14			0	1038		1038			0	1049		1049	12		12		2087	26	80,3
3	1960	16		16	12		12	895	442	1337			0	631		631	12		12		1980	28	70,7
4	1961	17		17	12	19	31	955	460	1415			0	616		616	12		12		2062	29	71,1
5	1962	19		19	65		65	991	430	1421			0	619		619	12		12		2105	31	67,9
6	1963	19		19	140		140	785	302	1087			0	689	406	1095	16	2	18		2322	37	62,8
7	1964	20		20	92		92	862	337	1199			0	321	207	528	16	2	18		1819	38	47,9
8	1965	21		21	97		97	1064	373	1437			0	233	101	334	16	1	17		1868	38	49,2
9	1966	21		21	97		97	1064	373	1437			0	233	101	334	16	1	17		1868	38	49,2
10	1967	28		28	100		100	1373	620	1993			0	277	107	384	6	1	7		2477	35	70,8
11	1968	31	1	32	149		149	1570	625	2195			0	125	76	201			0		2545	32	79,5
12	1969	31	2	33	149		149	1879	234	2113			0	294	268	562	7		7		2824	40	70,6
13	1970	31	4	35	140	6	146	1141	629	1770			0	1151	415	1566	4		4		3482	39	89,3
14	1971	41	8	49	112	10	122	1820	702	2522			0			0	5		5		2644	54	49,0
15	1972	28	5	33	87	5	92	1085	643	1728			0			0	4		4		1820	37	49,2
16	1973	16	6	22	73	4	77	1000	600	1600			0			0			0		1677	22	76,2
17	1974	21	4	25	56		56	465	420	885			0			0	4		4		941	29	32,4
18	1975	25	4	29	75		75	426	398	824			0			0	9		9		899	38	23,7

Fontes: Catálogos da Companhia de Jesus 1941-1976, Correspondências entre os Missionários da Zambézia (Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1942 -1967; Ecos da Província de Portugal, Revista Missões 1956-1965, Arquivos Pessoais de antigos Catequistas-Professores das Missões de Lifidzi, Fonte Boa e Boroma.

Apêndice 2/F. A evangelização e o Ensino na Estação Missionária de Msaladzi (1963-1975)

Tabela 6: A evangelização e o Ensino na Estação Missionária de Msaladzi (1963-1975)																							
Cristo Rei/Msaladzi		Professores			Alunos									Evangelização							Ensino		
					Internos			Externos			EHPIH			Catecúmenos			Catequistas			Freiras	Resumo		
Nr de anos	Ano	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM		Alunos	Professores	Rácio Prof/aluno
0	1963	4		4			0	414	581	995			0			0	9		9		995	13	76,5
1	1964	6		6			0	252	310	562			0	198	247	445	8		8		1007	14	71,9
2	1965	8		8			0	282	343	625			0	116	116	232	8		8		857	16	53,6
3	1966	8		8			0	368	392	760			0			0	7		7		760	15	50,7
4	1967	8		8			0	389	412	801			0			0	7		7		801	15	53,4
5	1968	9		9			0	392	410	802			0			0	7		7		802	16	50,1
6	1969	9		9	65		65	348	336	684			0			0	7		7		749	16	46,8
7	1970	9		9	70		70	320	286	606			0			0	7		7		676	16	42,3
8	1971	8		8	70		70	300	278	578			0			0	6		6		648	14	46,3
9	1972	9	2	11	63		63	322	258	580			0			0	7		7		643	18	35,7
10	1973	10	2	12	70	15	85	305	253	558			0			0	6		6		643	18	35,7

Fontes: Catálogos da Companhia de Jesus 1941-1976, Correspondências entre os Missionários da Zambézia (Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1942 -1967; Ecos da Província de Portugal, Revista Missões 1956-1965, Arquivos Pessoais de antigos Catequistas-Professores das Missões de Lifidzi, Fonte Boa e Boroma.

Apêndice 2/G. A evangelização e o Ensino na Estação Missionária da Banga (1966-1975)

Tabela 7: A evangelização e o Ensino na Estação Missionária da Banga (1966-1975)

Banga		Professores			Alunos									Evangelização							Ensino		
					Internos			Externos			EHPIH			Catecúmenos			Catequistas			Freiras	Resumo		
Nr de anos	Ano	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM		Alunos	Professores	Rácio Prof/aluno
0	1966	7		7			0	312	381	693			0			0	9		9		693	16	43,3
1	1967	8		8			0	334	402	736			0			0	9		9		736	17	43,3
2	1968	8		8			0	340	395	735			0			0	9		9		735	17	43,2
3	1969	8		8			0	355	370	725			0			0	9		9		725	17	42,6
4	1970	12		12			0	382	203	585			0			0	8		8		585	20	29,3
5	1971	12		12			0	209	177	386			0			0	8		8		386	20	19,3
6	1972	12		12			0	253	217	470			0			0	8		8		470	20	23,5
7	1973	9		9			0	380	190	570			0			0	9		9		570	18	31,7
8	1974	17	2	19			0	620	340	960			0			0	9		9		960	28	34,3
9	1975	18	4	22			0	537	349	886			0			0	8		8		886	30	29,5

Fontes: Catálogos da Companhia de Jesus 1941-1976, Correspondências entre os Missionários da Zambézia (Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1942 -1967; Ecos da Província de Portugal, Revista Missões 1956-1965, Arquivos Pessoais de antigos Catequistas-Professores das Missões de Lifidzi, Fonte Boa e Boroma.

Apêndice 2/H. A evangelização e o Ensino na Missão da Mpenha (1963-1975)

Tabela 8: A evangelização e o Ensino na Missão da Mpenha (1963-1975)

Mpenha		Professores			Alunos									Evangelização							Ensino		
					Internos			Externos			EHPIH			Catecúmenos			Catequistas			Freiras	Resumo		
Nr de anos	Ano	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM		Alunos	Professores	Rácio Prof/aluno
0	1963	4		4	385	537	922			0			0			0	7		7		922	11	83,8
1	1964	6		6	371	513	884			0			0	94	147	241	8		8		1125	14	80,4
2	1965	7		7	298	351	649			0			0	95	162	257	9		9		906	16	56,6

Fontes: Catálogos da Companhia de Jesus 1941-1976, Correspondências entre os Missionários da Zambézia (Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1942 -1967; Ecos da Província de Portugal, Revista Missões 1956-1965, Arquivos Pessoais de antigos Catequistas-Professores das Missões de Lifidzi, Fonte Boa e Boroma.

Apêndice 2/I. A evangelização e o Ensino na Missão do Zóbue (1966-1975)

Tabela 9: A evangelização e o Ensino na Missão do Zóbue (1966-1975)

Zóbue		Professores			Alunos									Evangelização							Ensino		
					Internos			Externos			EHPIH			Catecúmenos			Catequistas			Freiras	Resumo		
Nr de anos	Ano	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM		Alunos	Professores	Rácio Prof/aluno
0	1966			0			0			0			0			0			0		0	0	####
1	1967	12	1	13	547	175	722			0			0			0			0		722	13	55,5
2	1968	13	2	15	203	7	210	562	182	744			0			0	2		2		954	17	56,1
3	1969	12	3	15	103	2	105	570	185	755			0			0	2		2		860	17	50,6
4	1970	13	3	16	141	5	146	650	205	855			0			0	4		4		1001	20	50,1
5	1971	14	4	18	120		120	680	215	895			0			0	5		5		1015	23	44,1
6	1972	14	2	16	94		94	695	224	919			0			0	5		5		1013	21	48,2
7	1973	14	2	16	96		96	650	218	868			0			0	5		5		964	21	45,9
8	1974	8		8	65		65	280	130	410			0			0	5		5	3	475	13	36,5
9	1975	9		9	51		51	370	200	570			0			0	5		5	3	621	14	44,4

Fontes: Catálogos da Companhia de Jesus 1941-1976, Correspondências entre os Missionários da Zambézia (Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1942 -1967; Ecos da Província de Portugal, Revista Missões 1956-1965, Arquivos Pessoais de antigos Catequistas-Professores das Missões de Lifidzi, Fonte Boa e Boroma.

Apêndice 2/J. A evangelização e o Ensino na Missão de São Benedito - Manga (1972-1975)

Tabela 10: A evangelização e o Ensino na Missão de São Benedito - Manga (1972-1975)																							
São Benedito / Manga		Professores			Alunos									Evangelização							Ensino		
					Internos			Externos			Candidatos			Catecúmenos			Catequistas			Freiras	Resumo		
Nr de anos	Ano	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM		Alunos	Professores	Rácio Prof/aluno
1	1972			0			0			0			0			0			0		0	0	####
2	1973	10	12	22			0	1214	339	1553	5		0			0	4	3	7	9	1553	29	53,6
3	1974	12	16	28			0	1234	500	1734	8		0			0	4	2	6	8	1734	34	51,0
4	1975			0			0	1385	507	1892			0			0	5	1	6	7	1892	6	315,3
5	1976			0			0			0			0			0	6		6	7	0	6	0,0

Fontes: Catálogos da Companhia de Jesus 1941-1976, Correspondências entre os Missionários da Zambézia (Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1942 -1967; Ecos da Província de Portugal, Revista Missões 1956-1965, Arquivos Pessoais de antigos Catequistas-Professores das Missões de Lifidzi, Fonte Boa e Boroma.

Anexo 1. Carta do Padre José Bernardo Gonçalves, referenciada na página

Seminário da Costa
GUIMARÃIS

21. XI. 934

Rev. em Cht. P. Prov.

Já ha tempos que ando para escrever a V. R. sobre um assunto. Não o fiz mais cedo por querer primeiro pensa-lo bem e encomendá-lo a N. S.

Tráta-se do "negocio pessoal", sobre o qual V. R. me escreveu ultimamente. Foi, e que foi para mim uma grande surpreza. É que já não contava com semelhante destino, ou semelhante graça de N. S.

...ho nenhuma. E ir agora para essa missão, com os 40 anos já feitos, e sem saber nada de chinês, nem entender o inglês, nem poder sustentar uma conversa senão em português, ou castelhano que para nada servem ali, — confesso que me sinto bastante acobardado, muito acobardado até; e nem sei se chegaria a fazer coisa de proveito.

Por outro lado tto. em tempos me assustaram um pouco com a "bronquite asmática" que padeço, dizendo-me que aquela humidade de Macau e dos arrozais de Shin Hing havia forçosamente de a exagerar

...to essencial, abraçaria essa ideia com maior entusiasmo. E não só me ofereceria, mas havia de instar por ir. Para a missão da China, porém, já me não sinto com os entusiasmos de antes, ou, para ser mais claro, com nenhuns. ...ralmente" até com certa relutancia. Em todo o caso, se a sta obed.ª mandar: "ecce Dne, mitte me!" Nem a pedirei, nem a recusarei.

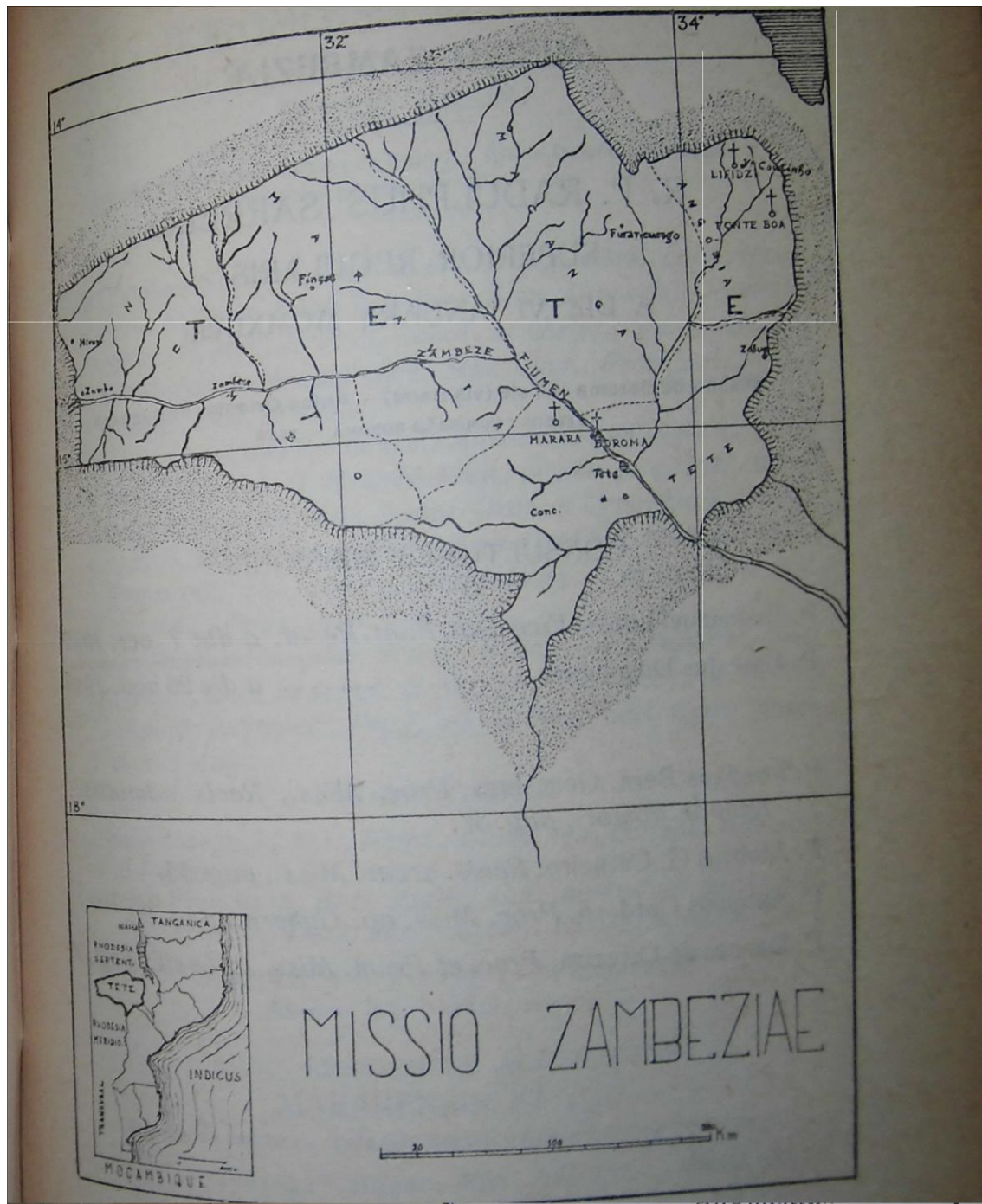
Se houvesse porém alguma probabilidade, conveniencia, de abrirmos ainda missão, ou casa, em Angola, — para isso, sim, pediria a V. R. se lembrasse bem de mim. E nada mais, por hoje.

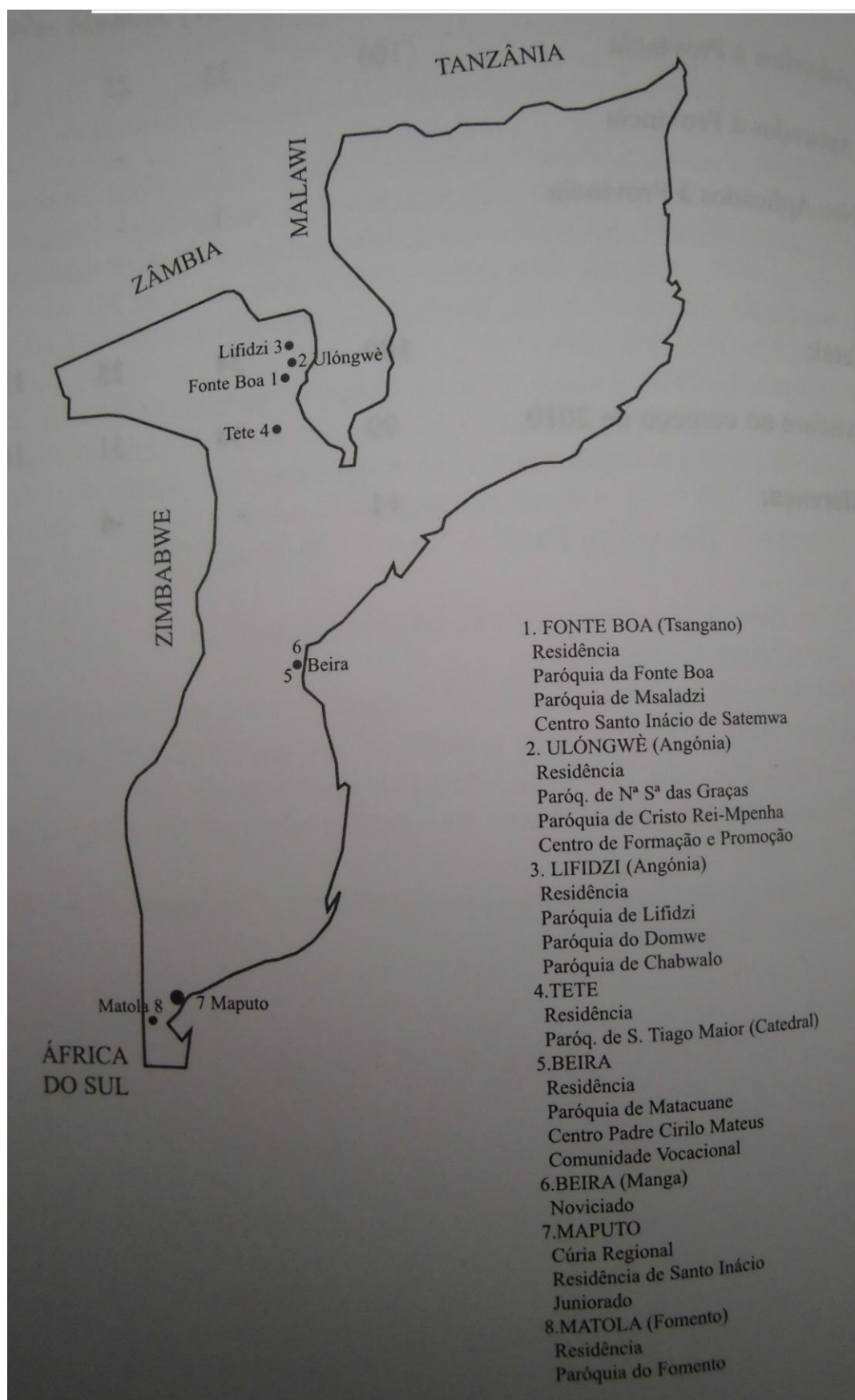
Em união de SS. SS. e OO. de V. R.
...mo f. ob. José Bernardo Gonçalves

ainda mais. Até me apontaram ... que deixára a missão precisamente por esse motivo; e em parte tto. o S. Sebastião...

Não sei o que haverá de verdade em tudo isto, porque o amor-próprio e o amor de comodidades pode induzir-se muito facil e astuciosamente dentro de nós. Neste ponto é que ninguem é juiz em causa própria. V. R. julgará e resolverá ... Temos, graças a Deus, apezar de asmas, vivido muitos anos ... humidade: e, se não vivermos, ... primos com a vontade de...

Fonte: Arquivo da Companhia de Jesus, Lisboa, Pasta (José Bernardo Gonçalves)

Anexo 1/A. Mapa 5: A Jurisdição da Companhia de Jesus em Moçabique, em 1949

Fonte: Catálogo da Companhia de Jesus, 1949, p. 53

Anexo 1/B. Mapa 6: A Presença da Companhia de Jesus em Moçabique, em 2011

Fonte: Catálogo a Companhia de Jesus em Portugal, 2011, p. 46

Anexo 2. Discursos de Mondlane, Simango e Ncavandame, em 1963, sobre a Guerra Colonial

11

FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE - FRELIMO

A FRELIMO tem aumentado a sua actividade no Tanganica, muito principalmente no que respeita à abertura de delegações e ao recrutamento de novos membros e de "voluntários" para o seu "Exército de Libertação de Moçambique".

++

De acordo com notícias fidedignas, recebidas do exterior da Província, sabe-se que, no pretérito mês de Julho, teriam seguido trinta e quatro moçambicanos de Dar-Es-Salaam para a Argélia, a fim de receberem treino militar, e regressado, da Argélia a Dar-Es-Salaam, já treinados militarmente, outros sessenta e oito moçambicanos.

++

Segundo afirmações do Dr. Eduardo MONDLANE, perante o "Comité de Libertação Africana", em Dar-Es-Salaam, o "Exército de Libertação de Moçambique", da FRELIMO, pode vir a somar 500.000 homens.

++

Consta que o "Comité de Libertação Africana", instituído pela Conferência de Adis Abeba, teria sugerido à FRELIMO que formasse um Governo (no exílio), criasse um exército com um mínimo de 1.000 homens e, bem assim, que o DR. Eduardo MONDLANE fosse eleito "Comandante P.I." (iniciais estas, P.I., cujo significado ainda se ignora).

++

Os moçambicanos que, vindos de Dar-Es-Salaam se dirigem a Moçambique, têm de esperar no Lindi ou em Mtwara autorização da Polícia do Tanganica para seguirem viagem. Destes, os que não são possuidores de cartões da FRELIMO, não são autorizados a seguir viagem, facilitando-se, no entanto, no entanto, a passagem da fronteira, através das plantações, àqueles que são possuidores de tais cartões.

+

Assim, foi referenciada no Lindi a partida de 20 moçambicanos com destino a Moçambique, tendo alguns deles sido mandados regres

=2=

12

sar em virtude de não possuirem os referidos cartões.

\+ +

Moçambicanos recentemente chegados ao Lindi, referem terem visto na região do Rovuma tabuletas com os seguintes dizeres:

»PERIGO, NÃO HÁ AUTORIZAÇÃO DE PASSAR POR ESTE CAMINHO PARA MOÇAMBIQUE»,

»PEÇA PARA SE ENCONTRAR COM A POLÍCIA E PEÇA LICENÇA NESTE CAMPO MILITAR».

\+ +

Rumores postos a circular, em Dar-Es-Salaam e no Lindi, referem que o Governo do Tanganica teria enviado »muitos soldados» para a fronteira com Moçambique. Contudo, tais rumores devem ser baseados no facto de, em princípios de Julho, ter partido do Lindi, com destino ao Rovuma e Mtwara, uma esquadra de polícia com o efectivo de 100 homens.

\+ +

Com o objectivo de adquirirem cartões da FRELIMO, deslocaram-se recentemente ao Lindi alguns moçambicanos, tendo os mesmos utilizado, no seu regresso a Moçambique, a via Napyali até Nangade.

\+ +

John SALIMO, elemento da polícia do Tanganica, teria declarado que um soldado português deu um tiro a um cidadão do Tanganica e que por isso os residentes de Newala estão muito irritados e tencionam revoltar-se contra os portugueses.

\+ +

Antony YOKA membro da FRELIMO no Lindi, partiu para Mocímboa do Rovuma, (Ngapa), onde vai espiar o movimento das tropas portuguesas, seus efectivos, local de acampamentos, caminhos utilizados, etc...e deve ter sido acompanhado por dois »detéctives» do Tanganica que teriam como objectivo observar a maneira como as tropas portuguesas guardam a fronteira e fazer várias investigações para o Governo do Tanganica.

\+ +

No dia 7 de Julho de 1963, realizou-se no Lindi, no Tanganica, uma reunião pública da FRELIMO, na qual falaram o Presidente, DR.

=3= 13

Eduardo MONDLANE, o Vice-Presidente, Rev. Urias T. SIMANGO, e o Presidente da sucursal do Lindi, Lázaro NCAVANDAME, que proferiram os discursos que se seguem, na sua própria versão:

DR. EDUARDO MONDLANE

"Meus irmãos Moçambicanos. Sendo eu o vosso Presidente, tenho a alegria em vos dizer que Moçambique obterá a sua independência neste ano de 1963, mas primeiro devemos formar uma união verdadeira, pois só assim é que podemos obter a independência. A FRELIMO não é um Partido de brincadeiras.

A FRELIMO é o escudo dos Moçambicanos.

Temos três coisas importantes que devemos fixar bem nas nossas cabeças, e são as seguintes:

1. Devemos estar preparados para lutarmos na guerra de Moçambique. Todo o membro da FRELIMO é um soldado.

2. Façamos serviço para libertarmos os Moçambicanos, visto que estão à nossa espera, sabendo que este ano de 1963 terão a sua independência, e se um Moçambicano não tiver cartão da FRELIMO, não se faz nada. Todo o membro deve possuir um cartão, e esse cartão é a maior arma na luta para a nossa independência.

3. A FRELIMO, tem bolsas de estudo em cinco países e vai mandar moçambicanos tirar cursos de altos graus como: Como dirigir o governo; estudos militares, agricultura moderna, jornalistas, anunciadores nas emissoras, etc... Para coisas como estas devemos ter já tipos que saibam, visto não sabermos quando é que os portugueses se vão embora.

Agradeço que mandem os vossos filhos para as escolas do Tanganica, pois se forem educados poderão vir a ser os futuros governantes de Moçambique.

Meus irmãos, eu ofereci-me para lutar pela independência de Moçambique, visto que o meu pai chegou a lutar contra os portugueses nos tempos do seu reinado.

Independência e guerra.

+

REV. URIAS T. SIMANGO

Independência e Mondlane,

Independência e Moçambique,

=4= 214

Independência e Toda a África,
Independência e Unidos.

Snr. Presidente, sendo eu o Vice-Presidente, tomo a liberdade de falar aos Moçambicanos aqui residentes, o seguinte: Moçambicanos, estejam de olhos abertos, que Moçambique está para se incendiar, o que não levará muito. Não posso esconder, visto que já foi publicado em Adis - Abeba, que foi aceite concederem-nos tropas e dinheiro para vos libertarmos. Aceitam em pegar em armas? Se aceitam então fiquem preparados que vêm aí as espingardas, e não há brincadeiras mais na luta pela independência de Moçambique e a vitória é nossa. A razão por eu ter dito que a vitória é nossa, é a seguinte: Os soldados que vão regressando a Portugal e deixam o serviço, vão lá preparar-se para atacarem os soldados de Salazar. Muitos encontram-se em Marrocos, e são dos que não querem o governo de Salazar, por isso, se nós, Moçambicanos, formos unidos, obteremos a nossa independência o mais depressa possível, mas se fôr ao contrário, então a independência levará muito tempo a vir até nós. Portugal já chegou a escrever para os países Africanos livres dizendo que concorda que haja uma amizade de irmãos, mas estes responderam-lhe que primeiro dê a independência às suas colónias todas e só depois é que será considerado amigo, caso contrário não haverá relações entre Portugal e a África. Meus irmãos Moçambicanos, se realmente querem a independência mostrem os cartões de sócios. Quantos membros temos aqui em Lindi? Eu vi 30 cartões e são sòmente estes os membros da FRELIMO em Lindi.

É uma vergonha encontrarem-se em todo o Lindi sòmente 45 membros, portanto peço-vos que se unam o mais depressa possível, que a Independência está perto. Neste ano de 1963 Moçambique receberá o seu completo governo, possuíndo 2.000 soldados que estão sendo treinados em vários países independentes Africanos. O GWAMBE e o MMOLE já não pertencem à FRELIMO e mesmo KALOMBA. Está roubando-vos o vosso dinheiro, pelo que agradeço que tenhais cuidado com ele.

Uma vez que Portugal perdeu a guerra em Goa, perde-la-á mais fàcilmente em Moçambique. Se a guerra começar às 7 horas da noite terminará às 8 horas da mesma noite.

Cuba e China concordaram em nos ajudar fornecendo-nos granadas, espingardas e metralhadoras. Estamos já cansados, por isso é que falamos todos os segredos à tôa. É claro que não se pode guardar segredo das coisas que estão acontecendo. Receberemos soldados vindos da Índia, que são voluntários que se oferecem para lutar contra os portugueses. O Tanganica vai também oferecer-nos soldados, pois bem viram que se o governo do Tanganica mandou tropas suas instalar-se prontas na fronteira, é sinal que não é mentira, e este é o ano em que se vai ver quem é o vitorioso em Moçambique.

=5= 15

A BANDEIRA DA FRELIMO

+

LÁZARO NCAVANDAME

Independência e Mondlane
Independência e Moçambique
Independência e Unidos

Snr. Presidente sendo eu o lider no Lindi, agradecemos muito em te ver.

Snr. Presidente, a minha mentira para os moçambicanos hoje vai desaparecer, embora sejam muito poucos os Moçambicanos que cá vieram assistir, mas não faz mal, sòmente estes são suficientes ouvir o teu Urrah empurrando-os para que vão lutar contra os portugueses em Moçambique.

Eu não tenho muito a dizer, visto que já falei bastante para os Moçambicanos, dizendo que sejamos unidos para que tenhamos a nossa independência o mais depressa possível. Assim, tu hoje poderás abrir-lhes os ouvidos para que oiçam e saibam qual é a intenção da FRELIMO para com Moçambicanos neste ano de 1963.

Snr. Presidente, vou ler uma carta recebida de Moçambique que reza o seguinte:

> Snr. Lázaro, diga ao Presidente que os Moçambicanos pedem 2.000.000 cartões da FRELIMO, e querem comprar esses cartões durante o dia e não de noite, visto que já estão fartos do mau-trato dos portugueses, mesmo que os portugueses os matem e exterminem a todos. Portanto, Snr LÁZARO, diga ao Presidente, que todos os Moçambicanos serão mortos neste ano de 1963. Estamos cansados com o governo português aqui em Moçambique e este ano não poderá acabar sem termos a independência, e nós seremos unidos para expulsar os portugueses, para não mais governar Moçambique.

=6= 16

Independência e Sangue,
Independência e Guerra em 1963,
Independência e sejamos mortos nós os Moçambicanos.

++

É de notar que Urias T. SIMANGO, no seu discurso, lamenta estarem ao todo, no Lindi, apenas quarenta e cinco membros da FRELIMO, o que vem confirmar as informações da falta de simpatia que o MOVIMENTO gosa naquela região, muito principalmente pelas incompatibilidades tribais existentes entre os macondes e os dirigentes do partido.

++

Há notícia também de que, nesta ocasião, o Secretário da TANU no Lindi, MOHAMED FAKALI, endereçou ao Dr. Eduardo MONDLANE, à sua chegada àquela localidade, a seguinte saudação:

Nós os naturais do Lindi, apoiamos com todo o prazer os nossos irmãos Moçambicanos na sua luta pela independência de Moçambique, com uma só intenção. Como Presidente da FRELIMO, damos-te a conhecer que se a independência de Moçambique se obtiver por intermédio de sangue, isto é por guerra, então nós, os Lindenses, estaremos de "ombros dados" com os Moçambicanos.

Snr. Presidente, nós, os naturais do Lindi, já começamos a dar de comer aos Moçambicanos que fogem das suas terras por terem medo do bárbaro e porco Português.

Snr. Presidente, hoje nós pedimos-te para que os moçambicanos nos autorizem a prender os espiões e a pô-los na prisão até que Moçambique seja independente. Nós não daremos de beber a qualquer tipo que soubermos ser um amaldiçoado (espião).

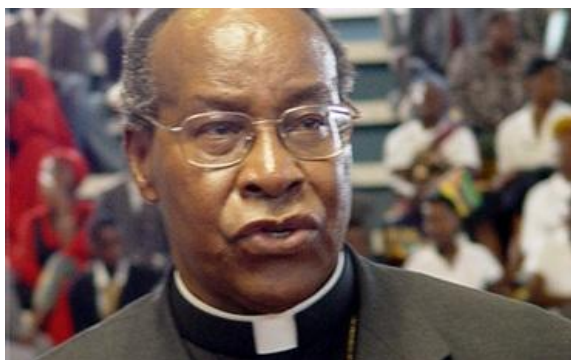
Snr. Presidente, nós ficamos muito agradecidos por te ver aqui em Lindi, e temos a certeza de que farás progredir a civilização e os corações dos teus irmãos para que sejam membros, e se eles não quiserem ser membros, então deixarão de receber ajuda da nossa parte, visto que não é lícito ajudar a quem está atrasado.

Snr. Presidente, pedimos-te para que nos informes quando é que Moçambique será independente.

Sem mais, agradeço por te ver aqui no Lindi Senhor nosso, Presidente da África.

Independência e Mondlane,
Independência e Moçambique,
Independência e Unidos.

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) SCCIM, cód. 1104, sccim 2710/4/cd cabo delgado

Anexo 3. Entrevista de D. Jaime Pedro Gonçalves (Arcebispo da Beira 1976-2012), ao Jornal SAVANA – 28.10.2005

"Foi a FRELIMO quem agrediu o povo e depois foi agredida"

— *Dom Jaime Gonçalves, arcebispo da Beira*

Por Rafael Bié

Encontrámo-lo na sua "residência oficial", num dos bairros da cidade da Beira, depois de tanto termos insistido para uma entrevista. "Vou a Maputo para uma reunião e depois volto", foi a resposta que inicialmente obtivemos de Dom Jaime Gonçalves, Arcebispo católico da diocese da Beira. Perante a nossa insistência, depois do seu regresso de Maputo, respondeu-nos que "eu disse tudo o que tinha a dizer em Maputo". Contrapusemos, afirmando que havia muita coisa sobre a qual ainda não se tinha falado. Controverso para uns, pró-RENAMO para outros, Dom Jaime é um homem de fortes convicções, e coerente para consigo próprio. Diz o que lhe vai na alma. Aparentemente, sabe muita coisa sobre o País. Convidamos o caro leitor a seguir o controverso sacerdote…

Queremos saber um pouco de si… quem é este problemático Dom Jaime Gonçalves?

Eu nasci no dia 26 de Novembro de 1936 em Nova Sofala, aqui na província de Sofala. Aqui cresci e fiz os meus primeiros estudos e depois passei para a Escola da Catedral da Beira. Vim a completar o ensino primário de então na Missão de Amatongas, na província de Manica, onde fiz a quarta classe. Isso foi em 1954. Daí passei para o seminário menor em Zóbue, na província de Tete. Estive em Tete até 1960. Foram seis anos de ensino liceal feito no seminário. Em 1960, passei para o seminário maior de Filosofia, na Namaacha. Depois fui ao seminário de São Pio X, na cidade de Maputo, onde fiz Teologia. Em 1967, terminei a minha formação e fui ordenado sacerdote mesmo nesse ano, a 17 de Dezembro. Trabalhei aqui na Beira na Paróquia de Matacuane durante 22 meses. Em 1970, segui para o Canadá a fim de continuar com os meus estudos. No Canadá, formei-me em liderança social, em 1970… aprendi muita coisa sobre reformas sociais, teorias de desenvolvimento. Em 1971, segui para Roma e dei continuidade aos meus estudos ainda como formador na Universidade Salesiana de Roma. Terminado isto, fiz uma licenciatura em ciências sociais na Universidade de Roma. Em 1975, Julho, volto ao País. Fiquei a trabalhar aqui na minha Diocese. Em 28 de Março de 1976, fui ordenado bispo.

Onde passou a sua adolescência?

Passei a minha adolescência na minha terra, em Nova Sofala, e, como qualquer menino, ora ia à escola ora não ia… passava a vida a pescar. Preferíamos pescar do que ir à escola… íamos à caça dos passarinhos. À determinada altura, o meu pai decidiu me tirar de lá porque passava a minha adolescência nestas brincadeiras. O meu pai mandou-me aqui para a cidade da Beira para ver se poderia estudar. Mesmo aqui na cidade continuámos a brincar, tínhamos também outras dificuldades na escola. Os mais atrasados sentavam no chão e eram ensinados por outros. Eu estava na Beira e mesmo assim não estava a render até que o meu pai decidiu me tirar da cidade da Beira. Passávamos o tempo a tomar chá, a ir aos bares, restaurantes… havia aqui muitos chineses que vendiam uma série de coisas que distraíam os adolescentes. Os jovens gostavam destas coisas e gastávamos dinheiro nisto. Não éramos aplicados nos estudos. O meu pai tira-me e manda-me a uma escola onde seriamente se estuda. Mandou-me a Amatongas.

Quem eram os seus amigos?

Eu não tinha amigos, porque era miúdo. Vivia com adultos. Lembro-me de um que estava a adiantado na escola e que vinha ter connosco. Vinha complicar-nos a vida que era para ter rebuçados. Mais tarde, veio a ingressar na FRELIMO e lá trabalhou, foi uma grande figura. Esta pessoa recebeu muitos que estão hoje na FRELIMO. Mais tarde, entrou na história daqueles que foram assassinados, foram mortos. Era um dos meus amigos. As pessoas mais próximas, quando estudante aqui na Beira, eram os meus parentes

que vinham de Nova Sofala. O meu pai era uma pessoa que gostava de se abstrair, vinha cá e saía com ele para uma pinga de sumo de caju.

"É PRECISO RECONSTRUIR A IGREJA"
Esteve sempre aqui na Beira como bispo…
Uma vez indicado bispo, tive que ficar aqui… outros novos bispos ordenados ficaram em Maputo e Pemba, isto em 1975. Em 1976, foram ordenados cinco bispos. Todos juntos começámos com as actividades, eu fiquei presidente da Conferência Episcopal e presidente da Comissão da Justiça e paz.

Nessa altura, como é que era?
Fiz o trabalho da igreja naquele tempo com todas as adversidades… com todas as dificuldades que a revolução moçambicana trouxe para a igreja. Enfrentámos o problema das nacionalizações … havia, como todos sabem, o problema das limitações das liberdades da acção da igreja. Não havia liberdade religiosa depois da independência. Os meios da igreja foram nacionalizados e eu e outros tivemos que enfrentar esse problema. Depois veio a guerra que também tivemos de enfrentá-la até que terminou com o Acordo Geral de Roma, em 4 de Outubro de 1992. Daí em diante, trabalhámos aqui na diocese e no País no sentido de reconstruir a igreja no seu aspecto material. Queríamos que as missões nacionalizadas nos fossem devolvidas. É um trabalho que ainda continua, é preciso reconstruir a igreja… agora há um pouco mais de liberdades e de acção.

Lembra-se de um colega ou amigo especial do seminário?
Éramos 18 na minha turma, chegámos ao fim dois, eu e o actual bispo de Tete, Dom Paulo Manjate. Outros foram ficando pelo caminho, entre eles o doutor João Nhai, que se formou na Jugoslávia. Voltou para aqui durante o governo de transição. Foi considerado reaccionário. Prenderam-no e mataram-no lá… lá em cima. Um outro foi estudar na América. Mas como tinha sido seminarista, estudou, acabou por sofrer nos campos de reeducação montados pela FRELIMO. É o Gilberto Waia. O resto ficou disperso.

Quando estava no seminário ouviam rádio, falavam sobre a independência?
No seminário do Zóbue, líamos sobre as independências de alguns países africanos, através de revistas que os padres traziam. Terminei o curso em 1960 e já nessa altura se falava da independência do Congo, ouvíamos falar do Lumumba. Explicavam-nos o que era essa coisa de independência. Mas esse ambiente de seguir a situação política em África intensificou-se durante os estudos de Filosofia na Namaacha, onde tínhamos acesso ao *Diário* e ao *Notícias*, jornais publicados em Maputo. Esses jornais falavam das independências. A independência do Congo foi muito turbulenta. Apareceu, muitas vezes, a história de Moses Tchombe. Depois do almoço ficávamos a ler jornais.

"NÃO SOFRI A TENTAÇÃO DA POLÍTICA"
Chegou a pensar em se juntar à FRELIMO para ajudar a libertar o País?
Nunca tive a tentação de me juntar a qualquer movimento que quisesse libertar o País do jugo colonial. Sei de colegas que nos deixaram lá na Namaacha, colegas que optaram por esse caminho. Fizeram essa opção e eu fiz a minha. Muitos saíram do seminário e foram para o Malawi, outros para a Tanzânia. Muitos dos meus colegas optaram por sair do seminário e ir para a libertação. Mas, em suma, quero dizer que não sofri a tentação de seguir política. Eu quis sempre ser padre e não me convinha ter ideias que obstaculizassem a minha carreira. Naquele tempo, era proibido falar de política no seminário. Mas tive colegas que nos deixaram. Portanto, na Namaacha, houve muito fervor dos jovens pela libertação. Na década de 60, começa-se a falar da criação da FRELIMO. Mais tarde, é assassinado Eduardo Mondlane. Nós tínhamos rádio e, à noite, ficávamos com o ouvido colado a ele, a ouvir as emissões da Rádio da China. Esta rádio dava-nos o curso das actividades da FRELIMO. Não era permitido ouvir esta rádio, mas nós ouvíamos.

Não se recorda de nenhum colega seu especial?
… sim, me lembro… de alguns colegas que abandonaram o seminário. Estes meus colegas ficaram famosos, porque foram atingidos pela crise dos seminaristas na FRELIMO, em Nachingwea. O grupo dos seminaristas teve de abandonar a luta directa pela independência por razões ideológicas e também por causa das lutas que havia no seio da FRELIMO, em Nachingwea. Lembro-me do padre Mateus Gwendgere e de tantos outros que saíram dos seminários para a libertação. Foram para a Tanzânia, mas a FRELIMO acabou por criar confusões. Só o facto de o presidente Mondlane ter sido assassinado já era problema. Os que assassinaram Mondlane tinham uma finalidade. Os outros que não concordassem com

este grupo que assassinou o Eduardo também eram um alvo a abater. Facilmente, a FRELIMO entrou em conflito na sua liderança. E o principal grupo alvo na FRELIMO, que tinha que ser abatido, era exactamente o dos seminaristas. Muitos deles acabaram por fugir da Tanzânia e foram parar em Nairobi, no Quénia.
A história da libertação não poderá esquecer este grupo de moçambicanos. Alguns conseguiriam, mais tarde, bolsas de estudo e partiram para os Estados Unidos. Deste grupo, lembro-me de um que voltou e foi ministro. É o tal de (Bernardo) Ferraz, de Quelimane, que estava no (Ministério da Coordenação do Meio) Ambiente. Um outro do meu tempo é o actual vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Eduardo Koloma)… os outros andaram perdidos, outros ainda foram perseguidos, presos e alguns foram mortos. Outros estão na sua vida privada, alguns nos Estados Unidos. O irmão mais velho do antigo governador de Sofala está também nos EUA. Fez engenharia química lá. Depois decidiu ir estudar medicina na Alemanha. Este é o irmão de Francisco Masquil. Entre os mais velhos está o Dr. João Munhai que é locutor na Voz da América.

“SAMORA FOI ATEU ATÉ À SUA MORTE”

Faz menção a “dificuldades da revolução”… o que é isso?

Para a igreja, a revolução moçambicana, essa revolução marxista, levantou problemas. Primeiro a ideologia ateia… não só eram ateus, mas eram contra aqueles que acreditavam em Deus. Isso, perante a igreja, instituição de Deus, foi uma grande dificuldade. A revolução marxista da FRELIMO encontrou princípios seus para nacionalizar bens da igreja. A FRELIMO fechou igrejas, capelas, transformou as missões em centros de educação que ficaram centros de ateus. As missões para nós são centros de evangelização e não do ateísmo. Como íamos trabalhar com missões nacionalizadas, igrejas nacionalizadas e fechadas pela revolução da FRELIMO? A FRELIMO transformou as nossas igrejas em armazéns. A FRELIMO fechou a igreja de Macuti, fechou a Igreja de São Benedito (uma das maiores), fechou a igreja do Dondo. Isto foi uma grande dificuldade para a igreja que acabava de receber bispos em 1977. Esta situação provocada pela revolução marxista da FRELIMO desmoralizou muitos padres, missionários e irmãs que trabalhavam nestas missões. Muitos partiram.

Como se isso não bastasse…

… Veja-se que a FRELIMO foi ao extremo de congelar as contas bancárias da igreja! Não podíamos movimentar as nossas contas sem prestar esclarecimentos à FRELIMO. E, nalguns casos, a FRELIMO ficou com o dinheiro da igreja. Chegaram a criar a Comissão de Liquidação que controlava as nossas contas. Perdemos a liberdade de movimentar o nosso dinheiro. Por acaso nem era muito dinheiro, mas havia a ilusão dos revolucionários de que a igreja era muito rica. Mesmo nós, como bispos, tivemos a falta de liberdade de movimentação. A revolução obrigou-nos a usar guias de marcha. Não podíamos trabalhar junto dos fiéis sem guias de marcha. Há pessoas que foram parar nas celas, porque não as tinham. É preciso referir que não havia modelo único das guias de marcha. Cada um escrevia a guia como entendia e, muitas vezes, fomos vítimas desta situação. Fomos presos por causa de guias de marcha, que foram uma forma de controlar os bispos e também de perseguir a igreja. Foi uma grande asfixia na formação de servidores da igreja. À juventude não era reconhecido o direito de praticar a religião. Tínhamos dificuldades de educar as crianças e, em contrapartida, e doutrinavam o ateísmo junto às crianças nas escolas. É claro que as crianças não entenderam o problema que a revolução trazia para a igreja e sempre foram à catequese. As crianças foram mais exemplares do que os adultos. Os adultos, esses, abandonaram Deus, juntaram-se à revolução e começaram a falar mal da igreja.

Mas os revolucionários agora voltaram à igreja. Não lhe conforta isso?

Não, não voltaram! Os revolucionários não voltaram à igreja. O que verificamos é que, a nível individual, uns foram-se aproximando à igreja. É uma questão política, eles querem criar ambiente, apenas isso!

Porquê questão política?

Ao fim e ao cabo, na arena internacional, o comunismo, a que se apoiavam os revolucionários, ficou bloqueado. Ficámos mal, porque o mundo passou a ser dominado pelo Ocidente. Era uma questão de opção, ou continuávamos comunistas apegados aos soviéticos moribundos ou seguíamos o Ocidente. Samora Machel começou a perceber que não tínhamos aceitação no Ocidente. Samora conseguiu uma viagem aos Estados Unidos, encontrou-se com Reagan, foi ao Canadá, foi à Itália. É preciso sublinhar que Samora Machel foi à Itália, mas não foi ao Vaticano. Quem visita oficialmente a Itália tem que ir ao Vaticano, mas Samora recusou-se a ir ver o Papa no Vaticano. Ele foi ateu até à sua morte, em 1986!

REGRESSO DOS REVOLUCIONÁRIOS À IGREJA É POR CONVENIÊNCIA POLÍTICA

E depois?

E depois as coisas começaram a complicar-se em 1990. O Ocidente começou a dar apoio à RENAMO. Como diziam os americanos, "nós não vamos lá, o que os outros estão a fazer, no terreno, contra o comunismo chega". Depois veio o antigo-ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano, que conhecia melhor o mundo ocidental e as suas reacções. Este faz uma opção de ir ao Ocidente e não para a União Soviética. Nessa escolha, Chissano tinha que mostrar que as teses comunistas não serviam. Então começa o processo da elaboração da nova Constituição em 1990, uma constituição que contemplava a liberdade de religião. Foi nessa linha que começaram a libertar algumas coisas da igreja. Algumas foram reabertas. Ele autorizou a reabertura das igrejas e depois falou-se das missões que também foram reabertas. Mas, como se vê, o regresso ou reconhecer a igreja era uma questão de conveniência política. Não se pode ir ao Ocidente com as portas das igrejas fechadas. Cuba está como está por causa deste tipo de situações. É preciso realçar que há muitos exageros por parte dos americanos, mas se Cuba quer se integrar no mundo tem que alterar muitas coisas. Por isso, o regresso dos revolucionários à igreja não é um gesto de pedido de desculpas, de pessoas arrependidas, é uma questão de conveniência política. Os marxistas não tinham outra saída.

Acha que a guerra depois da independência é resultado do que chama dificuldades da revolução?

A guerra entre o Governo e a RENAMO é um fenómeno muito complicado. É preciso entender as causas e os processos desta guerra. Depois da independência nós pertencíamos a um determinado bloco, o soviético. A nossa independência foi celebrada nesse contexto. Havia dois blocos e um outro que se fez em Bandung, os Não-Alinhados. Quem não era do Ocidente ou não soviético era dos Não-Alinhados. Mas nós entrámos alinhados. Esta é uma circunstância que a gente tem que ter em conta no encontro das razões da guerra, temos que ter em conta que, de facto, existia a filosofia da África branca. Nós fomos colonizados pelos portugueses, aqui ao lado tinhas o *apartheid* e a Rodésia de Ian Smith. A África branca sentia-se incomodada em ter um vizinho pró-soviético aqui ao lado. A África branca, os portugueses, o *apartheid* e a Rodésia eram anti-comunistas. É um dado que a gente tem de jogar para compreender esta guerra. Existe ainda um terceiro dado. Os próprios moçambicanos não tinham experiência do comunismo. Líamos pequenas histórias nas revistas.

As pessoas ficaram assustadas com este novo modelo que trazia guias de marcha. Mesmo dentro da própria FRELIMO, as pessoas não concordaram com algumas coisas e, mais tarde, o próprio Samora Machel não concordou. Numa das reuniões da FRELIMO, Samora perguntou ao Sérgio Vieira, um dos ideólogos do regime: "O que é que eu vou fazer das vacas do meu pai?". Segundo a ideologia marxista, ninguém podia possuir seja lá o que fosse. Isto foi um pouco tarde, mas para alguns aconteceu um pouco a seguir à independência. Começa um certo descontentamento na FRELIMO. Lembrem-se que a independência foi a 25 de Junho de 1975 e em 16 de Dezembro do mesmo ano há uma intentona. Naquelas circunstâncias, Samora Machel foi implacável. Procurou aqueles que tinham feito a *brincadeira* e colocou-lhes numa ilha… uns conseguiram fugir, os outros… Então, no conjunto, confrontámo-nos com a África branca, com o *apartheid* e com a Rodésia, nós mesmos estávamos assustados com o marxismo e alguns ficaram desapontados… tudo isto entrou na motivação para haver conflito que, no princípio, foi ideológico, mas que acabou por ser militar.

A África branca, o *apartheid* e Ian Smith aproveitaram-se do descontentamento de alguns revolucionários e deram-lhes apoio. Este conjunto de situações ditaram o início da guerra. O general Magnus Malan, então ministro da defesa do *apartheid*, dizia depois dos acordos de Nkomati que os políticos fizeram acordo, mas para ele não havia acordo nenhum, com comunistas "só guerra". O comunismo só podia ser corrido com a guerra. Fala-se de agressão… mas quem agrediu a quem? O povo moçambicano foi agredido pela FRELIMO. A FRELIMO chegou e instituiu guias de marcha, lojas do povo, aldeias comunais, a *operação produção* que destruiu famílias, nacionalizaram igrejas e tornaram-nas armazéns, fuzilou pessoas com ideias contrárias, instituiu os centros de reeducação onde as pessoas entravam e nunca mais saíam. Foi a FRELIMO, marxista, quem, primeiro, agrediu o povo. Havia uma reacção interna, agora, personificou-se esse grupo de descontentes que tiveram apoio da Rodésia e de outros…

Aparentemente sabe muita coisa, está a escrever algum livro?

Eu?

Sim!

Não estou a escrever, porque a actividade de bispo não me dá tempo e fiquei com as coisas na cabeça, mas não estou a escrever… se tiver mais anos de vida, é possível que venha a escrever qualquer coisa. Há muita coisa que me roubou tempo. Não estava nos meus planos trabalhar para o processo de paz aqui em

Moçambique e isso roubou-me tempo. Eu queria trabalhar nas missões. Mas o trabalho das missões estava falido por causa da guerra que destruiu o País. Perante uma situação destas, procurei outros planos de vida. É na ambição de querer a paz que acabei em procurar a paz. Começa esse processo das negociações, mas isto não era um plano de vida. Neste sentido, também não está nos meus planos escrever um livro.

Após a morte de Mondlane e golpe a Uria Simango
Matar, na FRELIMO, era coisa de todos os dias! Pode explicar o que é a crise dos seminaristas… exactamente o que aconteceu?
Se for a falar com alguém da FRELIMO, vão te contar o que estou a dizer. Sabem disto, todos aqueles que estiveram na criação da FRELIMO. Deixe contar o seguinte: quando foi para a escolha de um lugar para as conversações para a paz, a RENAMO propôs Nairobi, porque já estava lá. O Presidente Chissano recusou, não queria Nairobi. Disse que Nairobi estava cheio de reaccionários. Ele se lembra desta história. Então propôs Malawi e os outros disseram que não queriam, porque não havia-segurança. Isto para dizer que a crise dos seminaristas existiu no seio da FRELIMO. Duas razões ditaram esta crise: a primeira foi a escolha do socialismo. Nessa altura, era mesmo comunismo. Os seminaristas, por causa da sua formação, mostraram-se relutantes, não queriam aceitar tais ideais para a nossa vida social e política. A FRELIMO, como movimento, queria seguir o socialismo. Em segundo lugar, um outro ponto difícil, foi quando assassinaram o Eduardo. Segundo os estatutos da própria Frente de Libertação de Moçambique, quem deveria assumir o cargo era Uria Simango, mas não chegou a ocupá-lo. Outros invadiram o lugar de Uria Simango.
Outros que tinham escola, formação filosófica, não aceitaram este assalto ao poder. Defendiam que se tinha de seguir o que diziam os estatutos da própria FRELIMO. Os estatutos diziam que, em caso de morte do presidente, o seu lugar devia ser ocupado pelo vice-presidente. Neste caso, os que ocuparam o lugar de Uria Simango não toleraram que houvesse pessoas que contestassem. E, nessa altura, matar, na FRELIMO, era coisa de todos os dias. Tudo entrou em crise… o padre Gwendgere ainda contactou as Nações Unidas a contestar o comunismo. Mais tarde, foi afastado e no governo de transição veio cá… para prevenir-nos sobre os ideais comunistas da FRELIMO.
Nós éramos uma colónia portuguesa e todos sabem que Portugal era um país declaradamente anti-comunista. Eles, os portugueses, opuseram-se aos ideais comunistas e oficiais portugueses e alguns generais manifestaram-se lá em Maputo, tomaram a rádio. Ele, como sacerdote, não podia aceitar o comunismo e, nessa altura, foi considerado traidor da luta, disseram que se tinha juntado ao inimigo. Só que, nessa altura, ninguém podia escutar essa voz, queríamos ser independentes. Não queríamos ter ideais comunistas. Apanharam-no, levaram-no lá para cima e assassinaram-no. Para dizer que houve essa crise dos seminaristas que fez dispersar muitos… **Foi a FRELIMO quem agrediu o povo e depois foi agredida** SAVANA – 28.10.2005

Anexo 4. Transcrição da entrevista do Padre José Bernardo Gonçalves, o Primeiro Superior, aquando da preparação da Restauração da Missão da Zambézia no 4º Período

Agosto de 1941

Missão Jesuítica da Zambézia
Artigo do Sr. Alípio Serras, no Diário da Manhã: --- /Agosto de 1941

Seis missionários Jesuítas vão partir para a Zambézia, ou mais claramente, para a Alta Zambézia portuguesa, correspondente ao distrito de Tete, em Moçambique. Quando os maus ventos da Pátria obrigaram os jesuítas a abandonar aquêle enorme campo de actividade, o progresso contínuo e profundo realizado tinha constituído um verdadeiro avanço vitorioso. A substitui-los, vieram sacerdotes estrangeiros – alemães – para salvar êsse gigantesco trabalho de gerações missionárias. A Grande Guerra obrigou-os também a debandar. Da obra antiga restam hoje, além de alguns edifícios que resistiram ao tempo, o resultado da antiga fé e civilização, aqui e além. Desde esse arcabouço de português antigo, de musculatura granítica e de santidade dura como a de um padre do deserto – o P. Gonçalo da Silveira – aportou e morreu em Moçambique, nesse interior da Alta Zambézia, uma palavra de ordem parece ter ficado na História, constrangendo os jesuítas portugueses a retomar, a recomeçar aquela obra, até que ela vingue definitivamente, para bem das almas e de tudo o que i homem tem de bom e sagrado. Parece que nem sequer sentem o doloroso de reconstruir sobre as ruinas de reconstruções por terra, 1569, 1610, 1890, e agora 1941: as quatro datas de uma persistência colectiva, de um heroísmo de que só o espirito cristão possui a chave. Sem apresentação, sem nada, levado apenas de uma grande ignorância da matéria – só comprável ao grande desejo de a banir – tentamos falar com o Ver. Padre José Bernardo Gonçalves, nome que nos indicaram como o do Superior da nova expedição missionária. Ia já longa a nossa conversa – as minhas preguntas de discípulo e as suas respostas cheias de bondade e conhecimento de causa. Desejoso de concretizar sobre alguma coisa sensorial os muitos esclarecimentos que me fôra dando, atrevi-me: - V. Rev^{ma} não tem por aí um mapa de Moçambique? - Bem! O melhor então é subirmos.

Fui penetrando naquela morada de religiosos, edifício moderno, sem extravagâncias. O corredor, as escadas. Uma grande nudez recolhida, povoada de um grande silêncio. Subíamos, talvez por contágio, em silêncio. Pavimento, escadas, tudo intransigentemente lavado. Eu ia pensando: também a limpeza é virtude religiosa, como a bondade, como a alegria... No quarto, contra a janela aberta para os telhados, ennegrecidos da cidade, para os contornos da serra lá ao fundo, a mesa de trabalho a receber ondas da luz da tarde. A mesma sobriedade, o mesmo estrito necessário, a mesma ordem. À mão, a estante pessoal, simples complemento da biblioteca, a enorme biblioteca da casa. Absorto no seu pensamento, como se estivesse só, a cumprir tranquilamente o seu dever de se instruir, o Rev. Padre bernardo Gonçalves desvia para um lado da mesa o crucifixo, e desdobra um esplendido mapa de Moçambique, que transborda para o chão. - Angónia é esta região aqui ao lado, a confinar com a Niassalândia. Lifidzi, esta povoação que recebe o nome do rio que a banha, será o nosso posto – para começar. Boroma, o centro mais florescente da nossa antiga missão, aqui em baixo.

- Porque não começam por Boroma? Os que menos sabemos de Colónias e missões ouvimos falar na sua grandiosa e artística igreja de três naves, obra dos jesuítas; nos seus antigos edifícios missionários, que ainda esperam... O padre Superior, como se revisse uma hesitação muitas vezes combatida: - O Senhor Arcebispo de Lourenço Marques queria que tomássemos ao mesmo tempo os dois centros, Boroma e Lifidzi. Custa, na verdade, ter de continuar a permitir o quási abandono daquilo que tantos sacrifícios e tantas vidas custou. Mas que quere? Nós não temos gente. A termos de renunciar a alguma das partes, preferimos a Angónia. Chama-nos a atenção para a escala do mapa: -Isto, como vê, é um peque no mundo. Seis missionários, aqui neste desvão – e sabemos lá quando aumentará o seu número – não chegam a nada. E infelizmente, o que se verifica connôsco e nesta porção a nós confiada, se verifica, afinal, em toda a província de Moçambique, ou, se prefere, em toda a colónia. E a sua mão começa a deslisar pela carta geográfica, lenta, meditativa, como quem toca numa ferida interior:

- Aqui ao Norte os missionários Monfortinos, em Pôrto Amélia. Como outrora connosco, em Quelimane, a sua actividade tem esbarrado com a obstinação dos maometanos, que nem vêm nem deixam vir. Para não consumirem inutilmente o seu esforço, pensam retirar mais para o interior. Deste lado esquerdo, uma missão italiana, extraordinariamente florescente. Por aqui (e percorre-os um a um), postos dos Missionários ultramarinos – os padres de Cocujães. Não são muitos, por agora, mas decididos, abnegados. «Aqui mais para o Sul, Quelimane, província extensa, onde muito trabalhamos até 1910, e que hoje pede missionários. Fala-se numa provável ida dos Padres Salesianos. Deus o queira! Transpunha agora a extensa desembocadura do Zambeze, e entrava pela província da Beira, onde as missões dos Padres Franciscanos se têm ido multiplicando:

- Estas, pela sua extensão e resultados, mais do que uma esperança, são já uma realidade confortadora. E protestando-o a si mesmo, com energia contida mas inabalável: - Precisamos de semear êste nosso Moçambique de missões, cuja obra de tal modo se enraíze que nunca mais desapareça. Levanta-se do mapa, do seu solilóquio em voz alta, para nos comunicar numa esperança. E sorri, como só eles sabem sorrir. Não são os lábios que se entreabrem, é a alma que assoma, em toda a inocência: - Isso mesmo nos leva para Angónia. Talvez consigamos resolver o problema do pessoal. Volta a magoa-lo aquele espinho. - Os angónis são um povo sequioso de verdade, de ciência. Cheios de recursos e desejosos de se valorizarem. Depois, com a sede de Deus. Dóceis. Veja que – e isso representa uma lacuna, com que é preciso acabar – emigram para território inglês à busca de instrução. Nós esperamos neles. E recai sobre o mapa, talvez já esquecido de que estou a ouvir:

- Que Deus abençoe a nossa empresa!... Nesta parte do Sul, na nova arquidiocese de Lourenço marques, trabalham sobretudo padres seculares. De religiosos, foram para lá há pouco vários Lazaristas, mas creio que só a Direcção do Seminário, por enquanto. Resume, abrangendo o mapa com um gesto: - Como vê, gôtas de água... para um Oceano! Já a despedir-me, avanço uma última pergunta: - Mas, afinal, a alma, o segredo da sua partida... O Padre Superior, imensamente bondoso, que respondera a tudo, também agora se não nega. Responde vagarosamente, mão na minha mão, a despedirmo-nos: - Um religioso, um sacerdote, sabe que há no mundo outras realidades, outros factos, além do dever-haver do comerciante, além dos melhores cálculos da aritmética e das previsões humanas. Deus também é um facto. Eu creio na Providência. Falta-me o sentido das realidades, se assim o querem. Ou não serei eu antes um realista, um homem que crê, apesar de tudo e contra tudo, na Grande Realidade?

Fonte: SERRAS, Alípio, *Missão Jesuítica da Zambézia*, Boletim Geral das Colónias, Nº 197, Lisboa, AGC, Ateliers Gráficos Bertrand Lda. Nov. 1941:100-103.

Anexo 4/A. A Concordata Missionária

7 de Maio de 1940

Concordata Missionária
«Em nome da Santíssima Trindade»

Sua Santidade o Sumo Pontífice Pio XII e Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, dispostos a regular por mútuo acordo e de modo estável a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal, para a paz e maior bem da Igreja e do Estado, resolveram concluir entre si uma solene Convenção que reconheça e garanta a liberdade e salvaguarde os legítimos interesses da Nação Portuguesa, inclusivamente no que respeita às missões católicas e ao Padroado do Oriente. Para tal efeito, Sua Santidade nomeou seu Plenipotenciário Sua Eminência Reverendíssima o Senhor Cardeal LUIGI MAGLIONE, Seu Secretário de Estado, E o Senhor Presidente da República Portuguesa Sua Excelência o Sr. General EDUARDO AUGUSTO MARQUES, antigo Ministro das Colónias, Presidente da Câmara Corporativa, Gran Cruz das Ordens militares de Cristo, de S. Bento d'Aviz e da Ordem do Império Colonial; Sua Excelência o Sr. Doutor MARIO DE FIGUEIREDO, antigo Ministro da Justiça e dos Cultos, Professor e Director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Deputado e Gran Cruz da Ordem militar de S. Tiago da Espada; Sua Excelência o Sr. Doutor VASCO FRANCISCO CAETANO DE QUEVEDO, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto da Santa Sé, Gran Cruz da Ordem militar de Cristo e Cavaleiro de Gran Cruz da Ordem de S. Gregório Magno; os quais, trocados os seus respectivos plenos poderes e achados em boa e devida forma, acordaram nos artigos seguintes:

I
A Santa Sé, sujeito de Direito Internacional – Personalidade
Artigo 1º - A República Portuguesa reconhece a personalidade jurídica da Igreja Católica. As relações (p. 11) amigáveis com a Santa Sé serão asseguradas na forma tradicional por que historicamente se exprimiam, mediante um Núncio Apostólico junto da República Portuguesa e um Embaixador da República junto da Santa Sé.

Art. II
É garantido à Igreja Católica o livre exercício da sua autoridade : na esfera da sua competência, tem a faculdade de exercer os actos do seu poder de ordem e jurisdição sem qualquer impedimento. Para tanto, a Santa Sé pode livremente publicar qualquer disposição relativa ao govêrno da Igreja e, em tudo quanto se refere ao seu ministério pastoral, comunicar e corresponder-se com os prelados, clero e todos os católicos de Portugal, assim como êstes o podem com a Santa Sé, sem necessidade de prévia aprovação do Estado para se publicarem e correrem dentro do País as bulas e quaisquer instruções ou determinações da Santa Sé. Nos mesmos termos, gozam desta faculdade os Ordinários e demais Autoridades eclesiásticas relativamente ao seu clero e fiéis.

Art. III
A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica. O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canònicamente erectos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante. Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-à do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos.

Art. IV
As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior, podem adquirir bens e dispôr dêles nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente Autoridade eclesiástica. Se, porém, além de fins religiosos, se propuzerem também fins de assistência e beneficência em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo direito português para estas associações ou corporações, que se tornará efectivo atravez do Ordinário competente e que nunca poderá, ser mais gravoso do que o regime estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza.

Art. V
A Igreja pode livremente cobrar dos fiéis colectas e quaisquer importâncias destinadas à realização dos seus fins, designadamente no interior e à porta dos templos, assim como dos edifícios e lugares que lhe pertençam.

Art. VI
É reconhecida à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam e estão ainda na posse do Estado, como templos, paços episcopais e residências paróquiais com seus passais, seminários com suas cêrcas, casas de institutos religiosos, paramentos, alfaias e outros objectos afectos ao culto e religião católica, salvo os que se encontrem actualmente aplicados a serviços públicos ou classificados como « monumentos nacionais » ou como « imóveis de interêsse público ». Os bens referidos na alínea anterior que não estejam actualmente na posse do Estado podem ser transferidos à Igreja pelos seus possuidores sem qualquer encargo de caracter fiscal, desde que o acto de transferência seja celebrado dentro do prazo de seis mêses a contar da troca das ratificações desta Concordata. Os imóveis classificados como « monumentos nacionais » e como « de interêsse público », ou que o venham a ser dentro de cinco anos a contar da troca das ratificações, ficarão em propriedade do Estado com afectação permanente ao serviço da Igreja. Ao Estado cabe a sua conservação, reparação e restauração de harmonia com plano estabelecido de acôrdo com a Autoridade eclesiástica, para evitar perturbações no serviço religioso; à Igreja incumbe a sua guarda e regime interno, designadamente no que respeita ao horário de visitas, na direcção das quais poderá intervir um funcionário nomeado pelo Estado. Os objectos destinados ao culto que se encontrem em algum museu do Estado ou das autarquias locais ou institucionais serão sempre cedidos para as cerimónias religiosas no templo a que pertenciam, quando êste se ache na mesma localidade onde os ditos objectos são guardados. A cedência far-se-à a requisição da competente Autoridade eclesiástica, que velará pela guarda dos objectos cedidos, sob a responsabilidade de fiel depositário.

Art. VII
Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto do culto católico pode ser demolido ou destinado pelo Estado a outro fim, a não ser por acôrdo prévio com a Autoridade eclesiástica competente ou por motivo de urgente necessidade pública, como guerra, incêndio ou inundação. No caso de expropriação por utilidade pública, será sempre ouvida a respectiva Autoridade eclesiástica, mesmo sôbre o quantitativo da indemnização. Em qualquer caso, não será praticado acto algum de apropriação sem que os bens expropriados sejam privados do seu caracter sagrado.

Art. VIII
São isentos de qualquer imposto ou contribuição, geral ou local, os templos e objectos nêles contidos, os seminários ou quaisquer estabelecimentos destinados à formação do clero, e bem assim os editais e avisos afixados à porta das igrejas, relativos ao ministério sagrado; de igual isenção gozam os eclesiásticos pelo exercício do seu munus espiritual. Os bens e entidades eclesiásticos, não compreendidos na alínea precedente, não poderão ser onerados com impostos ou contribuições especiais.

Art. IX
Os Arcebispos e Bispos residenciais, seus coadjutores cum iure successionis e auxiliares, os párocos, os reitores dos seminários, e em geral os directores e superiores de institutos ou associações dotados de personalidade jurídica com jurisdição em uma ou mais províncias do Pais, deverão ser cidadãos portuguêses.

Art. X
A Santa Sé, antes de proceder à nomeação de um Arcebispo ou Bispo residencial ou de um coadjutor cum iure successionis, salvo o que está, disposto a respeito do Padroado e do Semi-Padroado, comunicará o nome da pessoa escolhida ao Govêrno Português a fim de saber se contra ela há objecções de caracter político geral. O silêncio do Govêrno, decorridos trinta dias sôbre a referida comunicação, será interpretado no sentido de que não há objecções. Tôdas as diligências previstas nêste artigo ficarão secretas.

Art. XI
No exercício do seu ministério, os eclesiásticos gozam da protecção do Estado, nos mesmos termos que as autoridades públicas.

Art. XII
Os eclesiásticos não podem ser preguntados pelos magistrados ou outras autoridades sôbre factos e cousas de que tenham tido conhecimento por motivo do sagrado ministério.

Art. XIII
Os eclesiásticos são isentos da obrigação de assumir os cargos de jurados, membros de tribunais ou comissões de impostos, e outros da mesma natureza, considerados pelo Direito Canónico como incompatíveis com o estado eclesiástico.

Art. XIV
O serviço militar será prestado pelos sacerdotes e clérigos sob a forma de assistência religiosa às fôrças armadas e, em tempo de guerra, também nas formações sanitárias. Todavia o Govêrno providenciará para que mesmo em caso de guerra o dito serviço militar se realize com o menor prejuízo possível para a cura de almas das populações na Metrópole e no Ultramar Português.

Art. XV
O uso do hábito eclesiástico ou religioso por parte de seculares ou de pessoas eclesiásticas ou religiosas a quem tenha sido interdito por medida das competentes Autoridades eclesiásticas, oficialmente comunicada às autoridades do Estado, é punido com as mesmas penas que o uso abusivo de uniforme próprio dum emprêgo público. É punido nos mesmos termos o exercício abusivo de jurisdição e de funções eclesiásticas.

Art. XVI
É assegurado à Igreja Católica o livre exercício de todos os actos de culto, privado ou público, sem prejuìzo das exigências de polícia e trânsito.

Art. XVII
Para garantir a assistência espiritual nos hospitais, refúgios, colégios, asilos, prisões e outros estabelecimentos similares do Estado, das Autarquias locais e institucionais e das Misericórdias, que não tenham capela e serviço privativo para êste efeito, é livre o acesso ao pároco do lugar e ao sacerdote encarregado dêstes serviços pela competente Autoridade eclesiástica, sem prejuìzo da observância dos respectivos regulamentos, salvo em caso de urgência.

Art. XVIII
A República Portuguesa garante a assistência religiosa em campanha, às fôrças de terra, mar e ar e, para êste efeito, organizará um corpo de capelães militares que serão considerados oficiais graduados. O Bispo que desempenhar as funções de Ordinário Castrense, será nomeado pela Santa Sé de acôrdo com o Govêrno. Para as expedições coloniais poderá ser nomeado Ordinário Castrense um Bispo que tenha sede na respectiva colónia. O Ordinário Castrense pode nomear, de acôrdo com o Govêrno, um Vigário Geral. Os capelães militares serão nomeados, de entre os sacerdotes apurados para os serviços auxiliares, pelo Ordinário Castrense, de acôrdo com o Govêrno. Os capelães militares têm jurisdição paróquial sôbre as suas tropas, e estas gozam, quanto aos seus deveres religiosos, dos privilégios e isenções concedidos pelo Direito Canónico.

Art. XIX
O Estado providenciará no sentido de tornar possível a todos os católicos, que estão ao seu serviço ou que são membros das suas organizações, o cumprimento regular dos deveres religiosos nos domingos e dias festivos.

Art. XX
As associações e organizações da Igreja podem livremente estabelecer e manter escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas, nos termos do direito comum, à fiscalização dêste e podendo, nos mesmos termos, ser subsidiadas e oficializadas. O ensino religioso nas escolas e cursos particulares não depende de autorização do Estado, e poderá ser livremente ministrado pela Autoridade eclesiástica ou pelos seus encarregados. É livre a fundação dos seminários ou de quaisquer outros estabelecimentos de formação ou alta cultura eclesiástica. O seu regime interno não está sujeito à fiscalização do Estado. A êste deverão, no entanto, ser comunicados os livros adoptados de disciplinas não filosóficas ou teológicas. As autoridades eclesiásticas competentes cuidarão que no ensino das disciplinas especiais, como no da História, se tenha em conta o legítimo sentimento patriótico português.

Art. XXI
O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do Pais. Conseqüentemente ministrar-se-à o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, não tiverem feito pedido de isenção. Nos asilos, orfanatos, estabelecimentos e institutos oficiais de educação de menores, e de correcção ou reforma, dependentes do Estado, será ministrado, por conta dêle, o ensino da religião católica e assegurada a prática dos seus preceitos. Para o ensino da religião católica, o texto deverá ser aprovado pela Autoridade eclesiástica e os professores serão nomeados pelo Estado de acôrdo com ela; em nenhum caso poderá ser ministrado o sobredito ensino por pessoas que a Autoridade eclesiástica não tenha aprovado como idóneas.

Art. XXII
O Estado Português reconhece efeitos civis aos casamentos celebrados em conformidade com as leis canónicas, desde que a acta do casamento seja transcrita nos competentes registos do estado civil. As publicações do casamento far-se-ão não só nas respectivas igrejas paróquiais, mas também nas competentes repartições do registo civil. Os casamentos in articulo mortis, em iminência de parto, ou cuja imediata celebração seja expressamente autorizada pelo Ordinário próprio por grave motivo de ordem moral, poderão ser contraldos independentemente do processo preliminar das publicações. O pároco enviará dentro de três dias cópia integral da acta do casamento, repartição competente do registo civil para ser aì transcrita; a transcrição deve ser feita no prazo de dois dias e comunicada pelo funcionário respectivo ao pároco até ao dia imediato àquêle em que foi feita com indicação da data. O pároco que, sem graves motivos, deixar de enviar a cópia da acta, dentro do prazo, incorre nas penas de desobediência qualificada; e o funcionário do registo civil que não fizer a transcrição no tempo devido incorrerá nas penas cominadas pela lei orgânica do serviço.

Art. XXIII
O casamento produz todos os efeitos civis desde a data da celebração se a transcrição fôr feita no prazo de sete dias. Não o sendo, só produz efeitos, relativamente a terceiros, a contar da data da transcrição. Não obsta à transcrição a morte de um ou ambos os cônjuges.

Art. XXIV
Em harmonia com as propriedades essenciais do casamento católico, entende-se que, pelo próprio facto da celebração do casamento canónico, os cônjuges renunciarão à faculdade civil de requererem o divórcio, que por isso não poderá ser aplicado pelos tribunais civis aos casamentos católicos.

Art. XXV
O conhecimento das causas concernentes à nulidade do casamento católico e à dispensa do casamento rato e não consumado, é reservado aos tribunais e repartições eclesiásticos competentes. As decisões e sentenças destas repartições e tribunais, quando definitivas, subirão ao Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica para verificação, e serão, depois, com os respectivos decretos daquêle Supremo Tribunal, transmitidas, pela via diplomática, ao Tribunal da Relação do Estado, territorialmente competente, que as tornará executivas e mandará que sejam averbadas nos registos do estado civil, à margem da acta do casamento.

Art. XXVI
A divisão eclesiástica do Ultramar Português será feita em dioceses e circunscrições missionárias autónomas. Dentro de umas e de outras podem ser erectas direcções missionárias pelos respectivos prelados, de acôrdo com o Govêrno. Os limites das dioceses e circunscrições missionárias serão fixados de maneira a corresponderem, na medida do possível, à divisão administrativa.

Art. XXVII
A vida religiosa e o apostolado missionário nas dioceses serão assegurados pelo respectivo bispo residencial, e nas circunscrições missionárias por corporações missionárias. As corporações missionárias reconhecidas estabelecerão em Portugal continental ou ilhas adjacentes casas de formação e de repouso para o seu pessoal missionário. As casas de formação e de repouso de cada corporação constituem um único instituto, subsidiado pelo orçamento da Metrópole. Às dioceses e circunscrições missionárias, às outras entidades eclesiásticas e aos institutos religiosos das colónias, e bem assim aos institutos missionários, masculinos e femininos, que se estabelecerem em Portugal continental ou ilhas adjacentes, é reconhecida a personalidade jurídica. As dioceses e as circunscrições missionárias serão subsidiadas pelo Estado.

Art. XXVIII
Os Ordinários das dioceses e circunscrições missionárias, quando não haja missionários portugueses em número suficiente, podem, de acôrdo com a Santa Sé e com o Governo, chamar missionários estrangeiros, os quais serão admitidos nas missões da organização missionária portuguesa, desde que declarem submeter-se às leis e tribunais portuguêses. Esta submissão será a que convém a eclesiásticos. Quando dentro de cada diocese ou circunscrição missionária fôrem estabelecidas novas direcções missionárias, a nomeação dos respectivos directores, não podendo recair em cidadão português, só será feita depois de ouvido o Govêrno Português. Todos os missionários, do clero secular ou de corporações religiosas, nacionais ou estrangeiros, estarão inteiramente sujeitos à jurisdição ordinária dos prelados das dioceses e circunscrições missionárias, no que se refere ao trabalho missionário.

Art. XXIX

São consideradas em vigor as disposições da Concordata de 21 de Fevereiro de 1857, ressalvadas pela Concordata de 23 de Junho de 1886, e as da Concordata de 23 de Junho de 1886, umas e outras na parte não atingida por acôrdos posteriores, designadamente pelos de 15 de Abril de 1928 e de 11 de Abril de 1929 e por esta Convenção.

Art. XXX
Se vier a surgir qualquer dúvida na interpretação desta Concordata, a Santa Sé e o Govêrno Português procurarão de comum acôrdo uma solução amigável.

Art. XXXI
A presente Concordata, cujos textos em língua portuguesa e em língua italiana farão igualmente fé, será ratificada e entrará em vigor logo que sejam trocados os instrumentos de ratificação, salvo na parte cuja execução depende de legislação interna complementar da República Portuguesa, em que entrará em vigor só com essa mesma legislação. A entrada em vigor desta não poderá diferir-se além do prazo de dois mêses a contar da ratificação.

Feito em duplo exemplar.
Cidade do Vaticano, 7 de Maio de 1940.

L. CARD. MAGLIONE
EDUARDO AUGUSTO MARQUES
MARIO DE FIGUEIREDO
VASCO FRANCISCO CAETANO DE QUEVEDO
(*) AAS 32 (1940) 218-233.

Fonte: CORTESÃO, Armando Zuzarte (Coord.). *Cronica Colonial, Missões e Patriotismo,* II Série do Boletim Geral das Colónias, Nº 211, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos) Lda. Jan. 1943:92ss.

Anexo 4/B. O Acordo Missionário

7 de Maio de 1940

Acordo Missionário

Considerando: que na data de hoje foi assinada a Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa; que na dita Concordata nos artigos 26º a 28º estão enunciadas as normas fundamentais relativas à actividade missionária; que durante as negociações para a conclusão da mesma Concordata o Governo Portugues propôs que as ditas normas fossem ulteriormente desenvolvidas numa Concepção particular: A Santa Sé e o Governo Portugues resolveram estipular um acordo destinado a regular mais completamente as relações ente a Igreja e o Estado no que diz respeito à vida religiosa no Ultramar Português, permanecendo firme tudo quanto tem sido precedentemente convencionado a respeito do Padroado do Oriente. Para este fim nomearam plenipotenciários respectivamente e os quais, sob reserva de ratificação, concordaram em quanto se segue:

Artigo 1º - A divisão eclesiástica das colonias portuguesas será feita em dioceses e circunscrições missionárias autónomas. Aos bispos das dioceses cabe organizar, por intermédio do clero secular e regular, a vida religiosa e o apostolado da própria diocese. Nas circunscrições missionárias a vida religiosa e (p. 22) o apostolado serão assegurados por corporações missionárias reconhecidas pelo Governo, sem prejuízo de, com autorização deste, se estabelecerem, nos ditos territórios, missionários doutras corporações do clero secular.

Art. 2º. – Os Ordinários das dioceses e circunscrições missionárias, quando não haja missionários portugueses em número suficiente, podem, de acordo com a Santa Sé e com o Governo, chamar missionários estrangeiros, os quis serão admitidos nas missões da organização missionária portuguesa, desde que declarem submeter-se às leis e tribunais portugueses. Esta submissão será a que convém a eclesiásticos.

Art. 3º - As dioceses serão governadas por bispos residenciais e as circunscrições missionárias por Vigários ou Prefeitos Apostólicos, todos de nacionalidade portuguesa. Tanto numas como noutras, os missionários católicos do clero secular ou de corporações religiosas, nacionais ou estrangeiros, estarão inteiramente sujeitos à jurisdição dos sobreditos prelados no que se refere ao trabalho missionário.

Art. 4º - As dioceses e as circunscrições missionárias serão representadas junto do Governo da Metrópole pelo respectivo prelado ou por um seu delegado, e as corporações missionárias pelo respectivo Superior ou por um delegado. Os Superiores e os delegados, aqui mencionados, terão a nacionalidade portuguesa.

Art. 5º - As corporações missionárias reconhecidas estabelecerão em Portugal continental ou ilhas adjacentes casas de formação e de repouso para o seu pessoal missionário. As casas de formação e de repouso de cada corporação constituem um único instituto.

Art. 6º São desde já criadas três dioceses em Angola com sede em Luanda, Nova Lisboa e Silva Pôrto; três em Moçambique, com sede em Lourenço marques, Beira e Nampula; uma em Timor com sede em Dili. Além disso, nas ditas colónias e na Guiné (p. 23) poderão ser erectas circunscrições missionárias. A Santa Sé poderá, de acordo com o Governo, alterar o número das dioceses e circunscrições missionárias. Os limites das dioceses e circunscrições missionárias serão fixados pela Santa Sé de maneira a corresponderem, na medida do possível, à divisão administrativa e sempre dentro dos limites do território português.

Art. 7º - A Santa Sé, antes de proceder à nomeação de um arcebispo ou bispo residencial ou dum coadjutor cum jure successionis comunicará o nome da pessoa escolhida ao Governo Portugues a-fim-de saber se contra ela há objecções de caracter político geral. O silêncio do Governo, decorridos trinta dias sobre a referida comunicação, será interpretado no sentido de que não há objecções. Todas as diligências previstas neste artigo ficarão secretas. Quando dentro de cada diocese ou circunscrição missionária forem estabelecidas novas direcções missionárias, a nomeação dos respectivos directores, não podendo recair em cidadão português, só será feita depois de ouvido o Governo Portugues. Criada uma circunscrição eclesiástica, ou tornando-se vacante a Santa Sé, antes do provimento definitivo, poderá imediatamente constituir um administrador apostólico provisório, comunicando ao Governo Portugues a nomeação feita.

Art. 8º - Às dioceses e circunscrições missionárias, às outras entidades eclesiásticas e aos institutos religiosos das colonias, e bem assim aos institutos missionários, masculinos e femininos, que se estabelecerem em Portugal continental ou ilhas adjacentes é econhecida a personalidade jurídica.

Art. 9º - As corporações missionárias reconhecidas, masculinas e femininas, serão, independentemente dos auxílios que receberem da Santa Sé, subsidiadas segundo a necessidade pelo Governo da metrópole e pelo Governo da respectiva colónia. Na distribuição dos ditos subsídios, ter-se-ão em conta não somente o (p. 24) número de alunos das casas de formação e dos missionários nas colónias, mas também as obras missionárias, compreendendo nelas os seminários e as outras obras para o clero indígena. Na distribuição dos subsídios a cargo das colónias, as dioceses serão consideradas em paridade de condições com as circunscrições missionárias.

Art. 10º - Além dos subsídios a que se refere o artigo anterior, o Governo continuará a conceder gratuitamente terrenos disponíveis às missões Católicas, para o seu desenvolvimento e novas fundações. Para o mesmo fim, as entidades mencionadas no artigo 8º poderão receber subsídios particulares e aceitar heranças, legados e doações.

Art. 11º - Serão isentos de qualquer imposto ou contribuição, tanto na metrópole como nas colónias:

a) Todos os bens que as entidades mencionadas no artigo 8º possuírem em conformidade com os seus fins;
b) Todos os actos inter vivos de aquisição ou de alienação realizados pelas ditas entidades para satisfação dos seus fins, assim como todas as disposições mortis causa de que forem beneficiárias para os mesmos fins. Além disso, serão isentos de todos os direitos aduaneiros as imagens sagradas e outros objectos de culto.

Art. 12º - Além dos subsídios previstos no artigo 9º , o Governo Portugues garante aos bispos residenciais, como Superiores das missões e das respectivas dioceses e aos Vigarios e Prefeitos Apostólicos honorários condignos e mantém-lhes o direito à pensão de aposentação. Para viagens ou deslocações, porém, não haverá direito a qualquer ajuda de custo.

Art. 13º - O Governo Portugues continuará a abonar a pensão de aposentação ao pessoal missionário aposentado e para o futuro dá-la-á aos membros do clero secular missionário, quando tiverem completado o número de anos de serviço necessário para tal efeito.

Art. 14º - Todo o pessoal missionário terá direito (p.25) ao abono das despesas de viagem dentro e fora das colónias. Para gozar de tal direito basta que na Metrópole o Ordinário ou seu delegado apresente ao Governo os nomes das pessoas, juntamente com atestado médico, que comprove a robustez física necessária para viver nos territórios do Ultramar, sem necessidade de outras formalidades. Se o Governo, por fundados motivos, julgar insuficiente o atestado médico, poderá ordenar novo exame, que será feito na forma devida por médicos de confiança, sempre do sexo feminino, para as pessoas deste sexo. As viagens de regresso à Metrópole por motivo de doença ou de gozo de licença graciosa serão, por proposta dos respectivos prelados, autorizadas segundo as normas vigentes para os funcionários públicos.

Art. 15º - As missões católicas portuguesas podem expandir-se livremente, para exercerem as formas de actividade que lhes são próprias e nomeadamente a de fundar e dirigir escolas para os indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos, institutos de ensino elementar, secundário e profissional, seminários, catecumenatos, ambulâncias e hospitais. De acordo com a autoridade eclesiástica local, poderão ser confiados a missionários portugueses os serviços de assistência religiosa e escolar a súditos portugueses em territórios estrangeiros.

Art. 17º - Os Ordinários, os missionários, o pessoal auxiliar e as irmãs missionárias, não sendo funcionários públicos, não estão sujeitos ao regulamento disciplinar nem a outras prescrições ou formalidades a que possam estar sujeitos aqueles funcionários.

Art. 18º - Os prelados das dioceses e circunscrições missionárias e os superiores das corporações mis(p.26)sionáias na Metrópole darão anualmente ao Governo informações sobre o movimento missionário e actividade exterior das missões.

Art. 19º - A Santa Sé continuará a usar da sua autoridade, para que as corporações missionárias portuguesas intensifiquem a evangelização dos indígenas e o apostolado missionário.

Art. 20º - Mantém-se em vigor o regime paróquial da diocese de Cabo Verde.

Art. 21º - Os dois textos do presente Acordo, em língua portuguesa e em língua italiana, farão igualmente fé.

Cidade do Vaticano, 7 de Maio de 1940
S. ema o Cardial Maglion – Secretário de Estado do Vaticano
General Eduardo Marques – Presidente da Câmara Corporativa

Fonte: CORTESÃO, Armando Zuzarte. *Boletim Geral das Colónias,* Nº 180, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos) Lda. Jun. 1940:22-27.

Anexo 4/C. A Bula «Solemnibus Conventionibus»

4 Setembro de 1940

Pio, Bispo Servo dos Servos de Deus para Perpétua Memória

Assinados, no dia sete de Maio deste ano, solenes acordos ente a Sé Apostólica e a República Portuguesa, e ratificados no primeiro dia do seguinte mês de Junho, nos quais, mais que tudo, se altera a jerarquia eclesiástica nas Colónias Portuguesas de África de Timor, Nós, que nada mais temos a peito do que promover o desenvolvimento do Catolicismo naquelas regiões distantes, depois de tudo maduramente pensado, e suprindo, em quanto é preciso, o consentimento de todos aqueles a quem interessa ou que julguem interessar-lhes, com a plenitude do Nosso Poder Apostólico, havemos por bem decretar o seguinte:

i. Dividimos e separamos da diocese de Sant´Iago de Cabo verde o território da Guiné Portuguesa, e erigimo-lo em nova missão «sui júris»

ii. Na Colónia de Angola, suprimimos a diocese de Angola e Congo e as prefeituras apostólicas do Congo Inferior e de Cubango em Angola, e as missões de Lunda e do Cunene, e com elas criamos novas dioceses, a saber:

1. A Igreja Metropolitana de Luanda, cujo território abrangerá a província civil do mesmo nome que consta dos distritos de Cabinda, Zaire, Congo, Luanda e Cuanza Norte, e os distritos de Cuanza-Sul, da província de Benguela, e Malanje da província do mesmo nome. Constituímos a sede desta nova Igreja Metropolitana na cidade de Luanda, da qual a mesma Arquidiocese toma o nome; elevamos à honra e dignidade da Igreja Metropolitana a Igreja Paróquial dedicada a Nossa Senhora dos Remédios, existente naquela cidade, que até agora serviu de Sé Catedral da diocese suprimida, acima mencionada, de Angola e Congo, e queremos que essa igreja seja intitulada de S. Salvador e juntamente de Nossa Senhora dos Remédios, em memória da antiga igreja de S. Salvador. O Cabido da sobredita Igreja Catedral será d´ora-avante honrado com o título de Cabido Metropolitano, com os direitos e as insígnias que de direito lhe pertençam, firmes, contudo, os indultos que já possue.
2. Fundamos e constituímos, além disso, a diocese de Nova Lisboa, que compreenderá a província civil de Huíla, com os seus distritos de Mossâmedes e de Huíla, e também os distritos de Benguela e Huambo da província civil de Benguela. Desta nova diocese constituímos a sede episcopal na cidade de Nova Lisboa que elevamos à categoria de cidade episcopal. Fixamos a sé prelatícia na igreja paróquial de Nossa Senhora da Conceição, existente na mesma cidade, que por isso se eleva à honra de Igreja Catedral.
3. Ainda, além disso, erigimos e constituímos a diocese de Silva Pôrto, que abrange a província civil de Bié, com os seus distritos do Bié e do Moxico, e o distrito de Lunda, da província de Malanje. Estabelecemos a sede da diocese assim erecta na cidade de Silva Pôrto, que, portanto, será dignificada com a honra de Cidade Episcopal. A igreja paróquial de S. Lourenço Mártir, daquela cidade, elevamo-la à dignidade de Sé Catedral.

As mencionadas dioceses de Nova Lisboa e de Silva Pôrto constituímo-las sufragâneas da nova arquidiocese de Luanda, e sujeitamo-las com os seus prelados ao direito metropolítico do seu arcebispo «pre tempore».

Para que as sobreditas igrejas se unam, cada uma na sua ordem, constituímos, na Colónia de Angola, uma nova província eclesiástica que se deve chamar de Luanda, a qual constará da Igreja Metropolitana de Luanda e das dioceses sufragâneas de Nova Lisboa e de Silva Pôrto, e também de S. Tomé, ate agora sufragânea da Igreja Metropolitana Patriarcal de Lisboa, a qual, por conseguinte, eximimos do direito metropolítico desta igreja, e unimos à Igreja Metropolitana de Luanda na pessoa do seu arcebispo.

iii. Na Colónia de Moçambique, suprimimos e declaramos suprimida a Prelatura «Nullius» moçambicana, sufragânea da Igreja Metropolitana de Goa, e, em seu lugar, criamos e constituímos:

1. A Igreja Metropolitana de Lourenço Marques, à qual determinamos o território da província civil do Sul do Save, com os seus distritos de Lourenço Marques e de Inhambane. Constituímos a sua sede na cidade de Lourenço Marques, da qual toma o nome e mesma arquidiocese e fixamos a sé arquiepiscopal na igreja de Nossa Senhora da Conceição que se há de dedicar a Deus naquela cidade, a qual, por êste motivo d´ora-avante gozará da dignidade de igreja metropolitana.
2. Criamos, além disso, a diocese que estabelecemos chamar-se da beira, em razão da mesma cidade, e na qual está a sede episcopal, e determinamos-lhe o território da província civil da Zambézia, com os seus distritos da Beira, Tete e Quelimane. Constituímos a sé episcopal desta nova diocese da beira na igreja de Nossa Senhora do Rosário, existente na mesma cidade da Beira.
3. Por último, erigimos a diocese de Nampula, com sede episcopal na cidade do mesmo nome, e determinamos-lhe o território da província civil do Niassa com os seus distritos de Moçambique e Pôrto Amelia. A sé episcopal há de ser constituída na igreja a edificar com o titulo de Nossa Senhora de Fátima. Além disso, constituímos estas duas dioceses da Beira e de Nampula, agora criadas, sufragâneas da nova Igreja Metropolitana de Lourenço Marques e sujeitamos os seus bispos ao direito metropolitano deste arcebispo. Todas as citadas dioceses erectas na Colónia de Moçambique formarão uma única província eclesiástica denominada de Lourenço Marques, que constará, pois, da Igreja Metropolitana do mesmo nome e das dioceses sufragâneas da Beira e de Nampula.

iv. Finalmente, a Ilha de Timor, na região dependente da República Portuguesa, até agora da jurisdição diocesana de Macau, separamo-la do território desta diocese, erigimo-la em nova diocese que se chamará dee Dili, e constituímo-la sufgraganea da Igreja Metropolitana de Goa, e sujeitamos os seus bispos «pro tempore» aoo direito metropolitano do arcebispo de Goa e de Damão.

Colocamos a sede prelatica desta nova diocese na cidade de Dili, e erigimos em sé episcopal a igreja consagrada a Deus, em honra de Nossa Senhora da Conceição, situada na mesma cidade.

A cada uma das novas igrejas constituídas, quer metropolitanas, quer catedrais, e aos seus bispos, «pro tempore». Concedemos todos os direitos, insígnias, privilégios, favores e gracas de que desfrutam, por direito comum, as outras igrejas metropolitanas e catedrais do Mundo e dos seus prelados, e obrigamo-los aos mesmos ofícios e deveres a que estão adstritos os outros.

Concedemos aos Arcebispos a faculdade especial de levar diante de si a Cruz e de usar o sagrado pálio, depois de ter sido requerido e obtido da Sé Apostólica, em Sacro Consistorio, como de costume.

Visto que as circunstâncias actuais não permitem que na nova Arquidiocese de Lourenço Marques e nas outras dioceses, agora criadas, se instituam logo os cabidos canonicais, facultamos, entretanto, que, em vez dos Cónegos, se elejam e empreguem consultores diocesanos, em conformidade com o direito. Mandamos que se observem exactamente as prescrições canónicas no que se refere ao Govêrno e administração das mesmas dioceses, à eleição do Vigário Capitular, ou Governador do Bispado, «sede vacante», e dos direitos e deveres do Clero e dos fiéis, e a quanto seja do mesmo género. No que particularmente respeita ao Clero, estatuímos que os Clérigos que estiverem legitimamente no território daquelas dioceses, logo que estas Nossas Letras forem postas em execução, se tenham por ligados a essas mesmas dioceses. Queremos, além disso, que todos os documentos e actas relacionados com estas novas dioceses com o seu clero e fiéis, sejam entregues, logo que seja possível, à Cúria episcopal de cada uma, por aqueles a quem isso pertença, para se guardarem no respectivo arquivo.

Para executar quanto acima se dispõe e constituiu, elegemos o nosso venerável Irmão Pedro Ciriaci, Arcebispo titular de Tarso e Núncio Apostólico em Portugal, e concedemos-lhe, portanto, as faculdades necessárias e para isso oportunas, até a de subdelegar noutra qualquer pessoa constituída em dignidade eclesiástica, para o efeito requerido e encarregamo-lo de transmitir à Sagrada Congregação Consistorial, o mais depressa possível, um exemplar autêntico dos actos da execução realizada.

Queremos e declaramos que as presentes Letras e tudo quanto nelas se contém, em nenhum tempo possam ser censuradas, atacadas ou discutidas, mesmo por não terem sido ouvidos ou não terem consentido nas propostas alguns dos quais interessem ou presumam interessar-lhes, ainda que sejam dignos de menção específica e individual, por vício de subrepção ou obrepção, ou de nulidade ou de intenção Nossa, ou por outro qualquer defeito, ainda mesmo substancial e não pensado, mas que são e hão de ser perpetuamente válidas e obtêm e alcançam os seus efeitos plenários e íntegros, devendo ser inviolavelmente observadas por todos a quantos dizem respeito, como feitas e emanadas de ciência certa e por plenitude de poder, e que é e será absolutamente irrito e nulo se acontecer serem contrariadas por qualquer pessoa de qualquer autoridade, ciente ou ignorantemente.

Não obstam a isto, mesmo que existam, as regras em contrário publicadas em Concílios sinodais, províncíais, gerais ou universais, em constituições grais ou especiais, em ordenações apostólicas ou outra qualquer disposição dos Romanos Pontífices, ainda mesmo dignos de especial menção, tôdas as quais derrogamos pelos presentes.

Queremos também que aos transuntos destas Letras, mesmo impressos mas reconhecidos com a assinatura de algum notário público e munidos de sêlo de pessoa constituída em dignidade ou ofício eclesiástico , se dê absolutamente a mesma fé que se daria a estas letras se as próprias fossem apresentadas ou mostradas.

A ninguém, pois, é lícito contrariar o que peculiarmente se determina nestas Nossas Letras, e se alguém, presumir, com temerário atrevimento, atentar contra o que nelas se estatue, saiba que há de incorrer na indignação de Deus Omnipotente e dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo.

Dado em Roma, junto de S. Pedro, no dia quatro do mês de Setembro, no ano do Senhor de Mil novecentos e quarenta, segundo do Nosso Pontificado. = G. S. T. = Luiz Card, Maglione, Secretário de Estado

fr. R. C. Card. Rossi, Secretário da Sagrada Congreg. Consistorial.
Luiz Kaas, prot. Ap. Carlos Respighi, Prot. Ap. Jorge Stara Tedde, Ajud. Dos Estudos da Chancelaria Apostólica. «Expedida» no dia 14 de Dezembro. Lugar + do Selo de Chumbo. Ano «segundo», Alfredo Maini, plumbator.
Reg. Na Chancel. Apost. – Vol. LXIV. N. 25 – Luiz Trussardi. A Marini, Escrivão Apostólico.

Fonte: CORTESÃO, *Armando Zuzarte. Boletim Geral das Colónias,* Nº 188, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos) Lda. Fev. 1941:82-86

Anexo 4/D. O Estatuto Missionário

5 de Abril 1941

O Estatuto Missionário

O diário do Govêrno de 5 de Abril (1941) publicou o Estatuto Missionário que regulamenta os princípios da Concordata e do Acordo Missionário. Segue o teor do importante diploma:

Artigo 1º. É garantido à Igreja Católica no ultramar o livre exercício da sua autoridade: na esfera da sua competência, tem a faculdade de exercer os actos do seu poder de ordem e jurisdição sem qualquer impedimento. Para tanto, a Santa Sé pode livremente publicar qualquer disposição relativa ao Govêrno da Igreja e, em tudo quanto se refere ao seu ministério pastoral, comunicar e corresponder-se com os Prelados, clero e todos os católicos do ultramar, assim como estes o podem com a Santa Sé, sem necessidade de prévia aprovação do Estado para se publicarem e correrem dentro do território ultramarino as bulas e quaisquer instruções ou determinações da Santa Sé. Nos mesmos termos, gozam desta faculdade os Ordinários e demais autoridades eclesiásticas relativamente ao seu clero e fiéis.

Art. 2º. As missões católicas portuguesas são organizações eclesiásticas, reconhecidas pelo Govêrno, nos termos da Concordata e do Acordo Missionário. As missões católicas portuguesas são consideradas instituições de utilidade imperial e sentido eminentemente civilizador.

Art. 3º. As missões católicas portuguesas podem expandir-se livremente, para exercer as formas de actividade que lhes são próprias, e nomeadamente a de fundar e dirigir escolas para os indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos, institutos de ensino elementar, secundario e profissional, seminários, catecumenatos, ambulâncias e hospitais, nos termos do presente diploma.

II

Art. 4º. A divisão eclesiástica das Colónias será feita em dioceses e circunscrições missionárias autónomas. Numas e noutras podem criar-se direcções missionárias.

Art. 5º. A criação de dioceses e de circunscrições missionárias é feita pela Santa Sé. A Santa Sé pode, de acordo com o Govêrno, alterar o número das dioceses e das circunscrições missionárias. Os limites das dioceses e das circunscrições missionárias serão fixados pela Santa Sé de maneira a corresponderem, na medida do possível, à divisão administrativa e sempre dentro dos limites do território português.

Art. 6º. As direcções missionárias serão erectas de acordo com o Govêrno pelos Prelados da área em que hajam de desenvolver a sua actividade. (p. 71) Os seus limites serão fixados de maneira a corresponderem, na medida do possível, à divisão administrativa.

Art. 7º. Quando um prelado quiser erigir uma direcção missionária, comunicará o seu intento ao Ministro das Colonias, por intermédio do governador da colónia, com a indicação das razões que o determinam. O Ministro das Colónias dará a sua resposta dentro do mais curto prazo possível.

Art. 8º. É reconhecida personalidade jurídica às dioceses e às circunscrições missionárias, às outras entidades eclesiásticas e aos institutos religiosos das colonias, que assim são considerados pessoas morais, com capacidade jurídica. As dioceses e as circunscrições missionárias serão legitimamente representadas pelos respectivos Ordinários. As outras pessoas morais serão representadas pelos Ordinários ou por quem estes designarem.

Art. 9º. As dioceses serão governadas por bispos residenciais: as circunscrições missionárias por vigários ou prefeitos apostólicos. Os bispos residenciais e os vigários ou prefeitos apostólicos serão sempre de nacionalidade portuguesa.

Art. 10º. As direcções missionárias serão governadas por directores, que poderão ser simples sacerdotes. Os superiores das direcções missionárias, quando não puderem ser portugueses, só serão nomeados depois de ouvido o Govêrno Português.

Art. 11º. Nas dioceses a vida religiosa e o apostolado serão assegurados pelos bispos, por intermedio do clero secular ou regular, europeu ou indígena.

Art. 12º. Nas circunscrições missionárias a vida religiosa e o apostolado serão assegurados por corporações missionárias reconhecidas pelo Govêrno.

III

Art. 13º. Só se entende por pessoal missionário: os prelados e o seu clero secular e os membros das corporações missionárias masculinas e femininas que segundo as normas dos seus institutos, se consagram ao apostolado nas colonias.

Art. 14º. Missionários são os sacerdotes que, inteiramente subordinados aos prelados, se consagram nas Colónias exclusivamente à difusão da fé católica e à civilização da população indígena; auxiliares os que, não sendo sacerdotes, com eles cooperam na realização dos mesmos fins, a que absolutamente se consagram.

Art. 15º. Em principio, o pessoal missionário deverá ser de nacionalidade portuguesa. Podem, porém, os ordinários das dioceses e das circunscrições missionárias chamar missionários ou pessoal missionário feminino de nacionalidade estrangeira quando, reconhecidamente, haja necessidade de suprir a falta de missionários ou de pessoal missionário feminino de nacionalidade portuguesa.

§ 1º. Antes de chamar missionários de nacionalidade estrangeira devem os ordinários obter o expresso acordo do Govêrno Português e da Santa Sé, não sendo a residência na Colónia aos que não tenham sido chamados pelos ordinários ou o tenham sido em contravenção do disposto no presente parágrafo.

§ 2º. Os missionários estrangeiros ficarão sempre integrados nas missões da organização missionária portuguesa.

Art. 16º. Os estrangeiros a que se refere a segunda parte do artigo anterior só serão admitidos no ultramar português quando tenham feito declaração expressa de que renunciam às leis e tribunais da sua nacionalidade e se submetem às leis e tribunais portugueses, únicos por que passarão a ser regidos e julgados. Esta declaração não se refere à subordinação dos missionários às leis canónicas, às legitimas autoridades eclesiásticas e aos tribunais desta natureza.

§ único. A declaração a que se refere o presente artigo será feita em duplicado, em papel comum, dirigida ao Ministro das Colónias e escrita e assinada pelo próprio punho do declarante, perante notário, que assim o certificará nos próprios documentos. Um exemplar da declaração ficará arquivado no Ministério das Colónias e o outro será enviado pelo Ministério ao governador da Colónia para onde o declarante se dirigir.

Art. 17º. O Govêrno não dará o seu assentimento ao chamamento de qualquer missionário estrangeiro que não mostre falar e escrever correctamente a língua portuguesa.

Art. 18º. Os missionários, tanto do clero secular como do regular, estarão, segundo as leis canónicas, inteiramente sujeitos à jurisdição ordinária dos seus Prelados no que se refere ao trabalho missionário.

IV

Art. 19º. Nas Colónias de Govêrno geral os bispos receberão, pelo orçamento da Colónia onde exerçam jurisdição espiritual, honorários iguais ao vencimento do governador da província que não (p. 73) seja a da capital da colonia. Nas restantes Colónias os bispos receberão honorários iguais ao vencimento do chefe de serviço mais bem remunerado. Os arcebispos das arquidioceses de Luanda e de Lourenço Marques receberão honorários iguais aos vencimentos dos governadores das províncias de Luanda e de Lourenço marques, respectivamente. Os prelados que não forem bispos receberão honorários iguais aos vencimentos dos directores de serviço da administração civil, conforme exercam jurisdição espiritual em Colónias de Govêrno geral ou em Colónias de Govêrno simples. Se, porém, qualquer prelado fôr nomeado administrador apostólico, não poderá acumular os honorários que competem ao ordinário da divisão eclesiástica que administram com os que lhe são devidos na sua qualidade de bispo, de vigário, ou de prefeito apostólico.

Art. 20º. Os prelados não têm direito a ajuda de custo nas suas deslocações, mas ser-lhes-ão abonadas as despesas de viagem. Para obter este abono, requerê-lo-ão ao Ministro das Colónias ou ao governador da colonia, conforme se encontrarem na metrópole ou no ultramar.

Art. 21º. Quando qualquer bispo diocesano, vigário ou prefeito apostólico se quiser ausentar para fora da Colónia comunicará previamente ao governador essa sua intenção, dizendo, sempre que possível, o tempo provável que durará o seu afastamento; e quando fôr substituído no Govêrno da sua jurisdição, temporária ou definitivamente, indicará o nome da pessoa encarregada de o substituir. Não podendo o próprio bispo, vigário ou prefeito apostólico fazer esta indicação, será ela feita por quem o substituir. Quando qualquer director de missão tiver de se ausentar para fora da área da diocese ou da circunscrição missionária respectiva, ou fôr substituído na direcção da missão, o bispo ou o vigário ou o prefeito apostólico a quem a missão estiver subordinada fará a comunicação ou a indicação a que se refere a primeira parte do presente artido, a qual pode ser dirigida ao governador da província respectiva.

Art. 22º. A resignação ou transferência para a metrópole de qualquer prelado dá-lhe direito ao abono de pensão de aposentação, se tiver o número de anos de serviço no ultramar para tanto necessário. A pensão de aposentação será requerida pelo interessado ao Ministro das Colonia.

Art. 23º. O Govêrno não pagará para futuro quaisquer vencimentos pessoais aos missionários nem aos auxiliares. Compete aos prelados e aos superiores das corpolações religiosas prover à manutenção do clero e dos auxiliares, por força dos subsídios que passam a receber globalmente, nos termos deste decreto. (p. 74).

Art. 24º. Com excepção dos prelados, o pessoal missionário não terá de futuro direito à aposentação. O Govêrno continuará, porém, a pagar a pensão de aposentação ao pessoal missionário e aos auxiliares aposentados à data da publicação do presente decreto. Os membros do clero secular missionário em exercício do seu ministério nas colonias, nos termos legais, à data da publicação do presente decreto terão direito a pensão de aposentação quando completarem o número de anos de serviço necessário para tal efeito.

Art. 25º. Será entregue á corporação a que pertencerem o vencimento das irmãs enfermeiras empregadas nos hospitais do Estado. Podem ser admitidas a prestar serviço nos hospitais do Estado irmãs enfermeiras, além do número fixado no orçamento, quando elas e a superiora da corporação a que pertencam desistam de receber vencimentos. Podem ser admitidas a prestar serviço nos hospitais do Estado irmãs não enfermeiras, que serão empregadas em trabalhos que não requeiram conhecimentos especializados, como os de economato, da secretaria e outros análogos. As irmãs que prestarem serviço nos hospitais do Estado além do número fixado no orçamento tem direito à alimentação fornecida pelo hospital. Nos hospitais do Estado será respeitada a organização disciplinar das irmãs, segundo as regras do instituto a que pertencerem.

Art. 26º. O diploma de bom aproveitamento dos cursos das escolas de enfermagem a que se refere o artigo 45º, quando obtido em exame a que presida professor ou assistente de uma das Faculdades de medicina ou do Instituto de Medicina Tropical, dá direito às religiosas a exercer a profissão de enfermeira no ultramar.

Art. 27º. O pessoal missionário tem direito ao abono de despesas de viagem dentro e fora das colonias, mas não a qualquer ajuda de custo.

§ 1º. Quando se trate de abono de viagem da metrópole para o ultramar, o ordinário ou o seu delegado apresentará ao Ministro das Colónias a indicação dos nomes das pessoas, dia de embarque e Colónia de destino, esclarecendo em relação a cada pessoa se se trata de um regresso ou de uma primeira viagem e, no primeiro caso, quanto tempo esteve ausente da colonia. A esta indicação juntará atestado medico, passado sob palavra de honra, que comprove a robustez física necessária para viver nos territórios do ultramar, e, quando se trate de primeira viagem de sacerdote do clero secular, autorização canónica do prelado da diocese a que pertence. Tratando-se de sacerdote que pertence a uma organização missionária, deverá sempre juntar-se autorização (p. 75) do respectivo superior ou do seu delegado. O Ministro das Colónias pode, sempre que o entenda necessário, ordenar novo exame médico, feito por facultativo por ele designado, que deverá ser do sexo feminino para as pessoas deste sexo. A homologação do resultado desse exame pelo Ministro das Colónias produz o mesmo efeito que a homologação do parecer da junta de Saúde das Colónias para os funcionários públicos.

§ 2º. Quando se trate de viagem de regresso à metrópole ou dentro da Colónia serão os abonos da respectiva despesa pedidos pelo ordinário ao governador da colonia.

§ 3º. As viagens de regresso à metrópole por motivo de doença ou de gozo de licença graciosa serão, por proposta dos respectivos prelados, autorizadas segundo as normas vigentes para os funcionários públicos, excepto no que respeita à verificação de doença, caso em que se aplica o disposto no corpo do presente artigo no que se refere a atestado médico.

Art. 28º. Os sacerdotes viajarão em 1ª classe e o restante pessoal missionário em 2ª classe. Na Colónia as irmãs terão direito a viajar em 1ª classe.

Art. 29º. O pessoal das missões contratado, indígena e não indígena, tem direito ao abono de passagem dentro da Colónia e nas condições e na classe dos funcionários públicos de categoria semelhante, se essa regalia estiver consignada no contrato e este tiver sido aprovado pelo governador da colonia.

§ único. A aprovação do contrato pelo governado da Colónia não envolve qualquer responsabilidade do Estado, além da consignada no corpo do presente artigo.

Art. 30º. O pessoal missionário será tratado gratuitamente nos hospitais do estado e na classe correspondente à sua categoria. As irmãs serão tratadas na 1ª classe. O pessoal contratado ou assalariado será tratado nas mesmas condições dos funcionários públicos.

Art. 31º. Nenhum missionário pode exercer qualquer função civil sem expressa autorização do respectivo prelado, que a pode revogar quando assim o entender conveniente. Comunicada à autoridade competente a revogação da autorização, não pode o missionário continuar a exercer a função civil que tenha desempenhado.

Art. 32º. No exercício do seu ministério, os eclesiásticos gozam de protecção do Estado, nos mesmos termos que as autoridades publicas.

Art. 33º. Os eclesiásticos não podem ser preguntados pelos magistrados ou por outras autoridades acerca de factos de coisas de que tenham tido conhecimento por motivo do sagrado ministério. (p. 76)

Art. 34º. Os eclesiásticos são isentos da obrigação de assumir os cargos de jurados, de membros de tribunais ou de comissões de impostos e de outros da mesma natureza, considerados pelo direito canónico como incompatíveis com o estado eclesiástico.

Art. 35º. São considerados aptos para serviços auxiliares, independentemente de apresentação às juntas de recrutamento, os sacerdotes da religião católica e os indivíduos que façam parte dos organismos de formação missionária, os quais só poderão ser obrigados a serviços de assistência religiosa, e, em tempo de guerra, a prestar também serviço nas formações sanitárias. Ficarão sujeitos ao mesmo regime, na parte aplicável, os auxiliares das missões durante o tempo que permanecerem ao serviço das mesmas nas Colónias portuguesas.

Arti. 36º. O Uso do hábito eclesiástico ou religioso por parte de seculares ou de pessoas eclesiásticas ou religiosas a quem tenha sido interdito por medida das competentes autoridades eclesiásticas, oficialmente comunicada às autoridades do Estado, é punido com as mesmas penas que o uso abusivo de uniforme próprio de um emprego público. É punido nos termos o exercício abusivo de jurisdição e de funções eclesiásticas.

Art. 37º. Os missionários suspensos pelos seus legítimos superiores perdem, enquanto estiverem nesta situação, o direito a todos os benefícios deste decreto, incluindo a pensão de aposentação, excepto o direito de passagem de regresso à metrópole.

V

Art. 38º. O Govêrno poderá reconhecer as corporações missionárias que se proponham trabalhar no ultramar, quando entender que os seus recursos em pessoal português justificam esse reconhecimento.

§ 1º. A corporação que pretender ser reconhecida pelo Govêrno assim o requererá ao Ministro das Colonias, em requerimento fundamentado, assinado pelo respectivo superior.

§ 2º. O Ministro das Colónias poderá condicionar o reconhecimento ao trabalho missionário em determinada colonia.

§ 3º O despacho que reconheça qualquer corporação como missionária será publicado no Diário do Govêrno e nos Boletins Oficiais de todas as colonias. A data do reconhecimento é a da publicação do despacho no Diário do Govêrno.

Art. 39º. Os Superiores das corporações missionárias reconhe (p. 77) cidas deverão comunicar por escrito ao Ministro das Colónias a sua investidura dentro do prazo de quinze dias após a sua realização.

Art. 40º. As corporações missionárias reconhecidas estabelecerão em Portugal continental ou ilhas adjacentes casas de formação e repouso para o seu pessoal missionário. As casas de formação e repouso de cada corporação reconhecida constituem um único instituto.

Art. 41º. É reconhecida a personalidade jurídica aos institutos missionários, que, assim, serão considerados pessoas morais com capacidade jurídica. Os institutos missionários serão legitimamente representados em juízo e fora dele pelos Superiores da corporação a que pertençam.

VI

Art. 42º. As dioceses e circunscrições missionárias terão um representante de nacionalidade portuguesa junto do Govêrno da metrópole, escolhido pelo respectivo prelado, depois de ouvido o Ministro das Colonias. Quando os Prelados estiverem na metrópole serão ees os representantes das suas dioceses ou circunscrições missionárias, podendo contudo continuar a fazer-se representar pelas pessoas que normalmente os representam. As corporações missionárias reconhecidas serão representadas junto do Govêrno d metrópole pelo seu Superior ou por um representante de nacionalidade portuguesa, designado depois de ouvido o Ministro das Colonias. Uma mesma pessoa pode representar mais de uma diocese, circunscrição ou corporação missionária.

VII

Art. 43º. Os institutos missionários serão subsidiados conforme a sua necessidade pelo Govêrno da metrópole.

Art. 44º. A distribuição dos subsídios aos institutos missionários que deles precisarem será feita da seguinte dorma:

Metade da verba global inscrita no Orcamento do Ministerio das Colónias para subsidiar os institutos missionários será dividida em proprocão do número dos alunos das casas de formação de cada (p. 78) instituto destinados às missões e do número de missionários a seu cargo que das Colónias tenham regressado, incapazes, pela doença ou pela idade, de continuar a servir nas missões.

Art. 45º. Independentemente do subsidio a que se refere o artigo anterior, o Govêrno dará um subsídio extraordinário às corporações missionárias femininas que na metrópole tiverem escolas de enfermagem para as suas religiosas.

Art. 46º. Para os efeitos dos artigos anteriores e para os demais que forem legais, cada corporação reconhecida comunicará ao Ministro das Colónias dentro dos primeiros noventa dias de cada ano e com referência a 31 de Dezembro:

j) O número e a localização das suas casas de formação;
k) O número e a localização das suas casas de repouso;
l) O núero de professores das casas de formação;
m) O número de alunos de cada casa de formação;
n) O número e a localização das escolas de enfermagem;
o) O número de alunas das escolas de enfermagem;
p) O número de alunos que durante o ano escolar anterior desistiram do curso;
q) O número de alunos que findaram o curso no ano escolar anterior, discriminando o número dos que partiram para as Colónias e o número dos que ficam, com a indicação dos motivos;
r) O número dos missionários que estão a repousar, com a discriminação dos que não podem voltar às colónias.

§ 1º. O Ministro das Colónias pode pedir os esclarecimentos que entender necessários, além dos indicados no presente artigo.

§ 2º A admissão de professores de nacionalidade estrangeira nas casas de formação, sitas em Portugal, das corporações missionárias reconhecidas ou que tenham missionários no ultramar depende de expressa autorização do Ministro das Colonias.

§ 3º. Os elementos a que se refere o corpo do presente artigo respeitam apenas às casas de formação e repouso e às escolas de enfermagem sitas em Portugal e aos alunos que em Portugal façam os seus estudos e aos missionários que se encontrem aqui a repousar.

Art. 47º. Serão inscritas nos orçamentos coloniais verbas para subsidiar as dioceses e as circunscrições missionárias. Estas vebas serão atribuídas pelo Govêrno da colónia, tendo em atenção o número de missionários que estão a trabalhar em cada diocese ou circunscrição missionária e as obras missionárias lá existentes, compreendendo nelas os seminários e outras obras para o clero indígena. Os Prelados distribuirão as importâncias recebidas conforme o seu bom critério.

Art. 48º A Igreja pode livremente cobrar dos fieis colectas e (p. 79) quaisquer importâncias destinadas à realização dos seus fins, designadamente no interior e à porta dos tempos, assim como dos edifícios e lugares que lhe pertençam.

Art. 49º. Os subsídios dados pela Santa Sé terão a aplicação que Ela indicar e os subsídios extraordinários que forem dados pelo Estado para determinado fim não poderão ser desviados para fim diferente sem prévia e expressa autorização do Ministro das Colónias.

Art. 50º. È aos Prelados que compete dirigir e zelar pela boa aplicação dos subsídios concedidos, tendo em vista a criação de obras de interesse missionário nacional.

Art. 51º. Os subsídios previstos no Artigo 47º. serão satisfeitos em duodécimos, sempre que o entenda conveniente e as condições do tesouro das Colónias o permitam. Os subsídios extraordinários que o Estado conceder para determinado fim serão entregues à medida das necessidades, sem sujeição ao regime duodécimo.

Art. 52º. O Govêrno continua a conceder gratuitamente às missões católicas o terreno necessário para o seu desenvolvimento e para as novas fundações e a fazer-lhes gratuitamente a demarcação definitiva. Estas concessões, em Angola e Moçambique, não podem exceder a área de 2000 hectares contínuos e nas outras Colónias a área de 100 hectares contínuos.

Art. 53º. Os conservadores do registo predial farao gratuitamente o registo nos livros das conservatórias das propriedades pertencentes às dioceses, circunscrições missionárias ou missões, quer elas lhes advenham de concessão do estado, quer de legado ou doação de particular, quer por disposição legal, que ainda por contrato oneroso.

Art. 54º. Os imobiliários gratuitamente concedidos pelo Estado não podem nunca ser hipotecados ou alienados sem sua expressa autorização e, quando esta fôr concedida, ficam os respectivos autos sujeitos às formalidades legais.

Art. 55º. No caso de necessidade de expropriação por utilidade pública de qualquer parcela de terreno indispensável que tenha sido gratuitamente concedido, só serão indemnizadas as benfeitorias que porventura hajam sido feitas.

Art. 56º. Todos os bens que nas colonias, à data da publicação do presente decreto, as dioceses ou as circunscrições missionárias ou as missões católicas ou as corporações religiosas possuírem em nome próprio são considerados sua propriedade, podendo, portanto, quando se trate de imoveis, ser registados nas respectivas conservatórias. Igualmente são propriedade perfeita das dioceses ou circunscrições missionárias os bens das confrarias (p.80) irmandades e outras entidades religiosas que tiverem perdido a sua instituição canónica. Os bens dos missionários já falecidos e não reclamados pelos herdeiros dentro de vinte e quatro meses após a publicação do presente decreto no Diário do Govêrno são propriedade da corporação missionária a que o falecido pertenceu. Se o missionário falecido tiver sido padre secular, os bens a que se refere o período antecedente serão propriedade da diocese ou circunscrição missionária em que se encontrarem.

Art. 57º. É reconhecida à Igreja Católica a propriedade dos bens que à data de 1 de Outubro de 1910 lhe pertenciam e estao ainda na posse do Estado, como tempols, paços episcopais e residências paróquiais com os seus passais, seminários com suas cercas, casas de institutos religiosos, paramentos, alfaias e outros objectos afectos ao culto e religião católica, salvo os que se encontrem actualmente aplicados a serviços públicos ou classificados como «monumentos nacionais» ou como «imóveis de interesse público». Poderão ser transferidos à Igreja pelos seus possuidores, independentemente do pagamento de sisa e de impostos sobre sucessões e doações, os bens que a intenção das partes à Igreja se destinavam, desde que não se encontrem na posse do Estado e a sua transferência seja requerida no prazo de seis meses a contar da data da publicação do presente decreto no Boletim Oficial da respectiva colonia. Os imoveis classificados como «monumentos nacionais» e como de «interesse público», ou que o venham a ser dentro de cinco anos a contar da data da publicação do presente decreto, ficarão em propriedade do Estado com afectação permanente ao serviço da Igreja. Ao Estado cabe a sua conservação, reparação e restauração de harmonia com o plano estabelecido de acordo com a autoridade eclesiástica, para evitar perturbações no serviço religioso; à Igreja incumbe a sua guarda e regime interno, designadamente no que respeita ao horário de visitas, na direcção das quais poderá intervir um funcionário nomeado pelo Estado. Os objectos destinados ao culto que se encontrem em algum museu do Estado ou das autarquias locais ou institucionais serão sempre cedidos para as cerimónias religiosas no tempo a que pertenciam quando este se ache a mesma localidade onde os ditos objectos são guardados. A cedência far-se-á a requisição da competente autoridade eclesiástica, que valará pela guarda dos objectos cedidos, com a responsabilidade de fiel depositário.

Art. 58º. Os bens mencionados no artigo anterior que se encontrem aplicados a serviços públicos e ainda não mandados entregar à igreja ficarão definitivamente na posse e propriedade do (p. 81) Estado, ainda que de futuro venha a cessar a sua actual aplicação, e consideram-se, a partir da publicação deste decreto, como encorporados no património do Estado.

Art. 59º. Os bens que possam servir ou destinar-se a residências de párocos ou a quintal poderão, a todo o tempo, ser entregues ou doados à Igreja para esse fim.

Art. 60º. Os bens cuja propriedade é reconhecida à Igreja serão entregues, mediante prévio requerimento dirigido ao governador da colónia pelo Prelado respectivo, à entidade a que pertenciam ou, se esta não existir já, à diocese ou circunscrição missionária onde se encontrem.

§ único. Nas colonias de govêrno geral a entrega será efectuada pelo governador da província e nas colonias de govêrno simples pelo governador da colonia, e dela se lavrará auto em triplicado ou duplicado, conforme os casos, de modo que fique um dos exemplares no arquivo do govêrno que tiver feito a entrega, outro em poder do Prelado e o terceiro será enviado ao governador geral. No próprio auto serão devidamente inventariados os bens compreendidos na entrega.

Art. 61º. Se os interesses do Estado aconselharem a encorporação no seu património de todos ou alguns dos bens a que se refere o artigo 56º, poderá fazer-se essa encorporação, de acordo com a autoridade eclesiástica, mediante justa indemnização.

Art. 62º. Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto de culto católico pode ser demolido ou destinado pelo Estado a outro fim, a não ser por acordo prévio com a autoridade eclesiástica competente ou por motivo de urgente necessidade pública, como guerra, incêndio ou inundação. No caso de expropriação por utilidade pública, será sempre ouvida a respectiva autoridade eclesiástica mesmo sobre o quantitativo da indemnização. Em qualquer caso será praticado acto algum de apropriação sem que os bens expropriados sejam privados do seu caracter sagrado.

Art. 63º. São isentos de quaisquer impostos ou contribuições, tanto na metrópole como nas colonias:

a) Todos os bens que as dioceses, as circunscrições missionárias, os institutos religiosos canonicamente erectos possuírem em conformidade com os seus fins;
b) Todos os actos «inter vivos» de aquisição ou de alienação realizados pelas entidades a que se refere a alínea anterior, para satisfação dos seus fins, assim como todas as disposições «mortis causa» de que forem beneficiários para os mesmos fins.

Art. 64º. São isentos de direitos aduaneiros, emolumentos, (p. 82) impostos ou contribuições de qualquer espécie, devendo portanto ter entrada gratuita nas colónias, as imagens sagradas e outros objectos do culto público.

Art. 65º. Nas colónias serão transportados gratuitamente nos caminhos de ferro do Estado os materiais destinados à construção ou reparação de igrejas, imagens sagradas e alfaias destinadas ao culto público.

VIII

Art. 66º. O ensino especialmente destinado aos indígenas deverá ser inteiramente confiado ao pessoal missionário e aos auxiliares. Os governadores acordarão com os prelados das dioceses e das circunscrições missionárias a passagem do ensino indígena dos serviços do Estado para os das missões, publicando as portarias que se tornarem necessárias para regular essa passagem.

§ único. Nos locais onde as missões ainda não estiverem estabelecidas ou em que não possam desde já exercer as funções que pelo presente artigo lhes são cometidas continuará a cargo do Estado o mesmo ensino indígena, mas apenas até que elas dele possam tomar conta.

Art. 67º. Os governadores regularão, mediante portaria, a prestação de provas finais de habilitação dos indígenas que tiverem frequentado as escolas de ensino indígena das missões para a passagem do respectivo diploma e atribuir-lhe-ão a validade que se mostre conveniente.

Art. 68º. O ensino indígena obedecerá à orientação doutrinária estabelecida pela Constituição política, será para todos os efeitos considerado oficial e regular-se-á pelos planos e programas adoptados pelos govêrnos das colónias. Aqueles planos e programas terão em vista a perfeita nacionalização e moralização dos indígenas e a aquisição de hábitos e aptidões de trabalho, de harmonia com os sexos, condições e conveniências das economias regionais, compreendendo na moralização o abandono da ociosidade e a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices que produzam o suficiente para as suas necessidades e encargos sociais. O ensino será, assim, essencialmente, nacionalista, prático e conducente ao indígena poder auferir meios para seu sustento e de sua família e terá em conta o estado social e a psicologia das populações a que se destina. (p. 83). Cabe ao govêrno, por intermédio dos serviços da instrução da respectiva colónia, indicar quais os conhecimentos técnicos que em cada região mais convém ministrar aos indígenas.

Art. 69º. Nas escolas é obrigatório o ensino e o uso da língua portuguesa. Fora das escolas os missionários e os auxiliares usarão também a língua portuguesa. No ensino da religião pode, porém, ser livremente usada a língua indígena.

Art. 70º. A preparação do pessoal docente (professores, regentes, mestres, monitores e outros agentes) será realizada em colégios missionários ou escolas designados pelos prelados de acordo com os governadores das colónias. O pessoal destes colégios ou escolas deverá ser todo de nacionalidade portuguesa. Somente serão admitidos à aludida preparação candidatos que dêem garantias em relação aos objectivos morais e nacionais do ensino.

Art. 71º. Os governadores acordarão com os prelados das dioceses e circunscrições missionárias sobre o uso das actuais escolas de preparação de professores indígenas ou a sua conversão em colégios missionários.

Art. 72º. O Pessoal dos institutos oficiais de ensino indígena, incluindo o pessoal docente das escolas de preparação de professores indígenas, com nomeação definitiva, cujos serviços os prelados não utilizem, passará à situação de adido, devendo ser colocado nas vagas que ocorrerem nos vários quadros para que se entenda que têm preparação suficiente.

Art. 73º. Se não houver em número suficiente professores preparados nos colégios missionários ou escolas a que se refere o artigo 70º ou professores europeus nas condições exigidas pela disciplina das missões, poderão ser admitidas a administrar ensino aos indígenas, temporariamente, pessoas que os prelados julguem que satisfazem ao mínimo de requisitos indispensáveis.

Art. 74º. Compete aos prelados contratar ou assalariar, transferir, exonerar ou demitir o pessoal do ensino indígena, incluindo o pessoal docente das escolas de preparação de professores indígenas. A admissão e a transferência de professores de ensino indígena, incluindo a feita nos casos previstos no artigo anterior, deve ser comunicada pelo prelado que estiver autorizado à repartição competente da colónia. Quando houver fundados motivos pode o governador opor-se à demissão ou à transferência para determinada localidade de qualquer professor.

Art. 75º. O funcionamento de escolas, colégios ou outros institutos de educação, criados e dirigidos pelas missões católicas por (p. 84) tuguesas, que admitam alunos europeus ou assimilados, regula-se pelos preceitos estabelecidos para o exercício do ensino particular nas colonias, excepto quanto ao pessoal dirigente e docente, cuja designação será livremente feita pelos prelados. Os serviços oficiais de instrução pública serão notificados, em devido tempo, acerca da composição dos corpos dirigentes e docentes, e bem assim das alterações que neles sejam introduzidas.

Art. 76º. Os prelados deverão diligenciar por que seja utilizada a faculdade instituída na alínea 2) do artigo 15º do Acordo Missionário.

IX

Art. 77º. Os prelados das dioceses e das circunscrições missionárias enviarão dentro dos primeiros noventa dias de cada ano ao governador da colónia onde tiverem jurisdição espiritual um relatório desenvolvido dos trabalhos missionários realizados durante o ano de que o relatório respeitar. Nesse relatório será indicado o pessoal empregado em cada missão, discriminado as respectivas classes e sexos, e referido, por classes e sexos, o número de estrangeiros e a nacionalidade a que pertencem. Será também indicado no aludido relatório o movimento do pessoal ocorrido durante o ano, distinguindo o que veio de novo, o que regressou por ter terminado a licença, e o que se encontra ausente, tudo discriminado por classes e sexos. Em todas as indicações referentes a pessoal será dita a corporação a que ele pertence. Ainda no relatório a que se refere o presente artigo será indicada a despesa global com vencimentos ou gratificações pessoais e dele constará a distribuição dos subsídios do Estado pelas várias missões ou estabelecimentos missionários. Os relatórios dos prelados constituem justificação suficiente dos subsídios recebidos das colonias.

Art. 78º. Os Superiores das corporações missionárias reconhecidas enviarão ao Ministro das Colónias, dentro dos primeiros cento e vinte dias de cada ano, um relatório circunstanciado da actividade missionária das missões que hajam sodo confiadas aos membros da sua corporação. Os relatórios dos Superiores constituem justificação suficiente dos subsídios recebidos da metrópole. (p- 85)

X

Art. 79º. As corporações e os institutos missionários não são organismos ou repartições do Estado.

Art. 80º. O pessoal missionário e os auxiliares não são funcionários do Estado; não são, assim, sujeitos ao regulamento disciplinar nem a outras prescrições ou formalidades a que possam estar sujeitos aqueles funcionários; são considerados como pessoal em serviço especial de utilidade nacional e civilizadora e só gozam das vantagens que este decreto lhes confere enquanto se conservarem no exercício do seu ministério, ou quando, perfeitas as condições para a pensão vitalícia, se tiverem direito a ela, devidamente autorizados, regresse à metrópole.

Art. 81º. O pessoal, europeu ou indígena, do ensino indígena, incluindo os professores, não faz parte o funcionalismo público.

Art. 82º. As autoridades e os serviços públicos prestarão, no desempenho das suas funções, toda a coadjuvação e apoio que o desenvolvimento e progresso da acção missionária católica tornar necessário, de acordo com o seu fim nacional e civilizador.

Fontes: O diário do Govêrno de 5 de Abril (1941); CORTESÃO, *Armando Zuzarte. Boletim Geral das Colónias,* Nº 193, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos) Lda. Jul. 1941:82-86.